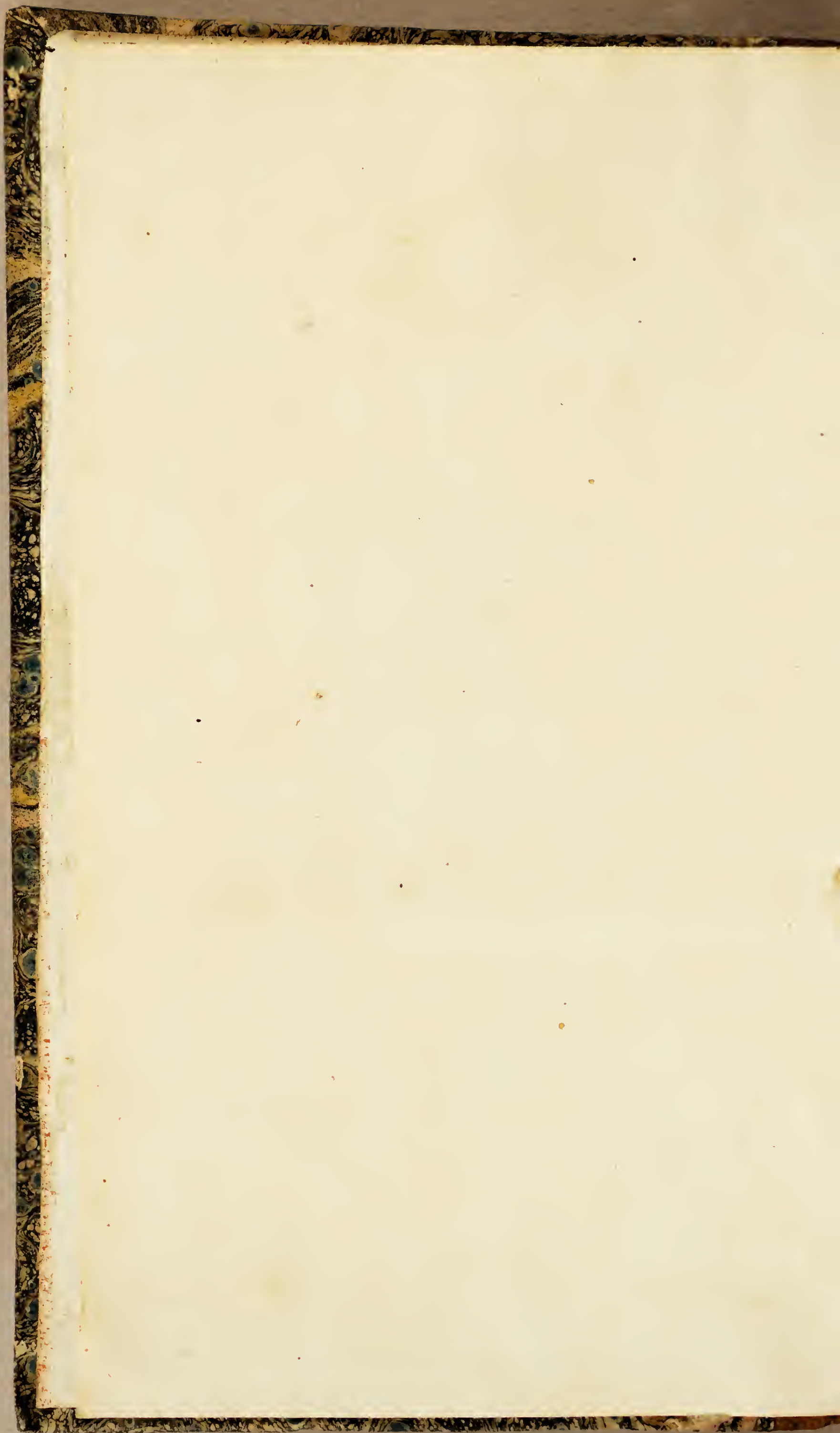




JOHN CARTER BROWN
LIBRARY

Purchased from the
Trust Fund of
Lathrop Colgate Harper
LITT. D.



O

Investigador Portuguez

EM

INGLATERRA,

OU

JORNAL

LITERARIO, POLITICO, &c.

~~~~~  
VOL. XVII.  
~~~~~

Condo et compono, que mox depromere possim.—HOR.

LONDRES:

IMPRESSO POR T. C. HANSARD,
Na Officina Portugueza,
Peterborough-court, Fleet-street.

—
1 816.

RPJOB

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,
OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

NOVEMBRO, 1816.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

Analyse da Memoria publicada pelo Snr. Doutor Joze Martins da Cunha Pessoa em o No. 52 do Investigador Portuguez em Inglaterra, por Antonio Nicoláo de Moura Stockler, Fidalgo Cavaleiro da Caza de S. A. R. Filho unico de Marechal de Campo Francisco de Borja Garção Stockler.*

Rio de Janeiro, anno de 1816.

ANTES de entrar na analyse dos argumentos com que o Snr. Doutor Martins Pessoa pretende em desabono do credito de meu Pay infirmar a verdade de algumas

* Em Portugal costuma dar-se a denominação de Dr. a qualquer Medico, ainda que na sua faculdade não seja nem Doutor nem perito.

de suas asserçoens na Obra, que escreveo debaixo do titulo de *Cartas ao Autor da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal*, cumpre para instrucção do publico, e para que se possa formar justo conceito da critica, e do Autor d'ella, que eu comece por indicar os motivos, que impelliram aquelle Sabio Academico, e digno membro do *Proto-Medicato* a escrever o mencionado libello, ou que pelo menos deixe entrever quaes hé verosimil que elles fossem.

As Cartas ao Autor da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal forão escriptas em Lisboa no anno de 1810: forão lidas em diversas sessoens successivas da Academia Real das Sciencias d'aquella cidade no mez de Janeiro de 1811:* foram impressas nesta Corte do Rio de Janeiro no principio do anno de 1813, e logo remetidas para Lisboa, aonde immediatamente se divulgaram. Donde vem pois que o Snr. Dr. Martins Pessoa taõ zeloso da reputação da Academia, e do defunto Proto-Medicato, figurando-se-lhe esta Obra taõ gravemente offensiva d'aquelles duas benemeritas corporaçõens, não sahio a campo em defeza d'ellas, logo que a mesma Obra foi lida na presença da primeira? Ou pelo menos por que não se abalançou a escrever contra meu Pay immediatamente que as suas Cartas já impressas se espalharam em Lisboa? Este dilatado somno, ou antes lethargo de mais de quatro annos, em que jazeo inerte o zelo do Snr. Dr. Martins Pessoa, aliás taõ fervoroso e vivo, deve ter sua cauza, se porventura nos phenomenos moraes assim como nos phisicos tem logar o principio Leibnitziano da razão sufficiente.

Ao Snr. Dr. Martins Pessoa pertence somente patentear ao publico as causas proximas e remotas que produziram aquella especie de asfixia, espasmo, ou paralizia do seu nobre e honrado zêlo: assim como tambem declarar quaes foram os estimulantes difuzivos ou tónicos, que reanimando a sua amortecida excitabilidade o tiraram d'aquelle estado soporoso e apathico. Mas em quanto S. M^{cc}. se não digna de revelar-

* Deve constar assim do Livro dos Assentos Academicos do anno mencionado, e deprehende-se de uma nota á Carta VI., pag. 65.

nos estes segredos, hé do dever de quem por motivos taes como os meus analyza a sua obra, offerecer ao publico os duvidas, e as conjecturas, a que naturalmente daõ occasiaõ taõ inconciliaveis procedimentos. Se a autoridade paterna reprimindo os impulsos da inexperiente ingenuidade de meus verdes annos* me não impedisse de despojar este enigma do transparente véo, em que por ora cumpre que elle fique ainda involvido, eu referiria factos, e produziria documentos, que sobre elle lançassem sobeja luz para tornalo facilmente decifrável. Mas já que me hé vedado relatar quanto sei a este respeito, referirei ao menos alguns factos, e exporei algumas reflexoens, que possam servir de guia aos juizos imparciaes das pessoas sensatas, que tendo lido a obra de meu Pay e a censura do Snr. Dr. Martins Pessoa, lerão também esta analyse que d'ella faço.

As Cartas ao Autor da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal versam sobre diferentes assumptos de mui grãve importancia: recontam, e poem em toda a sua luz alguns acontecimentos publicos, e factos particulares, que a malevolencia, e a calumnia haviam desfigurado, ou procurado sepultar em eterno silencio, e que não só se patenteam revestidos de todos os caracteres de verdadeiros, mas daõ occasiaõ a mui importantes e serias conjecturas. Hé portanto vezível que se no momento em que meu Pay manifestou por meio da leitura o contexto das suas cartas na Academia Real das Sciencias, e ellas começaram a ganhar notoriedade em Lisboa, existissem ali pessoas, a quem conviesse que algumas das verdades por meu Pay declaradas n'aquella obra não chegassem jamais ao conhecimento do publico, ou que justamente receassem, que as conjecturas, a que ellas daõ logar, lhes fossem desfavoraveis, ou aos seus conjunctos, essas taes pessoas empenhariam todas as suas forças em obstar a que as Cartas ao Autor da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal se publicassem, e muito mais ainda que se publicassem com approvaçãõ de uma corporaçãõ taõ respeitavel como a Academia

* Antonio Nicoláo de Moura Stockler nasceo em Lisboa em 30 de Abril de 1805.

E se alguma d'essas taes pessoas fosse do numero d'aquelles que haviam induzido em erro o Autor da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal? . . . Mas ponhamos de parte supozicoens: abandone-mos theses revestidas da forma de hypotheses: e passemos a referir a que aconteeceo.

A' medida que a existencia, e o assumpto das cartas de meu Pay foram ganhando notoriedade em Lisboa, começaram a derramarse vozes, e não sei se ameaços cada vez mais vehementes, que prognosticavam ao Autor a sua desgraça, e a Academia a sua ruina. Fez-se crer no publico que a obra de meu Pay era uma censura acerba e impolitica da Campanha de 1810. Fizeram-se, ou forjaram-se extractos d'ella, os quaes, debaixo do nome de pessoa empregada em grandes cargos, se enviaram ao exercito a certo official de representação que os apresentasse ao General Commandante em Chefe das forças alliadas, afim de interessar este na suppressão do manuscripto, e a fazelo intervir no complemento da desgraça de meu Pay: e chegou o negocio a tal ponto que o Secretario, que então era da Academia, João Guilherme Christiano Müller, homem singelo e de boa fé, o qual com meu Pay conservára sempre boa amizade, assustado das baterias que contra elle via assestar, lhe escreveo as duas cartas que vão copiadas como documentos debaixo dos Nos. 1, e 2, a primeira logo que a obra de meu Pay voltou ao poder d'elle Secretario com a censura do primeiro Socio* a quem fora remetida, e a segunda quando voltou com o parecer do segundo Censor:† um e outro varoens distinctos pelo seu saber e pelo seu character, aos quaes meu Pay deve e consagra mui particular estima e amizade. Ambos julgaram a obra digna da luz publica, mas ambos se mostraram receosos das consequencias politicas que poderia trazer consigo a sua publicação naquelle momento. Taõ alta era a origem de que dimanavam os tristes vatecinios do funesto destino que ameaçava meu Pay e a Academia!

Passado algum tempo chegou ao conhecimento de

* O Exmo. e Rmo. Snr. D. Fr. Joaquim de Santa Clara Arcebispo de Evora.

† O Illmo. e Rmo. Monsenhor Ferreira.

meu Pay, por carta de um seu particular amigo, o caviloso meio pelo qual se tinha procurado fazer intervir na supressão das suas Cartas, e na perseguição de sua pessoa o General em Chefe. Informado d'este facto dirigio-se á pessoa designada como primeiro movel de tão indigna trama, e exindo d'ella explicaçoens a este respeito, lhe pediu um atestado pelo qual S. Exa. declara-se que jamais vira obra alguma de meu Pay na qual se censurasse a conducta militar de M. W. Prometeu-se-lhe este documento: mas declinou-se a entrega immediata d'elle debaixo de pretextos plauziveis: assignalando-se-lhe o prazo de trez dias, no fim dos quaes se lhe asseverou que o acharia prompto, como dezejava. As circumstancias porem os gestos, e as maneiras da personagem de que se trata induziram alguma desconfiança em meu Pay; e por isso receoso elle de que a promessa, que se lhe havia feito, não chegasse a realizar-se, dezejando alcançar ao menos uma declaração por escripto dos motivos que obstavam ao seu cumprimento; em vez de hir pessoalmente buscar o documento prometido, escreveo a polida e atenciosa Carta, que vai copiada entre os documentos debaixo do No. 3: mas como o fim a que esta se dirigia não fosse difficil de perceber, não lhe foi possivel obter resposta a ella por escripto. Toda a ulterior discussão sobre este negocio se tornava por extremo melindrosa na quelle momento; e meu Pay com mui reflectida circumspecção se absteve de procurar occasião que a facilitasse . . . Quanto porem este facto autoriza a suspeita de que a pessoa que assim recuzou render testemunho á verdade, era o principal motor da intriga urdida contra meu Pay, eu o deixo á consideração de quem ler este papel.

Foi neste meio tempo que appareceo impresso o quarto tomo da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal, e meu Pay justamente sintido da maneira porque era tratado naquella obra, se resolveo a escrever ao Autor d'ella inviando lhe documentos authenticos, que convenciam de falsas as suas asserçoens, e de vans as suas conjecturas. Como porem aquelle ingenúo Autor com candura sobejamente caracteristica recuzasse pôr em pratica a promessa que havia feito na Introducção á sua obra, de retractar-se

logo que se lhe apresentassem documentos pelos quaes se mostrasse que elle havia sido illudido com alguma noticia menos verdadeira, meu Pay se vio na necessidade de dar sem demóra á luz por meio da imprensa a correspondencia, em que com elle entrára por este motivo, e os documentos que lhe havia manifestado. Debalde porem pertendeo imprimir estes papeis em Lisboa: a poderosa influencia de quem procurára aterrar a Academia, e que não conhecendo a inabalavel firmeza do character de meu Pay tivéra a leveza de persuadir-se que com annuncios e ameaços de futuras desgraças o desviaria de seu nobre intento, teve a força bastante para fazer que se lhe negassem as precisas licenças de dar publicidade á sua mencionada correspondencia, a qual elle pertendia que se emprimissem no Jornal de Coimbra.

Convencido meu Pay por este facto de que em Lisboa só se tratava de desacreditalo; pois que não sómente com manifesta violação das leis do Reino se premetia a impressão de libellos tendentes a difamalo, mas a te se lhe vedara a liberdade de produzir uma defeza nobre e modesta, se apresou a mandar esta para Inglaterra, aonde por fortuna ainda chegou a tempo de poder imprimir-se sem difficuldade em o No. 14 do Investigador Portuguez.

Já antes deste novo argumento da boa vontade e afeição que lhe professavam pessoas poderosas no Reino de Portugal tinha meu Pay tomado a resolução de passar-se com toda a sua Familia para esta Corte do Rio de Janeiro; a onde a inalteravel rectidão de S. A. R., o seu constante amor da verdade, e o character reconhecidamente nobre e generoso d'aquelle de seus Ministros, que desde a sua tranzição para este paiz parecia exercer em tudo as funcções de primeiro,* lhe davam a mais bem fundada esperanza de poder vingar a memoria do respeitavel Duque de Lafoens, e de desassombrar a sua propria reputação das injuriosas suspeitas que a malevolencia havia pretendido derramar sobre ella. Não se enganou meu Pay nesta pru-

* O Illmo. e Exmo. Snr. Conde da Barca ainda neste tempo se não achava restituído ao Ministerio, que tão dignamente exercera, e exerce.

dente esperanza. S. A. R. permitio com effeito que a sua obra se imprimisse, e logo que ella sahio do prélo meu Pay a enviou para Lisboa, aonde para mais prompta divulgação pretendeo que a sua existencia se annunciasse na Gazeta d'aquella cidade. Foi porem baldada esta sua pretensão. A baixa mas poderosa intriga que tantos trabalhos e incomodos havia cauzado a meu Pay, e que á forza de desgostos, afflicções e sustos havia precipitado na sepultura mais de uma pessoa da nossa familia, incluza a minha respeitavel e amada May, eterno objecto da nossa saudade, levou a sua inconsiderada raiva e furor até ao ponto de fazer que esta licença se lhe negasse.

Ao mesmo passo que meu Pay enviára para Lisboa uma parte da edição das suas cartas, mandou tambem para Londres alguns exemplares d'ellas, e entre este, com especialidade um dirigido aos Redactores do Investigador Portuguez: aconteceu porem que este exemplar chegasse com demaziada retardação ao seu destino, e por isso foi em o No. 45 correspondente ao mez de Março de 1815 que os sobreditos Redactores começaram a publicar o seu juizo e alguns extractos das cartas de meu Pay, a tempo que já tal se não esperava. Quanto este juizo seja honroso para meu Pai hé notorio a todos que o tem lido; mas o que nem todos sabem, e importa dizer-se neste momento hé que a surpresa que cauzou a publicação do indicado No. 45, em que se incluía a primeira parte do mencionado Juizo, produziu immediatamente demonstraçoens de desprazer em pessoas poderozas.

Hé depois de todos estes factos e de todo este tempo que o Snr. Dr. Martins Pessoa se rezolveo a sahir a Campo arguindo meu Pay de menos veridico e de mal intencionado. Quem crêra que S. M^{ce}. ouzasse tanto! Patroclo não se atreveo a combater contra Heitor* senão revestido com as armas de Achilles: e Thersites nem com ellas . . . Mas a verdade exige que se diga que no bando de que sahio o Snr. Dr. Martins Pessoa não havia Achilles nem armas forjadas por Vulcano.

* Neste § era de dezejar mais moderação; mas deve desculpar-se a um menino de dez annos alguma exaggeração no bom conceito que forma de seu Pai, e não menos que tenha a afoiteza de expressalo: alem do que, aqui não se fala senão proporcionalmente.

O Snr. Dr. tem desculpa: e não menos quem o instigou a esta audacia . . . Que recurso restava com effeito no tempo da cavalaria andante a uma donzela gravemente ultrajada, a qual não achasse cavaleiro algum que quizesse encarregar-se da sua defeza, senão aceitar a protecção do primeiro escudeiro que se lhe mostrasse propenso a embragar o escudo, e a enristar a lança a pro da sua para sempre maculada reputação? . . . Porem deixando jovialidades para os quaes a minha penna ainda novel não será talvez nunca assas apta, tornemos ao assumpto . . . Quem tão tarde incitou o Snr. Dr. Martins Pessoa a tomar esta empreza bem sabia em 1811, e em 1813 que elle existia em Lisboa, e não ignorava com quanta facilidade S. M^{ce} se encarregaria de escrever contra qualquer autor, e contra qualquer obra, que se lhe propozesse uma vez que lhe fosse notorio que tal era a vontade de alguma pessoa constituída em poder e dignidade: mas em 1811 o que se pretendia não era que o assumpto das cartas de meu Pay entrasse em discussão: era pelo contrario que elle ficasse para sempre ignorado do publico; e por isso se pozeram em pratica todos os meios que tenho referido, afim de dar cabo da obra e das suas provas, e sabe Deos se tambem . . . porem M. W. estava muito acima do tão baixas intrigas para prestar-se a ser instrumento d'ellas; e meu Pay apezar de todos os esforços que se fizéram acenando-lhe com empregos, portarias honrozias, e ventagens pecuniarias, desconfiado dos Gregos e das suas offertas se passou para o Brazil.

A ley que me foi imposta não permite que eu me explique mais claramente; e por tanto aos meus leitores toca descobrir a relação que tem o procedimento do Snr. Dr. Martins Pessoa com os factos que deixo relatados, e formar em consequencia o competente juizo dos nobres e honrados motivos, que o impeliram a escrever este libello.

O Snr. Dr. Martins Pessoa mesmo para fazer menos custosa esta adivinhação se dignou declarar-nos expressamente um a pag. 482, a saber, a mortificação que sentira o seu amor proprio por meu Pay não ter feio menção ho nrosa entre os trabalhos academicos do tempo da desgraçada dominação Franceza de duas

Memorias que S. M^{ce} ainda entaõ não tinha apresentado á Academia, e de cujos assumptos hé mesmo muito provavel que nesse tempo não tivesse ainda cogitado. Este motivo hé na verdade nobre e digno do Snr. Dr., e não pouco lizonjeiro para meu Pay: pois mostra o apreço que o Snr. Dr. Martins Pessoa forma do seu juizo, conceituando o capaz de contrabalançar e mesmo de suplantar o da Academia inteira; e attribuindo lhe o poder milagroso de privalo *ante prevista merita* da honra que devêra rezultar-lhe do juizo Academico feito de pois da apresentação das suas Memorias. O que admira hé que tendo o Snr. Dr. podido reprimir por mais de quatro annos este mesquinho sentimento, cedesse finalmente aos seus impulsos depois de tanto tempo de reflexaõ.

Quanto aos outros motivos que o Snr. Dr. promete declarar, e não declara, esses poderaõ tal vez inferir-se pelos fins que S. M^{ce} se propoz na composiçaõ d'este seu libello. Diz o Snr. Dr. Martins Pessoa no logar citado que . . . "fora por este motivo e por outros que a inda "há de referir, que em defeza propria, da Academia, "do Proto-medicato, e *de pessoas muito respeitaveis da* "naçaõ hé que tomára sobre si taõ *arduo* como *doloroso* "trabalho." . . . Eu rogo aos meus leitores que não percam de vista a clauzula—"e *de pessoas muito respeitaveis da naçaõ*"—pois que ella pode dar-lhes não pouca luz sobre este negocio. . . . Por temperar porem a aridez do assumpto com alguma digressaõ menos insipida sempre notarei o epiteto *arduo* como honroso para meu Pay, e o epiteto *doloroso* como demonstrativo dos bons sentimentos, ou antes dos presentimentos do Snr. Dr.

Analizar a Memoria, discurso, ou o quer que seja, do Snr. Dr. Martins Pessoa hé tudo quanto me resta: mas analizala regular e methodicamente hé, segundo o meu parecer, couza impossivel. O Discurso do Snr. Dr. Martins Pessoa suposto que escripto em proza como eram os do *Gentilhomme Bourjois* de Moliere, goza em grande parte dos privilegios de Ode Pindarica, não pelo que respeita ao estilo e locuçaõ em que não há elevaçãõ nem pureza; mas sim pelo que pertence á desordem das ideas, e ao disparatado dos argumentos. Entre aquellas não há nexu vizivel, nem

deducção natural, e estes são de ordinario tão remotos do objecto, a que se dirigem, como os elogios da agoa, ou o systema de Thales de Mileto, da destreza dos vencedores dos Jogos Olimpicos. Hé verdade que Pindaro foi forçado a este genero de recurso pela pobreza dos assumptos que cantou com tanta sublimidade, pompa, e riqueza de poezia; e que no Snr. Dr. Martins Pessoa hé tão natural esta aberração dos principios da boa logica, que ao ler-se qualquer das poucas producções do seu espirito, que até agora tem manifestado ao publico, se vê claramente que o contrario lhe seria impossivel. Mas d'aqui não rezulta reputação menos singular ao Snr. Dr. Martins Pessoa; pois se não hé um Pindaro em poezia, hé um . . . um . . . P . . . um Pindaro em logica.

Pertender assemelhar o seu discurso a uma arvore, cujos troncos, ramos, folhas, flores, e fructos são de tal sorte dependentes das raizes, que cortadas estas tudo fanece, seria grande erro. Pertender assimilhá-lo a um edificio assentado sobre uma baze segura, ou sobre um alicerce solido em que se estabelece a sua firmeza, não seria menor desacerto. O discurso do Snr. Dr. Martins Pessoa não tem raizes: não tem fundamento; não tem mesmo unidade; hé um montão . . . quero dizer, hé uma especie de congerie de argumentos e frases, das quaes hé preciso ou não fazer cazo, ou desfazelos uma a uma. Eisaqui pois a razão porque digo que não hé possivel analizalo methodicamente. Não há remedio senão seguir pela pista o Snr. Dr. Martins Pessoa, e sem ter em vista qual seja a direcção de seus passos, mostrar que elle cambalea, tropessa, e cahe a cada um: que uns são dados para a direita outros para a esquerda, uns para diante, outros para traz, e que por fim de contas o Snr. Dr. depois de remechar-se muito acha-se ainda no ponto de que pretendia sair; ou hé como um homem embriagado cahido em um atoleiro, que quanto mais se revolve mais se inlamea. Isto hé pelo que respeita á indole e deducção dos seus argumentos: mas pelo que pretence á sua gramatica, ou á maneira porque elles se acham expressados, a difficuldade não hé nada menor.

O Snr. Dr. como homem de genio transcendente, ou verdadeiramente como *homem grande* que tem sido

e há de ser, hé sempre superior a estas bagatelas: Gramatica hé couza com a qual senão embarça, ou da qual nunca cogitou. Mas d'aqui procede que entendendo-se elle talvez a si mesmo sem grande difficuldade, não hé possível que os outros entendão o que elle diz nem o que elle escreve, senão por forma de adivinhação. A sua Memoria ou Libello offerece a cada passo exemplos d'esta verdade, ou verdadeiramente hé ella mesma um continuo exemplo do que venho de asseverar, e por isso sem perder tempo em escolher alguma passagem mais notavel ou mais engraçada começemos por onde o Snr. Dr. mesmo parece começar. “Dois foraõ os principaes *objectos*, que o “Snr. Stockler pretende mostrar que o obrigaram a “fazer a defeza da Academia; o primeiro *de não nomear “Junot para seu Presidente* antes recuzar lhe essa “nomeação, e de não escrever a Napoleão a carta de “agradecimentos pela mercê de lhe ter mandado a “suposta carta dos nossos deputados: e o segundo “foi vingar, &c.” Quando se começa a ler este periodo, parece que o fim que meu Pay teve no que escreveo a cerca da Academia Real das Sciencias, não foi de fendê-la; foi mostrar os *objectos* que o obrigaram a emprehender a sua defeza. O primeiro d'estes *objectos* (segundo o Snr. Dr.) *foi de não nomear a Academia Junot para seu Presidente*. Se o Snr. Dr. soubesse gramatica, ou se persuadis-se de que gramatica hé couza precisa a quem escreve, faria elle preceder da propozição *de* a parafrase com que explica a significação das palavras *primeiro objecto*? Eu por fazer honra ao Snr. Dr. quero persuadir-me que a intenção de S. M^{ce} era dizer o seguinte “Dois foram os principaes “motivos que o Snr. Stockler pretende mostrar que o “obligaram a emprehender a defeza da Academia, “&c.” Se assim hé o Snr. Dr. na primeira parte da sua frase servio-se d'aquella transposição vicioza ou figura desfiguradora do discurso, a que os gramaticos chamam *synchisyz*, e tomou a palavra *objecto* na significação de *motivo* em virtude não sei de que tropo, que elle la conhece. Quanto ao resto do periodo confesso que lhe não sei dar volta. . . . Mas basta de gramatica. Inepcias expressadas gramaticalmente não deixam por isso de ser ineptias. . . . Mas para

naõ dar este nome ao conceito que o Snr. Dr. Martins Pessoa tinha no seu cerebro no momento, em que escrevia aquellas dezordenadas palavras, suponhamos que S. M^{ce} queria dizer que meu Pay na defeza da Academia Real das Sciencias teve em vista dois objectos ou fins; o primeiro mostrar que ella naõ offerenceo a sua prezidencia ao General Junot, nem se prestou á propozição de M. Carrion Nizas de escrever ao Imperador Napoleão agradecendo lhe a benignidade de nos querer dar um Rey da sua escolha, como se nos indicava na suposta carta dos nossos chamados Deputados em Bayona: e o segundo mostrar que ella naõ merecia a injuria que lhe fez o Autor da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal chamando-lhe *corpo sem alma*.

Hé verdade que meu Pay fez mais do que isto: pois mostrou que a Academia naõ só naõ offerenceo a sua prezidencia ao General Junot, mas que sendo-lhe insinuado que o nomeasse seu Prezidente ella teve a generosa rezolução de recuzar-se a esta inconsiderada insinuação. Mas ainda que meu Pay naõ tivesse feito mais do que o Snr. Dr. parece afirmar, em que offendia elle nisso a S. M^{ce}, a Academia, o Proto-medicato, ou pessoas muito respeitaveis da nação? . . . Se o Snr. Dr. quer mostrar que meu Pay foi diminuto no que disse da Academia, e que esta fez couzas a inda mais dignas de louvor do que as referidas por meu Pay, mostre-o, que elle de certo naõ o há de impugnar; porem naõ pertenda persoadir o publico de que meu Pay as occultou de propozito, ou desfigurou a seu sabor aquellas que referio.

Como quer que seja a verdade exige que eu confece que a pertençaõ do Snr. Dr. parece ser que se entenda que meu Pay naõ teve em vista defender a Academia, mas sim defender-se a si proprio. Ora se isto assim fosse fazia meu Pay alguma offensa a Academia ou ao Snr. Dr. Martins Pessoa? O homem que acode a apagar o fogo na caza do seu vizinho, para que naõ se comunique á sua, faz alguma injuria ao seu vizinho? . . . Creio que nem o Snr. Dr. Martins Pessoa tal ouzará afirmar. Que meu Pay defendendo a Academia se defendia a si proprio da parte que se lhe podia attribuir nos factos de que esta sociedade era arguida,

he certissimo: assim como hé certo que tambem defendia o Snr. Dr. Martins Pessoa e todos os outros socios. Nenhuma necessidade havia por tanto da subtileza de engenho do Snr. Dr. para o publico vir no conhecimento d'esta verdade: assim o Snr. Dr. não a tivesse exagerado. Meu Pay mesmo o declarou muito expressamente a pag. 93 da suas cartas, dizendo, "Até aqui
 "tenho defendido a Memoria do Duque de Lafoens,
 "e o decóro da Academia Real dos Sciencias: mas
 "tanto na apologia d'esta sociedade como na de seu
 "illustre fundador comecei indirectamente a minha
 "propria apologia."—Habes igitur Tubero, quod est accusatori maxime optandum, confitentem reum.—Hé certo que meu Pay podia acrescentar—Quid enim, Tubero, districtus ille tuus in acie Pharsalica gladius agebat? Cujus latus ille mucro petebat? Qui sensus erat armorum tuorum? Quae tua mens? oculi? manus? ardor animi? *Quid cupiebas? Quid optabas?* e até insistir no *quid cupiebas* e no *quid optabas*. . . . E que responderia a isto o Snr. Dr. Martins Pessoa? Porem meu Pay falando da batalha de Pharsalia teve a moderação de não falar de Tuberon, nem da sua espada.

Para melhor defender a Academia do que meu Pay o fizera, pretende o Snr. Dr. Martins Pessoa "que a
 "Academia não necessitava de defeza porque nunca
 "fora manchada, nem com suspeitas de culpa: e que
 "quando a necessitasse o havia de fazer com mais
 "dignidade, offerecendo ao publico um documento
 "firmado com os suas armas, mandado fazer por algum
 "dos seus socios, que depois de feito o apresentasse
 "em Sessão Academica para se aprovar, e assim dar se
 "ao prelo." Se a Academia não necessitava de defeza quando meu Pay escreveo a sua Carta 8, como hé que precisa agora de ser defendida? Por que não se defende ella a si propria? Foi por ventura o Snr. Dr. Martins Pessoa o socio por ella escolhido para esta empreza? Aonde está a sua nomeação? Aonde as armas da Academia? Aonde a certidão da sua aprovação? E pois que o Snr. Dr. Martins Pessoa julga todos estes requizitos necesarios para legitimar a empreza de defender a Sociedade, como se atreveo sem elles a declarar-se o defensor d'esta illustre

corporação? Não reparou S. M^{ce} que d'este modo a sua defeza ficava tão espuria, e mais suspeitosa do que a de meu Pay? Ao menos meu Pay, não supondo taes requezitos necessarios obrou de boa fé, quando sem elles se animou a constituir-se defensor voluntario da Academia: mas S. M^{ce}! . . . S. M^{ce} que declara que sem elles toda a defeza se faz suspeita!! . . .

Diz o Snr. Dr. que a Academia não carecia de defeza por que nunca foi manchada nem sequer com suspeita de culpa. . . . Mas no Tomo 2 da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal a pag. 220 lê-se o seguinte §: “A Academia Real das Sciencias, nesse tempo corpo sem alma tambem fez os seus compromentos a Junot por meio de uma deputação, offerecendo-lhe o logar de Prezidente: elle, não sei por que motivo, aceitou sómente o de socio honorario.” . . . Hé isto uma acuzação? . . . uma increpação? . . . ou um elogio? . . . Hé para desculpar a Academia que se diz que ella *era então corpo sem alma?* ou hé para fazer mais desprezivel, ou mais ridiculo o seu procedimento? . . . Se hé para desculpala supoem-se-lhe culpa. Se hé para deprimir o seu procedimento, ou para ridiculizalo, houve pozitiva intenção de deteriorar o seu credito no conceito publico. E então não carecia a Academia de defeza? . . . Não foi maculada nem sequer com suspeita de culpa? . . . Pode o Snr. Dr. Martins Pessoa persuadir-se que quem chamasse a S. M^{ce} corpo sem alma teria tenção de fazer-lhe elogio? O Snr. Dr. Martins Pessoa se leo este §, não reflectio sobre elle.

Continua o Snr. Dr. dizendo, “Nada disto tiveram as Cartas do Snr. Stockler, e até foram escritas depois de se lhe ter negado a licença que para isso pedio á mesma Academia.” *Para* isso quer dizer para escrevelas. Há puerilidade semelhante? Para escrever careceo jamais alguém da Licença de alguma pessoa ou corporação? . . . Para publicar por meio da imprensa o que se tem escrito carece-se de licença das competentes autoridades civis nos paizes aonde a imprensa não hé livre: mas se a academia não hé autoridade civil, hé claro que nem para imprimir o que tivesse escrito carecia meu Pay da licença d'esta sociedade. Hé verdade que ella goza do privilegio de

poder imprimir na sua officina sem dependencia de licença do Dezembargo do Paço as Obras dos seus Socios, e Correspondentes, sendo aprovados por dois censores Academicos que o sejam juntamente do referido Tribunal, ou do Santo Officio: e que por tanto quando algum socio pretende imprimir obras suas debaixo do privilegio da sociedade, tem esta a liberdade de conceder ou negar a permissão pedida. Se a nega não manda nem pode mandar censurar a obra assim rejeitada: mas se a concede hé obrigada a mandar proceder á indicada censura. Eis aqui pois o que a Academia praticou com meu Pay: aceitou a offerta que este lhe fez das suas cartas depois de lidas na sua presença, e em consequencia mandou-as censurar. Os motivos por que a impressão d'ellas se não realizou já ficam expostos com assas clareza. Ora se sou eu ou o Snr. Dr. Martins Pessoa quem neste cazo refêre a verdade hé facil de verificar: eu digo que a Obra de meu Pay foi censurada e declaro os nomes dos censores. Se nisto falo verdade hé claro que a Academia não recuzou a oferta de meu Pay. O Snr. Dr. que pretende que se acredite o contrario, faça agora a que devêra ter feito quando publicou a Sua Memoria: publique um documento authenticico ou certidão extrahida dos livros dos assentos Academicos, pela qual conste que a Academia recuzou a meu Pay a permissão de escrever as suas cartas, ou pelo menos a aceitação da oferta que d'ellas lhe fez para se imprimirem debaixo de seu privilegio, e que por isso nunca as mandou censurar. Isto hé o que faria, ainda sem ser a isso convidado por um terceiro, todo o escritor, que quize-se não expor-se a passar por falsario: mas isto hé o que o Snr. Dr. Martins Pessoa nunca há de fazer.

Entretanto devemos confessar que este logar da Obra do Snr. Dr. Martins Pessoa hé aquelle em que se manifesta mais reflexão e vivêza de espirito; porque tendo S. M^{ce} em vista defender *peessoas muito respeitaveis da Nação*, e sendo do numero d'estas os que clamavam altamente que não devia imprimir-se a Obra de meu Pay, que a tratavam de impolitica, e incendiaria; e que espalhavam os fataes prognosticos com que intimidaram a maioria dos socios da Academia, era preciso para acreditar o seu zelo diante de S. A. R., e desviar

de meu Pay a sua Regia confiança, fazer crer que a Obra que S. A. R. no Rio de Janeiro achou digna da Luz publica, suposto tinha o mesmo titulo, não hé a mesma que meu Pay havia pretendido imprimir em Lisboa. Com tudo esta astucia, que não parece propria do Snr. Dr. Martins Pessoa, e que hé alias propriissima *del Signor Sugerittore*, foi infeliz. Meu Pay que conhecia perfeitamente o Mundo em que vivia, antevendo mil acontecimento spossiveis, teve a cautela de fazer tirar uma copia das suas cartas, a qual firmou com o seu proprio punho, para dar lhe a autoridade de escrito autografo; e em signal de respeito e gratidão, antes da sua partida para este Reino do Brazil a offereceo a Ill^{ma}. e Ex^{ma}. Snr. Duqueza de Lafoens, em cuja bibliotheca deve existir. A confrontação da Obra impressa com este manuscrito autografo hé o argumento que eu offereço contra a maligna e calumniosa asserção do Snr. Dr. Martins Pessoa. Hé verdade que no dito manuscrito acha-se um additamento, o qual não foi lido na Academia por ser relativo as intrigas particadas para obstar á impressão da Obra. Este additamento hé o de que meu Pay fala em uma das suas cartas ao Snr. Jozé Accureio das Neves impressas em o No. 14 do Investigador Portuguez: então, como da mesma carta se vê, estava elle em duvida de a dar ou não a luz publica; e no momento em que imprimio a Obra decidio-se pela não impressão do additamento. No resto não há differença á excepção de algumas expressoens em cinco ou seis passos que meu Pay julgou dever corrigir, mas que não dizem respeito a nada de essencial.

Porem se hé notavel a imprudencia com que o Snr. Dr. Martins Pessoa afirma esta e outras semelhantes falsidades, não hé menor o despejo com que se atreveo a dismentir socios tão respeitaveis da Academia Real das Sciencias de Lisboa, como são os Snr. Antonio Ribeiro dos Santos, João Faustino, Antonio das Neves Pereira, e Agostinho Jozé da Costa de Macedo, e a Sociedade mesma, afirmando que esta não recuzára a sua Presidencia ao General Junot, por que nunca se tratára de semelhante materia em Sessão alguma das suas: e que o mesmo acontecêra á propozição de M. Carrion Nizas de escrever a Academia ao Imperador

Napoleão agradecendo-lhe a benignidade que estava disposto a uzar com a Nação Portugueza dando-lhe um Rey da sua escolha. O Snr. Dr. Martins Pessoa não contrapoem documento algum aos que se acham impressos em o No. 14 do Investigador Portuguez, pelos quaes se manifesta o contrario do que S. M^{ce}. afirma; mas uzando da sua costumada logica pretende demonstrar com razoes a não existencia d'estes dois factos. A primeira que S. M^{ce}. alega hé não se achar nos livros das actas da Academia nenhum assento e este respeito. A segunda hé que não hé crível, que o General Junot podendo ser Prezidente da Academia quizesse figurar nesta como segundo ao mesmo passo que era o primeiro em todos os outros logares distinctos da nação.

Que o general Junot foi governador intruzo do Reino de Portugal, desde que uzando da força fez cessar os funcgoens do Governo Nacional instituido pelo nosso legitimo Sobrano, hé tudo quanto eu sei: nem me consta que elle occupasse cargo algum da nação. A sua politica não chegou a tanto, por mais que diga o Snr. Dr. Martins Pessoa: mas isto importa pouco para o nosso cazo, o que neste momento me incumbe não hé mostrar as falsidades, em que vem envolvidos estes dois argumentos; hé examinar a força de cada um d'elles.

A do primeiro hé nenhuma; porque no livro das actas da Academia depois dos primeiros dias do Secretariado do Ill^{mo} e Ex^{mo}. Snr. Visconde (hoje Conde) de Barbacena, até aos ultimos do secretariado de meu Pay não se escreveo uma só palavra, e portanto se este argumento vale-se d'elle se seguiria que a Sociedade estivéra em innacção por mais de vinte annos: que todas as Obras publicadas em seu nome neste intervalo são opochriphas, &c. &c. Mas ainda quando naquelle livro se tivessem escrito todas as actas Academicas, d'elle não poderia constar senão os trabalhos literarios dos socios, e as deliberaçoens positivas da sociedade; isto hé, o que ella tivesse realmente feito; porem nunca o que ella não fez. Se o que as sociedades literarias e os homens de letras, que as compoem, não fazem se devesse ou podesse escrever em algum livro, o seu titulo não devera ser de *actas*, mas sim de *non-actas*...

Quão precioso não seria o livro das non-actas do Snr. Dr. Martins Pessoa! . . . Não haveria por certo descoberta alguma nas sciencias, nem invenção nas artes que a li se não achasse: seria uma perfeita encyclopedia. . . . Mas vamos ao facto: meu Pay assevera que tendo havido insinuação de nomear o General Junot Presidente da Academia, elle communicara esta insinuação á sociedade na sessão de 15 de Fevereiro de 1808, e que sendo o primeiro a falar, para instruir a assemblea do objecto d'aquella extraordinaria convocação, fôra tambem o primeiro a combater a propozição que hia constituir o objecto da deliberação: affirmam com elle os Snrs. Antonio Ribeiro dos Santos, Agostinho Jozé da Costa de Macedo, João Faustino, e Antonio das Neves Pereira, e a Sociedade mesma pela voz do seu unico orgão legitimo, que com effeito fôra este o objecto d'aquella sessão, e que para contentar de algum modo o General Junot, e previnir os effeitos da recuzação de nomealo seu Presidente, assentára a Academia de nómealo Socio Honorario.* O que a Academia fez ou qual foi naquelle dia a sua deliberação pozitiva consta dos papeis ou assentos Academicos, segundo a firma o Snr. Dr. Martins Pessoa a pag. 479.†

* Segundo o Estatuto da Academia, para a eleição de Presidente deve convocar-se a Sociedade toda: mas esta convocação extraordinaria deve ser procedida de uma assemblea de Socios effectivos e honorarios a qual a determine, e prepare a lista das pessoas que no conceito d'esta parte da sociedade são proponiveis para aquelle logar. A assemblea de 15 de Fevereiro de 1808 foi celebrada conforme este principio para se deliberar, se em consequencia da insinuação que tinha havido para eleger Junot Presidente se devia ou não convocar a assemblea geral; e foi a esta convocação que meu Pay se opoz. Hé claro pois que assentando os socios honorarios e effectivos que em taes circumstancias não tinha logar a convocação de assemblea geral, recusaram efectivamente a Presidencia a Junot; pois atalharam a possibilidade da sua eleição; e sendo natural que Junot se recentisse de uma tal recuzação; para previnir quanto era possivel os effeitos do seu recentimento assentousse de dar a este acto uma apparencia diferente convertendo-o em assemblea electiva a dando-se nella a Junot um dos maiores logares que em taes assembleas se podiam conferir; pois que d'este modo ao mesmo tempo que se lhe fazia o maior obsequio que as circumstancias permitiam se desviava a indignidade insinuada.

† Combinesse esta asserção do Snr. Dr. Martins Pessoa com o que o Snr. Accurcio dos Neves escreveu no quarto tomo da sua Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal, e na primeira

Logo do Assento Academico da Sessão de 15 de Fevereiro de 1808 consta tudo quanto devia constar, que hé a nomeação de Junot para Socio honorario. Se o Snr. Dr. Martins Pessoa pretende que se creia falso o que meu Pay assevera, o que assevera a sociedade inteira pela voz do seu Secretario, e o que asseveram os socios que passaram os atestagoens especiaes impressas em o No. 14 do Investigador Portuguez, deve procurar outros meios. Se me fosse licito aconselhar o Snr. Dr. eu lhe diria que S. M^{ce}. faria muito melhor se em vez de contradizer sómente debaixo da sua propria fé o que se acha affirmado por varoens tão respeitáveis, começasse por mostrar que o motivo da Convocação da Assembleia de 15 de Fevereiro de 1808 fôra outro diferente do que meu Pay lhe assignala: se depois, pagasse a indicar as cauzas que determinaram a sociedade a eleger de seu motu proprio o General Junot seu socio honorario naquella sessão: procurando desculpar esta baixeza da sociedade com algumas razoens plauziveis: e se finalmente de tudo isto produzisse documentos authenticos passados de ordem da Academia, e atestagoens especiaes dos socios que tiverão parte na deliberação d'aquelle dia. Então o Snr. Dr. Martins Pessoa me teria dado mais algum trabalho em impugnalo. Porem para que não se entenda que eu me recuzo a trabalho algum em defeza do credito de meu Pay, eu convido, ou dezafo, o Snr. Dr. Martins Pessoa a que me ponha no cazo de desempenhar esta tarefa.

Quanto ao seu segundo argumento elle hé da classe d'aquelles que segundo as regras da logica nada provam por isso que a serem validos provariam em demazia ou provariam o contrario do que com elles se pretende provar. Não hé crível (diz o Snr. Dr.) que Junot podendo ser primeiro em tudo se contentasse com um logar Academico que não fosse o primeiro.—Agora

das suas cartas em resposta ás de meu Pay impressas em o N^o XIV. do Investigador Portuguez, aonde o dito Snr. Accurcio assevera que nos papeis e assentos da Academia nada se acha escrito relativamente a eleição do General Junot para socio honorario, a ver-se-há com quanta razão meu Pay suspeitava, que a pessoa que manifestou ao Snr. Accurcio dos Neves os papeis e assentos Academicos fôra diminuta, por não dizer cavilosa, nesta manifestação.

digo eu. Se este argumento fosse válido a conclusão legitima que d'elle se derivaria seria a seguinte:— Logo ou o General Junot não poudé ser primeiro na Academia por que a sociedade lhe recuzou a sua presidencia, ou elle não aceitou o logar de socio honorario para não ser segundo aonde podia ser primeiro. Mas hé constante, até pela confissão do Snr. Dr. que Junot aceitou o logar de socio honorario, logo contentou-se com ser segundo aonde não poudé ser primeiro, e portanto negoulhe a sociedade a sua presidencia, contra o que o Snr. Dr. afirma e pretende provar.

Pelo que respeita á propozição de M. Carrion Nizas afirma meu Pay que elle tomou sobre si o combatela em duas sessoens consecutivas: e pois que meu Pay a impugnou sem a fazer objecto de deliberação Académica, hé claro que nenhum assento havia que fazer a este respeito. Porem a sociedade determinando que se agradecesse simplesmente ao General Junot, como meu Pay lhe propozéa, a communicação da Carta dos chamados deputados da Nação Portuguesa, sem tomar em consideração a propozição de M. Carrion Nizas, mostrou assas que se uniformava com elle no seu modo de pensar sobre este artigo.

O que hé notavel hé que pretendendo meu Pay, que a honra de se haver recuzado a Presidencia da Academia ao General Junot, e de se não haver annuido a propozição de M. Carrion Nizas pertença á Sociedade, o Snr. Dr. Martins Pessoa se esforce por mostrar que esta não teve parte em nenhum d'aquelles dois actos: e que ao mesmo tempo queira persuadir que meu Pay na defeza que intentou da Academia a injuriou, e que hé elle pelo contrario quem a honra, negando-lhe a gloria de haver praticado duas acçoens talvez sem exemplo nos Fastos das Sociedades Literarias, e descompondo de mais a mais de mentirosos o seu honrado secretario, e seis dos seus socios mais autorizados e conspicuos Quanto mais valem os vituperios do que os elogios do Snr. Dr. Martins Pessoa! Por menos do que isto decretou a Academia a exclusão de Fr. Jozé Marianno da Conceição Veloso do numero dos seus Socios.

O Snr. Dr. Martins Pessoa assevera a pag. 479, que o offerecimento da Presidencia da Academia, e a questão

de se escrever ou não a Carta de agradecimentos, lembrada ou proposta por M. Carrion Nizas, fóra negocio tratado fóra da Academia por alguns Socios com o dito Carrion Nizas, e que esses taes Socios assim o confessaram quando meu Pay pretendeo uma atestação do Corpo Academico, a qual este lhe recusou. O Snr. Dr. quando isto escreveo pretendia provavelmente que o acreditassem: mas não reparou que, quem diz couzas inverosímeis, não merece credito quando não produz provas do que assevéra: se ainda priziste no intento de que o creiam, e S. M^{ce}. não hé como aquelles pregadores que se contentam com a paga do sermaõ sem se embarracarem com effeito que elle fará nos ouvintes digne se declarar: 1. Quem foram os Socios da Academia que trataram com M. Carrion Nizas da offerta da sua Presidencia, e do negocio da Carta de agradecimentos. 2. Em que logar e na presença de que testemunhas isto se passou. Digne-se 3. de ajuntar a estas suas declaraçoens attestaçãoens passadas pelos Socios que compunhama tal Sessão Academica, em que S. M^{ce}. diz que se recusara a meu Pay a atestação que elle pretendia, e na qual os Socios, que haviam clandestinamente tratado com M. Carrion Nizas aquelles odiosos negocios, fizeram a vergonhosa e incrivel confissão que o Snr. Dr. afirma. E digne-se finalmente de apresentar um documento authentico passado pelo qual conste que com effeito a Sociedade negou a meu Pay a tal atestação que S. M^{ce}. assevera ter sido por elle pedida, e qual era o seu objecto. Eu desafio de novo o Snr. Dr. Martins Pessoa a apresentar no publico estes documentos dentro do tempo sufficiente depois da publicação d'esta analyse; e para mais o obrigar declaro desde já, que não o fazendo S. M^{ce}. assim: eu patentiarei ao publico que o Snr. Dr. Martins Pessoa se recusou a este desafio; e o denunciarei a face do mundo inteiro por falsario e Calumniador.

Diz mais o Snr. Dr. Martins Pessoa que meu Pay offenderá altamente a Academia declarando, “que
“ todos os tribunaes, e corporaçãoens mais respeitaveis
“ existentes na capital foram convocados a Caza do
“ General Junot para o felicitarem pela usurpação que
“ tinha feito *em nome de Napoleão da Nação Portuguesa*
“ *para a governar em seu nome dahi para diante.*”

As palavras de meu Pay na pag. 84 das suas Cartas são as seguintes.—“Muitos de vos deveis de estar
“ainda lembrados de que nos primeiros dias de
“Fevereiro de 1808 eu fiz sciente esta Sociedade, de
“que no infausto e tristissimo dia em que todos os
“tribunaes e corporações respeitaveis existentes
“nesta capital foram convocados por *ordem* do General
“Junot ao palacio da sua Rezidencia, *ou antes ao seu*
“*Quartel General* para *ahi representarem o simulacro*
“de uma sincera e voluntaria felicitação pelo abuzivo e
“estranho acto de usurpação, que elle acabava de
“exercitar sobre esta monarchia, &c.” E ainda assim para que a acção de haver comparecido naquelle acto seja avaliada como de justiça deve ser, não se contentou meu Pay com escrever no seu discurso as palavras *Ordem* e *Quartel General*; acrescentou-lhe uma nota em a qual declarou que naquella Ordem em forma de Avizo, não se expressava o motivo da convocação por ella determinada. Hé d’este modo que meu Pay escreve em assumptos melindrosos pezando mui seriamente as palavras de que uza. As que o Snr. Dr. Martins Pessoa lhe atribue, era impossivel que meu Pay, a não estar delirante, jamais as escrevesse. Mas entretanto que injuria fez elle a Academia em referir um facto de publica notoriedade?

O Snr. Dr. Martins Pessoa afirma que meu Pay nesta Carta quiz dar a entender que a Academia pedira a Napoleão um Rey da Sua Familia. Se assim fosse que maior injuria podia meu Pay fazer a esta respeitavel corporação? Entre tanto pode algum á vista das palavras de meu Pay deixar de admirar a logica e a finura de entendimento do Snr. Dr. Martins Pessoa? Junot (diz meu Pay) convocou os tribunaes e as corporações mais respeitaveis da Nação Portugueza ao seu Quartel General, expedindo-lhes para isso ordem, com o fim de conseguir por este modo o simulacro de uma felicitação sincera e voluntaria pelo abuzivo e estranho acto de usurpação que acabava de praticar, &c. Qualquer pessoa ao ler estas palavras se persuadirá que quem as escreveo tinha em vista fazer crer que o general Junot desconfiado de que nenhuma corporação politica da nação Portugueza se prestaria a felicitalo pelo acto da sua usurpação uzou do artificio de mandar

chamar todos por uma ordem em forma de avizo ao seu quartel general sem expressar o motivo d'esta convocação, para assim conseguir por astucia o que receava não alcançar se procedesse neste negocio com franqueza. Mas a intelligencia de qualquer não hé a do Snr. Dr. Martins Pessoa. O Snr. Dr. hé que penetrou o espirito d'esta maligna e venenosa passagem: o que isto quer dizer, ou dar a entender segundo o Snr. Dr. hé que a Academia Real dos Sciencias pedia a Napoleão um Rey da sua Familia para Governar Portugal. . . Este pensamento não podia na verdade dizer-se com mais disfarce: mas não há disfarce que baste para illudir a perspicacia do perspicacissimo Snr. Dr. Martins Pessoa. . . . Este Senhor hé um Lince!

Naõ devo dessimular porem que no logar aonde o Snr. Dr. Martins Pessoa avança esta subtilissima proposição S. M^{ce} se refere a outro passo das Cartas de meu Pay notando que este disséra a pag. 108 que a nobreza, o clero e os tribunaes foram forçados a assignar representações e requerimentos, *que haviam de ser remetidos a Napoleão para lhe pedir um Rey da sua Familia. . .* Note-se que estas duas ultimas clauzulas são acrescentados pelo Snr. Dr. Martins Pessoa. O que meu Pay diz no logar citado hé o seguinte:—" Se o que não fiz merecesse ser relatado a V. A. R. acrescentaria aqui, que " não assignei, nem em cazo algum assignaria, as " famosas representações e requerimentos, que a " nobreza, o clero, e os tribunaes do Reino foram forçados a assignar, e a dirigir ao Imperador dos Franceses." Será por ventura a Academia nobreza, clero, ou tribunal do Reino? . . . Hé claro que não (parece me ouvir responder o Snr. Dr. Martins Pessoa) mas por isso que neste logar não se fala senão em nobreza, clero, e tribunaes do reino, e se diz que estes assignaram forçadamente petições cujo objecto se não declara; hé que por boa logica se infere que com estas expressões se quiz dar a entender que a Academia em que se não fala, pediu voluntariamente a Napoleão um Rey da sua Familia couza de que nunca se falou. . . . Ora devemos confessar que um raciocinio d'estes não tem replica. . . Eu pelo menos chegando a este passo da Obra do Snr. Dr. Martins Pessoa envergonho-me de continuar a responder-lhe; nem mesmo com ironias e sarcasmos.

O Snr. Dr. hé um innocente: não merece que o castiguem.

Ainda apontarei cõntudo algumas clauzulas da sua Memoria, demonstrativas do sua innocencia.

Diz a Snr. Dr. que meu Pay, se esqueceo “de que a
“ Historia Geral da Invarão dos Francezes em Por-
“ tugal tinha sido apresentada á Academia, e que esta
“ lendoa não a reputou offensiva, antes muito digna de
“ louvor; e tanto assim o intendeo que pelo seu mere-
“ cimento o nomeou (suponho que quer dizer *nomeou*
“ o *Autor*) seu socio correspondente, em cuja nomea-
“ ção entrou o dito Snr. Stockler como *socio que então*
“ *era.*” . . . Esta ultima clauzula parece indicar que
meu Pay já não hé socio da Academia. . . . Pelo
menos se o que o Snr. Dr. Martins Pessoa refere d'elle
fosse verdade, a Academia o devêra já há muito ter
rejeitado do numero dos seus socios . . . e hé inne-
gavel que no prezente estado de coizas o decoro da
Sociedade não consente que elle e o Snr. Dr. Martins
Pessoa sejam seus socios ao mesmo tempo. . . . Mas
tornando ao assumpto: o Snr. Dr. hé que se esqueceo
da nota que meu Pay escreveo a pag. 7 da sua primeira
Carta.

Quando meu Pay em Janeiro de 1811 commegou a
ler na Academia as suas Cartas ao Autor da Historia
Geral da Invazão dos Francezes em Portugal, ainda
não tinha noticia da eleição do Snr. Joze Accurcio das
Neves para Correspondente: foi então que o soube; e
que com grande pasmo ouvio que o titulo para esta no-
meação fora a apresentação de um exemplar dos primei-
ros dois tomos da sua Historia: e por isso acrescentou as
suas Cartas a indicada Nota. . . . Nessa mesma occasião
ouvio dizer a algum socio, que a eleição não fôra pre-
cedida de leitura da Obra offerecida; o que hé bem
verozimil; mas que tendosse encontrado depois o
celebre § aonde vem a expressão *Corpo sem alma* a
sociedade fizêra observar ao Snr. Jozé Accurcio a
injustiça com que era tratada: e que elle prompta-
mente prometera retratar-se, e rectificar a sua narração
na primeira occasião que lhe offerecesse a composição
do 3. Tomo em que trabalhava. Se isto hé verdade a
sociedade considerousse maltratada e mostrousse sin-
tida. . . . O que hé notavel hé que o Snr. Dr. Martins

Pessoa chamando ao Snr. Joze Accurcio Correspondente lhe chame tambem socio. Socio e Correspondente são termos excluzivos. Hé verdade que mais de um Correspondente da Academia se tem arrogado nos frontispícios de suas obras a contraditoria denominação de Socios Correspondentes. A primeira vez que isto aconteceo, segundo tenho ouvido a meu Pay, foi com o defunto Snr. Joaquim Joze da Costa e Sá Literato aliás benemerito da Nação, ao qual a Academia fez observar que não devia uzar de outro titulo senão d'aquelle que a Sociedade lhe déra no seu diploma. Não sei se a Sociedade toléra agora esta pratica; o que sei hé que meu Pay não entreveio na nomeação do Snr. Joze Accurcio, e que suposto o concidere mui digno não só da correspondencia mas até da associação da Academia, nunca votaria em que esta sociedade tivesse com elle relação alguma em quanto S. M^{ce} não reparasse completamente a injúria que lhe fez.

Continua a Snr. Dr. Martins Pessoa dizendo. O Snr. "Stockler contradiz o seu primeiro juizo com a "Censura que lhe fez em 1813, em que a declara (a "Historia Geral da Invazão dos Francezes) indecorosa "á Academia, querendo persuadir que esta Censura "lhe havia sido encomendada por este Corpo Sciencífico."—Meu Pay nunca formou diferentes juizos da Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal; formou sempre o mesmo que ainda forma; nem pretendeu já mais persuadir a pessoa alguma que a Academia o encarregara de Censurar aquella composição. Isto hé uma simples inferencia, ou uma inferencia simples do Snr. Dr. Martins Pessoa da classe d'aquellas que me forçaram a envergonhar-me de responder lhe.

"O Snr. Stockler não se contentou de offender a "Academia em corpo; mas tambem passou a fazer o "mesmo aos seus socios em particular, como se deduz "da expressão que vem na sua Carta 8. a folhas 91. ". . . Se o Snr. Stockler se esquecesse de todas as "Memorias que se leram não injuriaria tão claramente "o grande numero de socios que tinham escrito algumas, nem tambem o faria á mesma Academia em "quanto afirma que não foram julgadas de merecimento distincto muitas que ella assim declarou, e que "mandou se publicassem, como efectivamente se fez

“no discurso historico, que leo o seu Secretario em
“24 de Junho de 1812 na sessão publica d’esse dia.”
... Meu Pay no logar citado das suas cartas fala nas
Memorias lidas na Academia desde o dia 30 de No-
vembro de 1807, até o dia 15 de Setembro de 1808.
O Snr. Dr. faz lhe um crime de não ter mentido
nem adivinhado; pois que só por meio d’estas duas
operações combinadas poderia elle mencionar como
pertencentes á aquelle luctuoso período Memorias
que ainda então não existiam; e que pelo menos
somente se manifestaram na Academia no intervalo
dos dois annos decorridos desde 24 de Junho de
1810 até 24 de Junho de 1812, como se mostra pelo
Discurso de Secretario, a que o Snr. Dr. se refere. A
Carta 8. de meu Pay hé datada de 15 de Dezembro de
1810. E elle ofendeo a Academia em não mencionar
naquella data, e como obras escritas mais de dois annos
antes, Memorias que a esse tempo talvez não existiam?
Eis aqui mais logica, ou mais innocencia do Snr. Dr.
Martins Pessoa.

“Mas o Snr. Stockler como o que acima refere, e com
“o que repete a folhas (quer dizer a paginas) 108 da sua
“Carta 9. dá a entender que a Academia ahi (na
“Junta dos trez Estados) foi presente, e diz claramente
“que o Tribunal do Proto-Medicato ahi assistio.” ...
“Meu Pay diz que a nobreza, o clero, e os tribunaes
do reino foram forçados a assignar os requerimen-
tos e representações, que em seu nome, o General
Junot dirigio ao Imperador dos Francezes. Não fala
na Academia nem no Proto-Medicato, fala em nobreza,
clero, e tribunaes do reino. A clauzula do *Reino*
seria ociosa se em Portugal não houvessem tribunaes
que não fossem regios. Se meu Pay se enganou em
supor que o Proto-Medicato não era tribunal regio,
ou se d’elle se esqueceo no momento em que escrevia,
nem por isso se segue que o pretendeo de primir ou
injuriar, quando a seu respeito não disse uma só pa-
lavra.

Fique porem o Snr. Proto-Medicato, (a quem seja a
terra leve) muito embora, com a gloria de não haver
comparecido na sala da Junta dos trez Estados com os
outros tribunaes regios no funesto dia, em que estes
foram forçados a praticar a acção mais violenta, a que

a força e a propotencia os podia constranger: mas para que os vindouros saibam, e nós mesmos saibamos, ao justo o quinhão de gloria que lhe pertence, queira o Snr. Dr. Martins Pessoa informar-nos se o tal Snr. Proto-Medicato não compareceo naquelle acto por que não foi a elle chamado, ou por que nobre e rezolutamente recuzou comparecer, especificando-nos neste ultimo cazo, se esta generosa resolução foi tomada por accordo d'aquella corporação Medico-Politica, ou se foi deliberação espontanea de cada um dos Individuos que a compunham. Mas no cazo de não ter sido o tal Senhor Proto-Medicato convocado para aquelle lastimoso acto não deixaria de ser coiza curiosa, a ser possivel indagar-se, saber se o General Junot deixou de comprehendelo na sua ordem geral; por que não o considerou como corporação politica da nação ou por que temeo a honradez, bizzarria, e patriotismo do Snr. Dr. Martins Pessoa e seus colegas. O Snr. Dr. talvez o saiba. . . . Pois elle que o diga.

Meu Pay quando fala de si a este respeito, não diz que assistira pessoalmente a aquelle acto; diz que não assignou aquelles papeis, e acrescenta que em cazo algum os assignaria. Que o Tribunal do Conselho Ultramarino foi chamado, e que compareceo naquella occasião na sala da Junta dos trez Estados, hé infelizmente uma verdade: assim como hé verdade que meu Pay era então e hé ainda agora o secretario d'aquelle tribunal, e que os ministros que o compunham, não obstante haverem assignado os odiosos papeis de que se trata, merecem e devem ser olhados como modelos de honra, probidade, e lealdade: mas tambem hé certo que meu Pay os não acompanhou naquella occasião, nem assignou aquelles requerimentos, o que se prova pelo original d'aquelle acto existente em Lisboa, e pela copia authentica que S. A. R. mandou buscar e existe aqui no seu Gabinete ou na Secretaria do Estado. Agora se meu Pay recuzaria, como elle diz, em todas e quaesquer circunstancias assignar aquelles indignos papeis, isso hé couza de que hé permitido ao Snr. Dr. duvidar se lhe parecer. Mas o modo de avaliar se um homem será ou não capaz de praticar uma acção que exige grande corajem, ou outra qualquer grande qualidade, hé comparar essa acção com os

que elle já tem praticado, e com o character que tem manifestado no de curso da sua vida. Compare pois o Snr. Dr. Martins Pessoa, não digo eu já a vida inteira de meu Pay, que S. M^{ce} provavelmente ignora, mas os acçoens por elle praticadas desde a antevespora da sahida de S. A. R. do porto de Lisboa até ao momento em que elle se retirou das bandeiras Francezas, as quaes se acham todas referidas e pela maior parte provadas com documentos nas Cartas 8. e 9. e decida se quem teve rezolução para executalas seria ou não capaz de recusar em quaesquer circumstancias a sua assignatura a papeis da natureza dos que uma grande parte da boa gente Portugueza foi obrigada a assignar na sala da Junta dos trez Estados: que eu aqui termino a minha analyse, e a defeza de meu Pay.

Naõ respondo ás calumnias nem noto as ineptias, que se contem ainda no resto do libello do Snr. Dr. Martins Pessoa, por que todas se reduzem a insulas repetiçoens das que deixo desenvolvidas e refutadas. Somente acrescentarei, que apresentando este papel a meu Pay elle depois de o haver lido atentamente me disse.

“ Naõ posso deixar de louvar esta Obra em quanto
“ a considero como um testemunho do teu amor filial,
“ e do amor que já começas a mostrar pela verdade.
“ Hé certo que não tivestes nella toda a moderação
“ que exigem os meus annos: mas tiveste muita mais
“ do que era de esperar dos teus. Consinto que a
“ publiques; pois que ella te faz honra, e faz honra á
“ verdade. Mas saiba o Snr. Dr. Martins Pessoa e
“ saiba o publico, que eu não considero o Snr. Dr.
“ responsavel pelas falsidades e calumnias que contra
“ mim escreveo, nem de outras quaesquer que ainda
“ de novo escreva instigado por estranha influencia.
“ Quem eu julgo unicamente responsavel hé quem o
“ persuadio a uma acção que elle coitadinho não sabe
“ avaliar. Espero que a tua Analyse da triste Obra
“ do Snr. Dr. Martins Pessoa faça ver a esses Senhores
“ que nós os conhecemos, e que temos na nossa
“ palheta sobejas tintas para retratalos. Talvez que a
“ siloeta que tu hoje apresentas ao publico baste para
“ que muitos os fiquem conhecendo. Entre tanto
“ para desvialos da tentação de incitar-me de novo, e

“ de obrigar-me a lançar mão do pincel, dize lhe tu
 “ da minha parte, o que um nosso parente mui
 “ proximo, e mui distincto pelos seus talentos, disse
 “ em outro tempo a outros emulos sobre assumpto
 “ bem menos digno da sua indignação :—

“ Que se guardem de mim ; por que se pesso
 “ Ao Campião de Apulia a longa espada,
 “ Com que fendia as Costas dos Romanos,
 “ Nem a maldita fama bolorenta
 “ De seus celebres nomes esquecida
 “ Illesa deixarei ; seraõ cantados,
 “ E Fabula do Povo em toda a idade.”

*Documentos, No. 1.—Carta do Secretario da Academia
 Real das Sciencias para o Marechal Stockler.*

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Tenho a honra de inviar a V. Ex^a os papeis juntos, satisfazendo d'este modo ao seu proprio dezejo, como tambem ao do nosso respeitavel socio, cuja urbana Carta e acertada Censura tambem os acompanham. *Esta remessa não necessita de ulterior Commentario.* Não posso todavia deixar de acrescentar que segundo o meu parecer *se augmentam cada vez mais as difficuldades de se publicar esta Obra de V. Ex^a debaixo do privilegio, ou com alguma sancção da parte da Academia.* Eu tomo a liberdade de declarar isto a V. Ex^a com toda a franqueza de um sincero amigo, que de veras se afflige de não poder servir a V. Ex^a como de todo o seu Coração dezeja, mas que não obstante isto nunca se esquecerá de ser com inalteraveis sentimentos de summo respeito. De V. Ex^a

O mais attento e obrigado Servo,
 JOAÕ GUILHERME CHRISTIANO MÜLLER.

II^{mo} e Ex^{mo} Snr. Marechal Francisco de Borja Garção Stockler.—Cazas da Academia 7 de Maio, de 1811.

Nos abaixo assignados atestamos ser o signal retro da pessoa nelle contheudo por bem o conhecermos, e para assim constar passamos a prezente. Rio de Janeiro 28 de Janeiro de 1816.

JOZE CORREA DE MOURA.

ANTONIO SALEMA FREIRE GARÇÃO.

Reconhecimento.

Reconheço verdadeiros os signaes supra. Rio trinta de Janeiro de mil oito centos e desesseis—Lugar do signal publico—Em testemunho de verdade.

JOAQUIM JOZE DE CASTRO.

No. 2.—*Carta do Secretario da Academia Real das Sciencias para o Marechal Stockler.*

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr.

Eu tenho de responder a V. Ex^a com alguma pressa, a que as circumstancias me obrigam. Não foi em prejuizo da sua obra que se demorou a sua remessa a Monsenhor Ferreira. Tendo eu todo o empenho possivel de a ver sahir á luz, especulei de lhe grangear votos. Communiqueia na minha caza, em algumas conferencias nocturnas em segredo a dois Academicos meus amigos particulares que não costumam hir as assembleas; em o que se gastou quasi toda a semana passada. Eu tinha tornado de a ler com toda a attenção, e apontado uma meia duzia de passagens susceptiveis de alguma sinistra interpretação, ou applicação, cuja mitigação não tem difficuldade. Mas cada vez me persuado mais que a obra não obstante as mais favoraveis censuras, e o seu merecimento intrinseco não será publicada pela Academia. *Fataes circumstancias independentes de mim* até ditalaram a sua remessa a Monsenhor Ferreira. Já no Sabado passado deixei a minuta de uma Carta a este nosso douto socio na Academia com a qual lhe contava remeter estes e outros papeis. Domingo se me prometeo uma copia tirada em limpo para eu assignar: até a esta hora não appareceo. Se me tivesse sido possivel de alcançar uma sege já teria hido mesmo a caza de V. Ex^a. Por que o que tenho a communicar lhe a respeito d'este negocio não se pode escrever. *A pluralidade de votos concorre em que a impressão d'estas Cartas não so seria infausta a V. Ex^a; mas até mesmo á Sociedade, e percursora da sua total ruina.* Peço a V. Ex^a de não dar fe em lizonjas relativas a este negocio: eu lhe digo a verdade em confidencia: Mesmo os admiradores da sua mestral apo-

logia na Carta de que V. Ex^a me honrou, no fundo estão contra a sua publicação, e lhe prognosticam as mais funestas consequencias. Distribuir o seu manuscripto a ultteriores censuras hé, a meu ver, uma mera cerimonia. Eu vou amanhã antes do meio dia á Academia; até ali ainda minhas pernas me levam, para ter uma conferencia com o Senhor Accurcio das Neves sobre um opusculo que elle tambem pretende publicar. Sendo possivel de obter vehiculo me transporto aos pez de V. Ex^a. *So falando posso lhe communicar o que dezejo a lhe dizer.* Eu tenho a honra de permanecer com o mais desvelado empenho de servilo e de lhe dar gosto.

De V. Ex^a

O mais prompto e reverente Servo e fiel Colega,
JOÃO GUILHERME CHRISTIANO MÜLLER.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. Marechal Francisco de Borja Garção Stockler.

Nos abaixo assignados atestamos ser o signal retro da propria pessoa nelle contheudo por bem o conhecermos, e para assim constar passamos a presente. Rio de Janeiro 28 de Janeiro de 1816.

JOZE CORREA DE MOURA.

ANTONIO SALEMA FERREIRE GARÇÃO.

Reconhecimento.

Reconheço verdadeiros os signaes supra. Rio trinta de Janeiro de mil oito centos e deseseis—Logar do signal publico.—Em testemunho de verdade.

JOAQUIM JOZE DE CASTRO.

No. 3.—Carta do Marechal Stockler ao Ex^o . . .

Ex^{mo} e Snr.;

Naõ podendo hir hoje pessoalmente a presença de V. Ex^a como dezejava, e devia, vou por este modo cumprir da maneira possivel com a insinuação que V. Ex^a se dignou dar me de que o procurasse passados trez dias.

Estimarei que as indagaçoens de V. Ex^a sobre o facto, que tive a honra de referir lhe, lhe tenham dado

sobre elle a luz que V. Ex^a dezeja, e que eu não posso dar-lhe. Tudo que posso fazer hé transcrever as proprias palavras da Carta do meu amigo, rezervando por ora occultos os nomes das pessoas a que elle se refere.

“ Quando M. W. veio em Abril de 1811 a
“ soube N. . . confidente do Lord, que este no tempo,
“ em que o Exercito combinado occupava as linhas
“ de Lisboa, tinha recebido debaixo de sobre escripto
“ do . . . um papel que mostrava a ma defeza que
“ Lord tinha feito na fronteira do Reino, cujo papel,
“ pelo bem trabalhado se julgou que só o Brigadeiro
“ Stockler o podia ter feito, &c.

Esta noticia hé de origem digna de credito, e vem acompanhada de outras mui particulares de que eu já estava há muito tempo inteirado, e que assim concorrem acorrobora a sua veracidade. Portanto como V. Ex^a não remeteo debaixo de seu sobre escripto papel algum de semelhante natureza a M. W. hé claro que houve pessoa que pretendeo ferilo escondendo a mão, e que conhecendo o character de V. Ex^a e o meu; e sabendo o muito que V. Ex^a me honra procurou fazer recahir sobre nós ambos a suspeita de sermos os autores d'esta tramoia. Ninguem que conhecesse a V. Ex^a e a mim poderia crer que nos eramos capazes de procedimentos clandestinos: porein M. W. estrangeiro neste paiz tem desculpa de ignorar que tanto V. Ex^a como eu, se julgassemos do nosso dever censurar a sua conducta militar tinhamos sobeja rezolução e corajem para fazelo abertamente; e que de outro modo não eramos capazes disso. Como quer que seja a minha honra, e o meu interesse exigem que eu faça constar que nunca remeti nem entreguei a V. Ex^a papel algum nem meu nem alheo relativo ao plano de defeza adoptado por M. W. e que V. Ex^a não tem noticia de que eu já mais escrevesse obra alguma sobre semelhante objecto. Embora o mais seja falso; como isto hé verdade, e esta verdade interessa essencialmente o meu credito, e até o bom exito das minhas pretensões na Corte do Rio de Janeiro, espero que V. Ex^a, constante no que de viva vóz me prometeo, se digne habilitar-me por meio de um escripto da sua mão para comprovar a minha innocencia e a falsidade

do calumniador e intrigante, que tão alcivozamente procurou indispor M. W. contra V. Ex^a e contra mim. Pode V. Ex^a estar certo de que o uzo que eu farei da sua Carta ou Atestação será sempre digno de V. Ex^a e digno de mim que tenho a honra de ser

De V. Ex^a &c.

CONGRESSO DE VIENNA.

(Continuado da pag. 428, do No. antecedente.)

CAP. VI.—*Do Equilibrio politico da Europa, em geral.*

O Equilibrio politico da Europa hé, depois de seculo e meio, o objecto do cuidado e especulaçoens dos homens de Estado, dos publicistas, e até se pode dizer, que hé a unica occupação de todos os homens que pensão na Europa. Em todo este intervallo de tempo talvez se não tenha escripto um so livro sobre materias politicas, em que por um modo ou por outro, directa ou indirectamente, o equilibrio politico não haja servido de assumpto; e facilmente se concebe por que isto era inevitavel, conciderando-se o estado de communicação em que vivem todos os povos.*

“ Este sistema, entre visto por Henrique IV. creado
 “ pelo Cardeal de Richelieu, confirmado pelo tratado
 “ de Westphalia, teve o seo maior desenvolvimento
 “ no reinado d’El Rey Guilherme, em tempo de suas
 “ longas guerras contra Luiz XIV. Depois desta
 “ epocha não cessou de ganhar uma especie de culto,
 “ por effeito do habito e do costume, até que veio a
 “ revolução que, devorando-o como devorou tudo o
 “ mais, mostrou quam fragil era este tão gabado edificio.

“ Há duas especies de equilibrio politico: um,
 “ natural e independente; outro, dependente e facticio.

“ O primeiro rezulta da igualdade proporcional
 “ entre Estados que, gozando de faculdades quazi

* Neste Capitulo tudo o que vai virgulado á margem hé extrahido do—*Antidoto contra o Congresso de Radstad.*

“ iguaes em territorios, povoação, riquezas, e pozi-
“ ções geographicas, tem meios quazi iguaes de
“ ataque e de defeza. Algumas vezes desigualdades
“ mui reaes são compensadas com vantagens particu-
“ lares que as corrigem. Taes são, entre Inglaterra e a
“ França, o commercio, a marinha, e a posição insular
“ que compensa sua desigualdade relativa de povoa-
“ ção, de territorio, e de forças militares. D’onde
“ rezulta uma força correspondente, por meios absolu-
“ tamente diversos. Assim as esquadras Inglezas
“ contra-balançam os exercitos Francezes; ellas tomão
“ por mar as conquistas que a França faz por terra: o
“ commercio dá a Inglaterra a riqueza com que paga
“ os exercitos que pede ao continente para pôr em
“ campo contra a França. Roma e Carthago tambem
“ forão rivaes, mas nunca forão iguaes. A Prussia e a
“ Austria; a Austria e a Russia; e esta e a Turquia
“ haõ tido entre si, apezar de mui apparentes desigual-
“ dades, uma verdadeira paridade de forças: a segu-
“ rança de sua independencia estava em que ellas
“ tinhaõ em si mesmas meios de se defenderem e con-
“ servarem.

“ A segunda especie de equilibrio rezulta do ciúme
“ natural dos grandes Estados entre si, da protecção
“ que dão aos pequenos, e emfim da attenção com
“ que todos impedem as vantagens de uma potencia
“ quando ellas são producto do detrimento das outras.
“ A França, por sua povoação, pela industria e ca-
“ racter de seos habitantes, por sua posição no centro
“ da Europa, dominando em ambos os mares, cercada
“ de uma triplice fronteira, que tanto a separava como
“ a separaria o oceano, dominava realmente sobre
“ todos os seos vezinhos do Continente, e justificava
“ o dito do celebre Marquez de Ormea: *Que me fal-
“ lais do equilibrio da Europa?* dizia este sabio mi-
“ nistro de Victor Amadeo; *elle está todo dentro do
“ gabinete de Versailles, uma vez que este saiba o que
“ faz.* Nisto está dito tudo; e as conquistas de
“ Luiz XIV., e os triumphos recentes da França provaõ
“ assas a preponderancia que esta nação, bem gover-
“ nada, estava sempre certa de ter, antes da Russia e
“ Inglaterra terem crescido tanto e de lhe haverem
“ tomado seo lugar.

“ A Espanha hé uma especie de colonia Franceza,
 “ assim como uma feitoria das outras naçoens ; porem
 “ não tem pezo algum especifico na balança da Europa :
 “ separadamente, ella nada pode ; porque hé tão fraca
 “ por terra contra a França como o hé por mar contra
 “ Inglaterra.”

A Espanha pode considerar-se como a Turquia ;
 ambas estão fora da politica activa, e não estão ligadas
 a Europa senão por meio do commercio que tambem
 ambas sempre sabem fazer em proveito seo. Longe
 de contribuirem activamente para o equilibrio da
 Europa, pelo contrario hé a Europa quem vigia sobre
 sua conservação. A Inglaterra sempre estará pronta
 a defender Espanha contra a França. No ultimo se-
 culo, a Suecia, a Inglaterra e a Prussia mostraram as
 mesmas disposições a favor da Turquia contra a
 Austria e a Russia.

“ Portugal ainda hé menos sensivel na balança das
 “ potencias Europeas. Hé no Brazil que o devemos
 “ contemplar ; o corpo do Estado está todo lá, e só
 “ tem a cabeça na Europa ; suas partes achão-se tão
 “ separadas que hé impossivel possam ter uma vida
 “ verdadeira, e uma acção propria. Este paiz não tem
 “ sido até aqui mais do que uma colonia commercial
 “ de Inglaterra, assim como a Espanha o há sido de
 “ França.”

A passagem do Principe Regente para o Brazil
 transtornou todas as relações deste paiz : ella influirá
 immensamente sobre o estado das naçoens da Europa.
 O Soberano de Portugal, que deo o primeiro exemplo
 de transplantar-se para o outro hemispherio, fez nova-
 mente a Europa um beneficio igual ao que ella já
 tinha recebido de outro Rey de Portugal que descobrio
 o Cabo da Boa Esperança. Assim, nem por isso os
 pequenos Estados são os que dão menos grandes
 exemplos, ou rendem menos grandes serviços.

“ A Italia não era, antes da revolução, se não uma
 “ galaria de pinturas, e um muséum que toda a gente
 “ hia vizitar ; mas não tinha a mais pequena influencia
 “ em os negocios politicos. Era sempre essa Italia
 “ de quem diz o auctor das *Cartas Persanas* que—
 “ dividida em uma infinidade de Estados, seos Prin-
 “ cipes são, propriamente fallando, os martires da

“ Soberania. Nossos gloriosos Sultões tem as
 “ vezes maior numero de mulheres do que alguns
 “ delles tem de vassallos. Suas divisoens habituaes
 “ concorrem para que tenham sempre seos Estados
 “ abertos como estão os *Caravançarás** para todos os
 “ que nelles se querem alojar; o que faz com que se
 “ liguem com as grandes Principes, nas maons dos
 “ quaes antes depozitaõ seos sustos do que uma verda-
 “ deira amizade.—Este quadro ainda existia tal e qual
 “ o acabâmos de ver quando os Francezes, que mui-
 “ bem o conheciaõ, invadiram este bello paiz. Não
 “ há com tudo nenhum outro pelo qual se hajaõ dado
 “ nem tantas batalhas nem taõ inuteis; porque todas
 “ ellas não produziram se não um muito miseravel
 “ rezultado, fazendo-se uma destribuição de poderes,
 “ na qual nem houve algum plano, nem couza alguma
 “ que annunciasse a menor idea de ordem, ou de
 “ arranjo para este paiz.

“ Assim os Allemaens reinavaõ em Milaõ, e não
 “ podiaõ la chegar senão atravessando o territorio de
 “ Veneza. El Rey de Sardenha, postado entre a
 “ Austria e a França, não podia equilibrar nem uma
 “ nem outra. Cada um, em particular, o podia de-
 “ vorar; e em todos os seos debates era elle quem
 “ ministrava as estradas e os campos de batalha.
 “ Colocado ao pé dos montes, não podia só fechar a
 “ passagem a França; e de facto, o carcereiro dos
 “ Alpes era mui fraco para lhes guardar as chaves.
 “ Do lado do Milanez a sua pozição ainda era peor,
 “ por que não tinha contra os Alemaens as vantagens
 “ que os Alpes lhe davaõ contra os Francezes. A
 “ Italia não estava pois defendida nem contra a França
 “ nem contra a Alemanha. Este estado passivo era
 “ ainda agravado pelas dissengoens dos pequenos
 “ principes, todos preocupados uns contra os outros,
 “ e todos sem fronteiras capazes. Assim El Rey de
 “ Sardenha temia, e hia roendo o Duque de Milaõ,†
 “ e ao mesmo passo dava sustos a Genova.”

A França surprehendeo a Italia no meio desta

* Especie de Albergarias, aonde se alojaõ os viajantes.—Nota dos Redactores.

† O Milanez hé uma alcachofra, que hé preciso comer folha á folha, dizia Victor Amadeo.

desunião de vontades e interesses, e desta falta absoluta de todo o espirito publico Italiano; mas a sua intervenção em os negocios de Italia produzio ao menos um effeito que há de durar:—Creou-lhe um espirito bem caracterizado a favor da sua independencia. Agora pode-se dizer da Italia o que se diz dos licores que ainda estão fermentando, isto hé, que hé preciso esperar pela sua fermentação completa para julgar de sua qualidade.

“ O meio dia da Europa não era por tanto couza
“ nenhuma no equilibrio geral. Alguns sinaes delle
“ só se começava a ver ao entrar na Alemanha, e ao
“ avançar para o Norte. Ali, ao menos, existia uma
“ especie de plano, e um correctivo geral dos innu-
“ meraveis defeitos que existião no meio de seos
“ Estados. O Tratado de Westphalia já tinha regu-
“ lado o estado politico da Alemanha, e fazia o seo
“ corpo de direito publico. Um grande numero de
“ potencias tinhão concorrido para o formar e sus-
“ tentar; e nos ultimos tempos, outros Estados, até
“ ali como estranhos para a Alemanha, haviam dado
“ tambem a elle a sua adhesão; porem as muitas
“ mudanças, provenientes da successão do tempo,
“ haviam alterado a substancia deste tratado, a ponto
“ de elle já não estar em proporção com as circun-
“ stancias. As cessoens feitas a Luis XIV. tinhão
“ alterado sua integridade. Algumas das potencias
“ que mais tinhão contribuido para a sua formação,
“ tal como a Suecia, tinhão perdido a sua influencia,
“ e apenas já estavam ligadas ao Imperio por laços
“ imperceptiveis. Novas potencias, tal como a Prussia,
“ se haviam ellevado no centro do Imperio; e a Russia
“ se avezinha cada vez mais. A Austria, pelo con-
“ trario, cada dia se hia delle desligando, e parecia
“ querer antes conservar os titulos do que ter a respon-
“ sabilidade e os encomodos.

“ A opposição constante entre a Austria e a Prussia
“ tinha dividido a Alemanha em duas partes; e toda
“ ella se havia alistado debaixo destas duas bandeiras;
“ de maneira que a couza mais rara na Alemanha era
“ um verdadeiro Alemão:” não haviam senão Aus-
“ triacos e Prussianos. A necessidade da defeza, que
“ nos ultimos annos Napoleão creou na Alemanha, fez

reviver o espirito Alemão; mas este tende visivelmente para o estado da sua primeira divizaõ: de facto, existia na Alemanha um alto e baixo Imperio.

“ A Austria possuia na Alemanha uma immensa
“ extensaõ de territorio que, a certos respeito, tanta
“ fraqueza lhe dava como força; porque por toda a
“ parte lhe dava vezinhos sem lhe dar fronteiras. Nas
“ suas possessões longinquas dos Paizes Baixos cedia
“ mais aos seus proprios embarços do que as forças de
“ Hespanha: esta enviava para ali por mar os exer-
“ citos que a Austria não podia mandar senão por terra.
“ Estas especies de colonias continentaes não convem
“ senão as potencias maritimas que podem abordar
“ nellas quando queiraõ e com pequena despeza.

“ Os Paizes Baixos punhaõ a Austria na dependen-
“ cia da França e de todo o norte: o Milanez dava-lhe
“ uma parte de Italia por inimiga. Alem de todos
“ estes embarços ainda tinha a Austria os do Imperio,
“ corpo immovel para a acção, mas sempre em agitação.

“ Há mais de cem annos que a Polonia não tem
“ existido, se quer um momento, para bem da Europa.
“ Se a divizaõ deste paiz foi o escandalo da moral, o
“ seu governo era o escandalo da razão. Aos olhos da
“ moral nada pode legitimar esta partilha; e com tudo
“ depois da appareçaõ da Russia sobre a scena do
“ mundo, ella era indispensavel. Um rio novo se
“ precipitou de repente do polo para o meio dia da
“ Europa: uma parte do globo, mudando por assim
“ dizer de direcção, pezo sobre a Europa com um
“ pezo novo, e lhe fez suportar uma carga a que não
“ estava acostumada. Semelhante a esses rochedos
“ que, separando-se das montanhas, vão rolando até
“ o fundo dos vales, e levaõ diante de si quanto en-
“ contraõ, devia acontecer que o grande corpo da
“ Russia, uma vez posto em movimento para a parte da
“ Europa, seguisse sua carreira até encontrar bar-
“ reiras mui fortes que o contivessem; e taes barreiras
“ não tinha a Polonia.”

A Prussia hé uma creação nova, que apenas existia há cem annos, e que levou todo o decimo oitavo seculo a crescer. Não podendo estender-se a custa de potencias mais fortes do que ella, nem a custa das mais fracas, sustentadas pelas primeiras; cortejada pela

França, temida pela Austria, defensora do Imperio Germanico, escudo da Holanda, tão forte pela necessidade que havia-d'ella como pelos seos recursos pessoas, e propria para defender, porem inhabil para destruir; a Prussia em taes circumstancias era, antes da revolução, uma das columnas do equilibrio da Europa. Nenhuma das innovações, acontecidas na Europa, veio directamente della. Ella consentio e conformou-se por interesse proprio, e para não ficar em um estado de inferioridade relativa, que, em politica equivalle a uma perda effectiva; porem longe de provocar as invações effectuadas ou projectadas contra outros Estados, nunca cessou de se armar contra ellas. Vede os tratados de Teschen, de Reichenbach, e a linha de demarcação desde de 1795 ate 1801. Se depois desta epocha a Prussia aceitou territorios que não lhe pertencião, pode-se dizer que, pecando contra a moral, (o que não pretendemos decidir) não pecou contra o equilibrio Europeo; por que estes acrescimos de territorio eraõ ou compensações por perdas recebidas, ou *igualizações* proporcionadas ás aquisições das potencias vizinhas, a quem convinha igualar em poder em proporção da proximidade de seos territorios. O que pode acabar de fazer ver qual era a importancia da Prussia na balança da Europa hé, que ate o momento em que, mais surprehendida do que vencida, mais abatida pela impericia de seos chefes do que pela força propria de seo inimigo, foi espedaçada no seo primeiro choque com a França; logo neste mesmo momento os grandes Imperios da França e da Russia se tocaram e deram combates furiosos que mudaram a face do mundo. Tanto hé que a Europa interessa em que a Prussia, colocada no centro da balança politica, seja sempre assas forte para impedir que uma das bacias não arraste inteiramente a outra com seo pezo.

A Russia que, assim como a Prussia, se tornou Europeia no decimo oitavo seculo, nunca tem cessado de a perturbar; e em vez de lhe dar equilibrio sempre lho tem feito perder. Hé um Imperio que está sempre a crescer há mais de cem annos.

A Filandia, o seo maior e mui capital interesse, ainda não lhe estava unida: entre as maons da Succia este paiz era para Petersbourgo o que nas maons de Ingla-

terra seria a Normandia para Paris. Nem uma nem outra poderia já mais escapar a potencia que ellas tão bellamente arredondavaõ. Taes territorios são sempre conciderados pelas naçoens como objectos de primeira necessidade, de sorte que nunca descansão sem os conseguirem.

Agora a Russia pede a Europa que a veja dar passos que ella promete devem ser os ultimos, e protesta que chegando assim ao termo de seos dezejõs, vai descansar, e fazer com que todos os mais tambem descancem.

Este hé certamente o mais nobre emprego que ella pode fazer de suas forças immensas, tanto mais terri-veis, porque a experiencia acaba de amplamente mostrar, que ella só no continente tem o terrivel privilegio de hir fazer aos outros um mal que hé mui perigoso de se lhe hir fazer a sua caza.

Quando a Suecia possuia um grande territorio na Alemanha e na Russia, influia na Alemanha quasi da mesma sorte que hoje o faz a Prussia. Esta e a Russia ainda entãõ não existiaõ, e a Polonia era um cahos de barbaridade; porem depois que a Suecia perdeu quasi todas as suas possessoens continentaes em consequencia das guerras de Carlos XII, seos Reys, desterrados no fundo do norte, eraõ mais observadores do que actores na scena do mundo. Se a uniaõ de Calmar se tivesse podido manter, a força que rezultava da reuniaõ das tres coroas, teria dado a Suecia uma importancia mui superior a que d'antes gozava. Mas pela uniaõ da Norwega com a Suecia, esta potencia tornou a um estado quasi igual a aquelle que nos tempos anteriores lhe dava a Uniaõ de Calmar.

Invulneravel dentro de caza, não podendo conquistar nem ser conquistada, reunida em um só corpo pela acquisiçaõ da Norwega, quando antes estava dividida em duas com a posse da Filandia, a Suecia adquirio uma força defensiva mui grande, e uma força offensiva mui propria para sustentar o equilibrio geral. De hoje em diante a Suecia já não pode ter senão dois inimigos — a Inglaterra e a Russia: ella será contra a Russia a Inglaterra do norte, e contra a Inglaterra o guarda do Baltico, e a força auxiliar de todas as potencias que habitaõ suas costas. Já sem precizar defender seo interior, poderá voltar toda a sua attençaõ para o com-

mercio e para o mar. O commercio lhe dará riquezas ; o mar lhe dará bons e muitos marinheiros, que juntos com os outros das potencias da Europa, forçarão talvez ainda um dia Inglaterra a moderar com justiça o exercicio da sua superioridade maritima.

“ A Dinamarca pezava mais na balança do commercio que na da politica : seos Estados eraõ mui pequenós, estavaõ muito separados do continente, muito divididos entre si, e pella maior parte eraõ assas maltratados pela natureza. A per dada Norwega acaba de roubar-lhe toda a sorte de importancia. Colocada a um lado dos vastos Estados, que por toda a parte se tem formado, a Dinamarca não hé hoje mais do que um grande e um bello senhorio de uma Coroa Real. Depois da guerra da successão de Hespanha, a Hollanda tinha perdido toda a influencia activa em os negocios da Europa. Dando-se inteiramente ao commercio, ella não quiz fazer mais a figura que lhe haviaõ feito representar Guilherme e seos Magistrados, inimigos constantes de Luis XIV. Quanto á Inglaterra, hé ainda uma questão o saber-se, se ella antes mantinha ou tornava o equilibrio geral. Dominando nos máres, reinava sobre o commercio, e excedia em riquezas a todas as naçoens. Estas eraõ, por assim dizer, forçadas a unir-se contra ella. Inatacavel na sua ilha, presente em todos os lugares, em virtude dos seos mil navios, ria-se das tempestades que ella suscitava em todo o continente; mas essas mesmas tempestades eraõ as que faziaõ toda a sua maior segurança, e se ella algumas vezes procurava socegalas, eraõ quando já começavaõ a ser um pouco fortes, e ameaçavaõ arruinar alguma das partes que ella tinha interesse de conservar. Hé em razão disto que em 1790 a Inglaterra, representando a figura da França, arrancou a Turquia das garras da Russia.”

A fortuna tem servido mui bem Inglaterra; porque ella hé incontestavelmente a primeira potencia da Europa. Inaccessivel dentro de caza, não se pode chegar a Londres por caminhos semelhantes a aquelles por onde se pode chegar a Vienna, a Berlin, a Moscow; e que digo? até mesmo a Paris. O elemento que deve ministrar a estrada está todo em seo poder. E quantos

seculos seraõ talvez precizos para que todas as bandeiras da Europa reunidas possaõ ser superiores a unica bandeira Inglesa? Provoçaçoens imprudentes lhe tem ensinado a defender as suas Costas. Outras provoçaçoens lhe tem creado exercitos, e lhe tem dado nomes illustres por muitas façanhas. Em vão o mais habil de seos inimigos lhe procurou as partes mais vulneraveis; sempre lhe achou um corpo robusto, *impenetravel por effeito da duplice coiraça da melhor constituição que existe em o universo*, e do patriotismo o mais unanime que tem ligado qualquer povo da terra aos interesses da sua patria. Debalde pertendeo cortar-lhe os nervos da sua força, atacando-lhe as finanças e o commercio que dellas saõ alma; mas debalde empregou contra ella todas as molas mais fortes de seo espirito e poder. Similhante a essas singulares producçoens da natureza que revivem debaixo do ferro que as mutila, o commercio Ingles se enriquecia com tudo o que se lhe pertendia roubar; e Inglaterra, atacada no seo credito, enganava todas as esperanças fundadas no seo esgotamento, ria-se das illuçoens de seos inimigos, e respondia com novos prodigios de riquezas, desconhecidas no mundo, e com um patriotismo, que parecia estar dezaafiando e escarnecendo de todos os sacrificios, á todos esses pronosticos que se faziaõ sobre a sua proxima desgraça.*

* As profecias financiaes não tem sido mais felizes em França do que em Inglaterra. Mr. Pitt poz por muito tempo todas as suas esperanças nos *assignados, mandados, rescripçoens*, e todas as mais operaçoens, as quaes os Financistas da Convenção e do Directorio empregaram successivamente depois.

Mr. D'Yvernois, durante um longo periodo de tempo, nunca deixou de prophetizar todos os annos que o governo Francez hia perecer em virtude de suas finanças, e isto em um dia determinado, a 31 de Dezembro. Da sua parte os Francezes faziaõ iguaes predicçoens tão sinistros, e tão futeis.

Parece que tanto uns como outros não entendiaõ a questaõ. Da parte dos Ingleses tomava-se por cauza de morte o que nem se quer dava o mais pequeno embaraço ao governo Francez, e muito menos ao povo. Vede a facilidade com que tornou a apparecer logo todo o numerario necessário para representar as necessidades da vida, assim que desapareceram todos esses papcis, que Ramel, Contador-mor da Convenção e Cambon avaliaram em mais de 45 milhares. . . Em todo este tempo não ficou por isso por cultivar nem menos uma geira de terra, nem menos uma casa se edificou: aonde estava pois o embaraço que produziaõ as finanças?

Felizes os povos entre os quaes qualquer nova necessidade tem o effeito de produzir uma nova riqueza! Assim a que grão de riqueza não se ellevou Inglaterra? A guerra a fez senhora dos pontos mais importantes do globo. Considerai-a ufanamente sentada sobre o Oceano, lançando a ancora em todos os pontos dominantes dos mares, e circumscrevendo o mundo dentro da vasta rede, em que parece o tem metido: a dominação de Inglaterra differe da que tem as grandes potencias continentaes; porque hé verdade que não pode fazer marchar seos exercitos a todas as capitães da Europa, como o tinha feito a França, mas tambem se não pode chegar até a sua, e seos golpes ainda vão muito mais longe, e sem risco. Os seos exercitos

Da parte dos Francezes, o erro estava em calcular os recursos de Inglaterra pelo seo Budget, e não pela determinação em que estava o povo em sacrificar tudo a sua propria conservação: nisto hé que consistiaõ todos os seos recursos contra o *deficit*. Este tinha por hypotheca a Inglaterra, a Escocia, a Irlanda, a India, a America, e o commercio do mundo: era por tanto preciso que tudo isso primeiro acabasse antes de dar um só passo para traz. E que significavaõ neste cazo o *deficit*, e todos os pronosticos que sobre elle se faziaõ? Assim bem se vio o que aconteceu.

Alem disto hé falso, que um paiz pereça por cauza das finanças: se isto fosse verdade, já não haveria um só Estado que existisse independente na Europa. As finanças da Austria estaõ há quinze annos em um estado miseravel; e apezar disso nunca a monarquia foi mais poderosa nem mais victoriosa.

Há oito annos que, por assim dizer, não existem finanças na Prussia; e eis que vimos a Prussia mais poderosa do que nunca, e os Prussianos victoriosos duas vezes em Paris no espaço de quinze mezes.

Regra geral: as finanças não mataõ se não os patétas ou os velhacos. Outra regra geral: em tempo de revolucçoens não há finanças nem para uns nem para outros, isto hé, nem para os Estados que atacaõ, nem para os que se defendem. Hé só depois dos combates, que se estabelecem as finanças.

Vede a America: cuidou ella nas finanças em quanto durou a guerra da sua independencia? Certamente não. Assim se achava ella em uma bella desordem quando Hamilton se encarregou deste ramo, e fez praticar o sistema que tem dado a America um dos melhores tezouros do mundo, até o momento em que imprudentemente entrou em lucta com Inglaterra, na qual, para nos servirmos de uma expressão vulgar, *só tinha boas pancadas que ganhar*.

N. B. A America ganhou mais do que perdeu na guerra, tanto moral como fizicamente; e mostrou ao mundo, que podia aspirar a outros ganhos alem dos que lhe supunha o Abade de Pradt.—Os Redactores.

podem estar ao mesmo tempo na India e diante de Boston.*

A esta influencia directa juntai a das riquezas, que há cento e vinte annos dão a Inglaterra os meios de fornecer as outras potencias os recursos de que tem necessidade para se porem em movimento, e que lhe dá tantos vassallos como são os povos que por isto ella faz seos tributarios. Inglaterra hé logo a potencia preponderante na Europa, e tanto mais proponderante, porque o seo poder hé o resultado de uma combinação de couzas de que ninguem a pode privar, a—sua pozigaõ, o mar, a sua constituição, e seo espirito publico.†

“ Rezulta deste quadro da Europa que nella nunca
 “ houve um equilibrio, calculado sobre bases fixas ou
 “ regulares. O tratado de Westphalia era o unico
 “ monumento deste genero, ainda que não era applicavel
 “ senão a uma pequena parte da Europa. Com tudo
 “ elle excitou a idea de um equilibrio, assim como a da
 “ necessidade de conter as grandes potencias, umas
 “ por via de outras, e de garantir as pequenas por hon-
 “ rozas allianças: mas tudo o que se executou deste
 “ plano foi mais por effeito de habito do que de calculo.
 “ Na verdade, algumas potencias se contrabalancavaõ
 “ mui bem, porem não formavaõ um todo combinado,
 “ e adaptado a um sistema geral.

“ As convulçoens, que teve a Europa depois da paz
 “ de Westphalia, não foraõ nem assas fortes nem geraes
 “ para excitar dezejões de levar mais avante esta idea.
 “ Não se aproveitou o momento favoravel no principio

* Vio-se em 1811 um armamento Inglez que, partindo de ambas as costas do Malabar e Coromandel, foi desembarcar 23,500 homens na Ilha de França. Nunca expedição tal se tinha visto no mundo. No espaço de dez mezes um exercito Inglez partio de Baiona e de Bourdeaux, appareceo em a Nova Orleans, no Canada, e tornou ainda a ver-se nas planicies da Picardia.

Eisaqui de que vale o mar para quem hé senhor delle. Assim se realizou em favor de Inglaterra o que tinha dito um poeta Francez:—

“ O tridente de Neptuno hé o sceptro do mundo.”

† Montesquieu disse fallando dos Inglezes, *Esprit des Loix*, liv. 20. cap. 8:—“ Hé o povo do mundo que melhor tem sabido preva-
 “ lecer-se de tres grandes cousas;—a religião, a liberdade, e o
 “ commercio.”

“ da guerra da successão de Hespanha; e ainda se
 “ deixou perder a occasião na epocha da guerra da
 “ successão do Imperador Carlos VI.

“ A revolução surprehendeo a Europa nas circun-
 “ stancias mais criticas, produzidas por uma infinidade
 “ de cauzas, todas mui proprias para fazerem muito
 “ mais sensivel a fraqueza do seo sistema. Eraõ ellas :
 “ —1. O ressentimento de Inglaterra contra a França,
 “ como auxiliar da America na guerra da indepen-
 “ dencia :—2. A guerra da Russia contra a Porta
 “ Ottomana :—3. As dissensões da Austria com os
 “ Paizes Baixos :—4. O descontentamento da Hol-
 “ landa contra Joze II., por effeito da guerra do
 “ Escalda :—5. A imprudencia deste mesmo monarca
 “ na sua aggressão contra os Turcos :—6. As dissen-
 “ ções internas da Hollanda, que haviaõ atrahido os
 “ Prussianos :—7. O descontentamento, que esta in-
 “ tervenção do seo antigo alliado havia cauzado a
 “ França :—8. A ambição das tres potencias contra a
 “ Polónia, que a hiaõ gradualmente levando a sepul-
 “ tura :—9ª. Os sustos que a Austria cauzava a Italia.
 “ Algumas potencias se achavaõ em um estado de
 “ crescimento, e, por assim dizer, subiaõ, taes como a
 “ Prussia e a Russia; outras, pelo contrario, hiaõ em
 “ decadencia, e, por assim dizer, desciaõ.”

Tudo era logo discordia e divizaõ na Europa, e nunca os laços da sua associação haviaõ estado tão frôxos. A revolução não achou por tanto nenhuma difficuldade em abrir caminho por entre tão diversos e desunidos interesses : só os corpos bem ligados e bem compactos são os que podem rezistir. Agora veremos se o Congresso de Vienna deo mais estabelidade a sua obra.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

*Extractos das Cartas de Joze da Cunha Brochado,
 escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.*

(Continuados da pag. 434 do No. antecedente.)

Carta de 15 de Junho, 1709.

Eu vim estes dias para esta quinta do poço do Bispo para hir restabelecendo as regras de melhor saude

contra as desordens de uma digestão depravada ; e hé para sentir quu no meio do bom governo em que se acha Lisboa com tanta harmonia e regularidade so no meo estomago andem as coizas as avessas, e tudo fora de seo lugar : o coração palpita, o hipicondriaco sopra, e o calor anda vagabundo pela região do peito. Estes danos, que se não experimentaõ na republica moral, padece a minha republica physica ; e para triste consolação oiço que El Rey N. S. tambem anda com queixas, que lhe sahem ao rosto ; mas esta hé a deploravel condigão humana depois que a natureza corrompida foi lançada do paraizo terrestre para comer pão de dor, e beber a agoa de amargura.

Nas cârtas que mandei a V. E no correio passado se escreviaõ todas as novas que vieraõ do norté, e que fizeraõ apressar a expedição do Conde de Tarouca, que se acha aviado e prompto para fazer viagem no primeiro Paquebot que partir na semana que entrar. Hontem partio outro em que escrevi a D. Luis da Cunha a Carta incluza que remeto a V. E. porque sendo necessario fazer outra me ficou a primeira em que V. E. verá qual hé a minha opiniaõ sobre o projecto da paz que se fabrica na Haya, em que a execução da sentença há de ser mais difficultoza que a deciziaõ sobre o libello da cauza. Destas escuridades nos veremos livres brevemente, porque as coizas por hora vaõ correndo com maré de rozas em mar tranquillo.

Oiço que há grande controversia sobre a interpretação do Breve para o pagamento da decima ecclesiastica pela repugnancia que faz o clero da segunda ordem, defendendo que o tal Breve hé facultativo e não coactivo ; e que havendo uma Junta de grandes homens sustentára Francisco Barreto, Inquizidor de Cabeleira, o partido da Coroa, e Manoel Lopes de Oliveira, Senador de Calva, se opuzera pela razão da Igreja ; e dizem que se vencêra a favor de El Rey, e que Diogo de Mendonça escrevêra uma carta forte ao Arcebispo de Braga. Já V. E. saberá tudo isto, por que a mim chegaõ-me as coizas muitos mezes depois de succedidas, e hé o melhor que tenho para que me dem menos susto, ou me custem menos cuidado. Tudo o que devo ter está na pontual obediencia aos preceitos

de V. E., que da parte da sua benevolencia são facultativos, e da parte da minha obrigação coactivos e necessarios.—Lisboa, &c.

Carta de 22 de Junho, 1709.

Estas agradaveis novas que recebemos neste Paquebot cedem ao gosto com que recebo a Carta de 17 de Junho que V. E. me fez a honra de escrever. Temos em fim concluidos os preliminares da paz, ou a paz mesma, e já assignados e ratificados pela maior parte das potencias interessadas. Elles se compoem de 40 artigos que contem em substancia a restituicão inteira da monarchia de Hespanha a Carlos 3º, e a demolicao de Dunquerque com o porto intupido; a entrega e evacuação das praças da Flandres Hespanhola, que estão em poder dos Francezes, como Namur, Mons, e outros muitas; restituído Strasbourgh ao Imperio com Brizac e outras praças da mesma provincia; demolida Huninguem, e dadas ao Duque de Saboia as praças de Fenestrelles, e Exilles com outros lugares no mesmo territorio para sua barreira; que depois desta ratificação se largaria a Secilia pelos Francezes, e em Catalunha fariam o mesmo nas praças de Gironne e Rozes; que se retirariam todas as tropas Francezas do continente de Hespanha; que não dariam ajuda ou socorro algum ao Duque de Anjou; que o Duque de Baviera ficaria no Bando do Imperio, confiscado e proscripto, e que o Principe de Galles sahiria de França, e não receberia mais auxilio algum daquella Coroa. Tambem se prometeo e rateficou o cumprimento dos Tratados que entre si fizeram os alliados, em que nós tambem entramos. Nesta catastrophe se ve bem a rezolucao e inconstancia das mais seguras grandezas do mundo.

Logo que os Francezes começarem a evacuar as praças de Flandres haveria uma armisticia, que já terá começado. Não se duvida que os Castelhanos se queiram pôr em defesa; e hé certo que se o Duque de Anjou tiver o coração de El Rey de Suecia, ou do Duque de Saboia, havia de morrer com a espada na mão, preferindo uma morte glorioza a uma vida miseravel. Hé só o que falta para ver no ultimo acto desta grande scena, por onde me persuado, que se

houver alguma rezistencia neste Principe que há de ganhar ainda algum dominio em Italia. Este successo hé tão fora do commum, e ainda alem do extraordinario e do maravilhoso, que absorve todas as reflexoens, e emudece todos os discursos, sendo elle a maior exaggeração de si mesmo. Queira Deos agora dar-nos uma boa paz dentro em Portugal; e já que ficamos sem gloria tenhamos alguma uniaõ entre nós. Tudo deveremos ao cuidado dos nossos ministros, e a prudencia de El Rey N. S.—Lisboa, &c.

Carta de 29 de Junho, 1709.

Nesta terra se espera a V. E. com tanto alvoroço, que entendem que todas as horas pode chegar a satisfazer seos justos e merecidos dezejos, e eu tambem me destingo nesta grande expectação. Queira Deos que me não engane, e que a saude de V. E. seja tão perfeita, que lhe sobeje para a repartir com a republica, que padece em seo estomago uma terrivel obstrucção no expediente de seos negocios, e com muita falta de vista para distinguir o mal do bem.

El Rey, por cauza de uma fluxaõ de humor que lhe veio as glandulas, e que lhe fazem alguma inchação no pescoço e debaixo da barba, teve sentença de sangria por todos os votos do senado da medicina; *porem pela grande devoção que este Principe tem de ver o Auto da Fé*, resolveo que se deferisse a Cura até depois do Auto. Dizem que terá muito que ver assim pelo numerozo como pelo extraordinario, e que haverá muitos blasfemos, apóstatas, renegados, falsarios, e outras figuras deste genero, para cuja vista se tem feito grandes palanques, e se alugaõ janellas a grande preço. O tablado está magnifico, com uma grande varanda para commodidade das Damas, que prometem não perder palavra de todos aquelles processos, *e de se regalarem com boa agoa de neve em quanto se destinaõ ao fogo aquelles desgraçados filhos de Adão.*

Para pagamento das ultimas letras que vieraõ de Barcelona tomou El Rey um milhaõ sobre o saí de Setubal. Este exercito, que nunca foi, tem gastado mais de tres milhoens, ou pouco menos, depois que se perdeu; e não sei que arrecadação há nesta despesa,

nem me meto em sabe-la, porque não hei de pagar os juros nem compra-los.

Hontem partio um Paquebot, poreu não sahio nelle o Conde Embaxador, ainda que suponho que todas as instrucçoens estejaõ acabadas com todos os cazos presentes, e futuros, havidos e por haver. Como o Congresso havia de começar em 15 deste mez para durar dois mezes precizos, pode succeder que o nosso embaxador escuze os receios das preferencias, e se occupe todo nos parabens e admiracçoens. Dizem que D. João Manoel com um destacamento fora surprehender Alcantara; se lhe succeder bem, escuzará El Ray Carlos o trabalho de a mandar entregar com as mais pragas.—Lisboa, &c.

(Continuar-se-haõ.)

LITERATURA ALLEMAM.

O Homem Singular, ou Emilio no mundo.

(Continuado da pag. 451 do No. antecedente.)

CAPITULO X.

Generozidade dos dois mancebos. Amor infeliz.

Passados alguns dias se achava o mestre Sievers de posse do seo novo domicilio; e pelas efficazes recommendaçõens dos dois amigos com assas obra que fazer, para esperar avantajados fructos da sua industria. Os mancebos viaõ com satisfacção prosperar a pequena familia, e gozavaõ da sua dita. No fim de alguns mezes, o bom homem poude satisfazer parte da sua divida. Aqui tendes, Senhor! Luiz rio-se. Sellhof pegou no dinheiro, e chamando Maria, lho deo para comprar um vestido. Ella quiz recuzar, e os páes igualmente; mas Luiz se interpoz com instancias, para que ella

accitasse. Ah! Senhores, exclamou o velho, pondo o mão sobre o coração, se ao vosso lado se não pode ser honrado e virtuozo, então nenhum anjo tutelar existe sobre a terra!

Como era natural, este acontecimento se fez publico. A felicidade domestica desta familia se tornou prestes objecto da inveja sempre inquieta, e perturbadora. Por toda a cidade se espalhou o rumor, que o mestre Sievers tinha uma linda filha, que dous rapazes se tinhaõ declarado seos protectores, e sobre isso formavaõ-se conjecturas insultadoras. Não se duvidou attribuir-se a generosidade de Sellhof e Luiz á vil complacencia do pae, e a immoralidade da filha, mas Luiz estava acostumado por seu pae a desprezar os rumores publicos. Sellhof não os ouvia com menor indifferença. Quanto ao pae, e a mãe, nada sabiaõ do que se dizia, porque a calumnia fere sempre as escondidas, e esconde ás suas victimas as armas com que as despedaça. Assim os dous amigos frequentavaõ mais que nunca aquelles, que lhes deviaõ a felicidade e a vida.

Hum dia de manham, estava Maria só com Sellhof; agradecia a seu generoso protector os beneficios sem numero, que lhe deviaõ seos páes. Sellhof enternecido unio a seu rosto um rosto banhado em lagrimas. Pobre Maria, exclamou elle, e fallando assim, a quiz assentar sobre os joelhos. Maria, toda agitada, se voltou para o lado, e neste movimento lhe deo um beijo sem saber o que fazia; corou, arrancou-se com esfoço dos braços de Sellhof, e sahio sem levar o que tinha vindo procurar no quarto. Nunca até ali a vira de tam perto o joven Sellhof. As rozas de seu semblante, seu colo de alabastro, sua boca linda e pequena, a fina pelle, seos roliços e alvos braços, tinhaõ, pelos seos encantos, pelo seu contacto, produzido nos sentidos do mancebo o effeito do choque electrico. Elle sentio inflamar-se n'um fogo desconhecido. Pobre Maria, exclamou novamente, ao passo que ella sahia; porque não vivemos nós em os desertos da America! La não reinaõ prejuizos, nem as leis de uma falsa honra parou aqui sem mesmo conceber o que queria expressar; lançou-se n'uma cadeira, e ficou longo tempo absorvido em profunda cogitação. Maria, julgando que elle havia sahido, tornou a entrar para tomar o que

viera buscar. Sellhof, sem proferir palavra, observava todos os seus movimentos. Ella alimpou a meza, removeo alguns moveis, e tudo sem levantar a vista, e chegou-se para o pé da janella, onde estava Sellhof, para tirar uma garrafa. Pegou della com algum embaraço, fez-se vermelha, e sahio do quarto precipitadamente. Sellhof não sabendo parte de si, incapaz de reflexão, esperou debalde por meia hora, que Maria voltasse. Cansado por fim de esperar, sahio para hir para o gymnasio, quando as aulas já estavam quaze a fexar-se.

Desde então, ficou sendo Maria mais reservada com Sellhof. Elle mesmo já não ousava fallar-lhe por tu, como d'antes acontecia. Deante dos páes estavam ambos distraídos, embaraçados, e pensativos. Por espaço de oito dias, foi Sellhof obrigado a hir a caça de seu tio, fora da cidade algumas legoas. Maria era mais melancolica, e via-se mais abatida que do ordinario. Acontecia-lhe derramar lagrimas as vezes, sem ter apparente motivo. Porque choras tu? diziaõ os páes. Não sei dizia ella, devo ter alguma couza nos olhos.

O joven Burckard tomou um dia a rapariga pela mão, em presença de seu amigo. Maria, disse elle, queres dizer-me a verdade? Sim, respondeo ella. A qual de nós amas tu mais, a mim ou a Sellhof? Ambos. Não; debes dar a um a preferencia:—responde, qual amas tu mais, de todo o teu coração? Sell. . . . Tu o dicestes; sim, preferes Sellhof. Há muito tempo que o percebo: teu rosto corando te trahio. Tu mesmo involuntariamente acabas de confirmar esta verdade. Mas, Sellhof, por que me teus occultado este segredo? porque o tens occultado ao teu amigo? Dize-me, era o teu designio seduzila? Confego-me culpado, exclamou Sellhof.—E tens a mesma culpa para com os páes desta rapariga. Quem te embaraça o expor-lhes teos sentimentos?—Um falso pejo, de que eu mesmo me accuzo. Pois bem, se tu a amas, se Maria te ama igualmente, cumpre que seja tua espoza. Teu dever te ordena que avizes o pae, pois que o pae hé o primeiro amigo, e o principaal conselheiro de seus filhos.

Dizendo isto chamou Sievers. Veio este, e olhou com surpresa para Luiz, Sellhof e Maria: estes dous

ultimos sobre tudo se mostravaõ abatidos de vergonha, e dezesperação. Luiz lhe deo, em poucas palavras, conhecimento do negocio. Senhores, disse o pãe, eu vos devo toda a minha felicidade, mas o annuncio que me fazeis me afflige bastante. O céo, replicou Luiz, fez Maria e Sellhof um para o outro, devem unir-se; essa hé a lei da natureza. Não pode por ventura Sellhof conduzir a sua amada á prezença de seos pães, e dizer-lhes: eis a espoza que eu escolhi?—Senhores, replicou vivamente M. Sievers, eu prezo mais que a vida á honra de minha filha; e não penseis que eu tenho a louca ambição de aspirar a uma condigão brilhante. Conheço a familia de Sellhof: ella não consentirá, que elle espôze a filha de um pobre marceneiro. Oh! meos bemfeitores, custa-me a prescrever-vos este sacrificio; mas consultai vosso coração, vossa delicadeza; e pelo que se tem passado, julgareis certamente ser vosso dever o evitar toda a communicacão particular com minha filha. Os dous amigos não deixáraõ de replicar. Maria só respondeo com lagrimas. Em fim o pae inestio no seu proposito, e elles se retiráraõ.

Desde esse dia, as visitas de Sellhof, e Luiz a casa do marceneiro eraõ menos frequentes: suas conversagoens respiravaõ uma fria reserva,—embarago, e constrangimento. M. Sievers não deixava mais sahir sua filha sozinha. Sellhof era victima de uma sombria tristeza.

Obstaculos insuperaveis atravessavaõ a paixão dos dous amantes; em quanto Luiz via seu amor ao ponto de ser coroado pela posseção de Roza. Madama Seeburg reconduzira para Elberg sua sobrinha, e manifestava intengoens de vir ali rezidir brevemente. Por outro lado, o tempo havia chegado, em que Luiz, já com dezoito annos de idade devia deixar o gymnasio. As duas familias estavaõ d'acordo em unir os dous juvenis coraçoens: e nem já lho dessimulavaõ.

O joven Burckard, todo entregue ao sentimento de amor, passava ao lado de sua querida Roza o tempo que lhe era possivel. Entanto esta tinha ouvido do rumor publico, que Luiz e seu amigo eraõ accusados de communicacão suspeita com a filha de um marceneiro. O verdadeiro amor não hé desconfiado. Certa da sin-

ceridade, delicadeza do seu amante, ella não hezitou em refutar essas odiosas imputagoens ; não poudé com tudo resistir á curiosidade de ver esta Maria, de quem tanto se fallava. A occasião para isso se apresentou bem depressa. Burckard pae convidou para um simples, mas alegre jantar, Sellhof e a familia de Sievers. Roza fez conhecimento com Maria, e concebeo a maior idea de suas boas qualidades. Não deixou todavia de assustar-se ao ver a familiaridade que parecia reinar entre ella e seos moços bemfeitores ; notou sobre tudo a distincão com que ella tratava Luiz, e o interesse, que por elle tomava. No dia seguinte, fez Roza observagoens sobre este objecto ao joven Burckard. Maria, respondeo este, deve um dia ser esposa de Sellhof ; mas isto está ainda em segredo. Ah ! querido Luiz, quanto te amo ! exclamou Roza, lançando-se nos seos braços, donde não sahio senão envergonhada um pouco de suas suspeitas.

Debalde tentou Luiz convencer os páes de Maria. Apenas conseguiu d'elles, que os dous amantes gozassem de mais liberdade. Sellhof tambem lhe resistia e debaixo de diversos pretextos, recuzava dar parte a sua familia dos termos, em que estava compromettido com esta donzella. A' estas difficuldades attribuia o nosso heroe a tristeza sempre progressiva de Maria. Muitas vezes a surprendia elle só, bouhada em lagrimas e quaze soffucada com soluços. Uma noite, mesmo na presença de seos páes, no meio de uma conversação ordinaria, Maria se entregou de tal sorte a sua dor, que Luiz lhe perguntou o que tinha. Se tens alguma couza que te afflija, debes confialo a Sellhof ou a mim. A rapariga suspirou, abaixou os olhos, e as lagrimas lhe corrêraõ em maior abundancia. Talvez houvesse alguma querella entre Maria e Sellhof, disse a mãe, e nisto ficou o estado das couzas.

Quando Burckard e Sellhof se retiráraõ ; disse este ultimo : Se eu te confiasse um grande segredo, hirias tu dize-lo a Roza ?—A Roza ? Não posso prometter-te que lho esconderia.—Tu diceste á Roza quaes eraõ as minhas relagoens com Maria ; Roza o contou a Madama Seeburg, e esta a meu tio : Ah, Luiz ! eu serei o mais desgraçado dos homens, se me não fazes esta promessa. Pois bem, dou-te a minha palavra,

disse Luiz, apertando-lhe a mão; Roza mesmo não saberá o que tu me vais confiar. A manham o saberás, respondeo Sellhof, á manham terei mais força para contar-to. Foi caminho de caza, e Luiz voltou para Elberg, onde o esperavaõ para cear. Achou na sala seos páes, Madama Seeburg e Roza sentados juntos: a conversação parecia muito animada. Hé uma decidida calumnia, dizia Burckard enfadado. Não lhe deis credito, vesinha.—Eu tambem o não creio, disse Roza. A tia se azedou sériamente, e disse; pois eu sustento, que ella está pejada.—Luiz, exclameu Burckard, diz-se que Maria está prenhe.

Todos fixáraõ os olhos sobre Luiz, que ficára pallido, e immovel. Tudo agora lhe parecia claro. Estas poucas palavras explicavaõ o segredo de Sellhof, e a inconsolavel tristeza de Maria. Isso hé falso, disse elle com fogo, mas com uma voz mal segura. Apenas disse isto, saudou a companhia, e partio de caza como um relampago. Roza tremeo em todos os seos membros, o velho Burckard franzio as sobrancehlhas. Joana olhou enfadada para Madama Seeburg, e a avó exclamou: Ah! pobre rapaz! vós lhe fosteis tal dizer, sem a menor preparação. Corrámos apoz elle, para que lhe não aconteça alguma cousa. Grande tumulto na caza. Busca-se Luiz, mas elle já tinha desaparecido. Só Madama Seeburg se não tinha mexido.—Eu não pertendo, disse ella, que Luiz seja o author da prenhez; mas nada favoravel agouro do seu modo de comportar-se. Eis aqui o fructo de abandonar rapazes a si mesmos, eis o effeito da imprudencia dos páes.—Pouco faltou para que M. Burckard não rompesse com Madama Seeburg. Conheço assas o coração de Luiz, para o suppor capaz de acção tam vil, disse elle, e que seduzisse uma rapariga pobre, mas honesta. Se todavia, elle hé culpado de semelhante falta, não duvido que seja capaz de a reparar. A conversação foi interrompida pelo desmaio de Roza, a quem este acontecimento tinha abatido as forças. Custou muito a reconduzila a caza de sua tia.

CAPITULO XI.

A Gravidaçãõ.

Apenas Luiz sahio de caza de seu pae, correo a Sellhof. Precizo absolutamente fallar-te, diz elle—Mas . . . mas.—Dize-me: que hé que aconteeo a Maria? Hé verdade, que ella está pejada? A estas palavras, Sellhof cahio nos braços de Luiz, e disse-lhe soluçando—Ah! hé muito verdade; não m'abandones, Luiz! Era esse o segredo, que me pezava no coração . . . mas como podeste sabe-lo? Oh, meu amigo toda a cidade o sabe.—Sellhof estremeceo. Estou perdido, exclamou elle, e Maria tambem.—Como perdido! Estás louco?—Ay! não há para mim esperanças, não há recursos.—Não há recursos? Maria será tua espoza, e tudo se acabará.—Tu não conheces meu tio! —Que! Maria será victima de um louco orgulho, de um rediculo prejuizo, e vans chimeras!—Ah! meu amigo, não há repouzo para nós, se a prenhez da minha amante se descobre.—Já seu pae o sabe?—Não; eu queria encarregar-te de lho dizer.—Pois bem, vamos ambos.—Luiz, eu to supplico, vai so. Atesta ao Céu, elle sabe, que nunca alcançarei de meu tio consentimento para espozar Maria.

Luiz partio como seta, e entrou em caza do mestre Sievers. Achou Maria sentada, com ar mui triste, e occupada na sua obra. Apezar da sem cerimonia, que o caracterizava, sentio que não era prudente explicar-se diante d'ella. Chamou o pae para outro quarto, e principiou nestes termos:—julgaes-me vós bom rapaz? M. Sievers respondeo com um surrizo de approvaçãõ.—Tendes a mesma opiniaõ de Sellhof? Outro signal approbativo de Sievers; eu vos considero, respondeo elle, como dous anjos.—Credes vós com-tudo, que qualquer de nós possa commetter um erro? —Sievers ficou abstracto, e pensativo; e depois de algum tempo disse:—Meu querido Senhor, nós somos todos filhos de Adaõ.—E Maria? Aqui o velho levou a mão á frente, e teve um presentimento sinistro. Pois sabe, disse Burekard com uma voz tremula; que Maria . . . está—aqui um soluço lhe truncou a voz, e foi obrigado a parar até recobrar o alento.

Maria continuou elle, hé á face do ceo, e dos anjos, a espoza de Sellhof. Ella está pejada d'elle! O velho não poudé resistir a este dolorozo golpe: Seos joelhos vacilláraõ, e cahio sem sentidos sobre uma cadeira.— Mestre Sievers, proseguio Luiz, hé preciso determinar o que devemos fazer. Vinde a manham ter comigo ao passeio, eu farei que Sellhof esteja presente, e juntos tomaremos a deliberação, que julgarmos conveniente. Crede, Senhor, que Sellhof hé mil vezes mais desgraçado que vós, e mais infeliz que Maria; pois lhe hé impossivel espozala neste momento.—Isso esperava eu, replicou amargamente o pæe: mas, dizei-me; continuou elle, credes vós, que um dia elle será seu espozoz?—Não o hé elle já?—Oh, meu amigo, que horrorozo nome vai dar o publico á fraqueza de Maria! . . . Aqui as lagrimas do velho corrêraõ com mais amargura. Pobre filha, desgraçada Maria! exclamou levantando as maons para o Céu. Arrastou-se d'alli para hir dar parte a sua mulher deste funesto acontecimento. Mas não tractáraõ Maria com intempestivas reprehensões: Soccorro, e consolação era antes o que ella necessitava. Tinha cahido sem sentidos, e custou muito a recuperar-lhe o alento.

Luiz procurou Sellhof, e lhe contou o succedido. Sellhof lhe deo os mais sinceros agradecimentos; mas logo o convenceo do seu extremo infortunio, apresentando-lhe uma carta de seu tio, em que o ameaçava de prizaõ, e declarava, que havia perseguir Maria com todo o rigor, que a lei, lhe outorgava. Debálde fez Luiz contra esta carta as representações, que lhe dictavaõ suas ideas sobre o direito natural; debálde tentou persuadir Sellhof, a que espozasse secretamente a sua amante, e se expatriasse por algum tempo: Sellhof fez valer todas as razoes, que a prudencia oppunha a semelhante medida. Portanto, supplicou a Luiz, que fosse no dia seguinte prevenir os pães de Maria das intenções de seu tio, e os persuadissem a po-la em lugar seguro, onde se abrigasse contra o rigor excessivo das leis do paiz.

Luiz voltou para Elberg. A tarde estava adiantada. Avistou Roza a janella, e subio a casa da tia. Entaõ, disse Madama Seeburg, fostes ver Maria? Senhora, respondeo elle com gravidade, o desgraçado pæe de

Maria roga ao Ceo, que ampare sua filha, e defenda a sua reputação contra os golpes da maledicencia.—Oh, sim, sempre esperei, que esta rapariga achasse em vós um defensor zelozo—certamente! Ella terá em mim um apoio, em quanto este coração gozar do movimento, e da vida.—Assim, vós negais. . . . Eu, negar! Não, Senhora. Podia acaso desmentir-se o facto, quando a desgraçada está exposta aos sarcasmos, e desprezo do publico, e que todos tem os olhos fixos sobre esta miseravel familia? Mas, replicou Madama Seeburg, se vós a frequentais, incurreis nesse desprezo, e nesse anathema geral.—Oh! exclamou Luiz, se se tractasse do vosso desprezo, do de Roza, e do de meus queridos páes, então de certo não lhe sobrevivera; mas a opinião inconstante do vulgo pouco ou nada me importa. Luiz, disse Roza, vós tendes ideas mui singulares.—Mas dize-me, Roza, qual quizeras tu, que eu fosse um mau homem, ou que o publico mal a proposito me julgasse tal?—Preferiria mil vezes essa ultima alternativa.—Muito bem, qual quizeras tu, que eu passasse por um libertino, ou que o fosse?—Podes tu perguntar-mo?—Pois ouve, Roza: Se eu continuo a vizitar esta familia, chamar-me haõ libertino, e comtudo eu faço o que devo. Se eu não a visito, sou um monstro de ingratitude, por que abandonando-a, dou a entender, que Maria hé uma mulher corrompida, e sem costumes.—Eis o cazo que tenho para decidir.—Se hé melhor, que obre contra a delicadeza, e principios, ou se me exponha ás invectivas do vulgo ignorante.

Mas portanto, replicou Roza, esta rapariga parece ter costumes verdadeiramente. . . . Respondei a isto, Senhor philosopho, disse a tia Seeburg com ar de triumpho;—Se ella não hé uma prostituta—Como lhe chamareis?—Virtuosa?—Longe de mim tal idea! Hé verdade, que ella commetteo uma acção, que n'outras circumstancias seria louvavel e legitissima; satisfiz á inspiração da natureza.

Basta de semelhantes discursos, interrompeo a tia; são muito indecentes, e sobre tudo diante de mulheres. . . . Luiz pertendeo replicar; mas seu pae impaciente da sua demora, o mandou chamar: e como havia tomado o partido de deixar Luiz obrar livremente, tinha prohibido ás mães, que lhe fallassem de Maria. Assim

ninguem abriu boca á este respeito, e ninguém d'entre elles duvidou, que Luiz fosse o seductor desta joven e interessante donzella.

CAPITULO XII.

O Amigo Generoso.

O joven Burckard dormio a noite com inquietação. Os infortunios de Sellhof e de Maria o affectavaõ, como se fossem proprios. As seis horas da manham, foi a caza do mestre Sievers. Mas qual foi a sua surpresa, ao ver um magistrado, e officiaes de justiça entrar alli ao momento que elle chegava! A' vista destes, a mãe soltou grandes clamores de medo; o pãe ficou immovel na cadeira em que trabalhava. Maria, a infeliz Maria lançou-se ao pescosso da mãe, e agarra-va-se a ella com tanta força, como se d'alli a quizessem arrancar. Que hé isto? exclamou Luiz. . . . Que vindes vós aqui fazer, senhor magistrado? Isso não vos importa; respondeo o magistrado; venho aqui, pela queixa que fez Jeronimo Christovaõ Sellhof tio do joven Sellhof.—Senhor, isso interessa todo o ente sensivel. Vede os males que produz aqui a vossa presença.—Venho prehencher o menisterio, que me foi confiado; e examinar se a donzella que está presente, se affastou dos seos deveres. . . . Espero que não fareis essa verificação: que faz isso a justiça? Calai vos, mancebo, não me interrompais nas minhas funçoens, ou sahi. Esta rapariga seduzio, subornou um mancebo de familia nobre, e o subtrahio a seos deveres, esperando sem duvida arrastalo a uma vergonhoza alliança. Merece um castigo exemplar.—Mas como sabeis vos que ella está pejada de Sellhof? —Mas vós tomais muito a peito os interesses desta miseravel.—Alem disso, senhor magistrado, exclamou Luiz com indignação, nem o Snr. Christovaõ Sellhof, nem seu sobrinho tem aqui que requerer.—Não me obrigueis a fazer uzo da authoridade, que me foi delegada. Eu vou conduzir somente Maria Sievers ao hospital.

A mae, e a filha lançaraõ gritos de desesperação, e

estenderão para Luiz braços supplicantes. Senhor Magistrado, disse este ultimo, vós não tendes direito de uzar desses meios de rigor, se não tendes uma declaração positiva de Sellhof ou de Maria: e espero, que elles vo-la não dem. Como? ouzarão elles negar? replicou o magistrado. Sem duvida, disse Burckard, pois que não hé verdade. Maria Sievers está effectivamente pejada; mas não hé Sellhoff: quem hé o pae da creança. . . . Sou eu!

Esta declaração inesperada ferio a maneira de raio todos os espectadores. Isso hé differente, replicou o magistrado; mas assignareis vós essa declaração?—Sem hezitar—pois eu formo o processo verbal.—Immediatamente o magistrado, e o seu escriptaõ se poseraõ a verbalizar o acto. O pae e a mãe e a filha estavaõ de tal sorte estupefactos, vendo o que acabava de acontecer; a generosidade de Luiz os havia penetrado a tal ponto, que elles não tiveraõ força para oppor-se.—Redigido que foi o acto, o magistrado representou a Luiz todas as consequencias da declaração, que elle acabava defazer; o novo embarço, em que hia achar-se Maria, se os pães d'elle Burckard fizessem queixa da sua parte.—Luiz respondeo que nada tinha que recear. Assignou com intrepidez, e forçou Sievers, sua mulher, e Maria a pôrem a sua assignatura.

Terminado o negocio desta maneira, não havia mais processo que fazer. Retirou-se o magistrado: mas grande escandalo por toda a cidade. Por toda a parte se dizia, que Luiz era o pae da creança, que tivera a baixeza de o attribuir a Sellhof, e que só o reconheçêra, quando foi obrigado a isso pela evidencia de facto.

Na sua volta para Elberg, recebeu Luiz um bilhete de Sellhof do theor seguinte:—

“Nobre e generoso amigo. Meu tio chegou, e me
“reprehendeo com a sua costumada dureza. Elle
“duvida do teu ardil magnanimo. Penso que Maria
“não está ainda segura. Cuida de que ella escape a
“todos os perigos, e cre que logo que eu possa, me
“apressarei a reparar tudo quanto a tua mentira pode
“ter de dezagradavel para ti.

“E. V. SELLHOF.”

Luiz tendo lido esta carta, deo duas ou tres voltas

no quarto, e reflectio no que havia fazer. Correo promptamente á caza do mestre Sievers, e disse-lhe que a liberdade de sua filha estava ainda ameaçada, que a sua situação pedia alem disso um retiro, onde ella estivesse ao abrigo dos insultos da malignidade. Por conseguinte elle tomou Maria, metteo-a na carruagem, e conduzia-a á caza de seu páe. Roza teve o tormento de o ver com Maria nos braços entrar mysteriosamente em caza. Este espectaculo lhe cauzou uma revolução, que gelou seos sentidos de horror. Ella acreditou a infidelidade do seu amante, e vio que para consuma-la dava ainda em sua caza um azilo á sua rival.

Eisaqui Maria, diz Luiz a seu páe.—Como? Em nossa caza?—Sim, dai ordem para que se lhe prepare o quarto verde—Ella passará aqui esta noite; e as seguintes, se vós o permittirdes. Hé do meu dever subtrahi-la á tyrania dos homens, e á mais temivel ainda, á da maledicencia, e dos prejuizos.

Posto que o velho Burckard tivesse o costume de deixar sempre seu filho obrar segundo seu moto proprio esta circumstancia não lhe agradou muito. Não quiz todavia recusar-se, e determinou-se a esperar o resultado. Conduzio-se Maria a um quarto, onde immediatamente se deitou na cama: As revoluções que passára, a tinhaõ fortemente indisposto.

Mas, meu Deus! disse Madama Burckard, estando so com Luiz: esta rapariga está quasi a parir.—Sim. Deve estar pejada de oito mezes.—Não está cazada?—não; mas hade cazar,—e o estado, em que ella se acha hé demais um incentivo para a nossa beneficencia.—Hé verdade; mas todo o mundo não pensa como tu, e como teu páe. Isso acabará de nos afugentar todos os vizinhos, todos os parentes. . . . A Deus, minha mãe, hé preciso que eu va tranquillizar Mr. Sievers, dizer-lhe que sua filha está em segurança, e que meu páe consente em dar-lhe um azilo.

M. Burckard achava a conducta de seu filho inexplicavel. Começava a arrepender-se de lhe haver dado tanta Liberdade; mas assentava que ao menos em contemplação ao amor que tinha a Roza, teria prevenido Madama Seeburg, á cerca de seos designios. Foi nessa idea a caza desta dama. Achou-a n'uma conversação muito animada com Roza. Esta estava mui pallida, e

parecia quase succumbir a sua dor. Estais doente, Roza? disse M. Burckard. Oh! não hé nada, Senhor, respondeo ella: mas sube couzas extraordinarias. Eu mesma fui testemunha

Na verdade, disse Madama Seeburg, a conducta de vosso filho hé intoleravel. Elle se declarou author da prenhez da Sievers. Nós o vimos esta manham introduzila secretamente em vossa caza. Não me compete examinar quaes sejaõ os se os motivos, nem se elle tem ou não intentos de cazar com essa rapariga; mas fazei-me o favor de lhe dizer, que não ponha mais pé em minha caza.—Eu creio, minha vesinha, que não precisamos dar-lhe concelhos a este respeito. Se elle hé o pae da creança, hé indubitavel, que será o espozó de Maria.

Nisto, entrou Luiz no quarto. Roza, horrorisada, se levantou, e quiz fugir. Burckard a reteve. Bom dia, Madama; bom dia, cara Roza, disse Luiz. Bom dia, Senhor, respondeo Roza.—Como, Senhor! Porque me não chamas, Luiz?—Já vos dice, Senhor, muitas vezes, que não eramos creanças. O tractamento de tu não me compete. Eu vos tratarei por *Senhor*.

A tia tomou a palavra com azedume, e sem mais preambulo, lhe perguntou se era verdade o que se dizia; se elle era o reconhecido seductor de Maria, e se a tinha trazido para caza de seu pae. Não posso, replicou Luiz, responder-vos neste momento. Permitti, que eu guarde silencio.—Mais uma pergunta: sois vós realmente o pae da creança?—Pode a tia de Roza fazer-me semelhante pergunta? e fallando assim, lançou sobre a sua joven amiga huns olhos, em que se mostrava toda a vivacidade do sentimento.

Senhor, replicou a tia, eu não tenho direito de metter-me com as vossas accoens. Mas se vós não retractais desde hoje a declaração juridica que tendes feito, eu devo, por minha honra, e pela de minha sobrinha, prohibir-vos a entrada de minha caza. Eu não posso, Senhora, sem ser um monstro, fazer o que me propondes.—Vós conseguintemente dais armas a calumnia?—A calumnia nunca attinge a virtude. Madama Seeburg não replicou. A conversação afrouxou um pouco, e mudou de objecto. Roza, e a tia se levantáraõ, e foraõ para um quarto visinho. Luiz e Burckard se retiráraõ.

Seeburg estando só com a sobrinha, não lhe encobrio a indignação, que lhe haviaõ excitado os procedimentos do pãe, e do filho. Disse, que era preciso renunciar á toda a idea de alliança com familia tam singular, e a despeito das Lagrimas que Roza vertia declarou-lhe, que no dia seguinte partiria com ella para Brunswick. Roza aproveitou-se de um pequeno intervallo, em que ficou só, para escrever um bilhete a Luiz. Ella promettia perdoar-lhe se elle lhe fizesse francamente a confissão de toda a sua conducta, e pzesse Maria fora de caza,

Antes da sua partida, que foi no dia seguinte, ella entregrou o bilhete ao jardineiro, encarregando-o de o levar a quem elle era dirigido. No momento em que lho entregava, olhou e vio Luiz, sentado no jardim ao pé de Maria; elle porem não a via, estando com as costas voltadas para o lugar, onde ella estava. As lagrimas lhe rebentaraõ nos olhos, enxugrou-as com o lenço; e por pouco que não reclamou a carta. Antonio disse ella ao jardineiro, diras ao Snr. Luiz Burckard, que eu estava muito alegre no momento da minha partida, e que ria muito. . . . Mas, senhora, parece pelo contrario, que vos chorais. Ah! o Snr. Luiz quando vós estaveis em Brunswick, fallava mil vezes na vossa pessoa, e tambem chorava! Pois bem, não lhe digas, que eu ria; dize-lhe o que quizeres. Nisto, chegou a tia, que procurava Roza por toda a parte. Vamos, lhe disse ella: Que fazes aqui? Entráraõ na carruagem immediatamente, e partiraõ.

Luiz não recebeo, logo, o bilhete de Roza. Apenas o lêo, foi rapidamente á caza de Madama Seeburg; mas haviaõ duas horas que ellas já tinhaõ partido. Voltou a caza pensativo, e reflectio nos meios de pôr Maria fora de caza. Foi ter com esta, em ordem a communicar-lhe a sua intenção. Maria penetrando os seos sentimentos, e com ar enternecido lhe disse: M. Burckard, eu reconheço vivamente as obrigaçoens que devo a vossa familia, por me haverem dado um azilo: mas eu vejo que faço encommodo a vossos páes com a minha estada aqui. Procurai-me outro retiro, e escondi a minha vergonha aos olhos de todo o mundo.

Não; replicou Luiz commovido, pense Roza como

quizer; O amor te fez desgraçada, a amizade adoçará tuas penas. Fica aqui, querida filha; seria crueldade minha hir depozitar-te em maons de estranhos.

Dizendo isto, correu a seo pai, e não lhe occultou couza alguma do que se havia passado. M. Burckard não poudo conter as lagrimas; chamou a mulher e a sogra, e contou-lhes, debaixo de segredo a acção generosa de seo filho. Fez-lhes sentir, quanto elle era generoso e magnanimo, pois que nem os rogos da sua querida Roza suffocavaõ em seo coração as vezes da humanidade. Concordaram, por tanto, todos a este respeito, e prestaram a Maria toda a attenção e cuidados que exigia a sua delicada situação.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Progreso das Sciencias Physicas.

(Continuado da pag. 456 do No. LXIV.)

Ammonio.

Muriato de Soda cristalizado.—Este sal foi obtido por Vanquelin pelo modo seguinte:—Dissolveo em acido muriatico os dois metaes palladio e rhodio; e nesta solução lançou um pouco de ammonia: o palladio immediatamente se precipitou na forma de um sal triplice. O liquido restante foi evaporado até ficar secco, depois digerido em alcohol, e purificado; e então se obteve um puro ammonio-muriato de rhodio. Para aleargar este sal na forma de cristaes regulares Langier empregou o methodo seguinte:—dissolveo-o

em mui pouca agua; fez evaporar a solução até ficar secca, e digirio o residuo da evaporação em alcohol. Estas soluções, evaporações, e digestões em alcohol foram por varias vezes reiteradas, e o liquido posto de parte; quando depositou cristaes regulares de ammonio-muriato. Estes parecem quasi negros; mas se por entre elles transmittirmos raios de luz, apresentam uma cor de granada vermelha; a sua forma hé prismatica; sendo pulverizados, tem uma linda cor vermelha.

Chloratos.—Vanquelin publicou ultimamente uma descripção dos differentes chloratos; ella hé em verdade assas relevante, pois que á excepção do chlorato de potassa, que há muito que hé bem conhecido, nenhuma destas substancias chemicas havia sido examinada senão por Chenevix, que varios annos há publicou sobre ellas uma Memoria nas Transacções Philosophicas.

Chlorato de Strontites.—Hé formado saturando-se o acido chlorico com o carbonato de strontites. Tem um gosto picante e algum tanto adstringente. Hé difficil poder obte-lo na forma de cristaes, em razão de ser mui soluvel em agua, e até mesmo ser deliquescente. Posto em uma braza derrete-se, e lança uma linda chama cor de purpura.

Chlorato de Ammonia.—Hé obtido saturando-se o acido chlorico com o carbonato de ammonia: crystalliza-se na forma de agulhas; hé volatil; tem um gosto summamente picante; semelhante ao nitrato de ammonia, estoirando sendo lançado em um corpo quente; e dá uma chama vermelha; aquecido em vasos rapados, sofre decomposição, e hé convertido em gas chlorine, gaz azote, e pouco oxygenio; ao mesmo tempo se forma uma pequena porção de muriato de ammonio.

Chlorato de Soda.—Hé formado saturando-se o acido chlorico com o carbonato de soda. Crystalliza-se na forma de laminas quadradas, como o chlorato de potassa; hé mui soluvel em agua; porem nao hé deliquescente; tem um sabor frigido e algum tanto picante; lançado em uma braza derrete-se na forma de pequenos globos, e dá uma luz amarella. 500 partes do chlorato de soda saturadas com acido chlorico produzirão 1100 de chlorato crystallizado; e sendo distilladas derao grande porção de oxygenio misturado com um pouco

de chlorine. O residuo da distillação foi distinctamente alcalina, a pezar de não haver sido muito aquecido.

Chlorato de Barites.—Cristalliza-se na forma de prismas rectangulares; tem um sabor picante e aspero; dissolve-se na temperatura de 50 graus em quasi quatro tantos o seu pezo de agua; hé insolúvel em alcohol; a sua solução aguosa sendo pura, nem hé precipitada pelo nitrato de prata, nem pelo acido muriático; quando hé bem seccado e aquecido perde 39 por cento, perda esta devida ao oxigenio que sahe do sal. O residuo desta decomposição não hé de todo solúvel em agua, e a solução hé perceptivelmente alcalina. A parte insolúvel hé carbonato de barites. Vauquelin tentou por meio deste sal verificar a composição do acido chlorico, e a proporção de oxigenio existente em barites; as suas experiencias porém se diversificão tanto umas das outras, que não merecem bastante confiança. Segundo elle o acido chlorico hé composto de 65 partes de oxigenio e 35 de chlorine; e barites de 100 partes de bario e 7 de oxigenio.

Prochlorato de Mercurio.—Este sal hé obtido dissolvendo-se a protoxide de mercurio em acido chlorico. Completa a saturação, quasi todo o sal se precepita na forma de pequenos graãos. Tem uma cor amarella esverdinhada, e um sabor mercurial, porém fraco. Hé pouco solúvel em agua fervendo; sendo aquecido, estoura, exaha gas oxigenio, e hé convertido em sublimado corrosivo e peroxide de mercurio; combinando-se o chlorine com uma porção do mercurio, e o oxigenio com a outra porção.

Perchlorato de Mercurio.—Este sal hé formado dissolvendo-se a peroxide de mercurio em acido chlorico. Hé solúvel em agua; tem um gosto mui analogo ao de sublimado corrosivo; hé precipitado pelos alcalis, e se cristalliza na forma de pequenas agulhas; sendo aquecido, exhala oxigenio, e hé decomposto em sublimado corrosivo e oxide de mercurio. Se augmentarmos o calor, há ainda mais exhalação de oxigenio, e quasi todo o sublimado corrosivo hé convertido em calomelanos.

Passaremos agora a transcrever as analizes dos diferentes saes que Bezzelius publicou na sua Memoria

sobre a composição das substancias Vegetaes, inserida
no quinto volume dos Annaes de Philosophia.

Cittrato de Chumbo.		
Acido Citrico . .	34.18	100]
Oxide de Chumbo .	65.82	190
	<u>100.00</u>	

Tartrato de Chumbo.		
Acido Tartarico . .	37.5	100
Oxide de Chumbo .	62.5	167
	<u>100.0</u>	

Tartrato de Cal.		
Acido Tartarico . .	50.55	
Cal	21.94	
Agua	27.81	
	<u>100.00</u>	

Oxalato de Chumbo.		
Acido Oxalico . .	24.54	100
Oxide de Chumbo .	75.46	307.5
	<u>100.00</u>	

Succinato de Chumbo.		
Acido Succinico . .	13.07	100
Oxide de Chumbo .	86.93	666
	<u>100.00</u>	

Acetato de Cal.		
Acido Acetico . .	64.6	100
Cal	35.4	54.8
	<u>100.0</u>	

Acetato de Chumbo.			
Acido Acetico	26.97	31.48	100.000
Oxide de Chumbo	58.71	68.52	217.662
Agua	14.32	-	53.140
	<u>100.00</u>	<u>100.00</u>	

Subacetato de Chumbo.		
Acido Acetico . .	13.23	100
Oxide de Chumbo .	86.77	656
	<u>100.00</u>	

Gallato de Chumbo.		
Acido Gallico . .	35.5	100
Oxide de Chumbo .	63.5	173.97
	<u>100.0</u>	

Subgallato de Chumbo.		
Acido Gallico . .	15.92	100
Oxide de Chumbo .	84.08	528
	<u>100.00</u>	

Saclactato de Chumbo.		
Acido Saclactico .	48.33	100
Oxide de Chumbo .	51.66	106.87
	<u>99.99</u>	

Benzoato de Chumbo.			
Acido Benzoico	51.65	49.56	100
Oxide de Chumbo	48.35	46.49	93.61
Agua		3.85	
	<u>100.00</u>	<u>100.00</u>	

Sub Benzoato de Chumbo.		
Acido Benzoico . .	26.	100
Oxide de Chumbo .	74.	284
	<u>100</u>	

Tannato de Chumbo.		
Tannino	65.79	100
Oxide de Chumbo .	34.21	52
	<u>100.00</u>	

Saccharato de Chumbo.		
Assucar	41.74	100
Oxide de Chumbo .	58.26	139.6

100.00

Sacharato de Ammonia.		
Assucar	90.00	100
Ammonia	4.93	5.49
Agua	5.07	5.60

100.00

Saccolato de Chumbo.		
Assucar do Leite .	36.471	100
Oxide de Chumbo	63.471	174.15

100.000

Supersaccolato de Chumbo.		
Assucar de Leite .	81.877	100
Oxide de Chumbo	18.123	22.1

100.000

Subsaccolato de Chumbo.		
Assucar de Leite .	12.8	100
Oxide de Chumbo .	87.2	681

100.0

Gummato de Chumbo.		
Gomma Arabica .	61.75	100
Oxide de Chumbo	38.25	62.105

100.00

Amylato de Chumbo.		
Amido de Batata .	72	100
Oxide de Chumbo .	28]	38.89

100

Effeito que produz o Assucar em saes Metallicos.

Vogel há pouco publicou uma longa Memoria, em que mostra que sendo o assucar fervido com varias oxides metallicas, e com diversos saes metallicos, tem a propriedade de os decompor. Algumas vezes reduz a oxide ao estado metallico; e outras vezes tira da oxide parte do oxigenio com que estava combinada, ficando esta por conseguinte em um inferior estado de oxidação. Eis aqui o resultado que Vogel obteve das suas experiencias:—

Se fervermos com assucar uma solução de cobre, não há exhalação de gas algum, mas precipita-se um po pardo, o qual hé protoxide de cobre. O assucar que se extrahe do leite, o mel, o mana, e outras substancias sacharinas produzem o mesmo effeito. O principio sacharino descoberto por Scheele nos oleos, gordura e cera, cauzaõ igualmente a mesma precipitação, porem muito mais de vagar.

Quando se ferve o sulphato de cobre com assucar, o cobre hé precipitado no estado metallico. Todas as outras substancias doces ministraõ o mesmo resultado.

Se o nitrato ou muriato de cobre hé fervido com assucar, não há precipitação de protoxide; porem os

saes se transformam em pronitratos e promuriatos. Os saes de ferro, zinco, estanho, e manganese, em uma palavra os saes de todos os metaes, que tem a propriedade de decompor a agua, não são decompostos por assucar.

Fervido o assucar com o nitrato de mercurio, precipita o mercurio na sua forma metallica. Não produz effeito algum em calomelanos; converte porem o sublimado corrosivo em calomelanos.

Nitrato de prata e muriato de oiro são com muita facilidade decompostos por assucar. Manná e assucar mudão a peroxide de mercurio em protoxide.

Assucar brevemente dissolve a oxide vermelha de chumbo. Tira da oxide parda de chumbo parte do seo oxygenio; e então a dissolve.

Aguas Mineraes.

Agua Salgada.—Lichtenberg, Vogel, e Bouillon Lagrange publicaraõ ultimamente varias analizes que haviaõ feito da agua salgada. Em razão destas experiencias o professor Pfaff, um dos chimicos que mais honraõ a Alemanha, fez tambem uma mui exacta e cuidadosa analize das aguas do Baltico que banhaõ a costa Germanica, e obteve o resultado seguinte:—A gravidade especifica da agua era 1.014; e 100 grãos della renderaõ estes saes a saber:—

Carbonato de Magnesia	- - - - -	0.25
Muriato de Magnesia	- - - - -	1.95
Muriato de Cal	- - - - -	0.07
Sulphato de Cal	- - - - -	0.34
Sulphato de Magnesia	- - - - -	2.00
Sal Commum	- - - - -	13.08
		<hr/> 17.69 <hr/>

O Professor Pfaff mostra, que o muriato de cal e sulphato de magnesia não são saes incompativeis, como em geral se supunha até agora; mas sim que elles podem existir simultaneamente em soluçoens que estiverem bastante diluidas com agua. Esta sua Memoria sahio a luz em Setembro de 1814 (Jornal de Schweigger, vol. XI. pag. 8) por conseguinte o Dr. Murray, de Edinburgh, que avançou a mesma opiniaõ

na sua analize que publicou das aguas mineraes de Dunblane e Pitcaithly, deve ceder ao Professor Pfaff a honra de prioridade.

Agua Mineral de Geilenauer.—Esta agua foi tambem analizada por Pfaff. Em razão de ella ser transportada do manancial em botelhas, observou Pfaff, que o acido carbonico que ella continha, se havia evaporado, e que o ferro, que tambem nella existe, se precipitára na forma de um po pardo. Em uma libra d'agua elle achou os ingredientes seguintes:—

Carbonato de Cal	- - 4.8	graos	Sal Commum	- - 4.0	graos.
Carbonato de Soda	- - 4.0		Gas Acido Carbonico	26	polegadas cubicas.

Agua Mineral de Dublane.—Esta nova agua mineral foi ultimamente analizada pelo Dr. Murray de Edinburgh, o qual publicou uma mui excellente Memoria sobre a materia no sexto vol. dos Annaes de Philoſophia. A gravidade especifica d'agua hé segundo elle 1.00475; e um quartilho della rende os saes seguintes:—

Sal Commum	- - - - -	24
Muriato de Cal	- - - - -	18
Sulphato de Cal	- - - - -	3.5
Carbonato de Cal	- - - - -	0.5
Oxide de ferro	- - - - -	0.17
		<hr/> 46.17 <hr/>

Hé o Dr. Murray de parecer, que o sulphato de cal não existe na agua, mas que hé formado em consequencia do sulphato de soda e muriato de cal serem ambos decompostos durante o processo da evaporação. Assim segundo esta opiniaõ, que a nosso ver hé bem provavel, os verdadeiros componentes desta agua são:—

Sal Commum, ou Muriato de Soda	- - - - -	21
Muriato de Cal	- - - - -	20.8
Sulphato de Soda	- - - - -	3.7
Carbonato de Cal	- - - - -	0.5
Oxide de ferro	- - - - -	0.17
		<hr/> 46.17 <hr/>

Agua Mineral de Pitcaithly.—Esta agua há muito que hé conhecida e frequentada pelos habitantes de

Escocia ; o Dr. Murray tambem a analizou ; e em um quartilho achou os saes seguintes :—

Sal Commum	- - - - -	13.4
Muriato de Cal	- - - - -	19.5
Sulphato de Cal	- - - - -	0.9
Carbonato de Cal	- - - - -	0.5
		<hr/> 34.3 <hr/>

Os ingredientes gasosos foraõ :

Gas Acido Carbonico 1.0 poleg. cubic.
Ar Atmospherico - 0.5 ditto ditto.

Porem o Dr. Murray assenta que o sulphato de cal hé formado durante a analize em virtude da decomposição dupla que há entre o sulphato de soda e muriato de cal. Em conformidade com esta sua opiniaõ os verdadeiros ingredientes desta agua mineral saõ :—

Sal Commum	- - - - -	12.7
Muriato de Cal	- - - - -	20.2
Sulphato de Soda	- - - - -	0.9
Carbonato de Cal	- - - - -	0.5
		<hr/> 34.3 <hr/>

M. Vogel, Chimico Francez, avançou ultimamente a opiniaõ de que o muriato de cal e sulphato de magnesia podem simultaneamente existir no mesmo liquido ; porem esta observação não se pode ter por original, em razão de ser promulgada muito depois dos Professores Pfaff e Murray haverem annuciado a mesma opiniaõ.

Não terminaremos esta parte da Exposição dos Progressos das Sciencias sem recommendar com a maior instancia a leitura da mui importante Memoria do Dr. Murray sobre a analize das Aguas Mineraes de Dublane e Pitcaithly. O Dr. Murray ahi prova por um modo bem convincente, que os saes existentes nas aguas mineraes saõ em geral decompostos e modificados durante as suas analizes : segundo esta mui engenhosa e original idea claro está, que as analizes que até agora se haõ publicado das differentes aguas mineraes saõ pela maior parte deffeitas, em razão dos seus analizadores ignorarem este mui relevante principio : esta nova idea do Dr. Murray explica tambem

o motivo por que muitas aguas, como a de Bath, que a experiencia mostrava serem de tanta utilidade, ministravaõ, analizadas, saes reconhecidos por inertes em Medecina.—A memoria auda impressa no sexto volume dos Annaes de Philosophia; e há igualmente excellentes extractos della no Edinburgh Medical e Surgical Journal, No. 47.

(Continuar-se-há.)

P O L I T I C A.

R U S S I A.

Em 30 de Agosto S. M. o Imperador mandou publica em Moscow o seguinte Manifesto:—

“ Nós, Alexandre, pela graça de Deos Imperador e Autocrata de todas as Russias, &c.—Na epocha sempre memoravel do anno de 1812, quando a patria ficou livre da invazaõ de um numerozo e poderozo inimigo, nossos pensamentos se dirigiram logo mui particularmente para a antiga capital da Russia, e desde entaõ rezolvemos vizita-la pessoalmente, e exprimir aos seos habitantes os sentimentos que elles nos haviaõ inspirado. O seo amor para com nosco e para com a patria não achou sacrificio algum que lhes fosse pezado, e quanto elles fizeram e sofreram penetrou com a mais profunda dor nosso coração. O Todo-Poderozo, com tudo, cujas maõs abrangem os destinos das naçoens, determinou que por meio dos seos sofrimentos a Russia e a Europa fossem salvas. As chamas de Moscow forão a aurora da liberdade dos Estados. A religião ressurgio victorioza d’entre as ruinas e profanação de seos sagrados templos. O genio da destruição, que derribou o Kremlin, ficou suffocado debaixo de seos fragmentos; e assim Moscow, por suas acçoens, sua fidelidade, e seo patriotismo, deo o maior exemplo de heroismo e de grandeza. Profundamente penetrados por estas circumstancias, que estão gravadas em nossa memoria e nosso coração, ainda durando a guerra, nós

Ihe prestámos todo o nosso paternal cuidado, a fim de dar-mos todo o possível conforto a seos habitantes prostrados por terra. Estes nossos cuidados foraõ o objecto das repetidas instrucçoens que mandámos ao Governador-General de Moscow.

“ Depois que findou a guerra, e depois que acabámos de co-operar para o equilibrio geral dos Estados da Europa, e nos demorámos em St. Petersburg somente aquelle tempo que era absolutamente necessario, rezolvemos logo satisfazer os dezejões do nosso coração, e vizitar a nossa capital, taõ honrada tanto por seos feitos como por sua antiguidade, a fim de pessoalmente conhecer-mos sua situação, e suas necessidades, e a face do mundo dar-mos um testemunho publico de agradecimento aos seos memoraveis serviços, que, consagrados pelas bençaõs divinas, e cabalmente avaliados pelas potencias estrangeiras, exigem todo o nosso amor e gratidaõ, assim como o amor e gratidaõ da patria. E para que até a remota posteridade chegue a lembrança de suas acçoens, ordenâmos, que o presente Manifesto, como sinal publico da nossa gratidaõ, seja depositado nos arquivos do Senado de Moscow.”

(Assignado)

“ ALEXANDRE.”

“ Moscow, 30 de Agosto, 1816.”

REINO DOS PAIZES BAIXOS.

Mensagem de S. M., acompanhada do Tratado de Alliança com Hespanha, e do Tratado de Paz com o Dey de Argel.

“ Altos e Poderozos Senhores ;

“ Da copia adjunta veraõ vossas altas Potencias as condiçoens com que ultimamente concluimos um tratado de alliança defensiva com S. M. El Rey de Hespanha, para proteger a navegacão e o commercio dos vassallos de ambas as naçoens contra os governos de Argel, Tunis, e Tripoli.

§

“ O proveito desta medida, a fim de prevenir todas as futuras differenças entre os ditos governos, ou frustrar seos effeitos, hé inquestionavel ; mas antes da ratificação do dito tratado, um memoravel e severo castigo foi dado, com a co-operação honroza da Marinha dos Paizes Baixos, ao mais poderoso dos Estados Barbarescos ; em consequencia do qual não só elle dezistio de todas as suas pertençaens a respeito deste Reino, porem concordou em muito mais vantajozos regulamentos de que eraõ os antigos, a cerca das Relações consulares.

“ O Tratado de Paz, concluido a 28 de Agosto pelo Vice Almirante Capellen com o Dey de Argel, vai ser apresentado a Vossas Altas Potencias. Deos conserve Vossas Altas Potencias debaixo de sua Divina protecção.”

(Assignado)

GUILHERME.

“ Haia, 1 de Outubro, 1816.”

Tratado de Paz com o Dey de Argel.

Em nome do Todo-Poderozo.

Tratado de Paz entre S. M. El Rey dos Paizes Baixos, Principe de Orange Nassau, Gram Duque de Luxemburgo, &c. e S. A. S. Omar, Pacha, Dey e Governador das Fortalezas e Reino de Argel, feito e concluido pelo Almirante Theodoro Frederico, Barão Van de Capellen, Commandante em Chefe das forças maritimas de S. M. El Rey dos Paizes Baixos no mar Mediterraneo, e por auctoridade de S. M.

Art. 1. Concordou-se e rezolveo-se entre o Barão Van de Capellen e S. A. o Dey de Argel, que desde hoje por diante haverá duravel e inviolavel paz e amizade entre S. M. El Rey dos Paizes Baixos, e seos Estados e Vassallos, e S. A. o Dey de Argel, seos dominios e vassallos ; e alem disto, se estipulou que todos os artigos de paz e amizade, concordados e concluidos desde o anno de 1757 entre Suas Altas Potencias os Estados Geraes e o governo do reino de Argel, fossem pelo presente renovados, ratificados, e confirmados, como se todos, palavra por palavra, estivessem mencionados no presente tratado ; e que os navios de guerra, e outros navios, assim como os vassallos de

ambos os reinos, não se injuriariaõ ou offenderiaõ mutuamente, porem que daqui por deante, e para sempre, se tratariaõ todos com reciproco respeito e amizade.

“ 2. Será recebido em Argel um Consul, nomeado por S. M. El Rey dos Paizes Baixos, exactamente auctorizado, e tratado com o mesmo respeito de que goza o Consul Britannico, a fim de regular tudo o que pertencer ao commercio: e ser-lhe-lhá permitido, dentro do seo palacio, o livre exercicio da sua religiaõ, assim como á todos os seos domesticos, e a quaesquer outras pessoas, que se queiraõ aproveitar desta vantagem.

“ Feito em duplicata na Fortaleza de Argel em presença de Deos, Todo-Poderozo, aos 28 dias de Agosto, no anno de J. Ch. 1816, e no anno da Hegira, 1231, no dia 6 do mez Sahwart.

“ (Assignado)

“ (L. S.) T. F. VAN DE CAPELLEN,

“ Commandante em Chefe das Forças de S. M. El

“ Rey dos Paizes Baixos.

“ (L. S.) H. M. DONELL,

“ Fazendo as vezes de Consul Geral.

“ (Na parte opposta estava a assignatura de Omar, Pacha, Dey e Governador de Argel.)

“ (Em testemunho de ser copia authentica)

“ O Ministro dos Negocios Estrangeiros,

“ (Assignado) A. W. C. VAN NAGELL.”

Segunda Camera dos Estados Geraes.

(Prezentes 61 Membros.)

Haia, 25 de Setembro, 1816.

A Commissão Central fez um Relatorio, relativo ao projecto de lei para restringir a illimitada liberdade da imprensa a cerca das potencias estrangeiras. O Relatorio diz, que as Commissoens, ainda que conhecem a obrigação imposta a El Rey e aos Estados Geraes de conservar o povo na fruição de seos direitos e liberdades, estão igualmente convencidas que devem

manter todas as relações de boa amizade com as outras nações. Assim todas ellas approvaram o principio, porem julgaram que muitas partes delle não estavam claramente enunciadas. Assim propozeram algumas mudanças, que foram aprovadas por El Rey; e a lei hé agora como se segue:—

Art. 1. Todos aquelles, que em seos escriptos insultarem ou ultrajarem o character pessoal dos Principes ou Soberanos estrangeiros, os que contestarem ou pozerem em duvida a legitimidade de suas dinastias e governos, ou criticarem seos actos *em termos offensivos ou injuriosos*, pela primeira offensa pagarão uma multa de 500 florins, ou, não a podendo pagar, serão presos pelo tempo de 6 mezes. No cazo de se repetir a offensa, o castigo será prizaõ de um anno até tres.

2. Na mesma pena incorrem os impressores, editores, distribuidores, e livreiros que imprimirem ou distribuirem, ou mandarem imprimir e distribuir os ditos escriptos, se não poderem declarar o auctor, de maneira que este não só possa ser perseguido, porem convencido, e castigado em conformidade da offensa.

O castigo, imposto aos impressores, editores e livreiros, será acompanhado da perda de suas patentes, e da prohibiçaõ de imprimirem ou publicarem alguma obra no espaço de tres annos, pela primeira offensa; e em cazo de reincidencia, por espaço de seis annos; e em ambos os cazos haverá sempre confiscação das copias da obra impressa ou publicada, contra esta prohibiçaõ.

3. O que hé relativo a extractos, copias, ou traducções de outros papeis ou escriptos, fica como d'antes.

4. Este artigo hé tambem o mesmo, a excepção de que o distribuidor hé nomeado depois do Redactor ou compilador.

N. B. O Projecto de Lei, como fica annuciado, foi discutido na Sessão de 25 de Setembro, e foi aprovado por uma maioria de 64 votos contra 4.

FRANÇA.

Carta do Duque de Otranto ao Duque de Wellington.

(Continuada da pag. 474 do No. LXIV.)

Eu fui encarregado de vigiar na defeza do throno e na segurança do Estado. Não se deve crer que estes deveres, depois de tam grandes mudanças em nosso espirito publico, em nossas instituicoens, e em nossas maneiras, se podiam preencher pelos mesmos meios. Tudo se tem mudado durante os progressos da civilização, e estes progressos tem sido felizes; porem tambem nos tem levado a novos desvios. Não se acha já a mesma submissão; nada está no mesmo estado. Trabalhos de novo genero tem sido produzidos pelo conflicto, antes desconhecido, das opinioens politicas: e em quanto a segurança do Estado e a tranquillidade publica estão expostas a mais perigos, a suppressão delles tem perdido muito de celeridade e vigor pelas garantias concedidas á liberdade do individuo. Já se não póde governar o genero humano da mesma forma. Os meios de ganhar influencia sobre o povo, os maiores resultados á que um governo pode chegar, tem soffrido em igual proporção. A religião, e a moral não são senão um fraco auxilio das leys: a opiniaõ publica, ingrediente inteiramente novo na ordem social, tem adquirido tanta consideração e poder, que se tem feito a rival do governo. A obediencia, que agora tambem já possue seos direitos, tambem já possue grande força para os defender. Pode-se castigar a opposição, porem há sempre maior abilidadade em a conquistar. O poder pode fazer com que as ordens sejaõ executadas: porem a linguagem da violencia possue mui pouca consideração se não hé apoyada pela persuasão, e fundada na razão. A fim de se poder ser ouvido pelos differentes partidos hé necessario entrar nas suas paixoens, fallar á cada um na sua linguagem. Já não há uma eloquencia universal.

No meio de tantas difficuldades a policia há mister

de novos meios, e auxillios. Ainda que em geral a sua esphera de acção hé extensa, havia pontos em que a fizemos desnecessaria. De que serve ao Governo Real aquella inquieta e mesquinha pesquisa das relações domesticas, expressoens inconsideradas, e até os contos que nenhuma ley pode castigar?

Nos nossos dias já se não tracta de indagar o descontentamento de individuos, nem mesmo de expressoens atrevidas. Há mais tolerancia nas nossas maneiras do que havia antigamente. A liberdade publica pode dizer-se que veio a ser uma nova consciencia, a que se não pode fazer violencia; e serve como de antemural á liberdade das opinioens. Deve porem examinar-se se há desbocamento, intrigas, e particularmente forças reunidas. *A espionagem* não deve violar o azylo do cidadão; mas seja qual for a elevação da sociedade civil, em que o plano de algum crime se tenha originado, os seos operararios serão só bastantes para o descobrirem, porque estes não se podem nunca achar naquella elevação.

Naturalmente se queixaõ todos da violação dos segredos da correspondencia particular. Esta medida de policia hé odiosa e inutil quando hé sabida. Eu a tenho constantemente regeitado. Foi inventada por cabeças fracas, que não conheciaõ a extensaõ dos meios que tinhaõ á sua disposiçaõ.

Com que indagaçoens pois se occupava a policia? Com buscar os criminosos e malfeitores, que a ley designava. E que honra lhe podiaõ dar seos resultados? Quando elles concordavaõ com as primeiras cauzas que de dia em dia augmentaõ os progressos da immoralidade; quando se descobriaõ os mais inconsideraveis movimentos que ameaçaõ a desordem publica; quando se tornavaõ patentes as necessidades do povo, o objecto de suas inquietagoens, os motivos de seos temores, as queixas secretas e os descontentamentos, que mostraõ que a sua fidelidade está abalada; e particularmente, aquellas terriveis expressoens de miseria e desesperação, que taõ perigozas são nos individuos como na massa do povo, e conduzem rapidamente os homens fracos ao crime, e as naçoens corrompidas á rebelliaõ!

A policia hé uma magistratura politica, que alem de suas funcçoens particulares, deve trabalhar, por meio de medidas irregulares, mas justas, legaes, e beneficas, em augmentar a fortaleza e recursos do Governo. A publicidade dos procedimentos do poder governante limita naturalmente a sua efficacia. Emprega-se muito em grandes objectos; e outros se perdem na multidão, e lhe escapaõ.

Na ordem da sociedade nem tudo hé externo nem tudo hé vizivel. No meio deste mundo publico há, para assim dizer, um mundo occulto. O poder ordinario do Governo não penetra ali; o resultado fica muito alem de suas vias.

Os partidos porem não tem tal policia. Elles precisaõ de communicacoens confidenciaes, descripçoens de pessoas, intrigas, e grande numero de bagatellas inconsideraveis, a que daõ grande importancia.

As qualidades de todos os officiaes de policia saõ apenas sufficientes para os complexos movimentos de uma machina, que póde servir para submergir na ruina homens honrados e respeitaveis, mas que não serve de couza alguma ao Estado.

A que tendeo a importancia que se deo á fugida de Lavalette? Esta fugida claramente provou, que o Governo não póde ter sempre olhos nem ouvidos, e pôz o sacrificio heroico de uma mulher moça n'um ponto de vista ainda mais claro.

Digam o que quizerem; o povo toma a sensibilidade por magnanimidade e generosidade. A desgraça hé objecto que entenece. Hé bem verdade que todo o Governo tem direito de perseguir o seu inimigo? mas aonde estáva a necessidade de fazer tanta bulha, quando o não poderam guardar seguro, nem apanhá-lo depois de ter fugido? A execuçaõ deste direito não hé tão pura como hé legal: e nas opinioens o *poder nem sempre tem a força da persuasão*.

Admiravel effeito do poder da moralidade! os tempos futuros se occuparáõ com as circumstancias em que M. Lavalette foi arrancado á morte; e todos os esforços da authoridade não poderáõ alcançar o deshonrar aquelles, que o auxilliaram com a sua nobre e efficaz compaixão. Quem não for inexoravel e des-

humano não recusará a sua approvação ao resultado de sua coragem; elles forão criminosos perante a ley, mas cumpriram com um dever da humanidade.

Muitas vezes se me tem feito cargo de não ter informado á El Rey do que os cortezaõs, os ministros, os ministros estrangeiros fazião diariamente, do que se passava no interior das familias, &c.

Esta hé a policia de um cortezaõ, que deseja agradar; ou de um agente subordinado, que hé obrigado a recorrer a taes meios para se fazer importante—esta porem não hé a minha.

A tranquillidade dos Estados não depende de couzas que influem somente nas classes superiores da sociedade, ou na natureza das disposiçoens que ali se observaõ.

A ambição dos grandes não tem influencia politica, a menos que não esteja unida com algum interesse popular. As suas intrigas, as suas conspiraçõens são impotentes e infructiferas, se não são apoyadas pela activa co-operação da multidão.

Nenhuma opposição nos conselhos publicos, nenhuns partidos secretos são para temer, quando o Monarca tem de sua parte a affeição e força do povo.

O descanso do Estado depende do estado intellectual das classes trabalhadoras, de que consta o povo, e que formão a baze de edificio politico. Este estado deve ser, se me posso assim explicar, o unico objecto dos cuidados e da vigilancia de uma boa policia.

A multidão estará sempre socegada, quando se attender aberta, e honradamente para os seos interesses; quando se remover tudo que possa enfraquecer a sua confiança, offender inutilmente os seos prejuizos, corromper o seo modo de pensar e obrar, e desencaminhar a sua ignorancia e credulidade.

Por que se desprezaram estes principios, por que uma policia obsequiosa e insensata observava quase exclusivamente os passos dos grandes, em vez de attender ao povo, aconteceu, que no meio da prosperidade, opulencia e páz não poudes supprimir as primeiras effervescencias da revolução, cujos materiaes, com tudo tinhão estado crescendo, e fermentando pelo espaço de quarenta annos sem serem observados, ou ao menos, sem que se lhe oppuzesse algum obstaculo.

Naõ temos fallado da pessoa do Monarca:—elle deve ser objecto de uma observaçoõ particular. A minha doutrina naõ podia convir áquelles que desejavaõ fazer da policia, naõ uma repartição de magistratura, que envolvia debaixo de uma protecção commum todos os partidos, que se tinhaõ formado na revolução, e todos os que tinhaõ contendido contra ella; mas uma inquisição, que recebesse as suas denuncias secretas. O meo systema era extremamente desgostoso para aquelles, que queriaõ infamar o passado, a fim de o perseguir e castigar arbitrariamente, e por offensas perdoadas. As liçoens da historia esqueceram, ainda que deveriaõ sempre lembrar: nada pode hir sempre bem quando há um comportamento hypocrita; ganha-se a confiança dos homens com a rectidão; e ella hé tam necessaria para o exercicio dos direitos como para o preenchimento dos deveres. Mas de que serve examinar o passado, se d'elle naõ tiramos instrucção para o presente; se observamos nelle somente as faltas dos outros, e nunca as nossas? Sejamos mais prudentes e ainda melhores se poder-mos. Creanças de cabellos brancos, vós hoje calcais aos pés o que hontem admiraveis: quando viréis por fim a ser racionaveis? Quando apprendereis a observar, e a julgar? Alguns daquelles, que fallaõ agora com desprezo de tudo quanto se tem passado nos trinta ou vinte e cinco annos passados, foraõ actores bem subordinados, e actores desconhecidos na verdade, na maior parte das scenas das nossa revoluçoens. Com o auxilio de sua obscuridade, elles confessariaõ, ou negariaõ o que fizeram, segundo as circumstancias permittissem; porem elles representaram um papel assim como os outros; appareceraõ sobre o theatro; e a mesma consideraçoõ de que gozaõ nas suas habitaçoens, por mais insignificante que seja, a devem aos lugares, que occupáram debaixo de Napoleaõ.

Muitos tem feito couzas boas: naõ temãõ de o confessar: o bem sempre adorna a vida em qualquer periodo em que elle se tenha feito. Em vez de procurarem nega-lo, antes devem confessar com todo o mundo, que as tempestades politicas, assim como as da natureza, naõ produzem males somente. Hé uma extravagante tentativa querer obscurecer tudo quanto

se tem feito útil e grande em as nossas revoluções. Ninguém se pode enganar a respeito do que se passou nestes 25 annos: O mundo está cheio das suas obras.

Se o povo foi subjugado por Napoleão, mostram muito pouco juizo os que procuraõ avilta-lo: quanto mais o abatem, mais elles mesmos se envilecem. O viajante ri-se, ou sente estimulos de piedade quando vê a grande despeza, que se tem feito para destruir as aguias nos monumentos que elle renovou ou creou; como se a memoria das acções se podesse mutilar como se mutilaõ as aguias!

Seria, por tanto, muito mais racionavel explicar, ou justificar o tributo de admiração, que se lhe prestava.

No principio do governo de Napoleão tudo era maravilha, e a sua gloria occupava entre as nações tudo quanto nellas havia, quer fosse grande ou pequeno. Elle não somente possuia o genio das batalhas, possuia ainda mais uma sciencia que era muito mais util do que o valor nos combates—sabia o modo de o empregar. A sua providencia parecia fazello senhor dos acontecimentos:—previam-se os obstaculos, e tudo parecia calculado d'ante mão para os vencer. Os tractados eram concluidos tam rapidamente como se ganhavam as batalhas. ; Em que tempo brilhou a França com maior esplendor? ; Quando possuio ella mais poder, do que quando os Soberanos reconheceram Napoleão,—e quando todas as solemnidades da religião o consagraram sobre o throno?

No interior, já pareciaõ estar esquecidos todos os vestigios da discordia e disunião! Parecia terem-se reconciliado todos os varios e complicados interesses; e todos os partidos viviaõ junctos pacificamente. As diversas communhoens religiosas dividiam entre si os templos e os altares: E quem nesse tempo não procurava merecer, ao menos, um olhar de Bonaparte? Aquelles que entãõ se abaixavam de ante d'elle até o pó da terra, são hoje os que menos o confessam.

No exterior Napoleão tinha acabado com a guerra nas primeiras batalhas; todos os Soberanos dezejavam viver em paz com elle. No caso de hostilidades, o amor da gloria teria unido toda a mocidade Franceza debaixo de seus estandartes e louros; porque a moci-

dade tinha aprendido a considerar o heroismo como uma necessidade e um prazer.

O destino de Napoleão era tão rico em factos notáveis que excitava a nossa admiração; a gente, que era mais capaz de admirar do que de julgar, até cria que a causa de tudo isto era mais do que natural. O seu imperio tomou as apparencias de duração, e quasi as propriedades daquélle character sagrado, que o tempo imprime nas obras, sobre que passa a sua rapida carreira. Todo o seu poder, que parecia eterno, se tinha destruido a si mesmo, no excesso de sua ambição: a esperança e o temor de o ver reviver foram com elle para a Ilha de Elba; mas tudo, My Lord, ficou submergido, e submergido para sempre nos campos de Waterloo.

Uma couza existe superior a tudo quanto há,—he a boa fé ou a justiça: Aquelle que nos dias de sua grandeza era o arbitro da Europa, vio, assim que entrou a faltar á sua palavra, e assim que abuzou das prerogativas de seu throno, como contra elle se accumulava proporcionalmente a justa indignação desses mesmos soberanos, e nações, cuja confiança elle tinha ganhado, e a quem até havia dado a sua. Todos os braços da Europa se armaram então para derribar um poder que nem se moderava pela opinião, nem se regulava pelo juizo, nem olhava para os seus proprios interesses. Napoleão achou-se em circumstancias tão criticas, que a maneira de todos que abuzam de sua auctoridade, vio-se obrigado a ser sempre victorioso para evitar de ser aniquilado pela vingança.

Possa o que lhe aconteceo servir-nos de instrução para que depois de haver-mos escapado de um abysmo não sejamos devorados por outro. Os mais oppostos extremos produzem os mesmos phenomenos nos edificios politicos, e submergem as nações em igual miseria. Logo que um poder illimitado se acha nas mãos de um, ou de muitos, a deterioração moral dos individuos, e a fraqueza do Estado serão sempre a sua consequencia. Para isto não he necessario despotismo, nem perigos: isto pode só proceder ou do rayo que cahe do Ceo, ou da torrente dos erros populares, que se não destroem menos arruinam.

breve a tempestade, que devia cauzar o modo

das eleições, e as consequencias destas eleições em uma das Cameras. Eu dezejava que a actividade dos Deputados, que parecia passar a ser destruidora, fosse contra balança pela formação das Assembleas Communes. A abolição deste primeiro baluarte de nossas liberdades destruiu tudo o mais. O homem, antes de pertencer ao Governo e ao Estado, pertence ao lugar em que nasceo. No seio de sua familia-se origina e desenvolve o seu primeiro sentimento pela patria; e o interesse do paiz natal hé o primeiro elemento de todos os interesses politicos. Os que acreditão que todos os homens podem viver unidos só por certo numero de formas complicadas; e podem ser governados só pela publicação de alguns principios abstractos, ignorão tanto o coração humano como as fontes do poder; pode-se dizer que sómente tem estudado a anatomia das constituições livres em sistemas completamente mortos. A obediencia forma a medida e os limites do poder: as instituições positivas unem os homens entre si; quanto mais se multiplica as relações usuas que existem entre elles, tanto mais se augmenta a sua confiança e a sua força; e quanto maiores são os meios do Governo, tanto mais forte e poderoso elle hé; porem pelo estabelecimento dos governos municipaes se pode identificar o throno com o povo. As municipalidades são as primeiras unidades na ordem da representação nacional, subindo até á legislatura, e as ultimas na ordem do poder executivo, que desce até ellas, e acaba com ellas.

Eu porém diminui o numero de muitas pequenas Communs, que não podião tocar-se e equilibrar-se umas com as outras, sem se obstarem mutuamente, em vez de se darem um auxilio reciproco. A natureza das couzas e dos homens requer e até exige, que os corpos civis e politicos não sejam nem demasiadamente grandes, nem demasiadamente pequenos. Na ordem da sociedade, assim como da natureza, não são bons os gigantes nem os pigmeos.

Tenho-me demorado assas, my Lord, nestas indagações, que não são do objecto da minha carta, e de que devo tractar especialmente na minha Memoria.

O systema, que começou o ser predominante, e que todos os dias adquiria maior força, me obrigou a reti-

rar-me dos negocios publicos, bem como já me tinha retirado no tempo de Napoleão, assim que me pareceo impossivel servir de algum bem. El Rey teve a fortuna de tornar a entrar de posse do throno entre o estrondo da trovoadá. Eu nunca julguei que elle se podesse ali conservar. A corrupção e a inexperiencia arruinão os Estados; a virtude e os talentos os conservaõ. Eu pedi a S. M. que aceitasse a minha resignação; entreguei em suas mãos a carta que continha os motivos deste passo; El Rey fez-me a honra de responder que consideraria nisso: esperei alguns dias pela resposta; e como não a recebesse tomei a liberdade de lhe escrever segunda carta, em que tornei a explicar os meus motivos, e todas os meos receios sobre o futuro, que ameaçavaõ tanto o seu throno, e a sua dynastia, como a independencia de minha patria. Então aceitou S. M. a minha resignação; e teve a bondade de dar-me em uma carta escripta de seu proprio punho, a segurança de *que não se esqueceria de meus serviços, e que eu não perderia coiza alguma das minhas propriedades em consequencia da minha demissão.*

Nada mais me restava senão escolher o lugar do meo retiro. Quando alguém tem a infelicidade de ser celebre, faz importante ainda o mais inconsideravel lugar para que se retira. Eu procurei, ao menos, segurar-me contra a calumnia, pela simplicidade de minha vida, pela solidaõ, e pela felicidade domestica.

El Rey mandou-me offerecer um lugar de embaixador; e eu preferei a Saxonia. Havia tido a felicidade de conhecer o seo Soberano, e a sua invariavel integridade, que tanto sobre o throno lhe ganhou o amor geral, como quando d'elle foi removido; a estimação foi pois o motivo desta preferencia. Até o ultimo instante de minha vida me regosijarei com a memoria dos testemunhos de bondade, que recebi deste Principe assim que cheguei a Dresda. Hé particularmente na desgraca que devidamente avaliâmos todo o valor da benevolencia. Devo tambem acrescentar, que em todas as relações em que me achei, em consequencia da minha missaõ, com o Duque de Richelieu, experimentei tudo quanto um homem de honra e de sentimentos pode fazer para suavizar a injustiça, que todos os seos esforços não poderam prevenir. Per-

gunta-se, porque, quando eu deixei o Ministerio não entrei na Camera dos Deputados, para a qual varios cidadãos eleitores, entre outros os de Paris, me tinham eleito?

Poderia eu contender com alguma vantagem contra os excessos da reacção, que augmentava diariamente? Lea-se os debates da Camara, e se verá o que eu podia esperar desta contenda. Um homem de espiritos elevados M. D'Argenson, tentou levantar a sua voz para apontar as causas e authores das perturbações no Sul da França. Gritos furiosos o impediram de proseguir; a verdade foi repelida da tribuna da nação. Que bom successo se podia esperar em uma assemblea, em que o partido da exaggeração ganhava influencia, quando este partido considerava a mais intoleravel anarchia, como instrumento necessario para o restabelecimento da ordem? Que se poderia dizer a homens, que viaõ a força e poder de El Rey na violencia, e as trações na linguagem da moderação? Chamado para fallar sobre os maiores interesses da nação, que meios se possuem para ser ouvido por aquelles, que pensão que tem somente de deliberar sobre o orgulho de alguns individuos? Que podia eu acrescentar a tudo que fiz como Presidente do Governo de França, e como Ministro, para impelir e conjurar estes homens violentos a que sacrificassem a sua vingança pessoal ao bem geral, e que pensassem somente no bem do todo? A respeito delles, tenho exaurido tudo quanto pode interessar um amigo da sua patria; e não cesso de lhes repetir do meo desterro as minhas ultimas palavras quando sahi de Paris:—"Como se há de alguém atrever a fallar do triumpho de um partido, quando o mesmo ou cahirá ou há de tudo comprometer? Não há esperanças da nossa independencia nacional, nem haverá verdadeira honra senão houver uniaõ!"

O impulso que o espirito de extravagancia deo as reacções, annunciou logo a intenção de fazer uso dellas. O Deputado, que lêo um libello na tribuna, nos poderia facilmente informar donde vinha este impulso, se elle dicesse aonde obtivera o libello, e quem era o seu author.

Em vão teria eu contado com o apoio da parte solida da assemblea. Esta parte possui talentos, vistas

justas, razão, e até forma a maioridade; mas há nella muitos homens tímidos, que se deixão levar pelo temor de causar maiores males ao paiz com sua resistencia, do que com sua submissão: algumas vezes são aterrados com os phantasmas das nossas revoluções, cujas molas estão destruidas; outras vezes são ameaçados com as bayonetas estrangeiras.

Hé absurdo suppor que algum partido possa agora obter o menor auxilio de fora. Se um partido governa, hé porque ajustes particulares, mais fortes do que os ajustes geraes dos monarcas, d'isto são a cauza. Já não são os Soberanos que triumphão da França.—Um partido hé quem triumpho da Nação: as guerras civis sómente mudaram de lugar; os ultra-realistas são os vencedores, e todos os mais Francezes são os vencidos.

Que vantagem se pode tirar de entregar o governo á um partido? A campa da sepultura pode bem depressa engolir o seo governo: o mesmo terror e não poderá sustentar; por que o terror se desvanece ao primeiro vislumbre de alguma segurança. Outro partido ocupará então o seo lugar, e talvez se sustente: mas que será da França, e que será da Europa, se nós formos lacerados pela mudança dos partidos, e pelas victorias momentaneas desses partidos?

Aonde em tal estado de coizas acharemos a nação? Acabará todo o interesse geral; todos os laços da existencia social serão dissolvidos; o coração do estado se achará ferido; e apenas restará a sombra da patria. Lembai-vos da Inglaterra, my Lord, que sómente ao Oceano, que a cerca, deve a sua segurança contra as nossas tormentas e desordens, que eraõ communs á todas as nações; e hé bem que tambem lembre, que o oceano esteve ao ponto de ser atravessado. A nossa felicidade lhe seria mais vantajosa do que a nossa miseria. Porem será demasiado tarde para a prevenir, quando a nação já estiver envolvida em suas ruinas.

Eu com muito gosto contemplo na fisionomia dos soberanos, a quem a nossa sorte agora está confiada, a imagem, e emblema dessa divindade, que a antiga mythologia representava com duas faces; uma voltada para o passado e outra para o futuro. Os soberanos não perderão de vista segunda vez o seo generoso objecto; as nossas revoluções não tornarão a perturbar

a Europa; e nós ganharemos a garantia da nossa independencia; por que garantiremos a nos mesmos o nosso descanso. Longe de mim o pensamento de que há um partido, que será o terrivel instrumento da destruição da França!

Eu não nego a meos inimigos a justiça que devo a todos os homens. O espirito de partido hé mais reprehensivel do que criminoso. Aquelles que tem trazido a Monarchia até a borda do precipicio, imaginão talvez que a tem salvado; a sua ignorancia em materias de Governo hé uma descoberta, que ainda elles tem para fazer.

Em os negocios humanos a gente chega muitas vezes aos mais lamentaveis excessos só por effeito de alguns nomes que tem divinizado. Permitta o ceo que a palavra *legitimidade* não custe tantas vidas como custou a palavra *igualdade*! O mal hé sempre feito debaixo de algum pretexto sagrado. Felizmente o erro não hé immortal como a verdade: tudo na terra tem fim.

Eu não me sinto capaz de justificar-me totalmente a respeito do que se me argue de não ter entrado na Camera dos Deputados. Eu devia de certo ter apparecido na tribuna, ainda que fosse somente para que sobre a minha pessoa se desse mais um exemplo d'esses actos tyrannicos e violentos: a minha missão para Dresda pode considerar-se como o resultado do que eu já previa; e assim não me deixaram obrar por mim mesmo, e evitar estes ataques.

My Lord, em 19 de Junho eu escrevi a V^a S^a —“ que a Republica nos tinha dado a conhecer os excessos da liberdade;—o Imperio, os fataes excessos do poder:—os meos desejos eraõ evitar estes excessos, e só ter independencia, ordem, e a paz.” Repito neste momento os mesmos desejos. Oxalá que os excessos de toda a qualidade fiquem sopeados para sempre! Os excessos de todos os partidos são sempre os mesmos uma vez que se inflamaõ as paixões: os mais nobres sentimentos podem ser exaggerados a ponto de serem perniciosos.

Eu não me queixo, nem me admiro de ser banido da França por aquelles mesmos que ajudei a voltar para a França.

Eu conheço a maldade do coração humano; e estou acostumado aos caprichos da fortuna. Na situação da vida em que estou, hé sempre um pensamento congo-lador o lembrar, que não está no poder de homem algum mudar a natureza das couzas. A falsidade nunca pôde vir a ser verdade. Está acabada a minha vida politica: toda a minha ambição está satisfeita, visto que tenho obtido entre os Francezes uma estimação, que hirá por toda a parte a poz meo nome, e minha pessoa. A justiça, e a voz dos seculos decidirá, se de uma parte só ou de muitas vieraõ as desgraças que sofre a minha Parria; e qual dellas teve maior culpa. Repito a Vossa Graça as seguranças de minha alta consideração.
(Assignado) O Duque de OTRANTO.

HESPAÑHA.

*Tratado entre Suas Magestades El Rey dos Paizes Baixo
e El Rey de Hespanha e das Indias.*

Em nome da Santissima e Individisivel Trindade:
S. M. El Rey dos Paizes Baixos, e S. M. El Rey de Hespanha, e das Indias, animados com um igual desejo de pôr termo ás piratarías das Regencias Barbarescas, e de obter toda a possivel seguranca para o Commercio e Navegação do Mediterraneo; desejosos de consolidar esta alliança por meio de um tratado, e de lhe fixar a extensão, e os meios; deraõ para este fim os seos plenos poderes, a saber, S. M. El Rey dos Paizes Baixos á M. Hugues d'Zuylen de Nyevelt, Cavalleiro da Ordem do Leaõ Belgico, e seo Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto o S. M. C.; e S. M. El Rey de Hespanha e das Indias ao Senhor Pedro Cevallos e Guerra Conselheiro de Estado, Cavalleiro da Ordem do Tuzaõ de Ouro, Primeiro Ministro, de Estado &c. &c.; os quaes, havendo trocado os seos plenos poderes, convieraõ nos Artigos seguinte:
Artigo 1.—Esta alliança hé puramente defensiva, e

o seu objecto hé proteger o commercio das Potencia^s que são partes della.

2. Este alliança existira em quanto as Regencias de Argel, Tunis, e Tripoli não renunciarem o systema offensivo contra a propriedade dos vassallos das Potencias Contractantes.

3. Se uma destas for offendida por qualquer Corsairo das tres Regencias, os Consules das Potencias Alliadas deveraõ exigir por meios legaes uma reparação do Governo da parte offensiva; e no caso que se não fizer a devida justiça, as Potencias Alliadas passaraõ, se for necessario, a fazer represalias, proporcionadas á offensa commetida.

4. Sera tido como uma offensa feita ás Potencias Alliadas, se uma das Regencias fizer justiça a si mesma, agarrando a propriedade dos vassallos das Potencias Contractantes, sem haver previamente tentado outros meios, ou estabelecido um processo para obter justiça, e satisfação.

5. Tambem sera uma offensa commettida contra as Potencias Alliadas, o prenderem-se os Consules por dividas de individuos particulares, ou dos seus respectivos Soberanos, visto que as Regencias devem, a fim de ás reclamarem, empregar os methodos adoptados pelas naçoens civilizadas.

6. As Potencias Alliadas se julgaráõ igualmente offendidas, se dellas se exigir presente algum como tributo, mesmo no caso que esteja fundado no costume.

7. Quando uma das Potencias for atacada pelos Estados Barbarescos, sem que esta tenha provocado a ataque por acto algum de hostilidade, entaõ a alliança se porá em força.

8. Um dos Alliados continuará a defender a parte offendida, até que se obtenha uma justa reparação pelos prejuizos occasionados pelo offensa, e tambem uma indemnização pelas despezas da guerra.

9. Nenhum dos Alliados poderá entrar em negociação com o inimigo commum sem o consentimento do outro.

10. As partes Contractantes promettem empregar uma força sufficiente para defender e proteger o seu commercio contra as piratarias das Potencias Barbarescas.

11. Para este fim S. M. El Rey dos Paizes Baixos concorrerá com uma nau, e seis fragatas, e sua Magestade Catholica, com uma nau, duas fragatas, um brigue, e dezeseis barcas canhoneiras.

12. O commandante em chefe sera o official mais velho de igual graduacão.

13. Cada Potencia fara as despesas necessarias para manter as suas respectiyas forças; e todas estas estaraõ collocadas nos portos de Hespanha mais bem situados, e defendidos, a fim de se preencher o objecto da alliança.

14. A força maritima dos Paizes Baixos sera supprida por um preço razoavel nos portos de sua Magestade Catholica com todos os artigos de urgente necessidade, tanto para concertos como munigoens, e mantimentos, fazendo-se os pagamentos com letras saccadas á vista sobre o Governo dos Paizes Baixos.

15. Os comboyos de um porto do Mediterraneo para o outro seraõ fixados em certos peridos, e os navios mercantes pertencentes aos vassallos das Potencias Contractantes, seraõ com igualdade protegidos e comboyados.

16. Defronte de Argel havera uma esquadra a crusar, a fim de impedir a sahida, ou a volta dos corsarios.

17. Havera outra esquadra defronte de Tunis, no caso de se estar em guerra.

18. Em razão de Tripoli não ter quasi força maritima alguma, esta mesma esquadra poderá com facilidade impedir que essa Regencia cause dano algum ao commercio e navegacão das partes contractantes.

19. Quando se declarar guerra contra uma das Potencias Barbarescas de Argel, Tunis e Tripoli, os vasos, que forem aprisionados pelas esquadras cruzantes, seraõ logo queimados, ou destruidos.

20. As Potencias promettem pagar aos captores o valor dos ditos vasos; e esta soma sera dividida segundo as regulaçoens existentes da Potencia, cujos navios de guerra tiverem feito a tomadia.

21. Se vasos de guerra de differentes naçoens tiverem feito a tomadia, essas Potencias pagarão o valor dos navios aprisionados segundo o numero das respectivas companhias: cada Potencia pagará este premio ás companhias dos seos navios.

22. Os prisioneiros de guerra serão divididos na mesma proporção.

23. O presente Tratado sera communicado ás Cortes de Portugal, Turin e Napoles por sua Magestade Catholica, o qual as convidará para que accedam a elle; e S. M. El Rey dos Paizes Baixos fará a mesma communicação e convite ás Cortes de Petersburgo, Stockolmo, e Copenhague.

24. O presente Tratado sera ratificado, e as ratificações trocadas em Madrid no espaço de seis semanas, ou mais cedo, se possivel for.

Em fe do que nos, os Plenipotenciarios abaixo assignados, em virtude dos nossos respectivos plenos poderes, assignamos o presente Tratado; e lhe posemos o sello das nossas armas.

(L. S.) Assignado. H. de ZAYLEN de NYEVELT.

(L. S.) Assignado. PEDRO CEVALLOS.

Feito em Alcala de Henares aos 10 de Agosto de 1816.

ARTIGOS ADDICIONAES.

1. Visto sua Magestade Catholica não estar actualmente em guerra com o Dei de Argel, o Commandante das forças navaes Hespanholas partirá para Argel com as forças maritimas de El Rey dos Paizes Baixos; e em virtude do 4, 5, 6, e 7 artigos do Tratado de hoje, exigirá do Governo Argelino reparação pelas offensas commettidas contra as duas Partes Contractantes, declarando ao mesmo tempo que a intenção das Partes Contractantes hé ponctualmente observar para com os Estados Barbarescos o direito das gentes estabelecido na Europa.

2. Se o Governo Argelino não der ouvidos á voz da justiça, e não quizer fazer a reparação exigida, a actual alliança se julgaráõ estar em pleno vigor, e as respectivas forças das Potencias Contractantes obraráõ em conformidade das estipulações dos artigos 7, 8, 9, 19, 20 e 21.

Os presentes artigos addicionaes terãõ tanta força e validade como se estivessem inseridos palavra por palavra no tratado de hoje. Elles serão ratificados, e as ratificações trocadas no mesmo tempo e lugar.— Em fe do que &c.—seguem-se as assignaturas.—

O presente Tratado foi ratificado e assignado per S. M. El Rêy dos Paizes Baixos no dia 19 de Agosto de 1816, e por sua Magestade Catholica no dia 13 de Setembro de 1816.

DECRETO REAL.

“ Dezejando assignalar por um testemunho da minha Real clemencia o feliz dia em que, completando a paz e tranquillidade dos meos dominios, eu dou aos Hespanhoes uma terna Mãe na minha mui querida, amada e dezejada Rainha; e não podendo completamente gozar da felicidade, que me prepara este dia, ainda mais memoravel pela feliz uniaõ de meo amado e Augusto Irmaõ o Infante D. Carlos com a Infanta D. Maria Francisca, sem aliviar, quanto as leis e o estado do reino o permitem, a sorte dos degraçados que gemem debaixo do pezo de seos crimes: Tenho concedido um perdão geral a todos os delinquentes que estejam em estado de o receber na Peninsula e Ilhas adjacentes, e que o possam merecer sem prejuizo de terceiro, ou da justiça publica; e alem disto, ordeno: Que em tempo conveniente os meos concelhos do Almirantado, da Guerra, e das Indias, immediatamente me proponhão a epocha em que uma graça semelhante se possa estender aos criminozos do exercito e da marinha em todos os meos dominios, e ainda áquelles mesmos, que estão nas possessoes ultramarinas, e que se tenham desviado do caminho de seos deveres, rezervando-me o direito de dar á esta minha clemencia toda a amplidaõ que os meos sentimentos me inspiraõ, e que tambem hé devida a todo esse ardente zello com que todos os meos amados vassallos se unem em torno de meo throno. Em consequencia, Eu tenho rezolvido:—

1º. Que este perdão se applique a todos os prezos, que estejam em estado de o receber, e que hora se achão nas prizoens de Madrid ou em outras prizoens Reaes, com tanto que não tenham cometido crimes de *Leza-Magestade* divina ou humana, traiaõ, homicidio de algum sacerdote, moeda falsa, incendio, exportação

de artigos prohibidos, blasfemia, sodomia, suborno e fraude, falsificação, rezistencia a justiça, e roubos de fazenda Real, ou de provizoens destinadas para o exercito, marinha, e hospitaes.

2º. Que esta graça se estenda aos criminozos fugitivos e auzentes, que dentro do termo de seis mezes, estando em Hespanha, e dentro de um anno, estando fora destes reinos, se apresentarem ás justicas, a fim de que ellas, dando parte aos tribunaes competentes, estes possam proceder á declaração do perdão.

3º. Que debaixo das excepçoens annunciadas no Art. 1º, os crimes cometidos antes da publicação deste Decreto sejam unicamente comprehendidos no perdão, e por nenhuma forma os que depois della se hajaõ de cometer.

4º. Que os criminosos, condemnados aos trabalhos publicos nas guarniçoens e arsenaes, e que para elles ainda não tenhaõ sido mândados, ou que ainda vão em caminho, com tanto que não tenhaõ sido convencidos de nenhum dos crimes exceptuados no Artigo 1º, sejam contemplados neste perdão.

5º. Que nos cazos de offensa, em que haja damno de terceiro, não se possa declarar o perdão sem o consentimento da parte offendida, e que nos cazos em que hajaõ condemnagoens pecuniarias, estas se satisfacção primeiro, excepto quando forem para o Fisco ou acuzador, porque em taes circumstancias o perdão será valido.

Assignado pela Real mão de S. M. aos 29 de Setembro, 1816.

Para o Duque, Prezidente do Concelho."

Madrid, 30 de Setembro.

S. M. fez aqui a sua entrada no dia 28, no qual dia as duas Augustas Princezas, com o Infante D. Carlos Maria, foraõ solemnemente entregues ao cuidado de El Rey com todas as formalidades necessarias. O casamento celebrou-se no dia 29 na Igreja de S. Francisco.

PORTUGAL.

Annuncio.

Tem sido mui bem recebida em Lisboa e em todo o Reino a Obrá Periodica; intitulada *Retratos e Elogios dos Varões e Donas, que illustraram a Nação Portugueza em virtudes, lettras, armas e artes, assim nacionaes como estrangeiros, tanto antigos como modernos.* O bom primor, com que os Editores desta obra trabalham em satisfazer ao publico, e corresponder aos dezejões de perpetuar o nome e fama das pessoas benemeritas, que são a materia desta collecção, assim na perfeição das estampas, e verdade, como na curiosa indagação de noticias atégora não vulgares, extrahidas de memorias antigas, faz esta obra mui recommendada, e dará occasião a que os sabios hajam de contribuir com alguns soccorros, que a tornem ainda mais interessante.—Desta collecção tem se atégora publicado 11 Cadernos, dos quaes os 9 primeiros se vendem a 480 reis cada um: e os dois ultimos, e os mais que se forem seguindo a 600 reis cada um: contem quatro Retratos com os competentes elogios cada um dos cadernos: os Retratos que por ora se tem estampado são: D. Henrique, Infante de Portugal, Mestre da Ordem de Christo; D. Nuno Alvares Pereira, Condestavel de Portugal; D. Pedro de Menezes, Conde de Vianna, e Governador de Ceuta; o Dr. João das Regras, Chanceller mór do Reino; D. Pedro, Infante de Portugal, Regente do Reino; Martim Moniz; D. Duarte de Menezes, Conde de Vianna, e 1º Governador de Aleacer Seguer; Martim d'Ocem Chanceller mór; D. Fernando, Infante Santo de Portugal, Mestre da Ordem d'Aviz; João XX ou XXI Pontifice; D. Álvaro Vaz d'Almada, O *Lidador*, Conde de Abranches; Diogo Gonçalves Travassos; D. João, infante de Portugal, Mestre da Ordem de S. Tiago; D. Fr. João de Evora, Bispo de Vizeu; Pedro Eannes Lobato, 1º, Regedor do Civel; Mestre Matheus Fernandes, Architecto do Convento da Batalha; D. Felippa, Rainha de

Portugal, mulher d'El Rei D. João 1º; Fernão Sanches, filho natural d'El Rei D. Diniz; Lopo Fernandes Pacheco, Mordomo mór do Infante D. Pedro, Chanceler da Rainha D. Brites; Alvaro Gonçalves Continho, o *Magriço*; D. Leonor, Rainha de Portugal, mulher d'El Rei D. Duarte; João Pereira Agostin, um dos doze d'Inglaterra; Sueiro da Costa, outro igual Cavalleiro; o V. Fr. Miguel de Conteiros, Fundador da Santa Caza da Misericordia; D. Brites, Rainha de Portugal, mulher d'El Rei D. Affonso 3º; S. Damazo Pontifice; D. Francisco de Almisda 1º Governador, e Vice-Rei da India; Pedro Alvares Cabral 1º Descobridor do Brazil; S^{ta} Izabel Rainha de Portugal, mulher d'El Rei D. Diniz; D. Gaspar do Casal, Bispo do Funchal, de Leiria, e de Coimbra; o V. Fr. Luiz de Granada; D. Mendo Viegas de Sousa; D. Ignez de Castro, Rainha de Portugal, mulher d'El Rei D. Pedro 1º; D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, Arcebispo de Braga; Lopo Soares de Albergaria, Governador e Capitão General da India; o grande Luiz de Camoens, Principe dos Poetas de Hespanha; D. Maria, Rainha de Portugal, 2ª mulher d'El Rei D. Manoel; D. Francisco de Castro, Bispo da Guarda, Inquisidor Geral; Affonso d'Albuquerque, o grande, Governador da India; Diogo de Paira de Andrada, Theologo d'El Rei D. Sebastião no Concilio de Trento; a Princeza S^{ta} Joanna, filha d'El Rei D. Affonso 5º; D. Vasco da Gama, Descobridor da India; D. Antonio Pinheiro, Bispo de Miranda e Leiria; e João de Barros, famoso Historiador da India.

Uma semelhante obra, de sua natureza sempre interessante, muito mais o deve ser na epoca actual, em que a nação Portugueza, resurgindo d'um certo esquecimento em que se achava, vem de dar á Europa o maior impulso para seu livramento dos ferros da oppressão em que gemia. Se a gloria nacional recebe com a publicação desta obra a publicidade que necessita para ser melhor conhecida; o estrangeiro não interessa menos em conhecer os varoens d'uma nação sempre famigerada e celebre; e que ultimamente serviços tão essenciaes acaba de render ao universo pelo seu brio, fidelidade, e patriotismo. Taes considerações dão muito a esperar que esta obra será benignamente

acolhida por todos os Portuguezes rezidentes em Inglaterra ; e mesmo dos proprios Inglezes, taõ dados aos estudos biograficos, ramo que quaze creáram, e que parece ser-lhes proprio.

Quartel General do Pateo do Saldanha 21 de Setembro de 1816.

ORDEM DO DIA.

Sua Excellencia o Senhor Maréchal General Marquez de Campo Maior tem a honra, e satisfacção de comunicar ao exercito a sua volta a Portugal para retomar o commando do mesmo exercito. S. Ex^a lembra agora ao exercito a sua ultima Ordem do Dia 9 de Agosto de 1815, quando partio para ir á presença de Sua Magestade El Rei sen Senhor, e todas as outras Ordens, em que S. Ex^a lhe assegurou sempre, que podia firmemente esperar, e confiar na bondade, e amor do Soberano, e na sua natural munificencia em recompensar o merecimento, e os serviços. Tudo quanto S. Ex^a tenha pertendido inculcar a este respeito aos membros da corporação militar, teve o extremo contentamento de ver excedido no espirito, e desejos de Sua Magestade, para testemunhar a Sua Real satisfacção ao Sen exercito pelos serviços, que fez durante uma guerra taõ extraordinaria, taõ honrosa, e proveitosa para os seus vassallos Portuguezes. O exercito verá as consequencias do amor, e approvação do seu soberano para com elle pelos cuidados, e interesse, que se manifestaõ nos arranjamientos, que Sua Magestade foi servido ordenar no que pertence ao ramo militar, onde brilhaõ os signaes do favor, e da munificencia de um Soberano bom, e grato a vassallos benemeritos. Foraõ os desejos de Sua Magestade, que todas as classes do exercito experimentassem, quanto fosse possivel, os effeitos da Sua Real benevolencia, e sem duvida tiveraõ estes toda extensaõ, que as circunstancias do reino permittem; e S. Ex^a o Snr. Marechal General foi humilde testemunha de que Sua Magestade até sentio naõ poder em razão das circunstancias extender mais as suas graças: mas S. Ex^a esta convencido de que o contentamento sera geral: de que todo o individuo do

exercito se unirá a S. Ex^a, para exprimir a sua satisfação, o seu reconhecimento, e agradecimentos ao melhor dos Soberanos, e de que os signaes extraordinarios da Sua Real benevolencia, e dos Seus cuidados pelo confôrto, commodidade, e interesse do exercito serão novo estímulo para toda a classe de militares procurar conhecer, e executar bem os seus deveres, como unico meio, que temos de testemunhar a nossa gratidão por tantas mercês: e S. Ex^a hé o primeiro em confessar, que as suas obrigaçoens para com El Rei Seu Senhor são as maiores, e impossiveis de serem retribuidas, senão pelos seus desejos, e esforços por bem o servir. Em situação quasi igual considera S. Ex^a todo o exercito; e está certo, que este se acha geralmente possuido dos mesmos desejos.

Finalmente o Snr. Marechal General póde certificar ao exercito de Portugal, que este tem no seu Soberano um Senhor dos mais indulgentes, um Pai o mais affeioado, e um amigo verdadeiro, do qual o maior desejo hé recompensar a virtude, e o merecimento. S. Ex^a o Senhor Marechal General goza agora da satisfação de poder affirmar ao exercito o conhecimento de tudo o que refere, adquirido por sua propria experiencia, resultado da condescendencia e favor, que Sua Magestade foi servido mostrar-lhe, e que S. Ex^a nunca poderá sufficientemente reconhecer ou pagar.

Os Senhores Governadores de Provincias, e de Praças, e os Senhores Generaes empregados no serviço, e todos os mais officiaes, e pessoas militares dirigirão as suas communicaçoes, e participaçoes aos Chefes das reparticoens, conforme as ordens do exercito, para serem presentes a S. Ex^a o Snr. Marechal General.

AJUDANTE GENERAL.

Falla de S. Ex^{ca} Mr. Canning no jantar que os Negociantes Inglezes lhe derao na Salla do Theatro de S. Carlos nas vespas da sua retirada de Portugal.

Senhores! Eu sou profundamente sensivel á honra que esta Assembleia me fez; e grandemente me tem

lisongeado os sentimentos com que vos dignastes associar aos vossos o meu nome. O ter sido discipulo de Mr. Pitt, e o ter tido parte naquelles conselhos em que se traçou a luta para salvar Portugal; são as duas unicas circumstancias da minha vida politica, das quaes me recordo com satisfacção e orgulho. Hé para mim de grande gloria o ter-me embebido nos principios de Mr. Pitt; hé para mim de grande jubilo o ter recebido a vossa approvação pela adequada, e justa applicação daquelles principios ás medidas, por meio das quaes este Paiz foi salvo; principios cujo character distinctivo era amar a ordem, e a industria interna, como verdadeiras fontes da opulencia mercantil, e da força nacional; externamente considerar com madureza a paz, o poder, e a segurança da Grã Bretanha como ligada com a segurança, e independencia das outras nações.

Deste systema de politica interna, e externa tirou a Grã-Bretanha os meios, e se impoz o dever de sustentar a prolongada contenda com a França, que precedeo a guerra da peninsula. Seguindo esta politica, aquelles, que dirigiaõ o Gabinete Britannico na época em que as garras da França hiaõ apoderar-se da Coroa, e liberdade de Portugal, voáraõ, sem hezitar, em seu succorro.

O bom senso, os affectuosos sentimentos, e a generosidade da nação Ingleza seguirão o sou Governo nesta empreza: mas eu mui bem me lembro, que aquelles que se persuadirão, que da luta de Portugal podia resultar a liberdade da Europa, foraõ tidos por ardentes, e visionarios Enthusiastas: Eu fui um destes, e sempre assim o confessei. Assim o confessei mesmo nessas epocas, em que a luta era summamente duvidosa, e até para muitos desesperada. Hé verdade, que algumas vezes appareciaõ no orizonte densas nuvens, e negrumes: mas então mesmo atravez dessas nuvens, e negrumes eu via, ou atrevidamente imaginava ver um raio de luz, que promettia romper as trevas, e que podia para o futuro illuminar as nações.—Não hé hoje, nem hé neste lugar, que eu devo mostrar, que estas esperanças não eraõ extravagantes.

Ou fosse uma natural, e justa consequencia da perseverança em sustentar uma boa cauza, ou fosse por

um especial favor da Providencia, hé uma verdade de facto, que deste canto da Europa nasceo o impulso por meio do qual os seus mais poderozos Reinos foraõ resgatados: hé uma verdade, que neste terreno esteril, e de poucas esperanças estava depositada a semente, de que brotou a arvore de segurança, cujos ramos abrigaõ hoje com sua sombra o genero humano.—Destas recordaçoes, e de uma tal associacão de ideas, o Paiz em que estamos juntos, tira um immediato, e animador proveito, inda aos olhos do observador o mais indifferente.—Quanto a mim, eu não posso ver esta capital, em que, por tantos mezes de horror, e de anciedade, no meio de uma povoacão apinhoadá, soffrendo sem murmurar, estiveraõ fixas e tremendo por sua sorte as esperanças da Europa; eu não pude atravessar essas poderozas, e naturaes fortalezas, que defendem esta capital, esses baluartes áquem dos quaes se retirou a mesma victoria, a fim de implumar de novo suas azas para dar mais alto, e mais seguro vôo; eu não posso contemplar essas santas ruinas por entre as quaes vaguei, há pouco, e onde uma terrivel curiozidade fica suspensa para indagar se os estragos em torno foraõ cauzados por antigas revoluçoes da natureza, ou por ludibriozo sacrilegio, e barbara malignidade do inimigo: Eu não posso ver os vestigios de desolação neste Paiz, e dos soffrimentos porque passou este povo: Eu não posso ver tudo isto, sem render um justo tributo de admiracão, e respeito ao caracter de uma nação, que por tudo o que tem feito, e mais ainda por tudo o que soffreo, se elevou a um gráo de eminencia moral muito desproporcionada ao seu territorio, povoacão, e poder!—Eu não posso considerar em tudo isto, sem abençoar a sabia, e benefica politica, que persuadio a Inglaterra a vir taõ opportunamente em succorro de uma tal nação para despertar sua energia, para organizar seus recursos, para sustentar, e vigorar sua inflexivel constancia, e depois de concluida a sua propria restauracão, conduzi-la alem das suas fronteiras em perseguinto do seu oppressor.

Ter combatido juntamente em uma tal cauza; ter unido as bandeiras, e misturado o sangue em tantas batalhas por taes interesses, e que conduziraõ a taes resultados; tudo isto deve indubitavelmente cimentar

uma eterna união entre ás naçoens Britannica e Portugueza—Vos observareis, Senhores, que eu dezejo ansiozamente fixar o principio de nossa união, e de nossas pretensões reciprocas, fugindo de comparaçoens e recorrendo só aos principios de igualdade: eu o faço assim sinceramente, porque estou persuadido, que este modo de fixar aquelle principio hé justo. Eu o faria assim por politica, inda quando duvidasse do seu interesse. Portugal não teria podido restaurar-se sem o auxilio da Inglaterra; hé isso uma verdade; mas tambem o hé que Portugal foi para a Inglaterra o principal instrumento, que ella empregou, para effectuar a maior empreza em que a Grã-Bretanha jamais se empenhou!

Nos trouxemos a Portugal Conselhos, exercito, disciplina, e valor Britannico; mas nós achamos em Portugal vontade sincera e prompta, braços activos, um Governo cheio de confiança, um povo valorozo, e soffredor, docil em instruir-se, leal em nos seguir, paciente no meio das privações, e aquem a desgraça não foi capaz de abater, e desanimar, nem a prosperidade pôde ensoberbecer, e embriagar.

O braço da Inglaterra foi a Alavanca, que abalou violentamente o poder de Buonaparte; Portugal foi o ponto d'apoio em que aquella Alavanca se moveo. Inglaterra assoprou, e nutrio o fogo sagrado; mas Portugal tinha já erigido o Altar, em que esse fogo se accendeo, e cujas lavaredas subiraõ, e se propagáraõ a tal ponto, que o seu claraõ foi alumiar o Mundo inteiro!

Eu disse que mesmo por simples motivos de politica quereria fixar com a maior igualdade possivel a balança entre Portugal, e Inglaterra. Há sempre um principio de desunião em connexões desiguaes. Hé mais facil praticar a virtude da Benificencia do que ter moderação depois de a ter praticado; ou do que o agradecimento, depois de ter recebido um beneficio. Eu não sei, na verdade o que hé maior, e mais difficil na pratica da magnanimidade, se esquecer-se quem beneficia, se lembrar-se constantemente do beneficio quem o recebeo.—Quanto á Grã-Bretanha devemos reflectir que os sentimentos que nós mesmos procurámos excitar em Portugal, foraõ os de orgulho, e indepen-

dencia nacional : se o conseguimos, porque nos maravilhamos, ou por quê razão sentimos, que esses sentimentos tenham sobrevivido ? Hé bem natural o esperar, que tendo completado a derrota dos seus inimigos, o Genio da Nação se tornasse mais atrevido, e mais livre, até para com os seus amigos.

Nós não temos razão de sentir amargamente um tal procedimento ; nem seria justo, nem decente o faze-lo. Nos deveríamos respeitar, até nos seus excessos, uma independencia que defendemos, que vingámos ; e desculpar o máo humor de um espirito, que nos mesmos exaltamos.—De outra parte pelo que toca a Portugal, eu diria que não há humilhação em mostrar sentimentos de gratidão nacional :—que um espirito grato hé ao mesmo tempo devedor e desobrigado, e recobra o seu nivel por meio de um justo reconhecimento :—diria que não há lugar para ciumes commerciaes, ou politicos entre a Grã-Bretanha e Portugal :—diria que o Mundo hé bastante grande para o commercio Portuguez, e Britannico ; e que a Grã-Bretanha, que nunca abandonou o seu Alliado em tempos desastrosos, nenhum outro premio quer por todos os seus esforços, e sacrificios, do que mutua confiança, e commum prosperidade.

Eu estou certo que serei bem entendido por todos aquelles em cuja presença estou fallando, não só pelo que toca ás minhas tençoens, mas tambem pelo que respeita aos meus motivos.

A delicada e difficil situação em que se acha o governo local deste Reino ; o pezo da sua responsabilidade, e os cuidados, que, segundo eu mesmo tenho presenciado, necessariamente o cercaõ, são titulos, pelos quaes merece uma particular consideração. Eu não receio que elle jamais contradiga a segurança que vos dou das suas amigaveis disposições para com esta Assembleia : e hé por isso que eu me atrevo a propor-vos, Senhores, (bem certo de que a recebereis cordialmente, e que a vossa sincera urbanidade será devidamente avaliada, e retribuida.)—“ A' saude de suas Excellencias, Os Governadores do Reino.”

Exposição do que se tem passado á respeito do Contracto do Tabaco desde 20 de Julho até hoje 13 de Setembro, 1816.

(Continuada da pag. 359, do No. LXIII.)

Subio ao Governo a consulta da Junta da Administração do Tabaco em 27 de Julho, pela qual informarva dos lanços, que tinha havido pela segunda vez em Praça no ultimo dia della 13 do dito mez.

Que a Companhia do Barão do Sobral tinha lançado até 110,000\$000 rs. mais do que aquilo porque andava arrendado o Contracto, que sendo 1,180,000\$000 rs., vinha á dar annualmente 1,290,000\$000 rs., tomando o Contracto por 3 annos, e debaixo das mesmas condicoens actuaes sem innovação alguma.

Que a Companhia de Diogo Ratton offerencia interessar a Fazenda Real na quarta parte dos lucros, e segurar estes lucros em 120,000\$000 rs. mais do que aquilo, porque andava actualmente arrendado o Contracto, que sendo como assim fica dito 1,180,000\$000 rs., vinha á fazer o computo de 1,300,000\$000 rs. annualmente, e mais 10,000\$000 rs. do que dava a Companhia do Barão do Sobral, alem dos lucros, que podessem proceder mais da dita quarta parte de interesse. Que de mais á mais se offerencia á reduzir em beneficio do publico o sabaõ aos pregos antigos de 140 aquelle em pedra, e 80 rs. o molle, em lugar dos pregos actuais de 200 rs. o de pedra, e 120 rs. o molle, e reduzia assim o prego á 50 por cento de menos, objecto muito attendivel.

Os Snrs. do Governo estiveraõ muito tempo antes de resolverem a consulta, porque tendo ella subido á 27 de Julho, só em 13 de Agosto mandaraõ por sua Portaria á Junta (rezolução já contraria ao seo Aviso de 25 de Junho,) “ que houvesse o Contracto do Tabaco “ de ser posto novamente na Praça pelas condicoens “ actuaes, e até agora em practica, por 3 annos, para “ se arrematar á quem mais desse, e fosse mais capaz “ de pagar exactamente as mezadas, como os actuais “ Contractadores sempre fizeraõ, mesmo em tempos cala- “ mitozos, e de pagar aos actuais Contractadores os uten-

“ cilios, para se lhe levar em conta no fim do Contracto.”

Ao mesmo tempo com a dita Portaria baixou um requerimento do Barão do Sobral, e C^a, com Avizo de remissão, em que a dita Companhia offerecia 1,305,000\$000 rs. annuaes pelo Contracto, para lhe ser arrematado por seis annos (o que hera contradictorio com a Portaria) e quando se lhe não aceitasse, que desestia, e não queria mais.

Em consequencia da sobredita Portaria ordenou a Junta da Administração do Tabaco pela 3^a vez, que se posessem editaes, e avizo na gazeta para se tornar á por em Praça o Contracto do Tabaco pelas condicoens ordenadas pela Portaria, para se arrematar definitivamente á quem mais desse, determinando serem os dias de Praça os 17, 19, e 22 de Agosto.

No primeiro, e segundo ninguem compareceu; mas no ultimo appareceo requerimento do Barão do Sobral, que offerecia os mesmos 1,305,000\$000 rs. annuaes que elle tinha offerecida por 6 annos, e agora somente pelos 3 annos na forma ordenada pela Portaria do Governo; e em consequencia se poz em Praça o dito lango, que foi cuberto pela Companhia de Vizeu, e Porto, e de Lisboa de Jozé Antonio da Fonseca e C^a, e por aquella de Diogo Ratton, e C^a; esta chegou á lançar 1,440,000\$000 rs., annuaes, e a outra cobrio com um conto de reis, e ficou assim no seo lango em 1,441,000\$000. Dezemparraram a Praça Diogo Ratton, e seus socios, e ficou Jozé Antonio da Fonseca e C^a; porem os Vogais da Junta logo mandaraõ recado á Diogo Ratton, que descia já as escadas, para que viesse rateficar o seo lango por escrito, ao que este se negou, alegando que os seus socios já se tinhaõ retirado, e não o podia já rateficar sem os tornar á ajuntar, mas que nenhuma duvida tinha de assinar um termo de quanto se tinha passado em Praça, o qual foi lavrado, e depois rubricado pelos Vogais, e assinado por elle Diogo Ratton, e tambem por Jozé Antonio da Fonseca e C^a.

Naõ quiz a Junta arrematar o Contracto á dita Companhia de Jozé Antonio da Fonseca, e C^a, sem consultar o governo. Logo que a consulta subio ao governo, elle immediatamente na mesma conferencia resolveo o negocio em menos de tres horas, passando.

se uma portaria rubricada por dous dos Snrs. Governadores, os Ex^{mos} Principal Souza, e Marquez de Borba mandando á Junta de arrematar o Contracto áquelles, que mais tinhaõ offerecido, e ordenando lhes fizessem no Erario o deposito, á que se tinhaõ comprometido de quinhentos mil cruzados, e prestando alem disso as mais fianças necessarias para segurança da execução das condições do Contracto.

A Junta, em conformidade da Portaria, mandou dar vista á o Procurador Fiscal do Tribunal, e em rezulta da sua informação, mandou á Jozé Antonio da Fonseca, que declarasse os socios, e fiadores, e mostrasse as procurações que delles tinha; e depois disto dizem consultára o governo para que elle tomasse a sua final resolução, que com effeito tomou.

A Companhia de Jozé Antonio da Fonseca, compoem-se dos Socios seguintes:—á saber,

D. Eugenia da Silva Mendes, viuva de João da Silva Mendes de Vizeu.—Jozé Antonio da Fonseca, irmão da sobredita viuva.—Francisco Antonio da Silva Mendes, filho da sobredita viuva.—Dr. Francisco Antonio de Campos, de Vizeu, Bacharel, genro da sobredita viuva.—Jozé Ferreira Pinto Basto, negociante do Porto.—Custodio Basto, irmão do sobredito, e seu socio.—Domingos Ferreira Pinto, tambem irmão, e socio.—Antonio Pinto Basto, tambem irmão, e socio.—Jozé Luiz da Silva, em Lisboa.—Manoel Jozé da Silva Serva, em Lisboa.

A Companhia de Diogo Ratton, compunha-se dos seguintes:—á saber,

Diogo Ratton; Clamouse e C^a; Domingos Gomes Loureiro e filhos; Jozé Diogo de Bastos,—(Negociantes em Lisboa).—Bernardo Clamouse Browne e C^a, Negociantes do Porto.

A Companhia do Barão do Sobral compunha-se dos seguintes:—á saber,

O Barão do Sobral.—Jozé Bento de Araujo.—Henrique Teixeira de S. Payo.—Antonio Esteves Costa.—

Jozé Nunes da Silveira.—Joaõ Antonio de Almeida.—
Feliz Martins da Costa.—Joaquim Antonio Gonçalves
Galvão.—Manoel Ferreira Garcez.

N. B. Querendo mostrar-nos sempre imparciaes, quanto hé compativel com o decoro e decencia publica, publicámos esta *Expozição*; mas para isso fomos obrigados a mutila-la em muitas partes. Nós não pretendemos de propozito ou scientemente offender pessoa alguma em nosso Jornal, e como na dita *Expozição* haviaõ não só frases mas periodos offensivos para pessoas de diversas jerarquias, tivemos por prudente e até necessario não a publicar por inteiro, no que até nos parece que fizemos algum bom serviço a quem a escreveo. O seo auctor mostra-se demasiadamente severo no conceito que faz dos novos contractadores, e a nosso ver não tem razão no que diz. Quem melhor do que o governo pode julgar da idoneidade das suas pessoas e bens? Elle pois, que lhe mandou arrematar o contracto, hé porque está persuadido de que são capazes de lhe satisfazer as condicoens. Neste cazo não queira tomar penas por negocios alheios. Alem disto, o mesmo auctor mostra que pouco ou nada conhece de muitas das pessoas de que falla, porque até á Domingos Ferreira Pinto chama irmão de Custodio Basto, e Jozé Ferreira Pinto Basto. Logo assim como se enganou na classificacão das pessoas hé tambem mui possivel se engane no mais que dellas ajuiza.

INGLATERRA.

(*Public Ledger, and Daily Advertiser*, 16 de Outubro, 1816.)

“Hé impossivel poder attribuir a principios de uma racionavel e obvia politica a cauza da apathia com que o governo Britanico parece estar vendo os injustos e ambiciozos projectos da Corte do Brazil contra os

Independentes de La Plata. Depois de alguns dias já nós procurámos excitar a attenção publica para este importante objecto. Em quanto os nossos navios estão apodrecendo nos portos por falta de frete; em quanto nossos marinheiros vão emigrando por falta de emprego; em quanto nosso commercio, em seos ramos mais lucrativos, está paralizado em virtude de ciozas restricçoens; e nossas manufacturas estão ameaçadas de serem excluidas dos melhores mercados da Europa; — todo o homem de sentimentos não pode deixar de indignar-se ao ver que um mercado de tantas esperanças, como o do Sul da America, esteja a ponto de nos ser fechado pela indifferença dos ministros. Que a projectada invazão seja injusta, não provocada, e filha de uma desenfreada ambição não há ninguem que possa negar. A nossa Corte tinha, por consequencia, direito, fundado na lei das naçoens, e nos principios da mais solida politica, de fazer representações aos aggressores, e ainda mesmo *de ameaça-los* com o resentimento deste paiz no cazo de teimarem em seos projectos. Não há homem algum, segundo nos parece, tão estulto que imagine, que o governo do Brazil preparasse tão custoza expedição sem a haver previamente participado ao nosso; sim, sem primeiro estar certo do *consentimento Britanico*. Elle tem estado a fazer há muito tempo os seos preparativos, e até mandou buscar a Europa tropas veteranas, enfraquecendo assim a defesa de Portugal; e hé bem claro que não haveria começado tão dispendiozos armamentos sem estar seguro da approvação do nosso governo.

“A que motivos poderemos pois attribuir essa politica de que Inglaterra está uzando no que respeita ao Sul da America? Se o engrandecimento da Casa de Bragança em o novo mundo hé disto cauza, nós podemos oppor contra esta politica duas ou tres objecçoens. A primeira hé—a incerteza da alliança Portugueza depois da transplantação da Sé do governo para além do Atlantico; aonde, assim que se vir consolidado, *ficará em liberdade* para cultivar as relações que mais favoraveis lhe parecerem para a segurança e commercio do novo Imperio. Ali a Casa de Bragança terá logo a consciencia de que já está desafrontada das *andadeiras* em que a tinha Inglaterra; e os laços da antiga ami-

zade já não serão nada em comparação do sentimento da actual independencia, ou dos estímulos do lucro. Mas, pondo de parte as precedentes objecções, e mesmo concedendo que o governo do Brazil possa continuar a dirigir a sua politica pela memoria das antigas obrigações, e pela força dos antigos tratados, com tudo, como hé possível que a Sé do governo possa ainda ser transferida, seria imprudente favorecer uma Potencia tão incerta a custa de um governo livre e estacionario. O successor do Rey actual provavelmente voltará para as margens do Tejo, e nesse cazo governará as suas possessões transatlanticas com todo o ciúme que sempre se tem manifestado para com as possessões coloniaes. E quantas circumstancias poderão, em todo este intervallo, privar Inglaterra dos meios de dictar os termos das suas relações com o Sul da America! Entre tanto, a cultura do Novo Mundo faria mui vagarozos progressos debaixo de um sceptro despótico; e o mercado, que, debaixo da influencia de boas instituições, poderia offerecer um illimitado consumo das manufacturas Britanicas, daria bem pequenos estímulos as empresas dos nossos negociantes, segundo este sistema que o nosso ministerio tão irracionalmente procura estabelecer.

“Hé so pela liberdade que o Sul da America se pode tornar em um grande e proveitozo mercado; mas, desgraçadamente para os Inglezes, proprietarios de navios, manufacturadores, negociantes, e capitalistas, hé esta mesma liberdade o motivo, que tem privado os Americanos do Sul da protecção do nosso ministerio: hé a forma de um governo livre a que lhes tem alienado o unico governo que efficazmente os podia ajudar. Esta forma de governo os tem caracterizado como rebeldes e vagabundos para com os homens de Estado que agora manejaõ os destinos da Gram Bretanha. Todavia, hé bem injuriozo para o commercio e politica deste paiz que os nossos ministros conciderem a liberdade tão horrivel como um fantasma, e que não procurem ter algumas communicações com um povo, que pertende formar o seu governo segundo os principios populares. Genova e Veneza, dois estados emminantemente commerciaes, foraõ sacrificados aos mesmos prejuizos. O odiozo nome de

Republica foi só bastante para destruir todas as vantagens de commercio e da politica; e assim foram ingolidos por duas anti-commerciaes monarchias. Elles jazem na inacção e na fraqueza; e as duas Veneraveis Republicas, os berços da moderna liberdade e do commercio, estão agora, comparativamente fallando, sem industria, ou capitaes.—Tal seria tambem o fado dos habitantes de la Plata se elles fossem forçados a submeter seos pescocos ao jugo Braziliense.

“ Há poucos dias que se tem espalhado a noticia de que o Consul Britannico em Buenos Ayres entregára as suas credencias a aquelle governo. Em outros tempos, e com outro ministerio, esta noticia poderia indicar algum intento generoso da parte do nosso governo. Nós lhe dariamos nossos vivas como triumpho de uma solida politica. Mas, nas actuaes circunstancias, parece-nos ser um bem máo agoiro, porque pode ser cauza de que os independentes afrouxem em suas tentativas, e fundem todas as suas esperanças de salvação nos amigaveis e conciliadores officios de Inglaterra.—Nós mui sériamente tememos, que esta tardia apresentação de credenciaes venha a produzir as consequencias que temos mencionado; e que isto seja bem fatal para a independencia dos Americanos do Sul.”

(*The Courier*, 30 de Setembro, 1816.)

Esta Gazeta publicou a noticia seguinte:—

“ A Fragata Portugueza *Perola*, Capitão Monteiro, vinda de Lisboa, e trazendo a bordo o Ex^{mo}. Conde de Palmella, que está nomeado Embaxador para este paiz, chegou a Portsmouth sexta feira passada. S. E. desembarcou no sabado depois do meio dia, com uma salva de artilharia, e hontem se poz em caminho para Londres. A *Perola* traz 55 caixoes com um serviço de prata, que hé um presente de El Rey de Portugal para sua Graça o Duque de Wellington, em testemunho da alta admiração que tem pelos seos grandes talentos militares, e dos eminentes serviços que elle fez a El Rey assim como a cauza da Europa. O presente consiste em um serviço de meza para 55 pessoas, com

grande variedade de vasos e ornamentos para um banquete, nos quaes estão gravadas riquissimas e soberbas representações allegoricas das victorias de sua Graça. A prata só custou 200,000*l.*, e os primeiros artistas da Europa tem estado, há dois annos, variamente empregados nesta obra.—A *Perola* sahio de Lisboa no dia 4 do corrente.”

Um Portuguez, que leo o artigo acima copiado, deo-lhe no mesmo dia a resposta seguinte, que o *Courier* publicou só em parte, no 1 de Outubro :—

“ Ao Editor do *Courier*.

“ Senhor; Lendo na vossa gazeta de hoje a noticia de haver chegado a Portsmouth a fragata Portugueza *Perola* com o presente de um serviço de prata, mandado por S. M. El Rey do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves á Sua Graça o Duque de Wellington, folguei muito de ver o grande elogio que fizestes aos meos patricios; todavia, quando dicestes que só a prata valia 200,000*l.*, e que na sua mão d’obra tinhaõ estado variamente empregados nos dois annos passados os primeiros artifices da Europa, não só eu porem todos os Portuguezes (unicos verdadeiros amigos dos Inglezes) muito mais folgariaõ se ás palavras—os primeiros artifices da Europa, tivesseis acrescentado—e todos Portuguezes; porque, quanto eu sei hé, que ninguem, por qualquer modo que fosse, poz mão nesta obra desde que se principiou até que chegou a Inglaterra, senão Portuguezes.

“ Assim julgo ser um tributo devido á justiça que hajais de fazer a este respeito uma franca declaração da verdade, como de certo a farieis se esta obra magnifica tivesse sido executada por artifices Inglezes. E ao mesmo tempo espero que se vós, ou algum dos vossos leitores souber alguma couza que possa contradizer esta minha declaração, hajaõ nesse cazo de a pantentear e expor; mas quando a não saibaõ entaõ rogo-vos queirais ter a bondade de publicar esta minha noticia que hé verdadeira, pois com a publicardes nem o presente ficará valendo menos, sabendo-se que hé

obra de artifices Portuguezes, nem a vossa gazeta perderá couza alguma da sua consideração.—Vosso obediente e humilde creado,

UM PORTUGUEZ.

N. B. O *Courier* só publicou da carta que acabâmos de transcrever o primeiro paragrafo até as palavras—*senão Portuguezes.*

Embaxada Portugueza em Londres.

(London Gazette, 5 de Outubro 1816.)

“No dia 3 do corrente S. E. M. de Freire, Ministro Portuguez, entregrou a S. A. R. o Principe Regente as suas re-credenciaes, e o Ex^{mo}. Conde de Palmella, as suas Credenciaes.

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS
DESTE NUMERO.

“Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e nossa Patria.”)

LITERATURA.

No capitulo 6 da Obra de M. de Pradt, que publicámos neste No., há uma nota a pag. 44, que vai ser o objecto das nossas reflexoens. Quando o auctor diz: —*Regra geral; as finanças não mataõ senão os patetas ou os velhacos*, enunciou uma verdade, que a nosso parecer hé da mais exacta demonstração. As finanças em todos os paizes e em todos os governos tem sido a primeira das cauzas de todos os desastres politicos, mas tambem hé uma verdade, que estes dezastres tem procedido ou de inepecia ou de maldade dos que tem administrado ás rendas das naçoens. Um governo nunca se pode achar embaraçado com as difficuldades das finanças a não ser ou que seja eminentemente ignorante ou que de proposito queira fazer a ruina do Estado.

Porque, que outra couza mais são as finanças de uma nação do que o producto de todas as rendas particulares dos individuos que a compoem? Tenhão por tanto boa arte os governos para fazerem passar o dinheiro dos cofres particulares para o cofre publico, e neste cazo nunca se verão embaraçados por falta de numerario. Hé impossivel que este se extingua dentro de uma nação; e se elle então não vai para os cofres do governo, a culpa não hé sua, hé dos administradores publicos; assim como não hé culpa de um rio se elle não segue constantemente um leito ou alveo determinado, mas dos homens ignorantes ou inertes, que lhe não fazem este leito ou este alveo.

Quando um povo tem toda a instrucção, que devem ter todós os entes racionais que vivem em sociedade, conhece que o governo, que o protege, deve ter sempre meios mui amplos para lhe dar esta protecção necessaria; e neste cazo reparte tambem sempre com o seo governo mais ou menos d'aquillo que tem em proporção do bom uzo que vê se faz do dinheiro que lhe dá. O erario publico nunca pois deve sentir faltas, porque as bolças dos individuos estaraõ sempre abertas, uma vez que seja notorio que o seo dinheiro se consome para os proteger e não para os oprimir. Assim succede que os governos nunca são mais ricos do que nas occasioens de crize, em que uma vez ou outra se achão as naçoens, porque estas, em taes circumstancias, estão determinadas a gastar tudo para salvar-se. Conhecem então por experiencia, que todos os gastos, que fazem os governos, são para a independencia e segurança do todo social, e debaixo deste ponto de vista cada individuo hé o primeiro a despejar, sem murmurar, a sua bolça na grande bolça do Estado. E pois se isto acontece nos cazos extraordinarios, porque não acontecerá sempre nos cazos ordinarios? Não hé o mesmo povo o que paga tanto nestes como n'aquelles? Logo porque hé liberal em uns, e mesquinho em outros? A razão hé bem clara: uma vez vê a necessidade; outra, o abuzo e o desperdicio.

Na epocha em que todas as gazetas Francezas prophetizavaõ a ruina de Inglaterra, calculada na sua falta de finanças, e grande parte da Europa, parecia acreditar nestas fataes prophcias, ninguem então, ou bem pouca gente, reflectia no que realmente são as finanças de um

Estado. Supunhaõ, por exemplo, como bem adverte Mr. de Pradt, que os recursos de Inglaterra estavaõ no seo *Budget* annual, e naõ na sua firme rezolueçaõ de sacrificar tudo para salvar-se. Acreditavaõ, que o erario de Inglaterra só estava em Londres, e naõ nas bolças dos individuos de todo o Reino Unido, da India e da America, e em fim em todos os cofres do commercio do mundo. E qual foi o resultado? Vio-se que á proporçaõ que crescia o *deficit do Budget* Inglez cresciaõ as rendas do governo, e os seos meios de assombrar o mundo com as suas expediçoens e tentativas.

Qual era tambem o Erario de Portugal em 1808? Estava elle em Lisboa, ou espalhado por todas bolças dos individuos dos reinos de Portugal e dos Algarves? Assim que a naçaõ altamente declarou, que naõ queria sofrer um jugo estrangeiro, immediatamente creou logo um erario, na rezoluçaõ que tomou de sacrificar suas vidas e fazendas pela sua independencia. Se o governo, em todo o periodo da restauraçãõ, naõ teve rendas de sobejo, todavia nem por isso se pode dizer que soffeo grandes faltas, porque o povo co-operou sempre quanto poudes, (e com excellente vontade) para todas as urgencias do Estado, e isto de um modo mais que proporcional das suas riquezas intrinsecas.

A' vista destas reflexoens tambem podemos logo enunciar uma regra geral:—O erario dos governos está sempre no patriotismo das naçoens; e este patriotismo cresce ou diminue á proporçaõ das luzes do povo, e do bom ou máo uzo que se faz das rendas publicas.—Mostrai a uma naçaõ que ella deve despende para objectos de sua utilidade ou segurança; mostrai-lhe depois disso que tudo o que ella despende hé indubitavelmente em seo beneficio; e entãõ vereis que nem vos faltará dinheiro, nem aos que o pagaõ faltará vontade de o dar. Em tempos ordinarios ninguem pagã mais do que a naçaõ Ingleza, mas tambem nenhum povo da terra goza de mais comodidades do que o povo Inglez. Se elle paga, por exemplo, consideravelmente para as estradas publicas, ao menos está certo que as há de ter, e as melhores possiveis; e neste cazo abençoa sempre o dinheiro que dá, por que vê as utilidades que lhe rezultaõ do bom emprego que delle se faz. Mas que faria, se pagando tanto como

paga, e em vez de gozar dos productos da sua despesa, não visse senão delapidações ou ruínas? O seu patriotismo afrouxaria em um momento, e o seu governo, não podendo senão calcular com os seus próprios recursos, seria o governo mais pobre do universo. Assim a riqueza e a força do governo Britannico não está no seu Erario de Londres; toda ella está espalhada pelos individuos de todos os dominios Inglezes nas quatro partes do mundo; e até parte do seu erario está consolidado entre as mesmas nações estrangeiras, que, ou seja por ineptia ou por necessidade, alimentam sua industria e commercio.

Quem pois quizer ter erario tão solido ou finanças tão seguras como tem Inglaterra, imite o seu governo, e tenha a sua boa fé; e logo em todas as occasiões ou ordinarias ou extraordinarias, terá sempre dinheiro de sobejo, e nem lhe será preciso recorrer a estranhos para preencher as faltas da sua administração. Nenhum governo, em qualquer caso que seja, deve recorrer aos estranhos; porque obrando assim mostra que tem perdido a confiança da nação a que prezide: o governo Inglez achou dentro de si não só com que pagar as suas proprias despesas, porem as despesas alheias.

POLITICA—RUSSIA.

Neste artigo transcrevemos o Manifesto que o Imperador Alexandre, mandou publicar em Moscow na sua vezita a esta antiga capital do Imperio. Este grande monarca, como bom pai de seus filhos, anda agora, a maneira do Anjo de Deos, visitando os seus vastos dominios para dar consolações e agradecimentos ao generoso povo, que tantos sacrificios fez por elle, e por sua propria independencia. Tudo, com effeito, hé nobre em o novo Alexandre: mais modesto que o antigo vencedor de Dario, elle salva Persepolis em vez de a queimar, e sem se entregar a embriaguez depois da victoria, so cuida em empregar o seu tempo, fazendo as delicias do povo que governa. Mas de todos os habitantes do seu dilatado imperio nenhuns mereciam maior contemplação do que os de Moscow.

Suas mãos corajosas não tremeram ao lançar, ellas mesmas, o fogo ás suas proprias habitações e a seos lares, e do fogo de Moscow ressuscitou a liberdade da Russia e da Europa. Que mais fariaõ Gregos e Romanos! E não hé, portanto, justo e reconhecido o Grande Alexandre, quando á face do mundo confessa as obrigações que deve a este povo leal, e quer deixar dellas um monumento e testemunho publico que as leve á posteridade? Com tal comportamento pode estar seguro Alexandre que tem conquistado o coração de seos vassallos; e depois desta conquista, quem poderá pôr o pé deante ao novo Agamemnon, e ouzará diputar-lhe a primazia no Senado Augusto dos Reis Europeos?

Que iguaes consolações não sentiria tambem o povo de Portugal se lhe fosse dado o ver ainda a face do seo Rey? De certo que esqueceria todas as calamidades passadas, porque a sua só presença seria a primeira das suas recompensas. Sim, que não fez a lealdade e o valor Portuguez? Se a liberdade da Russia e da Europa se fortificou entre as lavaredas e as cinzas de Moscow, hé porque a liberdade de Portugal e da Europa, já (como a Fenix) tinha resurgido d'entre as chamas de Leiria, de Pombal e de Condeixa, e n'uma palavra, d'entre todos esses incendios, que devoraram aldeas, villas e cidades desde o Tejo até o Côa. Mas se infelizmente, os destinos da monarchia Portugueza não permitirem, que o throno torne a passar o Atlantico, e desampare as abençoadas terras de Cabral, ainda assim mesmo a felicidade e as consolações podem vir á Portugal desse mundo novo, que o seculo dez nove poz em caminho de ser talvez ainda mais famozo que o antigo. Sim, se ao nosso Rey, com tão bom coração como o de Alexandre, não for permitido vir pessoalmente beneficiar seos filhos leaes e benemeritos, tem imagens suas á quem possa incumbir a magnifica missão de virem conçolar a saudade de seo povo. A Divindade nem sempre em pessoa desce á terra para vizitar e premiar seos habitantes; manda seos Anjos, os seos ministros de paz e de bondade; e isto só basta para que os mortaes fiquem satisfeitos.

PORTUGAL.

Hé natural e até muito de louvar, que os descendentes de grandes personagens, celebres por eminentes virtudes ou extraordinario heroismo, procurem honrar sua memoria, perpetuando na posteridade e nos seculos suas acçoens gloriozas. Até isto hé muitas vezes um rigoroso dever, porque hé preciso honrar sempre a natureza humana, com a celebração dos feitos desses entes superiores, que os executaram, e apresentar aos olhos dos filhos o brilhante espelho das virtudes dos páes, para que á vista de tão magnificos exemplos nem se perca o amor das grandes acçoens, nem se amortega o patriotismo, a cauza mais poderosa de toda a grandeza social.

A honroza empreza, meditada e já principiada a executar em Portugal, de publicar os *Retratos e Elogios dos Varoens e Donas illustres*, que tem enobrecido a patria, hé portanto mui digna do elevado character Portuguez, e faz tambem o maior elogio aos individuos que a conceberam, e já a estão praticando. Quem mais do que os Portuguezes podem ou devem gloriar-se de seos ascendentes; e quem com tão pequenos meios tem obrado mais pasmozas maravilhas? O nome Luzitano, sobre sahindo já famoso até por entre toda essa immensa gloria de Roma, principiou a brilhar sem igual logo que nos campos de Ourique se declarou independente, confundio depois todo o poder Mahometano, e em fim, pará remate de todos os prodigios humanos, foi abrir essa portentosa estrada a travez de todos os horrores do Oceano, e tocou as portas do Oriente, até ali apenas conhecidas por fama, fabulas, e portentos.

E não seria ingraticidão e até suma vergonha, que os heroes, que tem figurado em epochas tão famozas, que assombraram o mundo com acçoens mais do que Gregas e Romanas, e tanto illustraram sua patria, nos fossem hoje quazi desconhecidos, e nem sequer delles conservassemos as imagens para ao menos nos revermos em seo heroismo e virtudes? Bem hajaõ pois os patrioticos emprehendedores desta grande obra, verdadeiramente nacional, por haverem concebido e exe-

cutado tão gloriozo projecto! Elles com muita razão confiaõ no auxilio dos seos compatriotas para levar ao fim tão custoza e difficil empreza, e de certo não se podem enganar em suas esperanças, porque os Portuguezes modernos bem tem mostrado, que não tem perdido nem a mais pequena porção da brilhante e magnifica herança de seos antepassados;—o amor da gloria, das virtudes, e da patria. Da efficaz co-operação de todos os Portuguezes, residentes em Inglaterra, e particularmente dos que compoem a mui distincta e patriotica classe do commercio, nós nem por um momento duvidâmos; porque estamos acostumados a ver diariamente o interesse que tomaõ por tudo o que pode concorrer para a instrucção, para a honra, e lustre da sua patria. Assim não desanimem os emprendedores Portuguezes, e cuidem em levar á vante o seo mui honrozo projecto; porque os seos compatriotas de ambos os mundos, quer vivaõ na patria ou fora della, como o seu maior braçoõ hé serem Portuguezes, até haõ de conceber vaidade de poderem concorrer para a execucao de um monumento moderno, que muito illustra a nossa historia, e tanto honra os individuos que delle saõ o nobre assumpto, como os que hoje co-operaõ para dilatar mais e mais a sua memoria.

Neste mesmo Artigo—Portugal, transcrevemos tambem a Exposição que se nos remeteo a respeito da arrematacao do contracto do tabaco, e ali já apontámos os motivos porque nos pareceo prudente não a publicar tal qual a recebemos; agora sobre o mesmo ponto, mas debaixo de outras vistas, acrescentaremos ainda as seguintes reflexoens.

Muito estimámos saber que o contracto do tabaco e sabaõ fosse finalmente posto a lances, e arrematado, com razão, a quem mais dêo. Agora vemos que os novos contractadores, fazendo um serviço mui importante a Fazenda Real, porque lhe augmentaram tão consideravelmente as suas rendas, tambem mui essencialmente concorreram para o bem geral da sua patria. Mas por isso mesmo muito dezejariamos que podessem

receber interesses proporcionados ás vantagens que tem offerecido ao governo.

Que os novos Contractadores haõ de desempenhar as condicoens do seo contracto com muito zelo e pontualidade, e que fazendo-o assim, se tornarãõ mercedores de toda a contemplaçãõ e auxillio do governo hé tanto mais de esperar quanto hé já bem sabido o que alguns dos socios, (os do Porto) tem obrado em beneficio publico; pelo que tem merecido naõ só a devida approvaçaõ, mas até mui justos estimulos. Sim, o commercio de Aveiro deve hoje mui consideraveis vantagens aos relevantes serviços, que os socios do Porto ali tem feito e continuaõ a fazer naõ só como negociantes, porem como grandes proprietarios nas vesinhanças daquela cidade.

INGLATERRA.

Escrevendo nós em Londres, e sendo Portuguezes, muito mal nos ficaria se deixassemos passar as diversas injurias e insultos, que, de vez em quando, ora umas ora outras das gazetas Inglezas publicaõ tanto contra o nosso Soberano como contra a nossa patria. A expedicaõ do Rio de Janeiro para as partes do Rio da Prata hé hoje um thema quazi geral para as reflexoens das gazetas Inglezas: em o nosso No. 63, pag. 378, já nós transcrevemos um dos discursos do *Morning Chronicle* a cerca deste assumpto, agora temos que voltar-nos para o *Public Ledger*, que naõ quis ficar atraz dos seos contemporaneos, e tratou nosso Rey e seo governo de uma maneira tal que nos hé impossivel deixar de responder-lhe.

Esta gazeta principia o artigo de que estamos tratando por accuzar o seo proprio governo; o que nada nos importa, por que nem elle precisa de ser por nós defendido, nem o nosso intento hé meter-nos com negocios que estaõ alem da nossa competencia. Naõ podemos nem queremos, com tudo, relevar-lhe que nos falle nos *ambiciozos projectos da Corte do Brazil*, nem que ouze magistralmente declarar, que a *projectada invazaõ* hé *injusta, naõ provocada, e filha de uma desenfreada ambiçaõ.*

Que diria de nós, com effeito o *Public Ledger*, se nós tomássemos por officio o denunciar ao mundo o governo Britânico, como injusto ou ambicioso, por elle procurar fazer os arranjos que julgasse mais proprios, ou tivesse por necessarios para a sua maior prosperidade e segurança? E que diria ainda, se nós, como elle, até chegassemos á essa temeridade de avançar, que uma nação estranha tinha direito, *pela lei das nações de ameaçar* o governo Britannico para não executar este ou aquelle acto puramente economico-politico? Pois no mesmo cazo está o governo do Brazil, e está todo o governo independente. Nós não sabemos, e muito menos cremos que o sabe o *Public Ledger*, quaes são as razoes que tem determinado a expedição; mas sejaõ ellas quaes forem, não compete a um estrangeiro, e muito menos a um vassallo de uma nação alliada, aconselhar ao seo governo que por força a va impedir. Isto hé altamente indecoroso, e mostra ainda um espirito mais profundo de ambição de que toda essa, que o *Public Ledger* tão liberalmente crimina no governo do Brazil.

Quando o *Public Ledger* ouza afirmar que o seo governo tem direito de impedir por força as operações do governo Portuguez, está de certo persuadido, que o Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, quando muito, hé tão independente, como hoje o são as Ilhas Ionicas: todavia bem hé que delle faça outro conceito, nem confunda os Portuguezes com os Gregos modernos. Mas já que a independencia Portugueza tanto o escandaliza, suponhamos por um pouco que (a não existir o actual Tratado de Commercio) o governo do Brazil, em vez desta expedição, tinha promulgado uma lei que prohibisse no Reino Unido Portuguez a entrada de todas as manufacturas Inglezas, ou ao menos lhe impozesse direitos tão fortes que ninguem tivesse interesse de para la as importar. Julga ainda o *Public Ledger* que tambem neste cazo o Governo Britannico estaria auctorizado pela lei das nações para o obrigar por força a derogar esta lei? Mas o Governo Portuguez não haveria feito em tal cazo senão seguir os bons exemplos da politica Ingleza, que obra exactamente desta maneira a respeito das manufacturas estrangeiras. E pois, se obrando assim, o Governo Portuguez não

teria feito mais do que seguir a practica constante do seo alliado, tambem ainda quando se apoderasse da margem esquerda do Rio da Prata apenas teria feito, para sua segurança, o mesmo que por titulos semelhantes lhe tem ensinado a fazer Inglaterra, aposses-sando-se de todos os principaes pontos maritimos nas quatro partes do globo.

Queixa-se o *Public Ledger* que os seus navios estão apodrecendo nos portos por falta de frete; mas isto não só não hé culpa dos Portuguezes, mas até hé um facto, que se elles não fossem tão generozos ainda muitos mais navios Inglezes apodreceriaõ nos portos. Consta por um calculo bem favoravel, que ao menos 600 navios Inglezes, navegados pouco mais ou menos por 12,000 marinheiros, andaõ constantemente empregados no commercio Portuguez; e que neste mesmo commercio apenas se empregão 200 navios Portuguezes, que vem a ser a terça parte: que seria entãõ, se em lugar de os Portuguezes terem apenas só 200 navios, tivessem os 600, que muito bem podiaõ ter se quizessem? Hé bem para imaginar, que em tal cazo até o *Public Ledger* se offereceria por voluntario em uma expedição patriotica para exterminar o nome Portuguez.

Naõ estamos pela sua politica quando afirma que a prosperidade do commercio Britanico naquellas partes depende da independencia dos Americanos Hespanhoes das margens do Rio da Prata. Hé elle dotado de tanta boa fé para poder persuadir-se, que um governo novo, e republicano, e livre esteja trabalhando só para hir depositar todos os lucros da sua independencia nas maons dos Inglezes? E que homens, que não querem ser governados por outros em pontos de politica, o queiraõ de boa mente ser pelos Inglezes em pontos de commercio? Esta superabundancia de boa fé hé com effeito inexcuzavel em uma cabeça Ingleza, tal como a do *Public Ledger*. Elle não sabe, de veras, o que dezeja neste ponto; e se bem reflectisse na materia, veria, que para os interesses Britannicos hé muito melhor que aquelles territorios estejaõ nas maons dos Portuguezes do que dos independentes; porque em poder dos primeiros seriaõ de certo outros tantos mercados abertos para o commercio Inglez; e em poder

dos segundos, ainda Deos sabe o que serão. Estas mesmas razoes já mui bem e mui judiciosamente desenvolveo um dos nossos contemporaneos, o *Correio Braziliense*, tratando do mesmo assumpto.

Bem pouco ou quazi nada diremos ainda a cerca de outro thema universal, que todas as gazetas assoalham, e que o *Public Ledger* tambem não quis deixar de repetir. Falla-nos das antigas obrigações em que estão os Portuguezes para com a nação Inglesa, mas como a par dellas se esqueceo de mencionar as outras obrigações em que estão os Ingleses para com a nação Portuguesa, e este hé um ponto já mil vezes repizado, só nos contentaremos com dizer-lhe:—que os Portuguezes do seculo 19 já tem luzes de sobejo, e uma mui longa experiencia para poderem justamente avaliar o numero, e a qualidade de todas essas obrigações, que sempre se lhe deitaõ em rosto; assim seria mais prudente cuidar em estreitar cada vez mais a amizade reciproca entre as duas nações por meios liberaes e decentes, do que em excitar gratuitamente rivalidades e preferencias, que nenhum bom proveito podem produzir a final. Se os verdadeiros Ingleses tem por vantajoza a sua actual alliança com os Portuguezes, entã neste cazo não lhes convem por modo algum alienar o espirito publico Portuguez, fallando-lhe sempre em dividas e obrigações: em ultimo rezultado haõ de perder sempre mais do que haõ de ganhar com a repetição imprudente desta altiva superioridade, que nunca cessaõ de nos querer inculcar. Os verdadeiros beneficios até perdem mais do que valem quando saõ assoalhados; e que será entã, se principiarem a ser discutidos?

Neste mesmo artigo—Inglaterra—demos a traducção de uma Carta que um Patriota Portuguez escreveo em lingua Inglesa ao Editor do *Courier* para que este reformasse parte do que havia dito acerca da magnifica Baixella de prata, que veio de presente para o Duque de Wellington. Mas, como talvez a nossa traducção fosse um pouco livre, e alguem goste de ver o original, que, como já dicemos, o Editor do *Courier* não quiz

copiar por inteiro, aqui lho vamos transcrever tal e qual nos foi enviado.

" To the Editor of the Courier.

" Sir ;—On my reading in your Paper of this day
 " the statement respecting the arrival of the Portu-
 " guese frigate *Perola* at Portsmouth, with a present
 " of worked silver from his Majesty the King of the
 " United Kingdom of Portugal, Brazil, and Algarves,
 " for his Grace the Duke of Wellington ; I was grati-
 " fied by seeing the high compliment you paid to my
 " countrymen : when you said the bullion alone cost
 " 200,000*l.* sterling ; *the first artists in Europe have*
 " *been these two years variously engaged in the work-*
 " *manship of it*, not only myself, but all the Portuguese
 " (the only true friends of the English), would be more
 " gratified still, if you had added to the sentence of
 " first artists in Europe—*all Portuguese*, as the fact
 " is, as far as I know, that no person whatever had a
 " hand in it but Portuguese. (Até aqui só publicada
 " pelo *Courier*.)

" I therefore think it is but justice, that you should
 " state this as it is, and as you most undoubtedly
 " would have done if that magnificent work had been
 " performed by Englishmen. I hope also, should
 " you or any of your readers know any thing to the
 " contrary, you will have the goodness to name it ;
 " but if not, that you will insert this statement, trust-
 " ing that the value of the present will not be dimi-
 " nished by its having been made by the *Portuguese*
 " alone, nor your respectable paper disgraced by
 " stating it.

" Your most obedient, humble servant,

" A PORTUGUESE.

" *London, Sept. 30, 1816.*"

Esta mesma Carta foi dirigida igualmente, segundo nos consta, ao *Morning Post*, mas não sabemos que até agora a publicasse. As razoes que para isso tivesse são tambem misterios *Jornalisticos*, que pouco importa indagar. Uma couza que sobre este assumpto nos lembra hé,—que seria honrozo não só para o pri-

meiro artista que concebeo e delineou o desenho desta obra magnifica, e para os artifices que a executaram taõ primorozamente, porem para a fama geral da nação, taõ fertil em talentos de todos os generos, que se publicasse uma circunstanciada e exacta descripção desta baixella magnifica, talvez mais rica ainda pelo merecimento do dezenho e sua execucao, do que pelo valor intrinseco da mesma materia. Esta obra e este prezente marcaõ uma grande epocha da nossa historia Portugueza, e por isso hé como indispensavel que a sua memoria não seja condemnada a viver só escondida no centro do palacio de um grande e opulento Senhor, mas convem que corra o mundo, estampada em caracteres que a patenteem, e perpetuem.

Neste mesmo Artigo—Inglaterra—já mencionámos a apresentação do novo Ministro Portuguez, o Ex^{mo} Snr. Conde de Palmella; agora acrescentaremos, que tem recebido de S. A. R. o Principe Regente da Grã Bretanha mui notaveis distincções, sendo uma, entre ellas, o haver já sido por duas vezes convidado a jantar com S. A. R., a primeira, logo no dia seguinte ao que entregou as suas credenciaes, e a segunda, alguns dias depois na occasião em que o Principe Regente deo o grande jantar ao Principe Gortchakoff.

As noticias de Paris do dia 24 de Outubro adiantaõ mais uma circunstancia á cerca de um acontecimento muito fausto para os Portuguezes, e de que nós já fizemos menção em o nosso Jornal de Outubro, N^o LXIV., pag. 492. O artigo de Paris hé o seguinte:

“ S. E. o Marquez de Marialva partio hontem para
 “ Vienna para despozar, em nome de S. A. R. o Prin-
 “ cipe do Brazil, a filha segunda do Imperador. Diz-
 “ se que aquelle ministro passará o inverno em Vienna,
 “ e conduzirá na primavera a Augusta Princeza até
 “ Liorne, aonde ella embarcará em uma nau Portu-
 “ gueza para o Brazil. S. Ex^a deve voltar para Paris.”
 Nos já o dicemos, e tornámos agora a repetir:—Esta

alliança mui natural, e por tanto mui proveitoza, vai dar, particularmente a Portugal, um grande apoio, e concideração. Della não podem rezultar senão bens, e bons agouros.

CORRESPONDENCIA.

Snrs. Redactores do Investigador Portuguez.

Lisboa, 5 de Outubro, 1816.

Li o seo Jornal de Setembro N^o LXIII, e vendo que pag. 384 e 385 pareciaõ fazer certas perguntas ao publico sobre um ponto economico de grande importancia, tomei eu a liberdade de querer ser o primeiro em responder-lhe; e por isso, para não perder tempo, aproveito a oportunidade de um navio mercante, e lhe remeto as seguintes respostas, que por hora julgo poder previamente dar ás suas interessantes perguntas. Como Vm^{ces} perguntaõ, e imprimira mas suas perguntas, devem de justiça tambem imprimir as minhas respostas.

Dizem Vm^{ces}—“ que ninguem tolhe aos Portu-
“ guezes que estabeleçaõ fabricas de seda, chapeos,
“ loiga, cortumes, lam, &c.; que o lucro seria certo; e
“ que não sabem a razão por que muitos capitalistas
“ deixaõ de fazer este bem a sua nação com grande
“ utilidade propria. Que todos sabem que a maior
“ difficuldade que há em qualquer paiz para se culti-
“ varem as terras, e levantar e fazer trabalhar as fa-
“ bricas necessarias hé a falta de capitães. E como
“ hé entaõ possivel, que os Portuguezes os tenhaõ, e
“ os deixem morrer sem delles fazer o uzo, que tanto
“ convem a seos interesses como aos interesses da
“ nação? A’ que será isto devido? A’ perguica, a
“ ignorancia, ou a que?”

Todo o artigo que me proponho responder foi escripto pelos Snrs. Redactores com muito conhecimento de cauza, porque tudo o que dizem hé uma ver-

dade; mas ou Vm^{ces}, com a sua rezidencia em Inglaterra, se tem esquecido da historia, legislação e administração de Portugal, e deixaram reger o seu pensamento, quando escreveram o resto d'aquelle artigo, a pelo que a hi veem practicar; ou me parece difficil que deixem de conhecer, ainda melhor do que eu, os inconvenientes que induzem alguns capitalistas a preferir antes deixar morrer os seus capitães do que applicalos á cultura de terras, e estabelecimento de manufacturas. Mas seja o que for, nem por isso quero deixar de lhes expor aquellas difficuldades que ficam ao alcance do meu juizo.

Vm^{ces} não podem deixar de saber que para cultivar as terras, e estabelecer fabricas não basta só ter capitães para o fazer. Devem conhecer que qualquer estabelecimento novo dá muito trabalho, e que para qualquer homem rico (que pode viver de sua riqueza sem incomodo) o emprehender, he preciso que tenha—

1º. Genio para isso:

2º. Ambição e patriotismo que estimule o genio:

3º. Intelligencia bastante para conhecer, se o estabelecimento, que vai tentar, lhe remunerará o trabalho, e saciará a ambição:

4º. Quando não seja auxiliado pelo governo, tenha ao menos a certeza de poder calcular com segurança sobre as medidas e administração do dito estabelecimento, bem como ahi acontece em Inglaterra.

Queiraõ agora os Snrs. Redactores meditar por um momento, e conhecerão a propriedade do meu raciocinio.—Examinemos a historia da nossa patria, e seu sistema de governo; e depois meditemos um pouco sobre os acontecimentos desde o principio da monarchia até o presente. Acharemos por unico resultado de nossa meditação que em quanto tivemos *Leis Fundamentaes*, que garantião a propriedade de nossas pessoas e bens, excedemos em todos os ramos aos mais activos povos da terra; e que assim que ellas levaram o primeiro golpe no reinado do Snr. D. João III., levaram o segundo por mãos estrangeiras, e a final morreram de todo pelas proprias mãos Portuguezas no reinado do Snr. D. Pedro II., foi logo a nação decahindo, e se concentrou toda nos abismos do temor, da inercia, e da ignorancia, resultados infalíveis.

das perdas desta natureza. A primeira epocha não pode ser mais bem descripta do que em quatro linhas a descreveo o Principe dos nossos poetas, testemunha ocular, e que por tanto fallou por sentimento, e do coração, quando no Cant. X. dos Luziadas disse na Est. 145 :

O favor, com que mais se accende o engenho
Não o dá a Patria, não; que está metida
No gosto da cobiça, e na rudeza
De uma austera, apagada, e vil tristeza.

No ultimo periodo deste estado miseravel estava a nação quando entrou a reinar o grande monarca, o Snr. D. Joze, I. Mas este Principe, verdadeiramente grande, teve a felicidade de conhecer e aproveitar os talentos e sincero patriotismo de um homem extraordinario, o Marquez de Pombal; confiou d'elle a administração, que ninguem n'aquelle tempo poderia ter conduzido melhor; e este prodigioso ministro arrancou Portugal dos braços da desgraça, do desprezo, da miséria, e da nenhuma consideração, que a patria dos Affonsos e dos Jooens, dos Albuquerquees e dos Castros gozava aos olhos do mundo. Como por milagre, em um ministerio bem curto tornou rica a nação, e fez ainda mais,—fez com que ella fosse respeitada pelo mundo inteiro. Mas ah! faltou-lhe o melhor, ou o mais essencial,—não lhe restituiu as suas *Leis Fundamentaes*, fontes de toda a nossa primitiva grandeza.

Se elle as tivesse restituido com as modificagoens que então exigiaão as circumstancias do tempo, ou lhes tivesse substituido outras equivalentes, que fossem *garantias sagradas* de nossas pessoas e bens, e dessem inalteravel responsabilidade a todos os empregados publicos, então haveria tambem dado permanencia, e por assim dizer, eternidade ás suas excellentes Leis economicas; poreim como á estas faltou a baze essencial, apenas se conservaram em quanto o braço do architecto as sosteve.

Assim todas as suas obras e empresas (que tantos milhoens custaram a nação, e que muito augmentadas estariaão hoje se elle houvesse montado a maquina n'aquelles unicos eixos seguros) começaram a debilitar-se; a industria estrangeira lhes declarou logo guerra; e augmentando-se proporcionalmente a igno-

rancia do povo, todos os nossos trabalhos foraõ dirigidos para empobrecer-nos, e enriquecer as naçoens estrangeiras. Em fim o Tratado de Commercio de 19 de Fevereiro de 1810 terminou a guerra de 55 annos que, por assim dizer, havia durado entre a industria Portugueza e a industria estrangeira! Quem foraõ os vencedores e quem foraõ os vencidos nem hé preciso declarar.

Por este modo morreo não só toda a nossa industria porem (o que hé peor) até o nosso mesmo espirito de industria; e ficaram inutilizadas todas as grandes empresas do Marquez de Pombal, e seo Augusto Amo. Assim perderam os proprietarios das Fabricas, e por conseguinte a nação, os muitos milhoens que haviaõ gastado em estabelecimentos taõ uteis, e isto em occasião em que mais se precisava de industria e de energia nacional. Assim tambem se reduzio a mendicidade e desesperação uma grande parte da povoação de Portugal. Na provincia do Minho andava principalmente empregada nas manufacturas a metade da sua povoação; hoje está aquelle povo reduzido a mendicidade, e são salteadores desesperados todos os individuos, que se não podem empregar na lavoura, para a qual sobejaõ muitos braços. Outros morrem a fome e frio por não terem modo de ganhar nem vestido nem sustento; outros emigraõ, incluídos muitos homens ricos e de talento, o que hé commum as outras partes do reino. Desta forma, vai diariamente diminuindo a povoação, ou se familiariza com a ociozidade e com a miseria, de maneira, que em pouco tempo estaraõ taõ familiarizados com ellas, que será bem trabalho ou quaze impossivel torna-los a fazer cidadaons e vassallos uteis.

Quando o Marquez de Pombal arrancou os Portuguezes do ocio em que dormiaõ, e lhes restituiu quazi toda essa energia que em tempos felizes tanto os havia destinguido, não teve pouco trabalho em persuadir os capitalistas a estabelecerem fabricas, que bem de pressa constituiram a principal riqueza da nação, e isto a pezar de firmemente contarem os ditos capitalistas com toda a protecção do governo. E que faria entaõ se podessem imaginar, que viria um dia em que por um simples rasgo de penna perderiaõ seos immensos capitães, e quantos trabalhos estes lhes haviaõ custado?

Como hé logo possível razoavelmente esperar, que haja genio, ambição, patriotismo, intelligencia, ou alguma outra couza, que induza novos capitalistas a empregar suas fortunas em fabricas, que de um dia para o outro podem ficar aniquiladas, e reduzir á mendicidade os capitalistas que asprehenderam? Não se supponha que estes receios são mal fundados; há um dictado Portuguez que nos diz:—" Quem faz um cesto faz um cento."

Para qualquer ramo de nossas riquezas, que voltemos os olhos, não vemos senão couzas tristes. Se olhâmos para a lavoura, vemo-la desprezada, de maneira que apenas há ou se lavra pão em Portugal para oito mezes, ao mesmo tempo que há immensas terras incultas, as quaes podiaõ e deviaõ ser cultivadas por aquella immensidade de mendicantes, que alem de n'isso fazerem serviço a nação, sahiriam da dissipação em que andaõ, e melhoravaõ a moral, que no estado prezente corrompem. Ao governo não seria difficil nem incompetente arranjar um plano para isto, e faze-lo executar.

Se olhâmos para as manufacturas, vemos que dellas só existe para aquelles, que as possuiram, magoa de terem perdido quanto ellas lhe haviaõ custado. E vemos ainda mais, que tudo quanto se precisa para vestir, e tudo que se precisa em quatro mezes para comer, nos vem de paizes estrangeiros, que só recebem em pagamento o nosso dinheiro, a excepção de uma bagatella em vinho, que já não chega a terça parte do que era há seis annos passados.

O mesmo assucar, caffè, tabaco, arroz,* e outros generos do Brazil são, pela maior parte, pagos em dinheiro, porque não tendo Portugal outros generos com que lhos possa pagar, a excepção de algum azeite, sal, vinho, e vinagre, ainda assim mesmo todos estes generos se recebem no Brazil dos paizes estrangeiros sem nenhuma cerimonia nem restricção, por maneira que a

* Ainda o dinheiro, que se dá por este artigo—arroz, nem sequer vai todo para o Brazil, porque ao menos hia para Portuguezes: vai para os Americanos, porque o arroz destes cultivadores estrangeiros entra com tanta facilidade em Lisboa, que em bem pouco tempo talvez já não faça conta á nenhum lavrador do Brazil o cultiva-lo.—Os Redactores.

exportação dos de Portugal se torna cada vez mais diminuta, e por fim talvez acabará. Assim se acha Portugal separado do Brazil não só por mares immensos porem por toda a falta de interesses reciprocos. E neste cazo, que uniaõ hé essa a do Reino Unido Portuguez, que não tem laços physicos nem moraes que o prendão?

Se olhâmos para as Alfandegas, vemos muitas dellas administradas de maneira, que se lhes pode aplicar o proverbio de que são—o *pinhal d'Azambuja*. Nesta de Lisboa, por exemplo, tem-se feito roubos inauditos; e muitas cazas estrangeiras tem enriquecido só com os direitos, que tem deixado de pagar a Fazenda Real; porque, despachando-se as fazendas só por uma terça parte das suas importançias, fica obvio, que a Fazenda Real só recebe a terça parte dos direitos; e das outras duas partes uma fica para o dono, ou consignatario, e a outra para os . . . isto alem de outras muitas couzas, que á semelhança destas se fazem. Eu creio que seria muito melhor arrenda-las por tres annos a negociantes. No Brazil até muitas fazendas se tiraõ por alto, sem se quer hirem a alfandega, e isto só a trôco de uma bagate-la que se dá muitas vezes a um goarda, com obrigação de as pôr em caza dos donos. Neste ramo são tantos os desvios e tantos os subterfugios, que os negociantes honrados e honestos, que se não valem delles, não podem negociar. Mas como não há de isto assim acontecer, se os empregados naquella repartição recebem salarios tão diminutos, que a não se valerem de suas habilidades morreriaõ de fome?

Se olhâmos para a Magistratura, vemos infelizmente grande parte dos Juizes vender a justiça a quem mais dá. Mas como não há de isto tambem assim acontecer, se elles podem ter a mesma desculpa que tem os officiaes e guardas das Alfandegas?

Se olhâmos para a nossa navegação, vemo-la paralizada ou reduzida quasi a nada. Vemo-la a cada passo oprimida pelos nossos, já demorando um navio a espera de capelaõ ou cirurgiaõ; já tirando-lhe os marinheiros de bordo para as embarcaçoens de guerra; já tirando os carpinteiros a alguns dos que se estão fazendo nos estaleiros para hirem trabalhar nos arsenaes, donde

muitas vezes os despedem depois, sem lhes pagarem ; de sorte que todas estas circumstancias são ventagens que damos aos estrangeiros, alem de outras muitas de que elles já gozão. Sim, tudo quanto recebemos de paizes estrangeiros e para elles exportâmos hé conduzido por estrangeiros ; e ainda alem disso, uma grande parte do nosso commercio ou navegação de cabotage hé feita por elles, por maneira que só os vasos Ingleses, empregados em exportar e importar para nós, não são menos de 600, e não empregão menos de 12,000 marinheiros, que nós lhes sustentâmos.

Se olhâmos para a educação publica, vemo-la tão negligenciada, que a nação (geralmente fallando) está em tal estado de ignorancia que nem conhece os seus interesses, e sofre todos os males sem nem sequer se lembrar de inquirir donde elles procedem ; de forma, que ainda que um ministro d'estado queira consultar para acertar, bem poucas pessoas achará que em certos ramos lhe dem cabaes informagoens. Por exemplo, para fazer um proveitozo Tratado de Commercio quer seja com a França, quer com os Estados Unidos, ou com Inglaterra, talvez que bem poucos individuos se encontrem que nisto possam dar bons e uteis concelhos ; e hé nesta ignorancia que os estrangeiros particularmente confiaão.

Alem de todas estas causas geraes e constantes, que mataão não só toda a industria porem até os mesmos estimulos, ainda há outras muitas ocasionaes, que não deixaão de agravar muito o mal que padecemos. Por exemplo, quem poderia imaginar que em tempos de perfeita paz perdessemos mais de quarenta navios, empregados no commercio da escravatura, sem saber-mos ainda até que numero chegarão estas tomadias, pois que tambem ainda duraão ? E então V. M. querem, Snrs. Redactores, que haja genio, ambição, patriotismo, e intelligencia para crear fabricas, ou fazer coiza alguma ? Não esperem achar aqui senão ignorancia, egoismo, e indifferença, em quanto existirem as causas apontadas. Nessa terra, em que V. M. vivem (e aonde talvez eu hirei tambem viver em pouco tempo) não só se auxiliaão os fabricantes, emprestando-lhes dinheiro, quando por circumstancias imprevistas se achaão em difficuldades, mas daão-se privilegios e patentes aos inventores de

qualquer couza util, e se prohibe aos estrangeiros a entrada de tudo o que se pode haver ou manufacturar nos dominios Britannicos.

Quanto a mim, eu sou de opiniaõ, que hé melhor actualmente pegar nos capitães e hir lança-los ao Tejo do que emprega-los em Fabricas, ou outra grande especulaçaõ mercantil. Em ambos os cazos as perdas são certas, porem ainda assim há uma differença essencial; no segundo cazo perde-se dinheiro, e trabalho; no primeiro só se perde o dinheiro: pois entaõ, quem tiver boa vontade de perder seos capitaes perca-os em bom descanso e socego. Perdoem V. M. a extensaõ desta minha resposta, mas eu disse o que vejo e o que sinto. Bem quizera empregar utilmente, em beneficio da minha patria, o meo dinheiro, que algum tenho, e que está bem ociozo; mas não me atrevo a faze-lo em quanto não poder contar seguramente com a propriedade de minha pessoa e bens.

UM CAPITALISTA.

Resposta aos Snrs. Correspondentes.

Recebemos os papeis do Rio de Janeiro, intitulados, "Breve relaçã dos regozijos publicos que houveraõ lugar em Tejuco, por occasiaõ do recebimento da primeira remessa de ferro que lhe foi enviada pela Real Fabrica do Môrro do Pilar, &c." Serãõ publicados em o No. seguinte.

Recebemos mais os do Observador Funchalense, com a nova Pastoral do Ex^{mo} Bispo, Vigario Apostolico da Madeira; e faremos por tambem os publicar em o proximo No.

O Snr. Correspondente, assignado com os nomes que designaõ as seguintes letras iniciaes, J. J. C. D. fique socegado; porque não publicaremos a sua correspondencia, remetida com data de Fevereiro do anno corrente.

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

DEZEMBRO, 1816.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

Resposta a um dos Membros da Sociedade de Literatura incognita, por occasião de um Insulto commettido contra toda a Ordem dos Professores de Medicina, quando o sobredito Membro daquella Ordem decidio, sem hezitar, que aos Medicos não competiaõ Titulos.

MEU bom Amigo;—A sua affirmativa de que os Medicos nunca tiveraõ titulos, nem lhes competem, merece a resposta, que se lhe remette da parte da Ordem Medica: queira vê-la, e examina-la; e pode fazer as reflexoens que bem lhe parecer, na certeza de que se lhe hade responder, addicionando-se a demonstração de que aos Medicos sempre competiraõ titulos entre as naçoens illuminadas, sendo pelo contrario aos

VOL. XVII. S

da sua ordem. Não hé possível que o meu amigo me convença do contrario ; mas quando o fosse, cantaria, de bom grado, a palinodia,

Porque essas honras vâas, esse oiro puro
Verdadeiro valor não dão á gente :
Melhor hé merece-los, sem os ter,
Que possui-los sem os merecer.

CAM. Lus. Cant. 9, oitava 93.

E com o mesmo immortal Poeta diria :—

Mas vingo-me, que os bens mal repartidos,
Por quem só doces sombras apresenta,
Se não os dão a sabios cavalleiros,
Dão os logo á avarentos lizongeiros.

CAM. Cant. 10, oitava 24.

Relação d'alguns Medicos, que tem sido condecorados por diversos Governos antigos e modernos em consequencia do seu merito pessoal, ou de se acharem empregados no serviço immediato da Camara de seus respectivos Soberanos ; e de alguns, que tem sido encarregados em chefe d'algum Ramo importante do Serviço Publico.

Grecia.—HYPOCRATES, natural da Ilha de Cos. A Republica d'Athens o fez seu cidadão, e lhe deo a honra de uma cadea de oiro, e de uma estatua: e depois da sua morte lhe concedeo as mesmas honras que se deraõ a Hercules. Artaxerxes, Rei da Persia, chamado de *longa-mão* o mandou convidar para a sua corte, offerecendo lhe o dinheiro, que quizesse, e as honras de Principe: Hypocrates lhe respondeo, que tinha de que se sustentar, e que tudo devia á sua patria, e nada aos estrangeiros; cuja resposta não sendo bem aceita pelo Rei, fez que este mandasse aos da Ilha, que lho entregassem para o punir: mas elles recusaraõ entrega-lo, expondo-se pela sua defeza.—MELAMPO antes de Hypocrates cazou com uma filha de Preto, Rei d'Argos, que lhe deo estados.

Egypto.—Neste paiz os Sacerdotes eraõ os Medicos, e desta classe foraõ os Faraós, Reis do Egypto.

No tempo dos Sultoens, Maimonide, natural de

Cordova, na Hespanha, foi Medico de um Sultão* que o encheo de riquezas, e de honras em 1209 da era Christã.

Persia.—DEMOCEMEDE† de Cortona foi Medico do Rei Dario, filho de Histaspes, que lhe concedeo a honra de ser da classe dos que pediaõ comer com o Rei á meza.—AVICENA foi Medico, e Graõ Vizir na Persia.

Armenia.—GREGORIO ALBUFARRAGE foi Medico, e Bispo em Alépo.

Italia.—LUCIO CELSO, que viveo no tempo dos Imperadores Tiberio e Caligula, foi Medico celebre em Roma, e era das familias—Patricias, as quaes fazião a primeira classe da nobreza Romana.—ANDROMACHO, natural de Creta, foi Medico de Nero, e o primeiro a quem se deo o titulo de ARCHIATER, ou de primeiro Medico.—MUSA, Medico do tempo de Augusto Cezar, foi por elle enriquecido e honrado com o direito do Anel de oiro, distincção só concedida as personagens da primeira classe, e com uma estatua, que lhe mandou pôr no templo d'Esculapio, não obstante ser elle de uma origem infima, e obscura.—CLAUDIO GALENO foi Medico do Imperador Commodo, que lhe concedeo as maiores honras, e lhe mandou tambem levantar uma estatua.—Julio Cezar, liberalizou alem d'outras muitas honras, o direito de cidadão Romano a todos os Medicos.—Augusto acrescentou aos privilegios, que elles já tinhaõ, o direito de izenção dos *onus* publicos. O Imperador Adriano confirmou este privilegio, e Severo o augmentou, mandando, que da renda publica se desse á um numero fixo de Medicos uma certa porção para elles ensinarem. O Imperador Juliano os izentou dos encargos municipaes; devendo observar-se, que em todo o tempo dos Imperadores Romanos os Medicos gozavaõ das maiores izenções, e eraõ admittidos a todas as honras.—ANTONIO MUSA foi primeiro Medico de quatro Pontifices successivamente. Francisco I. Rei de França, o fez Cavalleiro da Ordem de S. Miguel, e o Imperador Carlos V. lhe deo o titulo de Conde Palatino.—AN-

* Sultão Saladim.—*Os Redactores.*

† Julgamos erro, e que deve ser Democede.—*Os Redactores.*

TONIO VALENTINIERI foi feito Cavalleiro, e todos os seus descendentes primogenitos, pelo Duque de Modena.—PROSPERO ALPINO, natural de Veneza servio ali os maiores empregos da Republica; e sendo convidado por Andre Doria para ser seo Medico, não quiz ir por não deixar a sua patria, como fez Hypocrates.—DANIEL CLERC, natural de Genova, foi ali Conselheiro de Estado.—JERONIMO FABRICIO, por appellido—Agua-pendente—por ser natural deste lugar, foi premiado pela Republica de Veneza com uma pensão de 100 escudos de oiro, com uma cadea do mesmo, e com uma estatua: e na Austria o fizeraõ cavalleiro do Tozaõ d'oiro.—VICENTE LAURO, natural de Tropêa na Calabria, foi Medico de Pio V., que o fez Bispo de Mandovi;* e Gregorio XIII. o fez Nuncio de Colonia, e depois Cardeal.

Suissa —HALLER foi Medico de Berne, e ahi Senador, Baraõ, e Cavalleiro da Estrella-Polar.

Dinamarca —SIMAõ PAULI foi primeiro Medico, e Prezidente do Conselho Supremo de Justiça, e Conselheiro d'Estado. O pai deste, OLAU WORMIO, foi Medico de Christiano V., e Reitor da Universidade de Copenhagen.—OLIGER JACOBEO teve grandes distincçoens; e Frederico IV. o fez Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça.—HENINGO ARNIZEO foi Primeiro Medico, e Conselheiro de Estado.

Suecia. —LINNEO foi Medico, e Cavalleiro da Estrella Polar.

Polonia. —GUNEIO foi Medico, e Conselheiro.

Prussia. —HENKEL foi Medico, e Conselheiro.—JORGE ERNEST, foi Medico, e Conselheiro.—JOAõ THEODORO ELIAS DE BROOKAZEN, foi Medico, e Conselheiro, e do Conselho-Privado de Frederico o Grande.

Alemanha, e Austria. —PLATNER foi Medico, e Conselheiro do Conselho Aulico.—STORK, WANSUIETEN, e BRAMBILA, Medicos, e Baroens do mesmo titulo.—HOFFMAN, Medico, e Conde.—GUARIN, Medico, e Baraõ.—FRANK DE FRANKENEAU, Medico, Conselheiro Aulico, e Conde Palatino.—CUSPIEN, Primeiro Medico de Maximiliano I., foi por elle empregado em varias negociacões. Alem destes, muitos outros.

* Parece-nos que deverá ser—Mondovi.—Os Redactores.

Russia.—SANCHEZ, Medico Portuguez, foi Medico e Conselheiro de Estado naquella Corte.—CANDENDI, foi Medico, e Conde.—BISSANIER, foi Medico, e Tenente General; e na França, sua Patria, Conselheiro de Estado.—DINGDALE, foi Medico, e Barão.—FRANK, actual Medico do Imperador, hé já Conselheiro de Estado.

Inglaterra. — BAKER, WENTRINGER, PEPYS, MILMAN, DOUGLAS, FARQUHAR, SIR HENRY HALFORD, Medicos, e Baronetos.

França.—PEDRO CHIRAS, teve cartas de Nobreza, e foi Medico do Rei.—JACOB AMBOISE, era da antiga e nobilissima caza de Amboise; foi Medico, e Reitor da Universidade de Paris. Seu irmão mais velho foi Cardeal, e Ministro de Estado de Luiz XII.; e outro irmão foi Graõ Mestre de Malta.—ADAM FIRME, foi Medico de Carlos VII., de Luis XI., e de Carlos VIII.: teve o Cargo de Decano dos Relatores de Petições; e em consequencia deste lugar servio muitas vezes de Chanceller de França.—FULBERTO, foi Medico, e Bispo de Chartres.—DIONIZ, foi Medico, e Conselheiro.—JOÃO BAPTISTA GASTAL, foi Medico e Conselheiro.—JORGE MARESCHAL, foi Medico, e Mordomo de Luis XI.—PEIRONIE, foi Medico, e Camarista.—JOZE CHESNE, foi Medico, e Senhor de Violete.—SALVADOR FRANCISCO, foi Medico, e Cavalleiro de Ordem de S. Miguel.—LOURENÇO JABERT, foi Medico, e Chanceller da Universidade de Montpellier.—MARTINIERI, foi Medico, e Conselheiro de Estado.—LASSONE, JOÃO CLAUDIO, FOURCROY, ADRIANO HELVECIO, JOÃO SENAC, foram Medicos, e Conselheiros de Estado. THEODORO TORQUET, foi Medico, Senhor de Maerme, e Barão.—CORVISART, foi Medico, e Barão.—DESGENETES, BOYER, YSON, Medicos, e Barões.—CHAPTAL, Ministro d'Estado, Senador, e Conde.—CABANIS, foi Medico, e Conde.—TOURET, Membro do Corpo Legislativo.—BARTHER, Conselheiro de Estado.

Hespanha.—AVERROES, natural de Cordova: alli foi Lente du Medicina o Rei de Marrocos o fez Juiz de Marrocos, e de toda a Mauritania, lugar que exerceo até á sua morte por seos Delegados, visto conservar-se sempre em Cordova.

Na Hespanha os Fisicos Mores do Estado são conselheiros do Rei; e em campanha tem as honras d'officiaes generaes, assim como tambem os secs delegados.

Portugal.—JOAÕ XX., ou XXI., Medico Portuguez, foi Bispo de Tusculum, Cardeal, e ultimamente Pontifice.—O Dr. FERNANDO ALZ, foi Commendador de Santa Maria, e depois de S. Romaõ.—O Dr. DIOGO DA COSTA, foi Commendador de Santa Olaia, e tambem foi Commendador Thiago Martins, e outros.

Os Medicos em Portugal pelos Estatutos da Universidade estão, como os mais homens de Letras, igualmente habilitados para todas as honras, e empregos que seos serviços merecerem.

OBSERVAÇOENS GERAES.

Os tres Baroens de Stork, Wansuieter, e Brambila, foraõ Fisicos Mores dos Exercitos Austriacos, e tiveraõ a graduacão, e honras de Officiaes Generaes.

Os Fisicos Mores dos Exercitos da Hespanha sempre foraõ do Conselho de S. Magestade: e no Exercito em Companhia tinhaõ as honras de Officiaes Generaes.

O Primeiro Medico de Exercito Inglez, que veio auxiliar Portugal em 1801 tinha a patente de Coronel, sendo só um delegado de Fizico Mor, que era Baroneiro.

Na Russia, e Prussia são condecorados da mesma maneira, que o são na Austria.

No antigo Governo da França S. S. Magestades Christianissimas costumavaõ condecorar os Medicos de sua Camara com as honras de Conselheiros de Estado, como se vê nos acima mencionados Martiniere, e Lassone; e aos da Camara dos Infantes condecoravaõ sómente com o titulo de Conselheiros, como se vê no acima referido Dioniz. Não me consta que outro algum Medico no dito paiz gozasse das honras de camarista, senão o mencionado Peyronie.

O habito da Estrella-Polar foi sempre reservado no Suecia para as personagens da mais alta representacão e nascimento, e Principes de Sangue: fez-se uma excepção, quando se conferio a Linneo, nascido de Pais de inferior condicão. Assim o refere o famoso Marquez de Condorcet no elogio, que faz a Linneo,

que se acha impresso no Jornal de Fizica do Abbade Rosier; asseverando o dito Marquez positivamente que elle refere este passo do Governo Sueco não para abonar Linneo; mas sim para elogiar o mesmo governo, que foi assas illuminado, e soube despir-se de prejuizos quando recompensou, e condecorou tão honorificamente um vassallo pequeno por origem, mas grande por seu merecimento real. Decidaõ os homens de letras, se o Marquez teve ou não razão para estabelecer sua asserção.

A lista que fica escrita contem Medicos de todas as mais distinctas e sabias Naçoens. Eu deixo áquelles que tiverem mais talentos, e saber o discutir, e resolver se a conducta destas Naçoens nesta parte da Administração Publica, hé sabia, ou não; se hé conveniente aos seus interesses, ou prejudicial: se sustenta a sua representação, ou se a deteriora; se concorre para acrescentar as suas forças fizicas, ou moraes; ou se as enfraquece.

Todavia não me hé possível deixar de reflectir sobre o seguinte artigo, que o meu amigo leria em a nossa gazeta; transcrevendo-o da de Petersburgo.

“ No principio do Governo do actual Imperador da
 “ Russia, quando este Soberano convidava para o seo
 “ serviço o Dr. Frank, então Lente de Medicina na
 “ Universidade de Pavia, e hoje Medico do dito Soberano, e seo Conselheiro de Estado; a Gazeta Ministerial de Petersburgo, fazendo publico o convite,
 “ que S. Magestade fazia ao Dr. Frank, declarava,
 “ que S. Magestade estava de accordo de não poupar
 “ despesa alguma para haver para seus Estados homens
 “ de merecimento literario em todos os ramos, porque
 “ S. Magestade estava inteiramente convencida de que
 “ uma Nação, que não tem homens habilitados para
 “ coiza alguma e se persuade, que os tem para tudo,
 “ gasta cem vezes mais para fazer cem vezes menos,
 “ do que aquella nação, que cria, e educa os homens
 “ com principios literarios, absolutamente necessarios
 “ na applicação de cada ramo do Serviço do Estado,
 “ &c.

Parece-me, meo amigo, que S. M. Russiana tinha muita, e muita razão: parece-me que ao seo modo de pensar deve os progressos que tão rapidamente vai

fazendo o seu imperio em civilizaçaõ, e industria, e que ao seu modo de pensar deve os espantozos successos das suas armas nestes dias.

A força fisica de uma Naçaõ será de pouco effeito, e de pouca duraçaõ, ou quasi nulla, qualquer que seja a sua quantidade numerica, se não for dirigida, e applicada pela força moral. Esta existe nos homens de genio, qué tem cultivado o seu espirito por uma seria applicaçaõ, e estudos dirigidos systematicamente, e sem interrupçaõ.

O mais numeroso exercito cheio de soldados vigorozos sem officiaes generaes, e subalternos, que saibão tirar partido e uzar judiciosamente da sua grande força fisica será frequentemente batido, e arruinado por um exercito pequeno, que tenha officiaes de genio, e d'instrucçaõ.

A saude dos exercitos, das esquadras, dos povos, dos magistrados, e dos grandes será muito mal conservada; os focos dos contagios seraõ muito mal extinctos, ou nunca o seraõ: os progressos das molestias epidemicas jamais seraõ retardados, extinctos, e anniquilados, se estas coizas se entregarem á inspecçaõ de pessoas, que não tenham os talentos necessarios, cultivados com a somma de estudos precizos para principiar, e concluir com proveito coizas de taõ alta ponderaçaõ e de taõ serio, e direito interesse para qualquer naçaõ.

Os officiaes e medicos benemeritos principiaõ a estudar nos seos primeiros annos, frequentãõ as Academias, fazem despezas violentas, gastaõ as suas forças, despendem os seos mais bellos dias para adquirirem conhecimentos: adquirirem-nos, e habilitaõ-se dignamente para o serviço do Estado, o que hé dar uma prova decisiva de haverem tido educaçaõ de homens de bem, prova que não produzem a maior parte dos empregados no serviço do Estado, dizendo, sem documento algum legal de habilitaçaõ, ou d'educaçaõ litteraria, que saõ homens de bem; e que o Estado os deve contemplar muito, não sendo ordinariamente capazes para coiza alguma de serviço publico.

Defender o Estado, e o Soberano: conservar a saude do soberano, e dos povos, saõ coizas, que se não fazem com palavras, nem com velhos pergaminhos: saõ negocios que se concluem com o merecimento pessoal,

adquirido á custa de trabalhos, despezas e fadigas : são serviços que só os homens de juizo podem prestar, e que só elles podem e sabem avaliar. As nações mais esclarecidas, e civilizadas dão todas publicas provas de contemplação, de estima, e de consideração para com individuos, que prestão taes serviços; desta verdade só pode duvidar quem não ouve, quem não vê, e quem não sabe lêr.

Os Governos de Suecia, Prussia, Suissa, antiga Polonia, Austria, Russia, França antiga, e actual, e Inglaterra deverão ser olhados como sabios, e illuminados? Deverá servir de regra a voto geral de todas estas Nações? Deverá fazer pezo na opinião publica? Poderá servir de regra de conducta Politica? Seraõ estas nações as que estão mais proximas ao oriente da razão, ou deverão ser reputadas por as mais afastadas d'elle? Os homens de talento, e de conhecimentos poderaõ decidir e questaõ : os que não estiverem nestas circunstancias devem calar-se ; e nisso praticarãõ uma acção muito louvavel.

A medicina nestes ultimos tempos tem feito extraordinarios progressos. Todos os governos e universidades da Europa tem lançado as suas vistas para esta sciencia, que tirando o homem do estado extraordinario o faz tornar ao primeiro, e natural estado da sua saude : e como esta com razão deve ser um objecto das suas delicias, e do seo primeiro amor ; a sciencia da medicina para com os homens sabios deve ter aquelle grão de estimação, que tem o mesmo objecto a que ella se dedica. Ser amante da saude, e não estimar áquelles que professão a arte de conserva-la, ou da-la, quando falta, são ideas contradictorias ; mostrar despreza-los, ou querer avista-los, hé ser inconsequente : hé ignorar os primeiros elementos da logica.

A medicina tendo em vista fim tão sagrado, qual hé o bem da humanidade, será sempre reputada uma profissão respeitavel. Hé por isso que o medico sempre hade ser considerado por quem não for demente, ou não tiver a razão offuscada, um homem de boa nobreza em toda a nação polida, e sabia ; e hé por isso tambem que os governos verdadeiramente instruidos, e sabios tem honrado os Professores de Medicina com as insignias, e honras de maior distincção.

Vê-se pois que o objecto de que se trata se acha demonstrado não só pela sua indole, mas também pelo consenso, e praxe geral dos povos cultos. Assim o conheciaõ, e observavaõ também os serenissimos duques de Bragança, dando comendas a alguns dos seos medicos, que melhoravaõ, passando-os para outras de maior rendimento, como se verificou á respeito do que já fica lembrado o Dr. Fernando Alvez, primeiramente commendador de Santa Maria, e depois de S. Romão.

A estima, e as honras conferidas aos medicos são inseparaveis da nobreza da profissão litteraria, e da importancia da saude dos principes, e dos povos. E acazo a saude do soberano de Portugal será menos apreciavel, do que a dos mais soberanos da Europa? Julgo, que ninguem se atreverá a affirma-lo. Por ventura a nação Portugueza tomará menos interesse pelo seo Soberano do que as mais naçoens do mundo? Respondaõ as gloriozas campanhas de Portugal antigas e actuaes.

Mais poderia alargar-me sobre o assumpto desta carta; mas persuado-me ter dito quanto basta para instruir, e convencer a sua ignorancia. Quizeram eu também que assim convencesse a minha a respeito dos Titulos, que presume competirem aos da sua ordem: eu confesso ingenuamente, que os não acho na Historia tanto antiga, como moderna, ou seja das naçoens estranhas, ou da nossa, a excepção do periodo destes ultimos quatro annos, em que a sua ventura, e d'alguns da sua ordem lhe abriu a carreira a titulos, conseguindo a gloria de serem os primeiros, que obtiveraõ uma tal condecoração; quando para os da minha ordem já hé observada, há muitos seculos.

PRIMEIRA FABRICA DE FERRO NO REINO DO
BRAZIL.

Breve Relação dos Regozijos Publicos, que houverão lugar em Tejuco, por occasião do recebimento da primeira Remessa de Ferro, que lhe foi enviada pela Real Fabrica do Morro do Pilar, de que hé Fundador, e Director o Dezembargador Manoel Ferreira da Camara de Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e Diamantes; escrita por um Amigo do Bem-Publico.

It has been observed with ingenuity, and not without truth, that the command of iron soon gives a nation the command of gold.

“Consta por observaçoens, não menos engenhosas, que verdadeiras, que a possessão do ferro dá bem depressa a nação, que o possue, a do oiro.”—*Gibbon, Hist. of the Decline and Fall of the Rom. Emp. vol. 1, pag. 257. Lond. 1809.*

O Morro do Pilar, uma grande montanha, toda ella quasi uma pinha de variadas minas de ferro; eleva-se sobre a estrada publica, que de Tejuco segue para a capital Villa-Rica, e pouco mais ou menos de vinte cinco legoas desviado, e ao sul d'aquelle arraial. Em tempos átráz foi este monte assento de ricas lavras de oiro, que hoje havendo descabido da sua primeira prosperidade, o que ordinariamente acontece, já não offerece á vista do viandante mais que grandes esbarrancados, e accumulacão de pedras arrancadas, negras umas, outras vermelhas, e tudo ferro. Uma pequena povoação, que se estende á meia lombada do mesmo monte, tambem se mostra toda em ruinas, e tão decadente, como as suas lavras, que ontrahora lhe deraõ nascimento e alma.

Como houvesse recebido o Dezembargador Intendente dos Diamantes ordem superior, para erigir uma fundição de ferro na Capitania de Minas Geraes; hé sobre esta montanha, que elle a estabeleceo; não já tanto porque abundava n'estes mineraes, ou áliaz era toda uma só peça de ferro; como porque offerecia outras muitas commodidades, quaes grandes matas ainda nos seos arredores, espaçosas campinas de ricas

pastagens para os animaes necessarios, agoas muitas, e altas; e sobre tudo por estar quasi em meio, e á mão de toda a Capitania, e perto de um braço do Rio-Doce, por onde se poderá bem estabelecer uma mui activa, e vasta exportação para os lugares maritimos de toda a costa do Brazil. Por todas estas razoes hé que este monte, ou local pareceo digno de ser o escolhido, entre todos os mais, para n'elle ser levantada, depois de trezentos annos de conhecido, a primeira fabrica de ferro do Brazil; honra e gloria não pequena para allegar, se a natureza lhe concedera palavras e pertençaens! Pois com a erecção de tal fabrica, tambem se deo começo á uma memoravel epoca, d'onde de hoje em diante se deve ter conta com os maiores progressos de todas as artes, e em particular da agricultura, mineração, commercio, população, e até civilisação d'estes povos, natural consequencia da prosperidade publica.

Havendo decorrido seis annos, depois que se deo principio á creação d'esta fabrica; parte dos ques foraõ consumidos nas construcções dos edificios, fornos, e instrumentos precisos; annos de continua canceira em um paiz de todo novo para estas coizas; e que por falta de variados officiaes mechânicos, que são precisos n'estas occasioens, não os havendo, cumpria criallos de novo, porem á custa do tempo; e outra parte em tentativas e experimentos proprios da fundição; como estudar o genio das minas, dos carvoens, das pedras, barros, e mil coizas outras, em que não pode pensar, nem ser Juiz, senão quem passa por semelhantes emprezas: chegou finalmente o anno de 1815, em que já aplainados em parte os empêgos e obstaculos, a Real Fabrica do Morro produzio uma sufficiente quantidade de ferro, que se enviou á Tejuco, para ser empregada na mineração dos diamantes.

O povo d'este lugar pezando bem, e judiciosamente discorrendo sobre a importancia do caso; como era vêr pela primeira vez os bem logrados successos de uma fabrica nacional, a mais importante de todas; como a que produz o mais precioso dos metaes, dedio-se á celebrar esta primeira intrancia do ferro no seu Arraial, por meio de uma festa, á todos os titulos justa; e tal, qual lhe permittia a brevidade do tempo.

Tres carros carregados de barras de ferro se dirigirão a Tejuco por um caminho tambem novo, tirado por meio de asperas serranias, commodo todavia ; havendo-se com bom tino aproveitado das quebradas e vales da serra da lapa ; sem prejuizo porem da sua curteza. Estes carros havendo perfeita, em seis dias, a sua viagem, um quarto de legoa antes de entrar na povoação, na noite de 21 de Outubro, foraõ encontrados por um numeroso concurso de cavalleiros, todos louçaõs, e em seos ginetes ricamente enjaêzados.

Os carros estavaõ ornados, conforme ao tempo e lugar, d'onde vinhaõ, com enfeites campestres, tudo simples ; mas que por naõ esperados, por isso mesmo deleitosamente sorprendiaõ. Arcos, enramados de folhas e flores do campo, debruçavaõ-se sobre as barras de ferro ; festoões de escolhidos ramalhos cahiaõ para as bandas, como á descuido ; porem ao mesmo tempo dirigidos e arrumados com arte e maõ de gosto : os jugos e mais arreios, que poderiaõ dar de si vistas desagradaveis, vinhaõ da mesma maneira encubertos, e ao disfarce. De mistura com estes paramentos campestres, se divisavaõ outros, já de outra ordem, que chamavaõ e atrahiaõ a si a vista de todos, como engenhosos quadros, todos allusivos ao objecto da festa ; e executados pelo talentoso Caetano Luiz de Miranda, official da contadoria dos diamantes. No primeiro carro, e na dianteira da enramada caixa, apparecia a adoravel effigie de S. A. R. tirada muito ao natural, rodeada de emblemas d'aquellas virtudes, que mais ornaõ o throno : á seos pes uma Cornucopia arrojava pelo chaõ quantidade de moedas, decretos, divizas das ordens militares, com uma letra, que dizia :—

“ Tot tibi dent superi, princeps, quos poscimus annos,
“ Quot tua nos implet dextera muneribus.”

Na parte posterior da caixa se via a real fabrica, personalisada na figura de uma dama, levada por um genio alado sobre cumiadas e picos de montes, a que sobrepujavaõ rolos de nuvens, trazendo na maõ uma lampada de mineiros. Em vistas ao longe, no mesmo quadro, viaõ-se esbarrancados, andaimes, escadas,

alvioões, carretas, e mais pêtrexos da mineraçaõ; e a letra dizia :—

“Dono tanti operis spes inclita surgit,
“Aurea nunc vere ferrea sæcla dabunt.”

O painel dianteiro do segundo carro representava o Ex^{mo} Marquez de Aguiar, tirado tambem pelo natural, tendo na mão a Ordem Regia, que mandara erigir a Fabrica. No continente do seu semblante mostrava alegria, por aquella occasiaõ do Bem-Publico. A letra assim :—

“Brasiliam extollens humeris, ut maximus Atlas,
“Et vigilans Argus commoda nostra vides.”

No painel posterior era a Fabrica figurada na mesma dama, porem em desmaio e acabamento, á vista de despedidas setas contra seu peito (emblemata dos detractores da Fabrica). O mesmo genio a escuda, e as setas cahem despontadas ao seu lado, com a letra :—

“Lædere te frustra tendunt, repelle timorem;
“Nil horret, quæ te sustentat, vivida dextra.

Por baixo d'este mesmo painel estão figuras de Cyclopes, segundo pareciaõ, muito afanados com os trabalhos da forja; querendo indicar a Fabrica já produzindo ferro. A letra diz :—

“Nunc est divitiis plenus, nunc arte Cyclopum
“Floret, saxosus qui modo collis erat.”

O terceiro carro mostrava, no seu quadro dianteiro, o mesmo genio calcando a inveja, na figura de uma mulher fêa e descarnada, e que lançava serpes pela boca: com uma mão aponta—lhe para a Bigorna e Martello, e com a outra para o céu; alludindo á difficuldades já vencidas, como o fazimento do martello, e á que do céu viraõ outros mais auxilios, para fazer calar a mesma inveja. A letra hé :—

“Proteris invidiæ dum tu, calcasque furorem,
“Lucida fama tuum per gentes spargit honorem.”

No quadro posterior finalmente se representava a fabrica, já concluida e creada, debaixo da figura da mesma dama; porem de uma dama vigorosa com semblante alegre, e animado. O mesmo genio a coròea

de loiros, e ella entorna de uma sobreabundante. Cornucopia, que tem entremaos, dons de todas as qualidades, effeitos e consequencias da posse do ferro: dizia a letra :—

“ Emeritas tibi jure damus, en accipe, grates ;

“ Tu populo ubertatem, et opes, artes que reducis.”

Pouco antes de entrarem os carros no arraial, encontraraõ-se com o regimento miliciano, postado em ordem do batalha; e perpassando elles, foi a Real effigie recebida com os cortejos militares do costume; salvando-a a arcabusaria, e abatendo-se lhe as bandeiras. O regimento acompanhou ao depois os carros, ao som de uma marcha guerreira, executada por um instrumental completo. Era entao já noite; acenderaõ-se muitos brandoens de cêra, que circularaõ os carros e regimento. Aqui, como o Povo começava já a apinhar-se, foi preciso que o acompanhamento de cavallo descavalgasse, para não ser trilhado alguém, e tudo seguiu de pé.

Ao assomar este cortejo sobre o cimo do monte, que domina o arraial, de todas as partes sobem, e atroaõ os ares mil foguetes de variadas invengoens; e na terra lhes correspondem, e retumbaõ muitas salvas de roqueiras. A este sinal illuminou-se toda a povoação. Entranhaõ-se os carros pelas ruas, e quanto mais se adiantaõ, tanto mais crescem, e se accumulaõ ondas de povo: cada um quer ver, e pasma em o Retrato de S. A. R.: “ Este hé o nosso Soberano, que
“ mandou fazer o ferro, diziaõ alguns, bem adiante
“ vas! Eis ahi, outra hora pedras, que ninguem sabia
“ para o que prestavaõ; e hoje daõ ferro!”

Assim foraõ continuando a proseguir os carros por entre esta immensa populaça, acompanhados, como do principio, dos principaes cidadaõs, de multidaõ de mulherio, que affluia ás janellas, da soldadesca com sua musica, que de vez em quando era interrompida pelo retenido do ferro nos saltos, e estremecimentos dos carros; e d'esta maneira chegaraõ ao armazem da real extracção diamantina, onde descarregaraõ.

Em o dia seguinte determinou o Dezembargador Intendente prolongar a festividade, e ao mesmo tempo obsequiar os festeiros, que de taõ boa vontade,

e ás invejas tinhaõ no dia antes dado principio á mesma. Para o que fez convites de jantares em sua casa, por tres dias successivos, repartindo a gente principal em tres divisoens; naõ podendo abrangella toda em um so dia, por causa do seu numero. Para o primeiro dia foi convidada a classe superior dos empregados na extracção diamantina, nobres, e clero: para o segundo o corpo do commercio: e para o terceiro os primeiros do corpo mechanico da mesma extracção, como administradores, capellaes, &c.

Em o jantar do primeiro dia, no meio da abundancia, sumptuosidade, e alegria foraõ proclamadas varias saudes, e respondidas com salvas de arcabuzaria, e roqueiras. Estas foraõ—"A Rainha nossa Senhora: "viva n'este novo mundo mais longo vida, á que "nunca chegaraõ seos augustos antepassados no "velho mundo."—"Ao Principe Regente, Senhor, e "Pai: pelo incalculavel bem, que nos fez, dando-nos "a propriedade do Ferro"—"Ao joven Principe, que "há de um dia fazer as delicias do paiz, em que se "creou, achando vassallos fieis, e armados de Ferro, "para sustentar seos direitos, e a corôa."—"As "augustas Noivas: possaõ essas lindas loias, tiradas "do melhor Thesouro do Brazil, procurar-nos a paz e "descango, em troco da saudade, que nos deixaõ."—"Ao Marquez de Aguiar, pela sua constancia em "promover os interesses do paiz, e principalmente "para o fazer independente."—A immaculada nação "Portugueza, e ao exercito de Portugal, pela briosa "resistencia, com que sustentou o throno, a dignidade, "e independencia nacional."

No segundo dia foraõ os brindes feitos no meio do corpo do commercio: e por isso muitos d'elles eraõ accommodados, e em respeito ás pessoas, perante quem se faziaõ. "Ao Principe Regente nosso Senhor: "possa colher por dilatados annos os fadigosos frutos "d'este nascente imperio."—"Aos Senhores Gover- "nadores do reino; em justa remuneração da sua "energica, e sempre louvavel administração."—"Ao "sempre grande e immortal defensor da liberdade "do mundo Lord Wellington."—"A liberdade "fabril; um dos maiores bens, que nos veio com a "feliz chegada do Principe, nosso Senhor á este paiz."

—“ A todos, quantos tem feito esforços, para fazer
“ este pais independente, seja fazendo ferro, seja
“ fiando algodão”—“ A prosperidade do commercio,
“ que será infinita havendo paz, naqual Deos nos man-
“ tenha.”

Em o jantar do terçuro dia foraõ também todos os
brindes analogos ás occupagoens, dos que presentes
estavaõ; e foraõ os seguintes: “ Ao Principe Regente
“ nosso Senhor: eleve-se a administração diamantina
“ á um ponto tal, qual elle deseja, e merece.”—“ A
“ administração diamantina: e a todos os que mais
“ se tem desvelado em promovella, e felicitalla”—“ A
“ quantos tem contribuido, para extrahir diamantes
“ com o ferro nacional”—“ A prosperidade, que ne-
“ cessaria mente deve vir á este paiz pela propriedade
“ do ferro”—“ Ao governadõr e capitão general d’esta
“ capitania, em reconhecimento do bem, que lhe tem
“ feito, administrando justiça imparcial.”

Em todas estas noites houve Sarão; e na última, em
seu lugar, theatro. Mais de cem pessoas de ambos os
sexos, todos vestidos de festa, as Senhoras mui galan-
tamente ataviadas de suas mais ricas louçainhas mati-
zavão desvariadamente duas grandes salas, ornadas e
illuminadas com profuzaõ. Na parte mais saliente da
sala principal seviaõ illuminados com distincão e par-
ticular devoção, dois Retratos; um era o do Conde de
Linhares com esta letra:

“ Eilo, que inda revolve n’alta mente
“ Fazer d’este paiz imperio forte,
“ Não o pôde acabar, que prematura
“ Corta lhe o fio a vida a negra morte.

O outro Retrato era o de Lord Wellington com
a letra:

“ Alexandre, Annibal, Hector famoso
“ Que o templo povoaes da eternidade,
“ Eis aqui quem offusca o vosso nome,
“ Quem deo ao mundo escravo a liberdade.”

A musica, a dança, e a poesia, revezando-se umas ás
outras, derramavaõ em torrentes a alegria entre os con-
vidados. Depois de uma soberba symphonia, can-
taraõ varias Senhoras, entre as quaes se distinguio

muito, tanto pela sua bella vóz, como bom estilo, D.^a Emilia Carlota da Camara, esmerando-se agora mais, para de sua parte, quanto em si estava, festejar os bons successos de seu querido pai. Seguirão se minuets, contradanças, cotilhoens; e de quando em quando vinhão tambem as producções da poesia. Embriagados em prazeres, d'esta maneira consumirão a maior parte das tres primeiras noites os convidados.

Fechou-se a festa com o theatro, que o houve no quarto dia, como fica já dito. A casa estava sobremaneira cheia, e ricamente ornada. Ao levantar-se o pano, appareceo em um throno o Retrato de S. A. R. A seos pés se via o Rio Jequitinhonha na figura de um velho Genio, dizendo:

“ O Claro Diamante, oiro luzente,
“ Comque, Serranos, eu vos tenho ornado,
“ Tudo hé nada ante o Principe Regente,
“ Do bem o maior bem, que vos foi dado.

A esta vista, levantando-se os espectadores, retumbou toda a casa com aplausos, e vivas; e os actores, postados a um e outro lado do throno, entoaraó, acompanhados da orchestra, o hymno:

“ Conservai, oh anjos guardas
“ Da Braziliana Sorte,
“ Em João o Augusto, o Forte,
“ O Pio, o Clemente, o Bom:
“ Porque elle nos faz ditosos,
“ Seu grande Nome acclamamos;
“ Dos hymnos, que hoje cantamos,
“ Retumbe no Céu o tom.”

Acabado este acto de respeito, desceo um véo sobre o Real Retrato; e seguiu-se a representação da Peça, que foi muito bem desempenhada.

Eis aqui como, em um tempo, em que toda a Europa se mostrava assanhada, e crespa de armas na ultima luta á favor da sua liberdade; e que, talvez n'estes mesmos dias, estivesse celebrando as lugubres exequias dos que acabáraó no sanguinoso campo de Waterloo; o pacifico Brazil, em um recanto dos seos sertoes, via em demasia alegres seos habitantes festejar as producções das artes; e sciencias. Graças ao

Grande Moderador das coisas humanas, que attentou por nos! Graças ao Charo Principe, que nos procurou tal descango, e taes prazeres!

CONGRESSO DE VIENNA.

(Continuado da pag. 47 do No. antecedente.)

CAP. VII.—*Das occasioens que se tem perdido, ha cem annos para cá, de estabelecer o equilibrio politico da Europa.*

Na fortuna das naçoens assim como na dos particulares há situaçoens que decidem da sua sorte: de tempos a tempos se encontraõ essas occasioens, que hé preciso aproveitar, e que não tornaõ a apparecer se não mui raras vezes. Parece que a fortuna, sem nunca se descuidar da felicidade das naçoens, lhes offerece esta especie de recurso para repararem seos erros ou suas perdas: mas quaõ poucas vezes ellas se aproveitaõ, e se mostraõ mais prudentes que os particulares? As paixoens, que fazem com que estes ultimos se não aproveitem dos felizes correctivos da sua pozicaõ, obraõ com a mesma actividade sobre as naçoens, e impedem que ellas emendem seos erros, deixando escapar as occasioens mais favoraveis.

A Europa vai offerecer-nos quatro grandes exemplos de esquecimentos deste genero, cometidos de pois de cem annos.

Carlos II. Rey de Hespanha, morre sem filhos, e deixa dominios em todas as partes do mundo. Seo testamento, feito á maneira d'aquelles que vemos representados nos theatros, isto hé, por influencia e intrigas de ávidos herdeiros, hé combatido por outros actos ou direitos mais ou menos claros, ou mais ou menos legitimos; porem ainda hé muito mais efficasmente atacado quazi pella totalidade da Europa que, depois de ter estado, por inspiraçaõ do maior politico do seo tempo, El Rey Guilherme, vinte cinco annos em armas e em oppozicaõ a Luis XIV., não devia consentir que na familia deste Principe viesse a ficar uma herança

que lhe dava por alliada essa mesma potencia, que havia duzentos annos estava combatendo contra a França: herança, que no dominio de um neto de Luis XIV. convertia os Paizes Baixos Hespanhoes em uma provincia Franceza; e collocava, sem difficuldade, ás portas da Holanda o mesmo Soberano, á quem só o patriotismo Holandez, que não heritou um momento em sobmergir o seo paiz debaixo das agoas, poudo fechar as portas de Amsterdão.

A Europa não podia ver tranquilamente que um testamento tivesse per si só o direito de destruir suas liberdades, dando a França, debaixo do nome de Hespanha, uma grande parte da Italia e a rica America. A guerra da *Successão* principiou, e o sangue Europe o correo quazi por doze annos successivos; mas como esta guerra havia sido intentada por uns com vistas da interesses particulares, e por outros, mais com odio a Luis XIV. do que por amor da Europa, falhou no seo ponto principal. A Hespanha ficou para Fellipe V., e os ramos separados desta arvore soberba não serviram para o bem geral da Europa, porem para satisfazer ambigoens particulares, ou indemnizar pertendidos direitos. A guerra da *Successão* terminou antes como um processo entre litigantes já fatigados, do que como um negocio politico entre homens de Estado; e todavia, nesta mesma epocha, a Europa podia contar tanto nos campos de batalha como nos gabinetes com individuos que ainda depois não tem sido excedidos. E não procederia isto de que n'este tempo todos os Europeos, a excepção dos Inglezes, estavam excluidos de toda a participacão dos negocios do seo paiz; e de que a politica, concentrada no gabinete dos principes, tomava debaixo de suas maons e das dos seos ministros uma fizionomia puramente individual, que fazia preferir as affeicoens de familia e os gostos particulares dos principes aos interesses geraes dos povos? Hoje não se poderia já fazer outro tanto sem que houvesse uma forte opposição: tanto hé que já está mudado o estado das naçoens!

A successão do Imperador Carlos VI. apresentou ás potencias da Europa a segunda occasião de um arranjo regular entre os differentes membros que a compoem.

De certo, houve grande injustiça em especular sobre a mocidade e sobre a fraqueza presumida de uma Princeza que se supunha, na idade de pouca experiencia em que estava, dever julgar-se por mui feliz de conservar uma parte de seos Estados, fazendo o sacrificio das outras. Alem disto, era uma grande iniquidade; porque a excepção da dignidade Imperial, electiva de sua natureza, e que por esta razão sem injustiça se podia transferir para outrem, não se pode conceber como se quizesse aplicar a Maria Thereza um direito, diverso daquelle que os outros soberanos querião para si; e como ella não podesse entrar na herança de seo pai da mesma maneira que os outros principes entravaõ na herança dos seos. Mas isto dependia ainda das ideas de direito publico, mal desenvolvidas, e de esquecimento total em que estavaõ as ideas dos direitos das naçoens. Estes não são letigiosos, e mil guerras, cauzadas pellos direitos successivos dos principes, se teriaõ mui bem evitado pelos direitos positivos dos povos. Hé verdade que estes ultimos são menos habeis para entrar em suas heranças, porem podem mais difficilmente ser desherdados que os seos Principes.

A attenção da Europa, em vez de se empregar toda nos seos proprios interesses, desviou-se para os negocios da Prussia, para a dignidade Imperial, e para todas essas dotações que se pertendiaõ crear em Italia em favor de alguns Principes da familia de Bourbon. Foi entaõ que Frederico deo a conhecer a Europa que elle existia, e a assombrou com a aurora desse reinado que nem por um instante soffreo eclipses. Foi n'essa epocha tambem que MM. de Belle Isle, entaõ taõ famosos e taõ activos, mas hoje apenas conhecidos, destino de todos os ministros que nada tem de nacional ou de Europeo, conseguiram arrastar o Cardeal de Fleury para entrar em uma guerra que aquelle prudente velho desaprovava. A intrepidez, e a inabalavel firmeza de Maria Thareza venceram todos esses obstaculos, e até elles totalmente desapareceram de ante do magestoso character de uma joven Princeza que, taõ brilhante pelas suas qualidades pessoas como pelas do alto lugar que occupava, soube inflamar e commover seos vassallos por um desses rasgos de seu-

timento que são o verdadeiro segredo do coração de uma mãe.

Depois de muitos annos de successos duvidozos a guerra se terminou como sempre acontece, quando não há um grande fim determinado, isto hé,—pela fadiga e pelas intrigas, pelos arranjos de familia, e definitivamente por um segundo esquecimento dos interesses geraes da Europa.

Maria Thereza conservou o corpo de seos Estados, e a Coroa Imperial, antiga prerogativa da sua caza, por meio do sacrificio da Silezia, e pelo de algumas partes dos seos Estados de Italia. Os Paizes Baixos lhe foraõ restituidos menos em attenção a ella, do que por ser contra a França, e em favor da Hollanda. Cuidou-se em um tratado de limites, quando se devia aproveitar esta occasião para unir a Belgica e a Hollanda, e fundar um reino em Italia. Mas este grande passo era superior á politica do tempo. Esta segunda epocha foi por isso de tanto proveito para o equilibrio da Europa como já o tinha sido a primeira. As epochas posteriores não tem sido melhores. Se houve com tudo uma, que se podia utilmente aproveitar, foi a da Revolução, que, havendo mudado e renovado tudo, e tendo posto a Europa a disposição da França, nunca fez ver, neste longo esquecimento dos interesses geraes da Europa, senão uma tendencia continua de querer dar a França não a superioridade, porque já a tinha, mas a supremacia; não a segurança, mas o imperio.

Em Radstad, em Campo-Formio, em Luneville, em Amiens, em Presbourg, em Tilsit, em Vienna, 1809, e em Praga, não se disse uma só palavra, nem houve um só projecto que tivesse a mais pequena tendencia para o equilibrio da Europa.

Foi particularmente o Imperador Napoleão quem se mostrou mais desprovido deste espirito publico favoravel a Europa; no seo conceito este paiz não existia senão como uma caza demolida, sobre cujas ruinas elle se propunha elevar um novo edificio segundo planos novos, e inteiramente pessoaes. “*Eu tinha,*” disse muitas vezes este Principe, “*um grande sistema politico.*” Mas este modo de operar sobre a Europa tão pouco lhe agradava a ella como a mesma

França ; porque bem hé que se diga em honra da França, que ella sim applaudio todas as victorias de seos exercitos em todos os tempos e lugares, porque estas victorias eraõ obra sua, e lhe davaõ honra ; mas nunca applaudio as emprezas que produziram a gloria de seos triumphos. Assim a França se gloriava da sua victoria de Moscwa, mas nunca aprovou a guerra da Russia.

A França mostrou sempre em todas as suas conquistas um bom senso que faltou a todos os seos chefes. Para ella a sua linha de demarcação, e o ponto em que devia parar, eraõ o Rheno ; e isto foi a unica couza que a França sempre verdadeiramente ambicionou, e pela qual sinceramente suspira.

Quanto hé para lamentar que um espirito taõ extenso e taõ luminoso, como era o do Imperador Napoleaõ, chegasse a desvairar-se tanto até pertender reunir mil elementos opostos uns aos outros, sem entre elles haver laço commum de situação geographica, de lingoagem, de costumes, e interesses ! Quem era capaz de fazer que Roma e Lubeck fossem ao mesmo tempo membros homogeneos do mesmo Estado ; e que todos estes povos unanimemente consentissem em se esquecer de boa vontade das antigas lembranças de gloria e fama que de direito lhes pertenciaõ ? E como hé possivel entaõ que Napoleaõ naõ podesse ver pelo contrario toda essa solidez, que de certo daria aos seos estabelecimentos se os co-ordenasse de maneira que nelles envolvesse os interesses de todos ? Como naõ poudes elle perceber a grandeza, sim toda essa verdadeira grandeza que adquiriria aos olhos dos Europeos se resolvesse o problema até alli naõ rezolvido do verdadeiro sistema da Europa ?

Naõ duvidemos do que vou dizer, e até os que prezenciaram os successos dos ultimos vinte e cinco annos, com tanto que se naõ contentem unicamente com os desprezar ou com os ver com indignação, naõ me haõ de desmentir : nunca homem algum teve occasiaõ mais favoravel para isto do que teve Napoleaõ. Elle tratou com povos de quem se podia dizer assim como se disse dos Gregos no fim da guerra de Troia :—

Fracti bello, fatis que repulsi.

Todos pediaõ unanimemente a paz, e não dezejavaõ senaõ ter estabilidade, e uma toleravel ordem de conzas. O temor que inspirava a França era mui grande. A fama do seo Chefe augmentava ainda este temor; elle podia propor quanto quizesse para um arranjo regular da Europa; e teria conseguido tudo. Que digo eu? até o mundo todo se teria por feliz por lhe dever este beneficio. Por este arranjo, em que entrassem os interesses de todos, haveria ganhado tantas bençaons da Europa como ganhou da França pelo restabelecimento do culto e por tudo quanto fez a bem da civilizaçaõ; porque não foi tanto ao Capitaõ, como ao legislador e restaurador da ordem social, que se tributaram as adoraçoens e submissaõ da França. A resignaçãõ completa, e absoluta com que a França se abandonou a Napoleaõ, persuadida da superioridade das suas luzes, e da pureza de suas intençoens, foi a mesma com que se lhe abandonou a Europa em os negocios politicos que lhe diziaõ respeito.

Mais feliz do que até ali havia sido homem algum pela influencia que ganhou sobre os seos semelhantes, Napoleaõ achava o mundo por tal forma fatigado que delle podia fazer tudo só em nome do descanso geral. Achava tudo taõ espedaçado, que podia re-edificar como e aonde quizesse; e achava ao mesmo tempo o terror por tal maneira estabelecido, que a simples auzencia do mal ou de males mui graves seria considerada como um verdadeiro beneficio.

Se em vez dessa multidaõ de negociaçoens e de Tratados, que retalharam a Alemanha, e em vez dessas reunioens successivas da Italia, tivesse estabelecido uma bella ordem para a primeira, contendo-se nos limites do Rheno, hoje de tanta saudade; e se ao mesmo tempo se tivesse aproveitado da vacancia de uma grande parte dos territorios de Italia, para lhes dar a ordem que mais adeante indicaremos, ou outra ainda mais extensa, que hé igualmente possivel; teria visto de certo neste cazo correr todos os povos a colocar-se em torno de sua pessoa, que na esperanza da felicidade lhe dariaõ toda a segurança de uma perpetua estabelidade. Mas os destinos tinhaõ decretado outra couza: quizeram que aquelle, que tudo podia

destruir, nada podesse edificar; que o homem a quem foi dado o poder de renovar, não soubesse dar solidez ás suas obras; e que o mesmo que tentou concentrar em si toda a Europa, fosse a final esmagado por ella.

Assim, sem nênhum fructo, escapou á Europa a melhor occasião que teve de se constituir em corpo politico bem organizado, e de achar nesta organização, ou o remedio dos males que tinha soffrido, ou uma garantia solida contra a sua renovação.

Em pouco tempo veremos se o Congresso de Vienna, que forma a quarta epocha, edificou e organizou sobre um plano de estabilidade geral, plano que faltou nas tres epochas que temos mencionado.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

E L E G I A

A' MORTE

DO

SNR. ANTONIO JOZE' MONTEIRO.

SILENCIOZA dor; atroz lembransa,
 Pranto inutil, asperrimos tormentos,
 Saudade, tempo não tereis mudansa!
 Dai-me que eu possa em funebres accentos
 Meus desastres carpir, chorar meus fadões,
 Taõ leves no prazer, no mal taõ lentos!
 Dias de amaveis emoçoens c'roados,
 Rizonhas horas, nitidos recreios
 Ah! como estais de escuro vên toldados!
 Ah! de que abismos, de que horror são cheios
 Da vida os campos! Que prudencia evita
 O golpe duro de lethais receios!
 Sorriz-se aidea, se dilata, e excita,
 Brilha adornada de gentis fulgores,
 E entanto a Morte a negra foice agita!
 Tal d'entre aromas de innocentes flores
 Horrido silvo a vibora soltando
 Os prados cobre de tristeza, e horrores.
 Qual peito ouzado tanto em si fiando
 Com bens vindoiros, vaãs quimeras conta,
 Credito ao sonho da existencia dando!

Alem o nauta o mar irado afronta,
Vence as tormentas, chega ao porto, e morre;
A êsmo a morte os seus punhais apronta.
Impune aquelle aos precipicios corre;
Este fallece, bem que sabio, e puro
De ardua prudencia, e escudos mil se forre.
Embora o trato seja brando, ou duro,
Veceje a juventude, esfrie a idade,
Igualmente o mortal vive seguro.
Assim pela assombroza eternidade
Subito entraste oh singular amigo,
Do seio meu ternissima a metade.
Com pensamentos mil te busco, e sigo
Monteiro illustre na celeste estancia,
Unico, e certo da Virtude abrigo.
Vai-te ahi demandar leal constancia,
E o louvor teu que já na terra ouviste
Sem te mover á minima jactancia.
Se de saudozas lagrimas cobriste
O rosto da amizade, um jus taõ nobre
Com eximias virtudes conseguiste.
Bem que a Natura sem cessar descobre
A' nossa vista novas maravilhas,
De homens iguais a ti oh quanto hé pobre!
Onde em triunfo as Luzitanas Quilhas
Ao Luzo Sceptro um novo Imperio atáraõ,
Na mais formosa, mais louçaã das Ilhas
Houveste o ser; a infancia tua ornáraõ
Mimos, cuidados, paternais desvellos
Com que da natureza os dons medráraõ.
Os lindos frutos de principios bellos
Foraõ dezabrochando, e em fim entraste
Na acceza quadra dos crueis flagellos;
Na quadra das paixoens, que audaz domaste:
Foi a razaõ o teu prazer, teu norte,
Por suas leis os passos teus guiaste.
Oh prematura despieda da morte!
Dos estremados cidadãos o exeinplo
Era credor de mais ditoza sorte.
Seus lares foraõ da virtude o templo:
Saudozamente o que de perto hei visto
Hoje na idea lugubre contemplo.
Tu morreste, ai de mim; e cu'inda existo!
Tu, por quem ditas mil gozei outrora,
Hés cinza, hés po! E a tanta dor rezisto!
Alma benificante, em pranto agora,
Mas ah! debalde o Mizero te chama,
E a perda tua, e os fados seus deplora.

Oh que raras acções fiel proclama
Té'gora occultas em segredo honrozo !
Davas tudo á virtude, e nada á fama.
Tal eu te vi da ingratitude queixo
A terno amigo confiar apenas
Do vil ingrato o crime vergonhozo.
Do mundo infecto as detestaveis scenas,
Delitos de outrem, desventura alheia
Formavaõ só teu infortunio, e penas.
De luminosos pensamentos cheia
Tua alma excelsa desdenhava os danos,
Com que o mesquinho proprio amor se encêa.
Com vaidozos fantasticos enganos
Não se entretendo a fantazia tua,
Soffreste os erros dos Mortais ufanos.
Quem há que da fortuna os dons possua,
E os haja em pouco, e mores bens anelle
Na alma virtude, e na verdade nua !
Quem há que de continuo escude e velle
Contra enganozas afeições o peito !
Quem tanto se ellevou ! O sabio hé elle.
Oh forte oh bom Monteiro, a ti sujeito
O destino cruento, e o meigo fado,
Nem tua dor, nem teu prazer haõ feito.
Ser virtuozo, e ser afortunado
Julgaste o mesmo ; á mui severas lidas,
A' teus deveres taõ somente dado,
Te davas todo á Patria ; ah ! sendo ouvidas
Tuas cogitações quem não julgára
Ver a Patria feliz vendo-as seguidas.
Dos interesses seus o arcano achára,
Da sua decadencia, e sua gloria
Vira os progressos, as razões notára.
Franca te foi a universal historia ;
Cultivavas o agudo entendimento,
O espasso enchias da tenaz memoria.
E sempre a quaisquer meritos attento
Applaudias n'um candido transporte
Das gratas Muzas o gentil talento.
Comtigo melhorei talento, e sorte :
A meus dezastres doce amparo deste,
Alira minha ressoar fizeste,
Cantei-te a vida, te prantêo a morte.

Por um Portuguez seu Amigo.

ALMIRA E FELIZÊO;
 OU,
 A FONTE DO CASTANHEIRO.*

METAMORPHOSE :

Por Manuel Ferreira de Seabra.

FôRA a belleza o bem mais preciozo
 Com que Jove brindára a humana gente ;
 Porem mil vezes a terriveis crimes
 Ampla carreira abrio. Meu verso, ó bellas,
 Com fervor aplaudi, que vai meu verso,
 Votado á doce Patria, apresentar-vos
 Em mesto quadro envenenadas ancias
 A que a belleza vezes mil arrasta.
 Homens, do crime a par terrivel, pinto
 A pena que seguir o crime deve.

Era o tempo em que Maio dadivozo
 Se apráz de matizar de lindas flores
 Da terra a sobreface ; e Delio fulvo
 Lá do meio dos Ceos dourava os orbes.
 Quando Almira, das ninfas do Mondego
 A mais gentil, e a mais infortunada,
 Surgio das aguas ás floridas margens,
 E manso e manso, e descuidada, e leda
 Para largo da placida corrente
 Se afastava na varzea, que o *Penedo*
Da Saudade contempla sobranceiro,
 E se entretinha em procurar boninas
 Com que adornasse a grenha gotejante
 De seu amado pai, do grão Mondego,
 Em vêz do junco, em vêz das espadanas ;
 Já que assomava o dia natalicio
 Da mais nova das filhas delicadas,
 Que tão queridas tinha, e tão mimosas.
 “ Estas, dizia, a ninfa, que hora colho,
 “ Flores viçosas ornaráo a frente
 “ Daquelle, que me deo o ser divino..
 “ Hé dia de prazer, de gala hé dia,

* A *Fonte do Castanheiro*, que celebrou, mui conhecida dos Conimbrecenses, hé recomendavel pelos passeios, que a ella conduzem, e pela pureza e bondade das suas aguas. Nasce na fralda de uma pequena collina, proxima ao Mondego, e quazi defronte do *Penedo da Saudade*.

“ Aglaura hoje nasceo, irmã prezada ;
 “ Aglaura hoje nasceo taõ bella, e meiga,
 “ Quanto a Mai de Cupido hé meigá, e bella.
 “ Honrando o Pai exalto a cára filha ;
 “ Devo-lhe galas, devo-lhe tributos.*
 “ Filha não fôra Almira, irmã não fôra
 “ Negando neste dia ingenuos brindes.”†

E nisto pressuroza a loura Ninfa
 Colhia o goivo, a verde mangerona,
 O malmequer, a humilde violêta,
 Colhia a madre-silva, a linda róza ;
 Tecendo allegre mil cançoens singellas
 Co’ a voz divina com que o ar serena.

De frente do *Penedo da Saudade*
 Verde Collina, que não hé mui alta,
 Nas fraldas apresenta debeis canas,
 O vime dobradiço, o louro, o mirto ;
 Ornaõ-lhe o cimo verdes castanheiros,
 Proficuas oliveiras, e altos choupos.
 Lanigeros rebanhos apascenta ;
 Por ella descem os pastores ledos
 A’ varzea onde nasceste, ó meiga Lilia,
 Onde tambem co’ a morte se eclipsaraõ
 Teus olhos mais brilhantes que as estrellas.‡

De lá, por entre as sarças espinhozas,
 Felizêo, guardador de pobre gado,
 De feia catadura, olhar ferino,
 Robusto, agigantado, e a côr trigueira,
 Almira descobrio na fresca varzea
 Colhendo airoza as flores que aviventa ;
 Mais bella que Diana entre as estrellas
 Argentando o calado firmamento ;
 Taõ bella como a Deoza dos Amores,
 Ao Troiano mostrando seus encantos
 Nos bosques d’Ida sacros, espaçozos.

Ao ver da Ninfa o porte peregrino,
 As madeixas subtiz dezentrançadas
 Nas espadoas cahindo em aureas ondas,

* O substantivo—tributo—em sentido figurado toma-se tambem como um obsequio, uma adoração, &c.

† Brinde não se diz somente das saudes que se fazem a alguem ; em sentido figurado pode tomar-se por todo e qualquer offerecimento obsequiozo.

‡ Alude á fabula da Metamorphose do *Penedo da Saudade*, impressa no J. de C. Num. xxxvi, Parte ii. pag. 264.

Que o Zéfiro varia abrindo-as azas ;*
 Ao ver-lhe os niveos pomos, que mal tremem
 Sobre um seio, que Venus invejara :
 Pasmado Felizêo nas veias sente
 Accender-se de Amor o voráz fogo.
 Mil sôfregos dezejões voaõ d'alma
 Nos crespos fios d'ouro á enrolar-se ;
 Mil sofregos dezejões correm leves
 A lhe libar na bôcca o doce nectar,
 Entre o carmim, e as perolas mimosas.
 Quer á Ninfa correr, quer declarar-lhe
 A força da paixaõ, que n'alma sente ;
 Votar-lhe um coração, que ella já tinha,
 E onde cem golpes, mal que a vira, juntos
 Os trefegos Amores profundaraõ ;
 Mas contemplando a propria fealdade,
 A côr adusta, os membros descarnados ;
 Oppondo o ser humano ao ser divino,
 Convulso pára ;—anima-se ;—esmorece ;
 E entre os combates, que a alma lhe espedaçaõ,
 E a vóz entre cortando mal sonora,
 Dest'arte exclama : “ Em vaõ, em vaõ pretendo
 “ No peito sufocar de amor os fogos.
 “ ; Naõ tenho um coração a amar propenso ?
 “ A' condiçaõ de pobre pegureiro
 “ ; Atende Amor as sétas dardejando ?
 “ ; Exclue a fealdade o ser humano ?
 “ Se gentil me naõ fez a Natureza,
 “ Outros dotes me deo de igual apreço,
 “ Quaes a força, e coragem, que me anima.
 “ ; E acanhado de um panico receio
 “ Morrerei do silencio entre os rigores ?”
 Calou-se Felizêo, e á Ninfa corre
 Mais ligeiro, que atráz da lebre o galgo,
 Mais rapido, que a frécha os ares corta,
 Ou raio de alta nuvem despedido.

Almira, mal que o vê, na acceza face
 Pintado o horrivel, o afrontozo crime,
 Um grito solta, e foge pressuroza.
 Oh Ventos, ajudai-lhe a pronta fuga !
 Sob seus passos te amacia, ó terra,
 Tua distancia encurta, se hé possivel !

* Ses épaules offroient de blondes cheveux épars,
 Flottans, et variant leurs boucles naturelles,
 Que le zephir soulève, en agitant ses ailes.

L'Inoculation, Chant. 4, pag. 219.

Felizêo nas carreiras adestrado,
Correndo atrás da Ninfa esbaforida,
Em breve a alcança, e dis-lhe, segurando-a:
“ Não fujas, que fugindo mais me accendes.
“ Já que atender não queres meus amores,
“ Consiga a força o que não podem preces.”
Mais gritos inda solta lastimozos
A triste Almira; e fria . . . e desmaiada . . .
Em terra cahe!—Então o fero amante
Com brutal avidêz. . . . Suspende, ó Muza!
Deve o resto envolver-se no silencio;
E nem consente a minha ingenua pluma
Que tão negros horrores a enxovalhem.*
Flora de pejo se embrenhou nas selvas.
Os ais da triste os echos repetirão;
E os plumozos cantores longo tempo,
Vendo o crime espantoso, emmudecerão.
Os Zéfiro fugirão pressurozos,
E a desgraça de Almira, suspirando,
Ao Mondego contaraõ descuidado.

Subito o Deos ouvindo o mesto cazo
Enfiado se encosta ás urnas de ouro,
Por largo tempo não descendo aos mares;
E em seus reinos Neptuno irado estranha
A falta do tributo. Mas apenas
A si tornou do rapido desmaio,
Só cura da vingança o pai mofino,
E ao sitio corre, ao sitio malfadado.

Inda em seus braços apertava a Ninfa
Instando Felizêo por novos crimes;
Mas na presença do afrontado Nume
Das mãos a preza larga, e estatua fica.
Livre das garras deste açor cruento
Almira, pomba terna, a rózea face
Co' as mãos de neve occulta envergonhada,
E nos olhos o pranto lhe rebenta.
“ A mais horrivel, e espantosa morte
“ Não fôra punição bastante ao crime
“ Que não possas, traidor, morrer mil vezes! . . .
“ Has-de ver de continuo teus dezejões
“ Nas aras do impossivel definhar-se.
“ Monstro! perderás a humana forma.
“ Em pena ao crime, que horroriza o mundo
“ Em rude castanheiro te converte.”
Dest'arte as iras desprendera o Nume;

* Hé de *M. M. B. de Bocage*.—*Mirha*.

Eis o fero pastor se arreiga á terra.
 Em tronco se lhe muda o corpo adusto;
 E nelle se lhe esconde o rude gesto;
 Mudaõ-se em ramos os forçozos braços,
 Os dedos em raminhos; em cortiça
 A téz se lhe transforma aspera, e tosca,*
 E os hirsutos cabellos em folhagem.
 ; Almira, que farás no triste ensejo?
 ; Irás nas aguas esconder a face,
 Junto ás irmans chorar teu fado horrivel?
 “ Vingada estas, ó filha, assim castigaõ
 “ Os Numes quem se atreve contra os Numes.
 “ Volve comigo, ó triste! ás aguas volve!
 “ Minha ternura enxugará teu pranto;
 “ No seio das irmans teraõ teus males
 “ O doce alivio, que á desgraça hé dado.”
 Afagando-a o Mondego isto dizia;
 Mas Almira a quem rala o tenro peito
 O pertináz veneno da vergonha:
 “ O’ Pai, ó Pai, lhe diz, se perdi tanto,
 “ Deves tambem perder esta mesquinha.
 “ Se hé possivel mudar meu ser divino,
 “ Em fonte me transforma, que eu naõ posso
 “ Amar uma existencia envenenada.”

Dissera, e condoido o triste velho
 De Almira atende os rogos. D’improvizo,
 Dos olhos, donde o pranto já corria,
 Em borbotoens rebentaõ claras aguas.
 Os cabellos, que as almas enredavaõ,
 De fresco humor em fios se convertem.
 Manaõ dos dedos limpidas fontinhas;
 E dos mimosos pés, escorregando,
 Dois chorros cristalinos se deslizaõ.
 Do pé da nova planta o Pai magoado
 Foi por entre as hervinhas conduzindo
 A transformada filha, foi com ella
 Nas aguas, onde impéra, mergulhar-se.

A *Fonte* se chamou do *Castanheiro*.
 Caras memorias ás pastoras deve
 A Bella, que perdida a prisca forma,
 Inda chora seu fado, e murmurando

* Veste-se de cortiça o peito brando,
 E nella se escondia o gesto lindo:

Aos braços paternaes saudoza corre.
A's ninfas do teu Graça, caro Alcino,*
Conta de Almira a malfadada sorte ;
E ao som da lyra ingenua, que não manchaõ
Os gabos da lizonja, ao som da lyra
A' belleza votada, e á sã virtude,
Em teus versos lhe ensina como podem
Achar um Felizêo nessas campinas.

LITERATURA ALLEMAM.

O Homem Singular, ou Emilio no Mundo.

(Continuado da pag. 65 do No. LXV.)

CAPITULO XIII.

O Creado de Aluguel.

Auzente de Roza, que estava Longe de Elberg Luiz vivia entregue á mais dolorosa saudade, e com tudo não podia affastar-se do lado de Maria; tanto mais quanto ella se aproximava do parto.—Um dia, disse elle a seu pae:—Estou já descansado sobre a sorte de Maria. Oxalá que podesse dizer o mesmo de Roza—Quero hir á Brunswick, e farei instancias a Madama Seeburg. Ella não tem mau coração. Conhece a inteireza dos meos sentimentos, assim como Roza. Hé precizo, que voltem para aqui. Burckard não vendo inconveniente, o deixou hir. Tomando a benção dos paes, Luiz montou a cavallo, e apeou-se em Brunswick n'uma estalagem. Correo logo a caza de Madama Seeburg, mas não achou tia nem sobrinha. Tinhaõ partido para o campo, e esperavaõ-se todos os dias. Luiz voltou triste para a estalagem. O patraõ lhe perguntou o que vinha fazer a Brunswick.—Ver a

* Alcino Gracio, ou, Antonio Pereira Zagalo, estudante da universidade de Coimbra, e particular amigo do A.

cidade, disse elle. O estalajadeiro lhe nomeou tudo o que havia de mais notavel dentro, e nos arrabaldes. Como Luiz não tinha que fazer, tomou um creado de aluguel, para lhe servir de guia. Era um desses lacaios de Libré, que de ordinario, tem mais que um officio, e fazem serviços as vezes que não são dos mais honrosos. Este creado começou logo a causticar Luiz com a sua perpetua bacharelisse; e o conduziu portanto ao Museo de historia natural, a caza da opera; depois ao passeio publico; e das observagoens de Luiz concluiu, que tinha que tratar com um mancebo mui novo e sem experiencia.

Durante que elles caminhavaõ, elle lhe contava, como em ar de conversa, que vivia em extrema pobreza com uma familia numerosa. Luiz ouvia compadecido todas as miudezas de seos infurtunios. Nisto, passou por pé d'elles uma linda rapariga. Luiz achou que ella tinha algumas parecenças com Roza, que nunca lhe sahia do sentido, fitou nella os olhos, e seguiu-a por algum tempo sem os desviar. Gostaes desta rapariga, Senhor? Disse o creado.—Oh! certamente. Ah! Ah! disse entre si o astuto laçao: Moço, amigo de mulheres, e noviço; pode-se fazer d'elle alguma couza.

Tendo voltado para caza, Luiz pagou ao creado muito mais do que elle esperava; e querendo ajustalo por dias, este não quiz fazer preço, affectando desinteresse. Elle vio nas maons do rapaz uma bolça cheia de ouro; e logo concebeo a idea de se appropriar ao menos parte daquella riqueza. A' noite, uma bella rapariga veio procurar Luiz, e lhe fez as costumadas proposiçoens. Mas qual foi o espanto do creado, quando vio que Luiz a expulsava do quarto a ponta pés e a zurzia a chicote até ao patamal da escada. Que hé isso Senhor, que quer essa mulher? Disse o creado. Nada, replicou friamente Luiz, pendurando o chicote. Hé uma má mulher. Por então o nosso hypocrita se poz a fazer eternas lamentaçoens sobre a corruptão dos costumes, e inperdoavel negligencia da policia.

Elle contou ao mancebo historias, que o fizeraõ bramir. Burckard, tendo-o ouvido ter taes declamaçoens,—tanto se indignou contra a dezenvoltura e

libertinagem que o creado quasi perdeo as esperanças de realizar seos projectos.

Passados alguns dias, ponde com tudo persuadillo a hir a opera; finda a qual, elle o foi esperar a sahida, para o reconduzir a caza. Passando por uma rua estreita e escura, Luiz ouvio soluços. Quanto sou infeliz! Dizia em voz baixa uma mulher. Elle parou: o lacaio hia a deante com a lanterna. Espera! gritou Luiz. Que tendes vós, Senhora? Neste momento, chegou-se o creado com a lanterna, e Luiz vio uma mulher de assas linda presença, toda banhada em lagrimas. Que tendes, Senhora, que posso eu fazer em vosso serviço? Nada, Senhor, respondeo ella. A desgraça me tem reduzido a dezesperação: sou innocente, e virtuoza; mas os meos páes são crueis e inexoraveis. Querem vender-me. Que! zombaes vós? —pois vendem-se mulheres neste paiz? Querem reduzir me a ser amiga de um rico fidalgo. Antes de chegar a essa extremidade, quizeram afogar-me. Como? Vossos proprios páes obraõ com vosco dessa maneira? Isso hé horroroso. Vinde comigo. Desde este momento, estaes debaixo da minha protecção.

Deo-lhe o braço, e caminhando juntos, pararam na rua verde. Luiz disse ao creado: Onde assiste o intendente de policia? Guia-nos a sua caza. A rapariga a estas vozes quiz fugir: o creado ficou surprezo, e confuzo. Ah! eu não quero lá hir; disse a primeira. Como! a estas horas? disse o creado—sim; e se elle recuza fazer justiça á esta infeliz, farei queixa a manham ao ministro. Muito bem, replicou o creado; mas isso fará muito mal aos páes da Senhora. Oh, denhumna sorte o consentirei, proseguio esta; quaesquer que sejaõ os escandalos, que delles tenho não dezejo que se faça mal a meos páes. Antes quizeram morrer.

Esta repulsa não agradou a Luiz, sem comtudo penetrar os motivos: estava indecizo e irresoluto. Não tendes vós, disse o creado á rapariga, algum parente, a cuja caza vos possaõ levar? Tenho um, replicou ella balbuciando.—Pois bem, este cavalheiro vos levará a manham a noite á policia, hida dormir a caza de vosso parente, e entretanto buscar-se-haõ informagoens. Arapariga esteve por isto, deo a sua direcção,

e suplicou a Luiz, que não a abandonasse. Apartaram-se. Custou-me a crer sua historia, disse o creado: não quiz hir a caza do magistrado: o meu intento foi só ver-mo-nos livres d'ella. Pode ser que esteja na desgraça; mas fez-me desconfiar o seu modo. — Luiz era quasi d'essa opiniaõ; mas porque chorava ella, observou elle, n'uma rua, onde ninguem passa? De que lhe serviria isso, senaõ fosse verdadeira a sua historia? — Tendes razãõ, Senhor Burckard; mas toda a cautella hé pouca: sois estrangeiro; e devem-se recear os tratantes.

Na manhã seguinte, Luiz tornou a fallar na desconhecida com o creado. A sua imagem não o tinha deixado toda a noite. Ah! ah! creio, que sois mui sensível. Vejo porem que deve haver muita cautella com esta e outras aventuras. Todavia ainda que o cazo hé suspeito; não deixeis de a ver, se vos parece. Estas raparigas são tam desgraçadas! Haverá quinze dias, tiraram uma do rio. A miserável tinha-se afogado, por se achar sem recursos. Mas sêde prudente, joven Senhor; se ella vos fallar de a conduzir a caza de parentes, que tenha na cidade, deixai-a immediatamente; desconfiai tambem della, se vos propozer que a leveis para a vossa estalagem.

Sendo já noite foi Luiz ao lugar designado; a rapariga já lá se achava. Ella disse, que tendo reflectido, assentava de voltar para caza de sua mãe em Hanover. Assim rogou ao sensível Luiz, que a conduzisse aquella cidade. Burckard fez pouca resistencia; e ajustaraõ que na tarde seguinte, elle se acharia em uma carruagem de posta, á sahida da cidade, e que viesse ella ali ter com o seu fato.

As sete horas da noite, se apresentou Luiz com o seu creado as portas da cidade; e a rapariga não apparecia. Esperáraõ longo tempo; até que finalmente ella chegou toda atemorizada, e quasi sem alento. Luiz a fez entrar na carruagem, e lhe pedio, que tivesse animo. Partiraõ logo; e haveria uma hora, que marchavaõ, quando a rapariga começou a gritar. Ah! tenho uma dor; sinto desfallecer-me. Paráraõ a carruagem. A rapariga não tinha melhoras. Bem depressa cahio em convulsoens horriveis, que assustáraõ Luiz. O creado foi de parecer, que parassem na

vizinha estalagem até ella ter tempo de recuperar as forças. Luiz assentio, e ambos apeáráo a sua companhia de viagem, e a transportárao a uma estalagem, que estava ali perto.

Aventuras da Estalagem.

Naõ para Brunswick, mas para Hanover tinha hido Roza, e Madama Seeburg. Esta ultima indignada com Luiz, aceitaria instantaneamente outro qualquer partido, que se offerecesse a Roza. Com tudo, no fim de alguns dias, o seu resentimento se tinha acalmado. Já dava attenção ás desculpas de Roza, que não fazia senão gabar as boas qualidades de Luiz; e persuadida de seos rogos—assentou voltar para Brunswick, e de la para Elberg. Os maus caminhos tinhaõ retardado a sua viagem, e não podendo chegar esse dia á Brunswick, pernoitárao justamente naquella estalagem, para onde Luiz transportára a sua desconhecida. Eraõ nove horas e meia: Madama Seeburg estava já deitada, e dormia profundamente. Roza hia deitar-se; quando ouvio parar uma carruagem á porta da estalagem; e Luiz dizer em voz alta;—trazei luz. Roza chegou tremendo á janella, e abrindo-a vio á favor da luz que haviaõ trazido, descer Luiz da carruagem com uma mulher nos braços, e introduzi-la na estalagem.

Roza não sabia o que pensasse de tudo isto; quiz acordar a tia, mas fazendo reflexaõ, poz outra vez o vestido, e o lenço do pescosso; e resolveo-se a verificar a todo o risco se os seos olhos a tinhaõ enganado. Ella abrio mansamente a porta do seu quarto, e deixou uma pequena greta aberta donde podesse olhar sem ser vista. Tendes algum quarto de cama, perguntou Luiz ao estalajadeiro. Sim Senhor, para o servir; e promptamente o conduzio a um quarto, que ficava junto ao de Roza. Esta vio com sobresalto inexprimivel Luiz trazer nos braços aquella mulher desmaiada, com o seio todo descoberto, e entrar com ella no quarto. Prestou attento ouvido, sentio movimento no quarto vizinho, o qual cessou bem depressa,

e o seu abatimento foi ainda mais desolante.—Quem hé esta rapariga? dizia Roza consigo? e a sua imaginação se perdia em conjecturas. Ficou longo tempo immovel, e ferida como de estupor no meio do quarto; e so quando se sentio—enregelada do frio, hé que se lançou sobre o leito; mas não poudé achar n'elle o somno.

Era meia noite. Batem a porta com grande força. Abre-se a porta. Sobe gente a escada com bulha, e entra precipitadamente no quarto vizinho. A rapariga que estava com Luiz começa a dar gritos. Scelerado! roubador! são as vozes que soão. O coração de Roza palpitava violentamente; o tumulto que se augmentava cada vez mais, a obrigou a erguer-se. Veio de vagar, para não acordar a tia, e poz-se á escutar junto ao tabique do outro quarto. Ouvio uma conversação muito animada. A final abriu-se a porta: Luiz sahio; uma voz rouca proferio estas palavras. Dá graças a Deus, miseravel seductor! de sahir desta a tam leve custo; tenho compaixão da tua mocidade. Burckard desceo a escada sem responder; chamou o cocheiro com uma voz de trovaõ, montou na carruagem, e partio.

A desgraçada amante de Luiz ficou como ferida de raio. Perfido! disse ella, vio-se já descaramento mais decisivo? Nisto foi maquinalmente abrir a sua mala, tirou um par de Luvas, que tinha muito bem embrulhados em papel, unico presente, que tinha recebido de Luiz, e que nunca trazia, mas que só tinha o prazer de contemplar de quando em quando. Scelerado! exclamou ella, e n'um momento as Luvas foraõ rasgadas e feitas em mil pedaços.—Tendo obedecido aos primeiros movimentos passou logo a sentir uma dolorosa consternação. Sua alma succumbio ao pezo da melancolia.—Indigno! dizia ella entre si; hypocrita! Não me hade tornar mais a ver; nem mesmo heide abaixar-me a reprehendolo! Quanto o desprezo! quanto o aborrego!

Não fexou olho toda a noite; absorbida inteiramente em meditações desoladoras. A manham com tudo lhe trouxe algum allivio, com a idea consoladora de que Luiz podia estar innocente. Tendo ouvido a mulher do estalajadeiro sahir do quarto de Luiz, abriu a porta, e perguntou-lhe que horas eraõ. Tres horas,

Senhora. Como! ainda tam cedo?—Prezumo, que a bulha que estes Senhores fizeraõ, vos acordou.—Certamente; mas qual foi o motivo d'isso? Vinde até a minha caza de jantar, senaõ tendes mais que fazer; e eu vos contarei tudo o que se passou. Roza a seguiu em silencio e a patrôa fallou nestes termos:—

“ Pelas dez horas dá noite veio aqui um joven
“ Senhor, em carruagem com uma rapariga. Esta
“ rapariga estava indisposta, ou o fingia estar. No
“ nosso modo de vida, bem vedes, que nos não importa
“ saber as circumstancias de quem aqui vem pouzar.
“ Demos-lhe o quarto ao pé do vosso. O que lá
“ fizeraõ, não hé da nossa competencia. Mas vamos
“ ao fio da historia.—Este moço Burckard”
Oh Ceo! interrompeo Roza suspirando: “ Sim hé o
“ nome que elle me deo. Este Mr. Burckard pois,
“ encontrou em Brunswick esta joven creatura, namo-
“ rou-se della, e trouxe-a comsigo as escondidas de
“ seos páes. A familia correo a traz d'elle; e o pae
“ da rapariga os surpredeo juntos.”—Roza voltou o
rosto, e poz n'elle a mão para encobrir as lagrimas e a
perturbação em que estava.—“ Vos tendes dor de ca-
“ beça, Senhora?—Sim, o ar da manham—Emfim,
“ para vos acabar a minha historia, eu fui dar com a
“ rapariga de joelhos aos péz do pae, jurando que Mr.
“ Burckard a tinha seduzido. O pae com uma pistola
“ na mão, queria deitar os miolos fora a este rapaz.
“ Mas; que fazia o mancebo? Os que acompanhavaõ
“ o pae, o agarravaõ pelos braços, e custava-lhes muito
“ a seguralo. Elle escumava de raiva. Eu intercedi
“ por elle. Pediraõ-me que me retirasse. Presumo
“ todavia que se arranjáraõ: porque um d'elles veio
“ dizer-me. Senhora, nós vamos partir. Não vos
“ scandalizeis pelo ruido, que aqui fizemos; mas
“ minha sóbrinha está deshonrada; e meu irmão, pae
“ desta infeliz, está quazi Louco. Se não fosse eu,
“ teria havido sangue derramado. Felismente segurei
“ o braço de meu irmão.”

Neste momento, vio a estalajadeira, que Roza estava quasi a perder os sentidos. Mas que hé o que tendes, Senhora?—Nada; hé o ar da manham.—Oh! hide promptamente deitar-vos; e procurai dormir ainda

um pouco. Roza seguiu o conselho da estalajadeira ; foi-se deitar, e ensopou dous lenços com as lagrimas, que derramára. Madama Seeburg acordou as oito horas da manham. Roza quiz esconder-lhe o motivo da sua pena, e queixou-se de ter soffrido toda o noite uma violenta colica. A tia lhe deo credito, pela vertam abatida, e desfigurada, como se estivesse por oito dias ás portas da sepultura.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Exposição dos novos Progressos que fizeram as Sciencias Physicas.

(Continuada da pag. 73 do No. LXV.)

Substancias Vegetaes.

O mais importante papel que tem apparecido sobre as substancias vegetaes hé sem duvida o do Dr. Berzelius, o qual foi publicado no quinto volume dos Annaes de Philosophia. Tras elle um grande numero de mui laboriosas e exactas experiencias feitas com o intento de verificar a verdadeira composição dos acidos vegetaes e varios outros corpos vegetaes. He verdade que Gay Lussac e Thenard haviaõ já previamente publicado uma serie de mui engenhosas experiencias sobre este mesmo assumpto : como estes chimicos porem não se esmeráram em seccar com cuidado sufficiente as substancias que analizaraõ, segue-se por conseguinte que das suas experiencias não se podem deduzir concludentes illações. Alem disso Berzelius há mostrado falharem na applicação os principios que estes dois philosophos etabeleceirão respectivamente ás propor-

ções relativas de oxigenio e hydrogenio, que existem nos vegetaes. Eis aqui os resultados que Berzelius obteve:—

Composição.

Substancias.	Por Cento.			Por Atomos.		
	Oxygenio.	Carboneo.	Hydrogen.	Oxig.	Carb.	Hydr.
Acido Citrico	54.831	41.369	3.800	1	1	1
Acido Tartarico ...	60.213	35.980	3.807	5	4	5
Acido Oxalico	66.534	33.222	0.244	18	12	1
Acido Succinico ...	47.888	47.600	4.512	3	4	4
Acido Acetico	46.82	46.83	6.35	3	4	6
Acido Gallico	38.36	56.64	5.00	3	6	6
Acido Sublactico ...	61.465	33.430	5.105	8	6	10
Acido Benzoico ...	20.43	74.41	5.16	1	5	3
Tanino (de Galhas)	44.654	51.160	4.186	4	6	6
Assucar Commum	51.47	41.48	7.05	10	12	21
Assucar de Leite ...	53.359	39.474	7.167	1	1	2
Goma Arabica.....	51.306	41.906	6.788	12	13	24
Amido da batata ...	49.455	43.481	7.064	6	7	13

O Dr. Thomson em uma Memoria publicada no quinto volume dos Annaes de Philosophia tráz varios argumentos para mostrar que o acido oxalico contem maior porção de oxygenio do que Berzelius obteve na sua analize, e que elle hé verdadeiramente composto de 3 atomos de oxygenio, 2 atomos de carboneo e 1 de hydrogenio. Este mesmo chimico assenta, que a exacta composição dos outros acidos vegetaes, analizados por Berzelius, hé a seguinte:—

Composição.

Substancias.	Por Cento.			Em Atomos.		
	Oxygenio.	Carboneo.	Hydrogen.	Oxig.	Carb.	Hydr.
Acido Citrico	55.036	41.332	3.632	2	2	1
Acido Tartarico ...	59.524	35.762	4.714	5	4	3
Acido Oxalico	64.739	32.413	2.848	3	2	1
Acido Succinico ...	47.923	47.859	4.218	3	4	2
Acido Acetico	46.875	46.938	6.187	3	4	3
Acido Gallico	38.098	56.892	5.010	1	2	1
Acido Sublactico ...	60.763	34.225	5.012	8	6	5

Saussure publicou igualmente uma analize de varias substancias vegetaes. As suas experiencias hé verdade

que forão feitas com o maior cuidado possível; o methodo porem que empregou talvez não seja sufficientemente exacto para ser adoptado em investigações tão delicadas como as dos corpos vegetaes. Eis aqui os resultados que obtive:—

Composição.

Substancias.	Por Cento.				Em Atomos.		
	Oxygen.	Carboneo.	Hydrog.	Azote.	Oxig.	Carb.	Hydr.
Amido de trigo.....	48.31	45.39	5.90	0.4	4	5	1
Assucar de amido...	55.87	37.29	6.84	—	8	9	1
Assucar de uvas ...	56.51	36.71	6.78	—	7	8	1
Mannia	45.80	47.82	6.06	0.32	8	13	1
Goma Arabica	48.26	45.84	5.46	0.44	4	5	1

Mudança do Amido em Assucar.—O facto singular primeiramente descoberto por Kerchoff, que sendo o amido fervido em acido sulphurico mui diluido hé convertido em assucar, tem ultimamente attrahido em grande parte a attenção dos chimicos. Diz Fourcroy, que o amido adquire um gosto saccarino quando hé misturado com o acido muriatico ou chlorine. Einhoff em uma mui complicada analize que fez da batata tambem observou, que a parte mucilaginosa desta raiz se convertera em materia sacarina. Nasse assevera que o amido que se extrahe de batatas cruas hé com facilidade transformado em assucar; mas que se a batata for fervida ou tiver passado pelo processo fermentativo, então o amido cessa de se converter em materia sacarina: deste facto infere elle, que só o amido extrahido da materia vegetal vivente hé susceptivel desta mudança; e pelo contrario que o amido tirado da materia vegetal morta não ministra semelhante resultado. Esta illação porem a nosso ver parece ser muito geral: por quanto se expormos as batatas a geada, ellas se tornão molles e doces; perdem de todo a propriedade de vegetar; e estão por conseguinte reduzidas ao estado de materia vegetal morta. A pezar disto o amido que destas ultimas se extrahe hé perfeitamente analogo ao das batatas frescas. Assim não duvidamos que este se poderia converter em

assucar pelo processo usual; ainda que não temos tido oportunidade de fazer a experiencia. Nasse assenta que as ideas de Fourcroy sobre a fermentação sacarina, são erroneas; e que não ha fermentação alguma durante o processo em que a materia mucilaginosa hé convertida em assucar.

Porem as mais completas e curiosas experiencias que sobre este assumpto se haõ feito são por certo as de Saussure, que andaõ insertas em o No. XXXVI. dos Annaes de Philosophia. Elle ahi mostra, que durante o processo em que o amido hé transformado em assucar não há exhalção de productos gazosos;—que o acido sulphurico não diminue em quantidade;—o que o pezo do assucar que se obtem hé maior do que o do amido donde este fora extrahido: donde infere elle, que o assucar hé meramente uma combinação do amido com agua, e que o unico uso para que serve o acido hé effectuar a solução do amido, que só neste estado se póde combinar com a agua.

Nasse tem descripto as differentes propriedades que distinguem o assucar ordinario do assucar do amido. Este ultimo tem a forma de cristaes esfericos semelhantes aos do mel: não hé tão duro como o assucar commum: não hé tão soluvel em agua. A sua virtude adocicante, segundo as experiencias de Kirchloffs hé comparada com a do assucar da cana, como 1 para 2 e meio: digerido em uma solução de carbonato de cal há um precipitado de materia mucilaginosa; o qual ainda se obtem em maior abundancia se misturarmos muriato de estanho com a solução do assucar de amido: dissolvido em agua fermenta por si mesmo, não se lhe acrescentando corpo algm que promova a fermentação; o que não acontece com o assucar commum.

Extractiva.—Theodoro Von Grotthus publicou ultimamente no Jornal de Schweigger Vol. XIII. pag. 117 uma mui longa Memoria em que relata varias experiencias chimicas e galvanicas que fizera com um consideravel numero de substancias vegetaes. Sernoshia impossivel dar aqui um resumo deste Papel sem entrar em individuaçoens incompativeis com a natureza desta descripção geral dos progressos das sciencias: em summa porem podemos dizer, que o

objecto principal da Memoria hé mostrar que a substancia vegetal denominada pelos Alemaens *materia saponacea* (seifenstoff) não hé o mesmo que extractiva como Fourcroy e Schrande haõ querido mostrar. Grotthus propoem o seguinte processo para se obter a materia saponacea em estado puro, qual hé:—ferver juntamente a planta saponaria officinalis e a cal em uma sufficiente porção d'agua; filtrar o liquido; precipitar a cal por meio do acido phosphorico; filtrar e evaporar o liquido até ficar secco; e o residuo desta evaporação hé a materia saponacea.

Quina.—Umas das primeiras experiencias, que se fizeraõ com as diversas especies de quina, devemos nós ao illustre Vauquelin, o qual foi, se não nos enganamos, o primeiro individuo que distinguio um dos componentes desta substancia pelo nome de *Cinchonino*. O Dor. Bernardino Antonio Gomes mandou publicar uma nova serie de experiencias sobre este mesmo assumpto no Edinburgh Medical & Surgical Journal de 1811; onde annunciou a descoberta de uma nova especie de cinchonino. Para verificar esta descoberta o Dor. Van Smissien fez varios experimentos no laboratorio do Professor Pfaff de Kiel, dirigindo-o, e auxiliando-o este mesmo professor. São estas experiencias o assumpto da dissertação inaugural do Dor. Van Smissien publicada em Keil no anno de 1813. Passaremos a dar um resumo dos resultados que se obtiveraõ.

Desasseis onças da melhor quina foraõ digeridas por espaço de tres dias em 48 onças de alcohol da gravidade especifica de 0.819, e durante este periodo sacudio-se esta mistura por varias vezes. Este alcohol tirou-se fora; e outras quarenta e oita onças do mesmo liquido foraõ lançadas na quina, e ahí deixadas permanecer por dois dias. O Pó da quina foi por meio deste processo exaurido da sua materia soluvel, por maneira tal, que quatro libras d'agua que com elle se misturáraõ a penas formáraõ uma solução cor de opala e destituída de sabor. Distillou-se então a tinctura alcoholica em uma retorta, até ficar reduzida á consistencia de um xarope, no qual se lançáraõ 36 onças d'agua distillada, e então se observou haver um precipitado algum tanto pardo, o qual depois de bem

lavado no coador tornou-se branco ; porem ficou mais escuro sendo posto a secar : pezou elle meia onça e quarente grãos. A solução aquosa depois de filtrada tinha a cor de um pardo escuro avermelhado, um gosto mui amargo e adstringente ; porem não era azeda, apesar de fazer vermelha a infusão de litmus. Misturada com uma solução de carbonato de potassa puro produzio um precipitado de um claro cor de roza, o qual pezou duas oitavas e 45 grãos. O liquido ficou então com uma cor mais escura e foi saturado com acido sulphurico, lançando um mui copioso precipitado de uma cor parda avermelhada, que só pezava dezoito grãos, que era insolúvel em alcohol, mas que com facilidade se dissolveo em agua. Esta solução misturada com sulphato de ferro, adquirio uma cor verde azeitonada, e lançou um pequeno precipitado. Tanto a infusão de galhas como o tartaro emetico produzirão igualmente algum precipitado ; tal resultado porem não se obteve, quando foi misturada com a solução de Ichthyocolla.— O primeiro destes precipitados, isto hé, aquelle que se obteve quando se misturou a tinctura alcoholica com agua, hé a substancia que o Dor. Gomes suppoem ser uma nova especie de cinchonino, o com ella se fizeram as subsequentes experiencias :—Tres oitavas e 40 grãos foram dissolvidas em alcohol da gravidade especifica de 0.820 ; a solução deixou-se evaporar mui vagarosamente : parte da substancia foi precipitada na forma de um pó pardo avermelhado ; e a outra porção cobrio os lados do vaso de laminas delgadas e transparentes : as quaes exportas a luz, parecião ser uma colleção de cristaes da figura de agulhas : tinhaõ alem disso as propriedades seguintes—dissolviaõ-se facilmente em alcohol : agua fervendo dissolveo uma sexta parte do seu peso : potassa os dissolveo com celeridade ; porem lançando-so na solução de acido sulphurico, foram precipitadas sem soffrerem alteração alguma : foram dissolvidas por acido sulphurico concentrado, e precipitadas por carbonato de potassa com uma cor algum tanto mais escura : eraõ insolúveis em ether sulphurico : lançadas em uma braza de carvão, exhaláram um cheiro aromatico, e arderão com uma chama de cor clara : a sua solução alcoholica não produzio a menor alteração em tinctura de galhas ; alterou, mui pouco a

solução de Ichthyocolla, porem com o sulphato de ferro adquirio, uma cor verde, e houve algum precipitado: o muriato de estanho não occasionou mudança; misturada com chlorine produzio um precipitado amarello. Em virtude destas propriedades hé Pfaff de opiniaõ que a precedente substancia hé uma especie de resina particular da quina. O Dor. Van Smissien fez ao mesmo tempo diversas experiencias com o intuito de verificar se a infusão de galhas, o tartaro emetico e gelatina eraõ precipitados só por um ou por diversos componentes da quina; e obteve os seguintes resultados:—

A substancia, que precipita juntamente o tartaro emetico, a infusão de galhas e gelatina, hé soluvel tanto em agua como em alcohol; e tem as propriedades daquelles corpos vegetaes denominados *materias saponaceas*.

A substancia, que precipita a infusão de galhas e tartaro emetico parece existir em todas as especies de quina; porem tem differentes propriedades em cada uma das especies.

A substancia que precipita a infusão de galhas hé aquella em que reside o gosto amargo da quina; e apezar disto combinando-se com a infusão de galhas não possue sabor algum amargo.

A substancia que precipita gelatina hé totalmente diversa do sobre mencionado componente; e parece ser uma especie do tannino que misturado com o ferro produz uma precipitado verde.

Polen das Tulipas.—O Professor John, um dos mais activos e indefessos chimicos da Alemanha que já há publicado varios volumes de analizes de substancias vegetaes e animaes, tem entre outras coizas dedicado os seos trabalhos ao polen dos vegetaes. Achou elle que o polen sempre contem uma substancia particular, que até agora se tem considerado ser albumen; elle porem tem achado sér differente; e a denomina *polenin*. Ella forma com o acido nitrico uma substancia de um sabor amargo: hé insoluel em alcohol, ether, agua, oleo de terebentina, naphta, e alcalis; distillada ministra ammonia e um acido liquido. O polenin de differentes plantas varia algum tanto em suas propriedades.

O Professor John tambem achou que a cera, tanto a extrahida dos vegetaes como a das colmeas, consta de dois componentes, o primeiro que hé insolúvel em alcohol, elle chama *cerin*, e o segundo que hé insolúvel nesse liquido, denomina *myricin*. Eis aqui o modo como analizou o polen das tulipas.

Degerio o polen em uma porção de alcohol sufficiente para dissolver tudo quanto era soluvel; e o residuo foi um po verde azulado. Era este po o polenin, que em lugar de ter a sua cor natural que hé a amarella, tinha então a sobredita cor, em razão de um pigmento azul que existia no polen. A solução alcoholica depois defiltrada tinha uma cor de violeta azulada, e deitou gradualmente um precipitado que era *cerin*: tirou-se o *cerin*, e evaporou-se o liquido, e se obteve então uma materia extractiva soluvel tanto em alcohol como em agua. A solução aquosa desta ultima substancia tinha as seguintes propriedades. Produzio com o acetito de chumbo um precipitado verde; com agua de cal o mesmo; com muriato de barytes nenhuma mudança; e com o muriato de mercurio um precipitado de cor de violeta azulada. Os acidos fizeraõ a solução vermelha, e o nitrato de prata produzio uma cor de carmin. Quando esta substancia foi seccada, dissolvida em agua de cal, e separada por meio de evaporação; ficou no liquido um pouco de malato de cal; tirando-se a cal por meio do acido sulphurico e o malato de cal por meio do alcohol, ficou restando uma substancia de gosto adocicado que se não cristallizou.

O polen, sendo queimado, deixou uma cinza que continha potassa, magnesia e cal. Assim os componentes do polen das tulipas são os seguintes: Polenin—Uma materia sacarina não cristalizavel—Mui pouco *cerin*.—Um pigmento de cor de violeta azulada soluvel em agua e alcohol—Malatos de potassa, cal, e magnesia, com superabundancia d'acido. Mui pequenas porções de outros saes—Albumen.

Theodoro Von Grotthus tambem publicou uma analize do polen das tulipas no Jornal Schweigger, vol. XI. pag. 281. Elle não parece estar inteirado dos trabalhos do Dor. John sobre este mesmo assumpto; nem obteve todos ingredientes mencionados por este

ultimo chimico. Seguudo a analize de Grotthus 26
graos de polen de tulipas constaõ dos seguintes com-
ponentes :

	Graos.
Albumem vegetal fibroso - - - - -	9
Albumem vegetal secco - - - - -	7
Albumem vegetal soluvel - - - - -	4½
Malato da cal com algum malato de magnesia	3½
Acido Malico - - - - -	1
Malato de ammonia	} - - - - - 1¼
Nitro - - - - -	
Fibrina - - - - -	
	<hr/> 26¼

As duas pimeiras substancias na precedente lista
correspondem provavelmente as polenin do Dor. John.

Alcornoque.—Uma nova substancia medicinal foi
ultimamente transportada de Martinica para a Ale-
manha. Hé a raiz de uma planta desconhecida a que
os Indios daõ o nome de alcornoque. O Dor. Rein
de Leipsic fez della uma analize chimica, e achou os
componentes seguintes :

Goma - - - - -	0.105
Materia saponacea - - - - -	0.102
Resina - - - - -	0.054
Materia volatil - - - - -	0.136
Fibrina - - - - -	0.603
	<hr/>
Mui pouco acido tartarico	1.000
	<hr/>

Succo da Videira.—O Dor. Prout publicou no
quinto volume dos Annaes de Philosophia uma analize
deste succo. A sua cor era esbranquiçada, tinha um
gosto adocicado, e a sua gravidade especifica era semil-
hante a da agua. Alcalis o fizeraõ vermelho e pro-
duziraõ um precipitado floculento, que foi de novo dis-
solvido por acido acetico. Oxalato de ammonia
causou um precipitado branco, do qual se evaporaraõ
460 graos e o residuo que restou foi simplesmente um
quinto de um graõ; parte deste residuo era carbonato
de cal; e a outra parte constava de uma materia vegetal
particular, mui pequenas porçoens de acido carbonico,

de acido acetico, e de um alcali que provavelmente era potassa.

O succo da *ribes grossularia* ou uva espim foi analizado pelo Dor. John, e ministrou-lhe os ingredientes seguintes:

Muita agua; assucar não cristallizavel; superextrato de potassa; supermalato de potassa; um pouco de resina; prunin ou cerasin; uma especie de goma insoluvél; um sal com a base de magnesia; mui pequenas porções de phosphato de cal, e magnesia; mui pouco muriato de cal; um pouco de phosphato de ferro; ammonia, combinada provavelmente com os acidos citrico e malico; febrina.

Trezentas partes de angelica Archangelica analizadas renderão ao mesmo chimico os resultados subsequentes: Um oleo mui volatil, e destituído de cor.

Goma	- - - - -	100.5
Mulin	- - - - -	12
Extractiva amarga	- - - - -	37.5
Resina de um sabor picante	- - - - -	20
Uma substancia particular soluvel somente em potassa	- - - - -	22
Fibras ligneas	- - - - -	90
Agua e perda	- - - - -	18
		<hr/> 300 <hr/>

Os componentes terreos foraõ phosphato de cal; phosphato de ferro; phosphato de magnesia; e silica.

O succo do dente de leão ou leontodon taraxicum foi igualmente analizado pelo precedente chimico, o qual achou os seus componentes serem:—agua; caoutchouc;—extractiva amarga; uma substancia doce; um pouco de resina; um pouco de goma; um acido; muriato, phosphato, e sulphato de cal, e um alcali.

O succo lacteo da figueira foi tambem analizado e produzio;—caoutchouc; resina soluvel semente em alcohol fervendo; mui pequena porção de extractiva soluvel em agua; saes.

O succo lacteo que emana da arvore platano (*platinus occidentalis*) rendeo em uma analize feita pelo mesmo chimico os ingredientes seguintes:—agua; resina soluvel somente em alcohol fervendo; caoutchouc;

uma mui pequena quantidade de substancia gumosa ;
acido phosphorico ; saes.

(Continuar-se-ha.)

P O L I T I C A .

REINO DO BRAZIL.

*Officio do Cap. General de Pernambuco agradecendo ao
P. R. a denominação de Reyno do Brazil.*

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor ;—No dia 30 de Março chegou a este porto a Sumaca Estrella, pela qual recebi o aviso regio, que V. E. me expedio em 29 de Dezembro do anno passado, com a carta de lei de 16 do mesmo mez e anno, monumento eterno do amor de S. A. R. para com os seus vassallos, e da sabedoria, que preside aos seus Conselhos.

A illuminação desta villa, e cidade de Olinda ; salvas de artilheria, fortalezas e embarcações em bandeiradas, são as demonstraçoens, que estamos dando do nosso prazer, e contentamento ; e no terceiro dia havemos do render a Deos as devidas graças ; e pedir-lhe, que abençoe e faça indissoluvel a uniaõ dos tres Reinos, e que elles sejam longos annos governados por um Soberano tão sabio e justo.

Os meus votos, como bom patriota, e como encarregado da felicidade dos habitantes de Pernambuco, são votos de antigo Portuguez, e os mesmes, que faria o descobridor do Brazil, se hoje vivesse ; mas não podendo ir consagralos aos reaes pés de S. A. R., com o mais profundo respeito e acatamento peço a V. E. queira beijar por mim, e pelos fieis Pernambucanos, a real mão do mesmo augusto Senhor por tão alto beneficio.

Deos guarde a V. E. muitos annos.—Recife de Pernambuco, em 2 do Abril de 1816.

CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTE-NEGRO.

Ill^{mo} e Ex^{mo} Senhor Marquez de Aguiar.

Havendo o Senado da Camara da cidade da Bahia enviado dous dos seus actuaes veriadores, Manoel José de Araujo Borges, e Pedro Bettamio, para virem aos pés do throno render os seus (nunca sobejos) agradecimentos, pela munificencia sem par, com que S. M. exaltou o Brazil ao predicamento de Reyno: o mesmo Senhor dignou-se aprazar o dia 9 do corrente para dar audiencia aos referidos veriadores; o primeiro do quaes se expressou na augusta presenca de S. M. da maneira seguinte:

Senhor;—O Senado da Camara da Bahia, por si, e em nome dos habitantes daquella cidade nos envia aos augustos pes de V. M., para que penetrados do maior acatamento e da mais viva gratidaõ tenhamos a honra de beijar a munificente mãõ que elevou o Brazil a pre-eminencia de Reino.

O sublime throno de V. M. está solidamente firmado nos coraçoens agradecidos daquelles fieis vassallos: e elles pedem ao ceo que conserve a preciosa vida de V. M. em quanto durar o seo profundo reconhecimento (que sera eterno) por taõ altas e generosas mercês.

Permitta-nos V. M. que ponhamos aos regios pes o officio do Senado.

E S. M. com benignidade verdadeiramente paternal lhes tornou “ Aceito e aprecio muito as demonstraçoens de agradecimento, e de fidelidade de taõ fieis vassallos.”

Officio do Senado da Bahia.

Senhor;—Na gloriosa regeneraçãõ, que V. A. R. pelo beneficentissimo diploma de 16 de Dezembro de 1815 houve por bem fazer do Brazil, a Bahia, Senhor, muito singularmente por suas felices circumstancias assas reconhece os preciosos fructos e incomparaveis vantagens que V. A. R. com a sua paternal mãõ taõ benignamente lhe reparte.

Por isso o Senado da Camara desta cidade da Bahia, assim que recebeo taõ feliz noticia, immediatamente cõrrêo ao templo, e dêo graças ao Altissimo na solemne funcçaõ, que a esse fim com toda a pompa e possivel magnificencia fez celebrar.

E para levar aos pes do throno de V. A. R. os puros votos do mais eterno reconhecimento por uma tão singular graça; o Senado da Camara nomeou logo dois dos seos actuaes vereadores Manoel Jozé de Araujo Borges e Pedro Bettamio, os quaes, deputados em nome do Senado e do povo da Bahia, possam ter a fortuna de beijar a paternal sagrada mão de V. A. R. pela devida felicidade, e tão alta preeminencia, a que V. A. R. se dignou elevar estes seos vastos dominios da America com tão assignalado diploma.

Rogamos pois aos ceos que tão liberalissimo Principe nos derao, o immortalizem, e nos concedaõ a conservação da preciosa vida de S. A. R. e de toda a Real Familia por longos seculos. Bahia em Camara aos 15 de Março de 1816, e eu Manoel Ezequiel de Almeida a escrevi no impedimento do Escrivão do Senado.—Presidente, Antonio Jourdan.—Vereadores —Manoel Jozé de Araujo Borges, Manoel Jozé Freire de Carvalho e Pedro Bettamio.—Procurador—Thome Affonso de Moura.

Falla do Enviado da Camara da Cidade de S. Paulo a Sua Magestade El Rey Nosso Senhor.

Senhor;—Enviados pela Camara da cidade de S. Paulo nós temos a honra de fazer presentes a augusta pessoa de V. M. os sentimentos de amor e reconhecimento, de que se achão penetrados os habitantes daquella cidade pela deliberação que V. M. acaba de tomar, elevando á dignidade e preeminencia de Reino este Estado do Brazil. A carta de ley de 16 de Dezembro de 1815 constitue uma das epocas mais gloriosas da felicilissima Regencia de Vossa Magestade. Testemunhas oculares, nós ousamos affirmar a V. M. que os habitantes da cidade de S. Paulo tem unanimemente reconhecido a importancia do beneficio, que acabaõ, e fieis imitadores dos seos antepassados, que serviram aos augustos predecessores de Vossa Magestade com valor e lealdade em occasioens mui assignaladas na historia do Brazil; elles empregaráõ todas as suas forças para se mostrarem sempre os mesmos

fiéis vassallos de V. M., e assim se farão dignos da honra e preeminencia, a que vem de ser elevada a sua patria.

Resposta de Sua Majestade.

Fazei ver aos povos de S. Paulo que lhes agradeço muito, e reconheço a sua lealdade, e o muito bem que me servem.

Senhor—A Camara da cidade de S. Paulo em seu nome, e como Representante dos habitantes da mesma cidade, ousa dirigir a V. A. R. pelo meio que lhe hé possível, as mais firmes protestações de respeito, de amor, e de reconhecimento, motivadas não so pelos innumeraveis beneficios, que V. A. R. tem derramado sobre esta venturosa Capitania, mas muito especialmente por aquelle com que acaba de rematar a gloria, e a ventura deste Estado do Brazil, elevando-o a dignidade, e cathegoria de Reyno Unido ao de Portugal e Algarves. A carta de ley de 16 de Dezembro de 1815, que constitue o acto desta memoravel uniaõ, fará uma das epocas mais brilhantes nos fastos do Brazil, assim como hé um monumento eterno da grandeza e da gloria, que accompanham as acções todas de V. A. R.

Quando pois o voz geral do povo do Brazil tem feito soar as mais sinceras e affectuosas expressões do seu reconhecimento, não hé justo fiquem em silencio os habitantes desta cidade.

Gratos a Providencia Divina, e fiéis aos seus deveres elles começaram já a manifestar espontaneamente o seu jubilo; porem cumprindo-lhes dirigir ao Ceo fervorosas supplicas pela conservação da preciosa vida de V. A. R. da qual depende essencialmente a felicidade publica, esta Camara implora de V. A. R. a graça de poder solemnizar o Anniversario de um tão assignallado beneficio, com uma festividade celebrada na Cathedral daquella mesma cidade.

Assim se ira transmittindo de geração em geração a mais remota idade, não so a Memoria de um

Principe justo e grande, que tem feito as delicias do seo povo, como tambem este testemunho authenticico da nossa gratidaõ.

Deos guarde e prospere a augusta pessoa de V. A. R. por felices e dilatados annos, como haõ mister os seos fieis vassallos.—S. Paulo, em Camara de 21 de Fevereiro, de 1816.—Joaõ Gomes de Campo, Joaõ Lopes França, Joaõ Gonçalves de Oliveira, Antonio Cardozo Nogueira, Antonio Joze de Britto.

Tendo a Camara da cidade Marianna enviado a esta Corte o Coronel Fernando Luiz Machado de Magalhaes da Governança da mesma cidade para ter a honra de beijar a benefica maõ de Sua Magestade em seo nome e de todos os habitantes da dita cidade pelo grande e importantissimo beneficio que o mesmo augusto Senhor houve por bem conferir-lhe, elevando o Brazil a dignidade de Reyno Unido ao de Portugal e dos Algarves, Sua Magestade se dignou assignar o dia 17 de Abril para dar audiencia a este Deputado; o qual, tendo a honra do ser admittido a ella, dirigio a Sua Magestade a seguinte falla:

Senhor—Como Deputado da Camara da leal cidade Marianna, e em nome da nobreza e povo da mesma cidade e seu termo, tenho a honra de pôr na augusta presença de V. M. os nossos fieis sentimentos de gratidaõ e de reconhecimento pela especial Mercê que V. M. se dignou fazer aos seos fieis vassallos, elevando o Brazil a dignidade de Reyno Unido ao de Portugal e Algarves: Mercê esta, que sera sempre indelevel nos nossos coraçoens e de todos os Brasileiros, não so pelos grandes bens e prosperidades, que della nos resultaõ, mas tambem por ser ella um effeito de paternal desvelo, com que V. M. se digna promover a nossa felicidade.

Aceite V. M. estes ingenuos sentimentos do nosso amor, e gratidaõ, que em nome de todos humildemente apresento a V. M. rogando a Deos que para felicidade nossa e de toda a nação dilate o felicissimo Reynado de V. M. por muitos e mui longos annos.

S. M. se dignou benignamente responder.—Estou

bem persuadido dos sentimentos de lealdade e gratidão dos meus povos da cidade de Marianna, que muito apreçoio.

Officio da Camara.

Senhor—Aos Pes de V. A. R. prostrados o Juiz Presidente, Vereadores e Procurador da Camara da leal cidade Marianna, cheios do maior respeito e acatamento, elles por si, e em nome da nobreza e povo da mesma cidade e seu termo, depois de tributarem os mais sinceros puros votos de obediencia, fidelidade e amor a augusta pessoa de V. A. R. em reconhecimento do paternal decreto, e da incomparavel beneficencia, com que V. A. R. tem feito por tantos modos prosperar o Estado do Brazil, felicitando-o ultimamente com a sua elevação a preeminencia e cathegoria de Reyno Unido ao de Portugal e dos Algarves pela sabia e providente carta de ley de 16 de Dezembro do anno proximo passado, vão submissa e affectuosamente agradecer esta tão grande mercê e beneficencia, que já tinham applaudido penetrados da maior gloria e alegria com os publicos festejos que lhes forão possiveis em demonstração de seu jubilo e gratidão.

E porque em razão dos seus cargos não podem elles Juiz, Vereadores e Procurador da Camara cumprir pessoalmente este dever, e conseguir a honra de beijar a augusta e benefica mão de S. A. R. como ardentemente desejam, deputaram para o fazer em seus nomes ao Coronel Fernando Luiz Machado de Magalhaens, da governança desta cidade, e apresentar ao mesmo tempo na presença augusta de V. A. R. todos estes votos de seo reconhecimento, gratidão, e lealdade.

O Ceo felicite por longissimos annos a precisa vida de V. A. R., e de toda a Augusta e Real Familia como havemos mister.—Na leal cidade Marianna, em Camara de 16 de Março de 1815.

Vereador que serve de Juiz de Fora Presidente,
MIGUEL MARTINS CHAVES.

Vereadores, MANOEL IGNACIO VALADAÕ.

JOAQUIM JOZE DA SILVA BRANDAÕ.

Procurador, PEDRO VEDICAL DE BARROS.

Noticias do Exercito Portuguez no Brazil.

(Gazeta do Rio de Janeiro, 22 de Maio.)

Como S. M. se tivesse transferido ao sitio de S. Domingos para o fim de honrar com a sua presença, revistar, e ver manobrar a divisaõ de voluntarios reaes que destacada do exercito de Portugal, se acha aquartelada no referido sitio, quiz o mesmo Senhor por complemento de honra a mesma divisaõ, ficar entre aquelles seos vassallos no faustissimo dia 13 do corrente.

Constando esta Real resoluçaõ, concorreram ali muitos membros do corpo diplomatico e um grande numero de pessoas de nobreza para terem a honra de comprimentar a S. M. pela solemnidade do dia.

Em observancia da ordem do dia que abaixo publicamos, a divisaõ dos voluntarios reaes tendo á sua frente o General Lecor, se havia postado no Campo de D. Helena formando um quadro vasio, em cujo centro se tinham levantado tres barracas.

Ao meio dia El Rey Nosso Senhor, e S. S. A. A. os Senhores Principe D. Pedro e Infante D. Miguel montaram a cavallo accompanhados de um grande numero de officiaes generaes (entre os quaes hia o Excellentissimo Marechal General Marquez de Campo de Maior) e de creados de sua caza, e se dirigiram ao lugar da parada. Seguiram-se em coches a Rainha Nossa Senhora, e as Princezas suas augustas filhas.

S. S. M. M. e S. S. A. A. se apearam de frente das barracas, que lhes estavaõ destinadas; e immediatamente as tropas fizeraõ as continencias; deraõ as descargas do costume, e seguidas de muitos vivas; desfilaram em parada depois na presença d'El Rey, e da sua Augusta Familia; e formando depois quatro columnas cerradas se reuniram á do centro, e na mesma linha marcharam em frente da barraca de S. M. e fizeram alto em distancia conveniente. Entaõ o seu desvelado Chefe o Excellentissimo Marechal General Marquez de Campo Maior mandou o Marechal de Campo o Excellentissimo Marquez de Angeja, que lesse o munificente Decreto que abaixo vai transcripto. Este acto, o unico com que S. M. solemnizou o seo

faustissimo anniversario, tem por isso mesmo muito mais subida valia. Todas as tropas assim o reconheceram; e as fervorosas acclamaçoens em que romperam por exuberancia dos coraçoens, são a mais ostensiva e a menos equívoca prova da sua gratidão.

Ao ver o aceio, a firmeza, a boa ordem, e disciplina em que se achava toda a divisaõ, não era possível desconhecer os bravos de Busaco, de Albuera, Salamanca, Victoria, e Orthez; lugares onde o herdado valor e brio nacional tanto se estremaram.

As tropas estavam cheias de ufania pela honra singular de manobrem na presença do seo Rey em um tal dia, sob o commando do seo Marechal General Marquez de Campo Maior, e dos seos Generaes, Lecor, Pinto, Silveira, Pizarro, e Velez, officiaes de reconhecido denodo, e que tão dignamente se empregão na conservação da disciplina, com os benemeritos commandantes dos corpos e mais officiaes.

Acabada a leitura do sobredito Decreto recolherão-se S. S. M. M. e S. S. A. A. á sua barraca, aonde os grandes do reino, e os creados da caza passaram a occupar os seos respectivos lugares: entãõ S. M. ordenou ao Excellentissimo Conde da Barca, Ministro e Secretario de Estado que estava presente, que fizesse constante ao corpo diplomatico, e a toda a corte, que “S. M. C. por carta do seo proprio punho, em data de 7 de Fevereiro, lhe havia antecipado a noticia de que na corte de Madrid, com a bençaõ do todo poderoso se havia de celebrar naquelle faustissimo dia o seo feliz desposorio com S. A. a Senhora Infanta D. Maria Izabel, e o do Serenissimo Senhor Infante D. Carlos com S. A. a Senhora Infanta D. Maria Francisca.” Isto dicto principiou o cortejo. Esta agradavel noticia foi recebida com a mais viva satisfacção e alegria: e tantos motivos de jubilo reunidos em um só dia fizeram com que elle fosse um dos mais festivos e celebres dias entre nos. Quando hé notorio, que os Portuguezes de ambos os hemisferios tem por timbre um estremoso amor pela sagrada pessoa de seo Soberano e de toda a sua Augusta Familia; quando hé notorio que as duas Augustas Espozas são como as outras Princezas suas irmaãs o objecto de publica adoração sera bem

facil aquilatar a exultação geral ao saber-se de tão bem ajustada uniaõ.

O espectáculo que apresentava o campo de D. Helena no dia 13 do corrente era unico e tocante: o espectador extasiado imaginava ver ali o throno do primeiro Affonso, o altar do Hymeneo, e os memorados campos de Albuera, Victoria, e Orthez; e a simplicidade do ornato ao mesmo tempo que quadrava com a natureza do local, dava realce á magestade do ceremonial.

Durante o cortejo o transporte geral foi interrompido por alguns instantes por S. A. o Príncipe D. Pedro se achar indisposto por algum tempo; mas o prompto restabelecimento de S. A. veio augmentar ainda mais o rigozijo, e o transporte geral.

Ordem do Dia.

Quartel-General da Praia Grande, 12 de Maio de 1816.

S. M. El Rey Meo Senhor, sobre os mui benignos signaes de favor, bondade, e distincção, que se tem servido patentear á divisaõ de Voluntarios Reaes do Principe transferindo para dentro dos acantonamentos della a sua Real residencia, já lizonjeando a dicta divisaõ tão repetidas vezes com a honra de Sua Regia presenca, já passando-lhe revista em pessoa tanto pelo que toca á disciplina militar, e exercicio em campo das tropas que a compoem, como aos seus quarteis, examinando e informando-se pessoalmente nessa occasiaõ de tudo o que poderia concorrer para a commodidade do soldado: dignou-se por ultimo de coroar a honra que este corpo tem recebido na longa residencia de S. M. neste sitio com a regia determinação de passar em os seos acantonamentos o faustissimo dia de amanhã, anniversario do seo nascimento, fazendo aqui a sua corte.

O Marechal General Marquez do Campo Maior ao mesmo tempo que se congratula com a divisaõ por este brilhante testemunho do contentamento de S. M. com as referidas tropas, aprecia como parte do mesmo exercito esta elevada honra, que se lhe confere, e se une a todo o corpo da divisaõ no seo reconhecimento,

e nos agradecimentos, que tributaõ por esta taõ lizonjeira e distincta prova da approvaçaõ de S. M.

As tropas se ajuntaráõ no campo de D. Helena a manhã ao meio dia e ali faraõ a sua grande parada e teraõ o gosto de receber a Real Pessoa de S. M. com as devidas continencias, e de tributar-lhe as suas humildes homenagens.

Assignado pelo Senhor Marechal General Marquez de Campo Maior.—SEBASTIAÕ PINTO DE ARANJO CORREA, Marechal de Campo, Ajudante General.

Decreto.

Querendo dar á divisaõ de Voluntarios Reaes do Principe uma especial demonstraçãõ da minha Real benevolencia, pela boa vontade com que tem vindo servir-me neste meo reino do Brazil, e pela excellente disciplina com que tem executado na minha Augusta presença as manobras em que, debaixo das ordens do seo illustre chefe o Marechal General Marquez de Campo Maior, tem sido exercitada pelos seos respectivos generaes, commandantes de corpos, e mais officiaes; os quaes todos me tem dado em todas as occasioens as mais decididas provas de zelo e lealdade: sou portanto servido, e me praz fazer mercê naõ somente da gratificaçaõ de um vintem por dia aos soldados e musicos da mesma divisaõ, e do que similhantemente deve competir aos officiaes inferiores della, em quanto estiver destacada neste reyno; mas tambem da restituicaõ completa da somma, que se lhes deduzio para a compra de jaquetas de policia, dragonas de franja verde, porteiras, e pinceis: e outro sim hei por bem, que á primitiva denominaçaõ de Voluntarios Reaes do Principe, se substituirá de hoje em diante a preeminente denominaçaõ de Voluntarios Reaes de El Rey. O Marquez de Aguiar, do meo Concelho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho do Gabinete, Encarregado interinamente da Reparticaõ dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra, o tenha entendido e o faça executar.—Dado no Sito de S. Domingos, em 13 de Maio de 1816.—Com a Rubrica de S. M.

Ordem do Dia.

Quartel-General da Praia Grande, 14 de Maio de 1816.

O Marechal-general Marquez de Campo Maior tem muito prazer em significar ao Senhor Tenente-general Carlos Frederico Lecor, commandante da divisaõ de Voluntarios Reaes d'El Rey, aos senhores officiaes, generaes, e commandantes dos corpos, que a compoem; assim como aos officiaes, officiaes inferiores, e soldados delles a satisfacção completa que S. M. expressou com a apparencia militar, arranjo, e disciplina, patenteada pelas tropas em a grande parada, que hontem fizeram na augusta presença da Sua Magestade.

O Marechal-general congratula-se igualmente com as tropas da dicta divisaõ, por motivo dos novos signaes de favor honrosos, e uteis, que S. M. se dignou conferir-lhes, dando-lhes o nome de voluntarios Reaes d'El Rey (com que haõ de ter a honra de denominar-se daqui por diante), um acrescimo de soldo, e ultimamente a importancia da restituicão de descontos consideraveis, que se lhes haviam feito no soldo. Estes testemunhos da approvaçãõ, distincção, e liberalidade do Soberano são taes, que não precisam de amplificaçãõ por palavras, fallam por si mesmos, e haõ de ser apreciados por todos, e dar novo estimulo á lealdade, affeição, e zelo manifestado em todos os tempos pela nação Portugueza aos seus Soberanos; e com muita especialidade agora neste ultimo periodo, e de um modo taõ distincto pelo exercito, de que esta divisaõ fez parte, e faz ainda.

O Marechal-general publica nesta ordem, para inteiro conhecimento das tropas, uma copia do decreto, que por ordem immediata de Sua Magestade lêo hontem na sua Real presença, e a frente da divisaõ, o Excellentissimo Senhor Marechal de Campo, Marquez de Angeja. Não sera menos lisongeiro para a divisaõ, nem lhe causará menos contentamento o saber, que as graças concedidas neste decreto foram effeito da Regia lembrança, e emanaram immediatamente da sua Real vontade.

Marquez de Campo Maior, Marechal General.—
SEBASTIAÕ PINTO DE ARAUJO CORREA,
Marechal de Campo, Ajudante General.

ILHA DA MADEIRA.

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

Madeira, 4 de Setembro de 1816.

Para exemplo das mais administrações publicas seja-me permitido mostrar a regularidade com que se administra presentemente os rendimentos da Caza da Misericordia desta Ilha em beneficio dos pobres, como o unico azillo que elles conhecem nas suas enfermidades. Até 2 de Julho de 1815, achava-se esta Caza no mais deploravel estado: sem se saber quaes eraõ seus rendimentos nem sua applicação, por quanto era um segredo, que os provedores nunca quizerão revellar ao publico. Entrando o Dr. Pitta por Medico Subsidiario da Camera, e vendo o tratamento vergonhoso, que se dava aos enfermos, a sordidez e ruina em que se achavaõ as enfermarias pela ignorancia e negligencia dos provedores, e tambem por insignificancia das pessoas encarregadas, tratou logo de recorrer á protecção do Ex^{mo} Snr. General Florencio Joze Correa de Mello para dar as providencias em beneficio do unico estabelecimento de caridade que existe nesta Ilha, que se achava na sua ultima decadencia; ao que S. E. attendeo, prometendo tratatar do regulamento do Hospital, e logo se confirmou com a feliz nomeação do Ex^{mo} Snr. Bispo por Provedor, que sabiamente convocando a todos os Medicos, estabeleceu um plano fiscal para tratamento dos doentes, e no espaço de um anno fez S. E. concertar, pintar, e fornecer de tudo novo as enfermarias, que podem servir de modelo a qualquer Hospital da Europa; levantando por este modo um novo edeficio das suas ultimas ruinas. Para evitar a futura decadencia do Hospital fez S. E. um plano geral para o regulamento da Caza, pelo qual os outros provedores se haõ de dirigir, a fim de que para o futuro não seja eleito algum provedor, igual em conhecimentos aos tres ultimos que governáraõ, que*

* Os leitores devem achar a continuação desta pagina depois de duas mais a deante, a pag. 196: irregularidade, que foi preciso cometer para conservar o seguinte Mapa em duas paginas correspondentes.

MAPA GERAL da RECEITA E DESPEZA do Hospital
FUNCHAL, na Ilha da MADEIRA, no anno de 1815

RECEITA.	Rs.
Importancia de juros	4,982\$146
— de Foros	1,535\$925
— de fazendas	2,426\$839
— de cazas e graneis.....	1,172\$800
— da Botica	3,301\$520
— de laudemios	182\$807
— de Curativo Britannico.....	501\$000
— — dos particulares.....	319\$300
— Renda dos Cabritos	951\$308
— das Esmollas.....	282\$600
— de Farellos	34\$500
— de custas correntes	87\$452
— de custas atrasadas	41\$871
— pizo das Orphãs	24\$000
	<hr/>
	15,844\$068
O balanço em que a casa fica empenhada	6,147\$178

Rs. 21,991\$246

	Rs.
Rendimento em o anno de 1810 para 1811.....	17,171\$029
Abatimento de cabedal para suprir a despeza...	14,679\$694
Rendimento no anno de 1811, para 1812	15,063\$553
Abatimento de cabedal	11,883\$690
Abatimento no anno de 1812 para 1813	18,116\$107
Abatimento de cabedal.....	8,319\$223
Rendimento no anno de 1813 para 1814.....	17,785\$580
Abatimento de cabedal	7,267\$582
Rendimento no anno de 1814 para 1815.....	16,874\$864
Abatimento de cabedal	8,901\$577

Funchal,
13 de Julho de 1816.

da SANTA CAZA da MIZERICORDIA da Cidade do
para 1816, Sendo Provedor o Ex^{mo} R^{mo} Sr Bispo.

DESPEZA.	Rs.
Carne 601, arrobas, 10 arrateis.....	2,731\$865
Pam 2206, ditas	1,850\$785
Galinhas 989	516\$810
Arros 148½ ditas	281\$256
Azeite 28 almudes	225\$203
Lenha	273\$300
Vinagre e sal	54\$600
Vinho	319\$535
Assucar, Manteiga Giestá Leite e outras	127\$880
Incuraveis	1,195\$345
Obras e concertos	4,040\$230
Ordenados	3,331\$609
Botica	3,231\$750
Enfermarias da Caza em Roupa e Camas novas	1,310\$818
Enfermaria militar.....	59\$600
Legados e pençoens	433\$063
Propinas e vestearia	239\$728
Despeza com as Orphãs	396\$200
Igreja e sachristia	336\$275
Gastos Geraes	542\$888
Cauzas Civeis.....	337\$756
Gastos do Escriptorio	11\$400
Cambios de letras	143\$350
<hr/>	
Rs. 21,991\$246	
<hr/>	

Para fazer ver o quanto a presente administração; dirigida pelo Ex^{mo} e R^{mo} Sr Bispo foi em grande beneficio dos pobres, vou mostrar as excessivas despesas nos annos anteriores.

	Rs.
Despeza em o anno de 1810 para 1811	31,850\$723
————— 1811 — 1812	26,947\$243
————— 1812 — 1813	26,435\$335
————— 1813 — 1814	25,053\$162
————— 1814 — 1815	25,776\$441

N.B. As obras, e concertos que se fizeraõ nos annos de 1810, até 1814 para 1815 e suas despesas foraõ as seguintes:

	Rs.
1810 para 1811.....	1,340\$961
1811 — 1812.....	636\$110
1812 — 1813.....	387\$005
1813 — 1814.....	66\$100
1814 — 1815.....	262\$800

destrua o trabalho, e incomparavel zelo que S. E. tem tido em beneficio dos pobres. Espera-se pela confirmação regia. deste regulamento, sendo este o unico meio de se conservar sem ruina ou sonegação vergonhoza a propriedade dos pobres. Alem da ignorancia de alguns provedores, uma das cauzas que tem concorrido para arruinar a caza tem sido o seu antiquissimo compromisso, que manda annualmente eleger um provedor, (*sendo eleito quaze sempre um dos do archivo dos nobres, doente, e de vida sedentaria*) quando este muitas vezes finaliza o seu anno com os mesmos conhecimentos com que ali entrou, sem saber no fim a que ali foi, ou como foi, excepto o recordar-se que appareceu no dia da posse, ou em outro em que lhe foi percizo fazer mal a alguem, ou dar dinheiro a juro a algum áfilhado de sua Caza. Com esta infeliz administração não admira que tenha a Caza ficado empenhada todos os annos, e o publico sem nunca ter o gosto de saber como se gastáraõ os rendimentos, que seus antepassados deixáraõ á Misericordia para sustento dos pobres. Até que finalmente se descobrio o segredo com a administração do Ex^{mo} Snr. Bispo que tem mostrado ao publico como se tem aplicado os rendimentos da Caza, desde que S. E. ali entrou, por um Mapa geral de Receita e Despeza, o qual remeto a V. M^{ces} para exemplo do inviolavel segredo, que existe nas outras administrações publicas para que o povo dá o seu dinheiro sem nunca saber como se gastou—Rogo a Vm^{ces} hajaõ de publicar esta no seu Jornal, o que muito obrigará este seu V^{os} M^{to} obr^o

OBSERVADOR FUNCHALENSE.

Pastoral.

Dom F. Joaquim de Menezes e Athayde, da Ordem de Santo Agostinho, por Mercé de Deos, e da Santa Sé Apostolica, Bispo de Meliapor, do Conselho de S. A. R., o Principe Regente Nosso Senhor, Seu Pregador e Vigario Apostolico do Bispado do Funchal, Ilha da Madeira, Porto Santo, e Arguim. A todos o Diocesanos do Bispado do Funchal, Saude e Paz em o Senhor. O Ministerio Apostolico, que recebemos de Deos, sem merecimentos nossos, não só nós consti-

tuio Pai no meio de vos, mas tambem nós Constituiu Juiz vingador do Crime. Nos mais nos gloriamos premiando o merecimento, do que punindo os excessos criminosos; e quando as culpas exigem uma demonstração sévêra, o nosso espirito soffre por extremo, e não podemos occultar a violencia com que exercemos a parte dolorosa do nosso ministerio. Persuadidos da fragilidade da natureza humana, nos não somos aturados com o estrondo das culpas, e dos pecados. A malicia, que forma habito no Coração do culpado, he a que chama nossa admiração, e desafia uma colera santa para a imposição da pena. Culpas que nascem, e morrem no coração do homem, são remediadas com aquella dor, que se protesta no Tribunal da Penitencia: e os crimes que scandalizaõ os homens pela sua publicidade, são objecto da punição publica, que se não impõe sem processo. Preterir esta forma de julgar hé offender o direito escripto no coração de todos, e contradizer as leis, que regem as sociedades do Mundo. Quando fomos ungidos á face dos altares, foi para fazer observar a lei, e não para destruil-la; e chamar-nos a um acto, que a irregularidade torna monstruoso, hé querer autorizar um crime por quem o deve castigar. Nos umas vezes temos sido inquietados com cartas fechadas, e sem nome, denunciando pessoas de todas as ordens, e até por crimes, cuja punição não hé da nossa competencia. Outras vezes verbalmente se nos denunciaõ estas, e aquellas culpas com o pretexto de zelo e piedade: e quando procedemos a uma averiguação sobre as pessoas denunciadas, encontramos o monstro da intriga, e a serpente da impostura espargindo o mortal veneno sobre aquelles individuos, que pertendem desacreditar por aquelles meios: Mais de uma vez descobrimos uma pessoa virtuosa, que a denuncia embrulhava no vicio, e no escandalo: e com bastante horror do nosso espirito conhecêmos, que não se duvidava firmar com juramento a falcidade da denuncia, e o dolo da accusação. Em poucos momentos viamos uma familia em perturbação, um ecclesiastico em deshonra, e um cidadão em desasocego: porque ainda que as informagoens procedessem no maior segredo o falso delator sempre á lerta, era o primeiro a publicar o progresso da denuncia, como fruto da sua malicia.

Este modo de accusar, sendo contrario á lei de Deos, e á lei dos homens, nem deve ser apoiado, nem tão pouco admittido. Denuncias sem nome do seu autor são libellos infamatorios, inventados por uma malicia infernal, para arrancar a caridade do proximo, e plantar o odio entre os irmãos. Por tanto nos declaramos, que denuncias, sem serem assignadas com as formalidades necessarias, não serão tidas por nos em consideração alguma: e mandamos, que em nossos auditorios senão proceda contra as pessoas denunciadas por aquella maneira, nem se tome conhecimento de que-rellas, ou accusações alem da forma ordenada nas leis do reino, e constituções deste Bispado. E quando seja necessario proceder correccionalmente como pai, hé indispensavel, que em carta fechada, e assignada pelo delator, se accuze o culpado, para nos informarmos de suas culpas. Esta será publicada nas igrejas deste bispado á missa conventual do primeiro dia festivo, e depois de registada nos livros de semelhantes, será afixada nos lugares do costume. Dada no Funchal sob nosso signal, e sello de nossas armas, em o primeiro de Julho de 1816.

MANOEL JOAQUIM MONTEIRO CABRAL, Escrivão da Camara a escrevy.—Joaquim Bispo.—Lugar do Sello.

Pastoral porque vossa Ex^a R. há por bem declarar, que as denuncias sem serem assignadas com as formalidades necessarias, não serão tidas em consideração alguma, e manda, que nos auditorios do juízo ecclesiastico, senão proceda contra as pessoas denunciadas, por aquella maneira, tudo na forma assima declarada.—Para Vossa Ex^a ver.

R U S S I A.

Liberdade da Imprensa.

S. Petersbourgo.—O *Northern Post*,* nas suas re-

* O *Northern Post*, ou o *Novo Jornal de Petersburgo*, principiou em 1809 debaixo da direcção do Ministro do Interior, que o publica duas vezes na semana. Hé escripto em lingua Russiana.

flexoens a cerca da questão agora geralmente discutida, se deve admitir-se ou não a *Liberdade da Imprensa*, distingue tres partidos. Um delles afirma, que a liberdade da Imprensa hé o escudo da liberdade nacional, a segurança dos cidadãos, e a força dos governos: Outro sustenta, que a liberdade da imprensa hé peor que a peste: o outro finalmente assevera que a liberdade da imprensa tem sua utilidade, porem sempre debaixo da restricção de uma *ligeira censura*. Quanto á esta ultima opinião, diz o *Northern Post*, ella ja foi decidida por Figaro quando disse: "Se nos meos escriptos eu não fallar de religião, nem de politica, nem moral, e se não disser uma so palavra nem contra os empregados publicos, ou ricos e poderosas corporações, e até nem contra a Opera ou qualquer representação; e em summa, se eu me calar á cerca de todas as couzas e pessoas; então terei de certo licença para escrever *livremente*, com tanto que sempre sujeite a minha opinião a superintendencia de dois ou tres discretos censores. E para me aproveitar em fim desta excellente liberdade tenho determinado publicar uma obra periodica, a que darei o título de *Inutilissimo Jornal*."

No que toca a liberdade da imprensa em geral cita o *Northern Post* o exemplo de Inglaterra, aonde esta liberdade se goza o mais extensamente que hé possível, ao mesmo passo que não há paiz algum no mundo aonde os cidadãos gozem de maior segurança, aonde as leis sejam tão exactamente executadas, e aonde o governo seja tão forte e esteja tão firme: alem disto, hé igualmente sabido, que não há paiz no mundo em que a cauza da religião e da moral seja tão efficazmente promovida tanto pelos missionarios como pelas Sociedades Biblicas. Os paizes em que há rigorosa censura são aquelles exactamente em que os escriptos dos sophistas fazem maior mal a religião e a moral. Inglaterra hé o paiz em que mais se censurão os erros de economia politica, e os principios fundamentaes do governo relativos ao commercio e manufacturas; mas esta censura tão longe está de ser prejudicial, que até antes serve para desorientar os rivaes de Inglaterra.—(*Morning Chronicle*, 6 de Novembro, 1816.)

REINO DE WURTEMBERG.

“ Guilherme, pela graça de Deos, Rey de Wurtemberg :—

“ Meos muito amados,—Aprove á Divina Providencia o chamar desta vida para si a S. M. o Augusto Rey Frederico, nosso querido Pai, hoje as duas horas da manham.

“ Agora pois que em conformidade com o direito de primogenitura, estabelecido em a nossa familia Real, o governo se tem devolvido para nós, e de facto já temos entrado nelle, nós vamos fazer-vos esta participação, e confiamos tudo da fidelidade e obediencia dos nossos officiaes da Coroa, assim como dos nossos subditos ecclesiasticos e civis, em todas as couzas que dizem respeito ao serviço publico.

“ O bem e felicidade dos vassallos, que nos estão confiados, serão o unico objecto de nossos cuidados ; e o primeiro de todos elles será preencher este fim por meio de uma *Constituição*, apropriada ao espirito dos tempos, e as necessidades do povo, e que faça a sua prosperidade.

“ Ao mesmo tempo que tomâmos sobre nós esta sagrada obrigação, tambem certificâmos já todos os nossos vassallos, que podem contar com todo o nosso Real favor e protecção.

“ (Assignado)

GUILHERME.

“ Dada em Stuttgard, aos 30 de Outubro, 1816.”

P R U S S I A.

Constituição Prussiana.

Berlin, Outubro—O nosso grande ponto politico, e na verdade o mais importante, e o unico que actual-

mente interessa á todos os patriotas Prussíanos, isto hé, a obra de uma constituição representativa, está a ponto de agora dar um grande passo para diante. Desde a epocha da Real promessa, feita no Edicto de 22 de Maio, 1815, o governo se tem occupado muito com a idea da execução desta obra, em virtude da qual a Prussia unirá com mais nobres e fortes laços a variedade de seos ingredientes, e se erguerá até o mais elevado graão de felicidade e de fama. As deliberações do governo a este respeito não podiaõ por sua natureza ser divulgadas ao publico, e os resultados particulares também não podiaõ revelar-se sem passar algum tempo.

Nos paizes estrangeiros, aonde se tem exagerado a necessidade e os dezejos da constituição Prussiana, não tem havido um conhecimento cabal deste negocio depois do Edicto de 22 de Maio; e por isso sobre elle se tem excitado muitas duvidas. Circunstancias mui serias, que bem podem ser imaginadas pelos homens de juizo, tem produzido demoras, que pareciaõ não deverem occorrer; e sem ellas esta obra já estaria muito mais adiantada. Mas os prudentes Prussianos, cuja actividade impaciente sempre hé moderada pela grande confiança que tem no seo governo, nunca até agora duvidaram nem das intenções deste, nem dos progressos de uma obra, que segundo as palavras do Edicto já mencionado, deve conciderar-se tanto como uma garantia da Real confiança, como uma dadiwa que se vai deixar a posteridade dos principios da liberdade civil, e de uma justa administração. Já pois está perto o periodo em que uma Commissão vai começar os seos trabalhos sobre a Charta Constitucional, obra, que nenhum Prussiano, a pezar de todos os preparativos que para ella se tem feito em segredo, quereria ver concluida sem precederem mui sérias deliberações. Um dos mais habéis e mais experimentados homens de Estado da Prussia está nomeado para Presidente da Commissão, e já estão prontas para nella serem apresentadas muitas e diversas reflexões feitas por individuos de grandes talentos: quanto até agora sobre este assumpto se tem publicado hé quazi nada, ou quando muito um fraca demonstra-

gaõ do que ainda se pode esperar dos talentos, conhecimentos politicos, e sagacidade dos sabios Prussianos.

FRANKFORT.

A Dieta abrio-se hoje (5 de Novembro) as onze horas, e os Ministros Plenipotenciarios se juntaram no Palacio de Tour e Taxis, aonde rezide a Legação Austriaca, que tem a presidencia da Dieta. O Conde de Buol Schauenstein, Ministro Austriaco, e Ministro da Dieta, fez a abertura com um discurso mui eloquente, ao qual responderam os Ministros da Prussia, Saxonia, Baviera, Hanover, Paizes Baixos, e alguns Grandes Ducados. Depois disto, leram-se os plenos poderes de cada um dos Ministros.

O grande sistema, adoptado pela Austria e Prussia, parece ser o de ganhar tempo, e de não aprovarem medida alguma, relativa á futura constituição da Confederação Germanica, sem uma madura reflexão.

Na quarta conferencia, os Ministros da Dieta tomaram uma resolução que vai ser de grande importancia:—decidiram que o lugar em que rezide a Dieta fosse considerado como um Azillo. E rezultará deste arranjo que todo o individuo que chegar a Franckfort, não poderá ser perseguido, e terá o privilegio de advogar a sua cauza perante a Dieta.

PAIZES BAIXOS.

Rezumo da nova Pauta d'Alfandega, que deve começar no 1 de Dezembro de 1816.

	<i>Importação.</i>	<i>Exportação.</i>
Algodaõ em rama	3 por cento.	2 por cento.
Assucar em bruto	6 stivers.	

	<i>Importação.</i>	<i>Exportação.</i>
Assucar mixturado com refinado	10 florins.	
— refinado.....	10 florins.	
Azeite de peixe	10 florins.	
Barba de Balea	8½ por cento.	
Cha	10 por cento.	

[Todos as regulamentos antigos sobre este artigo continuam.]

Chumbo, em barra 100 lb.....	2 florins.
Cobertores	10 por cento.
Dentes d'elephante, 100 lb.	2 florins.
Do. de balea	8 por cento.

Especiaria:—

Gingibre seco, 100 lb.	6 stivers.
Do. de conserva, do.....	3 florins.
Massa	3 por cento.
Canella de Ceylão, lb.	3 stivers.
Do. China	3 do.
Cassia lignea	3 por cento.
Noz muscada	3 do.
Pimenta, 100 lb.....	3 florins.
Estanho em barra, 100 lb.....	5 stivers.
Do. manufacturado	8 stivers.
Fazendas d'algodão branco, 100 lb.	30 florins.
Chitas pintadas	35 florins.
Feitas de canhamo ou linho cru	2 por cento.
Do. coradas ou pintadas.....	4 por cento.
Do. para pano de colxaõ	12 por cento.
Ganga	3 por cento.
Musselinas	5 por cento.
Ferragem, 100 lb.	8 por cento.
Manteiga, 100 lb.	30 stivers.
Melado, não refinada.....	3 por cento.
Do. refinado, 100 lb.	6 florins.
Obras de torneiro	6 por cento.
Pannos de laã.....	8 por cento.
Queijo de Edam e Gouda, 100 lb.....	5 stivers.
— Cummin.....	2½ stivers.
— Cauter	2½ stivers.
— estrangeiro, 300 lb.	1 florin.
Ruiva de tinctureiros, fina.....	10 stivers.
— mediana, 100 lb.	6 stivers.
— commun	4 stivers.
Sumagre, 800 lb.....	3 stivers.
Tabaco, Virginia, Maryland, e Porto Rico, e Ukrania em rama	2 por cento.

	<i>Importação.</i>
Tabaco Marinos.....	3 por cento.
—— Brazil rolo.....	2½ por cento.
—— Folha não preparada.....	4 por cento.
—— preparada	8 por cento.
Tapetes	10 por cento.
Urzela, 100 lb.	8 stivers.

FRANÇA.

Abertura das Cameras—Falla de El Rey.

Hoje (4 de Novembro) a uma hora da tarde, se derigio El Rey com todo o Cortejo d'Estado á Camera dos Deputados, e estando ali estes, assim como os Pares, vestidos com o traje proprio das suas respectivas Cameras, S. M. sentado no throno fez a falla seguinte:—

“ Senhores;—Na abertura desta sessaõ, hé muito agradavel para mim o poder alegrar-me com vosco pelos beneficios que a Divina Providencia se tem dignado dar ao meo povo e a mim.

“ A tranquillidade hé geral em todo o Reino, e as amigaveis disposicoens dos Soberanos estrangeiros, e a observancia dos Tratados nos affiançaõ toda a paz externa. Se uma louca empreza perturbou por um momento a tranquillidade interna, tambem deo occasiaõ a manifestar-se mais a lealdade da naçaõ e a fidelidade do exercito.

“ A minha felicidade pessoal tem crescido pelo cazamento de um de meos filhos (porque os de meo irmaõ tambem saõ meos) com uma joven Princeza, cujas amaveis qualidades, augmentando as attençoens da minha familia, me prometem uma velhice feliz, e alem disso daraõ á França, como espero, novas seguranças de prosperidade, confirmando a ordem de suc-

cessaõ, a primeira baze desta monarquia, e sem a qual os estados não tem estabelidade.

“ Estes bens, hé verdade, andaõ misturados com algumas penas. A intemperança das estaçoens retardou as colheitas, e o meo povo sofre, e eu soffro ainda mais do que elle; mas tenho a consolação de vos poder informar, que este mal só hé temporario, e que os productos são com effeito sufficientes para o consumo do povo.

“ Grandes mudanças são ainda infelizmente necessarias; e eu ordenarei, que per ante vós se apresente uma fiel expozição das despesas que são indispensaveis, e dos meios de as poder satisfazer. O primeiro de todos hé a *Economia*; e eu já a tenho posto em pratica em todas as administracoens, e espero ainda augmenta-la muito mais. Sempre unidos em sentimentos e intençoens, a minha familia e eu faremos os mesmos sacrificios que já fizemos no anno passado; e quanto ao mais, espero tudo da vossa lealdade e zelo pelo bem do Estado, e pela honra do nome Francez.

“ Eu continuo com mais actividade do que nunca a adiantar as minhas negociacoens com a Santa Sé, e espero que serão felismente terminadas, e restituirão a Igreja de França uma perfeita paz. Porem isto ainda não hé tudo, e creio que estareis persuadidos comigo que devemos, não restaurar o culto divino com todo aquelle esplendor que lhe deo a piedade de nossos pais (porque esta empreza hé já hoje desgraçadamente impossivel), mas ao menos assegurar aos ministros da nossa santa religião uma renda independente, que os ponha em circumstancias de seguir os passos d’aquelle de quem se disse—*que fazia bem por toda a parte que passava.*

“ Assim como por nossas acçoens e sentimentos mostrâmos uma sincera adhesão aos preceitos da religião, tambem a mesma teremos sempre pela Charta, a qual, sem tocar em algum dogma, dá a Fé de nossos páes a preeminencia que lhe hé devida, e ao mesmo tempo affiança na ordem civil uma prudente liberdade a todos, e a cada um em particular affiança a pacifica fruição de seos direitos, de sua condigão, e sua prosperidade. Eu nunca soffrerei que se faça nem o mais

pequeno ataque á lei fundamental; e o meo Decreto de 5 de Setembro já deve sufficientemente ter mostrado que o que digo hé bem verdade.

“ Em fim, Senhores, acabemos com todos os odios, e façâmos com que os filhos da mesma patria, e até não tenho pejo de o dizer, façamos com que os filhos do mesmo páe sejaõ na realidade uma familia de irmaõs; e que de nossos males passados só nos fique a triste porem utilissima lembrança. Taes são minhas intenções, e para as realizar confio tudo da vossa co-operação; e ainda mais particularmente, da vossa franca e cordeal confiança, a unica baze solida de uma união tão necessaria entre os tres ramos da legislatura. Confiai tambem tudo de mim; e persuada-se o meo povo, que a minha firmeza será inalteravel tanto em reprimir os esforços da malevolencia, como em coarctar os impulsos de um demaziado zelo.”

Rezumo do Budget Francez.

Na Sessão da Camera dos Deputados do dia 14 de Novembro, sendo Prezidente M. Pasquier, os Ministros e Conselheiros de Estado, encarregados de apresentarem a lei sobre o Budget, foraõ introduzidos na Camera, e eraõ os seguintes:—Duque de Richelieu, Conde Corvetto, Baraõ de Bouillierie, Visconde Tabarie, Saint Cricq, de Barante, e o Baraõ Dudon.

O Conde Corvetto dirigio-se á Camera, e disse em rezumo o seguinte:—

“ Senhores;—A mais efficaz de todas as instituições hé um bom sistema de finanças; porque hé com o seo auxilio que a auctoridade pode unir a doçura com a força, e obter sacrificios sem constringer as vontades.

“ Nenhum recurso hé tão necessario como este para o socego, e firme acção da auctoridade Soberana. *A origem de todas as nossas desgraças procede da ferida de nossas finanças.*

“ Se quizerdes tomar o trabalho de comparar os resultados dos Budgets de 1814, 1815, e 1816, vereis:—

“ 1. Que o producto destes Budgets	
até o 1º de Agosto passado hé	- Fr. 1,728,827,333
“ 2. Esperâmos receber ainda	- 432,225,281
“ 3. Que os recursos positivos destes	_____
tres annos são	- 2,161,052,614
“ 4. Os pagamentos que se tem	_____
feito são	- 1,753,686,858
“ 5. Os que ainda estão para fazer,	
subtrahindo 41,101,039 de atrasados,	
somão	- 490,416,918

“ 6. Que fazem um total de	- 2,244,103,766

“ Necessitando-se, para suprir esta falta 83,051,151

“ Esta soma deve por consequencia entrar no Budget de 1817.

“ O sistema de nossas finanças deve abranger as seguintes condicoens:—

“ 1. Segurar o fiel pagamento das dividas passadas.

“ 2. Determinar os tributos em proporção compativel com os teres dos que os haõ de pagar.

“ 3. Segurar a confiança dos capitalistas com a certeza da nossa boa fé e palavra, e com a manifestação dos meios que temos para cumpri-la.

“ 4. Dar a todas as propriedades uma completa segurança, sem a qual não há credito.

“ 5. Augmentar os fundos de amortização, e roboralos com uma alienação absoluta de uma parte das propriedades do Estado.

“ Estas condicoens e estes principios formão a baze do Budget, que nós temos a honra de apresentar-vos. As vossas discussoens lhe darão agora o aperfeiçoamento que lhe não poderam dar os seos auctores.

“ O Budget das receitas de 1817 não pode ser tal como foi o de 1816: diversas cauzas concorrem para augmentar as despezas. Elle será por conseguinte de 1,088,294,967 francos, isto hé, 238,680,000 francos mais do que o antecedente.

“ Vai porem grande distancia de 774 milhoens (soma em que taõ somente se calcula a receita ordinaria) para 1,088,294,967 (soma das despezas neces-

sarias); e este intervallo hé preciso supri-lo com o credito."

M. Dudon, Concelheiro de Estado, que lêo o Projecto de Lei, e o apoiou com novas razoes, reduzio os principaes termos do credito aos seguintes:—

1. Annullar a auctoridade, que se concedeo pela lei de 28 de Abril de 1816, de *inscrever* seis milhoens de annuidades.

2. Conceder ao Ministro das Finanças abrir um credito de 30 milhoens de annuidades por meio de empréstimos ou negociações, cujo producto se applique para as despesas.

3. Pôr a disposição do mesmo Ministro 150,000 hectares de bosques nacionaes, com faculdade de alienar as propriedades e superficies, &c.

REINO DE PORTUGAL.

O Provedor, e Deputados da Illustrissima Junta da Administração da Companhia Geral d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro:—

Fazemos saber, que a El Rei Nosso Senhor foi presente em consulta desta Illustrissima Junta, datada em 30 d'Agosto proximo preterito: que a grande quantidade de vinhos existente nos armazens desta cidade hé conhecidamente desproporcionada a extracção do genero, agora mui limitada: que a exportação para Inglaterra, sobre maneira affroxada, não promette melhoramento, em quanto não cessarem nos mercados daquelle reino os leilões, até aqui mui frequentes, de consideraveis partidas de vinho, rematado a preços infimos, e miseraveis; e em quanto não se consumir o deposito de vinhos que lá existe, e se diz ser muito grande: que a maior parte dos portos do Brazil se achão sufficientemente providos, e que por isso são desnecessarias, por ora, novas remessas para aquelles

portos: que o commercio, attenuado, e opprimido com o pezo de um empate enorme, justamente receia que a novidade pendente venha peorar a sua situação; não tanto por se esperar uma colheita abundante, como porque o vinho novo há de necessariamente ser máo, uma vez que a intemperança das estaçoens tolheo as uvas, e as privou da sua perfeita, e necessaria sazonação: que em circumstancias tão criticas, parecia a esta illustrissima Junta, que a importantissima lavoura de vinhos do Douro ficará totalmente arruinada, e arruinado tambem o commercio dos mesmos vinhos, se da novidade pendente se approvar para embarque maior quantidade de vinho do que possa vender-se nos dias da feira pelos preços em que fôr taxado; desterrado assim o *barateio*, sempre prejudicial aos interesses communs da lavoura, e do commercio: que o vinho, que houver de ser approvado, deve ser do mais generoso, e mais superior que a novidade produzir; e que a escolha deste vinho, e a sua approvação deve escrupulosamente fazer-se pela tamboladeira dos provadores qualificadores, por ser este não só o unico meio d'evitar que nas lotaçoens do commercio entre vinho máo, e o descredito de genero nos paizes estrangeiros aonde vai consumir-se; mas tambem o de fazer justiça ao lavrador que se esmerar na perfeita escolha das suas uvas, e no fabrico do seu vinho, e que por isto mesmo tem direito adquirido a uma justa recompensa dos seus cuidados.

E havendo Sua Magestade por bem tomar na sua Real consideração tudo quanto esta illustrissima Junta lhe expôz na sobredita consulta: depois de a authorisar para que no seu Real Nome, e pelo modo que mais adequado lhe parecer haja de annunciar, persuadir, e fazer conhecer aos lavradores que no presente estado de estagnação do commercio, o seu proprio, verdadeiro, e particular interesse, insta mais que nunca pela fiel observancia das leis; foi servido, por portaria de quatorze deste mez, expressar, que esperava que esta illustrissima Junta se haverá neste importantissimo negocio com aquelle zêlo, desvélo, e actividade que se faz indispensavel em um objecto de tanta ponderação, e em que tanto interessa o bem publico, e o particular dos seus fieis vassallos.

Pelo que : segura esta illustrissima Junta á lavoura, e ao commercio que procurará, e lançará mão de todos os meios, que directa, ou indirectamente possaõ concorrer para atalhar a ruina total que ameaça estas duas distinctas, e importantissimas columnas do estado ; e confia alcançar este saudavel fim, realizados que sejaõ os projectos que tem formado. Entretanto, e usando da authoridade que lhe concede Sua Magestade : lembra esta illustrissima Junta a todos os lavradores, que por seu mesmo interesse devem esmerar-se no fabrico de seus vinhos, na certeza de que o unico requisito da bondade delles hé que há de ser attendido, e dar-lhes proveito ; e recommenda áquelles que, por deshonra sua, e em prejuizo da lavoura em geral, estaõ habituados a operaçoens clandestinas, e prohibidas, que se abstenhaõ de semelhantes operaçoens, que até são odiosas a Deos pelo prejuizo que causaõ a terceiro. A escolha da uva ; o fabrico do vinho ; a sua envasilhação ; o seu arrolamento ; a passagem de uva, e de vinho de uma demarcação para outra ; a venda, e a compra de vinho á bica ; o envasilhamento, e encubação de vinho alheio : tudo isto está regulado sabiamente por leis, cujas disposiçoens justissimas nenhum lavrador ignora ; porém para cortar aos mal aconselhados toda a occasião de affectar ignorancia, se bem que a ignorancia de direito nunca aproveita aos delinquentes, passa esta illustrissima Junta a recapitular aqui as disposiçoens das ditas leis, cuja observancia excita em nome de Sua Magestade, e de cuja infracção, por serviço do mesmo Senhor, fervorosamente promoverá o castigo.

Hé prohibido misturar uva preta com branca. Alv. de 30 d'Agosto de 1757, § 3.

Hé prohibido vender, comprar, ou lançar no vinho Baga de Sabugueiro, Caparrosa, Pão campeche, Folhelho d'uva tinta, ou qualquer outro ingrediente. Alv. de 30 d'Agosto de 1757, § 2, 16 de Novembro de 1771, § 2, e 10 d'Abril de 1773, § 2.

Hé prohibido comprar, ou introduzir vinho de Ramo na demarcação do vinho d'embarque. Alv. de 16 de Janeiro de 1768, § 4.

Os transgressores das ditas leis incorrem na pena da perda de todos os vinhos, e todas as vasilhas, que estiverem nas adegas aonde o engano fôr achado ; e além

disso os nobres em dez annos de degredo para o reino d'Angola, os peões em dez annos de serviço de Calceta nas obras públicas desta cidade, e os ecclesiasticos na de exterminio, e desnaturalização como incorregivelmente revoltosos perturbadores do socego público, e do bem commum.

E constando que algum dono de vinho da demarcação d'embarque introduzio vinho de Ramo (ainda que o vinho não se ache) incorre na pena de inhabilidade para mais não vender vinho para fóra do reino. Alv. de 16 de Janeiro de 1768.

Os Carreiros, Almocreves, e outros conductores de vinho de Ramo para a demarcação d'embarque pôdem denunciar em segredo estas conducções, e tem metade das penas em premio da denuncia: mas não se denunciando, e sendo achados em flagrante delicto perdem Bestas, Bois, e Carros. Alv. de 21 de Setembro de 1802, § 4.

A compra de vinhos á bica hé permittida sómente para attesto d'uma só vasilha em cada Adega com tanto; que não exceda d'uma terça parte da vasilha; que o vinho comprado não passe d'uma freguezia para outra; que não se transporte de noite; que de dia mesmo não se transporte pelo Douro; que o vendedor manifeste logo a venda ao commissario do districto; que o comprador seja lavrador, e manifeste a compra no acto do Arrolamento. Resol. de 13 d'Agosto de 1792, e 29 de Novembro de 1804.

A envasilhação de vinho d'embarque em Adegas alheias hé só permittida áquelles lavradores que não tiverem vasilhas proprias para recolher seus vinhos; e hé só permittida nas mesmas freguezias em que o vinho fór produzido. Resol. de 29 de Novembro de 1804; mas o lavrador tem obrigação de declarar ao Commissario da Companhia, no acto do manifesto dessa envasilhação, as vinhas em que o vinho foi produzido, as confrontações dessas vinhas, e o motivo porque fazem a envasilhação. Avisos de 12 de Setembro de 1772, e 22 de Setembro de 1777.

Os lavradores de vinho de Ramo são obrigados a mostrar aos Commissarios da Companhia por authenticas provas, todas as vezes que forem requeridos

verbal, e extrajudicialmente, a sahida que deraõ a seus vinhos. Alv. de 16 de Janeiro de 1768 §. 3.

Naõ póde ser arrolado, nem vendido para embarque vinho algum que se achar em toneis que naõ tenhaõ sido medidos, e marcados na forma estabelecida nos §§. 1., e 2. do Alv. de 21 de Setembro de 1802. E sobre este objecto se observarãõ as providencias estabelecidas no Edital de 15 de Setembro de 1815.

E para que as Ordens d'El-Rei Nosso Senhor, que esta illustrissima Junta acaba de receber, cheguem á noticia do Público : mandamos que os exemplares impressos deste Edital, authorisados com o Sello grande da nossa Companhia, sejaõ affixados nesta cidade, e em todas as villas, e outros lugares do Alto Douro aonde hé costume affixarem-se os semelhantes. Porto em Junta de 23 de Setembro de 1816.

ANTONIO THOMAS D'ALMEIDA E SILVA o sob-screvi.

P. GASPAR CARDOZO DE CARVALHO E FONSECA.

JOSE DE SOUSA E MELLO.

CHRISTOVAÕ GUERNER.

JOAÕ MONTEIRO DE CARVALHO.

JOAÕ NOGUEIRA.

DOMINGOS PEDRO DA SILVA SOUTO E FREITAS.

JOAÕ BAPTISTA D'ARAÚJO CABRAL MONTEZ.

ANTONIO BERNARDO DE BRITO E CUNHA.

Snrs. Redactores.

Lisboa, 15 de Outubro, 1816.

Eis um Documento para muito reflexionar : mas em que espirito ? Certo, Vm. o faraõ interessantemente, e por isso naõ me delibero á ajuntar uma só das muitas ideas que me occorrem a semelhante respeito. Concluo protestando a minha estima para com Vm. de quem sou

Attento Venerador.

PHILOPATRIO.

Decreto.

Humas das cauzas, que muito principalmente me

me obrigou a tomar o governo destes Reinos, hé o grande dezejo que tenho de ver a Justiça restituída a inteira liberdade e auctoridade, que teve em tempo dos Senhores Reys meos predecessores, e particularmente a que teve em tempo d'El Rey meo Senhor e Pay que Deos tem: E por que a cauza de declinar hé por se não guardarem os Regimentos dos Tribunaes, e por se alterarem com *Decretos e Ordens particulares*: Hei por bem declarar e ordenar ao Senado da Camera desta cidade, cumpra e guarde muito inteiramente o seo Regimento e Posturas; e que se a elle baixar algum Decreto meo, que as altere, o não cumpra, sem embargo de quaesquer clauzulas em que for passado; por que minha tenção hé não lhas alterar em coiza alguma, havendo desde logo por nullo tudo o que contra a forma delle dispozer. Nesta conformidade, e com toda a auctoridade e jurisdicção que lhe toca, proceda daqui em de ante.—Em Lisboa, a 26 de Novembro de 1667.—Com a Rubrica de S. Magestade.

INGLATERRA.

(The Times, 7 de Novembro, 1816.)

PORTUGAL—*Documento Politico.*

Havendo-se já expedido as ordens necessarias para auctorizar os Commissarios Portuguezes em Paris a receber os primeiros tres quartos da *quota*, que se estipulou para Portugal nas contribuiçoens impostas a França pelas Potencias que assignaram o Tratado de Paris, parece-nos que o publico folgará de ser informado dos principios em que os Plenipotenciarios Portuguezes fundaram seo direito para reclamar aquella contribuição,—reclamação, que se lhes pertendia disputar, em razão de não haver Portugal entrado em campanha com o seo contingente contra a França, condicção que servio de baze para dividir as contribuiçoens entre as outras Potencias. Estes principios facilmente se poderão conhecer pela seguinte —

NOTA.

Os abaixo-assignados, Plenipotenciarios de S. A. R. o Principe Regente de Portugal e do Brazil, receberam a participacão official que Suas Altezas e Excellencias, os Ministros dos Gabinetes d'Austria, Russia, Gran Bretanha, e Prussia, fizeram a honra de lhes enviar com a data de 19 do corrente. Os abaixo-assignados não podem deixar de aprovar as bases do arranjo que as quatro Potencias, a cima nomeadas, julgaram convenientemente propor ao governo de S. M. Christianissima, e na qual parece haverem combinado, tanto quanto as circumstancias permitiaõ, o objecto essencial da coaligacão, isto hé,—o restabelecimento da tranquillidade da Europa sobre bases solidas, que garantissem as justas indemnidades, reclamadas por todos os Estados que tiveram parte na alliança.

Os abaixo-assignados ficaõ mui agradecidos aos Ministros d'Austria, Russia, Gran Bretanha, e Prussia, pela certeza que lhes daõ de lhes communicarem a resposta do governo Francez, e todas as mais resoluçoens a que ella pode dar occasiaõ, afim de estarem habilitados para contribuir, segundo o espirito dos Tratados, para o final resultado das negociaçoens. As quatro Potencias, que assignaram o Tratado de alliança de 25 de Março, nunca perderaõ certamente de vista o facto importante, que Portugal não só accedeo, por um Tratado formal, a aquella alliança, mas tambem que, na qualidade de parte assignante, e pela garantia da execucao dos Tratados de Paris e Vienna, deve sem duvida entrar, como uma das partes principaes, em todos os arranjos que se fizerem para rectificar qualquer artigo dos sobreditos Tratados.

Os abaixo-assignados, convencidos da importancia das actuaes circumstancias, e do interesse que devem ter as Potencias em concluir prontamente estas negociaçoens, não pertendem impedir os seus progressos por alguma nova reclamação da sua parte contra a França; porem julgando que os sacrificios pecuniarios, que se vaõ exigir d'aquelle Potencia, devem ser destinados não só para pagar as despesas da guerra, mas tambem re-embolgar cada uma das Potencias Alliadas dos preparativos e despesas que os successos recentes moti-

varam ; elles portanto reclamaõ, em nome e por auctoridade de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, o direito de participarem das contribuiçoens, que vão ser impostas a França ; e á vista destas razoes confiaõ tudo da justiça e imparcialidade das Altas Potencias a quem dirigem as suas reclamaçoens.

Os abaixo-assignados, tanto que se soube em Vienna da fugida de Napoleaõ Buonaparte, interpretando as intençoens de seo Augusto Soberano, e convencidos do effeito moral que produziria a estreita e immediata uniaõ de todas as Potencias, assignaram, sem hezitar, as declaraçoes de 13 de Março e de 12 de Maio ; e por consequencia, desde aquelle momento, em nome da sua Corte, contrahiram as obrigaçoens mais solemnes. Seguindo constantemente a mesma politica, os abaixo-assignados foraõ os primeiros que formalmente accederam ao Tratado de Alliança de 25 de Março ; e immediatamente o communicaram a Regencia de Portugal, que logo cuidou em todos os preparativos necessarios para pôr o exercito em pé de guerra. Se aquelle exercito ainda não havia entrado em campanha quando terminaram as hostilidades, toda a cauza se deve attribuir a assignalada victoria que tão prontamente acabou com a guerra, e á distancia em que está o Soberano de Portugal, sem ordem do qual era evidentemente impossivel, que um governo delegado podesse tomar sobre si a responsabilidade de fazer marchar as tropas para fora do Reino em cumprimento de um Tratado ainda não ratificado. Esta circumstancia, entaõ, não pode annular, nem por forma alguma diminuir o direito que reclamaõ os abaixo-assignados,—*de serem considerados e tratados como todos os outros membros da alliança* ; e pois que Portugal esteve sempre pronto para fazer quanto legitimamente delle se podia esperar, as despezas occasionadas pelos preparativos da guerra, e feitas *sem auxilio de algum subsidio estrangeiro*, devem ser-lhe pagas da soma destinada para estas indemnidades.

Se houvesse de adoptar-se por baze não se admitirem a participar destas contribuiçoens senaõ os exercitos que tiveraõ parte activa na guerra, este principio daria motivo a grandes excepçoens. Cada uma das Potencias Alliadas inquestionavelmente cumprio com

os deveres a que se tinha obrigado, e contribuiu mais ou menos activamente, segundo a sua posição, para o feliz resultado da guerra: mas ao mesmo tempo os exercitos da Russia, Austria, e Sardenha, &c. não podião chegar ao theatro da guerra senão quando o seu resultado já estava decidido; o contingente Dinamarquez apenas ainda só havia passado as suas fronteiras quando as hostilidades cessaram; e Portugal, situado politica e geographicamente em uma posição mais distante, não podia nestas circumstancias deixar de ser o ultimo. Mas, quando os successos da guerra tivessem sido desfavoraveis, elle inquestionavelmente, em virtude de suas estipulações, se acharia exposto a todos os inconvenientes que d'aqui resultassem, sem ter direito de queixar-se, ou de acuzar a sua inactividade involuntaria. E pois se em tal cazo elle devia participar de todos os males que occorressem, não será justo agora que tambem participe das indemnidades que lhe competem?

Os abaixo-assignados só tem querido até aqui considerar a questão debaixo do ponto de vista da *ultima guerra*, porque suppoem haver-se posto como baze não se admitirem outras reclamações. Todavia, se parecer proprio, relativamente a Portugal, dar alguma attenção aos successos anteriores ao anno de 1815, e se deixando-se de parte os exemplos, a intenção hé estabelecer como principio, que as indemnidades, exigidas da França, só tem por objecto compensar as despesas da ultima guerra; não seria justo ao menos, que as objecções, que se podem fazer a Portugal debaixo deste ponto de vista, fossem contrapezadas por outras muitas incontestaveis razões que tambem pode allegar em seu favor?

A França extorquiu de Portugal, nos annos de 1801 e 1814, a soma de 40 milhoens de francos por lhe conceder tratados de paz, que immediatamente depois violou. Os exercitos Francezes por tres vezes invadiram Portugal, e ali cometeram devastações e horrores, que são conhecidos de todo o mundo. A nação Portugueza suportou, pelo espaço de seis annos, uma guerra desproporcionada para as suas forças, por defender a sua independencia, e a independencia da Europa. No fim da guerra achava-se o exercito Por-

tuguez no coração da França, depois de haver constantemente participado de todos os felizes destinos do exercito Britanico. E a pesar de tudo isto, na conclusão da paz S. A. R., o Principe Regente de Portugal foi quasi só o unico dos *Alliados* que não teve augmento de territorio, que não teve indemnidades, que não ganhou couza alguma, e até se vio em tal situação, que foi obrigado a restituir á França a colonia de Cayenna, que por muitos titulos e razoes talvez bem dezesasse conservar.

Taes são os titulos que Portugal poderia alegar a seu favor; e os abaixo-assignados se lizongeaõ de que os Augustos Soberanos, agora juntos em Paris, avaliarão bem toda a sua força, e sentirão, quão duro seria excluir Portugal de alguma parte das contribuiçoens exigidas da França. Alem disto, as vantagens, que poderiam ter as outras Potencias com a sua exclusão, seriaõ bem insignificantes; porque admitindo se á esta participacão unicamente as potencias, que formalmente accederam ao Tratado de 25 de Março, e que tem tropas em França, só Portugal e Dinamarca ficariaõ excluidas.

Os abaixo-assignados aproveitaõ esta occasiaõ para renovarem a Suas Alteras e Excellencias a segurança da sua alta consideracão.

CONDE DE PALMELLA.

D. JOAQUIM LOBO DA SILVEIRA.

Paris, 23 de Setembro, 1815.

Declaração de S. A. o Dey de Argel, abolindo para sempre a Escravatura Christam.

Declaração de S. A. Serenissima Omar, Baxa, Dey e Governador da belicoza cidade e reino de Argel, feita e concluida com o Muito Honoravel Eduardo, Barão Exmouth, Cavalleiro gram Cruz da Honorabilissima Ordem Militar do Banho, Almirante da Esquadra Azul da Frota de S. M. Britanica, e Commandante em Chefe dos Navios e vazos de sua sobre dita Magestade, empregados no Mediterraneo.

Em concideração do profundo interesse, manifestado por S. A. R. o Principe Regente de Inglaterra, na

terminação da escravatura Christam, S. A. o Dey de Argel, em sinal de seo sincero dezejo de manter inviolavelmente as suas relagoens amigaveis com a Gram Bretanha, e de manifestar a sua dispozição amigavel e seo profundo respeito para com as Potencias da Europa declara que—nenhum prizioneiro será posto em escravidão, mas sim serão todos tratados com muita humanidade, como prizioneiros de guerra, até serem regularmente trocados segundo a practica Europea em semelhantes cazos; e que, terminadas as hostilidades, serão restituídos aos seos respectivos paizes sem resgate. Assim por esta se renuncia formalmente, e para sempre, a practica de condemnar a escravidão os prizioneiros Christaons.

Dada em duplicata na belicoza cidade de Argel na prezença do Todo Poderoso, aos 28 dias de Agosto, no anno de Jesus Christo 1816; e no anno da Hegira 1231, no 6º dia da Lua de Shavat.

(Selo do Dey)

(Assignado) EXMOUTH. (L. S.)

Almirante e Commandante em Chefe.

(Assignado) H. M'DOUEL. (L. S.)

Por ordem do Almirante,

(Assignado) JOS. GRIMES, Secretario.

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

“Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e nossa Patria.”)

Minas de Ferro no Brazil.

A reflexão de Gibbon quando diz—“que a posse do ferro traz bem de pressa consigo a posse do ouro” hé com effeito muito verdadeira; e ninguem melhor do que este celebre historiador Inglez podia asseverar esta importante verdade, pois que na mesma terra em

que nascêra e que pizava via a prova evidente da sua indisputavel asserção. Inglaterra, só verdadeiramente rica pelas suas extensas minas de ferro e de carvão, e não tendo oiro nem prata, tem sabido tão util e prudentemente empregar aquellas duas grandes preciosidades da natureza, que não só por via dellas soube atrahir todo o oiro e toda a prata das naçoens que possuíam em abundancia estes dois brilhantes metaes, porem por fim até chegou, com as proprias riquezas dellas, atraze-las a seo soldo, e todo o mais resto da Europa. Hé este com effeito um facto bem maravilhoso, e se a especie humana hé capaz de ensino e de instrucção, delle bem deve tirar grandes exemplos de imitação, e ver que tudo isso, que mais particularmente se chama riqueza, de nada vale se falta o juizo, a actividade e a industria. Voltemos porem agora os olhos para outro lado; em quanto o novo mundo se desfazia em oiro e prata, e o fazia correr em torrentes esses metaes para as naçoens Europeas que o dominavam, tanto elle como ellas sensivelmente se empobreciam, porque apenas emprestavam o terreno para os largos canaes por onde corriam estas riquezas, e as deixavam hir todas sepultar-se nas cavernas donde sahia o ferro, e que tão impropriamente se concideravam como os azillos da pobreza.

Que homem não era esse Jezuita, o Padre Anxieta! quando politicamente prophetizava, que o Brazil não seria verdadeiramente rico senão quando visse extinctas as minas do seo oiro, e fosse obrigado a substituir-lhes a cultura das diversas producções de que elle era capaz, e que em seo tempo tão ignorante e imprevisadamente se desprezava? Sim esse prodigioso ouro e prata, que se extrahia das Americas, fazia a um tempo dois males bem dignos de reparo, mas que então bem pouca gente previa ou suspeitava. Empobrecia os seus possuidores, e hia dar riquezas enormes a povos, que nunca pelas suas posições geographicas e physicas poderiam ser o que tem sido, se os dominadores dos metaes preciosos houvessem sido mais economicos em os espalhar pelo mundo. Porem o mal está feito; a natureza mais providente do que os individuos, tem emendado os erros e as desprevidencias destes, que agora, sem já poderem rezistir a experiencia, começam

a praticar as lições por onde deviaõ ter principiado. A terra Braziliense, já em fim cansada de vomitar de si tanto ouro inutil, pôz um grande termo as suas liberalidades, e com isto tamanho proveito deo aos seus habitantes, que até os fez perceber que podiaõ ser mais ricos do que eraõ sem esse ouro que tanto os tinha deslumbrado.

Eisaqui pois que se entra já a experimentar outra maravilha, talvez nunca cuidada, e vem a ser, que todas essas massas enormes d'ouro, por exemplo arremessadas do Brazil sobre a Europa, e tomando a condição dos corpos verdadeiramente elasticos, começaõ a voltar com a mesma velocidade primitiva para as terras d'onde sahiram. A reacção começa a ser exactamente tão forte como foi a acção. Os Brazilienses, havendo-se dado com todas as veras a cultura desses generos importantes, sem os quaes já hoje a Europa não pode passar, e a proporção que augmentaõ a sua agricultura, augmentando necessariamente o fabrico dessas materias primeiras em que tanto abundaõ, vão achar-se por consequencia nas circumstancias mais extraordinarias e felizes do mundo, que são:—“de venderem muito, e comprarem pouco.” Eisaqui portanto tambem a razão porque já hoje os productos do Brazil não se compraõ ali se não com ouro, e os navios que até agora lhe levavaõ as manufacturas da Europa são obrigados a hir pela maior parte em lastro, e os Europeos a restituir-lhe sem remedio quantas riquezas metalicas já d'elle houveram.

Vendendo, como já temos dito, o Brazil grandes quantidades e comprando poucas, e cada vez menos; segue-se por uma consequencia legitima, que virá tempo em que todo o ouro, ou quasi todo, hoje espalhado pela Europa, hirá domiciliar-se na sua terra natal, depois de já cansado de haver corrido e viajado o velho mundo. Para realizar-se esta transmigração espantosa só falta que o Brazil dê povoação competente, cultura, e industria ao rico paiz que possui; mas estas circumstancias nunca poderiaõ ter lugar se o mesmo Brazil não procurasse tirar proveitos d'essa outra poderosa riqueza, que hé o principio fecundante e operante de todas as mais riquezas da agricultura e da industria;—a mineração do ferro. A cultura da

terra, e os progressos das artes fabris dependem da abundancia e da facilidade de se haver este prodigioso metal, e uma vez que o Brazil o possui deve empregar todos os meios não só de o ter e fabricar porem de o fazer passar facilmente a todas as partes dos seus vastos dominios. Fazendo-o assim, verá também em si realzado o axioma de Gibbon; porque dando toda a extensão possível a sua agricultura e industria, objectos de primeira necessidade para a Europa, verá também por este meio hir correndo todo o ouro do mundo, até precipitar-se em seus cofres.

A' vista das razões, que temos apontado, como poderemos deixar de reconhecer a justiça com que o povo do Tejuco tão solemne, e magnificamente celebrou a triumphal entrada do primeiro ferro descoberto e manufacturado no seu territorio? Sim, essa porção do povo do Brazil hé bem digna de ser distinctamente mencionada não por ter descoberto e trabalhado o primeiro ferro Braziliense, porem por haver manifestado a alta e profunda consciencia da importancia deste successo. Elle com effeito marca a grande epocha da gloria e riqueza futura do Brazil, e depois de já dado este passo, o Brazil não pode deixar de vir a ser uma grande nação. De todos os beneficios que os Brazilienses tem recebido com a heroica passagem do throno Portuguez da Europa para os seus territorios, nenhum hé comparavel á este em proveitos actuaes, e em fecundidade de proveitos futuros; assim, em nossa opiniaõ, do primeiro ferro extrahido do Brazil, e ali trabalhado, se deveria formar uma piramide que, elevada sobre a mesma montanha que produz este utilissimo metal, atestasse a todo o Brazil e a mais remota posteridade não só a epocha memoravel destes primeiros trabalhos, porem o nobre nome, e o reinado do magnifico Monarca que os ordenou. Os Brazilienses, que tanto sentem o valor desta nova riqueza, que a generosidade do seu Rey lhes acaba de dar, deviaõ também sentir a necessidade de perpetuar a memoria desta dadiva, verdadeiramente Real, por um modo que dignamente honrasse não só quem a deu porem os que a receberam.

Um nome, que certamente correrá sempre a par deste grande successo, será também o do Senhor Ca-

mara de Bethencourt, pelo muito que tem concorrido por seos talentos e trabalhos para dar a execução esta difficil e proveitozissima empreza. Hé muito de esperar, que o seo zelo não diminua com o prazer ou com a gloria do bom resultado destes seos primeiros ensaios: hé preciso completar tamanha obra, e tirar della todas as utilidades de que a industria humana for capaz. Assim ganhará toda a fama que merece, por que esta será fundada no innegavel merecimento de haver feito ao Brazil um dos mais assignalados beneficios, que um mortal pode fazer a um povo ou a uma nação.

ILHA DA MADEIRA.

Quando o tribunal da opinião publica começa a exercer seos poderosos direitos, o que hé bem perceptivel quando tambem os individuos de uma nação começam a recorrer á elle para que julgue as suas acções; boas esperanças se devem ter do aperfeiçoamento civil e politico dessa mesma nação e dos individuos que a compoem. Se as acções dos homens, e particularmente as dos homens publicos, não importão á ninguem, e o mesmo cazo se faz d'ellas quer sejam boas ou sejam más, hé este um sinal evidente, que não há espirito publico, que não há patriotismo, que em nada se préza a reputação ou a fama, e emfim que não há *nacionalidade*, nem nação. Mas se os homens, e principalmente os que tem responsabilidade publica cuidão em mostrar que cumprem seos deveres, que são dignos da estimação geral, e que por esta forma tanto estimaõ o seo bom nome e a sua honra, como receiaõ o vituperio e o desprezo publico; entãõ mui bem hirá o povo e o governo de uma nação, que tem individuos de espiritos tão nobres. As nações são como os individuos: quando estes não tem educação, tambem nenhuma idea tem do valor da honra, e muito menos da fama e da gloria. E que se poderá neste cazo fazer com taes homens? Couza nenhuma; ou quando muito o mesmo que se faz com animaes, que só obedecem a vista do chicote que os fustiga. Mas se o chicote que-

bra, ou o vigor fisico do animal hé mais forte que o tormento do açoute, que se fará nestas circunstancias? O cazo hé difficil de resolver: o que sabemos porem hé, que o animal, levado a este ponto, já nenhuma utilidade pode ter. Então as naçoens, que não são outra couza mais do que largas collecçoens de individuos, serão por consequencia exactamente os mesmo que estes são, quando lhes falta o brio, e os estimulos da honra ou da gloria.

Mui bom será logo que se eduquem as naçoens nestes principios elevados da honra e da reputação, porque estabelecidos elles como maximas geraes de educação, tambem se creará immediatamente esse incorruptivel tribunal da opiniaõ, deante do qual tanto grandes como pequenos serão forçados a comparecer, e a receber suas sentenças, que lhes darão diplomas indeleveis de honra ou vituperio. Mas para crear e sustentar esse independente e justigozo tribunal da opiniaõ nada hé mais proveitozo e até necessario do que a existencia e a generalidade dos escriptos publicos, porque elles seguramente são o alimento que sustentão sempre aceso esse fogo sagrado, que traz sempre claras e em evidencia as virtudes como os vicios sociaes.

Que os Escriptos publicos, que hoje circulão nos dominios Portuguezes, já tenham começado a formar esse benefico tribunal, ninguem poderá por um momento duvidar; e uma das muitas provas, que disso poderiamos dar, hé o que temos publicado neste Artigo do nosso Jornal, relativamente a Ilha da Madeira, assim como tambem ainda alguma couza, que mais a deante publicaremos em o Artigo—Correspondencia—deste mesmo Numero, com data do Porto.

Dezejando pois sermos sempre justos, como devemos ser, não podemos deixar de louvar os Snrs. Administradores do Hospital da Madeira pela franqueza e lealdade com que apresentam ao publico o estado de sua administração. Quem assim faz está seguro da sua consciencia, préza em muito o seu bom nome e reputação, e de necessidade há de ser um bom e benemerito agente dos negocios que lhe estão ou forem incumbidos. Oxa-lá que este bom exemplo sirva de estimulos e de norma para todos os mais que administração

repartigoens publicas: se elles todos o seguirem, a reforma dos abuzos se fará sem nenhuma difficuldade, e tudo correrá na melhor ordem que hé possível haver em os negocios manejados por homens.

Com a mesma justiça somos tambem obrigados a mencionar honrozamente a *nova Pastoral* de S. E. o Sr. Vigario Apostolico da Ilha da Madeira. Em o nosso Jornal de Agosto, No. 62, pag. 240, nós fizemos menção de outra sua Pastoral, e ali francamente dicemos os motivos por que ella nos desagradou; agora com a mesma franqueza declarâmos, que tivemos muita satisfacção em publicar o novo Documento, no qual S. E. melhor desenvolve as suas ideas, e patentea o espirito christão, não só que o anima, mas de que pertende fazer uzo como bom e illuminado Pastor. Com tão boas maximas S. E. governará sempre o seu rebanho em paz e doçura, qualidades tão recomendadas por aquelle de quem lhe vem toda a sua jurisdicção episcopal; e desta forma fará com que a religião, que hé o alvo de felicidades futuras, tambem faça as delicias da vida presente.

FRANÇA.

Neste artigo publicámos a Falla de El Rey quando foi abrir a presente sessão das duas Cameras; mas por ella pouco ou nenhum conceito se poderá ainda fazer dos verdadeiros sentimentos do governo; porque segundo nos parece está concebida, em grande parte, no estilo dos oraculos antigos, que sempre deixavaõ a porta aberta para mui diversas, e as vezes até oppostas interpretaçoens. No final há todavia expreçoens um pouco mais positivas, e se El Rey tiver a firmeza que promete de “tanto reprimir a malevolencia de uns, como o zelo demaziado e imprudente de outros,”— poderá mui bem levar a salvo até porto seguro o navio do Estado, que por hora corre ainda alto mar, no meio de terriveis embarços. O procedimento da nova Camera dos Deputados, (creatura, que muito se trabalhou para ser toda ministerial) hirá mostrando o que se pode esperar das suas opinioens, e influencia no pub-

lico; porque desta ultima circumstancia hé que dependem todos os bons resultados de seos futuros trabalhos. Se os Deputados ja tem a confiança da nação, ou a merecerem pella imparcialidade, e inteireza das suas resoluções, a presente sessão das Cameras poderá ser um verdadeiro balsamo de vida para curar as inveteradas feridas que ainda rôem a vitalidade civil e politica do povo Francez; porem se os Deputados não agradarem nem a nação nem ao ministerio, e passarem o seo tempo a injuriar-se mutuamente, ou a excitar questões de interesses meramente individuaes, então darão o mesmo fructo que deo a ultima Camera,—descontentamento geral, e nenhum bem nem proveito.

Uma das primeiras operações da Camera dos Deputados, em que a maioria se tem mostrado estar por parte do actual ministerio, foi a elleição do seo Presidente. O numero dos votantes era 196, e por consequencia a maioria absoluta era de 99. M. M. Pasquier e De Serre ficaram elleitos, o primeiro por 102 votos, e o segundo, por 112. Depois destes, os individuos do mesmo partido que tiveram mais votos foraõ—Bellart, que teve 93; e depois deste os mais proximos foraõ—Ravez e Beugnot.

Por parte da oppozição, ou dos chamados *Ultra Realistas*, os que tiveraõ mais votos foraõ.—Corbiere, com 76; Trinquelague, com 77; Villele, com 72; Bonald, com 71; Laborillerie, com 69. Donde se ve que a maioria da oppozição não passa de 77 votos; e que ella está para o total da Camera na razão de 119 para 77; porque ainda que Mr. de Serre teve so 112, hé evidente, que os 7 votos que lhe faltaram para a conta dos 119, ficaram espalhados por outros individuos de seo mesmo partido. El Rey escolheo, entre os dois que tinhaõ ficado elleitos, Mr. Pasquier.

Porem este primeiro ensaio ainda não hé de grande consequencia; e as mui importantes questões, que se vão tratar na Camera, são as que nos poderãõ mostrar cabalmente qual hé o verdadeiro espirito da maioria dos Deputados. O Budget ja ali foi apresentado, e nelle ha uma circumstancia, que dará lugar a terriveis debates, e mostrará então melhor o que por hora apenas pode entrar na classe das conjecturas. Uma das vias e meios para haver os fundos necessarios para as despc-

zas agora calculadas hé a venda de uma porção dos bosques nacionaes, medida inteiramente opposta as opinioens da oppozição, que nesta parte ha de procurar todos os meios de ficar victoriosa: por tanto, pela discussão deste objecto se conhecerão melhor as suas forças. Outra discussão, igualmente importante, que já se menciona, hé a lei sobre as Elleiçoens, objecto que ainda não está determinado; e como della depende uma grande victoria para qualquer partido que fique vencedor, os meios de ataque e de defeza serão formidaveis de ambas as partes. Mas de tudo isto o que podemos já concluir, hé, que por hora em França não ha verdadeira representação nacional, e que só há facçoens e partidos, e que destes se compoem a representação actual. Mas nem por isso deve haver razão para absolutamente se desconfiar da futura tranquillidade da França; o mar violentamente agitado nunca socega de repente; e como se deve então supor que os Francezes, impellidos por um extraordinario movimento, e sempre em acção pelo largo espaço de vinte e cinco annos, possam socegar em um momento? Que tempo não levou a revolução Inglesa até chegar ao periodo da sua maturidade? As paixoens dos homens não se tranquilizaõ tão facilmente como se excitaõ; e só esta circumstancia devia fazer mui prudentes a todos que dispoem das auctoridades humanas para evitar quanto podessem todas estas tempestades moraes. O periodo actual da historia de França pode-se mui bem comparar com o periodo da historia Inglesa quando, depois do governo de Cromwell, veio Carlos II. sentar-se em um throno, que parecia já ter perdido para sempre: toda a arte e toda a sabedoria do governo Francez está agora pois em fazer parar aqui a revolução, e impedir, que uma terceira epocha, semelhante a de James II, se realize tambem em França. Os homens são os mesmos em todos os paizes; e eis ahi a razão porque tambem os successos, com bem pouca differença, são os mesmos em todas as partes do mundo.

Noticias de Paris, com data de 23 de Novembro, mencionaõ a desgraça de Talleyrand em razão de desaprovar as medidas do actual Ministerio, e por haver particularmente fallado muito mal do ministro da Policia (hoje o primeiro válido) em caza do Ministro

Britanico. Diz-se que El Rey lhe mandara notificar que—"sabendo dos máos termos com que tratava o seos ministros, o dispensava d'ali por deante de todo os seos serviços na Corte." Acrescenta-se a isto, que Talleyrand respondêra a El Rey, e concluíra a sua carta da maneira seguinte:—"Muito sinto haver recomendado a V. M. pessoas que o illudem completamente em todas as materias. Não peço desculpa pela má letra em que lhe escrevo, *por que há já muito tempo que V. M. está familiarizado com ella, e assim há de lê-la com toda a facilidade.*" Esta ultima circumstancia, se a carta hé verdadeira, hé com effeito uma mui fina e bem penetrante acuzação. Assim estão agora em desgraca duas notaveis personagens, e que incorreram nos mesmos crimes por motivos talvez bem diversos; uma hé Chateaubriand, e outra Talleyrand. Tudo isto porem talvez não valha nada; mas em todos os cazos os arrufos do Principe podem ter sempre mais sérias consequencias que os do Visconde.

RUSSIA, E PRUSSIA.

A tendencia geral da Europa hé para uma reforma de instituicoens e de leis; e isto prova o que já por mais de uma vez temos ditto, que as leis, para serem proveitozas, devem acomodar-se aos homens, e não os homens ás leis. Esta tendencia geral não procede pois de outro principio senão de que as leis actuaes estão em contradicção com os costumes e as ideas do tempo, e por consequencia ouve-se o grito geral de todos os povos da Europa, pedindo leis conformes aos tempos em que vivem. Quando qualquer individuo uza de um vestido, que não foi feito para elle, deve acha-lo sempre muito curto ou muito longo, senão muito apertado ou muito largo; por que hé sempre mui difficil que se encontrem dois corpos exactamente iguaes. Desta inconveniencia rezulta tambem o constrangimento de acção em que fica o mesmo individuo, por que quer o traje seja mui largo ou comprido, quer seja mui curto ou apertado, sempre em todos os cazos lhe hade embaraçar os movimentos.

Ora as leis, ou o traje moral, que hoje tem a maior parte dos povos não foram de certo feitas para elles; e por isso não hé para admirar que não saibão ou não possaõ ageitar-se a traze-lo; assim hé bem natural que todos quasi unanimemente peçaõ vestidos novos. Hé verdade que esses homens, para quem foram feitas as leis actuaes, tinhaõ cabeça, braços e pernas como os homens que hoje povoão a Europa, porem nas cabeças de então não haviaõ as ideas que há hoje; e como da cabeça procede a cauza dos movimentos do corpo; que importa que existaõ os mesmos membros se elles já senão movem ou não operaõ na mesma direcção em que se moviaõ e operavaõ os dos homens de muitos seculos anteriores? A mudança para instituicoens, acomodadas ao seculo prezente, hé por tanto um effeito moral necessario; o que não deve espantar a ninguem, que conhecer um pouco a historia do homem, e as revolucões moraes a que elle esta sugeito, em virtude das suas faculdades de sentir, perceber, e reflectir.

Se em tudo isto há todavia alguma couza que possa cauzar admiracão hé vér, que do norte donde em outras eras se despenharam torrentes de barbaridade e ignorancia, que alagaram toda a sabedoria, e toda essa polidez Grega e Romana, hoje comecem a manar fontes limpidas de instrucção e de Luzes, como para, assim dizer, satisfazerem as antigas offensas que tinhaõ feito á velha Europa civilizada. A Russia, como estrella Polar, hé uma das naçoens que começa a brilhar emminantemente sobre o horizonte moral e politico; e uma das importantes questoes que agora ali se trataõ hé a da *Liberdade da Imprensa*. Mas ainda outro motivo de espanto! Não hé este ou aquelle individuo que excita esta interessante questão, e nem ella hé ouvida com terror ou com susto pelo governo Russiano: hé éste mesmo governo quem a discute, e hé o proprio Ministro do Interior quem a manda tratar em um Jornal publicado debaixo da sua propria direcção. E não hé com effeito tambem esta uma das grandes maravilhas do nosso seculo? Só outra maior maravilha haveria se podesse dar-se nação Europea que pertendesse retroceder, em quanto a Rustia se adianta com passo firme e desembaraçado, e lá nas extremi-

dades do oriente da Europa começa accender tochas que já deitam luzes até o occidente!

O governo puramente militar da Prussia tambem já vê a necessidade de adoptar leis civis tão liberaes como as ideas do tempo requerem. El Rey havia prometido pelo seo Edicto de 22 de Maio, 1815, dar ao seo povo uma constituição representativa; e como poderia elle faltar á sua palavra, sendo Rey, militar, e cavalleiro? Os negocios, em que até agora tem andado occupado, haviaõ retardado o cumprimento da sua promessa Real, mas pelo artigo, que a este respeito transcrevemos, e que parece emanar de fonte ministerial, vê-se agora que nunca se esqueceo do que havia solemne-mente prometido. Já, para organizar esta obra importante, está nomeada uma commissão, e um dos primeiros homens de Estado da Prussia hira ser o seo Presidente como menciona o documento citado. Assim hé de esperar que em pouco tempo se vejaõ os rezultados de tão interessantes trabalhos. O novo Rey de Wurtemberg acaba de fazer a mesma promessa ao seo povo.

Ao mesmo tempo que para o melhoramento das instituições civis e politicas se dão estes grandes passos na Russia, Prussia, e Wurtemberg, a Dieta Germanica, convocada em Frankfort, vai começar os seos trabalhos, e decidir por elles a organização futura dos Estados d'Alemanha. As ultimas noticias a este respeito, publicadas com data de Rastadt, são—ter-se já proposto na Dieta, decretar-se para baze de todos os governos Germanicos a adopção de instituições representativas. Assim este impulso se vai tornando geral em todo o norte da Europa. Até da outra parte dos montes (os Alpes) já tambem há não só quem falle nestas novas theorias politicas, porem até quem a espere. E aonde? e quem o diria? Na antiga patria dos Brutos, dos Catoens, e dos Cassios! Um artigo que, se não mente, hé datado de Roma no dia 3 de Novembro, e que com bem espanto lemos em uma das gazetas Inglezas, diz o seguinte:

“Suppoem-se que tambem teremos uma representação nacional, se este projecto não assustar alguns homens, creados nas velhas ideas, e influidos por ellas. Parece, com tudo, que todas as discussões a

“este respeito ficarão suspensas até se ajustarem todas as duvidas que há com as Cortes estrangeiras.”

Se isto se realiza, veremos o ultimo dos prodigios humanos, que hé Roma moderna sanctificar com o seu exemplo um principio, que ainda hoje tanta gente toma pela mais perigoza de todas as herezias politicas. E quem sabe se este passo, uma vez dado, não reconciliaria com o Capitolio povos, que dezertaram seu mando, e que só não adoptão sua influencia celeste porque talvez se receião de suas maximas terrenas?

Mas de tudo quanto temos dito, expondo o que actualmente se está passando na Europa, duas reflexoens nos occorrem. Donde procederá esta tendencia, ou este dezejo universal, que simultaneamente se manifesta pelos governos representativos? E será util ou perigoza a adopção destes principios? A' cerca da primeira diremos.—Esta tendencia universal, de que estamos tratando, hé um effeito necessario do estado de civilização do seculo prezente. Os homens, a proporção que adquirem conhecimentos, e se tornão por consequencia mais instruidos, começão tambem melhor a conhecer o que são e o que valem. Conhecem que são membros de uma numeroza familia, e que para o sustento geral della concorrem com seus bens, industria e talentos. Concluem portanto, que se as sociedades civis somente existem pelo concurso unanime de todas as fortunas, e de todos os braços de cada um dos individuos, que as compoem, neste cazo não devem ser excluidos os mesmos individuos de toda a administração e emprego de suas vidas e fazenda. Com effeito, se o homem não hé um mero automato, não se pode racionalmente exigir d'elle, que simplesmente pague, e dê a vida, em muitas circumstancias, pelo Rey e pela patria, e nunca lhe seja permitido saber as razoes ou por que paga, ou porque sacrifica a sua vida. Eis aqui logo, em suma, os motivos porque os homens de hoje tanto dezejaõ os governos representativos: querem saber a necessidade do emprego que se faz de suas pessoas e bens; e esta sciencia nunca a podem ter senão forem admitidos a sancionar as leis, que devem determinar e declarar esse emprego.

Passemos por fim á segunda reflexão.—Seraõ uteis ou perigosos estes principios? A' isto responderemos

em poucas palavras. Não há couza alguma no mundo que não participe de bem e de mal ; assim a melhor de todas será sempre aquella em que racionavelmente se poder conjecturar que o mal será menor que o bem. Por uma regra geral, o governo mais solido, que pode haver, será sempre aquelle em que maior numero de individuos for interessado. Ora quem duvida então nesta hypothese, que nos governos representativos estão interessados muitos mais individuos do que nos outros, em que o povo não hé nada na ordem politica ? Quem hé o governo, por exemplo, na Turquia ?—Um Sultão, alguns Vizirs, e a Guarda de Janizaros. Mas que succede porem em Constantinôpla ? Muda-se os Sultões e os Vizirs com mais facilidade, do que nos governos representativos se muda o mais insignificante empregado publico. E succederia tambem, que os Sultões ou os Vizirs fossem removidos ou estrangulados com a mesma indifferença, se o povo Turco tivesse uma Camera de Representantes, que fizesse cauza commum com o governo ? A resposta á esta pergunta deve decidir, ou pelo menos, elucidar muito a questão.

Uma verdade, que nos parece inegavel, hé :—que se a Europa inteira adoptasse o principio dos governos representativos, as guerras seriaõ menos frequentes, e por consequencia, a paz e a felicidade publica teriaõ dobrada duração. Quem faz a guerra ? O dinheiro. Ora limite-se aos governos o uzo desse dinheiro, e não se lho conceda senão para couzas justificadas, e de bem conhecida necessidade, logo as guerras seraõ menos ordinarias, e não teraõ lugar senão quando forem verdadeiramente nacionaes, isto hé, quando o interesse publico nellas estiver comprometido. Ninguem hé tão economico de seo dinheiro e de seo sangue como quem o pagá e quem o verte,

REINO DE PORTUGAL.

Neste artigo, a pag. 208, publicamos um Edital que a Ill^{ma} Junta da Administração da Companhia Geral d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com data de

23 de Setembro de 1816, mandou publicamente affixar no Porto e todos os mais lugares da sua Jurisdicção. Este Edital nos parece mui bem concebido, e julgamos assas proveitozo nas conjuncturas presentes. Já antes nós havíamos sido informados dos muitos e efficazes meios que a Junta actual tem empregado, desde que entrou em officio, em promover este importantissimo ramo da nossa agricultura e commercio, que, hé preciso confessar, tem extracrdinariamente decahido da sua primitiva prosperidade, e a cerca do qual, parece tambem ser um facto inegavel, que os membros da Junta passada não se occuparam com a efficacia e zelo que o negocio exige. Pelo menos, hé um facto, e que, por mais de uma vez, temos ouvido mencionar em Londres, que os vinhos, em outro tempo remetidos por via da Companhia, eraõ os que gozavaõ de peor reputação em Inglaterra; circumstancia, que junta a outras muitas, como a de não cuidarem no fabrico competente das agoas ardentes nacionaes, e a de concorrerem por esta cauza para a introducção da agoa ardente estrangeira, não abona certamente nem a intelligencia nem os cuidados dos membros da Junta passada.

Temos por consequencia muita satisfacção em declarar ao publico, que a Junta actual tem mostrado o maior zelo possivel em promover não só os interesses da sua Companhia, mas geralmente o commercio. Que tem dado uma particular attenção as distilaçoens das agoas ardentes; e que neste ramo da primeira utilidade tanto bem já tem feito, que supre abundante, e prontamente as quantias necessarias e proprias para os diversos preparos dos vinhos. Nesta parte tem indubitavelmente feito um mui grande serviço ao seo paiz, porque não só impede que passem para os estrangeiros somas immensas de dinheiro, que por esta cauza nunca deviaõ ter passado, mas faz com que ellas, ficando no Reino, sirvaõ para augmentar e estimular a industria dos nossos lavradores. A' este respeito somos tambem informados, que a Junta actual mui judiciozamente se tem havido, empregando como distillador, um mui perito e experimentado Chimico, o Snr. Francisco Clamopin, que já tem concluido, aperfeiçoado, e posto em practica a sua particular in-

venção de *distillar e refinar ao mesmo tempo e com o mesmo combustivel*, o qual hé muito menor em quantidade do que aquelle que antes se gastava nesta operação. Todas estas circumstancias são summamente importantes e uteis; e um homem de tal merecimento, como o Snr. Clamopin, merece de certo uma recompensa adequada a tão valiozos serviços.

Igualmente nos affirmaõ, que a exportação dos vinhos para as Americas se tem consideravelmente augmentado; e oxa-lá que o governo do Brazil, na parte que lhe toca, auxillie o consummo deste nosso preciozo artigo de lavoura e de commercio, pondo a todos os vinhos estrangeiros, sem distincção, todas aquellas restricções, que os principios da boa politica e os interesses nacionaes tanto requerem. Parece-nos que a actual Ill^{ma} Junta não devia perder nunca de vista o norte da Europa, para ver se nelle podia abrir novos canaes para a exportação dos nossos vinhos. Se bem nos lembra, conservamos a idea de havermos lido em um dos papeis publicos, que algum dos nossos Consules, rezidentes ou em portos de Dinamarca ou de outros do Baltico, se queixava de que ninguem cuidasse em especulações de vinhos para aquellas paragens: sendo isto assim, seria bem proveitozo fazer alguma tentativa por este lado, e não contentar simplesmente com as exportações que se fazem para a Russia. Os consules, rezidentes em todos os portos commerciaes do Baltico, podiaõ dar noções positivas a este respeito.

Quanto a diminuicão consideravel, que hoje há em Inglaterra, do consumo dos vinhos do Douro, esta procede de muitas causas, porem entre ellas apontaremos agora so duas. A 1^a hé, que não havendo em Inglaterra, a respeito do vinho do Douro, as mesmas restricções que ali há, impostas pelos regulamentos da Companhia, segue-se que os compradores Inglezes o misturão com vinhos baratos, e os mais ordinarios de Catalunha, e outras partes de Hespanha; e vendendo-o, assim adulterado, por vinho do Porto, o tem consideravelmente desacreditado. Alem disto, os Inglezes bebem hoje muito mais vinho branco do que bebiaõ até agora, principalmente depois que o entraram a receber, como seo proprio, do Cabo da Boa

Esperança; o qual, como paga direitos muito modicos, lhes fica consideravelmente barato. A 2^a, e talvez a mais forte, hé—que depois da paz ganha-se menos dinheiro, e por consequencia deve-se beber menos vinho, e particularmente do caro. O que porem nesta parte merece bem attenção hé, que não recebendo Hespanha fazendas Inglezas, (o que ainda agora mesmo se acaba de ver pela recente prohibição das fazendas de algodão) todavia, ainda assim mesmo exporta para Inglaterra annualmente dobrada porção de vinhos da que nós exportamos, sem que para isso tenha Tratado algum de commercio, ao menos, de que saibamos.

Muitos destes inconvenientes não se podem remediar, mas o unico remedio, que no em tanto se lhes pode e deve applicar, como mui judiciosamente acaba de fazer a Ill^{ma} Junta por meio do Edital, de que estamos tratando, hé trabalhar sempre com todo o escrupulo e cuidado em que os vinhos, que sahirem do Porto, sejam em todo o cazo das melhores qualidades, porque assim conservarão constantemente a sua reputação; e quando se não venda muito, se venderá ao menos por melhor preço. Esta circumstancia da *boa qualidade* hé de tanta importancia, que uma Caza Portugueza conhecemos nós em Londres, (a do Snr. João Ferreira Duarte) a qual vende sempre seos vinhos, segundo hé constante, por mais 10 Libras em pipa, só em virtude do credito e inalteravel reputação, que elles tem universalmente adquirido.

O Decreto que publicamos neste mesmo Artigo, pag. 112, hé, pela data, e pelo contexto, do Snr. D. Pedro II. na epocha em que tomou a Regencia. Elle faz sem duvida muita honra a aquelle Soberano; e se estas suas tão sabias e necessarias recommendações houvessem sido sempre executadas, não se teria visto tanta confusão e irregularidade no comportamento dos nossos tribunaes e auctoridades publicas. O primeiro de todos os deveres sociaes hé o religioso respeito pelas leis, e assim como para a sua formação se fazem sempre necessarias formas mui respeitaveis e augustas, as mesmas devem tambem sempre preceder á sua

abrogação. Quando a primeira auctoridade politica e civil manifesta tão pouco respeito pelas leis, que, sem nenhuma das formalidades do estillo as abroga ou modifica, e, por exemplo, por uma simples ordem chamada—*Avizo*, annulla rezolugoens as mais sérias e importantes; que veneração pode então ter o povo pelo codigo das suas leis, ou que segurança pode ter da mais inviolavel de todas as propriedades sociaes,—a propriedade de suas pessoas e bens? Assim mui justa e politicamente ordenou o Snr. Rey D. Pedro II. que se não cumprissem quaesquer Decretos, ou ordens particulares, que alterassem os regimentos dos tribunaes, ainda quando taes ordens se expedissem em nome d'El Rey.

Uma das epochas modernas da nossa monarquia, em que houveraõ com effeito mais perigozos abuzos nesta parte, foi a do ministerio do Marquez de Pombal. Este homem, extraordinario e verdadeiramente grande, se por um lado fez incalculaveis bens á nação, por outro empregou taes meios e abuzos de auctoridade que deixou mui funestos exemplos para seos successores, que sem terem nem seus talentos nem vistas tão profundas empregaram os mesmos arbitrarios instrumentos. O Marquez de Pombal tratou a nação como se trataõ os homens nos acampamentos militares, isto hé, com todo o rigor, e exactidaõ de disciplina, que procede regulamentos de sangue; e se por estes meios conseguiu que Portugal obrasse maravilhas, assim como um general consegue, por outros iguaes, assignaladas victorias, todavia ferio mortalmente os mais sagrados principios da legislação Portugueza. Daqui succedeo, que se ficaram conservando sempre os mesmos meios, e que estes não deram os mesmos rezultadós; porque ao menos, elle os empregava para fazer grandes couzas; outros tem-se d'elles servido, e não tem operado senão grandes males.

Quando o Marquez de Pombal entrou no ministerio, todos então queriaõ imitar um grande modello, que se tornava assas vizivel na Europa, e era o reinado de Luis XIV. Os Francezes d'aquella epocha queimavaõ tão indiscretamente incensos deante do seo ambiciozo monarca, que até fizeraõ este genero de adulação agradavel aos mais Principes da Europa. Todos os grandes

políticos e publicistas do tempo, e particularmente os Francezes, tinhaõ entaõ em vista um grande projecto, que era tirar a Roma o immenso poder temporal, de que ella tanto havia abuzado. Por esta forma, a porção que o roubavaõ á thiara o davaõ ao sceptro, sem se lembrarem, que o poder illimitado hé sempre um mal em quaesquer maons que se ache. Poz-se entaõ em principio, como para dar maior mortificação a Roma, que os Principes podiaõ tudo; e daqui talvez se originaram acontecimentos funestos, que bastantes lagrimas e sangue tem custado. Em nossa opiniaõ, muito mais sabio e prudente era o Snr. Rey D. Pedro II., quando declarava,—que as leis fundamentaes do seo Reino eraõ superiores á uma simples menção ou assignatura do seo nome.

INGLATERRA.

A Nota Politica, que transcrevemos neste artigo, dá grande luz ácerca de uma de nossas recentes negociações diplomaticas. Por ella se vê, que as quatro principaes potencias alliadas haviaõ posto por baze, que as contribuições exigidas da França seriaõ unicamente destinadas para pagar as despesas da ultima campanha; e debaixo deste principio pertendiaõ excluir Portugal da partilha, uma vez que as tropas Portuguezas não haviaõ sahido a campo. Os nossos plenipotenciarios advogaram a honra da nação com toda a força de raciocinio que lhes ministravaõ não só seos conhecidos talentos porem a justiça da sua cauza; e os Alliados tanto a conheceram, que não poderam deixar de assentir a uma taõ energica e bem fundada reclamação. Com effeito, Portugal havia assignado, sem hezitar, as declarações de 13 de Março e 12 de Maio; havia sido o primeiro em acceder formalmente ao Tratado de Alliança de 25 de Março; e em consequencia disto os plenipotenciarios Portuguezes tinhaõ feito as communicações correspondentes a regencia de Portugal, que logo cuidou em todos preparativos necessarios para pôr o exercito em pé de guerra; e havia, depois disto, ficar excluido de participar das

indemnidades que por taes motivos se davaõ a outras potencias? Se as tropas Portuguezas não poderam apparecer em campo, como algumas outras logo appareceram, tinhaõ sufficiente desculpa não só pela distancia em que estavaõ, porem pela maior distancia ainda em que se achava o seo Soberano. E se a campanha foi taõ rapida, e fez com que outras tropas, que não tinhaõ os mesmos impedimento, tambem não podessem concorrer para a decizaõ da contenda; como se poderia racionavelmente pertender, que Portugal fosse excluido, quando por necessidade deixou de cooperar como outros muitos fizeraõ? Há uma razão em a Nota dos nossos Plenipotenciarios, que nunca podia ter uma satisfactoria resposta. Pois os Portuguezes, accedendo a todas as declaraçoens e tratados feitos contra Buonaparte, expõem-se a todos os inconvenientes de uma guerra infeliz; e porque esta hé taõ inexperadamente favoravel, e se conclue taõ de pressa, que os priva de haverem nella a parte, por assim dizer, practica, assim como já tinhaõ a parte especulativa; haviaõ de ficar excluidos de todos os seos interesses e proveitos? Alem disto, se a regencia de Portugal havia já para este fim posto em pé de guerra o exercito Portuguez, tinha juz inquestionavel a uma indemnizaçaõ; e o negar-lha seria uma das maiores injustiças que se podem conceber.

A pezar de toda esta evidencia de razão, que estava da nossa parte, somos de parecer, que nisto fizeraõ muito a habilidade e energia dos nossos plenipotenciarios; porque tendo que tratar com grandes Potencias, e ufanas com a victoria, para estas nem sempre a razão vale tanto como a força. E admittindo o principio dos Alliados, que as indemnizaçoens eraõ só para satisfacçaõ das despezas da ultima guerra, julgâmos tambem agora que, debaixo deste ponto de vista, Portugal não ficou mal dotado.

No dia 26 de Novembro o Ex^{mo} Snr. Conde de Palmella, conduzido pelo assistente mestre de cerimonias, foi apresentado a Rainha pelo vice-camereiro-mor: S.

E. teve a honra de uma audiciencia de S. M. para lhe entregar as suas credenciaes, e foi mui agradavelmente recebido.

Por uma Proclamação do Principe Regente, datada de 25 de Novembro, o parlamento, que já estava prorogado para o dia 2 de Janeiro proximo, 1817, foi prorogado ainda para o dia 28 do mesmo mez.

No em tanto que assim se demora a convocação do Parlamento, que deve ser notavel pelas circumstancias de crize em que tem estado e continua a estar Inglaterra, o povo Inglez anda fortemente agitado, parte, impellido da escacez e difficuldade de emprego, consequencias necessarias da paz, agravadas pela extraordinaria intemperança da passada estação; parte, procurando remediar estes males, por meio do curativo universal deste paiz,—as assembleas populares, e as subscrições voluntarias. Das primeiras já tem havido algumas um pouco tumultuozas, como a de *Spa-fields* nos suburbios de Londres; mas tal hé o poder e o respeito das leis neste paiz, que só alguns poucos officiaes de justiça são bastantes para socegar disturbios que em outras partes nem muitos regimentos de soldados poderiam reprimir. O *Moniteur* Francez, que conhece tão pouco Inglaterra como quasi todos os estrangeiros, fallando há poucos dias deste ajuntamento popular, não duvidou prophetizar, que a proxima assemblea da mesma população produziria uma revolução. Mas o *Moniteur* não adverte que todos estes ajuntamentos, por mais tumultuosos que sejam, são feitos debaixo do consentimento tacito ou expresso das leis, e que por maiores irregularidades que nelles se cometaõ, nunca se podem comparar com os que se viram em França, porque esses eraõ um expresso quebrantamento das leis, ou um effeito de pura anarquia. Para se conhecer a differença que há entre o povo Inglez e o povo Francez, e o respeito e temor religioso que o primeiro tem sempre pelas leis, basta reflectir que para socegar os maiores tumultos que ordinariamente succedem, a penas se precisa algumas vezes lêr simplesmente o Acto de Parlamento, que declara quaes são os perturbadores publicos e as penas em que incorrem. Esta só leitura opera nos Inglezes o que

diz a Fabula operava a cabeça de Meduza em todos os homens;—faz que adquirião a tranquillidade dos rochedos.

Nós somos de parecer, que este mesmo desafogo, que as leis permitem ao povo Inglez, hé o que faz com que seos tumultos ou irregularidades não sejam perigosas. Hé dictado antigo, que se deve temer muito o homem que não desabafa nem falla: o que não hé assim quando elle dezafoja amplamente as suas paixoens, ou as pode communicar. O mesmo succede collectivamente com os homens, ou com o povo. Quando elles estão no habito de fallar e de gritar, todas as suas paixoens se evaporão em palavras; e sempre são precisas imprudencias da primeira qualidade para que elle recorra seriamente ás violencias de facto. Uma das cauzas da violencia da revolução Franceza foi ser operada por um povo, a quem apenas até ali era permitido fallar; e que tão rigorosamente era castigado por dizer uma palavra como por cometter uma acção, verdadeiramente criminoza. Chegou pois um tempo em que teve a voz e os braços livres, e entregou-se, por consequencia a todos os excessos. Isto hé porem o que nunca acontecerá ao povo Inglez, a não quererem de proposito, ou a não se permitir por ignorancia, que elle quebre todo o respeito que tem pelas leis. Porque não foraõ perigosos todos os tumultos, que houveraõ em França na minoridade de Luis XIV.? Hé porque o Cardeal Mazarino conhecia mais os homens, e o modo de os governar do que a maior parte dos ministros, que depois lhe succederam. Quando se lhe dizia que os Francezes affixavaõ pasquins contra elle e contra a corte, e cantavaõ cantigas injuriasas ou satiricas, respondia o judiciozo Cardeal:—*Que cantem com tanto que paguem.* Assim os Francezes hiaõ pagando, e cantando, e por meio de suas cantigas evaporavaõ toda a sua leviandade e paixoens.

Quanto as subscripções voluntarias, para manter os fabricantes e mais individuos a quem falta o emprego, e por isso vivem na miseria, vaõ ellas sendo quazi geraes, e mostraõ bem o espirito publico, e o illimitado patriotismo desta prodigioza nação. Uma das grandes subscripções, que se acaba de abrir, hé a que teve lugar em consequencia da Assembleia que convocou o

Lord Mayor dentro do seo proprio palacio de *Mansion-house*, em um dos saloens, chamado *Egyptian-hall*, para soccorrer os pobres de Spital-fields. Esta subscripção, logo no primeiro dia produzio somas consideraveis, e o Principe Regente da sua parte mandou subscrever 5,000 libras sterlinas! Estas circumstancias são as que mostraõ, mais do que todos os raciocinios, a differença que há entre o povo Inglez e os outros povos do mundo e a beleza das leis por que elle se governa. Em outro qualquer paiz ver-se-hiaõ milhares de mizeraveis enchendo as estradas, e as ruas das cidades, villas, e aldeas, gritando por paõ e trabalho sem apenas merecerem a attenção de ninguem; e quando muito, se recomendaria a sua subsistencia ás portarias dos conventos em terras em que os houvesse: não succede porem assim em Inglaterra. A porção ricado povo toma voluntariamente a seo cuidado sustentar a outra porção pobre do povo, e o governo apenas concorre para isto como qualquer particular individuo. Prodigioza nação! sejas tu taõ feliz e taõ prospera como bem mereces por incomparaveis virtudes que tens! Porque te não haõ de imitar os outros povos da terra nas boas couzas que fazes?

CORRESPONDENCIA.

SNR. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

No N° do seu Jornal, correspondente ao mez de Abril do corrente anno p. 196, li uma carta datada desta cidade a 20 de Dezembro de 1815, e no mesmo N° li tambem as reflexoens de Vm^{ces} relativas aos factos mencionados na dita carta. Os receios de quem a escreveõ eraõ exaggerados, pois não me consta que no Porto se tenha perpetrado furto notavel há um anno a esta parte senaõ o que acconteceo na praça do Carmo

a sessenta passos de distancia da guarda principal da cidade, que era composta de soldados da guarnição: contudo se o A. da Carta tivesse appontado as causas da dezordem e dito alguma couza sobre a força do corpo da policia, não teriaõ Vm^{ces} feito recahir parte da culpa sobre o commandante do dito corpo, por isso mesmo que entãõ lhes teria sido constante a insufficiencia daquella força respectivamente ao fim para que foi instituida; e outro sim a maneira por que o commandante da policia do Porto tem sido contrariado no uzo desses mesmos limitados meios, de que pode lançar mão para manter a segurança publica. Semelhante carta, e outros taes boatos são espalhados por aquelles, que dezejariaõ ver extincto o corpo da policia desta cidade, inveja, de que foraõ perseguidos sempre os mais uteis estabelecimentos.

A força do corpo da policia do Porto, Snrs. Redactores, hé de setenta e oito praças: será esta força sufficiente para manter a tranquillidade, e prevenir os delictos n'huma povoação de nada menos do que 80,000 habitantes? Eu sei que o commandante logo que entrou no uzo das suas funçoens tirou a planta da cidade, marcou os bairros, classificando em cada um delles os logares, em que deviaõ estabelecer-se os corpos da guarda, e a força de cada um delles: até mesmo fez duas memorias, uma dirigida ao governo sobre a força de pé e de cavallo, de que devia constar o corpo da policia; outra que apprezentou á Ill^{ma} Camera para appoiar a illuminação, dando um plano e mappa insinuativos: nada porem até agora tem conseguido as suas instancias, o que na opiniaõ da parte saã desta cidade hé uma verdadeira desgraça; mas como em taes circumstancias pode ser o commandante responsavel por todo o accontecido?

Em abono do desempenho dos seus deveres devo appontar como verdade notoria que o commandante da policia tem, apezar da insufficiencia dos meios de que dispoem, feito prender em todo o tempo que tem durado a sua commissão acima de mil e novecentos perturbadores do socego publico, incluzos assassinos, e ladroens d'estrada.

Naõ podia estender-se a mais o exercicio das funçoens do commandante do corpo da Policia. Se

depois a falta d'execução das leis, se a intriga, ou motivos ainda peiores tornáram a lançar para o meio da sociedade impunes réos dos maiores attentados; se esta impunidade lhes dá ousadia para continuarem na sua detestavel carreira, e a outros para imitalos, que culpa tem nisto o commandante? Fez o seu dever; fizessem-no os mais, e tudo correria direito.

Contar-lhei hei um só facto, e por elle veráõ como as couzas tem andado. Mandando o commandante da policia do Porto á prezença do ministro a quem estava encarregado conhecer dos individuos presos pelo dito commandante, trinta e tantos, que tinhaõ sido achados n'huma caza denunciada como esconderijo de ladroens e de seus roubos, que não tinhaõ passaporte, e hiaõ accompanhados das fazendas furtadas, que com elles tinhaõ sido apprehendidas, aquelle ministro, maltratando de palavras o official, que commandava a escolta, determinou que os presos fossem reconduzidos a caza do commandante da policia para este os sentencear, e punir. visto terem sido presos sem a previa authoridade d'elle magistrado. Accrescentarei, que era raro o dia, em que aquelle ministro não dirigisse perguntas officiaes ao commandante da policia para saber por que ordem, ou como se costuma dizer, com que bullas tinha elle mandado prender este ou aquelle malfeitor, tendo já perante si a parte por escripto: o commandante não lhe dava outra resposta senão transcrever lhe o paragrafo de lei, que dizia respeito á pergunta.

Querer fim sem meios hé delirio, bem como que a ordem se mantenha quando as authoridades discordaõ.

Rogando-lhes queiraõ interir a prezente carta no seu Jornal tenho a honra de protestar-lhes que sou

De Vm^{ces}

Muito attento venerador

Porto 20 de
Julho de 1816.

F. P.

Resposta ao Snr. Dr. Bernardino Antonio Gomes:
A sua Carta com data de 24 de Setembro, 1816, e a Memoria, que a accompanha, seraõ publicadas em o N^o seguinte.

ERRATAS

Mais notaveis do Numero LXIV.

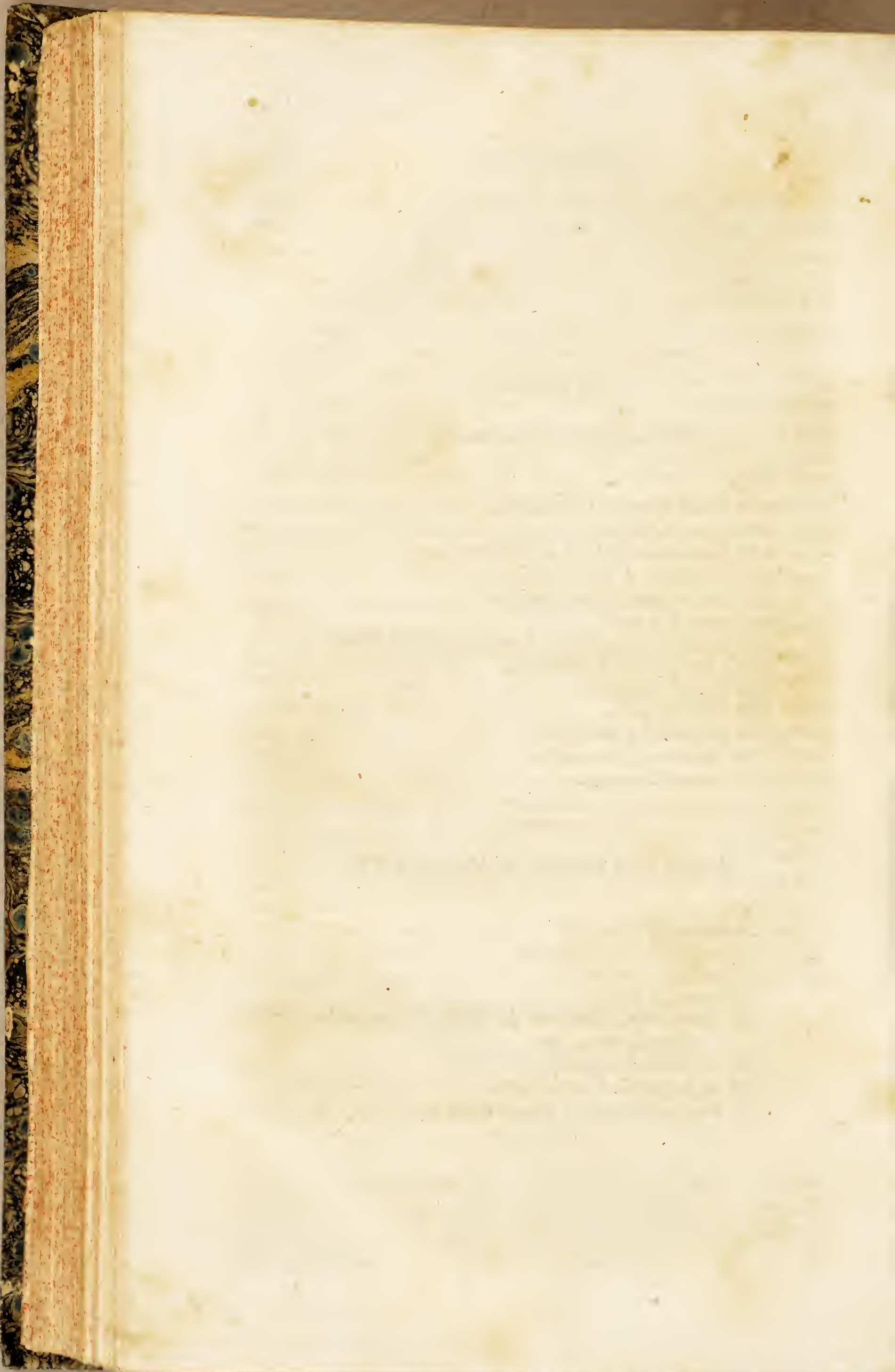
Pag.

- 400 Quer direr, *l.* Quer dizer.
406 bens, *l.* bons.
417 de desenvolveo, *l.* se desenvolveo.
419 civilaçãõ, *l.* civilizaçãõ.
442 marceneio, *l.* marceneiro.
443 o se, *l.* o seo.
466 verdadeiro se leaes, *l.* verdadeiros e leaes.
476 comedida, *l.* concedida.
498 forme, *l.* fome.
501 todo, *l.* toda
514 presistir, *l.* persistir.
516 lamdada, *l.* lampada.
517 como, *l.* com o.
-

Erratas mais Notaveis do Numero LXV.

Pag.

- 23 invaraõ, *l.* invasaõ.
43 per dada, *l.* perda da.
52 esfoço, *l.* esforço.
63 vezes, *l.* vozes.
64 Ammonio, Muriato de Soda, *l.* ammonio—muriato de soda, &c.
66 rapados, *l.* tapados.
93 se julgaraõ, *l.* se julgará.
125 imprimira mas, *l.* imprimiram as.



O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

JANEIRO, 1817.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

*Memoria sobre a Necessidade de Abolir a Importação
de Escravos no Brazil.—Escripta no Rio de Janeiro
em principios de Julho de 1815.*

Æthiopes maculant orbem, terras que figurant.
MANILIUS, lib. 4.

A CARIDADE bem ordenada principia por nós mesmos ;
isto hé, em todas as nossas acçoens devemos primeiro
attender aos nossos interesses, tendo o cuidado de
prejudicar o menos que nos for posivel ao nosso
proximo, pois que economicamente falando, não se
pode deixar de fazer algum mal. Disse economica-

mente, por isso que o homem no trafego da vida tem sempre em vista o trocar o producto do seu trabalho pelo do trabalho dos outros; dar menos por mais hé inherente ao nosso ser, ora isto hé prejudicar; porem quando isto se faz sem violencia preenchem-se a risca as relagoens sociaes.

Daqui se segue que se conviesse aos Brasileiros o importar mais negros d'Africa; ainda que fosse a custa de alguns males para os Africanos, dever-se hia continuar a importação, tendo todo o cuidado de diminuir quanto fosse possivel aquelles males; porem que isto nos não convem; que nesta importação damos bens por males reaes para nós iminentes, he o que tratarei de provar.

Como ate aqui nenhum auctor que eu saiba, tratou esta questão, espero que se lerão as minhas ideas com a desculpa, que o bom senso manda dar a todas as novas emprezas; empregar no alvo, e com exactidão, o primeiro tiro, se acontece, hé casualidade.

Todos compraõ escravos com o fim de os fazer trabalhar, e a escravidão difine-se optimamente a meu ver—*a cessão forçada do jornal a outrem*—ora como cada um quando emprega o seu capital hé para d'elle tirar lucro, ou os juros, os quaes taõbem emprega depois; segue-se daqui, que o capital empregado nos escravos deve render, antes que elle morra, os juros, e mais a soma que estes dariaõ empregados de novo; isto hé, deve render o juro composto, e tanto mais, que este capital com a morte se aniquila, o que não acontece com o que se emprega em predios, &c.: logo se o escravo morre ou antes de reproduzir o capital, ou rendendo-o somente, a especulação hé ou nulla, ou pernicioza; empregar o seu capital com a certeza de o perder, ou pelo menos o lucro, hé grande erro; parece-me, que a falta de calculo a este respeito, hé a cauza oculta da pobreza em geral dos habitantes do Brazil.

O tempo em que vive um escravo, e aquelle em que trabalha são duas coizas distinctas; eu ignoro se já alguém demonstrou o tempo em que hé capaz de trabalhar um escravo: segundo as indagaçoens feitas pelo governo Inglez, ainda que não com toda a precizaõ,

em Barbadas trabalhaõ $7\frac{1}{2}$ annos ; em Jamaica 7 ; e em todas as mais ilhas Inglezas, que daõ assucar, 7 ; na Europa há quem pence que um jornaleiro, o mais que pode trabalhar, merecendo sempre o maior jornal, são dez annos ; os soldados na zona torrida não são bons sette ; e d'isto temos nós provas evidentes ; ora se um soldado homem livre, e com esperanças de honra, e proveito não hé capaz de trabalho sette annos, ou se se quizer dez, como o hade ser um escravo persuadido da sua nulidade moral, politica, e civil ? Estes males, diz Locke, arruinaõ corpo, e espirito. A vista destas reflexoens tomaremos como verdadeira a seguinte prepozicaõ—O escravo trabalha effectivamente dez annos.

Naõ tenho dados para calcular, que jornal dá o escravo a seu senhor no Brazil ; com tudo se nos lembrarmos, que do paiz das minas em todo o tempo em que a mineraçaõ era a unica occupaçaõ todo o capital vinha parar a beira mar, ainda que houve productos enormes naquelle tempo, e que hé depois, que as minas são agricultoras, que naquelle paiz há capitalistas ; se nos lembrarmos mais, que todo o lavrador que se ocupa só em obter da terra generos de luxo, como assucar, e café, &c. não só não tem sobras annuaes mas comumente faltas ; e se observarmos mais, que os lavradores de mantimentos não são conhecidos entre nós por grandes capitalistas, creio que se pode tirar claramente a consequencia, que nos servirá de segunda prepozicaõ—O escravo rende a seu senhor dez mil reis liquidos por anno.

Devemos pois raciocinar assim ; um escravo trabalha dez annos, cada anno ganha dez mil reis, logo produz liquido cem mil reis ; morre entaõ e se não deixou filhos, mal deixa ao senhor o seu custo por isso, que este hé o valor de um escravo no Brazil.

Ora se empregar cem mil reis sem risco, mas para nada renderem, hé trabalhar em vaõ, que nome daremos ao emprego dos mesmos a risco de perda total, e com a certeza de nada ganhar ?

Os mesmos cem mil reis, em dez annos ao juro composto, rendem $79\frac{8}{1000}$ por cent. Logo hé preciso que os homens do Brazil cuidem em como empregar o seu dinheiro para haver pelo menos este lucro.

Smart, Simpson, e De Moivre são de parecer, que se não podia formar calculo sobre a vida, e producto dos escravos, e que o capital assim empregado era puro jogo de sortes; donde se deve concluir que o calculo assim feito hé bastante bem fundado.

Sendo pois o emprego, que se faz em escravos tal como o que se faz nas lotarias, pergunto eu; empregar assim o seu dinheiro hé assizado? deve alguém, ou pode viver do giro das sortes? não; e quem tal fizesse morreria de fome; se ellas não arruinão os paizes aonde as há, hé porque geralmente falando só o superfluo nellas se emprega; oito mil reis, suponhamos, fazem nenhuma falta a quem vai correr o risco, e se a fazem erra evidentemente em fazer o tal emprego; alguns garimpeiros já acháráo um diamante que lhes rendeu proveito e honra; ora quem dahi tirar a concluzão de que hé bom ser garimpeiro está louco; nas sortes paga-se uma contribuição, e estas nunca são, ou se supoem pagas senão com o que sobra, e quando muito tendem a embaraçar o augmento rapido dos capitaes, mas não a anniquilar os já existentes.

A' vista d'isto, permitase-me o dizer, que qualquer povo deve empregar os seus capitaes para produzir, pois que a riqueza hé a consequencia do trabalho bem entendido; e jogar sortes, catar diamantes, como garimpeiro, e empregar dinheiro em escravos, que devem morrer sem filhos hé especulação dezassizada, e que tende á ruina certa bem que demorada.

De tudo isto creio que podemos deduzir que nos não convem empregar dinheiro em escravos.

Como existem pois as colonias, e em estado progressivo de riqueza? a natureza deu aos escravos a força prolifica; e hé esta quem as tem salvado da sua ruina: quando o escravo morre deixando um filho, a quem podemos dar um valor igual ao que elle custou, segue-se que então os cem mil reis tem produzido outros cem; e como este lucro excede ao do juro composto, segue-se taõbem que o emprego foi excelente.

Porem este bem expoem-nos á iminentes males enormes, males que hé preciso evitar quanto antes.

A população, segundo Frànklin, augmenta-se taõ rapidamente sobre a terra, que a não se embaraçarem os homens uns com os outros sobre os meios de subsis-

tencia; uma so nação enxeria a terra em poucos seculos. Na America, chamada Inglesa, a população tem dobrado quazi em cada vinte annos, na Europa dobrou nos ultimos cem, em França calculando pelo relatorio de 1813 dobraria em sessenta, sem as suas circunstancias extraordinarias; d'onde se segue, que a população dobra em um certo numero de annos. Que augmento tem tido no Brazil a população dos negros de certo eu não sei; poderei com tudo formar o meu discurso.

El Rei D. João 3º repartio o Brazil em 1530, e os Portuguezes logo desde a descoberta d'Africa roubavam negros para hir vender a Portugal, do que muito se queixa o nosso Barros; hé pois muito natural, que se paçassem bem poucos mezes entre o estabelecimento dos Portuguezes no Brazil, e a importação de escravos negros d'Africa; e como um anno mais ou menos nada pode influir, pois que a questão não hé verificar epocas, digo sem medo de errar, que os Portuguezes importão negros desde 1530, isto he:—No Brazil importaõ-se negros há 285 annos.

Que numero de negros se tem importado annualmente hé tão pouco sabido como a epoca, em que principiou esta ruinoza especulação; com tudo em 1710 exportaraõ-se da Bahia para a Costa da Mina sinco mil rollos de tabacco pequenos de trez arrobas; ora ao preço de hoje de dez rollos peça dariaõ quinhentos negros; eu porem para evitar reflexoens da-brarei a coiza, e digo, que a Bahia recebia então mil negros, e como ella exportava mais do que qualquer dos outros portos, tirarei a conclução de que estes importavaõ menos negros, e calcularei sem medo de errar, que o Brazil importava então dois mil e quatrocentos negros por anno; mil para a Bahia; oito centos para o Rio de Janeiro; e seis centos para Pernambuco. Não falo do Maranhão, e Pará por isto, que em bem poucos annos antes não importavaõ negros, pois que o P. Vieira na sua carta 2ª aconselha a importação d'estes para aquelles paizes, afim de aliviar os tormentos dos Indios.

De 1530 até 1710 medeáraõ 180 annos; de 1710 a 1815 paçaraõ-se 105; nos primeiros annos a importação de negros devia de ser mui diminuta, nos ultimos

tem sido espantoza; logo quem tomasse o anno de 1710 como termo medio não erraria muito. Para calmar porem duvidas, assumirei eu como importação media—50000 escravos; e multiplicando estes pellos 285 annos, teremos a consequencia muito provavel: o Brazil tem importado—1,4250000 escravos.

Que numero de escravos tem hoje todo o Brazil ignora-se; porem homens, que se crem bem informados, dizem, que a população do Brazil he,—de tres milhoens e meio, e que d'esta tres quintos são escravos, isto hé, que o Brazil tem 2,100,000; quanto aos outros dois quintos, um hé de homens livres, porem de cor, isto hé, descendentes de escravos; logo o Brazil tem hoje negros, e seus descendentes 2,700,000 almas; ora como á importação tem sido de 1,400,000, segue-se que no Brazil os prettos quaze que tem dobrado a sua população em 285 annos.

Todo o mundo sabe, que rotear campos novos, fazer derrubadas, e roças em matos virgens, traz comsigo mortalidade mais do que comum; porque a não circulação do ar faz concentrar nos bosques cerrados o Azotto, gaz antevitalicio, e que se desenvolve das folhas apodrecidas; por tanto hoje, que estão expostas ao ambiente, a mortalidade deve ser menor; sabe-se tão bem que antigamente as carregações para o interior hiaõ as costas dos negros; ora hé natural que um escravo obrigado a servir de mulla não fosse muito prolifico: diremos pois confiadamente:—a população dos escravos no Brazil dobrará de hoje ao diante cada 200 annos.

Sendo assim teremos, que não continuando a importação, em 2,015 haverão no Brazil escravos, e seus descendentes 5,400,000; ora como a população dos Brancos deve dobrar em cada cem annos pello menos, muito principalmente corregido o, de agora existente, máo sistema militar, haverão entãõ 2,800,000 isto hé estará a população dos Brancos para a dos prettos na razão ainda mais de um meio; lembrança consoladora por isso, que perderão os senhores o receio de serem esmagados pelo numero.

Suponhamos pelo contrario, que se continuava a importação como era há pouco, e annualmente entravaõ no Brazil 40000 negros; segundo o calculo feitò,

em 2,015 haverão d'estes 8,000,000; e ajuntando selles os 5,400,000 descendentes dos antigos teremos então 13,400,000 escravos; e a população branca sendo de 2,800,000 estará na razão de um sexto, desprezada a fracção, e mais fraca do que agora, isto hé, mais exposta a ser acabanhada pello numero. Então podem ver-se renovadas mais de uma vez as scenas de Espartacus, ou se tomará o partido dos de Esparta, isto hé, de os fazer servir de alvo para adestrar o novos guerreiros. Pergunto agora, ver estes males iminentes, e recusar evita-los hé de homem, e de homens politicos, e christaons?

Eis aqui os males reaes e iminentes, que compramos a custa do nosso suor, e eis aqui ao que me parece, provada a segunda parté da minha preposição.

Hé muito digno de notar-se, que os escravos fazem a o prezente no Brazil mui pouca falta, pois que havendo os Inglezes desviado d'elle nos ultimos dois annos pello menos nove mil, não tem o preço nos mercados subido quantidade sensivel; hé ainda mais digno de notta, que havendo o erario sido privado de noventa contos pello menos, os seus pagamentos tem tido a mesma marcha; e por tanto, a sua receita certamente. Os dez mil reis, que um escravo paga de direitos á sua entrada no Brazil são evidentemente iguaes ao que pagariaõ de decima cem; supondo pois que os cem, que custa um negro, se empregão em fazer cazas, estas pagarão aquella decima; supondo-os empregados na agricultura, o dizimo dos frutos, que o governo aqui recebe, hé igual a decima; supondo-os em giro mercantil as importagoens pagaõ dezeseis por cent., e então renderão mais; d'onde se vê, que o erario nem momentaneamente sentirá a falta do producto da contribuição sobre os negros importados, por que de qualquer modo que girem os cem mil reis o menos que receberá são dez. Ora atendendo a que o Brazil tem bastantes fundos em outros giros, seria bem para dezer, que o capital, que até aqui se empregava em negros circulasse agora em beneficio, e augmento directo da agricultura: muitos Bancos Lombardos, ou de emprestimo, servindo as terras de hypobecca, são um estabelecimento, que falta no Brazil, e que será tão rendozo, como o Banco Nacional, que tanto prospera.

O Brazil quando finalizar a importação de escravos hade vir a achar-se nas circumstancias, em que se achão há oitto annos as colonias Inglezas das Antilhas; ora n'estas tem continuado a haver Café, Assucar, &c. e como os preços tem sido os mesmos, as colonias tem vivido, e existido felizmente.

As colonias Francezas, como a Martinica, &c. não recebem negros há doze annos pello menos, por isso que em toda a guerra em quanto foraõ Francezas ninguem la lhos levou, e que depois de conquistadas, os Inglezes não lhos permitiraõ; hé com tudo certo, que pelo tratado de paz de Maio de 1814, ellas volveraõ a França melhoradas como a face do todo o Mundo o diz uma das proclamaçoens do seu governo.

Hé claro, que dobrando a população em todos os paizes sempre houveraõ emigraçoens para outros despovoados; e foi por esta mesma razão, que a Europa, apprehendeu no seculo quatorze fundar colonias, e se seguiu novo sistema: o fim era o mesmo como o dos Antigos, isto hé, o desembaraçar-se da população excedente; e a mim parece-me que o Snr. D. João Primeiro quiz Ceuta para quarteis de tropa que lhe era pezada, e que se o Snr. D. Afonso sexto tivesse feito outro tanto, teria vivido Rei, e cazado, talvez largo tempo.

Sendo isto verdade, os Portuguezes apossaraõ-se do Brazil com bastante direito, o de hir estabelecer em um paiz despovoado os que ja não tinhaõ logar na sua terra; porem aniquilar aqui os poucos indigenas, que havia para transplantar para ca os Pretos d'Africa, fazer proprietarios os descendentes d'estes das terras, como já muitos o saõ, hé uma destas inconsequencias, que provaõ o quão pouco se pença sobre as mais interessantes questoes.

Parece-me o ter demonstrado, que continuar a importar negros, que haõ de morrer sem filhos hé erro, por isso, que damos cem mil reis a risco de os perder, e sem esperanza de lucro; que quando deixaõ filhos, temos comprado por cem mil reis um cancro, que hade aniquilar-nos com o andar dos tempos; e que por tanto hé necessario diminuir, depois terminar a importação desta raça, que o creador plantou em outra parte, e que pela sua cor parece destinada para um privativo e unico lugar da terra.

De paçagem, pois que não hé esta a questão, notarei aqui a differença de exportações entre os paizes aonde trabalhaõ homens livres, ou escravos; e citarei um exemplo tirado d'entre nos mesmos.

O Rio Grande do Sul hé aquella parte do Brazil, por mim conhecida, aonde os trabalhos do campo, criação, matansa, e salga de gados se faz quaze toda por mãos de homens livres. O numero dos escravos, alli importados depois de 1762, epoca em que aquelle paiz continuou a ser mais do que fronteira militar, e desde quando principiou a cultivar-se com actividade, o numero dos escravos, torno pois a dizer, tem sido de mil annualmente; e este calculo funda-se em que em 1813 se importaraõ dois mil, e como se pode dar ao primeiro o zero por unidade, temos mil como importação media; logo haveriaõ no Rio Grande sincoenta e um mil escravos em 1813. Ora neste anno as suas exportações foraõ 1,776,573\$120 de reis; e comparando estas exportações com as da Bahia, o calculo hé muito a favor do Rio Grande. No mesmo anno exportou aquella 3,000,000\$000 rs.; ora como há alli pelo menos dozentos, e oitenta, e sinco mil escravos segue-se que devia exportar por 10,000,000\$000 rs.; mas isto não acontece assim, logo segue-se, que o trabalho dos homens livres excede em muito ao dos escravos. Não ha uma so capitania aonde se não podessem ter tentado, e conduzido os Indios ao trabalho, bem como assim o fizeraõ os nossos Antepassados, se bem que com tanto rigor, que foi precisamente para aliviar os Indigenas, que se foraõ buscar negros a Africa, isto hé que se fez uma especulação, que os aniquilará já agora sem recurso.

Disse no principio desta memoria, que se nos viesse importar escravos ainda, que fosse a custa de males para os Africanos, deveriamos continuar a importação tendo todo o cuidado em aliviar aquelles males; cuido o ter demonstrado, que hé contra os nossos interesses; farei ver agora taõ bem o quanto nos prejudica pello todo moral, e repetirei aqui palavras de um homem publico, Americano, e senhor de escravos, Jefferson Prezidente que foi dos Estados Unidos.—“ Existe uma damnada influencia nos costumes do nosso povo produzida pela existencia da

escravidaõ entre nós. Toda a relaçaõ entre um *senhor*, e *escravo* hé um continuo exercicio de paixõens desordenadas; de um lado, despotismo inflexivel; do outro submissaõ rasteira. Os nossos filhos veem isto, e imitaõ-no por isso que do berço até a cova o homem hé um animal imitador. Ainda quando não tivesse o pai nem filantropia, nem amor proprio sufficiente para mitigar as suas paixõens, a prezença de seus filhos devia ser lhe um freio, porem a coiza não succede assim: Braveja o pai, e o menino, que o escuta, afaz-se aos mesmos tregeitos, e vai na meio dos escravos moços representar as mesmas scenas, dando livre curso a costumes os mais relaxados; e assim educado, nutrido, e exercitado diariamente na tirania fica marcado com os signaes peculiares deste vicio antisocial. Hé preciso que tenha nascido um prodigio aquelle que retiver costumes, e modos imaculados entre taõ desgraçadas circumstancias: E de quanta execraçaõ pois se não carrega o pai da patria, o Legislador, que, permitindo á meia populaçaõ invadir impunemente os direitos da outra, transforma huns em tiranos, e outros em inimigos; destroe em huns a moral, e nos outros o santo amor da Patria! Por que se hé possivel conceber um escravo com patria n'este mundo, certamente não hé aquella aonde vive, ou nasceu a fim de trabalhar para alheio proveito, na qual não lhe resta senão, ou tentar a aniquilaçaõ da raça humana, ou amontoar miseria sobre miseria nas geraçoens sem fim que d'elle podem proceder. A destruiçaõ da moral do povo anda a par da sua industria, por que em um clima quente nenhum homem trabalhará logo, que haja quem trabalhe para elle; e isto hé taõ verdade, que entre os proprietarios de escravos o maior fenomeno hé haver um que ao menos tenha se quer visto o trabalho. E pode uma naçaõ conciderar-se livre pondo diariamente de parte a firme convicçaõ de que a liberdade hé um dom de Deos, e que está se não pode violar sem a sua indignaçaõ? Hé por isto que eu tremo pela minha Patria, quando me lembro, que Deos hé recto, que não dorme sempre a sua justiça; e que atendido o numero, uma circumstancia, e por meios naturaes pode haver um contragiro na roda da fortuna; e pergunto eu á qual attributo da Divindade clamaremos entaõ nós por pro-

tecção? Hé melhor correr o veio sobre este quadro; a historia civil, natural, moral, e politica todas concorrem a embrulhar em melancolia taes ideas. Eu vejo possível uma mudança depois da presente revolução; o espirito dos senhores ameiga-se, o dos escravos eleva-se; e o meio da emancipação desta raça infeliz prepara-se sob os auspícios dos ceos; queiraõ elles, que isto se faça com o consentimento dos amos, e não com a sua exterminação." Depois de tão ponderozas razões, que me resta a dizer? Acrescentarei com tudo; aonde está este ciúme de que os Europeos tanto acuzão aos Portuguezes? Mergulhar-se-há acazo o pundonor Luzo ao cruzar a linha? Sim, para dizer tudo de uma vez: qual será o Portuguez, nascido no Brazil que possa asseverar affoitamente—*Eu sou branco!*

Objecções contra a Memoria antecedente.—Por hum Anonimo.

“ Ut veritas magis inclarescat.”

Rio de Janeiro.

Naõ me convence o seu argumento em que tenta provar, que o estado nada perde da sua renda, ou se empregue o capital em escravos, ou em fazer cazas, cultivar terras &c. hé sofisma para dissimular o sacrificio.

Se houvera no paiz braços exuberantes para todos os trabalhos, o capital se empregaria utilmente em qualquer direcção, e o estado perceberia a sua parte aliquota; mas este não hé o cazo no Brazil, aonde o seu capital não se pode empregar por falta de braços precizos para as terras; e vinte a trinta mil negros annuaes hé um deficit terrivel.

Ainda que não carecemos de tantos braços para sustentar a renda actual dos individuos, e do estado, com tudo perdemos o producto na renda possível, e proporcionada ao progresso da agricultura, que estes braços dariaõ barateando os productos para segurar a nossa concurrencia na Europa.

Especialmente a cultura do assucar não se pode sustentar sem continua importação de negros, não se

podendo esperar pela lenta creação dos seus descendentes; e não há coiza mais economica do que com um producto annual de Tabaco, e agoa-ardente comprar logo trabalhadores feitos.

O bem futuro da creação possivel não compençá o mal presente: a importação do Sul da Linha se alivia temporariamente, mas não tolhe, estas difficuldades.

O capital, com que até agora se compravaõ 30 a 40\$ negros não achando o seu uzual, e facil emprego, supondo todos os mais ramos de industria do paiz já cheios dos capitaes respectivos, sahirá para fora do paiz com grande dano d'elle, ou com muito menor lucro do que poderia ser. O braço do escravo hé um instrumento do trabalho, e certa especie de capital, que não admite substituto se não por braço de branco, o qual nem logo virá para este paiz em numero necessario, ou perecerá por não serem o clima, e suas culturas favoraveis á constituição dos brancos, especialmente dos Europeos industriosos.

Resposta as objecções antecedentes.

“ Magis amica veritas.”

As rendas de uma nação são a soma de differentes partes, que cada individuo cede da sua renda particular ao Governo para que esta o proteja; daqui se segue, que como os individuos ganhem, o estado hade vir a ter a sua parte. Uma vez pois que os capitaes do Brazil girem, os particulares haõ de ganhar, e por tanto o governo hade vir a ter uma parte destes lucros; o cazo está em saber o como impor as contribuições.

O giro em que cada particular deve empregar o seu capital não deve ser da conta do governo; havendo liberdade segurança, e ordem, á cada um compete o saber, o que mais lhe convem.

Tambem por que estes, ou aquelles individuos ganhaõ, importando, ou exportando um ou outro genero, não se segue dahi, que deve haver tal importação, ou exportação; o bem de todos está primeiro, que o de alguns: ganhariaõ alguns muito se importarem Polvora; outros se exportassem diamantes do Brazil;

e com tudo estes regulamentos prohibitivos nem por isso são máos.

Daqui se segue que se ao bem de todos convier o aniquilar o commercio de importação de escravos, ainda quando alguns individuos se perjudiquem, o regulamento se deve fazer: ora de que conven por isso, que ou nada rendem, ou que a sua geração hade acabarharnos, já demonstrei na minha memoria; e logo deve o governo prohibir a importação sem atender não só ao que perderão alguns, mas até mesmo ainda que dahi lhe venha diminuição da receita das contribuiçoens. Do redito das alfandegas se sustentão quaze todos os governos, e havendo importação livre indefinida renderiaõ por força mais, com tudo não há só um povo aonde não haja uma pauta enorme de artigos de contrabando, isto hé, não há nação aonde as alfandegas não rendaõ menos do que podiaõ, e sempre os governos tem feito estes regulamentos prohibitivos uma vez, que um grande numero de individuos tire dahi proveito, expondo-se a tardia retribuição, que os capitaes de outro modo empregados, haõ de um dia vir a dar.

O capital empregado em braços no Brazil não hé o mais productivo, não digo bem, não produz nada como já provei na minha memoria.

Supor, que não há no Brazil braços para pôr em movimento os capitaes hé um argumento de mais para prohibir a importação dos mesmos; e este aparente paradoxo prova-se como que os homens por uma innercia innatta lançaõ sempre mão dos primeiros meios, e que menos lhes custaõ, importando lhe pouco o máo rezultado, como não esteja imminente. Para plantar canas, suponhamos, diz um senhor de engenho, um negro, e uma enxada são bastantes, pois faça isto o negro, e mais a enxada, e la vai o capital a este fim. Ora pois, plantar canas com um negro, e enxada hé o modo mais dispendiozo que se conhece. Na Jamaica, e S. Domingos já se calculou o quanto custa plantar canas com enxada, ou com arado, e na primeira, feita a comparação de dois annos achou-se, que o trabalho de uma geira de arado custava duas libras sterlinas de Jamaica, seis shillings, e dez pence e meio; e que o trabalho dos negros na mesma extensaõ custava antes dez libras: isto hé, tinhaõ-se economizado sette libras,

treze shillings, e um, e meio dinheiros, ou quazi setenta, e sinco por cento. Ora todo o mundo já vê que este modo de trabalhar traz o beneficio de 75 por cent., e com tudo ninguem o uza no Brazil, e isto pela simples razão de que os negros estão á mão.

Eu por mim concidero os governos com todo o direito de fazer com que os subditos fação todo o uzo das qualidades mentaes: ora como de não haver mais escravos se havia de seguir que os homens do Brazil haviaão de estudar, e meditar sobre o como ter não diminuidas as suas rendas, segue-se daqui que até por esta razão mais se devia prohibir a importação de escravos.

Já provei na minha memoria que o numero dos braços no Brazil hade augmentar anualmente de treze mil pelo menos, descendencia dos que ca estão, donde se segue, que não podem faltar braços motores. Ora se construirem maquinas pará a Agricultura, &c. o que até agora se não fez, segue-se que teremos mais productos, e havendo estes, mais renda, e logo mais direitos, para o governo, de dizimos, de exportações, e mesmo das importações, por isso, que havendo mais productos há mais com que se paguem as coizas, que se precisaão.

Se não precisamos de tantos braços para sustentar a actual renda dos individuos, como se diz nas objecções, sendo a renda do estado uma collecta de partes das rendas dos mesmos, segue-se, que não diminuindo aquella não pode ser menor esta; a objecção hé contradictoria.

Se os ingenhos vierem a admitir arados, &c. o numero dos negros, que tem, hade ser-lhes demaziado; já agora nós vemos, que não são os antigos bem dirigidos, que compraão negros, e que á muitos já sobraão; n'esta classe de cultivadores só faltaão negros a aquelles que comem sem conta, e que por tanto vivem sem honra.

Em senso comum não se pode avançar que tabaco, e agoa-ardente custaão menos do que oiro, ou pratta; na troca a qualidade da coiza hade ser a que se precisa, e a questaão hé sempre sobre a quantidade; uma arroba de tabaco custa tanto como dois mil reis de oiro; isto não precisa prova.

O mal futuro da criação, não só possível, mas necessaria, clama pelo remedio, isto hé pela prohibição da importação do motor. Qualquer, que toma terras para fazenda de criação, mette cem vaccas, e dez toiros, suponhamos, e cança-se em fazelos propagar; e hé da descendencia, que se aproveita: ainda se não vio fazenda aonde o criador metes se tantas cabeças, quantas ella poderia manter; ora a faculdade reproductiva do homem hé igual certamente a dos toiros; pergunto eu pois, se o que quer fazer uma fazenda de criação não a enche logo de animaes feitos; porque se hade encher o Brazil, esta estancia do genero humano, de homens feitos?—*risum teneatis amici?*

O capital muito modico, que o Brazil emprega em negros hade achar giro d'entro do mesmo paiz, pois que actualmente ganha aqui a moeda 12 por cento. Isto prova falta de capitaes, porque la aonde os há mal ganha 5 por cento. Um paiz, que só tem negros, e enxadas literalmente, tem na immensa lista das machinas necessarias, coizas para as quaes de certo não hade ter capitaes nestes duzentos annos; isto salta aos olhos: donde se vé que há vasto campo para os capitaens; apezar de não ser receavel a sahida destes, permitase-me o dizer, que o Hollanda sempre os empregou fora de si mesmo, pois que já emprestava fundos a El Rey D. João III., e com tudo em 1792 apodreceu por ser muito rica.

Se um homem a quem sobrasse algum capital se chegasse ao governo, e lhe dissesse,—eu tenho capitaes sem destino, permitase-me o derribar as cazas a fim de que na re-edificação girem os meus dinheiros. Se a recluzaõ na caza dos Orates devia ser a unica resposta; que contestação merecem os que veem que da importação de escravos se hade seguir a acabrunhação dos brancos, e com tudo não querem providenciar estes males só porque estão principiados, e porque desconfião que não haverá em que empreguem o seu dinheiro?

A machina não substitue o homem, hé o homem, quem substitue a machina; da não importação de escravos provavelmente se seguirá a importação, ou invenção daquellas; e como o trabalho da mais simples dobra em muito ao do homem o mais robusto, logo os productos nesse tempo haõ de ser dobrados; logo haõ de

haver mais rendas; logo o governo hade ter nas suas maior aliquota parte; logo quando cessar a importação de escravos novos, o erario não só não hade sofrer diminuição na sua receita, mas até hade vir ater augmento.

Mas suponhamos por um momento, pois que assim o querem que o Brazil precisa de importação de homens; não os tem a Europa bem gentis, e a China bem industriosos? Não estão neste momento no mundo velho aptos a lançar-se nos braços da morte muitos milhares, só porque lhes hé difficultozissimo adquirir propriedade naquellas terras? Hade ser por força a Africa barbara, inculta, e despovoada o mercado para nosso provimento? A cor negra, e as feições hidiondas, eu anti-Europeas serão talvez os atractivos, e as unicas recommendações da casta, que queremos amalgamar com nosco? E só com esta raça, tão diversa da nossa, repartiremos este nosso paraizo para nelle plantar-mos uma nova Especie, que não seja branca, nem preta? A Africa já nos deo o nome porque *Brazil*, hé termo Africano; e quereremos tambem, que os Africanos sejam aqui os senhores?

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

Apezar de Castilho levar a mal que Vm^{ces} inserissem no seu Jornal a minha precedente resposta, e apezar de os ameaçar com prohibição si inserirem outra (J. de C. N^o XL. P. 1, p. 230) espero que Vm^{ces} não sejam tão pusilanimos que deixem de insirir tambem a incluza; por que devem Vm^{ces} estar persuadidos, como eu estou, que o nosso governo hé assas justo para não ter, e sobejamente discreto para não mostrar uma parcialidade mui censuravel, sem aqual não pode tolerar que saia das imprensas de Portugal o Jorn. de Coimb. com os escritos de Castilho, e prohibir que entre neste reino o Inv. por trazer as minhas respostas, que não são mais que uma adequada refutação daquelles escritos. Contando pois com a rectidão do nosso governo podem Vm^{ces} estar descansados a este respeito, advertindo que

Castilho hé o agressor; que nas primeiras tratei a Castilho com toda a consideração; e que se nas ultimas o trato d'outra sorte hé por que me tem obrigado com a indignidade extraordinaria dos seus escritos. (vejaõ-se os dous Jornaes.)—De Vm^{ces}

Muito venerador e obrigado

BERNARDINO ANTONIO GOMEZ.

Lisboa, 24 de Setembro de 1816.

Resposta ás denominadas Reflexoens de Jozé Feliciano de Castilho.—(Jorn de C. N^o XLI. p. 1, p. 227.)

Ridentur mala qui componunt opera: verùm
Gaudent scribentes, et se venerantur, et ultró,
Si taceas laudant quidquid scripserê beati.

HORAT. L. 2, Ep. 2.

Un sot, en écrivant, fait tout avec plaisir,
Et toujours amoureux de ce qu'il vient d'écrire,
Ravi d'étonnement, en soi-même il s'admire.

BOIL. Sat. 2.

Quem se não rirá, e não terá por louco d'amor proprio a Castilho, vendo-o tão satisfeito das suas nescias, e indecorozas producçoens jornalisticas que nada menos as reputa que equivalentes a Memorias aprovadas, e impressas pela Academia!* A' vista de Diarios vergonhosos (Invest. P. N^o LV. p. 316) que desacreditariaõ os mesmos estudantes que os escreveraõ, se não se soubesse que foi o seu Lente Castilho que os fez, e á vista de todos os outros seus escritos (Jor de C.) onde se nota suma falta de logica, e de dialetica, e uma nullidade de conhecimentos absoluta,† quem vendo o conceito que Castilho faz delles, e do seu saber,‡ deixará de se recordar do Louco de Horacio § que

* Se não tenho justificado, diz Castilho a minha admissãõ (a Socio da Academia) com Memorias MS. que appresentasse
tenho tido a honra de lhe offerecer escritos impressos neste Jornal (de Coimbra) p. 233.

Stultus et improbus hic amor est, dignus que notari.

HORAT. L. 1, SAT. 3.

† Vejaõ-se as minhas Respostas no Inv. Port.

‡ Jacta-se de dizer couzas novas em Medecina, L. 6, p. 234,
e de me pôr em a perto com as suas razoes!! p. 230.

§ Horat, L. 2, Ep. 2.

VOL. XVII.

2 L

imaginava vêr a mais bella opera quando esta se não representava senão na sua imaginação!

Castilho na sua especie de Loucura mostra-se tão contente, e hé tão feliz, como o Louco de Horacio; por isso eu de boa mente o deixará na sua alienação, se ella fosse tão innocente como a deste, por que não queria neste caso que Castilho, se um dia viesse a ter juizo, dicesse como Lycas:—

Pol, me occidistis, amici,
Non servatis . . . cui sic extorta voluptas,
Et demptus per vim mentis gratissimus error.

Castilho porem sendo tão louco como Lycas, não hé innocente como elle. Castilho sendo sumamente ignorante como tenho mostrado nas precedentes Respostas e vou de novo mostrar nesta, ensina, *horresco referens*, e pratica a medecina. Hé alem d'isto um impostor, ainda que por isso pouco mal pode fazer, por que tem as Orelhas de Mydas, que sempre o haõ de fazer conhecido, hé tambem um calumniador como já fiz ver neste Jornal, e novamente vou mostrar.

Naõ hé pois inutil para a Sociedade que eu faça mais algumas deligencias para curar este louco, e quando menos que mostre o que elle hé, para que todos o tenhaõ na conta que merece.

Tal vez parecesse bem a alguns que eu lhe fizesse applicar o remedio familiar de que uzaõ ás vezes os enfermeiros de taes doentes: eu porem, ainda que convenho que era bem indicado pela insolencia de dizer *mente* sendo elle o mentirozo,* não quero usar de um remedio, que, apezar de ser talvez o

* Jorn. de Co. l. 6, p. 233, Castilho neste lugar nega que eu consultasse a sua vontade antes de o propor á Academia para Membro da Instituição, e della por consequencia. Como isto se passou verbamente, e sem testemunhas, não hé possivel desmentillo com evidencia; creio porem que todos conheceraõ de que parte está a verdade, advertindo, que na Academia não se propoem para membro pessoa alguma, por mais sabia que seja, sem se saber com certeza da sua vontade; que hé inverosimil que eu o propoesse para um lugar trabalho sem lhe perguntar sequeria, e se poderia servillo; emfim que elle hé um calumniador em factos, em que póde, e póde bem ser desmentido. Merecera pois credito em um, em que alem de inverosimil, não se póde demonstrar a verdade!

mais capaz de o curar, havia de ter muitos desaprovadores. Substituo-lhe outro não inferior—uma sova literaria, a qual hade ter mais approvadores, porque sendo a sua loucura presunção de ser sabio, hé aquella o mais proprio helleboro para o purgar da sua insana vaidade.

Vamos ás suas Reflexoens, novissimo monumento da sua extraordinaria inepecia. Na primeira parte dellas (que astutamente não reduzio a artigos, como fez no resto, para ressaltar menos a sua insufficiencia) parece querer justificar-se dos vergonhosos defeitos que notei na amostra dos seus diarios. E como o faz? Diz-nos que a causa proxima das sezoens, que elle mesmo confessa que não conhece, hé a mesma em todas; que a Quina Peruviana hé um remedio quazi infalivel de todas; que podem ser necessarios vomitorios, purgantes, e sangrias, e que com estes remedios muitas vezes se curárao sezoens sem se uzar da Q. e sem nos dizer a que fim vem tudo isto, ou como isto o justifica da inhabilidade de dar ao doente de sezoens, que era debil somente quatro oitavas de Q. do Rio por dia, tendo visto que quatro erao insufficientes, e dar ao que era robusto, obstruido, e que tinha outras contra-indicações, de Q., 5 oitavas por dia, sem nos dizer porquê, resistindo as sezoens a Q. do R. em pó, deo depois uma preparação, que por analogia devia reputar mais fraca, qual era o cozimento;* sem dizer porque não notou, como cumpria fazer em experiencias sobre a efficacia de um remedio novo, as alterações, e estado do pulso, das excreções antes, durante, e depois do uzo da Q. do R. &c. Conclue muito satisfeito “*tenho dado, acho eu, a razão da forma dos dous Diarios que publiquei,*” (p. 228). Então hé um novo Lycas, ou não? O antigo, segundo Horacio, applaudia os actores que imaginava vêr em scena, e não via; o moderno, e nosso applaude-se a si por ter feito o que não fez; o nosso porem igualando o de Horacio no prazer que

* Castilho em uma nota mui digna delle (J. de C., l. 6, p. 228) julga ter-se justificado desta indscrição, dizendo que eu antes delle já tinha ensaiado a Q. do R. em pó? Que espantoza falta de Dialectica!! Censureio eu por ter dado a Q. do R. em pó, ou por ter dado o cozimento depois da Q. em pó. Se quando o censurei, tive razão de dizer que Castilho tinha pouco senso, creio que á vista da nota posso dizer que não tem senso algum.

lhe dão ideas imaginarias; merece mais attenção, pelo perigo das suas ideas erroneas.

Por quanto, diz Castilho, que a Q. Peruv. hé um remedio quazi infalivel de todas as qualidades de cezoens, (p. 227, l. 17), que a cauza proxima de todas as cezoens hé uma só, e que esta, quaesquer que sejaõ as remotas, as complicaçoens e mais circumstancias, hé suscetivel, geralmente fallando, de ser vencida pela Q., ibid. l. 30. Se Castilho não entende por cezoens alguma couza diversa do que todos entendem, isto hé, dar febres intermitentes, nada há tão erroneo como aquella doutrina, aqual por ser de um homem que ensina na universidade merecia ser tomada em consideração pela policia, e pelo governo, attentas as consequencias funestas que pode ter.

Que medico, a não ser Castilho, diria em 1816, "*que hé quazi infallivel, a curas de toda as qualidades de sezoens, por um só medicamento, a Q. do R.?*" Ignora Castilho que há sezoens, occasionadas por apertos d'uretra,* por vicio herpetico, Sarnozo, gotozo,† e por outros vicios sobre os quaes ou não tem poder a Q. ou tem um poder illusorio? Ignora ainda Castilho que há muitas sezoens não só complicadas, e interditas, mas cauzadas por inflamaçoens, já latentes, já manifestas, em que a Q. hé nociva, e a sangria o remedio?‡ Se há pois sezoens, que se curaõ prontamente pela Q. se há outras que são invenciveis por este remedio, e se há ainda outras, que se agravaõ pelo uzo da Q. e se curaõ completamente por evacuaçoens sanguineãs, como o mesmo Castilho sem reflectir reconhece§ como a cauza proxima das enfermidades, deduz

* Home. Practical Observations on the Treatment of Strictures in the Urethra, vol. 1, § 6, p.

† Senac. De recondita Febrium Intermit. natura, pp. 91, 331, 303, febres etenim multæ eo (cortice Peruv.) non curantur licet revera intermitentes sint, p. 326.

‡ Febres intermitentes nullis nec degerentibus nec solventibus, nec febrifugis cedentes remediis, facta venæ sectione in salvatella frequenter sanatur felicissime. Stoll, Rat. Med. l. 6, Aph. 8.—Bagliv. opera omnia, l. 1, cap 2, § 10.

Broussais. Hist. des Phleggm. Chroniq. l. 2, p. 125, &c. Kirkland na sua "An Inquiry on the present State of Med. Surg." l. 1. p. 274 diz "I have seen inflammation bring on a regular intermittent, which was removed by curing the local complaint," &c. &c. &c.

§ Pode ser indispensavel, diz Castilho sangrar antes

se principalmente do que he proveitozo nellas, hé forçozo reconhecer uma cauza proxima diversa nas sezoens que se curão bem com a Q. e nas que se curão por evacuaçoens sanguineãs. Logo a cauza proxima de todas as sezoens não hé uma só.

Que hé uma, e a mesma a cauza proxima da maior parte dellas, hé mui provavel, porque a maior parte provem da mesma cauza remota (as exhalaçøens pantanozas) e curão-se por meio da Q. Seria porem tão máo logico como Castilho o que da pluralidade dos casos concluísse para a totalidade. A mesma razão, que há, para inferir dos salutaes effeitos da Q. na pluralidade das febres accessionaes, que a maiôr parte tem a mesma cauza proxima, há tambem para concluir dos máos effeitos da Q. em muitas; que estas tem uma cauza proxima diversa, e até mesmo oposta quando a Sangria a cura perfeitamente. Supôr neste cazo uma complicação de sezoens com molestia inflammatoria, hé fazer uma hypothese inadmisivel, por que, se houvesse esta complicação, a sangria curaria a inflamação mas não as sezoens, as quaes pelo contrario agravaria se todas tivessem uma cauza proxima do dominio da Q.; por que a Q. e Sangria são remedios diametralmente opostos nos seus effeitos, e na sua competencia e por conseguinte, quando competentes, indicão estados pathologicos opostos. He forçozo pois reconhecer que há alguãs febres intermitentes e muitas remittentes, cuja cauza proxima hé inflammatoria*, o que manifestamente se vê no caso seguinte que corrobora a observação de Kirkland, e que tenho o gosto de poder authenticar com uma testemunha tão intelligente e fide digna como hé o habilissimo Professor de Cirurgia desta Capital, Antonio d'Almeida.

Tendo N. F. uma Blenorrea, sobreveio-lhe uma inflamação no testiculo, e cordão espermatico esquerdo,

d'applicar a Q. e todos os dias succede tomar-se desnecessario este medicamento, porque com a sangria . . . as sezoens se curarão perfeitamente, l. c. p. 228.

* Selle apoiado nas authoridades de Huxam, Grant, Pringle, e outros, já tinha reconhecido na sua Pirotologia um genero de febres intermitentes inflammatorias (pag. 344); e recentemente o Professor Pinel na sua Nosografia não só admite a mesma qualidade de intermittentes (t. 1, p. 24) mas confirma-a com observaçøens suas e de Hoffman (p. 25 e 26.)

e apôz esta sezoões terçaãs perfeitas, das quaes chegou a sofrer tres. Consultando-me a este respeito, aconselhei-lhe que não fizesse mais que mandar applicar sanguessugas ao scroto. Assim fez, e isto bastou para se minorar muito a inflammação e não voltarem mais as sezoões.

Quantos males pois, e quantos assassinatos em forma medica não induz a praticar o que ensina que “a causa proxima de todas as cezoões hé uma só, e que esta, quaes quer que sejam as remotas, as complicações, e mais circumstancias, hé susceptivel geralmente fallando de ser vencida pela Q.?” Tanto hé certo, como diz Pope, que, o pouco saber hé couza perigoza.*

Para tornar mais acautelados os inexpertos discipulos de Castilho contra esta perigoza doutrina, referirei sumariamente outro notavel caso da minha observação, que seria funesto se eu estivesse persuadido, como Castilho, que a Q. hé capaz de vencer a cauza proxima de todas as sezoões, quaes quer que sejam as circumstancias.

Um creado (era Bolieiro) do commendador de Malta, Luiz de Castro,† quando este e eu resediamos em Aveiro, adoeceu no Alboi, com sezoões terçaãs soporozas. O character perneciozo destas sezoões, em uma athmosfera humida, e carregada d'exhalações pantanozas, como era a d'Aveiro, fez que eu me não demorasse em recorrer a Q. Tomou perto de uma onça empô em um dia d'intermitencia, no seguinte não só veio a sezaõ mas foi mais forte. Atribuindo eu esta falencia da Q. a não lhe ter dado bastante, por ter sido menos de uma onça, recomendei que no seguinte dia tomasse mais de uma onça. Assim fez, toda via no seguinte dia teve sezaõ ainda mais forte, e no fim não se dissipou, como nas precedentes, o estado soporozo. Reflectindo então que o pulso do doente durante a sezaõ, e depois d'esta se tinha tornado mais forte; que elle era homem robusto, que estava mais corado que de ordinario, que as sezoões no uzo da Q. em doses já sufficientes, se faziaõ mais fortes, longe d'insistir no uzo d'ella como se fez indiscretamente no caso, que refere M. Pinel (l. C. p. 158),

* Eusaio sobre a critica, traduzido pelo Conde d'Aguiar, p. 53.

† Este Cavalleiro hé da Caza do Covo.

mandei sangrar o doente, e por este meio tive o gosto de o curar, o que não conseguiria se eu não attendesse ás circumstancias, e se eu estivesse no erro de crer que a Q. hé capaz de vencer a cauza proxima de todas as sezoões.

Sendo a doutrina de Castilho, a respeito das febres accessionaes, tão miseravel como venho de mostrar, que gloria, e que credito literario não adquirirá Portugal, e particularmente a nossa Universidade, se o Jornal do Lente Castilho tem a inesperada honra de hir ver a celebre cidade, que o Sena banha, e que tantos sabios habitaõ! Elle diz (l. C. p. 233) que alguns d'estes lhe pediraõ o seu Jornal; contando porem com uma impostura e miudeza nauseoza como foi feito Secretario da Instituição, não nos diz com igual miudeza, como se lhe pedio de Pariz o seu Jornal, e como se chamaõ os sabios que o pediraõ. Hé pouco crível o facto, mas se hé verdadeiro, de certo os taes sabios foraõ embaidos pelo titulo ardilozo do dito Jornal. Pobre Universidade de Coimbra!! Tenha porem paciencia, ja que negligente a respeito da sua reputação, não se ôpoz como devia, a que o Jornal de Castilho tivesse o titulo improprio de Jornal de Coimbra.

Naõ posso deixar de notar depois de fallar em Secretario da Instituição, a impostura ridicula com que Castilho refere a sua eleição para aquelle lugar. Lendo-se (p. 231) que duas ou tres vezes ficaraõ empatados os votos, e que outras tantas esteve indecizo se elle devia ser, se o Dor. Mello Franco; entenderá o Leitor que Castilho tem aqui a mesma reputação de Mello Franco, e que dos outros membros da Instituição só os dous se reputavaõ capazes de serem Secretarios da Instituição. Nada porem hé menos verdade, por que todos os membros tem servido, e vaõ servindo revezadamente de Secretarios, e de certõ nenhum menos bem que Castilho. Em quanto á reputação, Mello Franco há muito que tem reputação de medico habil, e agora tambem a d'ellegante escritor; Castilho era desconhecido aqui antes de se meter a Jornalista, e depois d'esta epocha a sua reputação corre parelhas com a de Mydas; vejaõ-se os seus Diarios sobre a Q. do R., veja-se o que diz sobre sezoões, sobre a dignidade do escritor, sobre a analyse da Q.; a notavel dedicatoria

a extincta Junta dos Tres Estados, ou qual quer outro escrito seu, por que todos trazem a effigie das Orelhas que o ceo lhe deo como a Mydas em castigo da sua vaidade, e indiscrição.

Das imposturas porem de Castilho, que a cada passo se encontraõ nas chamadas *Reflexoens*, a que respondo, nenhuma há mais ridicula (alem de afrontoza para o governo) que a pintura do que elle chama *negociação* de que se diz (p. 230), ter sido encarregado pela Instituição quando seu Secretario.

Quem ler que a Instituição encarregou o seu Secretario de uma negociação com o nosso governo, e que aquelle aplanou difficuldades, conseguiu vantagens, e se houve de sorte que merece louvor não pode deixar de entender que a Instituição, e o governo se conduzem como duas potencias diversas, que tem pertençaõs, e interesses opostos, e que estes eraõ tão dificeis de conciliár no tempo de Castilho, como os do celebre Congresso de Viena, e que por isso o Secretario Castilho, qual outro Castlereagh, foi incumbido desta difficil negociação. Tudo isto hé tão ridiculo, quanto hé certo que a Instituição, não tendo por objecto senão um mui importante serviço publico longe de achar contrariedades da parte do governo, constantemente tem achado todo o acolhimento e protecção que merecia, e os grandes serviços que então fez Castilho, consistiraõ em dizer ao Ex.^{mo} D. Miguel Pereira Forjás, por cuja Secretaria tinha vindo á Instituição o avizo de Porte Franco para a sua correspondencia, que a condição de serem as cartas assignadas pelo Secretario da Academia embarçava muito a correspondencia da Instituição. Se o Snr. D. Miguel, que se tem mostrado sempre um fautor da vaccinação, lhe fosse adverso, e se aquella clausula não fosse manifestamente nociva ao serviço da Instituição, (alem de ser desnecessaria, porque á excepção de Castilho nenhum outro membro da Instituição podia abusar da regalia que lhe foi concedida) haveria difficuldades que aplanar, mas naquellas circumstancias, qual quer outro membro da Instituição, que fallasse ao Snr. D. Miguel, conseguiria immediatamente o que Castilho se vangloria de ter conseguido, com a differença que nunca se jactaria, de um tão pequeno, ou tão pouco custozo

serviço, e menos o qualificaria de *negociação*, termo que neste caso não só hé improprio, mas chega a ser injurioso para o Snr. D. Miguel, e para o governo.

Cansaria o leitor se quizesse referir-lhe as multiplicadas imposturas que se encontraõ nas denominadas Reflexoens de Castilho; pouco porem interessa mostrar que elle tem em summo gráo o defeito dos homens sem talentos, toda via não omittirei duas em que este doutor se mostra um Mydas de maiores orelhas que o da Fabula.

Tendo Castilho dado por prova do bom conceito que eu d'elle fazia, o ter elle sido chamado para conferencias de doentes meus, dice eu (Inv. Port. No. LV., p. 221.) “Em quanto a conferencias, não me lembro de outras mais que uma . . . os doentes porem daquellas conferencias eraõ de Castilho, e não meus.” Neste Portuguez, que hé bem claro, não affirmei (como falsamente diz Castilho, l. 6. p. 234) que eu nunca tinha conferido com Castilho senão a respeito de doentes d'elle, dice só que me não recordava senão daquellas tres conferencias que se tinhaõ feito a doentes d'elle. Recordo-me porêin agora que tive mais uma á Boavista a respeito de um doente meu, e hé verdade que a ella veio Castilho por nomeação minha, dizendo porem Castilho que isto foi pelo *tempo pouco mais ou menos* (de certo menos) daquellas conferencias, hé claro que isto não podia ser se não por uma retribuição da minha parte, não podendo por isso allegar-se como uma prova de conceito, muito mais sendo a conferencia a respeito de um forasteiro de nenhuma representação. Mente porem Castilho (seja me licito uzar com propriedade do termo grosseiro, de que elle impropriamente se servio) quando diz, que, o doente me rogara que eu nomeasse para a conferencia os medicos da minha maior confiança.”

Tratando-se daquella conferencia dice eu, como costume, que chamasse os medicos que quizesse, e tornando me: que não conhecia os medicos de Lisboa, e que quizesse eu nomeállos; inculquei-lhe entãõ Mello Franco, de que fazia conceito, e que estava perto, e a Castilho pela razão já dita, e por assistir tambem não longe. Se o doente exigisse que nomeasse os medicos da minha maior confiança, de certo não

nomeava Castilho, por que entãõ nem o reputava, nem o podia reputar grande medico, por que era mui recente o conhecimento que d'elle tinha, e ainda não tinha vindo, (nem chegaraõ depois) ao meu conhecimento as provas do seu saber, toda via taõ bem o não reputava taõ pequeno como conheço que hé.

Castilho por occasiaõ desta conferencia diz que eu reputo gotozas todas as molestias de Lisboa. Esta exaggeraçãõ quer dizer que eu tenho por gotozas, ou reumaticas muitas molestias a que Castilho, e Medicos da mesma estofa confundem com as venerêas, ou denominaõ nervozas, torporozas, em uma palavra quer dizer que Castilho só conhece (se conhece) a gota e reumatismo nas suas formas regulares, e que as inumera-
raveis, ainda que triviaes, anomalias destas enfermidades, lhe saõ ainda inteiramente desconhecidas.

Não me admiraria isto quando este Mydas, com a mais malevola intençãõ encabeçou na sua controversia com o Dr. Baeta, o caso de um arthritico de que Baeta tinha tratado, e que eu depois curei. Naquelle tempo podia Castilho, por falta de liçãõ, e de reflexãõ na sua pratica, desconhecer as molestias arthriticas anômalas; mas depois da liçãõ que teve na nota da pag. 33 do Apendice ao No. XXIV. do Inv. Port., e depois de ver que aquelle memoravel doente venceo a sua longa, e formidavel molestia pela minha perserverancia, em o olhar e tratar como arthritico, dizer Castilho por estranheza e motejo que eu tenho todas as molestias de Lisboa por gotozas, hé patentiar uma ignorancia invencivel, e mostrar que apezar de ser lente de medecina, nem hé medico, nem o hade ser. Se Castilho tivesse o talento, e a curiosidade d'indagar quaes eraõ as causas morbificas, a que estaõ expostos, e se expõem os habitantes d'esta capital, teria achado que elles haviaõ ser muito sugeitos a molestias arthriticas, e se fosse dotado de um espirito observador, e tivesse discernimento bastante para vêr as molestias quando vê doentes, estaria persuadido como eu, e a maior, ou melhor parte dos medicos de Lisboa, que as molestias arthriticas em forma regular, e muito mais em formas anô-
molas saõ muito triviaes em Lisboa.

Entãõ guiãdo por este luminoso principio, ou pelo que se sabe de molestias arthriticas, saberia formar

planos de tratamento adequados e felizes, em lugar de prescrever remedios por indicaçoens vagas deduzidas do capitulo *de molestias nervozas, torporozas, hemorroidaens, flatos, &c.*, termos que não significão mais em medecina que o horror do vacuo em fizica.

Se Castilho me não tomasse o pouco tempo que tenho para escrever, obrigando-me a lêr pedaços do seu Jorn., e a responder ás suas sandices, e calumnias, havia occupar-me das anomalias arthriticas, por que vejo que isto era necessario para instrucção dos medicos Castilhos e para bem dos seus doentes; em quanto porem o não posso fazer, aconselho-lhes que estudem mais as molestias arthriticas, e que meditem o seu genio, e suas metamorfozes prodidigiozas, se querem achar o fio d'Ariadne que os haja de guiar no labyrintho d'algumas enfermidades.

A segunda conferencia de que falla Castilho ainda que fossem verdadeiras as ridiculas e inverossimeis ficçoens que refere, não prova mais que a primeira, o bom conceito que delle fazia, tendo elle dito que aquellas conferencias foraõ *pouco mais ou menos* pelo mesmo tempo das que eu tive com elle a respeito de doentes seus. Quando porem se le como sinal desta conferencia que Castilho, o qual não tem lição, nem reflexão, nem bastante senso commum, disse couzas novas em Medecina ninguem pode deixar de a ter por ficticia, e de lhe applicar os versos de Boileau:

Lui-même applaudissant à son maigre génie,
Se donne par ses mains l'encens qu'on lui dénie.

Art Poet. c. 3.

Sobejamente tenho mostrado que Castilho hé muito ignorante, e um miseravel impostor, isto porem não hé o que me fez pegar na penna, por que a não ser Castilho juntamente um calumniador; eu deixava passar, ainda que lesse, e provavelmente não lia, as parvoices medicas, e imposturas que Castilho quizesse pôr no seu Jornal; misturando-lhe porem calumnias, hé forcozo refutallas, e de caminho mostrar quam nullo, e despresivel hé, como homem de letras, este despejado calumniador.

Diz elle que eu provoqueei, e ordi esta contestação (l. 6. p. 230), e que eu *deixei a Instituição por que me*

naõ rendia nada (pag. 131). Esta contestação poreu começou na censura que Castilho fez á minha Memoria, sobre o novo principio da Q. e eu sustentei em quanto vi que nella se naõ excediaõ muito os limites da decencia; quando vi que estes se hiaõ perdendo de vista caleime e naõ respondi a Castilho.

Castilho passado um anno, talvez por naõ ter com que encher o seu Jornal, e de certo por que naõ tem pejo, nem decoro, renovou a questação no seu No. 26, em uma nota digna delle, e como eu continuasse a naõ responder, tornou a renovalla no seu No. 29, e havendo entaõ superado a minha pouca pachorra, dei-lhe a resposta que elle merecia (Inv. Port. No. XLIV. p. 662), e depois naõ tenho feito senaõ espezinhallo quando arreganha os dentes virulentos, e faz novos esforços para me morder, por que digo com Horacio

An, siquis atro dente me petiverit
Inultus ut flebo puer?

Logo foi Castilho, e naõ eu que urdio, e hé Castilho, e naõ eu que quero perpetuár esta contraversia. E como tudo isto consta ao publico pelos dous mencionados Jornaes, hé Castilho pelo contradizer naõ só calumniador, mas um mentirozo* sem pejo.

Em quanto á Instituição hé taõ calumniozo o dizer Castilho que a deixei pelo motivo de me naõ render nada, que ao contrario em quanto nada podia render por subsistir á custa da Academia, servi-a, naõ só o melhor que pude, mas longe de querer interesse (hé forçoza dizello) offereci á Academia para ajuda das despesas da Instituição trinta e tantos mil reis de jetoens, que tinha de receber, e logo que a Instituição teve o producto de uma lotaria para as suas dezpezas, e quando aos seus membros se mandavaõ dar jetoens como aos socios da Academia, hé entaõ que a deixei. Direi tambem porque a deixei, pois o motivo mostra mais a injustiça, e enormidade daquella calumnia.

No ultimo trimestre que servi de secretario da Instituição, fiz por ordem desta uma representação, que a Academia fez subir ao governo, e em que mostrava que a Instituição, alem de ser pezada á Academia, naõ

* Uzo do termo mentirozo, por que Castilho mo facultou.

podia sem fundos dados pelo governo, extender, nem manter a vaccinação que tinha introduzido nas provincias de reino, porque não podia ser permanente, nem muito duradouro, como se observava, um serviço, gratuito, pezado, contrario aos interesses dos que o praticavaõ, e mantido meramente por um entusiasmo de patriotismo que a Instituição lhes assoprava; e que naturalmente havia acabar em muitos, afracar em alguns, permanecer em muito poucos, e nunca ter grande generalidade. Pedia em consequencia o producto de uma lotaria para manter, e generalizar pelo reino o beneficio da vaccinação.

Nesta representação, para se não tornar suspeita a pureza dos sentimentos da Instituição declarava que destes fundos nada queriaõ para si os membros da Instituição. O governo annuindo, mandou que a Academia lhe apresentasse um plano para a applicação da quelle producto. A Academia nomeou uma commissão para fazer o plano, e desta commissão quíz que eu fosse membro.

Disse eu entaõ que não podia dizer na commissão o que tinha meditado, e julgava conveniente, sendo membro da Instituição; que por isso se queriaõ que eu dissesse o que entendia, haviaõ dimetir-me da Instituição; e se queriaõ que eu permanecesse deviaõ nomear outro para a commissão.

Naõ conhecendo a Academia a razão d'esta incompatibilidade, fez-me o obsequio d'insistir em que eu fosse da commissão, sem convir na minha demissão. Aceitei, mas na resolução de não permanecer na Instituição se se adoptasse o que eu tinha de propôr para lhe dar alguma estabilidade, e a tirar do estado mui precario em que se achava.

Ex aqui o que propuz, e que me fez retirar da Instituição.

Tendo eu observado o muito que o serviço da Instituição estorvava a um Medico practico, e que por haver nelle epochas perfixas d'assistencia, umas vezes era preciso alugar sege para ali estar a tempo, outras era forço de deixar de ver alguns doentes, e até de assistir a algumas conferencias, &c. &c. persuadi-me que a Instituição no pé em que estava, não podia sobreviver

aos membros que tinha, quando não se estabelecesse tambem para elles alguma recompensa, pelo menos alguma ajuda de custo.

O desejo de perpetuar este utilissimo estabelecimento fez-me pensar sobre os meios de vencer aquella difficuldade, e suggerio-me um que me pareceo o mais economico para o Estado, o mais decente para os membros da Instituição, e o mais vantajozo para o serviço; era estabelecer na Instituição, á imitação da Academia, as propinas denominadas jetoens, que só se vencem nesta quando os socios effectivos assistem ás suas sessões.

Agradou a lembrança á commissão e teve a approvação da Academia, e do governo.

Então trouxe á lembrança o que eu havia dito quando me nomearaõ para a commissão, e expliquei porque não podia continnar a ser da Instituição. Por quanto tendo escrito quando secretario della, que a Instituição nada queria para si dos fundos da lotaria, eu, e unicamente eu dos membros da Instituição (porque os outros não tinham tido parte nas deliberações da commissão, nem sabião do meu projecto) podia ser arguido de uma vergonhoza falta de sinceridade no que tinha proposto ao governo, se propondo agora e adoptando-se a ajuda de custo para os membros da Instituição, permanecesse nella.

Deixei por conseguinte, por um sentimento honesto, e quando me pareceo que ella tinha adquirido estabilidade, e que podia, sem prejuizo, escuzar os meus serviços.

Se em taes circumstancias a malevolencia de Castilho me crimina d'interesseiro, dizendo que *deixei a Instituição, porque me não rendia nada*, que não diria elle se eu a não deixasse? Que indignidade para um lente, e que falta de saber, quando em uma controversia literaria, por falta de boas razoes, recorre a estranhas, e mizerazeis calumnias, diz injurias grosseiras, &c. &c. Um lente de tal lote, ou que hé como tenho mostrado, alem de calumniador, um Mydas, não merece que se lhe responda mais, nem mesmo quando calumnia: merece ser tratado com absoluto desprezo, até para não tornar mais notavel a epocha ridicula, que elle tem

feito no annaes da nossa Universidade. Lisboa, 12 de Setembro de 1816.

BERNARDINO ANTONIO GOMEZ.

CONGRESSO DE VIENNA.

(Continuado da pag. 157 do No. antecedente.)

CAPITULO VIII.—*Das couzas boas que se tem feito na Europa, há cem annos a esta parte, em beneficio do equilibrio.*

A Europa politica assemelha-se á maior parte das antigas cidades, cujo plano parece haver sido traçado por uma especie de homens, inimigos das linhas rectas, do ar, e do sol. Quem quer ver, e respirar hé preciso sahir dellas, e hir para os arrabaldes.

Toda a organização politica da Europa continha as mesmas tortuosidades e trevas. Os diversos Estados que a compoem foraõ, pela maior parte, compostos das ruinas do Imperio Romano. Há mil e quinhentos annos que o abutre politico rõe este grande corpo, sem com tudo o ter ainda podido destruir.

Todos os Estados se tem formado d'agregação fortuita de uma multidão de outros Estados, mais ou menos extensos, e que por uma variedade infinita de cauzas se lhes tem agregado.

Olhemos para a França, que principiou com as Galias Romanas, e depois continuou com os reinos de Arles, d'Austrasia, d'Orleans, de Soissons, e com os ducados, condados, e soberanias que successivamente se formaram dos despojos de Roma, e que a final foraõ absorbidos por esse estado, que hoje se chama França: cada um fez aqui o que poudes; e foi rei, duque, ou conde, segundo a boa fortuna que teve.

A Germania, e a Italia tomaram a mesma direcção: em toda a parte, o tempo foi quem operou todas estas aggregassoens, segundo as conveniências que foraõ

apparecendo. Mas os cazamentos dos principes forão quasi sempre os que dicidiram da sorte dos Estados.

Leonor de Guyenna trouxe em dote a El Rey de Inglaterra uma parte das melhores provincias de França; porem este dote produzio trezentos annos de guerra entre os dois paizes.—Maria de Bourgõha fez passar para a caza d'Austria uma magnifica herança, formada, quasi toda, dos despojos da França; mas as tochas deste hymneo accenderam uma guerra, que durou muitos seculos entre as familias reinantes de França e d'Austria. Os direitos de Luis XII., sobre o Milanêz deram a França 60 annos de guerra neste paiz, que, mil vezes occupado e perdido pelos Francezes, parecia em cada nova tentativa, que a seo respeito se fazia, confirmar a sentença de Tito Livio: *Non sine providentissimo Deorum immortalium consilio Alpes Italiam et Galliam diviserunt.** Com effeito a natureza hé quem tem decretado a separação dos dois paizes. Mas a Europa tem sempre regulado os seos direitos de propriedade mais pelo espirito patrimonial, do que em virtude da boa politica ou da ordem geral.

Se alguns Principes, em pequeno numero, tem repartido entre seos herdeiros, mui vastos ou mui separados estados, todos estes arranjos só tinhaõ em vista interesses de familia, e nunca a ordem politica. Mas isto procedia de falta de civilização e do estado de separação em que os povos viviaõ entre si.

O primeiro indicio, que se econtra de algum cuidado á favor dos interesses geraes da Europa, apenas data do Tratado de Utrecht, no qual se providenciou que as duas coroas de França e de Hespanha não podessem recahir sobre a mesma cabeça. Foi este um acto verdadeiramente Europeo. O tomar, e guardar cada um para si eraõ só quasi os dois artigos, que compunhaõ todo o dictionario diplomatico da Europa.

A epocha actual não hé tão pobre de arranjos, bem calculados para a boa constituição da Europa. Dois se acabaõ de fazer, que não podem deixar de lhe ser muito favoraveis.

1º. Hé a reuniaõ de Norwega com a Suecia.

* Traducção:—“Não hé sem uma summa providencia dos Deozes immortaes, se os Alpes dividem a Italia das Gallias.”

2º. A da Belgica com a Hollanda.

Já nós expozemos as vantagens da união da Noruega com a Suecia; e o que hé bom para ambas tambem o hé para a Europa. Hé uma combinação mui judicioza, e mui util para os dois paizes, de que ainda a Europa há de tirar grandes fructos.

Outros, não menos importantes, tirará tambem da união da Belgica com a Hollanda; e á proporção que estes laços se estreitarem, muito mais hirá ganhando com elles o corpo da Europa. Porem, este assumpto, exige um particular desenvolvimento.

A Hollanda, nas suas antigas proporgoens, de nada servia para a politica geral da Europa: era, com effeito, o banco e o armazem da Europa, mas não era um dos seos membros politicos.

A povoação da Hollanda era mui restricta, occupava-se muito do commercio, e como era taõbem paga por elle, não podia nunca fornecer um exercito nacional. Assim, o exercito Hollandez compunha-se quazi unicamente de tropas estrangeiras: de facto, este exercito já não entrava na lista dos outros da Europa. A sua marinha tambem era mui pouco numeroza; e as suas colonias estavam desprovidas de tropas, e começavam a ser mais difficeis de guardar por effeito dos principios de dissolucção, que há vinte annos minam geralmente todos os Estados coloniaes.

A Belgica, entregue a si mesma, tambem não dava nenhuma garantias a Europa. A Austria fez della uma completa renuncia de direito, de facto, e de intenção. Em Veneza e Milão foi que ella de todo dezistio de Bruxellas.

Os Belgas tem constantemente mostrado uma firme adheção á caza d'Austria; e estes sentimentos tanto honraõ o governo como os vassallos, de maneira, que a saudade na sua separação hé igual. Mas, havia já muito tempo que a Austria sentia todos os inconvenientes que tinha esta sua colonia continental, aonde não podia, como a Hespanha, abordar em navios; e que alem disto, ainda a punha na dependencia de todo o mundo. Um só anno de guerra lhe levava os productos de dez annos de paz. O paiz era invadido antes que os corpos, destinados para o defender, tives-

sem tempo de sahir dos seos quartéis : o inimigo estava em Lilla, e os defensores na Bohemia ou na Hongria.

O tratado de limites foi um plano infeliz, no qual havia mais odio contra a França do que verdadeira segurança para a Belgica. Este mesmo Tratado, pondo esta possessão Austriaca ao alcance de todo o mundo, parecia ao mesmo tempo feito tanto contra a Austria como contra a França, e só a favor da Belgica. Alem disto, a Belgica, possuida pela Austria, estava privada de todo o commercio maritimo, para o qual hé tão propria pela sua situação, pelos seos rios, pelos seos canaes, e pela industria de seos habitantes.

A independencia, debaixo do governo de um Principe particular, não daria a Belgica um estado de força, util ao equilibrio geral. Com isto se poderia lizongear o gosto de uma parte de seos habitantes, mas a final, esta independencia havia de custar mui caro a todos. Desta sorte a Belgica, sem nenhum apoio, excitaria o apetite de todo o mundo, e não seria de proveito real para ninguem. Neste estado, podia continuar a ser privada de todo o commercio maritimo, e a ver-se circumvalada por muitas linhas de alfandegas.

A reuniaõ a qualquer soberania do Imperio dava-lhe os mesmos inconvenientes. E com effeito, não vemos soberano algum d'Alemanha, a quem podesse convir a Belgica com apparencia de utilidade para os dois paizes, e para a Europa.

Devemos confessar que todas estas suposiçoens são bem pouco racionaveis ; e quanto mais as examinar-mos maior futilidade lhe acharemos, e seremos o brigados a concordar, que a unica combinaçaõ, que a natureza e as circunstancias indicaõ, hé a reuniaõ da Hollanda com os Paizes Baixos.—Examinemos agora as vantagens que d'ella tiraráõ os dois paizes e a Europa.

A geographia, o clima, a lingoagem, e os habitos unem os dois povos : a religiaõ não se oppoem, porque podem sempre os interesses politicos andar unidos, conservando-se separados as opinioens e deveres religiosos. Quazi todos os Soberanos d'Alemanha apresentaõ os mesmos exemplos, sem nenhum inconveniente. El Rey de Saxonia hé Catholico, e nem por isso hé menos amado de seo povo, que hé Lutherano.

Um seo vizinho, El Rey de Prussia, hé Lutherano, e ao mesmo tempo taõ amado hé dos seos vassallos Protestantes como Catholicos. O Catholicismo hé dominante na Silezia, e a pezar d'isto, na ultima guerra, este paiz foi o que mais se distinguio pela sua adhezaõ a Prussia. Naõ se pode certamente negar, que a uniformidade entre o Principe e os vassallos, e mesmo entre os vassallos, seja um principio de tranquillidade, e facilite as operaçoens do governo; mas tambem a differença naõ exclue a possibilidade de um governo appropriado ao bem de qualquer paiz. Alem disto, a sexta parte dos Hollandezes tem a mesma religiaõ que os Belgas; e mesmo se pode dizer que o grande numero de Catholicos, existentes em ambos os paizes, deve ser a cauza de contemplaçoes particulares, e de medidas de prudencia que o bom juizo aconselha. Todas as conveniencias nacionaes convidaõ os Hollandezes e os Belgas a unir-se.—Acrescentemos agora, que a Europa tem grande conveniencia nesta mesma uniaõ.

Um Estado, colocado por tal forma, que pode fazer parar os primeiros movimentos de um inimigo poderoso; que, sendo elle mui fraco para conquista, hé todavia assas forte para naõ ser conquistado sem grandes combates, e sem dar tempo a seos deffensores para que o venhaõ ajudar; que tem tanto interesse em defender seos vizinhos como em naõ enfraquecer algum d'elles; este Estado, dizemos nós, hé mui proprio para naõ dar sustos a ninguem, e para ser mui util para cada um em particular. Ora eis aqui os rezultados que dá a reuniaõ da Belgica com a Hollanda.

Este paiz poderá ter uma povoação de mais de 5 milhoens de habitantes, e hé quanto basta para poder fazer grandes serviços publicos. Que naõ fez Frederico com um numero de vassallos muito menor? A riqueza de ambos estes dois paizes hé mui grande, quer se concidere como rezultado de seo commercio, quer de sua agricultura. Tem, por consequencia, meios para finanças, iguaes ou superiores as dos grandes Estados. Assim constituido, o Reino dos Paizes Baixos poem na balança da Europa um pezo conservador e pacifico que sem elle naõ haveria. Cobre o norte contra os ataques da França, e cobre a França contra os ataques do norte. O seo principio politico

deve ser, por consequencia:—nunca permittir que o norte se precipite sobre a França, ou que a França se precipite sobre o norte. Hé um corpo intermediario, que deve prevenir os choques, e diminuir os golpes que de uma ou outra parte se queiraõ dar.

Ao mesmo passo nunca pode dar receios a França. Que poderia esta temer de seos ataques? Quando os tentasse, ainda com socorros estrangeiros, veria immediatamente dentro de si os exercitos, desembocando de Lilla e Valenciennes, e hirem, estabelecer o theatro da guerra dentro de seo territorio, como sempre o fizeiraõ. Por outro lado, a França tambem não tem interesse em ataca-lo, porque de certo ella nunca o poderia conservar. Depois do que se tem passado desde a occupação da Belgica pela França, pode-se crer que uma invazão neste paiz deixasse de produzir uma guerra geral? Mais; será de presumir, que no mesmo momento a terrivel Inglaterra, taõ interessada na conservação deste arranjo, e que em parte hé obra sua, deixasse de bloquear todos os portos de França, não espalhasse seos mil navios por todos os máres, e não abrisse seos cofres para armar toda a Europa contra ella? Logo não há razão para duvidar, de que no estado actual das couzas a França pagasse a posse momentanea da Belgica com os incomodos de uma guerra geral, sem esperanças de a poder conservar.

Falemos com franqueza: a França já não deve olhar para as suas justas saudades, e só deve agora consultar seos verdadeiros interesses. Hé em Bourdeaux, hé nas suas costas maritimas, e hé em fim nas suas colonias que ella deve pôr a mira como compensação de uma posse precaria, que tanto mais difficilmente lhe será concedida quanto mais conhecidas são as vantagens que della tiraria.

A França deve fundar seo sistema politico segundo as novas circunstancias, e estas lhe devem fazer ver, que de hoje em diante hé conveniente que olhe os Paizes Baixos como olha a Hespanha, e que sem ter ciumes de nenhum dos dois paizes, antes se interesse na sua conservação. Uma politica vulgar pode mui bem interessar-se em crear ciumes entre as duas naçoens: mas uma politica mais luminosa cuidará antes em os dissipar, em as unir amigavelmente, e em lhes

fazer conhecer, que no actual estado da Europa—o dividir-se hé perder-se; e que tudo deve tender a uma sincera uniaõ. Com effeito, a França e as Provincias Unidas tem os mesmos interesses: a Inglaterra e a Russia acabaõ de lhos crear.

No estado progressivo de augmento, em que vai a Russia, a Europa precisa de muitas linhas de defeza contra ella. A Prussia e a Austria formão a primeira; e os Estados, cobertos pelo Rheno, formão a segunda. Se a Russia se precipitasse sobre a Allemanha, a defensiva so naturalmente se poderia estabelecer na linha do Rheno. As Potencias, que dominaõ suas margens, formão por tanto, a rezerva da Europa: e não são a França e as Provincias Unidas as que cobrem esta linha?

Por outra parte, Inglaterra se eleva sobre os mares como a Russia sobre a terra; e a Europa está entre dois gigantes, que a ameaçaõ sobre os dois elementos. E não tem pois os mesmos motivos a França e os Paizes Baixos para se unirem tanto sobre o mar como sobre a terra? A marinha das Provincias Unidas não deverá, pela força das circumstancias, fazer cauza commum com a da França, assim como sempre fez a de Hespanha? E a superioridade da marinha Ingleza não força estas tres naçoens a tomarem semelhante medida, independentemente de quaesquer outros calculos? A França, como segunda potencia maritima, não hé de facto o centro, á roda do qual todas as outras potencias mais pequenas se devem vir postar, em virtude d'aquella regra eterna,—que nos devemos unir sempre com o inimigo d'aquelle que nos pode oprimir? A marinha, tanto de França como dos Paizes Baixos, deve pois estar sempre unida contra a marinha Ingleza, assim como os seos exercitos tambem devem sempre estar unidos contra quem ousar atravessar o Rheno.

Já nós mencionámos, que o estado antigo da Hollanda a impedia de guardar sufficientemente as suas colonias, particularmente as da Azia; e que este encargo era mui superior ás suas forças: mas agora, pela reuniaõ, vindo as colonias Hollandezas a ser propriedade commum da Hollanda e da Belgica, poderão ser mui facilmente guardadas, com os meios que tem ambos os paizes em virtude da sua combinaçaõ actual.

Segue-se desta deducção de principios e de factos, que o acto mais importante, que a politica tem até agora concebido e executado para o bem geral da Europa, hé certamente a reuniaõ da Belgica com a Hollanda.

Nós não assistimos ás conferencias de Chatillon, nem sabemos o que ali se passou; mas não será temeridade ajuizar, que não se arredaram ali muito da linha das ideas que acabâmos de expor. Há já bastantes annos que nós mesmos os lembramos. (Veja-se *l'Antidote au Congrès de Rastadt, année 1798; et La Prusse et sa neutralité*, 1800.)

Passemos a tratar da divizaõ do Polonia, relativamente á ordem do equilibrio da Europa. A' respeito da moralidade deste acto já nós mui francamente demos a nossa opiniaõ, e por isso hé escuzado fallar mais neste ponto. Não a concideremos pois de baixo desta vista moral, e vamos só concidera-la pelo lado das consequencias geraes para o bem da ordem da Europa.

Esta divizaõ principiou em 1773. Pode-se dizer porem que só entaõ ella foi vizivel, pois que de facto já existia encoberta desde o principio do seculo. Os homens ordinariamente não concideram as couzas senão nos seos effeitos, sem se cansarem com a indagação das cauzas; e os politicos tem cahido neste mesmo erro bem com a gente vulgar. Assim, tanto uns como outros, iguãlmente se tem enganado na verdadeira epocha desta divizaõ, que todos tem datado do dia em que ella foi proclamada, quando ella hé muito mais antiga, como se verá pelas seguintes conciderações.

A Polonia existio ora bem ora mal em quanto a Russia não foi Europea; mas logo que a Russia, mudando de direcção, voltou, por assim dizer, cóstas a Azia, e se virou para a Europa, o estado da Polonia deixou de ser o que era. A Russia não podia entrar na Europa senão pela Polonia; e os Reys ellectivos desta nação, Reys sempre mal seguros, viviaõ com a Russia de um modo realmente indifinivel; porque ora imploravaõ, ora temiaõ e recuzavaõ sua protecção, e pezado auxilio quer fosse contra as facções internas, quer contra as intrigas e ataques externos. A primeira nobreza Polaca, que neste tempo só formava a

nação, havia cem annos que não fazia outra couza senão fomentar por suas intrigas em Petersbourgo o *Protectorado* da Russia sobre a Polonia. O que excitou, e o que ainda hoje excita uma parte das gritarias, que se tem feito no occidente da Europa a cerca desta partilha, foi e hé a ignorancia absoluta em que se tem vivido a respeito d'aquillo que depois de setenta annos se passava entre a Polonia e a Russia. Considerava-se sempre a Polonia como um estado livre e independente, quando ella, havia já meio seculo, tinha sido moralmente envadida; e estava empregando o resto de suas forças em debates sem fim e sem termo.

Uma vez que estava interiormente em anarquia, a mudança, que houve nas relações da Russia com a Europa, devia produzir a divisão da Polonia. Pedro Grande e Carlos XII. são os verdadeiros auctores desta partilha. Hé Pedro Grande; desde que principiou a civilizar o seu povo; assim que de Asiatico que era o fez Europeo, fazendo-o olhar para a Europa em vez da Tartaria; e assim que, em vez de se contentar com a sua primeira capital da Azia, por que Moscow não hé uma cidade Europea, fundou Peterbourgo, e a constituiu uma das primeiras capitães da Europa.

Hé Carlos XII., o que tambem dividio a Polonia, quando atrahio para a Europa um inimigo que não a conhecia, e o forçou a adoptar os costumes e uzos Europeos, perdendo elle mesmo no terrivel jogo da guerra, o unico que sabia e de que gostava, as suas provincias Allemans, fructos das conquistas de seus antepassados. Estas provincias, situadas nas costas do Baltico, excluiaõ d'elle a Russia, e flanqueando-a por um lado, a continhaõ fortemente dentro dos seus antigos limites. Carlos XII. por sua mania militar, atrahio ^{da} Russos para a Europa, bem como Napoleaõ, tambem pela sua, os levou até Paris: tanto hé verdade que os raios da guerra são muitas vezes bem loucos e insensatos! Logo que a Russia, transplantada, por assim dizer, na Europa, pelo estabelecimento de Petersburgo, a nova capital do seu Imperio, e possuindo uma grande extensão das costas do Baltico, entrou em os negocios da Europa, e aprendeo o caminho para ella; quem poderia já faze-la recuar para a Azia, excluila da Europa, e fechar-lhe as portas? Os Russos

fizeraõ o mesmo que já tinhaõ feito seos avós, os Huns, quando saborearam o clima, os fructos, e as belezas da Grecia. Couzas há que bom hé que os homens nunca próvem, por que uma vez saboreadas já não há forças que lhas façaõ largar. Assim os Russos, uma vez que entraram na Europa, nunca della sahiram. E quem lhes abriu o caminho? Não foi a Polonia? Não foi a travez da Polonia que os exercitos Russianos passaram para chegar até o Rheno na guerra de 1740? E não foi tambem pela Polonia que depois, todos os annos, marchavaõ contra Frederico na guerra de 1756? Dentro do espago de um seculo bem poucos annos seraõ aquelles em que a Polonia estivesse completamente evacuada pelos Russos. Desde essa epocha pode-se logo conciderar a Polonia como já não existente com o character de soberania e independencia. Seos vezinhos, conhecendo a sua fraqueza, e os perigos de sua anarquia, a dividiram para que toda ella não se convertesse em provincia Russiana contra elles. Desta forma a Polonia se acha dividida contra os principios da moral, mas em beneficio do equilibrio da Europa. Esta divizaõ, pelo contrario, lhe era favoravel; e muito mais ainda o foi quando de todo se completou. A Austria, a Prussia, e a Russia, colocadas em face umas das outras, formavaõ uma massa de força bem capaz de equilibrar-se; e esta sua situaçaõ era util aos Principes do occidente da Europa, por que lhes dava maior occasiaõ de voltarem suas forças para o oceano, sobre o qual saõ ao mesmo tempo sua verdadeira potencia, e seos verdadeiros inimigos. Certamente, nunca era justo tocar na Polonia; e seos vizinhos não deveriaõ ter cuidado de mais (porque a sua tranquillidade assim lho prescrevia) do que em dar-lhe uma forma de existencia menos turbulenta, e que taõ boa fosse^{tas} para ella como para elles. Mas, assim que, a pezar dos escrupulos de Maria Theresa, a partilha se decidio, não devia demorar-se tanto, como foi desde 1773 até 1797; era bem que fosse concluida n'um momento: a brevidade do escandalo teria, de alguma forma, diminuido a gravidade do delicto. Não se percebe o que se pertendia fazer da Polonia, simplesmente mutilada: assim como tambem se não pode advinhar o que se queria fazer com um Ducado, ou Reino de Varsovia.

Resulta do que temos exposto, que a divizaõ da Polonia não foi contraria ao equilibrio geral da Europa, mas que, pelo contrario, a consolidaçaõ desta partilha contribuirá muito para elle: que a reuniaõ da Noruega com a Suecia, e a da Belgica com a Hollanda são operaçoens mui uteis para os interesses geraes da Europa: e que por meio destes arranjos se tem dado mais, e melhores passos, nestes ultimos tempos, em beneficio da ordem geral, do que em nenhuma outra epocha da historia moderna da Europa.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

LITERATURA ALLEMAM.

O Homem Singular, ou Emilio no Mundo.

(Continuado da pag. 172 do No. antecedente.)

CAP. XIV.—*Explicação da aventura da estalagem.—A mascarada.*

Pobre Roza! A história que tinha ouvido, era um pouco desfigurada: era em parte falsa, e em parte verdadeira. Toda a intriga, em que Luiz se vira envolvido, tinha sido manejada pelo perfido creado. A rapariga fingio-se indisposta, para ter o pretexto de parar na estalagem que estava na estrada real. Quando Luiz entrou no quarto, ella se lançou sobre a cama instantaneamente, buscando restabelecer-se. O creado ficou em baixo, para expor o nosso heroe ao perigo de ficar só com uma bella, e meia despida rapariga—Luiz porem deixou só a bella deitada sobre o leito, e sentou-se a janella, e olhando para os astros, cuidava ver Roza em cada estrella que o Céu lhe mostrava, Roza, objecto de todos os seos pensamentos.

A' meia noite em ponto, apparecêraõ os actores do ultimo acto, assim como haviaõ entre si ajustado. O lacaio mostrou-lhes o quarto de Luiz. A rapariga

começou a dar gritos, apenas ouviu as conhecidas vozes. Luiz cuidando que era algum forte ataque da sua indisposição, correu para o leito, e segurando a rapariga com ambos os braços, se debruçava sobre a cama. Neste momento abriu-se a porta com precipitação, e os actores entraram de tropel no quarto. Eis aqui o seductor de minha filha! exclamou um homem baixo, e grosso. Luiz quiz correr para elle, mas a complice destes scelerados o segurou nos braços. Dois ou tres homens da caterva o agarraram também de maneira, que não poudes livrar-se delles. O pertendido pae tinha uma pistola na mão, e o creado, que tinha acudido á bulha, lhe segurava o braço, fingindo querer arrancá-lha: do outro lado, a rapariga se tinha precipitado da cama, queixando-se de haver sido violada. Tal era o estado das couzas, quando accodio a estalajadeira. O velhaco, que se havia encarregado de fazer o papel de pae, fez gestos furiosos, e jurou dar cabo de Burckard se não assignasse promptamente uma promessa de casamento. O perfido lacaio se lançou de joelhos, e intercedeo por seu joven amo. Contou a historia da maneira que lhe era mais favoravel, fez com que sahisse a estalajadeira, e disse que o Senhor Burckard antes quereria arranjar o cazo, dando algum dinheiro para satisfação da injuria feita ao pae.

Nisto, elle tomou Luiz a parte, e representou-lhe, que toda a defeza era inutil; que a rapariga tinha a seu favor não só essas falsas testemunhas, mas também a estalajadeira. Que era melhor accommodar o negocio, fazendo algum sacrificio. Luiz olhou friamente para estes scelerados, reflectio um pouco, e disse depois para o creado.—Insensato! e qual hé a somma, que tu esperaste arrancar-me por meio desta pistola, que está descarregada?—Esta pergunta embarçou algum tanto os assistentes. O pae quiz recommear o seu papel, mas representou-o como actor apupado. Todavia entrou-se em negociação. O pae pedia uma somma exorbitante. Luiz pôz tranquillamente quatro Luizes d'ouro sobre a meza, e disse: se lhes não pegaes depressa, não tereis nada. Triste do primeiro, que se atrever a tocar-me, eu o estriparei com esta faca.

O sangue frio, e intrepidez, daquelle, que elles supunham surprender facilmente, os aterrou: olharam

huns para os outros. A final, o pretendido pae foi pegando das quatro peças de ouro.—Luiz caminhou para a porta com a faca sempre na mão, desceo prestes, e meteo-se na carruagem, e como vimos, acompanhado sempre do aleivozo creado. Este não cessava de soltar invectivas contra tam dezaforada ladroeira. Luiz lhe ordenou, se callesse, por que tal conversação lhe dezagradava. Corria-se de haver cahido em tão grosseiro lôgro. Por fim, adormeceo na sege de posta, e ao romper do dia, se-achou em Brunswick deante da porta da sua estalagem.

Roza em todo o caminho não tinha cessado de chorar; Madama Seeburg lhe perguntou qual era a razão por que chorava, e se era pena de estar auzente de Luiz. Madama Seeburg gracejava, e este gracejo penetrava o coração de Roza. Não me falleis mais desse rapaz, disse ella com dolorosa expressão.—Oh! nós tornaremos a velo bem depressa. A manham estaremos em Elberg.—Oh! minha tia, eu vo-lo peço, fiquemos em Brunswick. Eu não quero ouvir mais fallar de M. Burckard.—E por que, Roza? Pensava que tu lhe tinhas perdoado. Creio, que há mais imprudencia, que verdadeira offensa na sua conducta. Vamos, não sejas creança; o teu enfado não será de longa duração.

Luiz não tardou muito em saber, que a sua querida Roza tinha voltado para Brunswick. Foi logo á caza de Madama Seeburg. Ah! Graças a Deus, que sois chegada, Senhora, disse elle, beijando-lhe a mão. E Roza, onde esta? Foge ella de mim? Pois que! não o mereceis? perguntou a tia sorrindo-se. Creio, que ella tem razão para estar enfadada com vosco.—Isso não he possivel. . . . Neste momento, Roza entrou na salla, foi esconder-se a traz de uma cadeira, e voltou o rosto para o outro lado. Querida Roza! exclamou Luiz, com as lagrimas nos olhos. . . . e quiz correr a abraça-la.—Senhor Burckard, tende a bondade de não vos chegardes á mim. Luiz ficou suspenso, cahidos os braços, e os olhos fixos. Roza, disse elle com o accentto da desesperação! Sou eu, hé Luiz, quem tu tractas assim dezabrida! Sim, Senhor; e se algum dia tivesteis por mim a mais pequena consideração, peço-vos que me deis uma prova—não vos apresenteis mais diante de meos olhos.

A estas palavras, seu rosto se inflamou, e coráraõ- he as faces. A tia não ficou menos surpresa, que, Luiz; Roza, disse ella, que tens tu? Nada, minha tia, mas se M. Burckard não quer ter a bondade de retirar-se. hirei depressa para o meu quarto.—Ah! Roza tu me espedaças o coração! e quiz de novo approximar-se. Roza correo para o seu quarto, e se fechou á chave.

Mas, Luiz, disse Madama Seeburg:—Que lhe tendes vós feito? Nada absolutamente; e não sei o que isto quer dizer.—Luiz supplicou-lhe que intercedesse em seu favor, e retirou-se, protestando pela sua innocencia, e chorando.—Voltou para a estalagem, e quiz ficar só todo o dia.

Debalde fez Madama Seeburg todo o possivel para saber de Roza a cauza destes arrufos, Nada satisfactorio poudé tirar della. Pelo contrario, protestava ella, que nada a obrigaria a espozar Burckard filho. Luiz não se deo por vencido; fez nova tentativa: mas ainda com menos proveito, que a primeira vez. Não hezitou por tanto a voltar para Elberg. Pouco tempo lhe foi precizo, para fazer suas preparagoens, e mui depressa se achou restituído á caza paterna. Subio ao seu quarto sem dizer palavra a ninguem. Seu páe sabendo que tinha chegado o mandou chamar por um creado. Elle entrou no quarto do páe com sombrio semblante. Boa noite, disse elle, abraçou seos progenitores, e apertou a mão a Maria. A tua viagem foi boa? perguntou-lhe o páe. Eu cheguei de saude. Fallaste a M. Seeburg? Sim! Recebeo-te bem? Muito bem! Fallaste tambem a Roza? Tambem! Que te disse ella? Oh! meu páe, não fallemos nisso. Todas as mulheres são a mesmo. Nisto retirou-se com os olhos humedecidos, e dando suspiros.

Oh! disse Burckard, terá elle tambem cauza para estar arrufado? Tu não sabes, disse elle a Luiz n'outra occaziaõ, por que está Roza mal com tigo? Creio, disse Luiz, com rizo sardonico, que está mal comigo, por não ter queixa alguma contra mim. Contou-lhe entaõ as circumstancias passadas na ultima entrevista, que teve com ella.

Passados alguns dias, voltou Madama Seeburg a Elberg, mas sem conduzir Roza comsigo, que não quiz vir. Ella disse a M. Burckard que não tinha podido

penetrar o segredo de sua sobrinha; mas que ella soffria tanto como Luiz. Era dor vê-la sempre pallida, e banhada em lagrimas. Ah! e que dirá toda a cidade desta mudança? A tia escreveo a Roza, falando-lhe de Luiz, mas Roza respondeo com muita amizade, sem dizer uma só palavra a cerca de Luiz. Luiz lêo esta carta, e escreveo uma a Roza, que foi incluza n'outra de Seeburg. No correio seguinte, voltou a carta de Luiz sem ser aberta. A tia porem observou que a carta estava amarrotada, como que se houvesse tentado le-la. Luiz passou todo o dia a experimentar se Roza teria ou não podido ler as passagens mais tocantes da sua carta.

Depois de quatro semanas, voltou elle a Brunswick. Foi logo a caça de Roza, e diceraõ-lhe, que ella tinha hido para a mascarada. Tomou promptamente uma mascara e um *dominó*, e partio para a opera. Entrou como um furiozo, seguia toda a mulher, que tinha o talhe de Roza, e metia a cara a todas, a ver se descobria Roza. Teve escarapellas com mais de vinte mascaras, por olhar mui fito para as suas damas. Passou revista a todos os camarotes, quando oh Ceos! descobrio a sua Roza, sentada n'um camarote, conversando com outra dama! Sahio da Salla, subio á primeira escada, que encontrou, chegou a um corredor sem sahida, atropellou algumas pessoas na sua passagem, perguntou a final, onde se assentavaõ os espectadores? Aqui nos camarotes. Bateo entaõ á porta do primeiro com impetuosidade. Abrio-se; elle entrou, encarou com todas as damas, e não achando quem buscava, sahio sem dizer palavra. Bateo ao segundo; e depois ao terceiro camarote, e fez uma bulha terrivel. Chegando emfim ao quarto, o mascara, que lho abrio, perguntou-lhe o que queria. Em vez de resposta, Luiz correo com os olhos a salla, e avistou Roza no camarote fronteiro. Quiz contar os camarotes para não se enganar. O que lhe fez a pergunta, poz-se deante d'elle. O joven Burckard empurrou-o; o outro zangou-se, e pondo-o fora, fexou a porta. Luiz praguejou, e todos se pozeram a rir dentro do camarote. Entaõ deo volta a todo o corredor buscando o camarote de Roza, bateo a todas as portas, sem atinar com elle, e pela sua impetuosidade attrahio querella sobre querella.

Finalmente, apercebeo Roza não mui distante. Correo ligeiro, e hindo á bater no suspirado camarote, foi por um mascara agarrado da parte de traz, que lhe disse estas palavras.—Que diabo de louco hé este, que faz tanta bulha, como se estivesse aqui só. Luiz buscava desprender-se, mas seu antagonista o segurava pelo *domino*! Luiz puxava com toda a força para o camarote de Roza, e o outro o puxava para traz com outra tanta força. A sêda do *domino* não poude rezistir aos puxoens, fez-se em dois, e o adversario cahio no chaõ, com a metade, que lhe ficou nas maons. Luiz nem por isso correo menos com a outra metade do seu *dominó*, para o camarote de Roza. Mas ainda outro engano! No calor da bulha, enganou-se em um numero. Bateo n'um que não era o de Roza. Abriraõ-lho, eis novo tumulto. Juntáraõ-se nisto os guardas dos camarotes, e o agarraram como furiozo ou maniaco. Elle se dezengalfilhou porem de suas maons, e continuava a correr os camarotes; mas por toda a parte lhe atravessavaõ o caminho, até que obrigado a salvar-se pela escada abaixo, entrou novamente na salla. Seu *dominó* rasgado excitava um rizo geral. Todos os mascaras o rodeavaõ. Elle queria sahir pela porta fronteira. A multidaõ não o deixava romper. Hia crescendo o barulho, e o major ou magistrado da terra appareceo, e perguntou a cauza desta desordem. Disseraõ-lhe que era um louco, que queria arrombar as portas dos camarotes sem outro fim mais que perturbar os que estavaõ dentro.

O major perguntou a Luiz—Quem sois vós? Senhor, —Um estrangeiro, cuja infausta sorte tem atrahido a poz si todos os patetas de Brunswick.—Porque bateis todos os camarotes? Procuro fallar a uma dama, que está em um d'elles: já o tinha descoberto quando fui embarcado por aquelle impertinente, que tem metade do meu *dominó*!—Qual hé o camarote, onde está a dama? Acolá!—E apontou para o undecimo camarote. O major olhou, e todos os mascaras dirigiaõ a vista para o camarote, e diziaõ:—Ah! Ah! hé aquella dama, que tem *dominó* roxo. Roza assustou-se, vendo que se occupavaõ della, e cuidou em sahir. O major conduzio Luis para fora da salla, e ordenou aos guardas dos

camarotes que lhe abrissem o camarote que pedia, pois indicava ter perdido o juizo.

Luiz que ainda conservava metade do seu *dominó*, chegou ao camarote mas não achou já n'elle as damas que acabavaõ de sahir d'alli. Estupefacto e enraivecido deo um bofetaõ em um dos guardas, dizendo,— velhaco, tu me enganaste! Olhando entaõ para a escada, que ficava ao lado, apercebeo o *dominó* de Roza. Quiz correr, e hir alcançala, mas o homem que levára o bofetaõ, o agarrou pelo meio do corpo. O nosso heroe conseguiu por fim livrar-se de seos braços. O guarda vencido lançou mão do seu *domino*, e Burkard qual outro Joze, largou a capa, com a differença, que este fugia de uma mulher, e aquelle corria a traz de outra. Precipitando-se pelas escadas com risco de fazer-se em pedagos, chegou a final á porta da opera; e perguntou, se tinhaõ visto sahir tres damas. Entraram agora na carruagem, lhe respondêraõ. Luiz correo para a carruagem, onde com effeito apercebeo trez damas, das quaes uma estava vestida de rôxo. Para não perder Roza de vista, montou na trazeira da carruagem, onde hia o lacaio. Este lhe perguntou o que queria. Como vedes, acompanhar a carruagem, replicou Luiz. O lacaio não se contentou com esta explicação, e quiz deitalo abaixo; nova rixa começa, cujo exito seria fatal a um e outro combatente, se a proximidade do lugar, onde parou a carruagem, lhe não pozesse um termo. Luiz desceo entaõ promptamente; as damas apeáraõ-se, e vendo um homem com mascara e sem *dominó*, deitáraõ a fugir de medo. O creado, vendo-se entaõ de poleiro, sentio renascer o animo, e atirou com Luiz á lama, empurrando-o pela porta fora. O nosso heroe não dezanimou, deo algumas voltas, e ganhando outra vez a porta, subio pela escada; e dirigido pela voz de Roza, abriu uma porta, e entrou no quarto, onde se estavaõ despindo Roza, e a sua amiga. Deraõ ambas um grito terrivel, ao ver entrar este phantasma mascarado e cheio de lama.

Naõ podendo explicar o terror destas damas, Luiz tirou cortezmente o chapeo, e a mascara cahio-lhe por terra. Oh, Deus! hé Luiz, exclamou Roza. Ah! reconheces-me tu finalmente? disse elle. Madama Rehberg

irmam de M. Seeburg, em cuja caza estava Roza acodio aos gritos de sua sobrinha. Que hé isto? disse ella; M. Burckard a estas horas! Ide para caza, e voltai a manham.

Oh minha cara Senhora Rehberg, replicou Luiz, com tom magoadado, se vós soubesseis, que briguei hoje com mais de duas duzias de insolentes, só para ver Roza, não me porieis tam duramente pela porta fora. Madama Rehberg dezatou a rir. Como! disse ella, pois ereis vós o que corrieis como estouvado com a metade de um *dominó*?—Ah! sim.—E aquelle que disputava com os guardas dos camarotes? Era eu mesmo. E quem tinha querellas com todos os mascarás? Era eu tambem. Mas quem era o que fazia tanta bulha a traz da carruagem?—Era eu só, como vos digo; e tudo isto por amor de Roza, tudo isto só pela ver um momento!—Não queiraes, que eu perca o fructo de tantos trabalhos. Estas explicagoens eraõ todas tam comicas, que Roza mesmo não ponde deixar de rir. Ah! querida Roza, continuou Luiz, não sejas menos condescendente que o guarda dos camarotes, e o major desta terra: Escutame. Roza olhou para elle com ar sério, e sem dizer uma palavra.

Eu tenho-te amado de todo o meu coração; eu arriscaria deboamente a vida por ti, tu o sabes. Desde a nossa mais tenra infancia, eu te dei o meu coração. Os olhos de Roza começavaõ a molhar-se com lagrimas; ella suspirava, lançava a furto os olhos sobre elle; seu coração se enternecia; seu enfado se evaporava, e se convertia em amor. Roza, Roza! proseguio elle, eu te amo ainda com a mesma ternura; e tenho-te sido fiel, como nenhum homem o hé sobre a terra.

A penas proferio estas palavras, Roza se recordou entãõ da aventura da estalagem, e da rapariga com quem o seu amante fora surpreendido.—Mizeravel embusteiro! exclamou Roza indignada, hide-vos embora, retirai-vos; por vós só tenho desprezo! Nisto correo para o seu quarto. Luiz ficou bem como petrificado, olhando fito para a porta, por onde ella desaparecêra. Franzio a testa, e disse com ar sombrio.—Embusteiro! eu, embusteiro! Isso não sou eu! Adeus, Roza! Partio rapidamente, e vagou uma boa hora pelas ruas. Na manham seguinte, montou a cavallo, e voou para

Elberg.—Está acabado! exclamou elle, logo que chegou á presença do pãe.—Mandai me para as Indias, para Kamschatka, ou para onde quizerdes! tudo esta acabado! e para sempre acabado! Uma torrente de lagrimas entrou a correr de seos olhos.

Os olhos de Roza derramáraõ ainda muitas mais. Sua tia Seeburg lhe escreveo, dizendo-lhe; que Luiz hia viajar, e que ella o hia perder. Ella banhó de lagrimas esta carta fatal; tirou do seu buffete a mascara, que Luiz deixára cahir em a noite da mascarada, e que ella guardou cuidadosamente, beijou a hedionda mascara, banhó-a com abundantes lagrimas, e exclamou—Ah! eu triste o perdi!

A tia mandára esta carta só para cauzãr susto a Roza. Ella esperava, que Luiz mudasse de rezoluçaõ, mas bem depressa se dezenganou, vendo-o fazer os preparativos para a sua viagem. Onde hides vós, meu caro Luiz, lhe perguntou ella.—Vou, respondeo elle, á Suissa, depois á Italia, e de lá vou á Albania, e a Grecia. He o unico meio de esquecer os males que aqui soffro.—Mas, meu amigo, isto hé um caprixo da parte de Roza, que não pode durar muito.—E que hé um caprixo?—He uma phantazia, um arrufo, que não tem motivo determinado, e que por isso mesmo não hé para temer.

Ah! o que vós me dizeis de um um caprixo, replicou Luiz, me parece mais perigozo, que a malignidade. Hé possivel buscar defeza contra os maus, mas os caprixos são como o raio, que fuzilasse no meio de um céu sereno.—Não digo tanto: mas se vós partis, e Roza se arrepende, como hé de esperar, do seu procedimento, vós fazeis pela vossa precipitaçaõ a desgraça de ambos.—Mas, Madama, se Roza fosse minha espoza, teria muitas vezes caprixos?—Oh, meu amigo, que posso eu sobre isso dizer-te; vós sabeis que Roza tem muita bondade. Luiz não podia conceber esta bondade. Era-lhe impossivel comprehender, como Roza sem motivo algum tivesse o direito de lhe procurar rixas dez vezes ao dia. Abanou a cabeça e nada respondeo.

Com tudo, elle vacilava, e estava irresoluto. Umas vezes, queria hir a Italia, outras vezes o Inglaterra, e outras vezes somente a Cassel. Cada um buscava

desvia-lo do seu projecto. Sua mãe, e Maria lhe faziaõ supplicas: e a avó lhe contava cazos de coches quebrados, de salteadores, e de viajantes assassinados: queria ver se com isto lhe metia medo. O velho Burckard nada fazia para influir na determinação do infeliz mancebo, que a final se decidio por Cassel, como lugar mais vizinho.

Tu vais á Cassel? lhe perguntou o páe; e que vais lá fazer? Não sci—Bem depressa te infadarás.—Hirei ver a galaria das pinturas, as obras das artes, a salla da muzica, e as antiguidades. . . . Pois bem parte, e volta com boa saude.—Mulher, podes descansar:—elle não vai muito longe.

Luiz partio com effeito para Cassel. Madama Seeburg escreveo a Roza, que Luiz hia decididamente correr as quatro partes do mundo. Se lhe acontecer algum dezastre, acrescentou ella, hé por tua culpa; terás disto um eterno remorso, e o mal não terá remedio. Esta noticia acabrunhou a nossa heroína; reviveo o seu pranto; e apezar da sua altivez, a pôz em via de reconciliar-se com elle.

CAPITULA XV.

O. Botequim.—O perguntador.

Chegado a Cassel, Luiz foi apozentar-se n'uma das melhores estalagens da cidade. Måndava todos os dias ao correio a ver se tinha cartas. Recebia algumas da sua familia, mas nenhuma de Roza; pelo que já começava a desesperar de reconciliação. Como elle tinha imaginado que a sua amante o chamaria do seo voluntario desterro, esteve oito dias sem fazer uzo das suas cartas de recomendação. Rezolveo-se por fim a hir entrega-las as pessoas a quem vinhaõ dirigidas. Passando, em seo caminho, pelo correio, foi ver se haviaõ cartas para elle; e como lhe dicessem que o correio ainda não tinha chegado, mas que não podia tardar uma hora, julgou que devia esperar, e para isso entrou no Botequim visinho.

Havia alli um profundo silencio; e alguns homens sentados a roda de pequenas mezas pareciaõ estar

entregues ás mais sérias abstracções. O botiqueiro estava sentado dentro do seo balcão com os braços cruzados; os rapazes nem se movião, e este profundo silencio era apenas interrompido por gemidos queixozos, ou rizadas de alegria; e algumas vezes pelos monosylabos,—*Rey, Dama, Cheque*, e outros termes do jogo do Xadrez.

Luiz sentou-se, todo pensativo, n'uma cadeira que achou dezocupada, e lançou com indiferença os olhos sobre a meza do Xadrez que lhe ficava a um lado. Levantou-se logo, e passeando pela caza, gesticulava, e olhava para todos os lados com os olhos espantados.—*Roza, Roza!* exclamava elle, que mal te fiz eu? Assim pagas minha constancia, e os sacrificios que eu Mas nisto foi interrompido pelos jogadores, que lhe pediram se callasse.—Senhor, lhe disse um delles, vós acabaes de fazerme um prejuizo irreparavel: tinha disposto um ataque que daria inveja ao mesmo Philidor. O diabo da vossa exclamação, fez-me tomar a dama pelo cavalleiro, e tenho *Cheque e mate*. Senhor comediante, acrescentou outro, vá representar seo papel a outra parte: aqui requer-se silencio.

Luiz pedio perdaõ aos jogadores, e tornou a sentar-se tranquilamente na cadeira. Soube ser taõ Senhor de si, que não lhe escapou um só monosylabo, nem um sô ai. Entregava-se a uma doce contemplação, e imaginava mil quimeras. Lizongeava-se, de que Madama Seeburg viria procura-lo, acompanhada de sua sobrinha; e só sahio deste extazi agradavel quando ouvio os estalos do chicote, e a bulha do correio que chegava.

Inflamado de esperanças correo precipitadamente a janella, e derribou dois taboleiros de Xadrez, havendo devizado duas damas na diligencia, e suppondo logo que eraõ Madama Seeburg e a sobrinha. Todos os jogadores cahiram sobre Luis, tiraram-no da janella, e o tinhaõ agarrado.—Que hé isso, exclamou Luiz, que até ali ignorava o prejuizo, que tinha causado? Vós pagareis a partida, lhe replicaram alguns. Um homem entaõ de pequena estatura, e mais affavel que os outros, quiz separa-lo de seos antagonistas. Não M. Selters, disse um dos aggravados, deixai-nos pôr este comediante pela porta fora. . . .

M. Selters! disse friamente Luiz; oh eu tenho uma carta para elle. Nisto tirou uma da sua carteira, e deo-lha. M. Selters correo-a com os olhos, e abraçou Luiz. Senhores, não hé comediante.—Então, hé doido? —Não, hé filho de um dos meos amigos antigos.—M. Selters tirou-o com alguma difficuldade do meio da chusma. Vinde commigo, meu caro Senhor Burckard, diz elle: por que razão me não tendes á mais tempo procurado? Quem vos disse que me acharieis no botequim? Foi minha espoza? Dizei-me, qual hé a cauza deste tumulto?

Luiz nem uma syllaba respondeo á estas perguntas, e a muitas outras, que rapidamente se succediao. Vendo-se defronte da correio, pedio licença a M. Selters, para hir tirar as suas cartas. Este teve a bondade de ficar esperando.—Não havia carta alguma para Luiz. Elle voltou com ar sombrio, e veio ter como amigo de seu páe, que o levou para sua caza. Chegando, achou alli algumas damas de companhia. Minha mulher, disse M. Selters, eis aqui o Senhor, que tu mandaste ao botequim: sinto, que o não conhecesses; tu o terias feito entrar, e haverias mandado chamar-me: mas, acrescentou elle, como me reconhecesteis vós, Senhor Burckard? Ouvi pronunciar-o vosso nome.—Foi decerto fortuna, sem o que terieis uma escarapella. . . . A' propozito, que diabo de papel, era o que vós recitaveis, e que vos procurou a disputa? Essa Roza hé alguma dama de comedia?

Senhor! replicou Luiz, n'algum embarço, o que eu dizia não hé tirado de peça alguma de theatro.—Mas dizei-me, eu vós rogo, recebestes algum golpe? Estaes ferido? Tendes precizaõ de alguma couza?

Em quanto M. Selters, que tinha costume de fallar constantemente por interrogação, acabrunhava o nosso heroe com perguntas, a sociedade o examinava com uma curiozidade pouco propria para o animar. Minha mulher continuou M. Selters, o Senhor disse-te que era filho unico do meu antigo camarada Burckard?

Eu ainda o não tinha visto respondeo a mulher. Concebéis vós couza mais galante? replicou Selters. De certo este mancebo deve ter alguma dama sua amante, chamada Roza, por que passeava por toda a caza, exclamando: Roza! Roza! Que te fiz eu?

Naõ sou o modello da constancia? Naõ hé assim, Senhor Burckard?

Luiz estava em pé e immovel tendo os olhos fixos sobre o dono da caza. As damas cochixavaõ entre si, e olhavaõ para elle com expressivo sorrizo; eis um bello rapaz, que gentil garbo! falta poli-lo, e naõ está ainda formado. Taes eraõ suas observagoens; das quaes ao dezejo caritativo de o doutrinar, de certo já naõ havia mais do que um passo.—Senhor, replicou Luiz com vivacidade, vós me puniz mui severamente pela minha distração, e por alguns desgraçados incidentes.—Naõ me perdoareis vós, respondeo M. Selters, por ter dado parte á minha espoza, da singular circumstancia, que occasionou o nosso encontro? Espero que me faças a honra de vir assistir com nosco, e de olhardes como vossa esta caza.—Permitti, senhor, que eu naõ me aproveite da vossa obrigadora offerta: alem disso, naõ quero importunar-vos.—Mas esse hé precisamente o dezejo de vosso páe: Eisaqui o que elle me diz:—

“Vós achareis em meu filho um rapaz, bom, e sensivel, mas que corre perigo de passar por louco, pois faz a todo o instante couzas, que naõ se encontraõ nos uzos geralmente recebidos.” Concebo agora, continuou Selters a aventura do botequim; mas. . . .

Senhor, interrompeo Luiz, naõ sentis vós, que eu tenho no vosso conceito a reputação de um furiozo, ou de um louco? Essa carta acaba de confirmar talvez o vossa primeira impressaõ. Consenti pois, Senhora, que eu me naõ aproveite da bondade de M. Selters, e que me despeça de vós. Senhor, replicou Madama Selters, segurando-o pela mão, vós vivireis conforme as vossas ideas; meu marido tem igualmente suas originalidades, e suas extravagancias. . . . Mas vós em pouco tempo vós accostumareis um ao outro. Devemos obrigaçoens a vosso páe; e elle ficaria mal com nosco senaõ vos recebessemos em nossa caza. Eu vos peço isto com um obsequio da vossa parte.

Ella lhe pedio isto com tom de voz tam doce, que Luiz naõ poudo resistir: apertou por tanto a mão de Madama Selters, e disse-lhe, que acceitava. Tomou logo uma cadeira, sentou-se, e unio-se á conversação. Fez brilhar com tanta vantagem o espirito e a graça, que

lhe eraõ naturacs, que a má impressaõ, occasionada pelo conto de Selters, brevemente se dissipou. Em poucos dias se conciderou como o filho da caza.

A pezar de seu furor interrogativo, M. Selters era alias um excellente homem; e sua espoza, bem que um pouco falladora, era tambem uma guapa mulher; de sorte que Luiz se accomodava mui facilmente com os caprixos deste bom cazal. O que mais contribuiu para o seu bom humor, foi que Madama Seeburg lhe escreveo, dizendo, que a sua prophesia se tinha realiado; por que Roza fallava nelle muitas vezes, e sentia a sua repentina partida; n'uma palavra, estava disposta para uma reconciliaçaõ.

CAPITULO XVI.

Arruffos de uma joven amante.—A creada grave.

Roza, com effeito, fazia todo o efforço para esquecer as aventuras da estalagem. Era este o unico motivo de queixa, que tinha contra Luiz; por que á cerca de Maria já estava inteiramente dezenganada. Ella consentio mesmo em voltar para Elberg, na esperanza de alli achar Luiz. Tinha com tudo seos receios sobre o objecto da sua viagem; e bem depressa ficou cruelmente convencida da verdade, tocante ao que lhe havia escripto sua tia.

Mas, querida Roza, lhe disse um dia M. Burckard, quaes saõ teos grandes motivos de queixa contra meu filho? Ah! Senhor, respondeo ella, não falleis nisso. Não podeis imaginar o quanto me afflijo as vezes que onço fallar de Luiz.—Como! tens ainda desconfianças a cerca de Maria?—Oh! não; já não hé de Maria que se tracta. Mas crede, que vosso filho me offendeo, e me trahio da maniera a mais ultrajante!—Roza, isso não hé possivel: se tu soubesses como elle te ama!—Eu vos supplico, não me falleis mais nelle: hé um segredo, que á ninguem hei de revelar.

Assim não o revelou ella a pessoa alguma, nem mesmo a sua tia, posto que esta lhe mostrasse todas as

cartas de Luiz, em que o nome de Roza se achava em cada linha. Ella mesma recebeu uma carta, que elle lhe dirigio. Teve-a na mão uma boa hora, sem abri-la. Aventurou-se finalmente a isso, leu-a, chorou, e rio alternadamente: desfez-se em nomes contra Luiz, e acabou por se vituperar a si mesma pelo estado em que estava. Não quiz porem responder-lhe, a pezar de todas as instancias de sua tia.

Sua colera, com tudo, diminuia diariamente. Elle pode estar innocente, dizia Roza. . . . Como! innocente! Mas não devia elle dar então os primeiros passos? Que está fazendo em Cassel?

Luiz commegava tambem já a enfastiar-se desta cidade, e tinha vivas tentações de voltar para Elberg.

Um dia, passeava elle no jardim do Duque, e olhava tristemente para uma das sahidas, que hia dar ná estrada para caza de seu páe. Sentou-se n'um banco de pedra, e escrevia com o seu bordão na areia o nome de Roza muitas vezes. Um rapaz, que teria dez annos de idade, se chegou a elle, e disse-lhe; quereis comprar isto? Ao mesmo tempo dezechou um papel: era um desenho de pintura, muito bem feito. Não preciso, respondeo elle.—Ah! Sênhor, lêde pelo menos o papel, que a hi vem junto. Tomou o papel, e leu o seguinte, que estava escripto por mão de mulher.

“O prego deste desenho retardará a morte de uma infeliz!”—D'onde vem este desenho, perguntou elle ao rapaz—hé-me prohibido dizelo.—Tu sabes portanto de quem o recebeste?—Sem duvida.—Queres tu levar um bilhete da minha parte á pessoa que to deo?—com muito boa vontade.—Pois bem; tu me trarás a resposta a este mesmo lugar. Deo ao rapaz alguns trocos, e escreveo estas palavras com lapis:—

“Um homem que preza ser util a os infelizes, mas que dezeja conhecer aquelles, a quem faz serviços, pede mais explicações á cerca da infeliz de que se tracta. Elle se limita por ora a enviar o prego do desenho; mas tem intentos de fazer mais.” Embrulhou um Luiz d'ouro n'um papel, e mandou o rapaz. Ficou sentado tranquillamente no mesmo banco, esperando pela resposta. O rapasinho não tardou muito, e entregou-lhe um bilhete, concebido nestes termos:—

Senhor,

“Mil agradecimentos pela vossa generosidade. Se quereis conhecer de mais perto esta desgraçada, não o podeis fazer senão pela minha mediação. Eu chamo-me Henriquetta Dilling. Móro em casa da Senhora conselheira Reiss. Mas como meos amos são muito desconfiados, hé preciso que vós finjaes ser mui irmão, d’Hanover, que alli occupa a lugar de secretario na chancellaria. Sem isto, não podeis fallar-me; pois que o meu pequeno portador me disse, que sois ainda joven. Espero que venhaes ver-me a manham exactamente ás dez horas.

H. D.”

Luiz não faltou ao convite. Embrulhou-se n’uma sobrecazaca azul para melhor disfarçar-se, mudou igualmente de penteado, e foi a casa da conselheira Reiss. Subio uma pequena escada, e tocou a campainha. Veio um creado, perguntou-lhe quem era. Dilling, respondeo elle, secretario da chancellaria d’Hanover. Quero fallar a minha irmam. Uma linda rapariga de dezoito annos appareceo então; e lançou-se nos braços de Luiz, dizendo:—Ah! meu querido irmão, quanto folgo de ver-te! Como hes amavel, por me dares esta gostosa surpresa! Ella o fez entrar, e Madama, a conselheira, deo os parabens a Henriquetta por ter tal irmão, e acrescentou, que podia convidá-lo para jantar, se elle quizesse. Henriquetta fez uma mizura, e conduzio seu pertendido irmão para um quarto, que deitava para um pateo.

Apenas fechou a porta, Henriquetta dezatou a rir, e pediu a Luiz perdaõ de o abraçar sem o conhecer. Vós tendes, disse ella, representado bem ao natural-embarço e acanhamento. Mas depois de uma pequena conversação desta natureza, o engraçado semblante da joven donzella, começou a intristecer-se. As faces se lhe descoráraõ e os olhos se lhe arrazaram de lagrimas. Generoso estrangeiro, disse ella com vozes de dor, e piedade, hé tempo de fallar da infeliz, que vós quereis soccorrer. Hé uma pobre senhora que está na maior dezesperaçaõ, e que não tem no mundo outra amiga, e outro apoio senão eu; mas ai! as minhas posses me não deixaõ fazer por ella quanto dezejava! Quem hé ella? onde assiste? Não tenho licença para revelar o seu azilo, A natureza do seu infortunio pede

que ella se esconda dos olhos de todos. Nada tem que recear de mim, disse Luiz, sou homem de bem, e estou disposto a servila . . .

Um creado os interrompeo, para dar a Henriquetta um recado. Muito bem, meu irmão, disse ella então, como fica mamam? Muito boa, Deus louvado. Logo que o creado sahio, Henriquetta quazi que estoitou de rizo. Luiz trouxe outra vez a conversação a cerca da infeliz, e a joven rapariga desfez-se outra vez em lagrimas. O nosso heroe não poudé tirar em tanto outras luzes a respeito desta mulher, senão que estava mui precizada; que a venda dos quadros era fraco negocio; e que de ninguem queria ser conhecida. Passou-se toda a manham deste modo, sem nada se aclarar. Henriquetta não podia deixar de rir todas as vezes, que chamava Luiz seu irmão, e não podia deixar de chorar, quando fallava do objecto desta visita.

Pelas duas horas, a conselheira mandou chamar Henriquetta, e o seu pretendido irmão, e fez a este perguntas, a que elle respondeo com intrepidez. Henriquetta mordia os beiços, para não rir, porque Luiz não cessava de fazer anachronismos, e de cahir em contradicções, que a conselheira de certo perceberia, se conhecesse um pouco melhor a familia da sua creada grave.

O nosso heroe vio-se obrigado a jantar na caza, porem na copa, o que não lhe agradava muito. Henriquetta tinha jovialidades de toda a especie, e deo muito prazer a Luiz, que depois da sua estada em Cassel, ainda não tinha tido encontro tão divertido.

No momento de retirar-se, elle abraçou cordialmente Henriquetta, e dizendo-lhe—adeos, acrescentou—Eu voltarei outra vez, e espero que logo me conheçaes melhor, e obrigueis a desgraçada a conceder-me a sua confiança. Eis aqui a minha direcção, e dez peças de ouro. Henriquetta pegou d'ellas chorando. Sim, disse ella, vós a conhecereis, mas não haveis de trahila. Ah, bom Deus! que prazer não tera ella, quando eu lhe disser, que está salva! Ella hade permittir-me, que eu vos conduza á sua caza. Adeos, meu caro Senhor. Adeos, encantadora Henriquetta. Adeos meu irmão Henrique. Ella o abraçou, e deitou a correr ás gargalhadas de rizo. Luiz ainda a ouvio rir no patamal da

escada. Tornou a disfarçar-se no dia seguinte para h'ir ver Henriquetta, e a achou ainda mais alegre, e mais galhofeira que na vespera. Deo a Luiz mais circumstanciadas noticias á cerca da sua familia, porque tinha ordem de o apresentar a seos amos, que não deixariaõ de fazer-lhe um mui serio interrogatorio.

Mas o pertendido Henrique decorou mal a lição. Attribuiriaõ comtudo á timidez o seu embaraço, que logo cessou assim que se acabou a conversação a cerca da familia de Dilling. Vossa irmam, disse a conselheira, hé uma tôlla, e uma estouvada; sacrificaria tudo para ter occasiaõ de se rir. Eu a considero como filha minha. Madama, replicou Luiz, eu vo-lo agradeço em nome de toda a minha familia. Os costumes, continuou a conselheira, estão tam depravados nas grandes cidades, que hé preciso exercer para com toda a gente moça uma vigilancia maternal. Henriquetta chorava como creança em quanto durou este sermaõ, de que ella nada comprehendia. Mas quando Luiz com tom mui grave lhe recommendou, que nenhum segredo tivesse com Madama, e que nenhuma de suas acçoens lhe encobrisse, rompeo em taes rizadas, que hia deixando a perder toda a farga.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Exposição dos novos Progressos que fizeraõ as Sciencias Physicas.

(Continuada da pag. 182 do No. LXVI.)

Gualtier de Claubry analysou ultimamente varias especies de algas (fuci), e os resultados destas suas experiencias appareceraõ impressos no vol. XCIII dos Annaes de Chimica pag. 75. Nós os passamos a transcrever:—

O Fucus sacharinus ministrou, analizado, os ingredientes seguintes:—Uma materia sacharina particular; Mucilagem; Albumen; Uma substancia colorante

verde; Acido Oxalico; Acido Malico; Sulphato de potassa; Sulphato de soda, e de magnesia; Muriato de potassa; Sal commum; Muriato de magnesia; Sulphato de soda sulphuretado; Sub-carbonato de potassa e de soda; Hydriodato de potassa; Silica; Sub-phosphato de cal, e magnesia; Oxide de ferro provavelmente combinada com acido phosphorico, e oxalato de cal.

Os componentes do *fucus digitatus* são, segundo Gaultier, exactamente os mesmos, só com a differença de não conter tanto iodine, como o *fucus sacharinus*.

O *fucus vesiculosus* possui uma substancia vegeto-animal, em que parece residir o cheiro e gosto desagradavel porque esta planta se distingue, quando della se faz um cozimento: contem alem disso uma materia vegetal, soluvel tanto em agua como em alcohol, de um sabor adocicado, porem que depois se torna amargo; e uma substancia vegetal soluvel em alcohol, que se precipita durante a evaporação do cozimento, na forma de um pó verde avermelhado: na analize do *fucus vesiculosus* se descobrião os mesmos saes que rendera o *fucus sacharinus*; porem em proporções mui differentes: tambem ministrou uma mui limitada porção de iodine.

No Jornal de Schweigger vol. XIII, pag. 464, vem transcripta uma analize que o Dr. John fez do *fucus vesiculosus* no seo estado secco. De 100 partes desta planta obteve elle as seguintes substancias:—

Uma materia mucilaginosa de um vermelho	}	4
escuro - - - - -		
Extractiva cor de carne, com algum sulphato	}	
e muriato de soda - - - - -		
Um acido particular.		
Uma substancia gordurenta e rezinosa - -		2
Sulphato de soda com algum sal commum -		3.13
Sulphato de cal com muito sulphato de magnesia, e algum phosphato de cal - - - -	}	12.87
Algumas oxides de magnesia e ferro.		
Uma materia membranosa, a que o Dr. John denomina albumen <i>fucoso</i> - - - - -	}	78
Silica - - - - -		

O Dr. John assevera não ter podido descobrir iodine algum no *fucus vesiculosus*; porem não vemos que seja isto um motivo sufficiente para dahi se concluir, que esta planta não possue tal ingrediente; por quanto o Dr. John não somente fez as suas experiencias com uma mui pequena quantidade de *fucus*, mas alem disso não empregou reagente algum assas delicado.

Gaultier de Claubry tambem analizou o *fucus serratus*, o *fucus siliculosus*, e o *fucus filum*: no *fucus serratus* descobrio elle albumen; uma substancia mucilaginosa escura; uma substancia colorante verde, soluvel em alcohol e que se precipita á proporção que o liquido vai esfriando; uma substancia vegetal quasi insipida e soluvel tanto em agua como em alcohol; os mesmos saes que existem no *fucus sacharinus*, porem muito maior quantidade de sub-carbonato de soda, e mais iodine, do que se achou no *fucus vesiculosus*.

No *fucus siliculosus* descobrio elle—uma grande porção de materia vegeto-animal; um muco vermelho escuro; uma substancia amarga soluvel em alcohol; uma materia soluvel em alcohol quente e que se precipita na forma de uma substancia parda esverdinhada quando se evapora o cozimento desta planta; os mesmos saes que contem o *fucus sacharinus*, porem mui pouco iodine. No *fucus filum* achou uma mui pequena quantidade de materia vegeto-animal; uma substancia mucosa; um precipitado floculento quando esta planta hé digerida em alcohol; os mesmos saes existentes no *fucus sacharinus*; e muito pouco iodine.

Este mesmo chimico hé de opiniaõ, fundado nas muitas experiencias que fez sobre esta materia, que a porção sacharina das precedentes algas possue os distinctivos caracteres do manna.

Substancias Animaes.

Hé provavelmente bem sabida de todos os chimicos a mui excellente e complicada analize, que Vauquelin fez do cerebro de diversos animaes. Em consequencia de haver este philosopho asseverado que segundo os resultados que obtivera, tinha fundamento para suppor ser o phosphoro um dos componentes do cerebro; emprehendo o Dr. John uma nova serie de experiencias sobre esta mesma materia com o intuito de

verificar este facto singular; para este fim analysou o cerebro, nervos e medulla espinhal de bezeros; e os resultados destes seos trabalhos andão impressos no Jornal de Schweigger, vol. X. pag. 155. Ahi affirma o Dr. John que em conformidade com o que observára nas suas diversas analizes, o phosphoro não hé um componente do cerebro, mas sim que existe nesta substancia na forma de phosphato de ammonia. Os principaes resultados que o Dr. obteve das suas experiencias foraõ os seguintes:—A parte liquida do cerebro sendo aquecida adquirio uma cor vermelha escura, e constava de albumen, agua, e varios saes. A parte solida do cerebro não occasionou alteraçãõ alguma em infusãõ de litmus, mesmo depois de estar exposta ao ar por varios dias: et hé o Doutor de opiniaõ, que, se no cerebro existisse phosphoro, dever-se hia ter formado acido phosphorico em virtude do oxigenio que o cerebro de necessidade recebeo durante o periodo em que esteve em contacto do ar atmosphorico. Quando se aqueceo esta substancia, exhalou um cheiro de carne, porem não se observou separaçãõ alguma de gordura. Evaporada toda a parte liquida do cerebro; o resto tornou-se pardo, e finalmente negro. O vaso de prata, em que esta experiencia foi feita, ficou preto; indicando por este modo a existencia de enxofre; o cerebro depois de negro foi lavado em agua, a qual fez vermelha a infusãõ de litmus; evaporada esta agua, e misturado o remanescente com potassa formou-se ammonia: este mesmo remanescente dissolvido em agua, e misturado com ammonia ministrou um precipitado de phosphato de cal; e deixado evaporar spontaneamente produzio cristaes de sulphato de potassa, sal commum, e phosphato de magnesia; achou-se tambem um acido qual era o phosphorico.

O cerebro triturado com potassa produzio ammonia, e este alcali foi igualmente obtido distillando-se uma mistura de cerebro, potassa, e agua.

Se fervermos uma porçãõ de cerebro em agua, e depois de filtrada e evaporada, a misturar-mos com alcohol, separa-se unicamente uma pouca de materia gelatinosa: a soluçãõ alcoholica deposita em poucos dias cristaes, os quaes constaõ de uma materia gordurenta, phosphato de ammonia, e sal commum: o

alcohol perfeitamente separa a materia sebacea do resto do cerebro, e o liquido estando quente hé com grande facilidade coado : a materia gordurenta do cerebro de bezerros hé branca. O alcohol tem igualmente a propriedade de dissolver outra substancia, a que Thenard e Vauquelin haõ denominado *osmazom*.

Os componētes da parte cortical do cerebro de bezerros foraõ os seguintes:—

Agua	-	-	-	-	-	75 até 80
Albumen Cerebral insolúvel, e ditto soluvel	-	-	-	-	-	10
Osmazom	-	-	-	-	-	} 15 até 10
Materia gordurenta	-	-	-	-	-	
Phosphato de cal	-	-	-	-	-	
Phosphato de soda	-	-	-	-	-	
Phosphato de ammonia	-	-	-	-	-	
Phosphato de magnesia	-	-	-	-	-	
Um Sulphato	-	-	-	-	-	}
Sal Commum	-	-	-	-	-	
Pequena porção de phosphato de ferro	-	-	-	-	-	}

100

A parte medullar do cerebro contem os mesmos ingredientes da cortical; porem a porção de materia gordurenta hé maior, e o albumen cerebral, quando hé misturado com alcohol, mais duro e fibroso.

Tanto a medulla oblongata, assim como os thalamos dos nervos opticos, o cerebello, e nervos possuem ingredientes precizamente analogos aos da parte medullar do cerebro; porem menor porção de agua, e maior de albumen.

2º *Pigmento negro do olho*.—Leopoldo Gmelin publicou no volume X. do Jornal de Schweigger uma importante serie de experiencias, que fizera com o pigmento negro, que existe nos olhos de bois e bezerros : de quinhentos olhos extrahio elle a quantidade de 75 grãos. A sua cor hé de um pardo escuro; naõ tem sabor algum; e pega-se á lingua a maneira de barro; hé insolúvel em agua, alcohol, ether sulphurico, oleos, agua de cal e vinagre distillado; com o auxilio do calor dissolve-se em potassa e ammonia; porem hé de novo precipitado por meio de acidos; acido sulphurico

tambem o dissolve, e o faz negro; acido muriatico produz a mesma mundança na côr; mas taõ somente o dissolve em parte; acido nitrico o dissolve; e lhe dá uma cor parda avermilhada; 12 graõs e meio desta mesma substancia foraõ aquecidos em um tubo de vidro; e os resultados foraõ—umas gotas de agua que continhaõ em soluçaõ carbonato de ammonia; um oleo pardo; cristaes de carbonato de ammonia; e seis polegadas cubicas de um corpo gasoso, o qual constava de

Gas acido carbonico	3
Gas Oxygenio	0.159
Gas azote	2.131
Hydrogenio carbonizado	0.710
	<hr/>
	6.000
	<hr/>

A agua, oleo, e carbonato de ammonia pezáraõ sinco graõs; ficáraõ na retorta sinco graõs e meio de uma materia carbonacia: a qual sendo queimada e analisada achou-se constar de soda, cal, oxide de ferro, e acido muriatico. Gmelin hé de opiniaõ, que o pigmento negro se assemelha muito ao anil nas suas propriedades.

Tinta extrahida do mollusco Siba.—Grover Kemp publicou em 1815 algumas experiencias que fizera com esta substancia: o Dr. Prout igualmente analisou uma porçaõ della no estado secco,—tirada do mesma membrana onde ella hé segredada; e achou os seos componentes serem:—

Materia colorante negra	78.00
Carbonato de cal	10.40
Carbonato de magnesia	7.00
Muriato de soda }	2.16
Sulphato de soda }	
Muco	0.84
Perda	1.64
	<hr/>
	100.00
	<hr/>

O Dr. Prout não examinou com particularidade a

materia colorante desta tinta ; porem Leopoldo Gmelin, que a analizou, descobrio nella as mesmas propriedades, que possui o pigmento negro do olho. As experiencias deste ultimo chimico não são de todo conformes com as que refere o Dr. Prout ; e isto provavelmente depende de ellas haverem sido feitas com o pigmento fresco, e humido, entretanto que o Dr. Prout o analizou já no estado secco.

Ovas do peixe Tenca ou Cyprinus Tinca.—Há varios annos que Fourcroy e Vauquelin publicaraõ varias experiencias feitas com as ovas deste peixe, e dellas tiraõ a conclusaõ, que era o phosphoro um dos seos componentes. A fim de decidir se esta illaçaõ erã bem ou mal fundada, fez o Dr. John. uma mui minuciosa analize da mesma substancia ; sem que nella porem achasse porçaõ alguma de phosphoro ; e assevera que somente observára os seguintes ingredientes:—Agua ; Albumen insolúvel ; Gelatina ; Phosphato de ammonia ; Phosphato de cal ; Phosphato de magnesia ; Phosphato alcalino.

Bila viciada por doença.—O Professor Rudolphi enviou ao Dr. John, para ser analizada, uma enorme bexiga do fel extrahida do corpo humano, a qual continha seis onças de bila corrompida, e 20 calculos biliares. O Dr. John analizou só tres onças e meia desta bila, e o resultado foi o subsequente :

	onças.	oitavas.	grãos.
Agua	3	3	39 $\frac{3}{4}$
Albumen	0	0	4 $\frac{1}{4}$
Adipocere de bila	0	0	0
Osmazom	0	0	9 $\frac{1}{4}$
Jellea mucosa	0	0	1 $\frac{1}{2}$
Hum sal ammoniacal	0	0	5 $\frac{1}{4}$
Phosphato de cal			
Cal combinada com um acido combustivel			
Phosphato de ferro			
Potassa			
Sulphato e muriato de potassa	0	0	0
Phosphato alcalino			
	5 $\frac{1}{2}$	0	0

Singularidade da urina em Hepatitis.—M. Rose publicou no quinto volume dos *Annaes de Philosophia* uma descoberta, que por certo lhe faz muita honra, pois que della se podem a vir tirar illagoens de consideravel momento tanto para a physiologia, como para a medicina: a descoberta simplesmente hé que, em todas as doenças do figado já chronicas ou agudas, a urina não contem a menor porção de urea. Este facto não menos singular que imprevisto foi ultimamente corroborado pelas muitas e diversas experiencias do illustre chimico o Dr. Henry por maneira, que não há motivo algum para que hesivemos sobre a sua realidade.

Existencia do acido carbonico na urina e sangue.—Há muitos annos que Prout promulgou haver descoberto na urina tanto alguns carbonatos como acido carbonico; duvidou-se porém, se esta sua opiniaõ era ou não exacta, em virtude de se suppor, que elle talvez houvesse confundido o acido carbonico com os acidos acetico e phosphorico, os quaes (como hé bem sabido) existem na urina no seo estado simples: mas Vogel mostrou ultimamente por meio de uma mui simples experiencia, que o gas acido carbonico existe na urina e no sangue; eis aqui a experiencia. Elle lançou uma porção de urina fresca em uma retorta, á qual estava lutado um tubo de vidro curvo, cuja boca se communicava com um vaso em que havia agua de cal: todo este aparelho foi collocado debaixo do recipiente da machina Pneumatica, e o ar exaurido vagarosamente; logo depois deste processo se observou sahir da urina um grande numero de bolhas d'ar, e a agua de cal ficou cor de leite, indicando por este modo haver recebido da urina o gas acido carbonico: esta mesma experiencia repetida com o sangue teve igual successo.

Calculos urinares.—Margraff foi o primeiro, se não nos enganamos, que annunciou haver descoberto ferro em um calculo urinario extrahido do corpo humano: Lehman fez a mesma observação em 1766; e mais recentemente Pietro Alemanni asseverou ter achado 21.84 por cento de phosphato de ferro em um calculo que analizára. Finalmente em Julho passado o Professor Wurzer publicou no volume XIII. do *Jornal de Schweigger* a analizo de um calculo que tambem con-

tinha ferro. Os diversos componentes deste calculo foraõ:—

Phosphato de cal	.	.	.	74·8
Carbonato de cal	.	.	.	11·2
Materia	.	.	.	12·0
Oxide de ferro	.	.	.	0·9
				<hr/>
				98·9
				<hr/>

Um calculo mui singular foi, há pouco, extrahido de um tumor situado sobre o peito de uma mulher em Italia; a sua forma era a de um ovo, com duas polegadas de comprido e uma de circumferencia; constava de doze laminas concentricas, e entre cada uma dellas havia uma linha negra: achou-se no centro um corpo esferico, menos compacto que o resto do calculo, com uma textura cristallina, e semelhante em apparencia á lente do olho de um boi: esta substancia era cristallizavel, combustivel e soluvel em ether. Melandri a analizou com cuidado, e julga que ella hé puro adipocere. A porção cortical dissolveo-se em ether só em parte; e o mesmo chimico suppoem ser uma mistura de adipocere, e de alguma outra substancia animal.

(Continuar-se-há.)

P O L I T I C A.

REINO DO BRAZIL.

Decreto para formação de um Systema Commercial do Reyno Unido.

Considerando quanto se faz necessaria a formação de um systema, que regule as relações commerciaes

entre os differentes Dominios da Minha Corôa, e que occorrendo aos inconvenientes produzidos por uma longa serie de annos, bem como pelas alteraçoes resultantes dos recentes acontecimentos politicos, promova em geral a prosperidade dos Meus vassallos: E sendo certo que o meio mais proprio para obter-se um tão util resultado, na formação do sobredito systema, hé o de empregar neste importante trabalho pessoas doudas e versadas em materias economicas e commerciaes: sou por tanto servido ordenar ao Marquez de Aguiar, do Meu Conselho de Estado, Ministro assistente ao Despacho do Gabinete; e ao Conde da Barca, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, que hajaõ de convocar a conferencias, que seraõ presididas por um ou outro dos referidos Ministros, aquellas pessoas, que tendo as qualidades acima designadas possam dar pareceres uteis, ou informaçoes exactas sobre cada um dos objectos, que se houverem de tratar: E outro sim ordeno que das Secretarias de Estado, ou de quaesquer Archivos se forneçam memorias, planos, contas, ou documentos, e todos aquelles papeis, que poderem contribuir para a elucidaçaõ das materias que se forem discutindo; devendo o resultado final das conferencias, que se fizerem sobre cada um dos objectos, subir á Minha Real Presença, para Eu resolver como julgar mais conveniente. Os mesmos Ministros e Secretarios de Estado o tenham assim entendido, e o façam executar.—Palacio do Rio de Janeiro, em dous de Junho de mil oitocentro e dezeseis.—Com a Rubrica de sua Magestade.

Alvará sobre as Thesourias do Exercito.

Eu o Principe Regente faço saber aos que este Alvará virem, que tendo mostrado a experiencia a necessidade de estabelecer um methodo de thesourarias geraes para o exercito, em que se reuna a exactidaõ na fiscalisaçaõ da Fázenda Real com o prompto pagamento das tropas; e naõ tendo a portaria do governo de vinte e sette de Novembro de mil oitocentos e onze,

que alterou o systema da ley de nove de Julho, de mil settecentos e sessenta e tres, e do alvará de quatorze de Abril de mil settecentos e sessenta e quatro, preenchido completamente estes dous fins essenciaes e especialmente o da fiscalisação: Sou servido extinguir as thesourarias, e pagadorias, que agora existem, creadas pela dicta ley, alvará, e portaria, e em seu lugar estabelecer o seguinte:

1. Haverá uma thesouraria geral, que se estabelecerá em a corte, e cidade de Lisboa, aonde se farão todos os assentamentos de praças, que antes se faziam nas diversas thesourarias, e aonde existirá toda a contabilidade, que pertencer ao exercito pela parte que toca aos soldados, e outros objectos, que pertencião ás thesourarias, ou pagadorias, que ficão extinctas.

2. Esta thesouraria sera dividida em duas classes, uma de fiscalisação da Real Fazenda, e outra de thesouraria, e pagadorias.

3. A repartição da fiscalisação da Fazenda sera composta de um contador fiscal, de um official maior da contadoria, de officiaes de contadoria de diversas classes, de inspectores de revista.

4. A repartição de thesouraria, e pagadoria sera composta de um thesoureiro, e pagador geral, de fieis ou commissarios assistentes, que serão pagadores, e de um numero de pagadores da segunda classe, destinados a assistirem com as brigadas um em cada uma, os quaes residirão nos districtos, em que estiverem aquarteladas as brigadas, e serão rendidos, quando, o thesoureiro geral o achar conveniente.

5. Para que os pagadores de brigada possam satisfazer aos deveres, e pagar aos regimentos da sua brigada, aquartelados em diversos lugares, e nos dias competentes, serão os quarteis mestres dos regimentos obrigados a ajudallos no que for relativo ás obrigaçoens dos pagadores; os chefes dos regimentos os obrigaraõ á isso, quando for necessario, e os sobredictos pagadores lhe requererem.

6. Os commissarios, ou fieis, e os pagadores serão geitos ao thesoureiro geral, e responsaveis pelas suas obrigaçoens; e os officiaes da contadoria, e inspectores de revista ao contador fiscal. Estes dous chefes serão responsaveis ao Real erario sem intermedio algum,

ficando por isso abolido o lugar de inspector de thesouraria, creado posteriormente ao Alvará de mil settecentos e sessenta e quatro; e nenhum dos empregados na thesouraria ou contadoria poderá ter occupação em outra repartição qualquer que ella seja.

7. Sendo indispensavel que o pagamento dos soldos e de tudo quanto hé relativo á segurança do reyno seja feito não só com promptidão, mas com preferencia a todos os outros objectos, a que estão destinadas as rendas reaes; e convindo evitar os inconvenientes, que resultaõ de sahirem sempre do erario para a thesouraria geral em especie as diversas sommas para o pagamento das tropas das provincias: os governadores do reyno farão immediatamente o calculo das sommas que são necessarias para soldar todas as despesas do exercito, e suas dependencias, separáraõ das rendas reaes a quantia que for sufficiente para cobrir a despesa, e farão passar ao thesoureiro geral as que lhe pertencerem pelo methodo que abaixo se dira.

8. Succedendo, que por algum motivo não previsto venha a falhar em todo ou em parte alguma das rendas destinadas para o pagamento do exercito, o administrador geral do real erario lhe substituirá immediatamente outra, ficando inhibido de fazer pagamento algum de qualquer natureza, antes de estar pago dos seos soldos todo o exercito, e assim a repartição de viveres, forragens, hospitaes, e outras dependencias desta natureza.

9. Para que a fiscalização da Real Fazenda se possa fazer regularmente, todas as patentes, e titulos, por que se houverem de fazer pagamentos mensaes na thesouraria, terãõ o—cumpra-se—do general em chefe; com elle serãõ dirigidos ao thesoureiro geral, que lhes porá a intervenção, e depois com o—visto—do contador fiscal se lhes assentará praça na contadoria e não se pagará á pessoa alguma por simples recibo parcial, sem que tenha precedido o assentamento de praça pela forma assim ordenada.

10. As ordens extraordinarias para pagamento de quantias que se mandarem pagar pela thesouraria para objectos do servico, serãõ dirigidas ao thesoureiro geral, que lhes póra a sua intervenção; passaraõ depois ao contador fiscal para lhes pôr o visto

(estando em forma) e registo, e sem isso não serão pagas.

11. O soldo das praças que vencem diariamente, sera pago em pretz de quinze em quinze dias, formalizados pela mesma forma, que está determinado, e se pratica actualmente.

12. Os pagamentos dos officiaes dos regimentos se farão pelas relações conforme o modelo—A—feitas pelo quartel mestre de cada regimento, com o certificado do commandante do corpo, e entregues ao pagador pelo quartel mestre.

13. As sommas arbitradas mensal ou annualmente a cada regimento para concerto de armas, lenha, e outros objectos, serão pagas pelos pagadores de brigada á vista do recibo dos coroneis, e com o—visto dos inspectores de Revista, posto na occasião, em que passarem revista aos corpos.

14. O pagamento dos fardamentos, que deverem fazer a dinheiro na forma do plano, sera feito de seis em seis mezes pelos pagadores de brigada sobre livranças dos chefes dos corpos, que estes mandarão ao contador Fiscal, o qual conferindo-as com os extractos de revista lhes porá o seo—visto—depois de as registrar, e as passará ao thesoureiro geral, que as mandará pagar no mez seguinte pelo pagador competente sobre o recibo do coronel, em que se acusará a livrança, e semestre a que pertence.

15. O soldo e gratificações dos generaes e officiaes do estado Maior, sera pago mensalmente pelo pagador da Brigada a que pertencerem, ou forem residentes, sobre uma relação conforme o modelo—A—e certificada pelo commandante da brigada.

16. Os governadores de praças maiores, e outros officiaes ali empregados serão pagos pelas relações feitas pelos pagadores das brigadas, em cujos districtos estiverem as dictas praças, e certificadas pelos governadores.

17. As companhias de veteranos serão pagas por pretz, de quinze dias pelo que pertence ás praças que vencem diariamente, e os officiaes receberão com os das praças, em que estiverem.

18. O pagamento dos reformados, e de qualquer classe de officiaes sem emprego, não sendo officiaes

generaes do Monte Pio, e outros, que não vão incluídos nas classes acima declaradas, se fara de tres em tres mezes sobre relaçoens nominaes, formadas na contaduria geral pelos assentos de cada um combinados com as listas de revista, que os inspectores della mandarão á mesma contaduria todos os trimestres.

19. As sobredittas relaçoens serão formadas por classes e patentes, e semelhantes ao modelo—A—assignadas pelo contador fiscal, e entregues ao thesoureiro geral, que lhes porá a ordem para o pagamento, e as remetterá aos pagadores correspondentes até ao dia quinze do mez seguinte ao do vencimento.

20. Para que na contaduria se possa fiscalizar com exactidão a legalidade dos pagamentos, continuarão os inspectores de revista a executar o que está determinado na portaria de 27 de Novembro, de mil oitocentos e ouze, por que foram creados, e mandarão, ou entregarão na contaduria os extractos de revista, e mais clarezas, que o contador fiscal lhes ordenar pelo menos de dous em dous mezes.

21. Nas revistas porem que os dictos inspectores passarem, não se apresentarão os corpos com bandeiras, mas tão somente formados por companhias, e não se lhes fará continencias.

22. Os sobredictos inspectores de revista, não se intrometterão no exame do estado do armamento, e mais effeitos, ou no estado dos cavallo, sustento que se lhes dá, nem na reforma da destribuição dos generos, que recebem os corpos ; por quanto estes exames pertencem aos inspectores militares : a sua obrigação reduzir-se-ha a examinarem a existencia das praças, e o seo vencimento, tanto pelas listas, que as companhias dão, como pelos assentos dos livros de registo, e pelos mais attestados que os commandantes fornecem no acto da revista.

23. Succedendo haver alguma duvida entre os commandantes de corpos, e os inspectores de revistas, ou não achando estes os livros em ordem, darão conta ao contador fiscal, que o representará ao general em chefe a fim de mandar ao inspector geral da arma a que o corpo pertencer, que passe ao regimento, levando consigo o inspector de revista, e regule o que achar defeituoso, dando logo parte ao general em chefe dos

defeitos que achou, e do modo por que os remediou. No caso do inspector geral não poder ir pessoalmente ao sobredito exame, sera esse feito por um deputado seo.

24. Para que todos os pagamentos sejam feitos nos seus tempos competentes, e se evitem as differentes remessas de dinheiro das provincias ao erario, e deste a thesouraria, e depois ás pagadorias, em que a Fazenda Real tem sempre prejuizo, e os povos são incommodados com a passagem das differentes escoltas, que acompanhaõ as conducçoens, o presidente do erario fara passar differentes letras sobre os recebedores, e rendeiros das rendas reaes das provincias, para serem pagas nas differentes epocas. O thesoureiro geral apresentará no principio do anno um calculo do dinheiro, que necessita em cada comarca ou districto, e o thesoureiro mor lhe completará mensalmente as sommas, que elle necessitar com letras a pagar, nas camaras, em que o dinheiro for necessario, ou nas suas vizinhanças, havendo a attenção de anticipar o erario pelo menos um mez do vencimento do exercito, para que este não possa soffrer demora no seo pagamento.

25. O thesoureiro mor avisará separadamente aos diversos rendeiros e recebedores, sobre quem se passarem as letras do dia do seo vencimento, para que tenham prompta a sua importancia, logo que lhes forem apresentadas: estas letras serão recebidas no erario depois de pagas como dinheiro em especie, e fazendo parte das sommas que os sobredictos rendeiros ou recebedores devem metter no erario.

26. O thesoureiro geral remetterá aos diversos pagadores as letras sufficientes para os pagamentos, que cada um dever fazer com a anticipação correspondente á distancia em que se acharem, e de forma, que possam estar cobradas no dia prefixo, e as sommas promptas para se pagar á tropa.

27. Estas letras serão mandadas seguras pelo correio: não se levará premio do segurô, e os recibos do correio servirão para verificar a entrega aos pagadores, e lhes servirem de titulo para a sua responsabilidade ao thesoureiro geral.

28. Os pagadores cobrarão as letras nos tempos

prefixos; e succedendo que algum rendeiro ou recebedor as não pague logo, as protestarão immediatamente perante as justigas do lugar, e as remetterão novamente com o protesto ao thesoureiro geral, para as apresentar no erario, e lhe serem levadas em conta, cobrando-se na fôrma da ley pelo erario, e o thesoureiro geral supprirá immediatamente com outras ao pagador, para que não haja falta no pagamento da tropa. Quando alguma letra for protestada e possa por essa causa ser demorado algum pagamento, o pagador, que fizer o protesto, dará parte ao commandante da brigada, e este o participará ao general em chefe, para este saber o motivo, por que se atrazou o pagamento, e o possa representar ao governo, senão houver logo providencia.

29. Os pagadores farão os pagamentos aos officiaes, e pessoas, que constarem das relaçoens mandadas fazer nos paragraphos antecedentes deste alvará, sem exigirem recibos, nem mais clarezas do que a assignatura individual de cada um dos que receberem, á margem da mesma relação.

30. Tanto as relaçoens de pagamentos, como os prets, e outras clarezas, ou recibos de dinheiro, que os pagadores fizerem, serão mandadas pelos dictos pagadores mensalmente ao thesoureiro geral; estas relaçoens, e titulos serão remettidos seguros pelo pagador. Todos estes titulos serão numerados pelo pagador, que os remetter, e trarão a sua antefirma.

31. O thesoureiro geral verificará a sua conta com cada um dos pagadores, e no mesmo mez passará os titulos á contadoria, indo novamente rubricados, e numerados para na dicta contadoria serem combinados com os assentos, e resumo das revistas de inspectores para se verificarem, e se extrahirem duas contas uma que o contador deve dar ao thesoureiro geral, em que vá contada a despesa que fez o dicto thesoureiro, e lhe sirva para sua descarga no erario, e que deve acompanhar os documentos, e ser remettida ao erario pelo mesmo contador. Com esta conta irão as listas de revista, e mais titulos que o erario exigir.

32. Alem destas contas formalizará o contador cada seis mezes, um mappa das despesas do exercito com separação de soldados, de officiaes empregados, e não

empregados, officiaes de regimentos, pretos, e outras quantias avulsas, sendo estas especificadas, em classes com declaração dos motivos, a qual sera apresentada ao governo para me ser presente. O contador dara tambem todos os seis mezes uma igual conta ao general em chefe.

33. O contador geral fará extrahir dos resumos das revistas de inspectores as livranças, que forem necessarias para o verificação das contas do commissariado, e para outras repartiçoens, e communicará aos chefes o que convier.

34. Sendo necessario pôr desde logo em execução o que vai ordenado neste alvará, e não se devendo confundir as dividas antigas com o pagamento necessario e indispensavel á tropa, e mais pessoas, que diaria ou mensalmente devem continuar a receber, passaraõ immediatamente para a nova contadoria todos os titulos de dividas antigas, e os documentos por onde se podem legalizar, e seraõ pagas pelo methodo, que vai estabelecido para as correntes; fazendo porem o erario uma consignação inteiramente separada, que o thesoureiro geral ira recebendo, e distribuindo pelas listas, que formalizará o contador, e que seraõ distribuidas por mezes, começando o pagamento pelos mezes mais antigos, sem que se possa alterar esta regra a favor da classe, ou pessoa alguma para não confundir as despesas que pertencem immediatamente ao pessoal do exercito com aquellas que são da dependencia dos arsenaes. Não se pagarão pela thesouraria despesas algumas dos trens ou das praças, as quaes ficaraõ pertencendo a esta repartição, exceptuando os soldos dos soldados, e officiaes de patente, que seraõ pagos pela thesouraria.

35. Pelo presente alvará fica prohibido aos empregados na thesouraria, e contadoria geral do exercito servirem quaesquer outras occupaçoens, ficando os chefes das dittas repartiçoens immediatamente sujeitos ao erario, e responsaveis cada um na sua repartição, abolindo todo e qualquer intermedio entre os dictos chefes, e o erario, restituindo o emprego de thesoureiro geral ao lugar, em que foi posto pela ley de mil settecentos e sessenta e tres com as alteraçoens agora determinadas, e creando um contador fiscal a semel-

hança do que havia antes do estabelecimento das thesourarias, ainda que com obrigaçoens differentes. E convindo que pessoas a quem se confiaõ empregos desta importancia, tenhaõ uma sufficiente sustentação, Sou servido determinar, que o thesoureiro geral vença annualmente dous contos de reis, de ordenado do seu emprego, que o contador fiscal vença uma igual quantia, e o official maior um conto de reis e que o governo taxe proporcionadamente os ordenados para todos os outros empregados, sem que depois os possa alterar sem ordem especial minha; ficando porem extinctos todos e quaesquer emolumentos que por ley ou uzo se levassem até agora nas thesourarias, sem que se possa por principio algum estabelecer outros em seo lugar.

36. Não sendo justo, que as pessoas, que até agora me serviraõ nas thesourarias, fiquem privadas de me continuarem a servir, escolher-se-haõ entre os actuaes officiaes de thesouraria os que forem proprios para me continuarem a servir nas novas contadorias e thesouraria, ficando os outros vencendo o seu ordenado até que possaõ entrar em occupação do meu serviço, em que vençaõ igual quantia á que agora percebem, extinguindo-se porem a pensão que pelo presente alvará lhes mando continuar logo que vençaõ outro ordenado.

37. A escolha porem de contador, thesoureiro, e official maior ficará ao meu real arbitrio, sem que fique ligada ao que vai estabelecido no paragrapho antecedente.

38. Depois que a nova thesouraria for estabelecida, ficará pertencendo ao contador propôr os officiaes da sua contadoria e os inspectores de revista, que o governo poderá approvar: o thesoureiro porem poderá escolher agora mesmo os commissarios e pagadores que desejar entre os actuaes; e não o satisfazendo, ou não sendo da sua confiança, o participará ao ministro da repartição, e depois pertencer-lhe há sempre a nomeação dos pagadores ficando responsavel por elles.

Este se cumprirá taõ inteiramente como nelle se contem, sem embargo de quaesquer leys, ordens, ou resoluçoens em contrario, que todas hey por derogadas para este effeito somente, como se dellas fizesse

expressa menção. Pelo que mando ao conselho de guerra, presidente do meu real erario, conselho da minha real fazenda, marechal general commandante em chefe do exercito, governadores de armas, e de praças, officiaes generaes, inspectores geraes, thesoureiros geraes das tropas, e mais pessoas a quem o conhecimento delle pertencer, o cumprão, e guardem pela parte que lhes toca; e este valerá como carta passada pela chancellaria posto que por ella não hade passar, e ainda que o seu effeito haja de durar um ou muitos annos, sem embargo das ordenações em contrario.—Dado no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte um de Fevereiro de mil oitocentos e desesseis.

(Assignado)

PRINCEPE. Com guarda
MARQUEZ D'AGUIAR.

Rio de Janeiro 29 de Maio.

A camera de Villa Rica enviou a esta corte o capitão-mor, e actual vereador da mesma villa Antonio Eulalio da Rocha Brandaõ para ter a honra de beijar a Augusta mão de Sua Magestade em seo nome e da nobreza e povo pela incomparavel mercê que o mesmo Senhor se dignou conceder-lhe elevando o Estado do Brazil á preeminencia e dignidade de Reino Unido ao de Portugal e Algarves; e dignando-se Sua Magestade assignar o dia 14 do corrente para a audiencia deste deputado, elle teve a honra de dirigir ao Mesmo Senhor a seguinte falla:

Senhor;—A camera, nobreza, e povo de Villa Rica e seo termo capital da provincia de Minas Geraes aonde tenho a honra de servir á V. M. actualmente em vereador, e capitão mor, não podendo conter os transportes do seo jubilo pela sublime munificencia com que V. M. se dignou elevar o Estado do Brazil á preeminencia e condecoração de Reino Unido ao de Portugal e Algarves depois de concorrerem ao templo, e nelle renderem ao Omnipotente as devidas graças por tão grande mercê, e de lhe pedirem fervorosamente pela vida o prosperidade de V. M. e toda a Sua Real Familia alem de outras publicas

demonstraçoens que deraõ, do seo contentamento e alegria; me enviaõ da sua parte a protestar na Augusta Presença de V. M. os sentimentos da mais candida e pura gratidaõ, e renovar os votos com que todos aclamamos a V. M. pelo soberano o mais virtuoso, o mais benigno, e o mais digno do amor dos seos vassallos.

Digne-se pois V. M. receber em seo paterno coração estes protestos de reconhecimento, que elles submissos vem render a V. M. supplicando tome na sua Real Consideração esta mensagem como o testemunho mais expressivo do seo amor, da sua gratidaõ, e da sua vassalagem.

Resposta de Sua Magestade.

Estimo muito ter felicitado os meos fieis vassallos, e me lizonjeio por isso com as demonstraçoens de contentamento, e gratidaõ que a camera e povos de Villa Rica me acabaõ de manifestar.

Officio da Camera.

Senhor;—A graça incomparavel que V. A. R. foi servido liberalizar ao seu Estado de Brazil elevando-o á pre-eminencia e dignidade de Reino Unido ao de Portugal, e Algarves, hé um completo e irrefragavel testemunho da alta distincção, com que V. A. R. se digna attender, e galardoar a inalteravel fidelidade, o amor, e adhesão que os povos do mesmo estado constantemente tributaram aos seos Augustos Soberanos.

A noticia desta sublime graça foi como compria, applaudida por esta camera de Villa Rica, e pelo povo que ella representa, já rogando no templo ao Omnipotente pela conservação da Precioza Vida de V. A. R., e da Sua Real Familia, já praticando aquellas festivas demonstraçoens do seo extraordinario jubilo e contentamento que estavaõ ao seo alcance.

A mesma Camera teve a honra de fazer constar na Augusta Presença de V. A. R. estas demonstraçoens, supplicando a V. A. R.—Houvesse por bem permittir que se solemnizas-se todos os annos o dia 16 de De-

zembro, dia em que V. A. R. se dignou patentear na carta de ley a contemplação em que tem os seus vassallos da America; dia cuja memoria impoem aos habitantes do Reino do Brazil um dever de eterna gratidão, e que será perpetuado nos annuaes da historia como um padraõ da Inimitavel Beneficencia de V. A. R.

Naõ contente porem com aquellas demonstraçoens, e desejando manifestar inda mais a sua gratidão, designou ao Capitão Mor da dicta Villa Antonio Eulalio de Rocha Brandaõ, um dos membros desta camara, para em seu nome e de todos os habitantes da dicta villa e seu termo ir protestar aos pés do throno de V. A. R. a mais rendida vassalagem, esperando que V. A. R. se dignará conceder ao mencionado vereador a honra de beijar a Augusta Mão de V. A. R. entretanto que esta porção de seus fieis vassallos fica dirigindo ao Céu as mais ardentes supplicas, para que continue a encher das maiores prosperidades a pacifica e doce regencia, com que V. A. R. os tem incessantemente felicitado.

O JUIZ DE FORA IGNACIO JOZE DE SOUZA
REBELLO.

Os Vereadores, JOAQUIM FERREIRA DA FONSECA.
ANTONIO EULALIO DA ROCHA BRANDAÕ, JOAÕ DE
DEOS MAGALHAENS.

Rio de Janeiro, 6 de Julho.

A camara da Villa do Sabará dirigio a Augusta Presença de S. M. o officio do theor seguinte:—

Senhor;—A incomparavel beneficencia de V. A. R. em elevar o Estado do Brazil a dignidade de Reyno Unido ao de Portugal e dos Algarves, tem penhorado por um tal modo os nossos coraçoens, e os do povo, que consideramos como dever o mais sagrado levar á Soberana Presença de V. A. R. pela pessoa do Capitão Manoel de Freitas Pacheco, os nossos puros agradecimentos; pedindo nós a V. A. R. com a maior submissão, e respeito a graça de se dignar, que elle tenha a honra de beijar a Augusta Mão de V. A. R. por taõ assignalado beneficio; e de assegurar ao mesmo tempo

os votos da nossa mais fiel e constante vassalagem. Deus guarde a V. A. R. por muitos e dilatados annos, como muito desejamos. Sabara, em Camara de 30 de Março de 1816.

(Assignado.) O JUIZ DE FORA JOZE TEIXEIRA DA FONSECA VASCONCELLOS.

Vereadores, MANOEL DE ARAUJO DA CUNHA, BERNARDINO DE SENA E COSTA. MANOEL CARVALHO MARANTE. Procurador, IGNACIO ANTONIO CEZAR.

O Capitão Manoel de Freitas Pacheco tendo a honra de apresentar a S. A. R. o officio de que foi portador, expressou assim:—

Senhor;—A camara da villa do Sabara me envia para ter a honra de beijar a augusta mão de V. M. pelo singular beneficio, que V. M. se dignou liberalizar aos seus fieis vassallos elevando o Estado do Brazil a pre-eminencia de Reino Unido ao de Portugal e dos Algarves, beneficio este que por sua perennidade fará eterna a gratidão dos habitantes da quella villa, e seu termo ao paternal desvelo, com que V. M. promove a prosperidade geral dos seus vassallos.

S. M. se dignou responder-lhe:—“São e serão sempre os meus desejos felicitar os meus fieis vassallos.”

PROVINCIAS UNIDAS DO SUL D'AMERICA.

Acto da Independencia.

Na illustre cidade de S. Miguel de Tucuman, aos 19 de Julho 1816, havendo findado a Sessão ordinaria, o Congresso das Provincias Unidas continuou nas suas primeiras deliberações, relativas ao grande e augusto objecto da Independencia das cidades e districtos que a compoem. O anciozo desejo de todo o paiz, pela sua solemne emancipação da despotica auctoridade dos Reis de Hespanha, foi evidentemente universal,

constante, e decidido ; e os representantes com effeito, empregaram n'este difficil trabalho toda a força de seos talentos, assim como toda a rectidão de suas intencões e todo aquelle interesse, que a sancção de seos proprios destinos, a das cidades representadas, e a da mesma posteridade requeriaõ. No fim das discussões foraõ perguntados se queriaõ, que as provincias da uniaõ formassem uma nação, livre e independente dos Reys de Hespanha, e da mãi patria? Animados pelo impulso da justiça, logo exclamaram pela affirmativa; e depois cada um, individualmente, reiterou o seo unanime, espontaneo, e decidido voto, a favor da independencia da patria, com a assignatura da seguinte—

Declaração.

Nós, os Representantes das provincias unidas do Sul d'America, juntos em congresso geral, invocando o Ser supremo, que prezide a todo o universo, em nome e por auctoridade dos districtos que nós representâmos, e protestando tambem deante do Céu, e das naçoens, e dos homens de todo o globo, a justiça que regûla nossos dezejõs; solemnemente declarâmos á face do mundo, que a unanime e indubitavel vontade destas provincias hé—quebrar os pezados laços que as uniam aos Reys de Hespanha; recobrar os direitos de que foraõ desapossadas; e tomar o alto character de nação, livre e independente de El Rey Fernando VII, de seos successores, e da mãi patria; e por consequencia, permanecer, de facto e direito, completamente auctorizada para formar e adoptar um governo, que a justiça requer, e que a urgencia das circunstancias exige. Todas e cada uma das ditas provincias conseguintemente por este acto proclamaõ, declaraõ, e ratificaõ esta sua mesma vontade, e pelo orgão de nós, seos representantes, se obrigaõ a cumpri-la e a guarda-la, dando por segurança e garantia suas vidas, propriedades e a sua reputação. Será, portanto, feito publico este acto; e em virtude do respeito, que se deve ter para com todas as naçoens, os ponderozos e impulsivos motivos, que deraõ cauza a esta solemne declaração, serão expostos e especificados em um manifesto separado.— Feita na Salla das Sessãoens, assignada com nossos

propios nomes, e assellada com o sello do Congresso, &c. &c.

FRANCISCO DE LAPRIDA, Deputado de S. Joaõ, Prezidente.

DR. JOZE DARREGUEYRA, Deputado de Buenos Ayres,

DR. MANOEL ANTONIO ACEVEDO, Deputado de Catamarca.

DR. THEODORO SANCHES DE BUSTAMENTE, Deputado de cidade e territorio de Jujuy.

DR. PEDRO MIGUEL ARAOZ, Deputado da Capital de Tucuman.

PEDRO LEON GALLO, Deputado de Santiago e Estero.

DR. JOZE SEVERO MALAVIA, Deputado de Charcas.

DR. JOZE COLOMBRES, Deputado de Catamarca.

JOZE ANTONIO CABRERA, Deputado de Cordova.

JOZE MARIANO SERRANO, Deputado de Charcas, e Secretario.

MARIANO BOEDO, Vice Prezidente, e Deputado de Salta.

FREY CAETANO JOZE RODRIGUEZ, Deputado de Buenos Ayres.

DR. JOZE IGNACIO DE GORRITI, Deputado de Salta.

EDUARDO PEREZ VULNEZ, Deputado de Cordova.

DR. ESTEVAÕ AGOSTINHO GAZEON, Deputado de Buenos Ayres.

PEDRO IGNACIO RIBERA, Deputado de Mirque.

DR. PEDRO IGNACIO DE CASTRO BARROS, Deputado de la Rioja.

DR. JOZE IGNACIO TAMES, Deputado de Tecuman.

DR. JOAÕ AGOSTINHO MAZA, Deputado de Mendoza.

JOAÕ JOZE PASSO, Deputado de Buenos Ayres e Secretario.

DR. ANTONIO SAENZ, Deputado de Buenos Ayres.

DR. PEDRO MEDRANO, Deputado de Buenos Ayres.

DR. JOZE ANDRES PACHECO MELLO, Deputado de Chicas.

THOMAS GODOY CRUZ, Deputado de Mendoza.

PEDRO FRANCISCO URIARTE, Deputado de Santiago del Estero.

DR. MARIANO SANCHEZ DE LORIA, Deputado de Charcas.

L. JERONIMO SALGUERO DE CABRERA, Deputado de Cordova.

FR. JUSTO DE STA. MARIA DE ORO, Deputado de S. Joaõ.

THOMAS MANUEL DE ANCHORENA, Deputado de Buenos Ayres.

(Copia Verdadeira.) DR. SERRANO,
Deputado e Secretario.

MEXICO.

Decreto.

Joze Manoel de Herrera, Cidadão Deputado da Republica do Mexico:—Em virtude dos poderes e instrucçoens, que me foraõ dadas pelo Congresso Mexicano, ordeno e mando, que até que o dito Congresso sancione uma forma de governo, mais accommodado ao bem e prosperidade da provincias de Texas, se observem os artigos seguintes, relativos aos estabelecimentos de Matagorda e Galveston. O decreto constitucional, que diz respeito aos outros estabelecimentos e aldeas do resto da provincia, ficaõ no mesmo vigor em que estavaõ.

Proclamação.

Joze Manuel de Herrera, em nome da Republica Mexicana.

Matagorda hé nossa. A extensa e rica provincia de Texas está livre, e seos habitantes, cheios de entusiasmo, correm para o estandarte da independencia. A constituição da Republica Mexicana tem prevalecido sobre o despotismo da monarquia Hespanhola. Os opressores fogem de anté de nós, e já não há obstaculo que possa retardar nossa marcha para o interior das outras provincias.—Já temos um porto comodo e seguro;—já temos uma respeitavel força de terra e de mar;—temos armazens bem supridos d'armas

e munigoens; e temos finalmente um terreno fértil em todas as cousas necessarias da vida:—já, por tanto, nada mais nos falta do que exterminar nossos inimigos, e lançar no oceano os miseraveis que ainda restão. As tropas da Republica avançam em todas as direcções; e os bandos do tirano, que ainda infestão as provincias de Vera Cruz, e Yaxaca, bem depressa serão derrotados e expulsos. Em breve tempo a bandeira de Hespanha não tremolará mais no golpho do Mexico.

Concidadãos, vós podeis agora cuidar se quizerdes em trocar as ricas produções do nosso terreno pelos fructos da industria estrangeira. Nosso commercio vai ser aberto para todo o mundo, debaixo de um sistema fundado nos principios da equidade.

Habitantes de Texas, gloriai-vos de haver sido recebidos debaixo da protecção da constituição da Republica; mostrai-vos pois dignos da dignidade a que tendes sido elevados. Assoprai a sagrada chama da liberdade que agora acaba de acender-se no seio de nossos irmãos até aqui desgraçados, mas que vem de emancipar-se, quebrando as cadeas do despotismo. Este vosso procedimento será premiado com as bençãos do ceo. Obedecei ás leis, cumpri fiel e exactamente com os vossos contractos, e manifestai ao mundo a honra, a humanidade e a generosidade de vosso character.

Cultivai com todo o cuidado uma fraternal communição e amizade com a Republica do norte; porem não façaes commercio algum illegal, particularmente com os Estados Unidos: qualquer violação das leis será punida com inflexivel severidade; os contra-bandidas e piratas serão castigados com a pena de morte. O amigo da liberdade, o oprimido, e o homem bravo acharão sempre uma caça e uma patria entre o povo do Mexico. Nós receberemos com os braços abertos a todos que respeitarem nossas leis, e nossa independencia.

(Assignado) JOZE M. DE HERRERA.

18 de Setembro, 1816.—Anno VII. da Independencia Mexicana.

N. B. A instalação dos officios, a publicação das leis, e a organização do governo immediatamente se porão em practica.

P R U S S I A.

Constituição Prussiana.

O *Observador Germanico* de Hamburgo publicou o artigo seguinte:—“Hé tal o character de El Rey de Prussia, que nunca se poem em acção se não quando a necessidade ou a grandeza do perigo o excitaõ. Assim aconteceu em Hulm, e em Bar-sur-Aube em 22 de Fevereiro de 1814. A pezar da pouca importancia que parece teve a batalha de Bar-sur-Aube, hé com tudo um facto que os destinos da coaligaõ dependeram d’aquelle dia. El Rey, que com a sua tranquillidade ordinaria percebeo todas as manobras occultas, e todos os ciumes que já haviaõ na coaligaõ, avançou naquelle momento decizivo com todo o seo pezo como Rey, e a jornada de Bar-sur-Aube se decidio entaõ a favor dos alliados. Se assim não houvesse acontecido, o exercito teria sido forçado a retroceder para o Rheno. A historia secreta da campanha de 1814, ainda não hé bem conhecida, e até mesmo não o será até que as couzas e os homens já estejaõ em tal distancia que de direito pertençam ao dominio da historia. He só na occasiaõ de perigo que El Rey se poem em movimento: quando elle está longe, deixa aos outros o inteiro manejo dos negocios, porque não tem com effeito vaidade alguma pessoal. A respeito da constituição obra da mesma maneira: quer que as couzas per si mesmas se desenvolvão, e marchem no seo passo regular. E de certo, não se há de intrometer neste negocio se não quando vir que há perigo imminente. Todavia, apezar de quanto se tem dito a cerca dos diversos partidos que há em Berlin, bem pouco receio pode haver delles. *El Rey* hé a favor da *Constituição*; o *chancellor* hé a favor da *constituição*; e o povo quer uma *constituição*. Mas não obstante serem a favor da *constituição* estes tres grandes partidos, a sua obra não hirá muito de pressa. Tamanha empreza traz com sigo grandes difficuldades. A *constituição* hé um monumento que não hé só do seculo presente, mas pertence á posteridade.”

DIETA DE FRANKFORT.

(10 de Dezembro, 1816.)

Na oitava Sessão da Dieta, que se fez no dia 2 do corrente, M. de Hendrich, Inviado de Saxe-Weimar, apresentou á assemblea a nova constituição dos Estados do Gran Ducado, e em nome do seo Soberano pediu que a Confederação Germanica garantisse aquella constituição. Este passo não hé de grande consequencia pelo que diz respeito ao Gran Ducado de Weimar, por que elle hé mui pequeno para poder produzir grandes injustiças; porem hé mui importante por ser um exemplo capaz de obrigar os outros Soberanos a darem tambem constituições aos seos Estados. Assim esta declaração de M. de Henrich foi cauza de que muitos membros dessem as suas opinioens a cerca das relações que existem entre os Estados e os seos respectivos Soberanos. M. de Gagern, Ministro dos Paizes Baixos, fez um discurso que evidentemente teve por objecto desculpar a Prussia pela demora que tem havido na sua constituição, e ao mesmo tempo estimular os outros governos da Alemanha para executarem prontamente esta obra tão util. Mui franca e honradamente principiou por declarar, que muitos agradecimentos merecia o Gran Duque de Weimar por haver dado o primeiro exemplo de um acto de justiça, que todas as naçoens Alemans igualmente esperão de seos Soberanos. Depois, desculpou a demora da Prussia, em razão da grande extensão do reino, e diversidade de provincias de que elle se compoem; mas ao mesmo tempo fez ver, que esta desculpa não se podia aplicar a outros Estados menos extensos. E a final positivamente propoz, que se dessem os agradecimentos ao Gran Duque de Weimar, e a todos os funcionarios publicos que o tinhão ajudado a formar a nova constituição; e que por consequencia, esta mesma constituição devia ser formalmente garantida pela dieta.

Hé facil de imaginar que esta propozição não agradaria a todos. Os deputados não podião concordar no

verdadeiro sentido da palavra *garantia*; e quando o Inviado de Weimar declarou, que seo Soberano por ella entendia, que a Dieta, aceitando esta garantia, devia ficar na obrigação de compellir, sendo necessario, as partes contractantes a entrar em convençoens reciprocas, no cazo de quererem infringir a mesma constituição; diversos membros da Dieta mostraram, que não tinhão bastante intrepidez para reconhecer a justiça destes principios.

AUSTRIA.

(*Vienna, 29 de Novembro, 1816.*)

O contracto de Cazamento da Arquiduqueza Leopoldina foi assignado antes de hontem. S. A. I. deve partir no proximo Abril, e embarcar-se a bordo de uma não Portugueza de 80 peças, acompanhada de 4 fragatas. O conde d'Eltz, ministro Austriaco designado para a corte do Rio de Janeiro, embarcará em Trieste trez mezes antes da partida de S. A. I.

SUÍSSA.

(Artigo communicado, e traduzido do Francez.)

Estado do Corpo Helvetico, tal qual foi reconhecido e garantido pelo Congresso de Vienna em 1815.

A Helvecia, ou Suissa, compoem-se de 22 pequenas Republicas, ou Cantoens, de differente grandeza, e independentes, mas estreitamente alliados entre si para a sua mutua conservação. Está situada na parte mais ellevada da Europa entre a França, a Allemanha, e a Italia, e hé cortada por montanhas, colinas, valles,

grandes 'depozitos de neve, bosques, campos, vinhas, lagos, rios, e pântanos.

O Rheno forma os lagos de Constança e de Zell, e vai desagoar no mar do Norte.

O Rhone forma o lago da Genebra, e vai desagoar no Mediterraneo.

O Inn junta-sen a Alemanha com seo irmão mais novo, o Danubio; e tomando o nome deste ultimo vai desagoar no mar Negro.

O Tessino forma o lago Locarno, ou lago Maggiore, une-se com o Pó no Piemonte, e vai engolfar-se no Adriatico.

A população da Suissa hé, pouco mais ou menos, de dois milhoens de habitantes, dos quaes tambem, pouco mais ou menos, dois terços são Protestantes, e um terço hé Catholico. O cantão de Berne, o maior de todos, consta de 250 mil almas, e o de Zug, o mais pequeno, não tem senão 12 mil e 500.

O governo dos cantoens pastoraes, como são—Ury, Schwytz, Underwald, Zug, Glarus, e Appenzel, hé puramente democratico; e o dos outros cantoens tem mais ou menos parte de aristocracia; mas em geral hé justo e paternal.

A Suissa não tem cõrte alguma nem principes que sustentar, nem exercito que pagar, a excepção de algumas pequenas guarniçoens, das quaes a totalidade não chega a mil homens. Taõbem não tem pensoens algumas que pagar, excepto á alguns estropiados, por effeito da invazão dos barbaros Francezes. Não tem divida nacional, e antes os cantoens de Berne e Zurich tem grandes capitaes no Banco de Londres; por consequencia, bem poucas são as leis fiscaes, e bem poucos os crimes. Os assassinios são ali taõ raros como os eclipses do sol.

A Suissa recebeu as partes de que havia sido desmembrada pelos Francezes, e alem d'isto teve, em acrescimo, para a arredondar, e circumscrever seos limites naturaes os territorios seguintes:—

O Fricktahl, ou Valle do Rheno, que pertencia ao imperador d'Austria, e foi incorporado no cantão de Argovia.

Algumas aldeas Francezas na direita do lago de Genebra, para pôr este cantão em contacto com a

Suissa; e algumas aldeas Saboianas na esquerda do mesmo lago, e do Rhone, para arredondar seo territorio.

Outras aldeas Francezas para a quem do monte Jura, que foraõ incorporadas no cantão de Neuchatel.

O principado de Porentruy, pertencente ao bispo titular de Bazilêa, e dependencia do imperio d'Alemanha. A maior parte delle ficou incorporada no cantão de Berne; e 12 concelhos ou commons no cantão de Bazilêa.

A Dieta Helvetica, ou a Assembleia dos Deputados dos 22 cantoens junta-se alternativamente nos cantoens de Zurich e de Berne que são Protestantes, e no de Lucerne, que hé Catholico, prezidida pelo chefe do cantão director. Os embaxadores estrangeiros rezidem ordinariamente em Berne.

A lingoagem da Suissa hé a Alemam, excepto nos cantoens de Vaud, de Genebra, e Neuchatel, e em alguns dictrictos vizinhos á elles. A lingoagem, que se falla no cantão ultramontano de Tessino, hé a Italiana, assim como em um dos valles do cantão dos Grisons. Neste mesmo cantão, para as partes da nascente do Rheno, se falla tambem uma especie de dialecto particular, chamado *Ladin*, (naõ latim) e para o lado da nascente do Inn, outro chamado *Romansh*. Estes dois dialectos naõ se encontraõ em outros paizes da Europa, a excepção da Provença em França, aonde são um pouco conhecidos,

(Par un lecteur du *Investigador Portuguez*, qui entend la langue Portugaise, mais qui ne la parle pas.)

FRANÇA.

Camera dos Deputados.

Na Sessão de 28 de Novembro, M. Laine, Ministro do Interior propoz o seguinte Projecto de Lei, relativo ao modo por que se devem fazer as elleições:—

Luiz, &c.

Art. 1. Todo o Francez, que goza dos direitos civis

e politicos, de 30 annos de idade, e da hi para cima, e que pagar 300 francos de contribuiçoens directas, está apto para concorrer para a elleição dos deputados do departamento em que tiver o seo domicilio politico.

2. Para se verificar a soma de contribuiçoens directas, que constitue qualquer individuo elleitor ou eligivel, examinar-se-hão as contribuiçoens que todo o Francez paga em qualquer parte do reino. Ao marido se devem aplicar as contribuiçoens que paga sua mulher; e ao pãe, as que pagão seos filhos menores, de cujos bens elle hé uzofructuario.

3. A rezidencia politica de qualquer Francez considera-se aquella do departamento em que elle tem a sua verdadeira rezidencia. Todavia, elle a pode transferir para outro qualquer departamento em que tambem pague contribuiçoens directas, com tanto que o faça saber ao prefeito do departamento para onde se muda.

4. Ninguem pode exercer os direitos de elleição em dois departamentos.

5. O prefeito formará em cada departamento a lista dos elleitores, que será impressa e afixada. O mesmo prefeito decidirá provizoriamente de todos os cazos, em contrario da sua lista, sem com tudo com isto prejudicar a decizaõ da lei, que a pezar disso, não suspende as elleiçoens.

6. As duvidas, á cerca da realidade dos direitos civis e politicos de qualquer apelante, serão difinitivamente decididas pelos tribunaes regios. As que forem poreu relativas a contribuiçoens, ou domicilio, serão decididas pelo concelho d'Estado.

7. Haverá em cada departamento um só collegio electoral, que se comporá de todos os elleitores, que haõ de nomear directamente os deputados do departamentos para a camera.

8. Os collegios electoraes são convocados por El Rey. Juntaõ-se na capital do departamento, ou em outra qualquer cidade nomeada por El Rey. Não podem occupar-se de outro objecto alem do das elleiçoens dos deputados.—Qualquer outra discução ou deliberação lhes hé prohibida.

9. Os elleitores se juntaõ nos departamentos em assembleas que não excedaõ de 600 individuos. Naquelles em que houver maior numero de elleitores, o

collegio se dividirá em secções, das quaes nenhuma terá menos que 300 elleitores. Cada secção concorre directamente para a nomeação de todos os deputados que houverem de ser elleitos pelo collegio elleitoral.

10. A secretaria de cada um dos collegios elleitoraes compoem-se de um presidente, nomeado por El Rey, ou na sua auzencia por um dos adjuntos, segundo a ordem da sua nomeação; de tres escrutadores, que serão escolhidos d'entre trinta dos elleitores mais velhos; e de um secretario, que será escolhido entre os mais moços. Quando o collegio estiver dividido em secções, a secretaria, assim formada, acompanha, ou está unida á primeira secção do collegio. A secretaria de cada uma das outras secções compoem-se de um vice-presidente, nomeado por El Rey, e de tres escrutadores, e um secretario, que o vice-presidente fará nomear na forma a cima prescripta.

11. O presidente e o vice presidente tem exclusivamente o direito de policia sobre os collegios elleitoraes, ou secções a que prezidem.

Em cada uma das secretarias estarão sempre presentes ao menos tres membros daquelles que as formão.

A secretaria decide provizoriamente as difficuldades que se excitão na operação dos collegios ou das secções, salva a decisão definitiva da Camera dos deputados.

12. A sessão dos collegios dura, ao mais, só dez dias. Cada ajuntamento principia as oito horas da manham, e não pode prolongar-se alem das 6 horas da tarde.

13. Os elleitores votão por listas, que devem comprehender, em cada escrutinio, tantos nomes quantas são as nomeações que ha para fazer. Não haverão mais que tres escrutinios.

Cada um dos escrutinios não se deve fechar se não 24 horas depois de estar aberto. O resultado do escrutinio em cada secção hé apresentado pelo vice presidente, a secretaria do collegio, que publicará, em presença dos vice-presidentes, o geral rezultado dos votos. Este rezultado deve-se immediatamente fazer publico.

14. Ninguem pode ficar elleito em algum dos primeiros escrutinios, se ao menos não tiver um voto mais do que a quarta parte de todos os membros do collegio.

15. Depois de findos os dois primeiros escrutínios, se ainda houverem nomeações para fazer, a secretaria do collegio formará uma lista dos individuos que tiverão mais votos no segundo escrutínio; e esta lista conterá o duplo dos individuos que ainda for preciso elleger. No terceiro escrutínio somente se poderá votar nos individuos, contidos na lista; e a elleição recahirá nos que tiverem mais votos.

16. Se houver duvida por se acharem votos iguaes, o individuo que tiver mais annos, será preferido.

17. Os prefeitos e commandantes militares nunca podem ser elleitos nos departamentos em que governaõ.

18. A vacancias, que occorrerem durante as sessoens da camera, ou nos seos intervallos, seraõ preenchidas pelo collegio elleitoral do departamento em que houver alguma vacancia.

19. Todas as antigas dispozicoens, contrarias a esta lei, ficaõ abrogadas.

20. Todas as formalidades devem ser reguladas por decretos de El Rey.

(Assignado)	LUIS.
O Ministro do Interior.	LAINE.

Camera dos Deputados.—Sessão de 7 de Dez., 1816.

O Conde de Cazes, Ministro da Policia, propoz em nome d' El Rey os tres seguintes Projectos de Lei, o primeiro dos quaes hé relativo á Liberdade Individual, e os outros dois tem pór objecto a Liberdade da Imprensa:—

Iº. *Projecto de Lei.*

Artigo 1. Todo o individuo, accusado de conspirações ou maquinações contra a pessoa d' El Rey, e segurança do Estado, ou contra as pessoas da Familia Real, pode, em quanto estiver em effeito esta lei, sem ser em virtude de ordens emanadas dos tribunaes, ser prezo e retido só em virtude de ordens, assignadas pelo prezidente do nosso concelho dos ministros, e do nosso ministro, secretario d' Estado, da repartição da policia general.

2. Todos os carcereiros e guardas das prizoens, dentro de 24 horas depois de haverem recebido pessoas

prezas em conformidade do artigo antecedente, transmetirão uma copia da ordem de prizaõ ao procurador da coroa, que immediatamente ouvirá a parte, se ella o requerer; formará as minutas das suas declaraçoens; aceitará suas petiçoens e documentos; e transmitirá tudo, por meio do procurador geral, ao ministro da justiça, para este o apresentar ao concelho d' El Rey, que decidirá o cazo.

3. A lei de 29 de Outubro, 1815, fica abrogada. As medidas, adoptadas para a execuçaõ da sobredita lei, cessarão de ter effeito um mez depois da promulgaçaõ da presente lei, no cazo de se não ordenar o contrario por esta nova lei.

4. A presente lei deixará de ter effeito no 1º de Janeiro, 1818.

IIº. *Projecto de Lei.*

Art. 1. As gazetas, jornaes, ou obras periodicas não podem ser publicadas sem licença d' El Rey.

2. A presente lei deixará de ter effeito no 1º de Janeiro, 1818.

IIIº. *Projecto de Lei.*

Quando em virtude do Artigo 15 da lei de 24 de Outubro, 1814, uma obra for sequestrada, a ordem e a minuta do sequestro, debaixo de pena de nullidade, serão notificadas dentro de 24 horas ao proprietario, o qual, dentro de tres dias, a poderá reclamar.

No cazo de reclamaçaõ, o procurador da coroa cuidará em decidir o cazo com toda a brevidade dentro de uma semana da data da reclamaçaõ ou do sequestro.

Depois de finda uma semana, se o sequestro não for julgado legal pela decizaõ dos tribunaes, elle deixará de ter effeito. Todas as pessoas, nas maõs de quem a obra tenha sido depositada, ficam então obrigadas a entrega-la ao proprietario.

REINO DE PORTUGAL.

ORDEM DO DIA.

Quartel-general do Pateo do Saldanha
21 de Outubro de 1816.

Havendo Suas Excellencias os Senhores Governa-

dores do reyno communicado ao Ex^{mo} Senr. Marechal-general Marquez de Campo Maior, com o fim de serem publicados ao exercito os regulamentos, e disposições que S. M. el Rey N. S. foi servido ordenar, e estabelecer para o governo futuro do mesmo exercito, respectivamente aos seus diversos ramos, e administrações; S. Ex^a. não pode com tudo deixar de chamar a attenção do exercito aos beneficios e aos favores do seu soberano para com elle, e aos cuidados paternaes que se mostram em estas regulações de S. M. para aquelles não só que o compoem actualmente, mas para com os que devem daqui em diante ser chamados para a defesa de sua patria, o que com effeito toca immediatamente toda a nação, da qual o bem e a felicidade não entrou menos na contemplação de S. M. quando formou estas regulações, do que daquella parte da nação, que mais immediatamente se acha debaixo das armas. S. M. com a sua benevolencia ordinaria, e com os seus continuados desejos pela felicidade de seus vassallos, e para a sua defesa e segurança (sem o que nem a prosperidade delles, nem os direitos de S. M. estariam seguros um momento) deliberou formar o seu exercito, tanto a respeito da sua força numerica, como da sua effectividade, da maneira menos onerosa á nação, e aos individuos; combinando haver sempre uma força sufficiente e em estado de proteger os seus direitos, e aquelles dos seus vassallos, e attendendo ao que he necessario para o augmento do commercio, agricultura, manufacturas, &c. do seu reyno. Para estes objectos o sistema que contem a organização do exercito foi estabelecido de maneira que os dous terços de sua força total serão regularmente mandados aos seus lares para continuarem seu commercio, ou os seus trabalhos, não retendo por este modo das suas occupações ordinarias, senão hum terço de força total; e certamente jamais Portugal teve por este modo tão poucos braços subtrahidos aos trabalhos da patria. Deve o exercito, e o publico tambem observar com attenção os paternaes cuidados, que S. M. mostra no regulamento respectivo ás ordenanças sendo este um ramo essencial do serviço militar, e que formando a base delle em Portugal, tem analogia com toda a população do reyno. O objecto nisto foi de

tornar a levar este ramo ao seo antigo pe, e intensaõ, dos quaes em um longo lapso de tempo se havia apartado por diversas circumstancias; e esta separaçãõ tinha chegado a tal ponto, que o exercito já não podia completar-se qualquer que fosse o seo estabelecimento, e que os officiaes executores desta ley foraõ ultimamente obrigados ao recurso odioso de recrutarem aquelles que a ley não permittia que fossem obrigados, senão na ultima necessidade. E qual sera o Portugez que se não horrorize de saber, que não só nas provincias os officiaes das ordenanças foraõ obrigados a arrancar das familias as mais pobres, os ultimos filhos que as assistiaõ, mas que mesmo nesta populosa cidade não podiaõ escusar-se, não só de lançar mão dos filhos unicos de pays, e mays decrepitos, enfermos, e incapazes de se sustentarem, mas que mesmo o filho unico da infeliz e inconsolavel viuva por pobre, e sem ter paõ, foi recrutado, por não haverem outros que não fossem privilegiados, e chegando a hum tal ponto os abusos a este respeito, que em capitancias mores aonde haviaõ mil e duzentas, ou mil e trezentas ordenanças, alem dos escusados por causas phisicas ou naturaes, não se encontravaõ sem privilegio para a 1ª linha mais que de doze a trinta homens, e isto depois de haverem ficado dous annos sem darem recrutas por todos chegarem a ter privilegios de um modo ou de outro. Em fim as leys benignas feitas por S. M. e por seus augustos antecessores para repartirem com igualdade outre os protegidos a proteccão do reyno, e para limitarem o tempo de serviço do vassallo, que entrava no exercito para a defensa do seos compatriotas, dos seus bens, dos direitos do seo Soberano, e de adoçar o tempo do seo serviço, com a esperanza de em uma certa epocha voltar a sua familia, já não podiaõ ter execuçaõ, nem lugar; e esta parte da naçaõ que entrava no exercito ficava escrava da outra; e a naçaõ sabe a consideraçãõ com que ella a olhava para este duro serviço. Foi para evitar esta extrema injustiça, taõ dolorosa á humanidade como á bondade e rectidaõ de S. M., e que este augusto Senhor quiz ao menos adoçar, que elle fez, e ordenou os regulamentos actuaes, e nelles não somente S. M. desejou que em huma idade vigorosa todo o vassallo que entre na vida militar voltasse

no seo lar, mas tambem pelo sistema de licenças agora adoptado; S. M. quiz providenciar que a vida do soldado sem interrupção não lhe tirasse a habito do trabalho, e da industria, nem o fizesse estranhar seus parentes e familias, e o reduzisse por este modo no tempo da sua baixa a pezar sobre o publico por falta de meios, ou de inclinação de prover á sua subsistencia; por isso S. M. cuidou que as suas benignas intenções tenham o seu pleno effeito; e como pelos arranjos que foi servido ordenar, todo o soldado póde ter cada anno, com pouca differença, nove mezes de licença, depois de ser uma vez disciplinado, elle guardará assim as suas ligações tanto com a sua familia, como com o seo labor, e no tempo da sua baixa não experimentará mudança alguma subita de condição, e não tera por fim se não de ficar de todo em sua caza, em lugar de applicar os seus tres mezes de serviço cada anno ao exercito. Não se pode tambem duvidar que esta medida assim como ella tira todos os motivos de deserção, tambem desvanecera os seus effeitos, acontecimento este tão desejado por S. M., não só pelo resultado muito serio para o reyno de perder tantos dos seus vassallos, pois que muitos dos desertores fogem para fora do reyno, mas tambem para evitar o castigo a tantas pessoas, que são arrastadas a commeter este crime. Tambem se verá que os braços destinados á defensa da patria, não continuarão a ser tirados a agricultura, ou ás manufacturas, por que por este systema adoptado por S. M. elles servem a ambos estes objectos, ao mesmo tempo que estão promptos a defender a patria; e S. M. tomou tambem na sua Real consideração, que isto sera um allivio para todos os vassallos de Portugal, não só por serem todos elles pelas leys do reyno, e as naturaes, sujeitos a serem chamados para a defensa do reyno, mas por que não pode haver uma só familia nelle, que não seja interessada por algum parente no exercito, e que os favores feitos a este, recahirão assim sobre todos os seus vassallos, e foi com o mesmo objecto que S. M. proveo a que os officiaes do seo exercito, dando meia paga aos licenciados por um certo tempo, possaó ter a possibilidade de se consolarem de tempos em tempos na companhia de seus parentes, e familias sem lhe

serem onerosos, o que não sera menos agradável a estes ultimos.

O Senhor Marechal-general encarrega os Senhores generaes de provincia (bem certo de que nisto se empregarão zelosamente) da justa execução dos regulamentos sobre o recrutamento, esperando que tanto elles como os capitaens mores, e todos os officiaes de ordenanças tomaraõ o maior cuidado em que as novas regras e arranjamientos para a limitação do tempo do serviço, como as indulgencias para licenças tão extensas, sejam bem explicadas, e entendidas pelo povo.

Em quanto a diminuição dos capitaens mores, e ás novas divisoens dos districtos, e arranjamientos a este respeito, ninguém ignorava a necessidade desta medida para pôr termo, ou aliviar os abusos sobre o recrutamento, que pode para o futuro ser melhor vigiado por aquelles a quem elle compete; não sendo isto mais que tornar á levar este ramo do militar á sua antiga simplicidade e igualdade, de onde elle se havia desviado pela successão dos tempos.

As outras mudanças, e arranjamientos que S. M. foi servido ordenar para differentes departamentos tem todas o mesmo objecto de haverem por limite em tudo o levarem a uma simplicidade necessaria a sua boa e perfeita arrecadação (da qual todo o mundo sabe quanto della por causa do tempo, e de outras circumstancias tem estado tão afastados) e de diminuir as despezas, e os abusos. Se S. M. na sua bondade se dignou de augmentar os meios de subsistencia, tanto dos officiaes como dos soldados do seu exercito, foi em consideração dos seus admiraveis serviços em uma guerra sem exemplo, e durante a qual jamais de tão perto a salvação da patria esteve em perigo, e para lhes proporcionar seus vencimentos ás circumstancias, e carestias do tempo, como debaixo das mesmas considerações tem sido ultimamente tão justamente feito a outros departamentos, e empregados neste reyno; e toda a classe do exercito sera reconhecida á sua soberana benevolencia, e a nação applaudirá que os seus defensores tenham ao menos uma subsistencia mediocre; por que quem pensará em Portugal que quatro vintens, sejam superabundantes para a subsis-

teneja de um homem, quando não há trabalhador que se contente com menos de triplo ou quadruplo pelo seu jornal? He certo que estes acrescentamentos parecem augmentar consideravelmente a despesa publica, e elles o fazem no caso de soldos e gratificaçoens; mas tambem hé verdade que há nestas regulaçoens economias em outros ramos militares muito consideraveis feitas a respeito do antigo regimen, e que podem contrabalançar os augmentos, e o que mais hé, com o novo systema S. M. tera um exercito de 50 a 60,000 homens, sempre prompto a correr a defesa do reyno, ainda que geralmente se achem seguindo as suas occupaçoens ordinarias, e só com a despesa de 25 ou 30,000 homens conservados sempre debaixo d'armas; o que quer dizer, que o exercito custará pouco mais ou menos a metade de um exercito da mesma força debaixo do antigo pe do exercito de S. M. em Portugal; e uma consideração mui importante, e que consideravelmente influio a S. M. a adoptar o systema actual, foi o desejo de ter sempre prompto tudo que for necessario para a defesa de seus vassallos; e a sabedoria de S. M. calculando pela experiencia do passado teve em vista a incerteza e perigo de deixar para o ultimo momento o prover á defesa da patria, o que sera muito incerto e perigoso, porque em primeiro lugar as gentes em taes circumstancias estão em consternação, e um grande recrutamento feito ou intentado em tal tempo, sera por este motivo ineffectivo; e se fizesse o contrario, como se disciplinaria uma massa tão grande, quando tudo que são tropas promptas são as que correm ás fronteiras a oppor-se ao inimigo, e não podendo as recrutas aprontar-se como deve ser em menos de doze mezes; e em todo o caso se não hé absolutamente impossivel recrutar em taes circumstancias um exercito situado como hé o de Portugal, hé certo que em um tempo, em que tudo deveria ser socego e tranquillidade, tudo se tornará em confusão e terror. Nós todos nos lembraremos das funestas confusoens que provieram da falta de todos os meios, e instituçoens necessarias para a promptificação de um exercito no principio da ultima guerra, ainda que o entusiasmo e lealdade do povo Portuguez foi tão exuberante, que não foi falta de genté, mas dos meios

de aproveitarmo-nos do seo zelo, a falta dos quaes com a reuniaõ de tanta gente, finalmente causou tantas doencas e despezas quasi inuteis em depositos, e lugares de ajuntamentos de recrutas por não haver nada prompto; e ninguem ignora quanto tempo se gastou antes de poder organizar estes, e qual hé o Portuguez que não deseja ver remediado isto para o futuro? Em fim não sera mais tempo de recrutar, e disciplinar quando ja uma guerra está principiada, devendo a nação de antemão estar preparada para poder-se defender, ou offender ao inimigo.

A parte conhecedora da nação que he toda com poucas excepçoens, quando se lembrar do que nenhuma pessoa ignora, isto hé, das perdas, e que podem antes ser chamados roubos, causadas aos enfeizizes officiaes sobre a sua mediocre paga, e subsistencia durante a guerra, e isto não obstante todo o cuidado do goveruo para as remediar, achando-se estes assim como as infelizes viuvras e orfãos em a obrigação de rebaterem, posto que com metade de perda, e algumas vezes muito mais para poderem conseguir para si e para as suas familias o pão do dia, e pela usura exorbitante, e horrivel daquellas gentes, que se denominavaõ rebatedores, e que infestavaõ, até no interior da thesouraria do exercito; e á usura dos quaes não havia nem limites, nem regra, nem consciencia, aggravando assim males que as infelizes circunstancias do tempo faziaõ ser impossivel em tudo remediar, diz S. Ex^{ca} que debaixo de semelhantes circunstancias ninguem se admirará de que S. M. com a sua humanidade e com a sua reconhecida justica tenha desejado prevenir para o futuro estas consequencias horriveis, filhas de uma necessidade absoluta do parte dos officiaes e viuvras; o Senhor Marechal-general a quem chegavaõ de tempos em tempos e continuamente estes clamores, e que não ignorava as tristes consequencias, teve por isso tanto sentimento, que se vio muitas vezes no caso de quasi perder a prudencia em favor destes infelizes, para poder alcançar-lhes algum melhoramento; e posto que o governo teve sempre e em todos os tempos os mesmos sentimentos e desejos, nunca jamais se pode quebrar a cadeia com a qual estes usurarios haviaõ agrilhado aquelles, que por qualquer

prego que fosse estavaõ em a necessidade de procurar paõ para o proprio dia: Os dezejõs de S. Ex^{as} os Senhores Governadores do Reyno, para fazerem justiça e adoçarem o soffrimento desta infeliz classe do exercito, que está taõ atrazada em os seos pagamentos, se provaõ pela portaria de 13 de Agosto preterito, e ainda isto não foi até ao presente, com poucas excepções, util senaõ áquelles usurarios, e a seus amigos; por que elles sabem metter-se como huma muralha entre os necessitados e a thesouraria militar, e como a somma das despezas militares não pode jamais ser senaõ em razãõ das receitas, ou rendas publicas, e das outras despezas do Estado, que mal se segue de se poder ver que o militar seja pago, o qual hé ordinariamente pobre, e áquem ninguem emprestará senaõ debaixo dos termos abominaveis de rebatedores!

O exercito vera com satisfação outro signal da bondade e consideração do seo Soberano para com elle achando-se reintegrado em os direitos antigos do seo foro; e hé este um ponto, ainda que de muito momento para os individuos do exercito, de muito pouco para a nação em geral, a quem deve ter muito indifferente a maneira de serem julgados os militares, excepto em o interesse que ella tomará de que cada um conserve os seus direitos, particularmente os do seo foro; e S. M. não considerou menos a parte não militar da nação, que estava muito extensamente sujeita a ser julgada por tribunaes militares, e dos quaes S. M. os isentou, tirando aos tribunaes militares todo o direito de julgarem os paizanos, e restituindo este ultimos ao seo proprio fõro; e isto está bem longe de ser indifferente á nação. Mas eis-aqui o modo porque um Soberano benefico e justo administra uma igual justicia e mostra igual amor a toda a classe dos seos vassallos.

S. Ex^{ca} o Senhor Marechal-general não fez esta especie de observações sobre os regulamentos militares, que S. M. El Rey nosso Senhor se dignou ordenar, e que S. Ex^{as} os Senhores governadores do Reyno apresentãõ agora ao publico, senaõ com o intento de chamar a attenção geral ao seu conhecimento, satisfeito de que, quanto mais elles forem lidos, e comprehendidos, mais as intencões beneficas de S. M. serãõ reconhecidas, tanto pela nação como pelo exercito;

por que este ultimo quasi não sera mais uma parte separada da primeira, pois que o soldado daqui em diante sera tanto paizano como soldado e entregue ainda muito mais tempo ás suas obrigaçoens domesticas, e particulares.

S. Ex^{ca} o Senhor Marechal-general bem vê que estas observaçoens são muito superficiaes; mas os regulamentos mesmos (aquem està no caso de os procurar, e que tem o tempo de os ler) são as melhores explicaçoens. O Senhor Marechal-general não tem em vista neste limitado resumo, senão aquelles que não podem alcançar os planos; e sendo tão obrigado como elle hé a El Rey nosso Senhor; com infinito gosto se aproveita de todas as occasioens que o seo dever lhe offerece, de patentear aos vassallos de S. M. o quanto elles gozam do seu Amor e dos seus desvelos, e cuidados.

S. Ex^{ca} o Senhor Marechal-general comunicará ao exercito, quando elle estiver competentemente authorizado por suas Ex^{cas} os Senhores governadores do Reyno, a epoca em que pôde principiar a pôr em execução o que toca aos vencimentos mandados nestes planos, o que requer ainda para se poder determinar, muitos calculos, e outras dependencias, que não podem deixar de levar tempo.

Ajudante-general.—MOZINHO.

Alvará,

Em que se ordena que os negocios dos Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo, pertencentes a Tribunaes, se decidaõ nos de Lisboa.

“ Eu El Rey faço saber aos que o presente Alvará com força de lei virem, que tendo determinado no Alvará de 6 de Maio de 1809 em declaração do outro de 10 de Maio de 1808, que os agravos ordinarios e apelaçoens das Ilhas dos Açores, Madeira e Porto Santo se interpozessem para a Caza da Suplicação de Lisboa pela maior, mais breve, e facil communicação que com esta cidade têm os referidos portos, a fim de que os meos fieis vassallos, habitantes destas partes dos meos Estados, tenham mais commoda e prompta

decisão de seus pleitos, por serem mais curtas e frequentes as viagens para Lisboa; e considerando que os mesmos motivos se verificão nos negocios, cuja expedição pertence aos meus tribunaes, fazendo-se muito morosa a sua decisão nos desta corte pela falta de embarcações, e pela tardança das informações, e outras diligências a que convem proceder primeiro que se decida a final; Sou servido, para remediar estes inconvenientes, determinar: que daqui em diante todos os negocios dos habitantes das referidas Ilhas dos Açores, Madeira, e Porto Santo, cuja decisão pertence aos meus tribunaes, se decida nos de Lisboa, ficando porem para se ultimarem nos desta corte os que nelle tiverão principio, e estão correndo; entendendo-se nesta conformidade todos os Alvarás que os crearam e estabeleceram.

“ Pelo que, mando a todos os tribunaes do Reyno Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, Ministros de Justiça, e mais pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumprão e guardem, não obstante quaesquer leis ou disposições em contrario; e valerá como carta passada pela chancelaria, posto que por ella não há de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de um anno, sem embargo da ordenação que outra couza determina. Dado no Palacio do Rio de Janeiro, aos 5 de Julho de 1816.—Rey.”

(Referendado)

MARQUEZ D'AGUIAR.

Portaria,

Pela qual se mandão levantar os sequestros sobre as propriedades dos vassallos Francezes.

“ Estando felizmente restabelecidas as relações de amizade e boa correspondencia entre El Rey N. S, e o mui alto e mui Poderoso Principe, o Senhor Luis XVIII, Rey de França e de Navarra, seu bom irmão e primo; e querendo S. M. fazer cessar, quanto antes, os funestos effeitos de uma guerra que desgraçadamente interrompeo por longo tempo as mencionadas relações; foi servido ordenar por sua Carta Regia de 5. de Setembro proximo passado, que tão de pressa esta real ordem

fosse recebida, se fizesse levantar o sequestro que nestes seos reinos se impoz, durante a guerra, nas propriedades e fundos dos vassallos de S. M. Ch. O que manda participar a meza do desembargo do paço para que assim o fique entendendo e faça executar, mandando expedir logo as ordens necessarias para o seo exacto e prompto cumprimento.—Palacio do Governo, em 9 de Novembro de 1816.—Com duas Rubricas dos Governadores do Reino.”

Portaria,

Pela qual se pro hibe aos navios estrangeiros o commercio de cabotagem entre um e outro porto dos dominios Portuguezes.

“Tendo chegado ao conhecimento d’ El Rey N. S. que em alguns portos do Reino Unido, e Ilhas respectivas, onde a navegação e commercio estão franqueados aos vassallos e navios das naçoens estrangeiras, tem tolerado as competentes auctoridades territoriaes, que os ditos navios carreguem e transportem mercadorias de um porto para outro porto Portuguez, e assim fação prejudicial concorrência aos navios nacionaes, que devem privativamente fazer o referido commercio; e querendo S. M. não somente atalhar o progresso do sobredito abuzo, mas tambem estabelecer sobre este objecto a conveniente uniformidade de intelligencia e observancia:—Hé servido, *em consequencia das suas immediatas ordens*, que todas as estaçoens, a que o conhecimento desta real determinação deva pertencer, tenham a maior vigilancia em prohibir que navios estrangeiros carreguem e transportem quaesquer generos e mercadorias de um para outro porto Portuguez do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, e Ilhas respectivas. As auctoridades, a quem competir, o tenham assim entendido e cumprão, e observem inviolavelmente como se determina.—Palacio de Governo, em 23 de Novembro, de 1816.—Com as Rubricas dos Governadores do Reino.”

HESPAÑHA.

Ceremonias e etiquetas que se devem observar na entrada de S. M. a Raynha Nossa Senhora, e da Serenissima Snra. Infanta D. Maria Francisca de Assis, em Madrid; Desposorios de ambas as senhoras; bençoens; ida a dar graças a Nossa Senhora d'Atocha: beijamaõs geraes e dos Conselhos, &c.; recopiladas do ceremonial observado em iguaes casos, e ordenadas segundo a etiqueta do dia, para o maior decoro, e obsequio de S. M. e Alteza.

Entrada e recebimento de S. M. como Raynha d'Hespanha, acompanhada de sua Augusta Irmaõ, em Madrid no Dia 28 de Setembro.

Tendo ido El Rey nosso Senhor acompanhado de seu Irmaõ e Tio os Serenissimos Senhores Infantes D. Carlos e D. Antonio, receber como particulares em Aranjuez suas augustas esposas a Raynha Nossa Senhora, e a Serenissima Snra. Infanta D. Maria Francisca, resta agora recebella na sua corte como Raynha: para isto sahirá S. M. e o Serenissimo Snr. Infante D. Carlos na vespera a tarde de Aranjuez para voltarem á corte a esperar suas augustas esposas, sem mais comitiva que os criados precisos: a guarnição se porá como de ordinario em armas.

No dia seguinte, dada a ordem por El Rey nosso Senhor para a entrada de S. M. e A. e posta a guarnição em armas, o corregedor esperará na forma do estylo na jurisdicção de Madrid, ou a uma legua de distancia, e fará a S. M. uma falla: El Rey nosso Senhor, acompanhado do Serenissimo Senhor Infante D. Carlos, logo que chegue o postilhaõ, sahirá do seu palacio com a sua comitiva do costume, augmentado com os gentilhomens mais antigos da sua camara; e passando pela estrada sahirá a meia legua de distancia a esperar S. M. a Raynha: El Rey Nosso Senhor se

collocará ao estribo direito, S. A. ao esquerdo, e continuarão com as pessoas da sua partida, ficando atrás a que a Raynha trouxer. Assim que chegarem aonde os guardas estiverem formados, sahirá parte da vanguarda, e os restantes se postarão atrás do coche de S. M. não permittindo que pessoa alguma a cavallo se introduza no meio das duas partidas mais que a comitiva de S. M.—Ao chegarem S. S. M. M. ao principio da guarnição, que sera fora da Porta d'Atocha, se apresentará o Capitão-general a cavallo com todo o estado maior, e generaes aggregados a praça da Madrid, que todos irão a cavallo com uniformes de gala, e continuarão a caminhar junctos á comitiva de S. S. M. M. até palacio.

Chegado o cortejo á Porta d'Atocha por onde S. S. M. M. haõ de entrar, ali se achará o senado da camara de Madrid a cavallo, estando adiante os ministros inferiores vestidos de gala, depois quatro maceiros com opas de veludo carmezim com franja de ouro, e suas maças, logo se seguirão por sua antiguidade o Procurador geral, escriptaes da camara, e regedores com seus uniformes de grande gala, e sem botas; entre os dous ultimos regedores o corregedor, se chegar a tempo arengará a S. M., e na sua falta o decano: por detras do alguazil maior (ou vereador mais velho) estarão os contadores e thesoureiros. Concluida que seja a arenga do senado tomará lugar na mesma ordem adiante dos guardas do corpo: á frente do senado se porão oito ou doze soldados de cavallaria para abrirem o passo, nesta ordem continuarão, pela porta d'Atocha, Praça Maior, Rua Maior, Arco do Palacio, &c. Na escada do Palacio esperarão o Mordomo-mor, o sumilher, os grandes, os gentishomens d'El Rey os mordomos da semena, chefes, e ajudantes de camara e senhoras do toucador. S. M. e A. se apearão com tempo sufficiente para estarem na escada á chegada da Raynha, darão a mão as suas respectivas esposas, e passando pelas salas da guarda das columnas e dos embaixadores as conduzirão ao seo quarto; e S. M. El Rey, acompanhado dos Serenissimos Senhores Infantes, se retirará ao seo quarto, aonde ficará até a hora da cerimonia.

Dia da grande Ceremonia dos Despozorios de S. M. e Altezas.

O dia da entrada e cerimonia dos depositarios de S. M. sera annunciado ao amanhecer, com salvas de artilheria, e repique geral de sinos.

Dada a ordem por El Rey com a anticipação do estylo, e preparado S. M. para sahir ao salaõ do throno iraõ do quarto os dous gentishomens mais antigos, com quatro mordomos da semana (camaristas) e dous porteiros da cana avizar S. M. a Raynha e a Senhora Infanta: ao mesmo tempo se postaraõ junto ao throno a guarda d'El Rey, os porteiros da cana, mestres de ceremonias, que seraõ quatro mordomos de semana, encarregados pelo mordomo-mor com approvação de S. M. de fazerem observar o ceremonial com todo o rigor; o Almojarife do palacio com tudo o que for necessario para o acto, e igualmente os sumilheres de cortina, e seis capellaens de honor para o serviço do pontifical, e alguns com o thesoureiro e mestre de ceremonias com sobrepeliz e barrete e os sacristas. No throno estaraõ duas cadeiras para os augustos esposos; mas a da Raynha estará coberta de veludo.

Preparado tudo, e tendo voltado a commissão que S. M. enviará ao quarto da Raynha, sahira El Rey do seu quarto na forma seguinte:—dous corregedores da corte e caza, os moços da camara, porteiros, gentishomens da caza e meza, camaristas (mordomos) da semana, grandes e officiaes mores do paço e embaixadores junto de S. M. e A. A. atras os capitaens das guardas, deputados, &c. A guarda fara as honras: por-se-haõ quatro cadetes junto ao throno, e quatro diante d'elle: abaixo dos degraus, á direita estaraõ as cadeiras destinadas para S. S. A. A., e junto ao altar estará o patriarca. De antemaõ estará preparado um altar, a esquerda do throno, com cruz e castiças, frontal branco, e em cima os paramentos do Prelado: se por indisposição não poder assistir o patriarca, nomear-se-há outro prelado, que com as licenças necessarias o execute.

A hora assignalada veste-se o prelado com amicto, alva, cingulo, estola e capa de asperges, com a mitra

e o baculo. Quando S. M. entrar no salaõ todos se poraõ em pé, menos S. S. A. A.—Postos todos em ordem sahe o Padrinho, que sera o Serenissimo Senhor Infante D. Antonio, acompanhado de quatro grandes, quatro camaristas de semana, quatro gentishomens da meza, e dous porteiros da cana a buscar S. M. a Raynha e a Senhora Infanta, e com a mesma comitiva voltará conduzindo S. M. e A.: S. M. a Raynha no meio, e á sua esquerda o padrinho, á direita sua Augusta Irmaõ, atras o conde Miranda como encarregado da entrega, e depois a sua camareira mor e damas. Ao momento de entrar no salaõ principiará a musica, e se levantará o Senhor Infante D. Carlos. Andará deste modo a comitiva até o primeiro degrau do throno: entaõ se aproximará o ministro d'Estado, que trará escrito o acto da entrega de ambas as espozas, que lera em alta voz nos termos seguintes:—“No Palacio Real de Madrid aos de . . . de . . . de 1816, em presença da magestade do Senhor D. Fernando septimo, Rey de Castellas, de Leaõ, das Duas Sicilias, de Jerusalem, de Navarra, de Granada, de Toledo, de Valencia, de Galiza, de Malhorca, de Sevilha, de Sardenha, de Cordova, de Corsega, de Murcia, de Jaen, dos Algarves, de Algeciras, das Ilhas Canarias, das Indias Orientaes e Occidentaes, Ilhas e Terra Firme, do Mar Oceano; Arquiduque d'Austria: Duque de Borgonha, do Brabant, e de Milaõ; Conde de Apsburg, de Flandres, Tyrol, e Barcelona; Senhor de Biscaia, e de Molina, &c. E da Raynha Nossa Senhora D. Izabel Francisca de Bragança, filha dos muito altos e poderosos Senhores Reys de Portugal D. Joaõ Sexto, e D. Carlota Joaquina de Borbon, Infanta de Hespanha: de S. A. o Serenissimo Senhor Infante D. Carlos Maria Isidro e da Serenissima Senhora Infanta D. Maria Francisca de Assis, Irmaõ de Raynha Nossa Senhora; D. Pedro Alvares de Toledo, Conde de Miranda, Grande de Hespanha da primeira classe, cavalleiro Gram Cruz da Real e distinta Ordem Hespanhola de Carlos Terceiro, e da Militar de Sant. Jago, Tenente General dos Reaes exercitos, gentilhomen da camara d'El Rey nosso Senhor, e seu mordomo-mor disse: Que por acto passado perante D. Pio Ignacio de Lamo Palacios del Valle, conde de Castanheda de los Lamos, official

maior da primeira secretaria de Estado e do despacho, cavalleiro pensionista da Real e distincta Ordem Hespanhola de Carlos Terceiro, da Real e Militar da Espada de Suecia, commendador da de S. Fernando e do Merito das Duas Sicilias, ministro conselheiro, rey de armas da insigne do Tosaõ d'Ouro, secretario de S. M. com exercicio de decretos, e interino do conselho de estado, notário dos reynos; executado no dia 5 de Setembro na Bahia de Cadiz, e na paragem assignalada para este effeito, por confins dos reynos de Hespanha e Portugal, a saber, a galeota Hespanhola destinada a receber as sobreditas Augustas Senhoras, e a Nau Portugueza S. Sebastião, em que vieraõ do Brazil: D. Francisco de Menezes Silveira e Castro, marquez de Valada, e conde de Caparica, do conselho de S. M. fidelissima, mordomor-mor da Raynha de Portugal, Gran Cruz da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, commendador das de Christo, Sant. Jago e Espada, &c.; lhe entregou, e elle se deo por entregue, em virtude da procuração especial de S. M. para este acto, das pessoas da Raynha Nossa Senhora, e da Senhora Infanta sua Augusta Irmaõ, as quaes o dicto marquez de Valada acompanhava e assistia desde o Rio de Janeiro, com obrigação que fez, que logo que chegasse ao lugar onde se achassem, El Rey Nosso Senhor, e o Senhor Infante D. Carlos Maria Isidro, faria a entrega formal da Real Pessoa da Raynha Nossa Senhora a S. M. El Rey Nosso Senhor, e da de S. A. a Senhora Infanta ao Senhor Infante D. Carlos Maria Isidro, achando-se presentes, ou a quem tivesse seus Reaes poderes. E comprindo o conde de Miranda com a obrigação que contrahio pelo referido acto faz a entrega das Reaes Pessoas nesta forma: A' El Rey Nosso Senhor da Raynha Nossa Senhora, e ao Senhor Infante D. Carlos da Senhora Infanta D. Maria Francisca de Assis; e S. M. El Rey Nosso Senhor disse recebia e aceitava e com toda a veneração se entregava da Raynha Nossa Senhora; e o ditto Senhor Infante expressou recebia e aceitava, e com toda a veneração se entregava da Senhora Infanta sua espoza, disligando respectivamente S. M. e A. como logo disligaraõ o referido conde de Miranda da obrigação em que se havia constituido de fazer a S. M. e A. a entrega das Reaes

peçoas da Raynha Nossa Senhora, e Senhora Infanta, e declaravaõ haver cumprido a sua incumbencia, e para maior complemento lhe daõ recibo em forma. S. M. El Rey Nosso Senhor e S. A. o Senhor Infante D. Carlos o expressaram assim, e o assignaram por suas Reaes maõs achando-se presentes como testemunhas D. Luiz de Borbon, pela divina misericordia presbitero cardeal da Sancta Rona Igreja, do titulo de Sancta Maria de Scala, arcebispo de Toledo, Primaz das Hespanha, chanceller mor de Castella, capellaõ mor da Real Igreja de St. Isidro de Madrid, grande de Hespanha da primeira classe, cavalleiro Gram Cruz da Real e distincta ordem Hespanhola de Carlos Terceiro, e das de S. Januario e S. Fernando de Napoles, do conselho de S. M. &c. &c. O marquez de Valverde, conde de Torrejaõ, grande de Hespanha do primeira classe, cavalleiro Gram Cruz da Real e distincta ordem de Carlos Terceiro: O duque de Sedavi, grande de Hespanha da primeira classe, mordomo mor que foi da Raynha may, cavalleiro Gram Cruz da mesma Real ordem: O duque de Montemar, grande de Hespanha da primeira classe, mordomo mor que foi da Serenissima Senhora Princeza de Asturias, prezidente do conselho das Indias, cavalleiro Gram Cruz da mesma Real ordem: O marquez de Ariza, grande de Hespanha da primeira classe, sumilher do corpo de S. M. por auzencia e molestia do proprietario, cavalleiro Gram Cruz da mesma Real ordem; o marquez de Valmediano, grande de Hespanha da primeira classe, sumilher do corpo de S. M. aposentado, cavalleiro Gram Cruz da mesma Real ordem; o Marquez de Belgida, grande de Hespanha da primeira classe, estribeiro mor de El Rey nosso Senhor, cavalleiro Gram Cruz da mesma Real ordem; e eu D. Pedro Cevallos como seo primeiro secretario de Estado e do despacho.

E concluida a leitura o Aposentador do traco e o Almojarife (conserge) chegarão a meza para que S. M. assigne, e depois ao Senhor Infante D. Carlos: e concluido isto se dará principio as ceremonias.—S. M. se levantará e descera do throno; aproximar-se haõ os padrinhos e o prelado, posto immediatamente com mitra e sem baculo, fara o venia a S. S. M. M.; e tendo o primiero assistente o manual, sem voltar costas

aos Reys diz o prelado: pergunto a vossas magestades, olhando para cada um dos contrahentes, e lhes faz as perguntas pelas mesmas palavras do Ritual, e recebe os seus consentimentos; recebidos os quaes continua dizendo: Eu da parte de Deos &c. formando á invocação das tres divinas pessoas outras tantas cruzes: depois disto chega a nova Camareira da Raynha com o Mordomo, e descobrem a cadeira da Raynha: então El Rey, pegando-lhe pela mão a assenta á sua esquerda; e volta o prelado a pegar no baculo, e ficando todos como antes da cerimonia.

Neste estado S. S. A. A. o Senhor Infante D. Carlos e a Senhora Infanta D. acompanhados dos padrinhos, se aproximaraõ ao altar. O Patriarca fara vénia a S. S. M. M. e A. A. repetirá as mesmas ceremonias, concluidas ellas, S. S. M. M. se levantarão desceraõ do throno, e abraçaraõ seos irmãos; e a comitiva se encaminhará ao quarto de El Rey na mesma ordem em que sahio.

El Rey e S. S. A. A. acompanharão a Raynha nossa Senhora, e a Serenissima Senhora Infanta pelo interior á caza do Toucador do quarto da Raynha, aonde já estaraõ as damas do Toucador, que seraõ apresentadas á Raynha pela sua Camareira Mor, e lhe beijarão a mão: depois se pedirá licença a Raynha pelo seo Mordomo Mor para lhe apresentar os seos criados, os quaes seraõ recebidos por S. M. na mesma forma, e acabado isto se retirarão S. S. M. M.

Dia das Bençoens, que se devem celebrar na Igreja de S. Francisco, vulgô o Grande.

Passar-se haõ com antecendencia os officios ao Excellentissimo Sr. Patriarca, para que dê as ordens competentes á commuidade de S. Francisco, e faça saber a determinação de S. M. e ao mesmo tempo, que levante a clausura no dia dos desposorios.

Na igreja se prepararaõ todos os assentos que deve occupar a comitiva de S. M. segundo se costumava nos dias de grande cerimonia e capella, e tambem os lugares para os embaixadores, ministros estrangeiros,

e secretarios o despacho e conselhos, que de cada um assistirão quatro por não permittir mais o recinto; o capitão general, com os generaes e Estado maior; a camara de Madrid, os bispos residentes nesta cidade, capellaens honorarios e todos os individuos da Real capella: o estrado para os grandes e Senhoras do Tocado que todas assistirão com veos na cabeça; no resto da igreja se porão cadeiras para os convidados; os quaes entrarão por bilhetes.—A' entrada da igreja estaraõ os Mordomos da Semana acompanhados de porteiros para receberem os convidados, e dous na igreja para os dirigirem ao sitio, e evitar-se toda a desordem que possa acontecer.

Dada a ordem por S. M. e posta a guarnição em armas, começará a desfilár do quarto de El Rey todo o acompanhamento de etiqueta mettendo-se nos coches que lhe competem, e seguirão o caminho que sera.—Arco de Palacio, Rua de Aldumena, Rua do Sacramento, Porta Cerrada, Rua de Toledo, largo da Cevada, e Rua de S. Francisco. As de mais pessoas estaraõ antecipadamente na igreja. Uma salva de artilharia annunciará a sahida de S. S. M. M. e A. A. do palacio.

O patriarca acompanhado dos capellaens de honor assistentes esperará sentado a porta da igreja com pluvial, mitra, e baculo: ao chegarem as pessoas Reaes largando o baculo e feita a venia á S. S. M. M. e A. A. principiará a cerimonia como manda o ritual Romano e a pratica usada em iguaes casos.—Concluida a cerimonia dirigir-se-hão processionalmente ao altar Mor e collocados S. S. M. M. A. A. nos sitios competentes principiará a Missa.—Concluida esta se hiraõ S. S. M. M. e A. A. na mesma ordem e com a mesma comitiva pela rua de S. Francisco, largo da Cevada, rua de Toledo, rua imperial, rua d'Atocha á igreja de S. Thomas, e se apearáõ S. S. M. M. e A. A. só com a comitiva precisa, a dar graças a nossa Senhora d'Atocha, aonde se cantará um solemne Te Deum; e depois voltaráõ S. S. M. M. ao seo real palacio, passando pelas ruas d'Atocha, Carretas, porta do Sol, rua Maior, e por Sancta Maria.

Naquella noite iraõ S. S. M. M. ao theatro; e no seguinte pela manhã haverá beija-mão geral, e no

immediato tambem pela manhaã beija-mão dos concelhos.

O beija-mão das Senhoras sera na noite que S. M. a Raynha designar, cujo avizo se fara de antemaõ.

O dia da entrada de S. M. a Ryanha e Alteza, eos dias seguintes, seraõ de gala; haverá illuminação geral, salvas de artilheria segundo a ordem, e repique geral de sinos. O quarto dia sera de meia gala.

INGLATERRA.

Petição da Cidade de Londres, apresentada a S. A. R. o Principe R. no dia 9 de Dezembro, 1816.

A' S. A. R. Principe de Galles, e Regente do Reyno Unido da Gram Bretanha e Irlanda.

A umilde petição e requerimento do Lord Mayor, vereadores e mais officiaes da cidade de Londres, congregados em camera.

Possa ella ser do agrado de V. A. R.

Nós, os mais reverentes e leaes vassallos de S. M. o Lord Mayor, vereadores e mais officiaes da cidade de Londres, congregados em camera, humildemente nos apresentámos deante de V. A. R, para lhe representar nossos males e desgraças nacionaes, e respeituoamente lhe lembrar-mos certas medidas, que nós temos por indispensavelmente necessarias para a segurança, e quieta prosperidade do reyno.

Nós receâmos entrar nas particularidades das tristes scenas de privações e de mizerias que por toda a parte agora existem; a pobreza e as desgraças, que há muitos annos se tem progressivamente accumulado, tem se ultimamente tornado insuportaveis; e já não são privativas desta ou daquella só parte do imperio, mas os interresses do commercio, das manufacturas, e da agricultura estão todos igualmente no mais deploravel abatimento. Hé agora quazi impossivel dar emprego a uma numeroza povoação, e muito mais o suportar os nossos actuaes enormes tributos.

Nós pedimos licença para fazer altamente sentir a V. A. R. que os nossos presentes complicados males não procedem da simples passagem da guerra para a paz, ou de algumas causas repentinas e accidentaes; assim como também não podem ser remediados por curativos parciaes ou temporarios.

Nossos males são effeito natural de inconcideradas e ruinozas guerras, injustamente principiadas, e pertinazmente continuadas quando ellas não tinham objecto algum racional;—são effeito natural dos immensos subsidios, pagos ás potencias estrangeiras para defenderem seos proprios territorios, ou para cometerem aggressões contra seos vizinhos!—de uma illuzoria circulação de papel-moeda;—de uma inconstitucional e nunca vista força militar em tempos de paz;—de uma, sem exemplo, sempre progressiva despeza feita com a lista civil;—das enormes somas pagas á pessoas que as não merecem, e das *sinecuras*, ou beneficios simples; —e finalmente, de uma longa continuação do mais superfluo e improvidente desperdicio das rendas publicas em todas as repartições do governo, consequencia necessaria do corrupto e inadequado estado da representação do povo em parlamento: em razão do que os servos da coroa tem perdido toda a sua constitucional responsabilidade, e os parlamentos se tem convertido em servos dos ministros.

Com effeito, nós não podemos deixar de exprimir nossa dor e descontentamento, vendo, que a pezar da mui graciosa recommendação de V. A. R. a favor da economia, na abertura da ultima sessão do parlamento, vossos ministros se tem opposto a toda a diminuição dos gastos publicos, e tiverão artes para ganhar uma maioria de votos com que tem auctorizado seo comportamento, não obstante as recommendações de V. A. R., e os sentimentos bem claros da nação: outra prova realmente melancolica do estado corrupto da representação; alem de outros factos, já muitas vezes apontados, taes como os que já foram offerecidos, para serem provados, á caza dos communs, em uma petição apresentada em 1793 pelo honoravel Carlos, hoje Lord Grey, pelos quaes se manifestava, que a maior parte do povo estava privada de elleger os membros; e que a maioria d'aquella honoravel caza era elleita por pro-

prietarios de povoagoens hoje arruinadas, por influencia do thezouro, e por algumas poderosas familias.

Senhor,—nossos delapidados recursos já não podem com o pezo oppressor de tantos tributos, e por isso, humildemente representâmos a V. A. R., que nenhuma outra couza, senão a reforma destes abuzos, e a restauração do povo ao seo justo e constitucional direito de elleger os membros do parlamento, pode dar segurança contra taes males;—pode socegar os sustos do povo;—acalmar seo espirito irritado;—e prevenir essas desgraças, em que a nação necessariamente há de vir a parar por uma obstinada e louca continuacão no presente sistema de corrupcão e extravagancia.

Nós, por tanto, humildemente rogâmos a V. A. R. que junte o parlamento o mais breve que for possivel; e que haja graciosamente por bem recomendar á sua immediata concideração estas importantes materias, e a adopção de medidas para se abolirem empregos inuteis, pensoens e *sinecuras*; para se reduzir a actual enorme força militar; fazer toda a practicavel economia nos gastos publicos; e restituir ao povo a sua justa parte, e influencia que deve ter na legislatura.—Assignado, por ordem da camera,

HENRIQUE WOODTHORPE.

A' este Requerimento e Petição se dignou graciosamente S. A. R. dar a resposta seguinte:—

Hé com bem fortes sentimentos de admiracão e desgosto que eu recebo este Requerimento e Petição do Lord Mayor, vereadores, e mais officiaes da Cidade de Londres, juntos em camera.

Apezar de lamentar profundamente as calamidades e difficuldades actuaes do paiz, concolo-me com a persuazaõ de que uma grande parte dos vassallos de S. M., não obstante quanto se há feito para os irritar e illudir, está convencida de que os males acerbos, que sofre com tanta paciencia e constancia, mui particularmente se devem a cauzas inevitaveis; e assim com a mais cordeal satisfacção eu contemplo essa illuminada benevolencia, que tão util e lonvavelmente se está empregando em todo o reino.

Eu recorrerei com toda a confiança á bem conhecida sabedoria do parlamento no tempo que, segundo a mais madura reflexão, me pareceo mais proprio convoca-lo, attendidas as presentes circumstancias do paiz; e estou perfeitamente convencido de que uma firme e moderada administração do governo, ajudada e auxilliada pelo bom senso, espirito publico, e lealdade da nação, effectivamente terá mão em todos esses procedimentos que, qualquer que seja a sua origem, só tendem a fazer com que temporarias difficuldades produzaõ permanentes e irreparaveis calamidades.

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

“Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

“Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e nossa Patria.”)

LITTERATURA PORTUGUEZA.

Dêmos principio a este artigo por uma Memoria—“Sobre a Necessidade de abolir a Importação de Escravos no Brazil.” Concordâmos perfeitamente nas vistas geraes do auctor, isto hé, na necessidade politica e moral de abolir este desgraçado commercio de creaturas humanas, mas não sómos em tudo da sua opiniaõ acerca de muitos principios que toma para provar a seo objecto principal, nem podêmos transcrever fielmente, ou por inteiro certas passagens, que não julgâmos proprias de se apresentarem ao publico, particularmente quando taes escriptos não vem auctorizados com nomes conhecidos. Neste cazo o jornalista torna-se quasi responsavel por aquillo que publica, e entaõ ninguem lhe pode negar o direito de fazer as alteraçoes que tiver por necessarias. Assim não se escandelize por isso o auctor; porque mandando-nos a sua Memoria sem nome auctorizou-nos para d’ella fazer-mos o uzo que melhor nos parecesse.

O auctor parece querer indicar que em todos os

cazos o augmento de povoação hé um mal; mas este principio, que de certo hé verdadeiro, applicado ao estado local da escravatura nos dominios do Brazil, seria em nossa opiniaõ absurdo se houvesse quem o pertendesse aplicar a todas as sociedades humanas. Louvar, por exemplo, o celibato legal, e querer dar lhe uma extensaõ illimitada para assim impedir uma numeroza povoação, seria um axioma politico realmente fatal, se podesse realizar-se; porque se por um lado diminuísse a especie humana, e isto podesse ser um bem politico, por outro, constituiria essa pequena povoação, talvez uma das mais depravadas da terra.

Nem somos tambem de parecer que as sociedades politicas ou que os governos sejaõ mais solidos pela arteficial diminuicaõ dos entes humanos. Em todos os cazos, os governados sempre seraõ mais numerosos e mais fortes que os governantes, e por isso bem fraco e inutil seria um remedio que, por mais diminuto que o quizessem tornar, sempre ficasse com o poder physico de produzir seo effeito.

Logo, para á tranquillidade das naçoens e dos governos, á outros remedios se deve recorrer, os quaes nunca faltaõ quando há boa fé, prudencia, e juizo. Mas, suponhamos, que uma nação, arteficial e systematicamente enfraquecida, chegava a tal estado de paralizia politica, que nenhuns ciumes podia dar a aquelles que a governassem; nesta supozicaõ os governantes se achariaõ de certo seguros com a familia de caza; mas se fossem atacados por estranhos ou por gente de fora, quem seria capaz de os defender? Entaõ, desgracadamente, conheceriaõ, que pertendendo livrar-se de um perigo tinhaõ cahido em outro peor.

Certamente, nós não podemos capacitar-nos de que os nossos antigos monarcas, só por principio de assassinaçã politica, ou o que vale o mesmo, só para diminuir a povoação do seus reinos tentassem as descobertas maritimas, e projectassem as colonias d'Africa ou d'Azia. Esta supozicaõ nem está fundada em factos, nem no character conhecido dos antigos monarcas Portuguezes. As nossas conquistas e descobertas em Africa e Azia, estavaõ ligadas não só com a existencia politica da monarchia, porem com o sistema geral da Europa d'aquelles tempos. Estavaõ ligadas com a

existencia politica da monarchia, porque hé bem sabido de todos, que Portugal e Algarves foraõ, quazi palmo a palmo, arrancados das maõs dos Mouros; e por isso naõ hé de admirar que procurassemos levar á caza dos nossos inimigos uma guerra, que taõ cruelmente elles haviaõ já feito dentro de nossos lares. Assim, esta só razãõ explica bem os motivos primordiaes das nossas conquistas, sem ser preciso recorrer-mos a uma idea atroz, que de certo macularia os sentimentos nobres de nossos monarchas.

Estavaõ igualmente ligadas com o sistema geral da Europa d'aquelles tempos; porque quando as naçoens christans eraõ escravas ou tributarias dos Mahometanos pelo commercio do oriente, de que elles tinhaõ o monopolio; e cuja exportaçãõ, apenas se consentia ou por Caffa ou pelo Cairo, naõ hé muito para admirar, que o brio Portuguez, tendo tantas injurias que vingar, emprehendes-se essa combinaçaõ ousada de tentar um novo caminho, por onde arrancasse ao poder Mahometano o oiro dominador com que intentava agrilhoar o mundo, privando-o das numerozas allianças que tinha na Península d'aquem do Ganges. Sim, nesses tempos, os Mouros faziaõ tremer a Europa, dominavaõ ainda até uma das melhores partes da Hespanha; e que muito hé entãõ nesse cazo que se procurasse fazer-lhes mal em toda a parte em que tinhaõ poder ou influencia? Naõ podemos pois concordar com o auctor quando naõ duvida persuadir-se de que a conquista de Ceuta naõ tivera outro fim senãõ ser sepultura de Portuguezes sobejos na patria. E que diremos do que ainda acrescenta fallando do Snr. D. Affonso VI? Parece-lhe com effeito que Portugal ainda estava demaziadamente povoado depois das guerras que tivera em caza com os Mouros, depois de ter lançado de si a immensa gente com que conquistara, e guardava a Africa, a Azia, e Brazil, depois de 60 annos de sugeiçaõ a Hespanha, e em fim depois de mais de 20 annos de guerra em que estava, para manter a sua independencia, na epocha em que o Sr. D. Affonso VI entrou a governar, no fim da Regencia de sua mãi? Se o auctor crê que para El Rey se manter no throno lhe era ainda preciso diminuir a povoaçãõ de seos Reinos, entãõ de certo queria que elle apenas podesse governar sobre solidoens e dezertos.

E quem, seguindo esse sistema, o defenderia então, ou o throno, da inimizade de Hespanha, que até esse tempo ainda não havia sido forçada a reconhecê-lo independente?

As cauzas da depozição d'El Rey devem procurar-se em outra parte, e não no supposto e arbitrario calculo de uma povoação demaziada. Quanto mais, a propagação de taes ideas hé sempre impolitica ou atroz, porque envolve em si um sistema de assassinios que sempre hé horroroso, e que a prudencia e o decoro pedem ao menos, que nunca se revele, ainda quando hajaão imaginaçoens que o concebão.

Nós não pertendemos fazer aqui uma dezertação das cauzas que tem induzido todas as naçoens, tanto antigas como modernas, a procurar ter colonias, pois que isto nos levaria mui longe; mas em geral podemos afirmar, que mui diversos motivos tem produzido este quazi universal sistema de todos os povos poderosos do mundo. Tambem não nos seria difficil provar que Portugal nunca teve povoação sobeja, e que maiores males lhe tem vindo certamente de seo estado decadente, do que da sua surperabundancia suposta. Em uma palavra, não há nação sem homens, e a sua força e grandeza andaão na ordem directa do numero dos individuos que a compoem; mas pode haver nação sem escravos (e mais poderosa e mais rica), no que perfeitamente concordâmos com o actor.

Igualmente com elle concordamos na bella idea que ministra aos proprietarios Brazilienses, de empregarem seos capitaes em maquinas em vez dos escravos. As maquinas suprem muitos braços, particularmente no estado actual de adiantamento a que tem chegado; e por isso quanto melhor seria para o Brazil empregar nellas os capitães que empregam nos escravos? Disto tiraria duas vantagens muito concideraveis;—1º Supria muitos braços que lhe faltaão, augmentando ao mesmo tempo os conhecimentos mequânicos, que são da maior utilidade para todo o paiz que pertende dar-se a agricultura e a industria; 2º não tinha escravos, elementos sempre mui perigosos para a solidez e socego das naçoens. Alem deste perigo, que hé sempre inherente ao estado anti-natural e forçado da escravatura humana, acresce ainda outra circumstancia no Brazil que

hé de grande ponderação. Os povos antigos, ainda os mais polidos, como Gregos e Romanos, também tiverão escravos, sem que esta practica com tudo seja um dos melhores exemplos que nos deixaram; mas ao menos esses escravos eraõ da mesma especie dos senhores, e podiaõ passar, como passavaõ, da escravidão para a liberdade sem operarem, por assim dizer, alguma grande dissonancia social. Não succede porem assim com os escravos do Brazil: estes saõ de uma diversa especie, e de uma diversa cor; e ainda quando se queiraõ perfeitamente nacionalizar, dando-lhes a liberdade, constituirão sempre uma bem exquisita nação, que não será nem Africana, nem Braziliense, nem Europea. Será uma nação de tantas cores quanta for a variedade do cruzamento quazi infinito das especies novas que se forem desenvolvendo, e a final haverá tanta diversidade de costumes como de côres. Todas as considerações politicas, physicas e moraes induzem pois a pôr um limite a esta extraordinaria transplantação de Africanos; e o melhor meio de a suprir, sem risco e com utilidade, hé sem duvida aplicar á outro genero de nova transplantação,—o das maquinas infinitas, com que hoje se suprem as forças dos homens ou dos animaes. Fazendo-se assim, terão logo os capitalistas grandes objectos em que empreguem seos capitaes com grande proveito presente, e sem sustos futuros. Alem disto, permanecem sempre os outros constantes recursos de convidar a povoação Europea, em todo o sentido mais analogo, e menos perigoza; e de civilizar os Indios, que em todas as hypothezes seraõ melhores que os negros. Debaixo de todos estes pontos de vista hé de grande merecimento e utilidade a memoria do auctor; e hé digna de ser contemplada com muita reflexão e sítudeza por todas as pessoas interessadas neste ramo de commercio e economia politica, isto hé, por todos os habitantes do Brazil.

REINO DO BRAZIL.

O documento com que demos principio a este artigo, a pag. 310, indica a persuazaõ em que está o

governo da necessidade de regular o commercio entre as diversas partes do vasto imperio Portuguez; e esta só idea honra muito as boas intençoens d'El Rey, e seos ministros. Os dominios Portuguezes já estão ligados pelos laços politicos, que necessariamente deviaõ ter uma prioridade de data; mas o nosso ministerio vê, e vê mui bem e com muita razão, que os laços politicos, e até os mesmos laços physicos são mui pouco solidos e duraveis se não andaõ acompanhados dos laços moraes, unica baze segura de todas as instituicoens sociaes. Estes ultimos ainda muito mais necessarios se fazem quando falta a uniaõ physica aos diversos membros dos corpos politicos; e esta falta de uniaõ hé extremamente sensivel nas diversas partes, que compoem a extensa monarchia Portugueza, dividida pelas quatro partes do globo. Logo a uniaõ moral se fazia absolutamente necessaria, e nella hé que agora mui judiciozamente vai occupar-se o ministerio Portuguez.

Por mais bazes moraes que se procurem dar ás acçoens dos homens, ora recorrendo-se a principios naturaes, ora sobre-naturaes, em ultimo rezultado hé preciso convir que o interesse geral ou particular hé o que dirige as acçoens humanas, e dá permanencia a todas as instituicoens assim como a todos os contractos. O commercio, um dos interesses humanos, hoje o mais variado, e o mais fertil em grandes resultados, e por consequencia o laço mais forte que une os diversos povos da terra, hé logo o primeiro movel e interesse moral que deve ser judiciozamente empregado e protegido pelos governos para ligar mutuamente os homens entre si. E se este movel produz taõ bons effeitos para estreitar a amizade e uniaõ reciprocas dos povos estranhos, e de diversa religiaõ e lingoagem, como não operará ainda muito mais efficazmente, entre povos que fallaõ a mesma lingua, tem o mesmo culto, e obedecem as mesmas leis? Neste ultimo cazo, taes laços habilmente formados, e na realidade fundados nos interesses reciprocos de um povo, farão a sua uniaõ indissolúvel.

Estas ideas tem certamente em vista o governo quando trata da formação de um sistema que regule as relaçoens commerciaes entre os differentes dominios

Portuguezes. Mas estas relaçoens, como já dicemos, não podem ser nem permanentes nem solidas se não estiverem fundadas na baze universal de todas as relaçoens ou unioens, isto hé—os interesses humanos; e por isso mui prudente e judiciozamente se pedem as informaçoens das pessoas que por theoria e por practica hajaõ de ter couhecimentos mais exactos da materia. Agora, seguramente, todos os negociantes, não só rezidentes nas diversas praças commerciaes do Reino Unido Portuguez, porem ainda mesmo os que rezidem nos paizes estrangeiros, teriaõ bem oportuna occaziaõ de ministrar ao governo luzes mui pozitivas e uteis acerca deste mui importante objecto; pois, hé preciso confessar, que ninguem pode ter ideas tão exactas de tudo quanto a este ramo pertence como os individuos que nelle se empregão. O commercio e seos interesses variaõ extraordinariamente segundo as diversas localidades em que elle se faz; e assim quando se pretende formar um sistema geral que abranja todas essas mesmas localidades, hé preciso que os homens, que particularmente as conhecem, apontem todos os proveitos que dellas se podem tirar.

Este só projecto do nosso governo já começa a dar grandes esperanças aos negociantes Portuguezes; e com razão elles tudo confiaõ das boas intençoens de El Rey e seos ministros. Uma noticia á este respeito se publicou no mez passado na praça de Londres, como vinda de Pernambuco, que produzio uma satisfacção universal, e augmentou essas mesmas esperanças.—“Espalhou-se que na corté do Rio de Janeiro se tratava de promulgar uma lei, em virtude da qual as mercadorias importadas e exportadas dos dominios Portuguezes em navios nacionaes teriaõ uma reduccão concideravel de direitos de entrada e de sahida.”—Se esta medida, chega a realizar-se, será do maior interesse para o augmento e prosperidade do commercio Portuguez. Com effeito, não pode haver, em cazo algum, razão sufficiente que justifique o procedimento de se exigirem os mesmos direitos das fazendas, ou sejaõ navegadas em navios nacionais, ou estrangeiros. Antes pelo contrario, a navegacção nacional deve sempre ser animada e protegida; e esta sua primeira protecção não pode ser outra senão a de facilitar aos

navios de caza as suas cargas e viagens, e fazer com que os estrangeiros tenham mais interesse em receber, por exemplo, as nossas fazendas, carregadas, em navios Portuguezes, do que em hirem elles mesmos busca-las nos seus proprios navios.

Um dos antigos laços, com que se ligava o Brazil com Portugal, era o commercio que o primeiro fazia por via do segundo, e que só por via d'elle podia fazer. Mas depois de 1808 todas as couzas mudaram: a filha alcançou o privilegio de tratar com quem quizesse sem pedir licença a sua mãe; em uma palavra emancipou-se. Logo este grande laço quebrou-se, desde o Brazil, que só podia tratar com seus parentes, se viu em liberdade para tratar com todo o mundo. Hê preciso por conseguinte formar novos laços que supraõ os primeiros, e fazer com que os Portuguezes de ambos os mundos tenham mais interesse em trocar por suas mãos os objectos de sua industria e commercio do que pelas mãos de estrangeiros. Ainda mais; hê preciso tambem que até os mesmos estrangeiros tenham mais interesse em receber as fazendas de Portugal e do Brazil, navegadas em navios Portuguezes, do que em navios das suas respectivas nações. E isto hê o que seguramente se ha de realizar, se tiver effeito a noticia, vinda por Pernambuco, de que a navegação Portugueza deve ficar sujeita a menos direitos do que a navegação estrangeira. E com effeito, quem disso se poderá escandalizar? Porventura pode qualquer hospede levar a mal não gozar de tantos privilegios como gozaõ os filhos da caza?

Debaixo destes principios, Lisboa ainda pode ser o grande ponto central que prenda os dois hemispheros, uma vez que as nossas leis commerciaes sejaõ calculadas de forma, que faça mais conta a Europa hir buscar os generos do Brazil a Lisboa do que ao Rio de Janeiro, Pernambuco, &c. &c. Para isto acontecer não se precisa mais do que graduar os direitos d'alfandega em tal proporção que sempre fiquem mais baratas as fazendas transportadas em navios Portuguezes, quer seja para o Brazil ou para Europa. Não duvidâmos pois que, uma vez que agora se trata de regular as relações commerciaes, entre as diversas partes dos dominios Portuguezes, se ponhão em practica muitas

destas ideas, que nos parecem de grande ponderação para formar entre elles laços moraes indissolueis.

Outra providencia mui justa, e até necessaria, que merece mencionar-se com louvor, hé a que transcrevemos no artigo Portugal, e que a Regencia do reyno ali mandou publicar por uma portaria, em consequencia de ordens recebidas do Rio de Janeiro. Fal-lâmos da rigorosa prohibição que se impoem aos navios estrangeiros de fazerem o commercio interior, isto hé, entre um porto e outro porto dos dominios Portuguezes. Na verdade a maior decadencia, a que pode chegar uma nação em materias de commercio, hé sofrer e consentir que estrangeiros até se apossem da propria e privativa navegação entre uns e outros de seos portos. E apezar disso, haviaõ auctoridades locaes, que viaõ e toleravaõ este desleixo e esta vergonha! E poderemos ainda queixar-nos dos estrangeiros se taõ voluntaria, e scientemente nos fazemos seos tributarios? Quem não zellar a sua independencia não espere que os outros lha respeitem.

FRANÇA.

O governo deste extraordinario paiz vai marchando como homem summamente debilitado por uma perigoza enfermidade, e que não pode ou que não ouza ainda dar passos firmes e desembaraçados. Alguns projectos de lei que neste artigo transcrevemos, comprovão o que acabamos de dizer. Nós temos conhecimentos bem pouco exactos do que se passa dentro de França, porque tudo quanto sabemos corre por dois diversos canaes, em que ordinariamente há mais exaggeração do que verdade; e por isso não podemos com justiça decidir a cerca de algumas medidas extraordinarias que ainda naquelle paiz se tem por necessarias. Ao menos conçolâmo-nos com que se nos diga que todos estes remedios são temporarios, sinal que há esperanças de que a enfermidade acabará. Tambem hé para estimar que, a pezar de se suspenderem os principios da liberdade civil, não haja coragem para os assassinar, e que sempre se confesse a sua necessidade,

e o direito, que a elles tem todos os homens que vivem em sociedade. Os Francezes ficarão por conseguinte ainda mais um anno legalmente privados de duas grandes prerogativas concedidas pela charta constitucional, mas como esta privação já hé mais modificada, e como sempre se procura desculpa com razões de publica segurança, ao menos, tornâmos a repetir, ainda se respeitaõ os principios; e no respeito que por elles se deve ter tanto interessaõ os Francezes como todo o genero humano.

O governo para justificar de ante do mundo a recitação com que tem empregado o poder extraordinario que lhe foi concedido no anno passado sobre a liberdade civil dos Francezes, expoz na Camera dos Deputados pelo orgão do ministro da policia, De Cazes, o seguinte estado dos individuos presos, e dos que estaõ debaixo da immediata vigilancia da policia:

No 1º de Janeiro, 1816, o numero das pessoas presas era de 167, e depois progressivamente chegou até Junho a 319. No mez de Julho entrou este numero a diminuir, de sorte que no 1º de Novembro não haviaõ mais do que 31 individuos presos em virtude da lei de policia, dos quaes somente 17 pertenciaõ a Paris.—A camera, a ouvir o final desta expozição interrompeo o orador com grandes demonstraçoens de satisfacção, o que muito honra os seos bons sentimentos.

O numero das pessoas postas debaixo da immediata vigilancia da policia, ainda era menor que o dos individuos presos. O seo maior numero havia sido de 264, e prezenemente estava reduzido a 100.

Quanto as restricçoens da liberdade da imprensa que ainda se propoem na camera para serem continuadas por mais de um anno, nós com effeito não ousâmos affirmar, que ellas sejaõ capazes de impedir o mal que se pertende curar. A não liberdade, ou o estado mui proximo a ella, produz sempre, e irremediavelmente o *contrabando*, e este genero misteriozo de circulação e publicação das ideas hé sempre muito mais perigozo e fatal do que a sua livre e franca propagação. Neste ultimo cazo sempre a lei tem poder sobre os culpados, e alem disto, tambem sempre pode ser vantajosamente

auxiliada por outros escriptos contrarios ; no primeiro, que hé o de *contrabando*, as mais das vezes a lei não tem poder algum sobre as offensas, por que seos auctores atacam as escondidas ; e até se priva do bom effeito que a seo favor pode ter a imprensa, porque nunca há verdadeiro espirito publico quando não há racionavel liberdade. Em uma palavra, sem igualdade d'armas não há igualdade de ataque ou de defeza.

Na sessaõ da camera dos deputados de 24 de Dezembro, o projecto de lei, que faculta aos ecclesiasticos aceitar propriedades, foi aprovado por 169 votos contra 29. O Prezidente publicou entaõ a lei, que hé concebida na forma seguinte :—

Art. 1. Todo o estabelecimento eccleziastico auctorizado pelas leis, pode, com licença d'El Rey, aceitar qualquer propriedade movel, ou de raiz, ou annuidades, dadas durante a vida das partes, ou deixadas em testamento.

2. Todo o estabelecimento eccleziastico tambem pode, com licença d'El Rey, adquirir propriedades de raiz, ou annuidades.

3. As propriedades de raiz, ou annuidades, pertencentes aos estabelecimentos ecclesiasticos, seraõ perpetuamente possuidas por elles, e seraõ inalienaveis, a não ser que a alienação se faça com licença d'El Rey.

INGLATERRA.

Publicámos neste artigo a representação que a Camera de Londres apresentou ao Principe Regente, para fazer-mos ver qual hé a força da constituição Ingleza, e mostrar, que quando um povo assim ouza fallar ao seo monarca com tanta energia e franqueza, já tambem não admira que dê ou tenha já dado por elle tantas demonstraçoens de intrepidez ou lealdade. Nunca se esperem grandes couzas de uma nação que está affeita a uma obediencia servil : se ella se não atrever a queixar-se, tambem nunca se atreverá a fazer

prodigios de heroismo ou sacrificios; e tudo quanto fizer sempre será mesquinho e pequeno, porque será levada só pelos baixos sentimentos do temor e nunca pelos altos sentimentos da dignidade e do brio. Hé verdade que o Principe Regente, pela sua resposta mostrou não haver muito folgado com, a talvez demaziada, liberdade da petição, porem estamos certos que estes primeiros movimentos de desgosto, mui naturaes para quem habitualmente está só acostumado a ouvir hymnos ou lizonjas, ficariaõ acalmados quando reflectisse no que tem obrado por elle, pela sua familia, e pela patria esse mesmo povo que agora lhe fallou com lingoagem tão solta. Teria por ventura o povo Inglez executado tantas maravilhas, e feito tantos sacrificios de sangue e dinheiro, se não tivesse uma constituição politica que o auctorizasse a fallar como falla? Este hé o grande ponto de vista debaixo de que se deve examinar a representação da Camera de Londres.

Não se deve pois concluir que um povo que assim falla he por que tem pouco amor ou respeito ao seo Monarca. Antes, pelo contrario, parece-nos que este amor e este respeito andaõ sempre em proporção da liberdade de que goza. Sem uma bem entendida liberdade não há espirito publico, e sem elle tambem não há patria nem Rey; isto hé, a gloria e prosperidade do throno, são tão indifferentes como a gloria e prosperidade da nação. Que foraõ os Romanos em quanto tiveraõ patria, quereinos dizer, liberdade, e que passaram a ser quando a perderam?

Para melhor se aclararem estes principios, vamos tambem buscar exemplos de Caza (que dentro d'ella os temos em todo o genero grandes e magnificos). Um dos nossos antigos Monarcas (suppomos ser D. Affonso IV.) era um pouco descuidado, sendo moço, em os negocios do governo, e a este respeito já os ministros do seo concelho lhe haviaõ feito algumas representações sem nenhum fructo. Emfim em um dia que viera muito tarde para o concelho, os ministros repetiram as mesmas representações, e acrescentaram: “V. A. deve ser mais cuidadoso, senaõ . . .”—Senaõ que, replicou El Rey?—“Senaõ escolheremos outro Rey, que melhor nos governe.” El Rey, que não

esperava por tamanha ousadia encolerizou-se extraordinariamente ; mas depois cahindo em si, deo justas satisfacções a seos ministros, e entrou a cuidar tanto dos negocios, que foi um modello dos nossos bons Monarcas.

O Senhor D. João IV. havia sido colocado no throno pelo amor e lealdade Portugueza, mas cedendo a sua muita inclinação pela caça esquecia-se as vezes dos negocios do governo. Um dia em que hia sahindo da cidade, chegou-se a elle o Juiz do povo, e fazendo-lhe uma profunda cortezia, tomou-lhe o cavallo pelas redeas, e o veio guiando, na volta do Paço. El Rey, conheceo a razão do honrado e intrepido magistrado, e por nenhuma forma levou a mal esta sua acção verdadeiramente atrevida. Perguntâmos agora, erão máos vassallos os Portuguezes que assim fallavaõ ou tratavaõ com as pessoas de seos Monarcas ? Certamente não ; e pelo menos o Senhor D. João IV. em tão boa parte tomou o procedimento daquelle leal Portuguez, que por sua morte foi ao povo e senado de Lisboa que deixou encomendada a sua Augusta Família. Pois no mesmo sentido se devem tomar as queixas da Camera de Londres : e nem dellas se deve ajuizar que haja má vontade pouca lealdade, ou pouco amor no povo de Londres para com a pessoa do seo Monarca.

Talvez haja nos paizes estrangeiros quem combine as expreçoens desta e outras representações com os successos que houveraõ em Londres no dia 2 de Dezembro, e de tudo isso conclua, que o povo Britannico está em declarada insurreição contra o seo governo. Todavia essa inferencia será bem errada : bem pode ser não haja no mundo governo algum tão solido como o governo Inglez. Os successos, que vimos de mencionar, e que tiveraõ lugar no mesmo dia da numeroza assemblea popular de *Spa-fields*, mostraram pelos seos resultados, que a elles não precedêra combinação alguma perigoza. Aquelle acontecimento foi uma verdadeira comoção de um povo impaciente e faminto, que reduzido a miseria, e por consequencia a uma louca desesperação, cometeo aquelles delirios que são proprios de toda a populaça sem sistema e sem chefes. A parte sensata da nação, que mui bem conhece a raiz

de todo o mal, procura dar emprego e comida, por meio de numerozas e avultadas subscripçoens, á esta povoação desgraçada: isto mostra as boas leis, a educação publica, e por consequencia o patriotismo da nação; e com estas boas qualidades nunca se podem temer revolucçoens.

CORRESPONDENCIA.

SNRS. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

Tendo observado nos periodicos Portuguezes de Londres umas Exposiçoens á respeito do Contrato do Tabaco e Saboarias, ultimamente posto a lanços nesta capital de Lisboa, nas quaes os seus autores pertendiaõ insinuar que o Governo tinha precipitadamente obrado na arrematação de taõ importante ramo das rendas publicas tomo a liberdade, que peço a Vmces. me concedaõ, de dizer duas palavras sobre aquelle assumpto, contando simplesmente um facto breve, mas interessante, que deve mostrar claramente o quaõ malfundada hé uma tal insinuação.

“ Os novos contratadores, hé bem notorio, foraõ á Praça lançar no sobredito contrato em virtude dos editaes publicados para aquelle fim. O seo lanço, sendo o maior, elles se sugeitáraõ a todas as condicoens do estilo; e alem das seguranças usuaes que deraõ a Fazenda Real, obrigaraõ-se mais a entrar no erario com quinhentos mil cruzados de depozito morto, cuja somma, me consta, terem já pago.”

Logo que provas maiores pode haver da precaução e prudencia do governo, e da idoneidade dos taes contratadores? Estes, a meo ver, portáraõ-se com muita seriedade e sisudeza; e por tanto o governo e o publico lhes tem feito justiça.

Os seus nomes são correctamente os seguintes:—

DOMINGOS FERREIRA PINTO BASTO.

JOZE FERREIRA PINTO BASTO.

ANTONIO FERREIRA PINTO BASTO.

JOÃO FERREIRA PINTO BASTO.

CUSTODIO TEIXEIRA PINTO.

JOZE ANTONIO DA FONSECA.

D. EUGENIA CANDIDA DA FONSECA.

FRANCISCO ANTONIO DA SILVA MENDES.

DR. FRANCISCO ANTONIO DE CAMPOS.

JOZE LUIZ DA SILVA.

MANSEL JOZE DA SILVA SERVA.

Espero que esta nua narração ache um lugar no seu Jornal, o que muito estimará

UM PORTUGUEZ.

Lisboa, 2 de Dezembro, 1816.

Annuncio da 2ª Edição da Obra intitulada “ Defeza dos Direitos Nacionaes e Reaes da Monarquia Portugueza.”

O Author da obra “ Defeza dos Direitos Nacionaes e Reas da Monarquia Portugueza”—tem a honra de annunciar ao Publico que se está reimprimindo a mesma obra; sendo consideravelmente accrescentada com capitulos, documentos, e gravuras, que deverião ir na 1ª Edição, se a chegada de Massena ás Linhas não apressasse a publicação de um livro, que tinha por objecto não menos que a grande causa da nação Portugueza, a qual se estava disputando no campo. Consta de dois volumes em 4º dos quaes o primeiro já se acha impresso.

A 1ª Edição, que hé de um só volume, contem tres Estampas; a saber, a Effigie Augusta do Principe Regente Nosso Senhor, duas Inscriptçoens Latinas dirigidas, uma a S. A. R. com o Emblema da Fidelidade, e outra em honra de Lord Wellington.

A 2ª Edição, além de ser ornada com estas mesmas Estampas, leva de mais a mais outras 3 Gravuras; envolvendo-se na 1ª Uma Deprecação Latina ao Ente Supremo sobre a Conservação da Monarquia Portugueza, e dos seus Augustos Soberanos; e na 2ª as Taboas Constitucionaes primitivas, com os extractos dos

Artigos 2. 7. e 8. das Cortes de Lamego sobre a Successão do Reino; collocadas pelo Genio da Lusitania em perenne Monumento, e defendidas pelo Valor, e Fidelidade Nacional; e a terceira e alusiva á Magnanima, e Heroica Resolução de S. A. R. com que Inspirado pela providencia, soube pela sua prompta retirada, evadir, com subtil destreza, os laços, que lhe armava o mais barbaro despotismo; immortalizando com este Manejo de Sabedoria, e profunda Politica seu Augusto, e Grande Nome nas futuras Gerações.

Nas criticas circumstancias, em que se publicou a 1ª Edição, teve o author o dasabafo de remetter, com licença, e approvação do governo, alguns exemplares acompanhados com cartas suas aos famosos generaes os Srs. Wellington, Beresford, e Marquez de la Romana, que se achavaõ á testa da nossa defeza defronte do Inimigo; e aos ministros de Suas Magestades Britannica, e Catholica, e ao Delegado Aspostolico de Sua Santidade juntos do nosso governo, e conseguiu a honra de receber as respostas mais satisfatorias daquelles illustres estrangeiros, cujos talentos affiançavaõ a salvação da patria em tão arriscada conjunctura; sendo em minuta sómente a do Sr. Marquez de la Romana, que não pôs em limpo por causa da sua apresada morte, e que assim mesmo foi remettida pelo auditor do Exercito Hespanhol a S. E. o Sr. D. Miguel Pereira Forjaz, que a transmittio ao author com Carta de 7 de Fevereiro de 1811. Umas, e outras vão transcriptas no principio do 1º Volume; assim como os Avisos, que não só approvaõ e louvaõ o assumpto da obra, mas tambem acceitaõ a offerta do seu producto para a Caixa Militar.

No 2º Volume se produzem para cima de oitenta documentos em prova, aos quaes se reúnem as sete Fallas aos Portuguezes espalhadas pelo author gratuitamente em diversas epocas, segundo as circumstancias occorrentes; juntando-se na prefacção os avisos, a cartas relativas aos mesmos documentos e fallas; incluindo-se entre ellas a Carta do Secretario da Real Academia das Sciencias de Lisboa João Guilherme Christiano Muller sobre o Programma A. na prova No. 43, que deo causa ao Magnifico Presente, que Sua Alteza Real o Duque de Sussex fez á mesma Real Academia do Retrato de

Jorge III. seu Augusto Pai. A' mesma obra se há de reunir a Conta corrente authentica da importancia da 1ª Edição com a Lista das Pessoas, que generosamente contribuíraõ, e daquellas, que promovêraõ as assignaturas em beneficio da Caixa Militar; sendo avultadas as de muitos, em que entráraõ algumas camaras, e corporações. A importancia total da subscripção, chegou acima de 16:000\$000 da qual se tem apurado até o presente a quantia de 5:900\$873, como consta das listas, e assentos respectivos. Poderia com tudo obter-se logo quasi toda a somma da subscripção, porque a maior parte dos Srs. Subscriptores, se prestavaõ com nobre enthusiasmo ao adiantamento das suas assignaturas; houve porém da parte do author a delicadeza de não acceitar nenhuma dellas antes de se fazer a entrega da obra; porque não parecesse haver sido impressa pela sua importancia; pois que o mesmo author, conforme a sua offerta, a devia fazer á sua custa; evitando-se ao mesmo tempo a desconfiança, que succede de ordinario, quando se demora a entrega das obras pagas d'antemão.

Ainda que existão por pre-encher um grande numero destas assignaturas por se haver acabado a 1ª Edição, hé preciso para serem satisfeitas por esta 2ª ou ratificarem-se ou fizerem-se outras de novo; não só porque não há certeza de se realisarem, pelas contingencias, que teraõ occorrido no espaço de mais de cinco annos; como porque o maior valor da Obra accrescantada com outro volume, tres gravuras, que fazem seis ao todo, e muitos respeitaveis documentos deverá dar causa a outros generosos donativos, conforme o arbitrio patriotico dos Senhores Subscriptores, que satisfaraõ sómente quando se lhes entregarem os exemplares respectivos; devendo nessa occasião passar-se-lhes o recibo competente, e lançar-se logo em receita a quantia recebida no livro para isso destinado, do qual a seu tempo se há de extrahir a conta corrente, e imprimir-se para conhecimento do público. Os mesmos exemplares se entregaraõ com preferencia aos que concorrerem com maiores assignaturas, como até agora se tem praticado, as quaes seraõ promovidas em diversas partes, assim como se fez na 1ª Edição, por pessoas mui distinctas, e authorisadas; e em tanto que se não

annunciaõ os sitios nesta cidade, e provincias para se fazer a presente subscripção, poderá cada um na loja de livros da impressão Regia debaixo da Arcada no Terreiro do Paço, ir ou mandar, e até escrever para assignar a quantia, com que se propozer contribuir em beneficio da Caixa Militar, que não obstante estar finda a guerra, ainda precisa muito de ser auxiliada pelo pé de Exercito respeitavel, que hé preciso manter; e para a satisfação da divida, que pelo motivo da guerra não pôde deixar de se contrahir; devendo-se ter mais em consideração as muitas despesas, que exige o reparo de tantos males, a que deraõ causa as sacrilegas invasoens do inimigo; e a que o nosso governo tem occorrido com as mais promptas e efficazes providencias.

N. B. Todas as pessoas residentes em Inglaterra, que quizerem subscrever para esta *Obra Nacional*, o poderão fazer em Londres, na caza de Mr. T. C. Hansard, e *Officina Portuguesa*, Peterborough-court, Fleet-street, aonde já se abriu a Subscripção debaixo da Inspecção do Ex^{mo} Sr. Conde de Palmella, Ministro Plenipotenciario de S. M. F. na Corte de Londres. Na folha impressa, destinada para nella se escreverem os nomes dos subscriptores, e lançar as quantias das suas subscripçoens, declara-se,—que não se admittem nenhuma assignaturas em menor quantia de 3,200 reis, que hé ó por quanto sahiraõ, pouco mais ou menos, os dois volumes, com seis gravuras, de que consta a mesma Obra.—Todo o producto desta Obra he aplicado para a Caixa Militar.

Respostas aos Snrs. Correspondentes.

As 2^{as} Memorias, em que se responde ao Opusculo intitulado—*Triunfo do Clero Portuguez*, &c. serão immediatamente publicadas, a 1^a no mez proximo de Fevereiro, e a 2^a no de Março.

Sr. Francisco Borges da Silva, a sua primeira Memoria para servir de Introducção ao Projecto de construcção de um porto na Ilha de S. Miguel, já está em nosso poder, e será publicada quando houver oppor-tunidade.

O documento, que se nos remeteo á cerca do que ultimamente se tem passado no Mosteiro de S. João Evangelista da cidade de Ponte Delgada na Ilha de S. Miguel, chegou mui tarde para se imprimir neste No., e fica reservado para o seguinte. No em tanto, damos os nossos sinceros parabens as Religiosas d'aquelle Mosteiro por haverem encontrado mais justiça, mais humanidade, e caridade christam nas virtudes pacificas de S. E. o Snr. Bispo Fr. Alexandre da Sagrada Familia, do que no espirito militar e mundano do Sr. Deaõ, Joze Maria de Bettancourt.

ERRATAS

Mais Notaveis do No. LXVI.

Pag.

- 141 podem, *lea-se*, podem.
- e questaõ, *l.* a questaõ.
- 152 heritou, *l.* hesitou.
- 158 e eu inda existo! *l.* e eu inda existo!
- 175 o que, *l.* e que.
- 177 exportas, *l.* expostas.
- de acido sulphurico, *l.* algum acido sulphurico.
- 181 superextrato, *l.* supercitrato.
- 240 a porçaõ ricado, *l.* a porçaõ rica do.

O
INVESTIGADOR PORTUGUEZ
EM INGLATERRA,

OU
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

FEVREIRO, 1817.

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

LITERATURA PORTUGUEZA.

RESPOSTA a cada um dos capitulos da 1ª Parte do Opusculo intitulado; Triunfo do Clero Portuguez em geral; da Cidade d'Evora em particular: dedicado á Gloria de Portugal pelo menos virtuoso, e menos sabio Sacerdote Eborense:—Dada pelo author da Memoria Politica sobre o estado actual do Clero Portuguez, e sua necessaria reforma.

Quidnam esse, Brute, causæ putem, cur constemus ex animo et corpore, corporis curandi, tuendique causa quæsitæ ars ejus atque utilitas Animi autem medicina nec tam desiderata sit, antequam inventa, nec tam culta posteaquam cognita est, nec tam multis grata et probata, pluribus etiam suspecta et invisæ?—CICERO.

INTRODUÇÃO.

QUANDO me lembrei lançar as primeiras linhas da Mem. Politica, que o I. P. imprimio no No. XXXVII.
VOL. XVII. 3 C

eu tive em vista o amor da verdade, que um zelo sincero e uma predilecção pelo bem da Igreja e do Estado, a quem devo toda a existencia Christãa e civil, me obrigou a manifestar.

No meio da tenebrosa noite, em que se achava, (e por fatalidade nossa continua) a maior parte da clerezia Portugueza, eu dezejava dar o primeiro signal para que apparecesse um dia brilhante e claro pelos raios do novo sol, que viesse alumialo.

Esta empresa era com effeito ardua: todo aquelle que ler com attenção o que escrevi no introito da Mem. Politica conhecerá mui bem que eu antevi o odio, que contra o meu escripto havia fulminar o ignorante e mais o vicioso; estes dois inimigos de toda a innovação util tornaõ-se altivos e orgulhosos só com a simples idea da reforma e da emenda: elles não podem encarar a verdade, e quando avem luzir no publico com alguma das suas cores erigem-se em fracos declamadores a severando, que appareceu esta ou aquella observação contra as suas pessoas, quando hé tendente ao seu melhoramento em beneficio da Igreja, e do Estado, de que são o esteio e firmeza.

Manifestou o L. P. os meus curtos, porem sinceros trabalhos literarios, principiou logo o ecco da cleresia, como eu o tinha agoirado na introducção: a maior parte não tem lido, nem dezeja ler este piqueno opusculo, porem clama contra elle dizendo,—hé uma Mem. contra o clero—quando deve ser considerado como um escripto a seu favor: porem tal hé a malignidade do homem, que só chama obra em seu abono áquella que favorece suas paixoens, e o seu miseravel estado, de que não quer sahir! Malicia humana, tu pervertes a lingoagem dos escriptores! Homens indoceis, incorrigiveis como os do Seculo 11, altivos e orgulhosos como elles, eu não escrevi contra os clerigos, mas sim a favor da Religião e do Estado, pondo á face do publico os males que os ameaçaõ! Metei amaõ no fundo das vossas consciencias, e achareis em ponto verdadeiro o que vos tenho dito!

Outra parte menos apaixonada, que conhece mui bem a verdade, e que muito de perto observa e tem observado o meu character, esta parte, digo, veio um particular escrever no seu piqueno albergue na Mem.

que deo primeiro signal da reforma, tem dito que eu manifestei verdades puras, e factos inegaveis, porem com tanto custo sahe da boca desta porção de gente uma confissão tão fria, que não duvida, cheia de susto, declarar ao mesmo tempo os seus votos para que não se verifiquem os meus dezejos!

Os sabios ecclesiasticos porem, todos esses que o author do Triunfo apontou; e outros que omittio, leraõ com boas vistas a minha Mem., e anhelão pela reforma.

As minhas expréssões ferirão muito o author do Triunfo do Clero Portuguez; elle havia alcançado outrora toda a influencia em que dirigio este mesmo clero em uma consideravel metropole, usou d'ella para si e para os seus, e nada mais fez, porque só a tanto chegavaõ as suas forças; com a casca de benigno coadjuvou o estado deploravel, que no tempo da sua influencia deu novos passos;* e por isso não poudes a sua conhecida philaucia soffrer as reflexões d'uma Mem., que atacava a sua indolencia, e seu genio chamado benigno. Des do primeiro momento, em que elle vio no publico os meus piquenos trabalhos, logo tencionou censuralos, assim o manifestou aos seus amigos, que conhecendo o author Triunfante simplesmente pelo seu genio, que parece docil, affavel e nada mais, muito se admiravaõ que elle sahisse ao publico com uma obra de letras: toda via ella appareceu, e já tem outras com que pretende brindar a nação, e fazer gemer a imprensa Portugueza, se assim se lhe permittir.†

* Estas expressões serão talvez torcidas pelo author do Triunfo, porem eu lhe responderei.

† Uma d'essas obras mais decantadas do author do Triunfo hé o Castello Maçonico tomado de assalto: este manuscripto carregado de insulas fabulas, de ridiculas vizoens, de pueris e tormentosos casos Maçonicos, offerecido ao Summo Pontifice, ainda existe guardado entre iguaes partos do seu author, que cheio de ufania de haver penetrado os arcanos Maçonicos tem lido aos homens sabios e prudentes esse apontado de aranzeis e disparates colhidos pela maior parte d'essa enxurrada d'erros, que o vulgo todos os dias espalha no meio dos idiotas.

A sombria e escura vela encontrada em uma sala Maçonica, os membros podres e despedaçados. n'outra, a mão mergulhada em uma caldiera de fervente agoa para tirar do seu fundo certa me-

Quando esta obra decantada pelo seu titulo Triunfal appareceu na cidade d'Evora dice um ecclesiastico antigo, e sabio: "agora responderá o author da Mem. Politica," reimprima-se o Triunfo unido á mesma Mem. publicada no Investigador. Achei este parecer mui judicioso, elle hé conforme ao que dizia no seculo passado um grande homem, "o silencio hé a melhor resposta aos di-parates;" toda via não pude accomodar-me a este modo de pensar, porque hé mister sustentar verdades importantes, hé forçozo dizer em publico que esse Triunfo hé ficticio e destruidor de si mesmo, e que o seu author apaixonado, ou ufano se arroja a negar factos por todos os homens presenciados, os quaes elle mesmo confessa arrebatado pelo impulso da verdade; hé preciso fazer-lhe ver os seus paradoxos e que sua lisonja ou adulação ecclesiastica hé perigosa, e que vai dar uma nova ruina nos pontos mais melindrosos tanto no interesse da Igreja, como da sociedade civil.

Eu bem sei que vou dar novos passos para verificar o dito de Terencio, porque o coração humano aborrece a verdade quando se manifestão as suas fraquezas: eu bem sei que o conhecimento do homem moral, trazendo comsigo a lembrança da reforma, ataca o amor proprio, perturba a vaidade, e assusta o entendimento sempre inclinado e propicio ás expressoens d'adulação; porem

dalha, o sangue tirado do adepto para fazer certas escripturaçoens, e outras lendas e ridicularias d'este lote tem mantido a vizionaria alma do author do Castello Maçonico, e regalado os ouvidos dos homens sabios, que depois de jantar vão gosar do bom humor á custa do louco ufano, que não percebe as suas cachinadas. Na continuação d'esta controversia, quando apparecer o segundo Triunfo, apontarei, se tanto poder, factos mais circumstanciados, que fação ver no publico a quanto chegaõ as esquentadas vizoens d'este homem.

A outra obra, com que o sacerdote mais sabio, e mais virtuoso quer brindar a nação, versa sobre certas festividades publicas feitas na cidade d'Evora pelo gostoso motivo da queda do tyrano da Europa: neste opusculo o nosso Sacerdote Triunfante, defensor da geral sabedoria e virtude ecclesiastica torna-se em mordaz invec-tivador de dois bispos, aquem lança em rosto dictérios ridiculos, o que igualmente pratica na pessoa d'um ministro secular; partos das suas invejas e paixoens! Tenho mui piquenas relaçoens desta obra curiosa, que a seu tempo apontarei para a combinação do Triunfo, quando as obtiver em maior numero.

estas ideas não fazem tremer a minha penna para seguir uma vereda bem differente d'aquella que vejo trilhar nos meus dias; observar os factos, sentillos d'uma maneira, e expolos d'outra á face do publico hé tão vulgar como as triviaes accoens dos viventes; d'essa enxurrada d'homens está o mundo cheio, longe, e bem longe de mim essa feia adulação, esse infame e baixo sentimento, que faz accomodar a lingoagem á saliva dos outros: sem a mais leve communicacão d'esta terrivel e contagioza peste das sociedades eu vou novamente apparecer em campo literario, eu vou expor duras verdades, mas necessarias para que destruido o mal tão perigoso venha um dia de feliz bem, que sirva de gloria e lustre á igreja, e nação Portugueza; eisaqui os meus votos, e o magestoso fima que se dirigem estas reflexoens, que divido em quinze artigos, nos quaes respondo a cada um dos capitulos da primeira parte do celebrado Triunfo, e em tempo responderei á segunda.

Venha pois o seculo 20, e elle me julgará, porque só a posteridade decide imparcialmente a respeito das obras humanas.

ARTIGO I. — *Sobre a Prefacção da 1ª Parte do Triunfo.*

Apresenta o author na sua prefacção as rasoens, que teve para apparecer em publico, e diz que havendo chegado ás suas maons o Numero XXXVII. do I. P. em que se acha inserida a Mem. Politica sobre o estado actual do Clero Portuguez, e sua necessaria reforma, se encheira da susto, porque já havia lido o famoso preservativo contra la irreligion, cujo susto ainda mais se augmentou com a lição do grande doutor de Alfaro contra as subtiz calumnias de varios jornalistas Hespanhoens, dirigidos pelos liberaes para divorciar o trono do altar, e por isso tomara a imperiosa resolução de pegar na penna contra essa Mem. Politica.

Se o author do Triunfo tivesse lido não só com attenção, mas tambem despido de toda a paixão, a Mem. Politica, elle não se arrojaria a figurar minhas ideas espalhadas no publico, como ameaçadoras de susto.

Nada há mais vulgar á ignorancia do que desacreditar os authores, que a debatem, e a arma mimosa do

vicioso e do relaxado hé o jogo da intriga, e o descredito pessoal, hé esta, de que lança mão o author do Triunfo na prefacção da sua obra, elle a maneja optimamente no seguimento do seu opusculo, como o farei ver.

Hé necessario pois que lhe diga, Senhor Sacerdote, que um dito geral, e sem prova hé escandaloso a quem o ouve; na minha Mem. já mais se encontrará uma só palavra, que indique a sua triste asserção, e no seu opusculo á risca se acha verificado bem clara e distinctamente tudo quanto antevi na introducção da Mem. Politica.

Se não estivesse realmente persuadido dos factos, que escrevi no Artigo III. da minha Mem., muito me admiraria que um Sacerdote dicesse no publico, que esta obra causa susto por haver manifestado a ruina da maior parte do clero Portuguez; se esse Sacerdote trouxesse por um pouco á lembrança as obras de Fleury, de Bossuet, de Ducreux, e outros muitos escriptores orthodoxos, que exposeraõ á face do mundo o estado calamitoso do clero, não avançaria tão temeraria proposição: se elle se lembrasse do que a esse respeito escreveu modernamente um Sacerdote, que se assentou com tanta dignidade na Cathedral Eborense, não se animaria a escrever d'esta arte! Ora pois, Senhor Sacerdote, a narração dos factos para se evitar a ruina, que podem causar no meio da sociedade, hé uma das funcções de todo o escriptor; a este pertence expor os erros e os vicios, e ao superior applicar o remedio, hé sentença dos homens sabios; eis aqui o que achará o Senhor Sacerdote na minha Mem.; o simples enunciado de cada um dos artigos deixa ver a todo o homem, ainda de piquenas luzes, o injusto receio o terror e o susto, que elle quer inculcar, porem infelizmente, no meio da sociedade.

Eu tenho dito na Mem. Politica que o clero hé o sustentaculo do Imperio, que hé a firmeza e o esteio da religião, sem aqual está perdido aquelle; eu tenho dito que o clero hé o depositario das verdades sagradas, que deve defender contra a impiedade; eu tenho dito que o clero Portuguez, sendo pela maior parte ignorante e relaxado, perde a religião e o imperio, e que hé necessaria uma reforma. Quem diz isto pode

causar susto, Senhor Sacerdote? Pode, mas hé a esse numero, que não quer encarar averdade, e uma vez que se lhe patentcia, verifica o que já dizia Terencio no seu tempo. Tambem me pode causar susto, conforme o inculquei no Artigo IV. da Mem. Politica, que em ponto grande augmentou na minha alma este desgraçado *Triunfo*.

A' vista do que tenho referido quem não hade rir das lembranças do author *Triunfante*! Se elle fosse escriptor sincero não apontaria como contrastes na lição da minha Mem. esse preservativo da irreligião, e ao doutor Alfaro, pois que conhece mui bem toda a minha vida e costumes, e sabe que a religião que eu professo, e as leis a que obedeco, não tem melhor filho e melhor subdito no Senhor Sacerdote, do que no author da Mem. Politica. Hé assim que falla quem vive na sociedade como Catholico e Cidadão Portuguez.*

Continuemos com a Prefacção.

Cheios de colera e furor, (diz o Senhor Sacerdote), pegámos na penna para defender o clero Portuguez, e em particular o d'Evora; porem nossa obra se perdeu quando tratavamos das licenças necessarias para se imprimir. Não negamos que esse demasiado calor nos levasse alem da moderação, e excedesse os termos da politica, (se hé que na defesa do clero, e na advocacia da causa do altar e do trono há excessos), perdeu-se por isso o nosso manuscrito, e recommendamos a prudente mão que o possuir, que o lance nas chamas, se assim o merecer.

O leitor imparcial poderá mui bem deduzir os

* O Senhor Sacerdote sabe muito bem quais são, e tem sido sempre as acções do author da Mem. Politica, e que durante o jugo de ferro, que um homem ambicioso nos impôz, já mais se desviou da obediencia ao monarcha legitimo; e que apesar de ser secular, não tomou as redeas do governo civil para officiar aos povos em nome do tyrano, e em exercicio do poder conferido pelos seus agentes.

Eu sou visto todos os dias, as minhas acções são patentes, e por isso estou prompto para apparecer em campo, e responderei com firmeza. As minhas obras são filhas da persuasão, aquelle que sentir d'outra maneira, impugneas, que eu as sustentarei, ou abraçarei docilmente uma nova instrucção,

corollarios, que promptamente sahem das proposicoens do author do *Triunfo*; o calor, a colera e o furor foraõ as guias, que dirigiraõ a sua pluma, confissao ingenua do Senhor Sacerdote! Que bello escriptor! Uma obra feita por esta arte naõ produsio mais do que excessos, que naõ poderaõ apparecer em publico, e por isso o seu author naõ duvida recommendar às maons que o possuir, que lhe faça um rigoroso acto de fé; estupenda cousa! Se o Senhor Sacerdote tivesse medido as suas forças, se tivesse bem presente as maximas do poeta, *quid ferre recusent, quid valeant humeri*, se houvesse lido alguma vez as regras, que devem estar gravadas no coração do escriptor quando pega no penna, em vez de inconsequente, se mostraria agora firme nas suas produccoens literarias; se manifestasse as suas ideas revestidas d'um character solido e digno, naõ passaria pela vergonha de recommendar espontaneamente a destruição dos seus fataes trabalhos: medite pois por um pouco no que fez e no que dice, se a caso tem meditação quem escreve d'esta maneira, e naõ se esqueça pôr sempre a mira no bom Horacio, para que o altar e o trono naõ soffra os desdouros, que lhe causá um invectivador, que pertendendo desvanecer factos, que estaõ ao alcance de todos, reveste-os com as cores do erro, maxima do vulgo, parto da ignorancia, e procedimento da paixao desenfreada. *Veritas odium parit*.

Naõ contente o Sacerdote de haver manifestado no publico os desvarios da sua penna na primeira produccaõ do *Triunfo* continua dizendo, que talvez se sumiria felizmente a sua primeira defesa do clero Portuguez; porque tendo dito que nenhum era menos ignorante, e menos relaxado que o Eborense, haveria por isso diminuido o respeito devido ao clero das outras diocezes.

N'esta frase naõ obscura do author *Triunfante* verá o publico illustrado a quanto chega o desvario d'um homem com a mania de escrever! Toma á sua conta a defesa do clero contra a Mem. Politica, diz que o seu author foi um malevolo, por que manifestou a ignorancia e relaxação da maior parte, e confessa publicamente que o clero Eborense hé menos ignorante, e menos relaxado do que o das outras diocezes: bella defesa, Senhor Sacerdote! Se eu tenho asseverado em

toda a sua estençaõ o estado da maior parte da cleresia, o Senhor Sacerdote apenas o tem modificado com as palavras—menos e menos, as quaes deixando em maior estrago o resto do clero Portuguez, dá á metropole Eborense certos grãos de minoridade. Entaõ, Senhor author do *Triunfo*, (permitta-se me tambem de quando em quando uma interrogacão,)* não tem a sua obra concordado com a minha Mem.? Eu dice que a maior parte do clero estava na ignorancia, e na relaxacão, e o Senhor Sacerdote asseverou que o da Metropole d'Evora era menos ignorante, e menos relaxado, e que o resto tinha por isso maiores grãos d'estas duas consideraçoes: aonde está o seu *Triunfo*? O clero, que deve ser sabio e irriprensivel, diz-se a caso *Triunfante*, quando está inficionado com a menos ignorancia, e menos relaxacão?

Risum teneatis amici?

Esta louca propozicão, se a caso for lida pelo vulgo, poderá traser as mais perigosas consequencias; não, aclaremos pois um ponto tão melindroso, basta que o sabio o perceba para o corrigir, e para mostrar aos olhos da plebe qual hé o clero Triunfante na doutrina do Evangelho, nas maximas dos Apostolos, e dos padres de toda a igreja.

Naõ veja pois aquella parte do publico incauta e não instruida as seguintes expressoes do author do *Triunfo* do Clero, “que essa decadencia, que no clero se observa há mais de dez annos, por effeito de tempos tão calamitosos, assim mesmo era menos contagiosa em Evora, do que n'outras diocezes:” ou a author d'estas palavras não sabe a sua significacão, ou hade considerar-se *Triunfante* o clero decadente, e menos contagioso; que perigosa doutrina prega o Senhor Sa-

* Ainda não havia chegado ás minhas maons a obra do *Triunfo*, já eu tinha ouvido dizer a certo magistrado illustre—hé um opusculo composto de interrogacoes, e com ellas pensa o author ter demonstrado o seu aranzel.—Naõ me esqueceu o conceito d'este famoso literato, e tive por isso a ociosidade de as contar. A 1ª parte do *Triunfo* hé composta de 72 pag. em oit; e ahi se encontram 262 interrogacoes, e 59 admiracoes. E não teve pejo este bom homem de apresentar uma tal obra com o pomposo titulo de *Triunfo*! Não teve vergonha de chamar evidentes demonstracoes a essa multidão de perguntas!

cerdote no meio do povo christão! Que bom uso fas da epigrafe da sua obra!

Error, cui non resistitur, approbatur;
Veritas, que non defenditur, opprimitur;
Et erranti consentit, qui ad resecanda,
Quæ corrigi debent, non occurrit.

Basta: não aclaremos a algum homem de menos saber couzas com que involva a plebe, e apersuada que um clero decadente, e menos contagioso hé aquelle que se defende como mui bello, como exemplar, como espelho das accoës dos outros, e famoso director das consciencias, em fim como *Triunfante*. Simplesmente direi ao Senhor Sacerdote, que elle conheceu taõbem como eu os factos apontados na Mem. Politica, que sem o pensar os asseverou; tal hé o impulso da verdade, que a penna quando se arroja a impugnalo, aqui e ali deixa forçados vestigios, que tiraõ a mascara ao baixo escriptor, e o desacreditaõ nos olhos do publico.

Na palavra contagio, bem significativa, tem dito o Senhor Sacerdote, (ainda mais do que no vocabulo decadente,) tudo quanto se pode dizer para explicar o maõ estado da maior parte da cleresia Portugueza, cuja febre diminuiu na Metropole Eborensse. Fique pois ao arbitrio do Leitor sabio o decidir da penna, que escreveu o *Triunfo*; julgue elle que tal hé o *amigo de Deus e dos homens*, palavras mui bellas e mui santas de que usa frequentemente.

ARTIGO II.—*Sobre a disposiçaõ para os Leitores.*

Naõ satisfeito o author do *Triunfo* com a prefacçaõ, que analysei no 1º artigo, formou uma nova couza, a que chamou disposiçaõ para os Leitores.

No primeiro paragrafo offerece o seu juizo e conceito da Mem. Politica, e diz que hé o non plus ultra da destresa e da estimulaçaõ; faz-me a honra de considerar o meu espirito “finissimo, que parece singelo e desapaixonado aos olhos do Leitor,” e a minha linguagem “refulgente, candida, lisongeira, feiticeira, meliflua &c.” Se por esta vez hé sincero e consequente, senaõ segue a mesma vereda indigna do homem, e ainda mais do escriptor, que eu vejo trilhar na se-

gunda parte do seu opusculo, como mostrarei quando lá chegar, beijo-lhe as mãos pelo elogio, e em obsequio a tanta prodigalidade continuo na analyse do seu *Triunfo*.

As palavras *non plus ultra* da destresa e da estimulação são mui geraes, hé necessario que o Senhor Sacerdote as explique no segundo *Triunfo*, como o confio, e então lhe responderei.

No paragrafo segundo da disposição para os Leitores pergunta o author *Triunfante*, quem me encommendou o Sermao? Respondo, forão aquelles mesmos que o encommendarão a Fleury, a Ducreux, e outros escriptores Orthodoxos; forão aquelles mesmos que o encommendarão ao nosso Cl. Vernei. Respondo mais, que expor o erro e o vicio hé d'alçada do escriptor; esta hé a marcha, que o Senhor Sacerdote encontrará na ordem successiva dos tempos, e por isso com justa razão dizia o grande e immortal Van Espen:—*Quis enim nescit partes doctoris esse vitia, ac errores indicare et impugnare, superiorum vero eradicare?*

Se o Senhor Sacerdote me quer figurar homem de má fé, porque expús o estado calamitoso da maior parte da cleresia, então brinde taõ bem ao grande Fleury com este honroso appellido, não lhe esqueça o famoso Ducreux, medite um pouco nas palavras d'este escriptor, e diga que elle foi um inimigo do altar e do trono, e que pertendeu divorciar os ministros ecclesiasticos da sua nação, por que offereceu no publico as seguintes proposições. “Se os funestos progressos da irreligião n'este reino há quasi meio seculo causão afflicção á Igreja, ainda hé para ella maior motivo de magoa que muitos ecclesiasticos empregados nas paróquias, por não terem estudado a religião nos seus verdadeiros principios, não sejam capazes de sustentar os interesses da fé, e rechassar os ataques dos impios. Não hé com effeito escandalo para os fracos, e coisa vergonhosa para a religião, que leigos de toda a idade e profissão, militares e jurisconsultos, pessoas de letras, e maior numero ainda que não tem character na sociedade, estejam sempre armados d'objecções, discursos, anedotas criticas contra os dogmas e a moral da Igreja, e que as pessoas consagradas pelo seu estado ao serviço dos altares e á defeza do santuario evitem o combate no

encontro d'estes inimigos do evangelho ou não o aceitem senão para ficarem vencidos? O temor ou a fraqueza dos que pela sua vocação e empregos estão destinados para vingar a verdade dos ultrages, que lhe fazem tantos incredulos, não recahem sobre a causa que se lhes confiou? Não são para a incredulidade motivo de triumpho, de que ella se serve para a sua vantagem, e para os indifferentes, que formão uma classe tão numerosa no mundo, um pretexto que serve de escusa á culpavel neutralidade, de que fazem gloria?"*

ARTIGO III.—*Sobre o Capitulo 1º do Triunfo.*

Neste primeiro Capitulo dedicase o author do *Triunfo* a fazer a narração dos contentos da Mem. Politica, e sendo este o seu objecto podia mui bem ser isento da minha analyse, porem o Senhor Sacerdote de boa fé e muita virtude mostrou que possuia mui pouco d'estas duas grandes qualidades; não foi o amor da verdade, tarefa do escriptor sincero, que dirigio os traços da sua penna; quis obter a aura da chusma, por-se á sua frente, o que nenhum homem sabio e prudente faria, e por isso, no meio da calumnia, brindou-a com uma obra de titulo pomposo e *triumfante*, tudo casca, nada miolo.

Mons parturibat, gemitus immanes ciens;
Eratque in terris maxima expectatio.
At ille murem peperit.

Como as reflexoens *triumfantes* haviaõ cahir sobre os contentos da Mem. Politica, muito á sua vontade, e cheio de toda a má fé fez o Senhor Sacerdote os extractos para formar o seu discurso; asseverou que na Mem. Politica se achava a seguinte proposição.—O clero Portuguez hé o mais ignorante, e o mais relaxado. Homem malevolo, aonde está essa proposição na Mem.

* As reflexoens que tenho feito sobre o § 2, da disposição para os Leitores podem mui bem satisfazer á essa decantada sentença de Goldsmith tão gabada pelo author do *Triunfo* na sua prefacção: hé para admirar que elle encontrasse no I. P. cit. numero 37, pag. 119, aquella sentença, que tem todo o cheiro de fanatismo, e que lhe desse bastante applauso, não reparando na sabia e solida refutação, que os Redactores lhe fizeraõ na nota correspondente.

Politica? Vos não sabeis que a palavra mais hé comparativa, e que debaixo deste malicioso invento caminha erradamente todo o vosso discurso? Que juizo fará o publico d'um tal censor? Aquelle que eu tenho ouvido aos homens sabios que o desfrutão. O' miséria humana! tu não conheces as tuas fraquezas, nem percebes o juizo fino e delicado!

Saiba pois o publico que a Mem. Politica inserida no I. P. numero 37, não trata o clero Portuguez comparativamente; ella está impressa n'aquelle Jornal de tanta voga e sequito, pode por isso desmentir mui bem esse Sacerdote do *Triunfo*. Eu dice que o clero Portuguez, com bem poucas excepções, jazia na ignorancia e na relaxação; era esta a proposição, que o meu reverendo censor devia analysar, porem pelo contrario imaginou o termo comparativo, e assim caminhou o seu ficticio discurso.

Por outro lado, vê-se neste primeiro capitulo o clero Portuguez com a manxa da usura, cuja asserção já mais se encontrará nessa piquena Mem. Politica, açoitado do ignorante, flagello do relaxado, estímulo do meio sabio, e applauso do sabio e do prudente.

Termina o Senhor Reverendo o seu capitulo primeiro da seguinte maneira. “ Não hé do nosso intento encobrirmos esse desleixamento de alguns (e não poucos) ecclesiasticos, que esquecidos do que são, e do que devem ser, vivem submergidos na ignorancia, e na dissolução. Não são elles tão poucos, que os desconhecamos.” N'estas expressões talvez não se desvie o Senhor Sacerdote um apice dos factos apontados na Mem. Politica. As palavras “ não são elles tão poucos, que os desconhecamos” explicaõ mui bem a multidão dos submergidos na ignorancia, e no vicio. Tanto pode a verdade, que a cada passo se deixaõ cahir pennadas em seu abono nos mesmos momentos em que a pertendem deslumbrar e denigrir!

O nosso Sacerdote arrependido do que dice, (certa hé a parte precipua do seu character,) modifica e adoça as suas palavras; esquece-se de repente das expressões filhas da verdade, não se lembra do contagio, de que há pouco fallou na prefacção, e reduz logo esse grande numero de ignorantes e dissolutos, que elle mui bem

conhece, a tres ou quatro em uma cidade. Oxalá que assim fosse, homem inconsequente!

Na conclusão d'este capitulo parece duvidar o reverendo censor d'amisade e do affecto, que eu tributo á Mãi Patria, a esta frivola duvida respondo que virá a posteridade, e ella me julgará; entre tanto os Leitores circumspectos, esses ecclesiasticos sabios, e respeitaveis poderaõ decidir se alisonja, de que tanto abunda hoje o nosso Portugal, não hé de todas as pestes a peor, que tanta ruina tem causado á nação nos seus diversos periodos, e obstado aos grandes estabelecimentos e reformas, que melhorariaõ varios ramos, se a verdade senão occultasse aos olhos do reformador.

Veritas, que non defenditur, opprimitur;
Et erranti consentit, qui ad resecanda,
Quæ corrigi debent, non occurrit.

ARTIGO IV.—*Sobre o Capitulo 2º.*

Depois de ter feito o meu reverendo censor a narração da doutrina da Mem. Politica, tal qual a referi, passa a examinar, (como elle diz) os enunciados da mesma Mem. nas suas asserçoens. Principia o seu exame perguntando-me aonde achei eu a differença de clerigos da primeira e segunda ordem, que elle encontrou na nota do artigo III. d'aquella Mem?

Veja o publico segunda vez essa nota, que serve de desdem ao Senhor Sacerdote, são estas as suas palavras: “Fallo da segunda ordem de clerigos, o que sempre deve entender-se n'esta Memoria. O Politico observador encontrará na familia ecclesiastica um estuendo contraste; prelados da primeira ordem, arcebispos e bispos, cheios d'uma erudição pasmosa e virtude igual, clerigos da segunda ordem marcados com o cunho da ignorancia e do vicio; que acontecimento tão admiravel!!! Não seria acreditado, senão fosse patente a todas as luzes.”

Que duvida ou equivoco pode haver nestas expressoens? Qualquer homem de piquenas luzes percebe esta lingoagem escripta em estilo claro.

Eu estou bem persuadido que o Senhor Sacerdote

Eborense sabe optimamente qual hé a significação da palavra—clerigo, e que não ignorando que os venerandos prelados são comprehendidos nesse vocabulo geral, assim os podia denominar, entretanto será bom que leia esse famoso canonista, Domingos Cavallari, rival da gloria do grande, e immortal Van Espen: na sua obra intitulada—*Instit. jur. can.* t. 1, p. 1, cap. 2, § 3, achará a etymologia, a significação e definição da palavra, e á sua vista se desenganará se os bispos taõbem se chamão clerigos com toda a propriedade. Agora poderá o Senhor Sacerdote vir no conhecimento, que a pezar de não pertencer ao estado ecclesiastico, (como diz neste capitulo,) leio toda via por este livro ecclesiastico; e se em outro lugar do *Triunfo* se vangloria o meu reverendo censor, cheio d'aquella encrespada prôa, que nos seus gestos se manifesta, de haver impugnado a Mem. Politica, eu não tenho gloria alguma de lhe responder, e de certo seguiria a grave sentença do sabio e velho ecclesiastico, senão visse o mal, que á ignorancia provinha de se espalhar taõ perigoso *Triunfo*.

Tudo quanto diz o nosso Sacerdote neste capitulo a respeito de pastor de primeira, e segunda ordem, e da efficacia dos sacramentos, podia mui bem dispensar, porque não se trata agora d'esta materia, e elle esta bem certo que eu professo estas verdades catholicas, as quaes posso defender, como me ensinaraõ meus Mestres taõ esclarecidos, como virtuosos.

Continúa o Senhor reverendo com a seguinte interrogação. “Donde vieraõ esses prelados de erudição pasmosa e virtude igual?” (com que ufania, com que philaucia não escreveria esta interrogação!) sabe donde vieraõ, Senhor Sacerdote, do numero d'esses sabios ecclesiasticos graduados na universidade, e d'esses famosos Mestres, que se tem encontrado nas familias religiosas. Que relação tem este piqueno numero d'homens grandes com a descripção, que eu faço da cleresia mal educada, que forma a maior parte? O veneno d'este celebrado *Triunfo* hé tal, que, contra o sentido de Mem. Politica mui clara nos seus termos, e mui entendida pelos sabios e prudentes, fez o Senhor Sacerdote uma miscelania e confusão dos famosos ecclesiasticos Portuguezes, a muitos dos quais eu devo

tudo quanto sei. Percebo mui bem as vistas deste desgraçado censor; ellas dão nos olhos de todos, e a introducção da minha Mem. descobrirá melhor esse medonho veo da obra *Triunfante*. Os sabios não se illudem com facilidade: adiante em lugar proprio me explicarei em termos mais claros.

Mais duas interrogações: “Quem ordenou esses clerigos ignorantes? Não foraõ os prelados de erudição pasmosa?” Muito bem: eu respondo com outras duas interrogações: Quem ordenou esses clerigos de contagiosa decadencia, mencionados na pag. 6, do *Triunfo*? Quem ordenou esses que o author *Triunfante* conhece “por não serem taõ poucos,” dos quais falla na pag. 7? Muito custa impugnar a verdade!! O Senhor reverendo pertendia dar dois golpes com a espada da ignorancia, (e intriga) e ficou ferido em todos os dedos.

Ora pois sejamos sinceros: não hé aos prelados que se deve attribuir tanto mal, hé sim as facilidades com que os seus co-operadores e examinadores deixaõ passar d’ordem em ordem essa contagiosa gente, que o meu reverendo censor conhece: um prelado, que muitas vezes chega a este elevado e sublime emprego na idade decrepita, e que suas forças o obrigaõ a confiar-se de certos homens, a par dos quaes anda a lisonja, e as vistas simplesmente do seu arranjo, não pode obstar ao mal, que o author do *Triunfo* por experiencia conheceu, segundo a sua confissão.

Emprega-se o author *Triunfante* no resto do capitulo a discorrer sobre os subtilistas, e faz-me a honra e a justiça de não me numerar entre estes homens. Deixa esta materia, que eu não sei com que fim e conexão aqui appareceu, e passa a dar certas voltas ás palavras erudição e virtude, e diz que de nada vale aquella em qualquer clerigo, quando este ignorar as sciencias ecclesiasticas; ninguem duvida d’esta proposição, e por isso podia dispensar-se de encher papel. Assevera neste mesmo lugar que da palavra virtude se tem abusado; não duvido, mas entre os catholicos quando se diz homem virtuoso entende-se mui bem ser aquelle que tem grandes dotes e perfeições d’alma, reguladas segundo os principios e maximas da nossa santa religião.

ARTIGO V.—Sobre o Capitulo 3º.

N'este capitulo pertende o author do *Triunfo* mostrar ao publico algumas contradicoens, (como elle diz) em que eu cahi sem o perceber.

Como estas chamadas contradicoens versão sobre factos, julgo conveniente fazer agora no publico a seguinte reflexão: um escriptor coevo e ocular quando expoem e narra algum facto, deve, para ser acreditado segundo a boa critica, ter entre outros requesitos o character de probidade, de constancia e firmesa; quando se observar que este escriptor diz hoje uma couza, á manhã outra, obrando pelo impulso da paixão da inconstancia e da inconsequencia, deve ser considerado sem probidade, sem fé e sem credito. Tal hé o character que eu descobrirei com toda a evidencia no author *Triunfante*, quando responder á segunda parte do seu opusculo, e previno por isso ao leitor sabio e circumspecto, que olhe para este escriptor do nosso tempo, e avalie o credito que merecem suas asseverações em *Triunfo*. Vamos às contradicoens.

Diz este author que figurando eu o clero pobre o faço logo negociante, litigante, jogador e faustoso; (palavra que não se encontra em toda a Mem. Politica;) entra depois com os seus mimosos discursos, (novissima descoberta na Republica das Letras,) quero dizer, com as successivas interrogacoes: á vista d'ellas se observa que o author *Triunfante* não pode comprehender, (o que não admira,) como um clerigo seja jogador, negociante, &c. &c.

Ora pois sobre a verdade dos factos ficará ao arbitrio do Leitor decidir dos requisitos necessarios na sua exposiçãõ, como já dice, porque a penna deve reprehender e corrigir os vicios em geral, e não fazer ataques pessoaes, esta hé a marcha da censura; quando o escriptor d'ella se desvia, vai parar ao medonho atalho da malidicencia e do opprobrio satyrico; e em quanto ás chamadas contradicoens eu vou fazer a sua mui obvia combinaçãõ.

O negocio principia muitas vezes por diminutas quantidades, estas vão crescendo até que formão um grosso negociante; todas as couzas tem seu principio,

este de piqueno passa para o grão e estado de grandeza, por isso com pouco dinheiro, e poucos haveres pode progressivamente manejar-se uma boa negociação. Quantos negociantes conhecerá o Senhor author do *Triunfo*, que assim principiaraõ a sua vida e fortuna? logo que contradicção se manifesta em poder o clérigo principiar o negocio com os seus poucos haveres? Demais, não há negociações bem diminutas, traficos de piquena monta, em que entra bem pouco cabedal, os quaes são vedados aos ecclesiasticos?

O que se diz do negocio hé igualmente applicado ao litigio, e a o jogo: se o meu reverendo censor observar o mundo com melhores vistas, do que tem mostrado nos seus desgraçados opusculos, achará uma immensidade de d'homens entretidos nas demandas, e ngolfados nos vicios, que possuem bem poucos bens terrenos, a miseria humana os protege, e o seu pouco cabedal anda sempre em continuados mergulhos.

Sobre o fasto, de que não fallo na Mem. Politica, (salva a intelligencia, que ás minhas palavras possa dar o author do *Triunfo*,) traz elle um caso mui bello. "Certo pregador em uma freguesia rural, e diante de huns miseraveis ganhadeiros, e trabalhadores, pregava o evangelho da esmola, e lhes dizia assim: De que vos servem tantas grandezas, tantos coches, tantas richarias, tanta comitiva, tanto luxo, tanto fasto, e tanta pompa, se com ellas não comprais a herança dos bem-aventurados? Eya pois acordai desse profundo somno, em que jazeis; abdicai os passatempos, e a vaidade, renunciái esse luxo desmedido, e essa profusão vicioza; vendei as ricas baixellas de ouro, desfazei-vos dos coches marchetados, dai aos pobres isso mesmo, que vos levaõ tantos criados ociosos, e insolentes."

Este orador seria provavelmente da Metropole Ebo-rense, aonde tem residido o Senhor Sacerdote, porem seja elle d'onde for, responda agora a estas interrogações, mimosa estrada tão seguida no seu opusculo. Qual dos prelados deu a carta de Pregador a esse bom homem? Quem o examinou? Quem lhe deu o poder de Evangelizar? S'um Pregador appareco assim em publico, apezar de tanto aperto, tanto exame e tanto escrupulo, como sahirá aquelle immenso numero que o não hé! Verdade inegavel, tuas cores apparecem de quando

em quando por entre essas tristes sombras, com que um tremolo pincel te pertende encobrir!

Terminando a analyse deste capitulo digo ao Senhor author do *Triunfo*, que mui bem pode ja combinar como um clerigo possaser negociante, litigante, &c. sem que tenha os rendimentos d'um Abbade de Lobrigos, ou um D. Prior de Guimaraens, cujos dois ecclesiasticos são chamados a este lugar com bem pouco propozito e ainda menos louvor: eu podia tirar d'aqui optimos corollarios, não seria difficil mostrar com quanta personalidade fallou o author do *Triunfo*, quando na lembrança dos vicios do negocio, do jogo e do fasto trouxe á presença do publico o Abbade de Lobrigos o D. Prior de Guimaraens, e os Canonicatos: fique isto para o Juizo dos Leitores.

Em conclusão diz o nosso Sacerdote que cada clerigo ignorante e relaxado me parece um cento, quando há tamanha diminuição, que não se encontraõ os necessarios para os empregos. O inconsequencia das inconsequencias! Se os clerigos são tão poucos n'asseveração d'este triste censor, como poderaõ esses poucos sahir do circulo da ignorancia e relaxação expressada a pag. 7 do *Triunfo* nas palavras: Não são elles tão poucos, que os desconhecamos? Severa verdade, tu appareces de quando em quando aos olhos do publico manifestada por aquelle mesmo que te impugna!

ARTIGO VI.—Sobre o Capitulo 4.

O author do *Triunfo* sempre com as armas, não da censura, mas sim da invectiva, diz neste capitulo que apresenta ao publico, “a accusação do author da Mem. Politica contra o Clero Eborense.” Homem bem conhecido, vos não podeis illudir senão a esse grande numero de ignorantes! Vosso enunciado, seguindo sempre o mesmo sistema, está patente aos olhos do sabio e do prudente! Eu não accusei o clero Eborense, expus como escriptor o estado calamitoso da maior parte, com as vistas do seu melhoramento; eu chamo em meu abono os dignos ecclesiasticos, que leraõ, e aplaudiraõ os meus trabalhos, eu os offereço novamente ás suas vistas, e digaõ elles se a minha lingoagem não tras com sigo o amor da reforma, e do melhoramento.

Naõ advertio o reverendo censor, que comparando a minha narraçaõ áquella que o illustre e nunca assás Louvado Claudio Fleury, e o author dos Annaes do Pontificado de Joaõ XII. fez dos clerigos, que viveraõ dois seculos antes do Tridentino, marcou com o mesmo nome de accusaçãõ essa historia, que a penna de taõ sabios varoens nos transmittio: e que duvida terá o Senhor author do *Triunfo* de a marcar e notar, como o fez á minha Memoria? Clar. Fleury, vossas cinzas immortaes animaõ agora a minha penna contra este fanfarraõ! Vossas obras famosas, vossa narraçaõ historica pintada pelo sacerdote Eborense com cores medonhas poem aos olhos do publico a malevolencia, com que elle pegou na penna para defender aquella grande parte, que vos hoje descreverieis da mesma maneira, se vossas cinzas ainda podessem tomar novo calor! Eu invoco vosso nome, vosso saber, e vossas virtudes!

Nesta chamada accusaçãõ diz o author *Triunfante* que a minha fraze—debaixo das ruinas—hé sinistra e que nella se occulta grande veneno. Palavras geraes e mysteriosas acompanhadas de multiplicadas interrogaçoens hé quanto se encontra nesta obra mui celebrada. Diga pois, Senhor Sacerdote, no seu segundo *Triunfo*, qual hé esse sinistro sentido da minha frase, vomite esse veneno, que eu lhe applicarei o antidoto.

Termina este capitulo louvando a minha lembrança pela qual applaudi os dignos mestres do Lyceo Eborense. Ahi aprendi eu para poder agora discorrer contra o decantado *Triunfo*: lá está meu illustre e virtuoso mestre, profundo e sublime Philosopho, aquem devo tantas luzes; lá vive outro famoso, cujo saber, candura, e virtude lhe tem grangeado a estima de todos os sabios,* &c. &c.

No meio de tudo isto o Senhor Sacerdote vai sempre para fora do eixo, e apparece com a sua interrogaçãõ dizendo: se eu naõ exclui estes homens sabios, aonde

* O successivo arranjo da Biblioteca Eborense, immortal monumento do Grande Cenaculo, hé devido, pela maior parte, aos cuidados d'este Mestre illustre, eu tenho presenciado a sua assiduidade: a pouca frequencia d'aquella magnifica caza tem deixado todo o tempo ao digno mestre para se empregar na sua interessante tarefa,

está a generalidade da minha proposição? Esta pergunta põem o meu espirito em toda a duvida: se o author *Triunfante* leu a Mem. Politica, e se o fez, foi com muita precipitação; por quanto no Artigo III. da mesma Mem. acha-se uma materia mui clara, que descobre as pessoas de quem eu fallo; trato ahi dos clérigos sem educação, d'esses que não virão os lyceos, os seminarios, e que nunca aprenderão mais do que duas regras de Latim mal encinado, e dois casos de moral mal engrolados, sem os subsidios necessarios para a sua intelligencia; hé esta a grande parte, hé aquella mesma que o Senhor Sacerdote reconheceu na prefacção da sua obra, e no capitulo primeiro. O que tem pois essa grande parte dos homens que eu descrevi, com os sabios que louvei? Se o author do *Triunfo* lesse com boas vistas a Mem. Politica, e visse a pintura que eu faço no cit. artigo, e advertisse por outro lado que os meus mestres, (elle bem me conhece), foram, pela maior parte, dignos ecclesiasticos, não se lembraria agora de confundir estes com a turba ignorante; porem elle não hé censor sincero, por isso vai conforme no seu procedimento.

ARTIGO VII.—Sobre o Capitulo 5.

Ainda continua o Senhor Sacerdote com o mesmo character pondo neste capitulo o seguinte enunciado:—Verdadeira intelligencia d'accusação—Para este veneno *recipe*, como famoso antidoto, a obra de Fleury, de Ducreux, e outros escriptores orthodoxos.

Passa depois analysar as minhas expressões, accommodando-as ao seu modo, sempre com as vistas no sistema que adoptou, diz: “ignorar inteiramente a lingua latina, ler sem intelligencia o Missal e o Breviario, eis aqui, na frase do author da Mem. Politica, character de todos os clérigos.” Leio e torno a ler os meus trabalhos literarios, e não posso encontrar semelhante frase generica: eu tive todo o cuidado de me explicar, usando sempre das palavras—pela maior parte—a qual observo no estado calamitoso: a nota a pag. 15, do No. XXXVII. do I. P. hé mui clara: offereço aqui novamente ao meu leitor as reflexões do artigo antecedente.

Continua o Triunfante com as costumadas e repetidas interrogações—“Aonde estão os prelados de erudição pasmosa e virtude igual, &c. &c.?” A resposta cabal e ferisante já eu dei no Artigo IV. ao Capitulo 2, aonde se achao as mesmas interrogações.

No paragrafo 1º deste Capitulo, que hé o 13 do *Triunfo*, não duvida confessar o seu author, sempre em forma de interrogação, que o feito de frequentar as aulas 4 ou 5 annos não corresponde ao que se deveria esperar, que não ha educação alguma, e que os pais a troco de insupportaveis despezas mandão seus filhos a Lisboa, e a Coimbra aprender o que na provincia devia estudar. Muito bem, vamos pelo methodo do *Triunfo*, responde ás seguintes interrogações: aonde aprenderão os clerigos desta provincia, se nella não há educação? se ne frequencia de 4 ou 5 annos d'alguma aula não há proveito correspondente, como sabem os ecclesiasticos desta provincia o que hé do seu dever? Não seria melhor ter concordado comigo o Senhor Sacerdote, para que os homens doutos de maons dadas remediassem o mal, propondo projectos dignos do augmento das luzes? Não seria melhor confessar claramente (do que no meio de obscuras interrogações), que aqui e ali se acha um ou outro clerigo, que poude aprender em Coimbra, em Lisboa, em algum collegio, e que o resto, que faz o grande numero, aprende o Latim, como tenho dito, e igualmente o moral? O que asseverei no principio do Artigo III. da Mem. Politica não hé o mesmo que o Senhor Sacerdote confessa neste paragrafo 13? * Severa verdade, tu appareces de quando em quando aos olhos do publico manifestada por aquelle mesmo que te impugna!

Finalisa o author este capitulo, lançando-me em rosto um certo enjoo, que elle devisa na minha Mem. a respeito do Larraga. Leia o homem imparcial esse

* Como neste paragrafo parece duvidar o meu censor do que asseverei na já cit. nota da Mem. Politica, declaro novamente que eu pertenco á Igreja d'Evora, e vivo em uma povoação sujeita ao arcebispado: d'aqui pois farei os beneficios para que a minha tenue penna possa concorrer, não temendo os dictérios, nem as frivolas expressões; por que nunca me esquecerá o dito Terenciano,

Artigo III. da Mem. Politica, e diga se ahi se encontra alguma expressão de enjoo contra o Larraga: toda a minha magoa consistio em ver o candidato a decorar paginas Larraguistas, e nada mais, e a receber assim as ordens até ao presbyterato; eis aqui o enjoo que qualquer homem prudente achará n'aquelle artigo; eis aqui a verdade, que o Senhor Sacerdote confessa quando diz, que na provincia não há educação, nem proveito em algumas aulas.

No meio da ostentação, com que elle nomeia grandes Theologos para engrandecer o Larraga, deixa cabir suas pennadas contra alguns clerigos, a que chama "errantes pelas grandes Cortes (mal que não tem sido possivel remediar), clama Contra estes ecclesiasticos, que "ostentão nos ajuntamentos publicos, de viagens, de planos de reformação, de arbitrios de governo, de estabelicimento de fabricas, de melhoramento de agricultura, &c. &c." Sustenha a penna, Senhor Triunfante: nas Cortes existem alguns d'esses homens que sabendo mui bem o Laraga, e as sciencias ecclesiasticas, achão-se empregados na illustração dos povos pela eminente predica do evangelho, e como escriptores em beneficiar a igreja, e a nação: e nessas grandes capitaes, aonde não podem evangelisar, sua pluma eloquente cheia de religião e amor da patria tem trazido aos Portuguezes decididas vantagens para extirpar o erro dos impios, e firmar a verdadeira crença do catholicismo, e promover a prosperidade do novo reyno unido.

ARTIGO VIII.—*Sobre o Capitulo 6.*

Veja o meu leitor o enunciado do Capitulo 6; hé este: "destroe-se a Mem. Politica pela seguinte proposição demonstrada—o clero Portuguez hé o menos ignorante, e o menos relaxado." Se não estivesse escripta em termos tão claros esta proposição, niuguem se persuadiria que ella appareceu em uma obra do Triunfo do Clero. O Senhor Sacerdote quer demonstrar contra a Mem. Politica que o clero Portuguez triunfa da ignorancia, e do vicio, como offerece pois ao publico tão destructiva proposição? Porventura o ser menos ignorante e menos relaxado não hé ser ignorante e relaxado em menor gráo? Aonde está aqui o

Triunfo! Aonde está aqui o clero sabio e virtuoso! Valha-me Deus Senhor Sacerdote! Severa verdade, tu appareces de quando em quando aos olhos do publico manifestada por aquelle mesmo que te impugna!

No primeiro paragrafo deste capitulo, que hé o 15 do Triunfo, pertende dar a intelligencia do enunciado e esquecendo-se d'elle immediatamente despreza as palavras—menos ignorante, e menos relaxado, e lembra-se d'uma demonstração evidente a favor da sciencia, e costumes do clero Portuguez; não sei aonde deixou essa demonstração, talvez fosse na prefacção, aonde confessa o contagio, no Capitulo 1º, aonde confessa o grande numero de clerigos, que vivem submergidos na ignorancia e na dissolução, cu no Capitulo 5, aonde mostra que não há educação na provincia, nem fructo da frequencia d'algumas aulas. Pertende pois neste paragrafo aclarar a sua tristissima proposição, e diz que entende pela menos ignorancia d'aquella sciencia, que hé indispensavel aos clerigos, como escriptura sagrada, theologia, canones e santos padres. Estamos conformes.

No fim do capitulo trata de combinar tambem a proposição—menos relaxado; e depois de ter confessado o contagio, e referido em geral esse grande numero de ecclesiasticos, que elle conhecia por não serem tão poucos, adoça d'alguma sorte as proposições, que aqui e ali deixa cahir pelo impulso da verdade; diz que há alguns tocados do contagio, e concorda comigo que muitos pais são os que decidem da vocação de seus filhos. No meio d'esta intelligencia sempre encontrará o leitor o tal sistema do Senhor Sacerdote; faz a minha proposição geral, da-lhe o character que não tem na Mem. Politica, e a sua, que não se a fastia da minha uma linha, a doça-a: hé como se diz entre os Portuguezes—dar uma verde com uma madura.

Com quanta sagacidade não occultou o Senhor Sacerdote essas ultimas paginas do Artigo III. Mem. Politica! Vamos ao Capitulo 7.

ARTIGO IX.—*Sobre Capitulo 7.*

Este Capitulo, em que o author quis mostrar a sua erudição historica, trazendo á memoria grandes e famo-

esos homens, que abrilhantaraõ a Igreja d'Evora, factos que naõ saõ desconhecidos a qual quer homem que apenas sabe a vernacula, mui pouco tem a analysar: dice no seu enunciado que hia estabelecer a regra para se conhecer a ignorancia e relaxacaõ de qual quer clero: a actividade da luz, ou a sua frouxidaõ hé a norma, que justamente estabelece; por outros termos, se o clero for bom mestre, bom chefe, de familia, que espalhe os raios de luz, que eduquem os povos, teremos um clero sabio e virtuoso: adiante severá o bom uso d'esta regra, agora simplesmente hé necessario acclarar ao leitor, que neste lugar continua o Senhor Triunfante com a sua má fé, dizendo que eu qualifiquei o clero Portuguez de mais ignorante, e mais relaxado: as seguintes palavras do § 18, "devemos outro sim entender, que nesta expressaõ, o mais ignorante e o mais relaxado, confrontou o author o clero Portuguez com o Hespanhol, com o Italiano, e com o Francez, por que quiz dizer a palavra, o mais, naqual está incluída a relação comparativa," estas palavras, digo, tiraraõ toda a mascara ao Senhor Sacerdote, e o criminaraõ no publico como um falso censor, que naõ leo a Mem. Politica, ou se o fez, inverteo as suas proposicoens, e debaixo d'esta inversaõ formou á sua vontade esses tristes discursos chamados em Triunfo: eu appello para os sabios, eu lhes rogo que leiaõ a Mem. Politica, que está patente na pag. 7, do vol. X. do T. P., ea o seu respeitavel tribunal eu levo este infeliz censor, e o crimino como reo de falsa accusaçaõ.

ARTIGO X.—*Sobre o Capitulo 8.*

O paragrafo 20, primeiro d'este capitulo, offerece-nos um bom sermaõ: oxalá que da sua doutrina naõ se fizesse depravado uso com descredito e menos cabo da religiaõ! adiante o demonstrarei. Diz o nosso Sacerdote, em continuacaõ da materia do capitulo antecedente, que o clero Portuguez hé o mestre e defensor da doutrina, e disciplina orthodoxa do nosso paiz, que por direito divino e humano tem estreita obrigaçaõ d'ensinar aos povos o que devem crer e obrar. Esta materia hé explanada neste paragrafo e no seguinte, no fim do qual expõem as rigorosas providencias, que se tem

dados e adoptado para eleger os dignos do estado ecclesiastico: continua o mesmo assumpto no § 22, e tardando-me já as interrogacoes do costume, eis que apparecem no meio do dito paragrafo; eu as repito. “Perguntemos agora ao Senhor Autor da Memoria Politica, se com effeito essas determinações synodaes ácerca da vocação, e da sciencia dos clérigos, são, ou deixão de ser sufficientes, e idoneas para se conseguir o seu pretendido fim? Se elle dissesse que sim, o que só deixaria de dizer um louco, perguntariamos logo; e esses prelados de erudição pasmosa, e de virtude igual, regem-se por ellas, ou desprezaõ a sua execução? Confiamos que elle responderá, que as cumprem. Pois se as cumprem, e se ellas são sufficientes, e idoneas para formar clérigos doutos, e exemplares, como será possível que o clero Portuguez seja o mais ignorante, e o mais relaxado?”

Eu já tenho satisfeito a estas e outras interrogacoes iguaes, o leitor achará nos capitulos antecedentes o frequente trilho d'este mimosa estrada da obra Triunfante; porem como a classe dos ignorantes hé tamanha, eu não posso deixar de repetir o mesmo assumpto para não ser accusado da falta de resposta.

Estas perguntas não tem força alguma: o meu reverendo censor pode ser interrogado da mesma maneira, e deverá dar a razão, porque sendo tão rigorosos os exames, os prelados tem posto as mãos em muitos homens indignos e relaxados, que elle conhece, como o asseverou no pag. 6 e 7 do seu Triunfo. Deverá tambem dar a razão porque havendo tanta investigação nas deligencias para provar a vocação dos ordenandos, em muitos não há mais do que a vontade dos pais, como manifestou no pag. 27 offereço neste lugar a reflexão, que fiz no Artigo IV.

O paragrafo 23, hé uma continuacão da mesma materia; ahí se esmera novamente o author do Triunfo em fazer ver no publico as grandes deligencias, e rigorosos exames para os ordinandos, e apparecendo com as costumadas interrogacoes tem a fraqueza de me procurar se eu conheço algum Bispo, que os tenha dispensado, e dá a resposta por mim, dizendo que na Diocese de N . . . um Santo Prelado dispensou alguma gente d'esses necessarios exames. Vergonhosa

lingoagem! incrível resposta! Eu não sei aonde hé essa Dioceze! apontai-a Sacerdote incauto, escriptor parcial e inconsequente! A minha penna atreveu-se (por ser uma verdade) a expor o estado calamitoso da maior parte do clero Portuguez, porem asseverar que um Prelado Santo dispensou no exame necessario hé o maior arrojo, e a maior indignidade, que um clerigo podia expor á face do povo. Que perigoso facto! saber a plebe que um prelado despensa o necessario, hé de pessima consequencia, que lingoagem tão extranha e tão confusa! O prelado não pode dispensar o necessario, esta hé a força da palavra, e se o fez, hé porque julgou que o não era nas circunstancias da dispensa.

Que o Senhor Sacerdote teve em vista a invectiva contra esse prelado, que fez as accusadas despensas, bem se deixa ver da sua interrogação. “E que tinhaõ com isso os outros clerigos? Severa verdade castiga de quando em quando este homẽ, que te impugna tão descaradamente!

No ultimo paragrafo do capitulo faz-me um argumento com a universidade de Coimbra, e diz, que a pezar de ser uma assemblea de tanto respeito, tanto rigor, e tanto encino, tambem de lá sahem homens ineptos.

Esta proposição hé mui verdadeira, porem a paridade tem toda a differença: na universidade de Coimbra estuda-se, um ou outro escapa ao rigor da lei e do exame; e nas provincias não se estuda, não há estabelecimentos de educação, não há as aulas necessarias, e as poucas que há, não são frequentadas com proveito, como o tem confessado o Senhor Sacerdote: eis aqui a differença, e a razão, porque na ordem da universidade a maior parte tem instrucção, e na ordem ecclesiastica hé a menos.

Termina por fim com a sua malevola e falsa accusação inculcada nas palavras—mais e menos—por isso o desafio, que me fez neste lugar, hé filho da tração.

ARTIGO IX. *Sobre o Capitulo 9.*

Já o clero Portuguez não hé “o menos ignorante,” como á face do publico com muita clareza manifestou o meu reverendo censor no capitulo 6, agora este

mesmo “clero possui altamente a sciencia Evangelica, e a tem felizmente radicado nos povos, e nas gentes.” Tal hé o enunciado do presente capitulo. Que Sacerdote tão inconsequente!

Quid dignum tanto feret hic promissor hiatu?

Este capitulo, que principia com a exposiçãõ da mais santa doutrina, tem no fim o corollario mais depravado, e indigno do christianismo, e das luzes do seculo, corollario, que melhor desenvolveu o author nesse medonho e pavoroso capitulo 10 do seu Triunfo.

Renova o nosso Sacerdote no § 25 a materia, que já expendeu, e repetindo o seu bom sermão—diz que pregar o Evangelho, encinar todas as gentes hé a verdadeira sciencia dos clerigos; com as passagês mais santas comprova elle a sua asserçãõ—*Prædicate Evangelium omni creaturæ: Docete omnes gentes: verbo et exemplo. Sic vos existimet homo, ut Ministros Christi, et Dispensatores Mysteriorum Dei: Vos estis lux mundi. . . . Sic luceat lux vestra coram hominibus, ut videant opera vestra bona, et glorificent Patrem vestrum, qui in Coelis est: vos estis sal terræ. Eis-aqui os mais bellos fundamentos com que o sacerdote do Triunfo comprova as luzes, que os clerigos devem espalhar.*

Se o Clero Portuguez, (continua elle nos seguintes paragrafos,) tiver incinado aos povos esta doutrina, pregando o evangelho, e suas santas maximas, e obtiver todo o bom fruto da sua pregaçãõ teremos um clero verdadeiramente sabio, e decididamente virtuoso, Bellas maximas, Deus immortal! porem que uso faz dellas o vosso sacerdote!

Depois d’haver pregado tão doce e santa doutrina reveste-se d’um character anti-evangelico, e no § 28, principia talvez com os extractos do seu Castello Maçonico, e caminha pela gostosa estrada da interrogaçãõ: Maçoens, Methodistas, Biblistas, illuminados, e subtilistas são aquelles, cujos sistemas me pergunta o Senhor Sacerdote se eu ignoro. Como sou sincero, e tenho a presumpçãõ de ser verdadeiro, não duvido dizer que eu ignoro essas seitas e esses sistemas; e como hé tão profundo nestas materias o Senhor author do Triunfo, faria um grande serviço á religião se as desenvolvesse

com certeza, e verdade; e eu, que tenho em tanta abominação os impios, como em magoa os ignorantes, que devem saber, muito obrigado lhe ficaria com a illustração da minha alma em tão importante assumpto.

O que tem feito pois o clero Portuguez em exercicio das maximas evangelicas? Perseguido esses impios. Tal hé a concludente interrogação do nosso sacerdote; melhor a explica no capitulo immediato.

ARTIGO XII.—*Sobre o Capitulo 10.*

O author do Triunfo, havendo encinado que o clero tinha o distinctivo da sabedoria quando pregava o Evangelho, e manifestava as verdadeiras luzes, vai agora realizar a sua proposição neste medonho e pavoroso capitulo: eis aqui o seu enunciado. O clero Portuguez hé perseguidor incansavel dos impios, e dos libertinos, e nisto excede o todos os cleros. Quem não hade tremer ao pronunciar esta proposição como maxima evangelica! Vejamos pois a sua prova nãdando em interrogaçoens. O clero Portuguez hé o primeiro que levanta a voz quando apparece algum impio, algum presumido, que falla das obras de Voltaire, de Rousseau, e outros, elle diz aos pais de familias que não os admittaõ em suas cazas, elle amaldiçoa suas maximas, seus costumes, e suas palavras, eos faz odiosos, e intoleraveis nas povoaçãoens.

Quando appareceu, (continua o nosso sacerdote,) esse sanhudo Augereau em Portugal, o que lhe succedeu? o ser apupado até pelos rapazes, e repellido como um impio, e incendiario: esse Amelio Bode, o que conseguiu da sua missaõ? o ser apedrejado e soffrer publicos insultos: esse Calioistro, que fructo tirou das suas caravanas? o risco de perder a vida: esse terrivel Francisco Gil L'origine, esse temerario Legres, que successo tiveraõ! a prisaõ e o risco. E porque praticou o povo tudo isto! porque o clero Portuguez lheincinou o Evangelho, e os seus dictames? Tal hé a doutrina, que no Seculo 19, apresenta á face do Christianismo um Sacerdote, que se diz amigo de Deus e dos homens!

Que famosa pregação do Evangelho! O Divino Mestre, fixai os ouvidos a este indigno pregador! O

Evangelho, a vossa Divina palavra confundida agora com os maximas do falso Profeta! Toda a dogura do Religiaõ, as armas da persuasaõ, que ella manda empregar, confundidas com a persiguaõ, cruel invento dos inimigos da Igreja nesses primeiros tempos do seu estabelecimento! O infeliz Clero Portuguez tu hoje ficas bem desacreditado pelo teu apologista aos olhos das outras naçoens, se a ellas chegarem taõ funestas ideias, que só nos tempos barbaros se poderiaõ proferir! A persiguaõ, odiosa palavra, que nenhum Christaõ deve pronunciar, não pode já mais ter assento no Evangelho; ella não hé acto algum do nosso entendimento, nem por sua via se pode tirar fructo algum do nosso espirito; por quanto “as faculdades intellectuais tem uma direcção propria da sua natureza, que só ella as deve, e pode proveitosamente guiar, vem a ser, a persuasaõ, os discursos e conferencias judiciozas, que fação aclarar a verdade, e entrar no seu conhecimento aquelle que d’ella se tem apartado; eu sou inflexivel (dizia um homem grande) quando querem convencer-me por ameaças, e authoridade, mas dezar-maõ-me quando pertendem levar-me por dogura. A persiguaõ, banhando o corpo em sangue, já mais pode illustrar a alma, mas só cauzar-lhe terror e susto: este pode fazer a mudança do homem no externo, porem seu coração será sempre o mesmo.”

“Sendo certo que a persiguaõ produz os dois effeitos, a obscuridade d’alma, e terror, he taõ bem certo que o perseguido hade considerar a religiaõ do que o persegue falsa e de sangue: n’esta situaçaõ do seu espirito será mais facil subir o patibulo, ou fazer-se um hypocrita, do que abraçar a religiaõ d’aquelle, que o persegue, vulgarizada esta consideraçaõ mui previa, e natural, augmentada com o exemplo dos perseguidos, o numero d’estes será cada vez maior.”

Se estas ideias não são bastantes para convencer que a persiguaõ hé alheia das maximas Evangelicas, leia o Senhor Sacerdote as immortais obras de Fleury,*

* “De tous les Changemens de Discipline,” (diz o grande Fleury) “je n’en vois point qui ait plus décrié l’Eglise, que la rigueur exercée contre les hérétiques et les autres excommuniés.”

Estava persuadido que escrevia para algum Magistrado, porque

e outros escriptores orthodoxos; Leia esse famoso Jornal, que está escripto em Portuguez, o Investigador, e nelle achará materia conveniente, que nada deixa a dezejar neste importante assumpto; não lhe esqueçaõ essas palavras santas do actual presidente da Igreja, cheias de espirito Evangelico, as quaes se encontraõ no mesmo Investigador.* Recorde-se por fim que a religião de Jesus Christo manda amar o proximo, o qual hé tambem aquelle que está debaixo d'outra

só este ou alguma patente militar entende o Francez nas piquenas cidades ou villas, segundo o sentimento do Senhor Triunfante; e por isso insensivelmente hia a citar o original; ahi vai na traducção, que hé para o Senhor Sacerdote.

De todas as mudanças da disciplina não vejo outra que tenha desacreditado mais a igreja, que o rigor praticado contra os hereges e outros excommungados. Temos visto como severo Sulpicio reprehende os dois bispos Idacio e Ithacio, de ter recorrido aos juizes seculares, para lançar fora das cidades os Priscilliannos e trata de vergonhoza a perseguição que solicitarão contra elles perante o imperador Graciano. Foi muito maior a indignação e escandalo quando se vio seguirem os culpados para Treveris em qualidade de accusadores. S. Martinho instava fortemente Ithacio a que desistisse, e rogava ao imperador Maximo não derramasse o sangue dos hereges: quando elles porem foraõ executados com a pena de morte, Santo Ambrozio, e S. Martinho não communicarão mais com Ithacio, nem com os bispos que preestião na sua communhaõ, ainda que o imperador os protegia; eo bispo Theognoste fulminou publicamente sentença contra elles. Em fim S. Martinho se reprehendeu toda a sua vida de ter communicado de passagem com os seus Ithacienses, para salvar a vida dos innocentes.—Quart. Disc. sobre a hist. Eccl. n. 14.

O que farão os Venerandos Bispos Portuguezes, quando lerem as maximas do medonho Cap. 10, do Triunfo inculcadas como Evangelicas pelo Sacerdote Eborense, amigo de Deus, e dos homens?

* “O tribunal do Santa Officio em Roma, depõis de haver invocado a illuminação do Espirito Santo, annullou o processo começado pela Inquisição de Ravena contra Salomaõ Moises Viviani, que havendo abraçado a religião Catholica, voltou depois ao Judaismo, S. S. no Decreto que expedio nesta occasião se exprime na forma que se segue:

“Alei Divina não hé como alei dos homens: o caracter da primeira hé a persuasão e adoçura. Perseguição, desterro, prisoens são os meios que empregão os falsos prophetas e os falsos mestres. Compadeçamo-nos do homem que está privado da luz, e que o dezeja estar; porque as causas da sua cegueira podem mui bem servir para promover os grandes designios da Providencia, &c.—Invest. Portug. No. LX. pag. 504.

communhão, e não tem a verdadeira crença: e o meio que o Evangelho manda empregar, não hé a crueldade e perseguição, essas armas proprias do Paganismo, só em Constantinopla podem hoje exercitar-se em defesa da lei do falso Profeta.

Ainda quando o Senhor Sacerdote podesse demonstrar esse infernal paradoxo, que era licita a perseguição, já mais tinha provado a Sabedoria ecclesiastica: para dizer ao povo que não communique com o impio, que o meta na prisão, em fim que o persiga, não hé mister instrucção alguma; pelo contrario estes actos, praticados pela ignorancia, só demandão força fisica.

Se o author do Triunfo, em vez de patentear a perseguição, em vez das apupadas, das pedradas, e das prisoes inculcadas como fructo do ensino Evangelico, dicesse que o clero destrua os sofismas dos impios, mostra aos povos os seus erros, instrua, e convence, chama-os á verdadeira doutrina pela illustração Evangelica, pela docilidade, e pelo exemplo, tinha demonstrado que o clero Portuguez era instruido, e por este modo havia realisado a proposição, de que fez tão escandaloso e depravado abuso. Hé este o amigo de Deus e dos homens! Hé por esta maneira que apparece em Triunfo o clero Portuguez!

Tão bem não advertio o Senhor Sacerdote as pessimas consequencias, que provem da pregação da sua depravada doutrina: o povo ignorante, lendo as suas asserções, fica persuadido que hé boa maxima Evangelica fazer justiça pelas suas maons, e que todo aquelle em que houver alguma suspeita de não ser de boa crença, não deverá ser chamado á instrucção e persuasão segundo a voz de Jesus Christo, mas sim encarcerado logo em uma prisão in perpetuum rei memoriam. Quanto hé para admirar que um Sacerdote, horrorisando-se d'essas medonhas perseguições dos Neros, dos Domicianos, dos Decios e Dioclesianos, de que se recente ainda h'je toda a humanidade, queira renovar este brutal procedimento no meio da gente Christã! !

Venerandos Prelados, Depositarios das verdades sagradas não consintaes, eu vos supplico, que haja de grassar uma doutrina tão perniciosa, que figura o clero

Portuguez incendiario, que desacredita as armas do evangelho, e que poem em agitação o ignorante ao mais leve impulso da desenfrada paixão!

Varoens esclarecidos, egregios politicos do seculo do Grande João VI. olhai para o perigo d'esta falsa doutrina; se adeixaes renovar, brevemente vereis os tristes dias, que nos trouxeraõ a invectiva das mais piedosas pennas, e as grandes perdas da nossa felicidade!

No ultimo paragrafo d'este horroroso e tremendo capitulo conclue o seu author dizendo que os nossos soberanos tem gravemente prohibido a maçonaria: assim como eu ignoro o que seja esta seita, apesar de ter lido uma, e mais vezes o pouco exacto e pouco consequente Barruel, tambem não sei como esta materia possa de modo algum provar a sciencia evangelica do clero Portuguez; e ainda muito menos essa ultima parte do paragrafo trazida a este lugar com toda a violencia; isto hé o facto d'apparição de Nosso Senhor Jesus Christo ao Grande Monarcha D. Affonso Henriques, o qual sendo de fé humana podia o author do Triunfo dispensar-se de exclamar tanto contra aquelles que duvidaõ.

ARTIGO XIII.—*Sobre o Capitulo 11.*

N'este lugar trata o author do Triunfo de mostrar que um grande numero de clerigos Portuguezes illustraõ a nação com respeito dos estrangeiros.

Principiando sempre com as palavras da invectiva, e para conciliar o odio contra a verdade, passa a dizer que o clero Portuguez fez cousas extraordinarias na lucta que tivemos com esse homem ambicioso, e que mostrou toda a coragem, pondo-se á frente dos povos, e clamando contra os invasores; porem pergunto eu agora ao Senhor Sacerdote—o que tem isto com a sciencia evangelica? O clerigo deve professar a sagrada escriptura, os padres e os canones, por isso uma acção de valor, não tem relação alguma com a sciencia ecclesiastica. Se lançarmos a vista a qualquer livro que contenha a historia da igreja, havemos observar

que os clerigos guerreiros não foraõ os melhores ecclesiasticos.

Não se esqueceu o author do triste Triunfo lançar-me em rosto a lembrança de procurar os prelos Inglezes para imprimir a Mem. Politica: respondo a esta fraca censura, que eu entreguei aquelles meus tenues trabalhos literarios (primeiro que os publicasse), a muito sabios e circunspectos ecclesiasticos para os censurarem, eu os mostrei a homens politicos e amantes do bem da igreja, e da patria, e só depois do seu juizo e approvaçãõ, os fiz imprimir; e se procurei o prelo de Inglaterra foi em um Jornal Portuguez, que ahi se publica com a protecção de sua Magestade Fidelissima. Ainda digo mais: a Mem. Politica, que só tem em vista a reforma d'uma corporação respeitavel, que tanto d'ella necessita, podia ser impressa em qualquer parte do mundo; porem o disgrassado Triunfo, e mui principalmente o seu capitulo 10, offensivo da religião, e destruidor do estado, custa a crer como podesse passar na imprensa Portugueza, aonde já se havia negado a luz ao primeiro opusculo cheio de calor, lavaredas e chamas, como o amigo de Deus, e dos homens dá a intender na prefacção.

Este reverendo censor pensando que fazia uma grande quebra na Mem. Politica, lembra-se no fim do capitulo referir alguns dignos ecclesiasticos, que occupão os grandes cargos, e depois repete as costumadas interrogaoens e exclamaoens: que acto de loucura hé o d'este triste censor! Merecia agora duas risadas, maiores do que aquellas que o bom Horacio esperava dos amigos! Por ventura um clerigo doutor, ou versado nas letras ecclesiasticas, que aprendeu em algum collegio, tem alguma cousa com o numero d'aquelles que eu descrevi no Artigo III. da Mem. Politica? Não hé bem clara a pintura que eu fiz do modo como se educa um filho sem estudos para entrar no gremio da igreja!

O Senhor Sacerdote percebeu mui bem os termos da Mem. Politica; porque ella está escripta em lingoagem Portugueza; elle vio que a fiel pintura a respeito do candidato de primeira ordem até ao presbyterado nada tem com os homens grandes, com os famosos

ecclesiasticos, que nenhuma honra nem gloria lhes pode causar o serem aqui elogiados: elle bem vio que toda a minha magoa se dirigia a esse grande numero dos mimosos discipulos do decorado Larraga:* elle sabia optimamente que se eu tenho uma penna para escrever, todos os seus traços são devidos á illustração que me deraõ meus cl. mestres, pela maior parte ecclesiasticos. Tudo isto era patente ao Senhor Sacerdote, porem outras eraõ as suas vistas nesta triste, e bem triste apologia do clero Portuguez.

Eu conheço muito de perto esses illustres varoens apontados pelo author do Triunfo; foraõ alguns meus mestres; eu tenho ouvido os seus discursos, e admirado os seus escriptos, e todos os meus conhecimentos ecclesiasticos são fructo do seu ensino.

ARTIGO XIV.—*Sobre o Capitulo 12.*

Este capitulo hé uma fiel repitição das interrogações do capitulo 3, por isso contra elle offereço as reflexoens do Artigo V.; agora só farei algumas advertencias: No enunciado deste capitulo diz o nosso Sacerdote que “o clero Portuguez hé o menos dado a esses vicios, que o autor da Memoria sem razão lhe quiz imputar.”

Custa a acreditar que um homem disposto a escrever a defesa e o Triunfo do clero Portuguez avançasse esta generica proposição! Figurou este mesmo clero no § 34, como “o primado da religião, da moralidade, &c.” agora mudando de pincel a presenta-o com novas cores “de menos dado aos vicios.” Aonde está o Triunfo do clero Portuguez? Um clero menos dado aos vicios, offerecido ao povo como Triunfante, como o primado da religião e da moralidade, como exemplo, e espelho das acções humanas! que desgraça!

Venerandos prelados, prohibi para que não chegue aos ouvidos do povo, cuja direcção principal hé o exemplo, taõ perniciosa doutrina!

Não deixando o Senhor Sacerdote a arma, que exercita com bem pouca destreza, torna a calumniar as

* Estas expressoens devem entender-se na supposição que o Senhor Sacerdote haja lido a Mem. Politica.

minhas proposições; figura o clero Portuguez o mais ignorante eo mais relaxado como asserção da Mem. Politica; sobre o que já dice bastante ao Artigo III. e VIII. d'esta resposta, a que me reposto.

Ultimamente advirto ao meu leitor, que na Mem. Politica não se encontra essa materia do sumpto, do regalo, e do fasto, que o Senhor Sacerdote expoz neste capitulo, talvez para mais invectivar o Abbade de Lobrigos, o Dom Prior de Guimaraens, e os ecclesiasticos, que possuem canonicatos.

ARTIGO XV.—*Sobre os Capitulos 13 e 14.*

N'estes capitulos nada mais faz o meu reverendo censor do que repetir as enfadonhas interrogações: as palavras—"menos ignorante e menos relaxado"—andaõ sempre na boca d'aquelle que se constituiu defensor do clero; hé d'esta arte que elle o faz apparecer em *Triunfo*, e hé por esta maneira que elle tem o arrojo de invocar os grandes homens postos a testa do governo, e dos tribunaes da nação, esses grandes homens que tem sahido da universidade, todos esses de que falla, os quaes honraõ as corporações ecclesiasticas, aonde pertencem, e outros que não menciona, taõ conhecidos pelas suas luzes e virtudes. Há pouco desmacarei este ridiculo sofisma do author do celebrado *Triunfo*; agora lhe repito que leia com intelligencia a Mem. Politica, que está escripta em Portuguez, que elle muito engrandeceu.* Tambem no Artigo V. d'esta Resposta

* N'esta mesma lingoagem vou ultimamente apresentar ao publico certas asserções d'um famoso escriptor moderno, d'um sabio Sacerdote, que com toda a dignidade teve assento em sé cathedral. Todo o negrume, todo o odio que a clerezia comprehendida na Mem. Politica haja de desenvolver, quero que o reparta tambem com este grande ecclesiastico de merecimento decidido. Hé o author do verdadeiro methodo d'estudar exposto em varias cartas, que eu offereço agora a essa clerezia; são estas as suas expressões na carta 16, pag. 232 e 233. "Acham-se todos os dias d'estes clerigos, e muitos parocos, que mal sabem ler, e nam entendem bem Latim. Alguns, com quatro cazos de moral mal entrouxados, tem oje parroquias; os quaes, proguntaos pela sua religiam, nam sabem, nam digo eu responder, ás difficuldades grandes; mas nem menos declarar isso, que crem. Neste particular devo dizer sinceramente a V. P. que a ignorancia é maior, que nam se-imagina, Nam tenho visto clero secular tam ignorante,

já desenvolvi os factos do negocio, que o author *Triunfante* novamente repetio no capitulo 13.
Conclúo estas reflexoens offerecendo aos meus lei-

como o de Portugal: e isto mesmo me confessáram ingenuamente, alguns Portuguezes, que tem visto outros paizes."

"Se os estudantes se instruisem desta maneira, veria V. P. quam diferente doutrina traziam das escolas: e ainda aqueles mesmos que nam estudam mais, que os quatro annos de Teologia, sem se doutorarem; (como succede em Lisboa, e outras partes, em que nam á universidade) tirariam alguma doutrina boa: e senam fosem teologos perfeitos, ao menos tendo os verdadeiros principíos, podiam regular-se no estudo, e adiantar-se. Em uma palavra, saberiam falar: o que comumente nam se-acha nestes clerigos, principalmente nos-que nam seguîram, as universidades. Nam cuide V. P. que é encarecimento meu: a experiencia por-si só fala. De um curso de tres annos, que commumente se-ensina teologia, a maior parte deles dezemparam a escola: e acha-se o mestre no fim do trienio com doze, ou quinze estudantes. Os que se foram no primeiro anno, ja se-sabe que nam intendem nada, de teologia. Mas esses mesmos que a frequentam até o fim, examinados sobre ella, nada sabem disto. Quando muito responderám sobre duas, outres questuens mal engruladas: porque se os aperta bem, como me succedeo a mim, verá que totalmente nam respondem. Neste tempo ou ja sam Sacerdotes, ou estam em vesporas diso. Muitos, que nam tiveram mais, que o primeiro anno: muitos, que só a filosofia: e muitos, que nem memo filosofia, mas somente duas regras de larraga; tambem se ordenam de misa, e esta é a maior parte. Todos estes pertendem beneficios, e igrejas: e aceitarám tambem bispados, se lhos-derem: e se V. P. investigar, o quelles cuidam, achará que julgam na sua consciencia, que sam mui capazes. Mas eu tomára que me diserem, comque consciencia se ordenam, e aceitam empregos ecclesiastico? Que digo eu ser ecclesiastico? achei já Sacerdotes, que nam intendiam, o que liam no Breviario, e no Misal: e pronunciavam palavras, que nem Latinas eram, nem Gregas, nem Ebraicas, mas inventadas por elles: porque tais coizas nam se achavam no Misal."

A vista d'estas expressoens o que dirá a clerezia do decorado larraga? dois dicterios contra esse ecclesiastico, cujas obras immortaes illustraõ Portugal. E o Senhor Sacerdote dirá tambem que esse digno clerigo hé um impostor, um calumniador, &c. &c.? Diga o Senhor Reverendo o que quizer a respeito d'aquelle grande escriptor, suas obras responderaõ. Em quanto a mim, nenhuma impressaõ faz no meu espirito baixas invectivas proprias da ignorancia: tenho toda a presumpçaõ de ser tao-bem Catholico como o Senhor Sacerdote, e pelas minhas fadigas literarias tenho mostrado, que obedeço melhor á voz do evangelho: naõ sou invectivador, ataco os defeitos, e os vicios em geral; naõ sou insequente, tenho publicado no Investigador Portuguez sete memorias, poderei manifestar estas, e outras que vou imprimir, nellas naõ encontrará qualquer leitor, mais do que um espirito do amor da religiaõ e da patria.

tores dois eloquentes extractos d'estes ultimos capitulos *Triunfaes*. “O Francez não ha ahi (falla das piquenas cidades, e villas) quem o entenda, senão algum magistrado, ou alguma patente militar, e estes mesmos se acautelaõ de que o povo lhes conheça essa prenda, por evitarem o odio, e a má suspeita das gentes. Ahi basta que um parocho alce avoz, e que diga Fulano tem livros Francezes, no mesmo instante o povo clama, então hé Jacobino. E quanto deve ser glorioso a Portugal este character commum do povo Portuguez! que maior prova pode dar-se da firmeza da nossa crença! da solidez da nossa doutrina! e da pureza dos nossos costumes!” Que pregação Evangelica!! Que elogio ao povo Portuguez!!

“Esses mesmos clérigos errantes, e vagos, que se encontraõ nos caféz de Lisboa . . . acaso não decidem elles dos bons theologos, dos bons juristas, dos bons philosophos, dos bons naturalistas, dos bons mathematicos, e dos bons arbitristas??? Taõ pouca erudição vomitaõ elles? Taõ pouco se assimelhaõ a alguns clérigos estrangeiros, que o author talvez tem pelos mais sabios e mais reformados?” Aonde será dirigida esta invectiva?

Venerandos e illustres ecclesiasticos, homens sabios do meu paiz, vos todos, que lestes a Mem. Politica com aquellas mesmas vistas com [que foi publicada, dai, eu vos supplico, com as vossas luzes os remedios convenientes para que appareça um verdadeiro Triunfo da igreja Portugueza, que tambem o será do seu grande imperio: então soará na posteridade, juiz imparcial dos feitos humanos, o louvor, o gabo e a admiração.

CONGRESSO DE VIENNA.

(Continuado da pag. 285 do No. antecedente.)

CAP. IX.— *Que hé o que se esperava, que fizesse o Congresso.*

Em todos os negocios há uma idéa principal, e um ponto de vista geral, que bem se pode dizer resulta do sentimento da verdade, e que a representa com alguma

certeza. Em quanto se vai seguindo a direcção desta primeira e, por assim dizer, nativa impressão, anda-se de pressa, e com toda a segurança; porque os obstáculos se retiraõ, ou diminuem, e as resistencias perdem muito da sua intensidade, em virtude de um sentimento occulto a que nunca de todo se pode resistir. O espirito e a consciencia applicaõ-se ambos neste cazo a direcção dos negocios.

Porem encontraõ-se tambem muitas vezes infinidade de prejuizos, de interesses pessoaes, e de pequenas e curtas vistas prudenciaes que procuraõ igualmente dar a direcção aos negocios humanos: se estes ultimos estimulos chegaõ o governar, e a elles se entregaõ os homens, entaõ ja não há marcha segura, não há fim determinado, nem termo certo, nem uniaõ de vontades, porque não podem haver persuasão e satisfacção communs nos espiritos e coraçoens. Os primeiros destes principios motores podem comparar-se com os homens de Estado, os segundos, com os povos.

Quantas faltas, e arrependimentos poupariaõ os homens se, no acto de obrar, tivessem bastante presença de espirito para d'ante-mão com sigo mesmo calcularem o conceito que em pouco tempo faraõ daquillo que pretendemprehender; que valor daraõ ao objecto, cuja posse tanto os inflama; e como veraõ as consequencias de uma paixãõ que taõ anciozamente buscaõ satisfazer? Passar do presente para o futuro por meio do pensamento e reflexão, e calcular o que pode ou deve acontecer, he com effeito o maior esforço da intelligencia humana, e a melhor garantia das acçoens acertadas do homem! Ora o que hé bom em moral tambem o deve ser em politica: quem olha só para o presente, não vê presente nem futuro. Ainda mais: quem não cuida se não de si, nem hé bom para si nem para ninguem.

Quando os homens não tiverem communicacão com os outros, poderaõ neste cazo obrar sem attender as mutuas relaçoens que ordinariamente os unem; mas em quanto formarem uma sociedade, cujas partes se tocaõ e por toda a parte se encontraõ, sociedade, que athe se não dissolve quando mutuamente se atacaõ, entaõ a uniaõ, ou, para melhor dizer, a adherencia de todas as partes do corpo social, exigirá que elle se mova debaixo de um espirito geral e commun. Neste

cazo, cada um opera em beneficio seu, e em virtude de seus proprios meios, porem ao mesmo tempo segundo a direcção geral, dada todo o corpo. Hé este sistema o que tinha feito da Europa uma especie de republica, cujos laços nem a mesma guerra quebrava; porque a communicacão estabelecida entre os diversos membros não fazia se não augmentar e fortificar os laços da associacão geral.

Em conformidade destes principios todo o mundo esperava achar no Congresso um espirito publico Europeo. Mas todo o remedio deve ser proporcionado á natureza, duracão, e intensidade do mal. A Europa inteira havia sido atacada por uma commun enfermidade. De Petersburgo athe Cadix, no espaço de vinte e cinco annos, sofreraõ-se os effeitos da revolução; assim de Cadix athe Petersburgo não se devia cuidar em outra couza se não em arranjar o que havia sido deslocado, e isto não por meio de um sistema mesquinho ou acanhado, porem de outro grande e generoso, que tivesse em vista a ordem geral.

Da qui se vê a necessidade que havia de um espirito publico Europeo, que proporcionasse os remedios aos males, que se tinhaõ padecido, e que só tivesse estes remedios em vista. Alem disso, se vê igualmente, que se deviaõ desprezar todos os interesses secundarios, por que todos elles desaparecem a vista dos interesses primarios.

Com effeito, desde Petersburgo até Cadix que hé o que geralmente se precisava? Estabilidade, e descanso. Quaes eraõ os dezechos geraes? Estabilidade e descanso. E qual era o clamor universal? Estabilidade e descanso. E de certo, este clamor, que era a voz do povo, era tambem desta vez o voz de Deos.

Com este fio nas mãos, o Congresso não podia perder-se em suas marchas; porque ja se não tratava de mais do que determinar esse ponto de descanso, e de saber se elle se acharia em uma ordem geral da Europa judiciozamente combinada, e judicioza e liberalmente traçada, ou na satisfacção de alguns pequenos interesses, e de alguns mesquinhos sistemas.

Havia muito tempo que ja se podia profetizar a victoria da Europa, porque tudo ja a tinha annuciado. Os Soberanos, havendo-se esquecido das suas mutuas des-

confianças, de suas especulaçoens pessoaes, e de seos sustos communs tinhaõ-se em fim reunido; e isto era ja um grande caminho andado. O successo das armas tinha sido completo, e havia sido ennobrecido pelas mais generozas declaraçõens, e pelo annuncio de dirigir tudo para o fim de uma felicidade geral. Em nenhuma epocha a Europa tinha marchado com tanta uniaõ, e para um objecto tão nobre, porque era de um interesse geral; e tambem nunca se lhe tinha ouvido uma lingoagem tão concoladora, porque ella era realmente Europea, e mui clara.*

He neste sentido portanto, e ninguem poderá desmentir-nos, que todos os Europeos consideravaõ o Congresso de Vienna, e esperavaõ vê-lo trabalhar. A reuniaõ continuada dos Soberanos dava a entender que havia um plano concertado de ante-mão, e, segundo elle, um arranjo ja feito. A promptidaõ e facilidade com que o estado da França tinha sido regulado, e o mesmo modo de operar a respeito da uniaõ da Belgica com a Hollanda, mostravaõ ao mesmo tempo que havia ordem no trabalho, e velocidade de execuçaõ.

Os alliados, quando sahiram de Paris e se fizeraõ na volta de Vienna, depois de haverem regulado esta parte importante do occidente da Europa, pareciaõ determinados a finalizar perfeitamente a sua obra, e a não deixar couza alguma indeciza que depois a podesse transtornar. O publico cuidava ja ver o indice das materias de uma grande obra acabada. A Europa, em fim, reunida em Vienna, e representada pelos seos maiores Soberanos, explicando-se pelo orgão de seos mais acreditados ministros, apresentava tambem neste senado um espetaculo como nunca antes se tinha visto, e tal como a gravidade das circumstancias pedia. Era logo bem de esperar que o Congresso se não limitasse às funcçoens de um tribunal, que despacha requerimentos, que de tempos a tempos lhe são remetidos, porem que se constituísse em tribunal supremo, e procedesse

* “O descanso e o contentamento devem em fim resurgir sobre a terra! . . . Hé preciso que todos os povos tornem a ser felizes com a recuperaçaõ das suas leis e dos seos governos; e que a religiaõ, as artes, e as sciencias floresçaõ de novo a bem da felicidade geral, e do interesse dos homens.” (*Palavras do Imperador Alexandre.*)

e julgasse em nome dos interesses geraes da Europa sem ter em vista interesse algum particular. Desta forma se esperava que em a nova organização, formada sobre principios geraes, todos achariaõ a estabilidade e descanso, de que havia tanto tempo estavaõ privados.

Em virtude deste grande acto, a Europa exercia sobre si mesma o direito de Soberania em toda a sua extensaõ: era realmente uma sociedade, tratando e decidindo seos proprios negocios. O Congresso tomava igualmente o character de uma grande solemnidade, celebrada em honra da pacificação da Europa, e ella era, por assim dizer, a festa do seo descanso. E que vantagens naõ rezultariaõ deste sistema se o Congresso o tivesse adoptado?

A firmeza e promptidaõ das rezolucçoens augmentaõ o respeito que ellas inculcaõ: e as do Congresso seriaõ márcadas com o sello dessa superioridade de commando que taõ favoravel hé sempre para reforçar a obediencia. O pezo da Europa teria desvanecido todas as oppoziçoens; e a felicidade dos povos, já certos de seo descanso e estabilidade, devia fazer esquecer todas as pequenas reclamaçoens. Uma nova vida circulava já em toda a Europa, por tantos annos oprimida.

Os Soberanos, que, em nome dos interesses geraes da Europa, tinhaõ podido condemnar a França a desistir de seos longos e sanguinolentos trabalhos; e que, invocando o mesmo nome, tinhaõ unido a Hollanda com a Belgica, podiaõ ainda, se quizessem, debaixo das mesmas vistas, dictar outras muitas partes de um plano regenerador, e obrigar todos os opposcentes a calar-se na concideração de um bem taõ geral. Naõ se pode comprehender como fosse possivel disputar-lhe esta jurisdicção em um sentido quando em outros muitos lhe era reconhecida.

Os Soberanos, juntos em Vienna, figuravaõ a Europa; e já como taes haviaõ sido reconhecidos quando foi preciso combater. E como se naõ reconheceria agora nelles esta mesma qualidade depois da victoria? A guerra tinha sido bem extraordinaria, e a coaligação o havia sido ainda mais. A reuniaõ de tantas bandeiras, pasmadas de se verem todas juntas, naõ foi de certo uma couza ordinaria; e porque havia de ser entaõ o

Congresso, resultado de tantos prodigios, uma das assembleas ordinarias da Europa? Não, isso não podia ser: o Congresso era um verdadeiro tribunal de excepção, unico em sua especie, e o effeito de uma unica cauza, e de uma unica circumstancia. Mas como a natureza de todo o julgado depende da natureza da cauza, segue-se que o Congresso tinha todos os poderes que a natureza da cauza e das circumstancias lhe podia conferir para o bem geral da Europa. O Congresso não era a Camera de Wetzlar, nem uma commissão do Imperio; e até seria deprimi-lo, compara-lo com o Congresso que fez a paz de Westphalia. A jurisdicção de um era tão diversa da jurisdicção do outro como eram diversos os negocios tratados em Munster dos que havia para discutir em Vienna. Não se tem feito a justiça devida á grandeza da vocação do Congresso de Vienna; e até elle mesmo parece não haver sentido bem toda a extensão da sua missão. Quando pela paz de Westphalia se deo descanso a Europa, e seos habitantes viram enfim raiar a aurora de uma tranquillidade que não tinham, havia trinta annos, não perguntaram ao Congresso quem lhe tinha dado o direito de dispor destes ou daquelles territorios, de dar aos catholicos o que era dos protestantes, e a estes o que era dos catholicos; mas derao-lhe os agradecimentos por ter, em virtude de uma organização geral, e independente dos interesses particulares, restabelecido enfim seos descanso e de seos descendentes. Este Congresso obrou com effeito com os olhos no futuro.

Da mesma forma os Europeos não se emportavam com o emprego que o Congresso de Vienna faria desta ou daquella fracção de Soberania; mas querião saber se, depois de tantas tempestades, terião finalmente bonança; se, depois de tantas agitações terião finalmente socego; se, depois de tantas mudanças, terião finalmente estabilidade; e se, depois de tantas espoliações, haveria enfim segurança de propriedade; e se, depois de tantas incertezas a cerca dos empregos da vida, haverião enfim estados seguros, e recompensas certas do que elles custão a conseguir. Querião, alem disto, saber não só debaixo de que dominações e de que ordem social viverião, mas se estas dominações e esta ordem social seriao certas e seguras. Com effeito,

há vinte cinco annos que ninguem sabe como vive ; e se nisto não se poem alguma ordem, qual hé o Europeo que possa dizer quaes seraõ as leis debaixo de que elle e seos filhos estaõ destinados a viver !

Eisaqui, certamente a lingoagem que a Europa dirigia ao Congresso, e pela qual lhe indicava a alta pozicaõ que devia tomar. Postado na parte mais elevada da Europa, e abrangendo com o mesmo golpe de vista os tempos passados e futuros, só devia occupar-se da ordem que melhor convinha a todos, da que daria maior estabilidade ao prezente, e opporia maiores embaraços as ruinas que saõ effeitos necessarios do tempo. Se os nobres motivos desta organizaçaõ fossem apresentados a Europa com as cores brilhantes, que os principios geraes sempre daõ a tudo ; principios que produzem sempre o effeito infallivel de ganhar o espirito dos homens, e de os inclinar a obediencia pelo mais seguro de todos os meios, que hé a convicçaõ ; e se a elles se tivessem ainda junto declaraçoens conço-ladoras em favor da humanidade, taes como a aboliçaõ de practicas ou uzos taõ contrarios ao bom senso como a ordem geral ; entaõ a obra seria completa, e deixaria nos espiritos impressoens duraveis ; em uma palavra, o Congresso acabaria entre as aclamaçoens universaes da Europa.

Parece tambem que o Congresso não avaliou sufficientemente os inconvenientes que traz sempre com sigo a prolongaçaõ de discussõens sobre certos pontos. A Europa já não hé essa mesma Europa que gastava dez annos em as negociaçoens de Munster e de Osnabruck : os tempos já saõ outros. Entaõ ninguem se emportava com politica, e esta apenas andava refugiada dentro de certas cabeças : os povos esperavaõ e recebiãõ ordens decizivas ; não haviaõ gazetas na Europa, e nem associaçãõ alguma politica. Hoje a Europa está cheia de umas e de outras. A cada movimento que se faz, toda a massa dos interesses particulares poem-se em acçaõ, e fica em actividade. O tempo já não regula os seos passos á vontade da duraçaõ que querem dar aos negocios os actores das scenas politicas, marcha sem elles, e muitas vezes lhe passa a deante : assim frequentemente os actores politicos se achaõ arrebatados para mui longe do ponto

donde tinhaõ partido, e quando querem tomar a altura em que andaõ, achaõ-se expostos a não poder encontra-la. Tal hé o que aconteceu ao Congresso de Vienna. Em quanto elle gastava tres mezes a mutilar a Saxonia, e a dispor de Génova; e em quanto multiplicava os festejos,* o inimigo, que não dormia, apparece de repente, muda a face a todos os negocios, e força o Congresso espantado, a tratar de questoes mais importantes do que as que estava debatendo, e a voltar a Paris para ali representar a mesma figura que havia um anno já la tinha representado. Os vagares, e hesitaçoens do Congresso, a divizaõ que nelle se notava, e as reclamaçoens, a que davaõ lugar na Europa muitos dos seos actos, formaram uma parte dos elementos da tentativa de Napoleaõ. Felizmente os seos calculos, filhos de suas illuzoens ordinarias, foraõ errados nesta occasiaõ como já o tinhaõ sido em outros muitas: porem não deixa por isso de ser uma verdade, que elle calculou com os erros do Congresso, e que estes lhe serviram de baze para a execuçaõ do seo plano. Napoleaõ conhecia, que o Congresso haviã perdido a opiniaõ, e que a força de discutir couzas, cujo rezultado era sabido, tinha feito que ninguem já se emportasse com elle. Hé com effeito um cazo bem singular, porem bem digno de observaçaõ, que essa mesma assemblea, que tinha poder para decidir soberanamente da sorte dos principes e dos estados, não inspirasse o mais pequeno interesse. Deixava-se hir andando o Congresso, ninguem o contradizia, mas ninguem fazia cazo d'elle. Foi preciso que Napoleaõ tornasse a apparecer para lhe dar uma vida sensivel, e fazer fallar d'elle. Napoleaõ, com effeito, por assim dizer, resuscitou o Congresso: tanto hé verdade que a dispozicaõ actual dos espiritos exige que se empreguem para os dirigir meios mui diversos dos que em outro tempo se empregavaõ!

* Veja-se o que deste respeito disse o Principe de Ligne.

(Continuar-se-ha em o No. seguinte.)

BIOGRAPHIA PORTUGUEZA.

—
ABBADE CORREA DA SERRA.

(Traducção do Artigo de uma Gazeta dos Estados Unidos, intitulada:—O Argos da Virginia)

“Temos muita satisfação em saber que o Abbade Correa da Serra se propoem a explicar um curso de liçoens de Botanica Elementar, e de Filosofia. Sem duvida Mr. da Serra hé um dos maiores botanicos do mundo, e seria ventura para a nossa patria o possuir em seo seio muitos individuos de tão distincto merecimento como o delle. A sua instrucção hé immensa, a sua memoria admiravel, e a sua jovialidade e simplicidade de costumes são de captivar: nos encantos de uma conversação instructiva e elegante ninguem excede a este illustre Portuguez. Cada um fica por horas esquecido pendente da sua boca sem fatigar a atençaõ ou saciar a curiozidade. Mr. da Serra, durante muitos annos, occupou uma elevada situação diplomatica junto da corte de S. James, porem avançando em annos dezejou gozar no resto de sua vida do bem ganhado—*otium cum dignitate*. O seo governo prescindio com pezar dos serviços delle, e lhe conferio testemunhos de gratidaõ e estima pouco ordinarios. O Abbade teve dezejos de dedicar o ultimo quartel da vida ao seo estudo valído da *Botanica*, e foi para Paris com esse destino.—“Eu venho morrer entre as vossas flores,” disse elle ao celebre *Jussieu*, seo amigo. Com tudo, os seos planos de socego e felicidade foraõ logo interrompidos. Na epocha da invazaõ da Hespanha e de Portugal, Buonaparte estava anciozo por que o povo destes dois paizes se reconciliasse com a nova dominação; e fez insinuar a Mr. da Serra que lhe seria agradavel uma obra da sua penna, destinada a produzir este effeito. O Abbade, cheio de honra e patriotismo, regeitou com indignação esta proposta. Já elle tinha espalhado luzes sobre a historia da sua patria, sobre a

agricultura dos Arabes, e sobre outros muitos objectos interessantes, mas não queria manchar as paginas da sua bem merecida fama politica e litteraria tornando-se o instrumento da subjugação dos seos patriotas. Foi o resultado desta nobre firmeza o fazer-se-lhe uma intimação para sahir de França. Veio então para os Estados Unidos, aonde nos cauza muito gosto ver, que finalmente os seos extensos conhecimentos vão no curso das suas ligoens propagar-se entre as classes da sociedade liberal e apurada.”

(*Gazeta do Rio de Janeiro*, 26 de Outubro, 1816.)

Major Franzini.

Nota do Encarregado dos Negocios do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves.

“ Senhor; Permita-me V. E. que eu tenha a honra de levar a sua presença a carta hydrographica da costa de Portugal, com as instrucçoens nauticas relativas a este excelente trabalho do Major *Franzini*, do Real Corpo de Engenheiros em Lisboa, para que V. E. as faça guardar na depozito da Marinha. Esta obra, que hé o complemento do magnifico Atlas da Peninsula, delineado e posto em execução pelo chefe d’esquadra *Tofino*, será de muita utilidade para a navegação Franceza quando o governo houver por bem manda-la gravar e publicar. Posso dar a V. E. a certeza de que o Real Instituto de França apreciou com justiça a sua exactidão e utilidade. Ser-me há muito lizongeiro que V. E., fazendo igual acolhimento a esta minha offerta; a repute digna do destino que eu tomei a liberdade de indicar-lhe. Queira V. E. aceitar os testemunhos da minha alta concideração.—Paris, 24 de Fevereiro de 1816.—Assignado, *Brito*.—A S. E. o Snr. Duque de Richelieu.”

Resposta.

“ Senhor; Não perdi tempo em communicar ao Ministro da Marinha o preciozo trabalho da nova carta hydrographica dar costas de Portugal. Sua mages-

tade, a quem eu desde logo dei parte, me encarregou de vos dar os agradecimentos por este motivo. Aceitai, Senhor, os novos protéstos da minha consideração.—Paris, 29 de Fevereiro, de 1816.—Assignado, Richelieu.—Ao Senhor Cavalleiro Brito.”

(*Gazeta de Lisboa* 16 de Dezembro, 1816.)

LITERATURA ALLEMAM.

O Homem Singular, ou Emilio no Mundo.

(Continuado da pag. 302 do No. antecedente.)

CAPITULO XVII.

Historia de Luiza.

Então, Henriquetta, disse Luiz estando só com ella, poderei ver a desconhecida? Sim, respondeo ella. De um homem tão generoso como vós nada tem a triste que reccar. Vós a vereis, meu caro irmão, hoje a noite. Vou agora dizer-vos como fiz conhecimento com ella. Não assiste longe. Podeis ver d'aqui a sua janella; pois habita nestas mesmas cazas. Eu não a conhecia, nada sabia d'ella. Tinha-a visto algumas vezes sentada a sua janella. Todavia concebi interesse por ella. Tam moça e tam bella; sempre pallida, e vertendo lagrimas quando a via, tocou-me o coração! Aqui os olhos de Henriquetta começavaõ a turvar-se. Eu a saudava da minha janella com toda a cortezia; e tinha cuidado de não rir, e cantar alto, quando a via; pois julgava que o rizo devia ser doloroso a um coração triste. Luiz enternecido, apertava a mão de Henriquetta, cuja mobil phisionomia pintava gradualmente as suas emoções.

Quando eu a saudava, passava muitas vezes trez dias sem apparecer. Percebi então que ella não queria ser

conhecida. E com tudo eu dezejava conhecê-la. Por aqui bem vedes, que se não deve rir, quando se chora a dez passos de distancia, e não se sabe o porque. Um dia pois, em que meos amos não estavam em caza, resolvi-me a hir vela: vesti o peor fato que tinha, por quanto ella estava tambem pobremente vestida, e apresentei-me em sua caza.—Mas a proposito, como vos chamais vós, Senhor? Ainda não sei o vosso nome.—Henrique Dilling, irmão da boa e sensivel Henriquetta, respondeo Burckard.

Henriquetta dezatou outra vez a rir, tomou-lhe o braço e poz-se a dançar com elle pelo estreito quarto.—Foste pois, Henriquetta ter com ella?—Sim. Bati á porta, e como ninguem respondia, abri, entrei, mas não sabia o que havia de dizer. Disse lhe em fim que a tinha visto, que eu estava só muitas vezes, assim como ella, e que dezejava vizitala—ficámos desde logo amigas. Eu tenho-lhe dado tudo o que posso poupar do meu ordenado, que não hé muito grande. Ah! sou igualmente pobre, como aquella triste Senhora. Nada mais tenho, e ella de mui pouco vive.

Boa alma! exclamou Luiz, tu nada mais tens, mais nada para contentar ao teu bello coração? Pois, Henriquetta, teu irmão tem por ti; e se eu fosse principe, estimaria mais que as grandezas do sceptro o chamar-te minha irman. Elle apertou-a nos braços, e unio seos labios aos d'ella. Dá-me a tua bolça, Henriquetta.—Ella tirou d'algibeira uma bolça de seda verde sem cordoens. Eraõ de prata, disse Henriquetta, foi presente de minha mãe esta bolça, quando a deixei para vir para aqui. Vendi os cordoens, e os meos brincos de ouro. Produziram com que sustentar aquella infeliz por quinze dias. E tu não trazes brincos desde então? Ella tirou a touca e mostrou que não tinha brincos nas orelhas. Luiz meteo a sua bolça na de Henriquetta. Esta não queria aceitála. Sou teu irmão, cara Henriquetta, e teu irmão te dá com que soccorras os desgraçados. Toma, aqui tens! Henriquetta fez uma cortezia; e o jantar veio. Jantarão ambos e Henriquetta fez doudices como uma creança.

Finalmente Luiz retirou-se depois que ella lhe disse que viesse as nove horas em ponto encontrála no páteo, a fim de hirem ver a infeliz.

Veio a noite, e as nove em ponto se achava Luiz no páteo. Henriquetta deo-lhe de olho, e elle a seguiu, subindo por uma das escadas trazeiras. Ella abriu uma porta, e elle entrou. Henriquetta fexou a porta sobre si, e deixou-o só com a desconhecida.

Perdoai-me, Senhora, disse Luiz. O dezejo de vos ser util, hé quem aqui me traz. Oh meu generoso bem-feitor! replicou a mulher com tom de voz tam triste, que lhe traspassou o coração. Eu tenho dezejado vovos, não para salvar a minha vida, mas salvar a deste innocente “ que uma estrella funesta envolveo com meos soffrimentos. Nisto levantou a creança do berço, e apertando-a na face, lha apresentou. Luiz no meio da sua emoção fitava attentamente a desconhecida. Era uma joven e bella mulher, de nobre figura” e mais bella ainda pela pallidez do semblante, e pelas tocantes feiçoens de uma profunda dor, que o tempo parecia ter convertido em branda resignação. Seu vestido era simplez e pobre,—e com tudo, ou fosse pelo bem talhado, ou pela elegancia da figura, não lhe parecia mal. Uma candeia sobre a meza era apenas a luz, que havia no seu pequeno quarto, e que mostrava os pobres tarecos. Luiz beijou a creança. Senhora, começou elle de novo, se os vossos infortunios são taes, que os soccorros humanos,—dinheiro, tempo, esforço, e amigos possam alliviar—cobrai alento; tudo isso tenho para empregar por vós. Ella repoz a creança no berço, vio o fixo olhar de Luiz, e disse: quem sois vós, senhor? Não sabeis como eu sou desgraçada! Um momento basta para perder-me. O mais occulto retiro só pode salvar-me. Quem sois vós, Senhor?

Sou um estrangeiro, e chamo-me Burchard. Moro couza de trinta legoas d’aqui. Querida Senhora, não pergunteis qual seja a minha distincção, e minha qualidade. Não sou mais que um homem sincero, que dezeja servir-vos; e que se nada mais poder fazer, pode pelo menos procurar-vos um azilo, onde vivais tranquillamente e em segurança.—Um azilo! disse ella—longe de Cassel? Sim, Senhora: e hireis para elle quando, e como quizerdes.

Luiza levantou os olhos para o céu, um ligeiro rubor correu sobre as suas pallidas faces, e deo um profundo suspiro. E não posso eu saber aonde, aonde? . . oh

Deus, eu devo relatar-vos o que ainda ninguem sabe; —a minha deploravel, historia. Luiz sentou-se, e escutou em silencio.

Eu sou, disse Luiza, filha de um pintor. Perdi meu pãe de idade de dezesette annos, que me deixou totalmente sem recursos. Elle tinha despêndido com a minha educação todo o fructo da sua economia. Fui posta na qualidade de governante em casa de M. de Stralo, perto de Cassel. Vivi alli por espago de um anno na mais perfeita tranquillidade. Nesse tempo, um filho chamado Felix, que M. de Stralo teve do seu primeiro matrimonio veio para casa de seu pãe, depois de ter feito algumas viagens para sua instrucção. Eu ensinava aos pequenos a lingua Franceza. Elle gostava de fallar comigo naquelle idioma, que sabia perfeitamente. Quiz que eu lhe desse mesmo algumas liçoens de Desenho. Tal foi a origem de uma intimidade, cujos progressos se augmentavaõ de dia em dia. Ay! e deverei eu dizelo? Esta amizade se converteo no amor o mais vehemente. Tremi com a idea da desproporção que havia entre a nossa condigão, e a nossa fortuna. Fiz lhe parte dos meos temores; quiz fugir da sua presença, e desterrar-me de casa de seos pães

M. de Stralo hé um homem de caracter violento, e entusiasta de seos prejuizos de nobreza. Havia tudo que recear do seu furor, se elle viesse a descobrir a nossa amizade. Uma só lagrima de Felix foi com tudo mais poderosa que todas as minhas razoens. Fiquei em casa; e viviamos tão acautelados, que seu pãe de nada se apercebia. Assim vivemos dois annos, que foraõ os mais bellos da minha vida.

Naõ visitavamos ninguem; viviamos para nós somente. Felix assistia a todas as liçoens de seos irmãos e irmans; ajudava-me na instrucção, que lhes dava; tinha parte nas minhas liçoens de desenho, e eu nas que elle me dava de Italiano.

Oh quantas vezes suspiravamos nós por viver juntos, longe do mundo, longe de todo o risco, e de todos os receios! Ah! o destino tinha designado o termo da nossa ventura. Um dia estava eu sentada no côlo de Felix. Abre-se de repente a porta; M. de Stralo entra com olhos chamejando de raiva. Levantamo-nos espa-

voridos. Donzella gritou o páe, entrouxai immediatamente o vósso fato. Eu não vos recebi ná minha caza para seduzirdes um mancebo de familia nobre.

Succumbi de confusão. Fiquei sem falla, e sem movimento, e o páe me agarrou no braço com violencia. Começou uma grande altercação entre páe e filho, de que nada percebi: tal era o meu aniquilamento. Vieraõ creados, e me conduziram pela porta fora. Eu ouvia o meu amante dando gritos atraz de mim. Fizeraõ-me entrar precipitadamente n'hum coche, e atáraõ-lhe na trazeira um caixaõ. O coche partio rapidamente, e trouxeraõ-me aqui para Cassel.

Um dia, que eu me achava na ponte, passava a meu lado uma carruagem, e ouvi uma voz exclamar—Bella Luiza! volto os olhos; era Felix, era o meu amante! A' manham a mesma hora, disse elle. Hesitei no outro dia, se acazo deveria ou não vir ao lugar aprazado. Depois de uma longa deliberação, assentei de não vir. Deixei-me ficar em caza, mas fiquei sobresaltada vendo-o entrar no meu quarto. Lançou-se a meos pés, desfazendo-se em dolorosos clamores, e exproubrou ternamente a minha crueldade.

Elle sabia o lugar da minha habitação, e eu não lhe podia estorvar suas frequentes visitas. Instou-me para um casamento clandestino, que eu recuzei com firmeza. Mas só fui inflexivel em quanto tinha tempo de reflectir. Bem depressa me vi obrigada a ceder a seos votos:—O amor lhe havia concedido direitos, que só o altar lhe devia ter dado. . . . Não pude resistir a ser sua espoza. Cazámos, e fizemos todo o possivel por escapar á vigilancia do páe.

Foi neste escondrijo que me poz meu marido, e onde tinha a prudencia de só vir raras vezes. A fortuna todavia foi cioza dessa pouca felicidade, que inda gozavamos: M. de Stralo quiz cazar seu filho, que recuzou obstinadamente. Mas fez-lhe tantas instancias, que Felix foi constrangido a declarar-lhe o seu casamento comigo. Figurai o furor de seu páe. Na mesma noite veio meu esposo ver-me, lançou sobre a meza uma bolça cheia de dinheiro, e disse: Talvez antes que a noite acabe, seremos separados um do outro. Esconde-te, querida espoza, aos olhos de todos. Que ninguem te veja. Meu páe está furiozo; elle

quer perder-te. Já tem ordem de prisão contra ti. Eu mesmo não ousou mais ver-te, receio que expiem meos passos. . . . Nisto lançou-se em meos braços, entregue á mais violenta desesperação.

Desde esse tempo, nunca mais o tornei a ver. Onde esta? Qual hé sua sorte? Oh! por piedade, correi, informai-vos, interrogai todos os habitantes de Cassel. Fazei que eu saiba se elle respira, se está doente, se prezo! Ah! eu volo rogo, dai a Luiza novas de seu esposo, do pae de seu filho. Henriquetta, a minha estimada, e primeira bemfeitora, nada satisfactorio tem podido descobrir. Em nome do céo, pela dor maternal vos peço, que indagueis d'elle, que busqueis noticias; eu só quero noticias. Eu estou em segurança; aqui fui deixada pelo meu amante, aqui somente pode elle vir buscar-me. Tentai descobri-lo, e fallar-lhe. Dizei-lhe, oh dizei-lhe.—Aqui poz ella as mãos sobre a frente, e as lagrimas lhe corriaõ em fio pelos braços abaixo. Mas se elle hé feliz, continuou ella, oxalá sempre o seja! Entaõ, Senhor, concedei-me um azilo, um tumulto na mais occulta solidão.

Luiz beijou com lagrimas de compaixão, e interesse a mão de Luiza. Vossas circumstancias, mudaraõ disse elle, eu vos dou toda a segurança; mas entretanto, que marchou a servir-vos, peço-vos que aceiteis um penhor da minha palavra, que eu tornarei a reclamar. Nada, nada, Senhor! tenho já recebido bastante!—Nas vossas circumstancias não podeis ter bastante, querida Senhora. Não hé possível prever tudo. Em cazos extraordinarios recorrei a mim somente; o meu nome, e o vosso, ou mesmo o da boa Henriquetta, escriptos n'hum papel, bastaraõ, para que eu võe em vosso soccorro. Descançai, Senhora. A vossa commissão vai preencher-se. Vossos infortunios são mortaes como a vida do vosso tirano. Vós me tendes interessado, e bem depressa darei copia de mim. Ficai com déus. Henriquetta vos participará, o que de boa mente vos quizeria noticiar.

Luis sahio. Henriquetta esperava ainda atraz da porta. Boa noite, irmão Dilling! disse ella á Luiz, que corria ancioso. Ah, hes tu querida Henriquetta! Deus te abençoe, minha menina, pelo conhecimento que me procuraste desta Senhora, amavel Henri-

quetta. Tive uma bella noite. Os meos olhos ainda estão molhados: apalpa. Henriquetta poz uma das maons no hombro, e com a outra apalpou-lhe os olhos. Elle tinha-a cingida entre ambos os braços.

Nesta situação estavam ambos a porta, quando passou por pé d'elles o Snr. Selters, com uma lanterna na mão. Por algum tempo lançou a luz sobre os dous vultos, reconheceo Luiz, e passou adiante, abanando a cabeça. Henriquetta rompeo n'hum rizada, segundo o seu costume, quando Burckard lhê chamava irman. Luiz despedindo-se d'ella, entrou em caza, um instante depois de M. Selters.—Bravo, Senhor Burckard! Que fazieis vós á porta do Conselheiro Reiss? Oh! tomava o fresco.—Sim, mas não fallaveis com alguem? Era uma bella rapariga! Não pude ver-lhe a cara, mas tinha bella figura, esbelta, pouco mais ou menos como a da minha Mariquitas (sua filha). Pode saber-se quem era essa dama, disse então a Mariquitas, cuja curiosidade se tinha excitado.

Era respondeo Luiz, a creada grave da conselheira. Mas, replicou Selters, que lhe dizieis vós no momento, em que eu passava? Não estaveis vós n'hum postura bem singular? Não era nada, disse Burckard; eu tinha o quer que era nos olhos, e ella mos estava alimpando.—Oh! isso hé galante, mas vós vos beijáveis déveras. E a rapariga não dava gargalhadas de rizo? Hé verdade. E como fizestes vós este conhecimento?—Por acazo.—Conheceis vós a Conselheira Reiss?—Jantei lá hontem, e hoje. Mas como hé isso possivel? respondeo Selters, se eu jantei la hontem e não vos vi?—Hé que eu jantei na copa.—Selters cruzou os braços, e olhou fixamente para Luiz. Este continuou. Pego vos, Senhor, que isto fique entre nós.

Mas, Senhor Burckard, interrompeo a mãe, vós contaes isso em prezença de minha filha?—E porque não? Perguntaõ-me; respondo. Que mal pode haver em hir a caza da Conselheira Reiss? Protesto-vos, que não fiz outra couza senão rir, comer, e fazer-me alimpar os olhos.

Madama Selters e sua filha não podéraõ deixar de rir ás gargalhadas—Senhor Burckard, disse gravemente Selters, não hé da minha competencia dar-vos regras de bom procedimento; mas a amizade que me

une a vosso páé, me obriga a dizer-vos, que há imprudencia no vosso modo de obrar. Porque acazo encontrastes vós esta Henriquetta?—Pelo mesmo que vos encontrei. Sem duvida, tendes tido conversas particulares com esta rapariga? Seguramente.—As apparencias são contra vós.

E que me importaõ as apparencias? replicou Luiz. Que fallais vós de decencia? Se eu vir estar ardendo uma caza, e nella houver uma mulher em termos de ser devorada pelas chamas, não hirei socorre-la só porque me dizem que está nua? Todos se calaram, ceou-se tranquillamente, e cada um foi deitar-se.

(Continuar-se-há em o No. seguinte.)

SCIENCIAS.

Exposição dos Progressos que fizeram ás Sciencias Physicas.

(Continuada da pag. 310 do No. LXVII.)

Calculo extrahido do coração de um veado.—Está preservado em um Museo na Alemanha um calculo que peza 171 grãos, e que em 1731 fora achado no coração de um veado. Tem uma cor amarella escura, e consta de mui delgadas laminas concentricas; a sua gravidade especifica anda por 2.464. Querendo o Dor. John conhecer a natureza da sua composiçãõ, analysou uma pequena porçãõ delle, e achou que os seus ingredientes eraõ.

Carbonato de Cal	$\frac{2}{3}$
Phosphato de cal	$\frac{3}{12}$
Materia animal	$\frac{1}{12}$
	<hr/>
	1
	<hr/>

No volume quinto dos *Annaes de Philosophia* vem uma exposição feita pelo Dor. Prout, respectiva á uma

analize que fizera com o excremento da cobra—*Roa Constrictor*: o resultado hé em verdade o mais curioso e imprevisto que se pode conceber; pois quasi toda a materia excrementicia deste reptil não foi mais que um puro acido urico.

Ninhos Comestiveis.—Os ninhos construidos em algumas ilhas das Indias Orientaes pela especie de andorinha denominada *hirundo esculenta*, são, como hé bem sabido, muito apreciados na China como uma preciosa iguaria; e o Chimico Dobereiner com o intuito de descobrir as substancias de que elles eraõ compostos, os analizou com particular cuidado. Eis aqui os resultados que se obtiveraõ:—Muco.—Albumen,—Pequena porção de gelatina.—Uma substancia peculiar insolúvel em agua, alcohol, e muitos outros reagentes; e alguma coiza semelhante á fibrina: a maior parte do ninho consta desta substancia; quando hé fervida e digerida em agua, incha e torna-se transparente e gelatinosa bem como a goma tragacantha. Achou-se tambem sal commum,—Soda—, Cal—, e Ferro.

Corpos Gordurentos.—Chevreul há varios annos se tem esforçado com particular e assidua attenção em verificar os effeitos, que os alcalés produzem em sebo, banha de porco, e outras substancias gordurentas, com o fim de formar uma correcta theoria de saponificação: só no decurso do anno passado deo elle á luz não menos de quatro dissertações sobre este assumpto. Os factos que elle há observado são os seguintes:—Os oleos e cebo não se combinaõ como taes com os alcalés, mas são pelo contrario decompostos em tres novas substancias denominadas por elle *margarina*, *gordura fluida*, e *principio adocicante*. A primeira hé solida, e semelhante á perola em cor; a segunda e a terceira são liquidas. A *margarina* e *gordura fluida* se unem com os alcalés, o fazem sabaõ, o *principio adocicante* se separa inteiramente. Estas novas substancias são formadas sem haver exhalção de gaz algum, e sem absorvimento de oxigenio do ar atmospherico. Tanto a *margarina* como a *gordura fluida* possuem, segundo Chevreul, propriedades acidas, e são por conseguinte susceptiveis de se combinarem com as bases salificantes, e tambem de as neutralizarem. Os pro-

ductos destas combinaçoens se chamaõ *saboens*, ou em *emplastros*, segundo osus os á que são applicados. Os componentes dos saboens de *margarina* se acharaõ ser os seguintes :

<i>Margarato de Potassa.</i>	
Margarina	100
Potassa	8.8
Ou, Margarina	100
Potassa	17.77
<i>Margarato de Strontites.</i>	
Margarina	100
Strontites	20.23
<i>Margarato de Cal.</i>	
Margarina	100
Cal	11.06
<i>Margarato de Soda.</i>	
Margarina	100

Soda	12.72
Ou, Margarina	100
Soda	5.93
<i>Margarato de Barytes.</i>	
Margarina	100
Barytes	28.39
<i>Margarato de Chumbo.</i>	
Margarina	100
Oxide Amarella de Chumbo	83.78
Ou, Magarina	100
Oxide de Chumbo	41.73

Chevreul em uma memoria recentemente publicada tambem procura mostrar, em como o spermaceti, a materia cristallizada dos calculos biliarios, e o adipocere dos corpos mortos, que todos até agora se confundiaõ huns com os outros debaixo do nome de *adipocere*, são na realidade tres substancias distinctas, dotadas de mui differentes propriedades: o spermaceti, por exemplo, e a materia crsitallizada dos calculos biliarios são corpos gordurentos de uma natureza particular, entretanto que o adipocere hé um composto de varias substancias gordurentas combinadas com ammonia, potassa, e cal.

Braconnot igualmente verificou por meio de experiencias, que todos os oleos e corpos gordurentos se podem dividir em duas substancias, a saber, uma solida, analoga á *margarina* de Chevreul, e outra liquida, semelhante á *gordura fluida* do mencionado chimico. O methodo que empregou Braconnot para effectuar esta separação foi gelar o oleo, e depois espreme-lo entre dobras de papel pardo; o qual absorve a porção liquida do oleo e deixa ficar parte solida; mergulhando-se o papel em agua quente a porção liquida do oleo se separa, e póde tirar-se da superficie d'agua. Chevreul tem querido disputar á Braconnot o direito á esta descoberta, allegando haver elle primeiro achado e dado á luz este facto singular. Porem hé justo advertir, que Chevreul procura provar nas suas memorias em como os oleos e gordura são converti-

dos por meio da potassa em *margarina* e *gordura fluida*, e considera a formação destes corpos como uma decomposição do oleo, ou gordura; Braconnot ao contrario separou as duas substancias mechanicamente, e veio por este modo a mostrar em como ellas existião unidas uma á outra, e que não havia mister de decomposição para as poder formar.

Terminaremos esta nossa exposição dos progressos da chimica, mencionando o resultado dos trabalhos scientificos de Sir H. Davy respectivos ás tintas, de que os antigos fazião uso nas suas pinturas. Achou elle, que as cores vermelhas erão preparadas com oxide vermelha de chumbo, vermelhaõ, e ocre vermelho; que as amarellas constavaõ de ocre amarello misturado já com greda, já com oxide vermelha de chumbo. Os antigos tambem usavaõ ouropimente e macicote para tintas amarellas. Para tinta azul empregavaõ o po de um vidro composto de soda, silica, cal e oxide de cobre. Para este mesmo fim se serviaõ do anil, e de cobalto. As tintas verdes erão preparadas com o carbonato de cobre misturado ou com grada, ou com o vidro azul acima mencionado; em alguns casos fazião uso da terra verde de Verona, e do Verdete. A cor de purpura, que se achava nos banhos de Tito, achou Davy ser uma substancia animal ou vegetal misturada com pedra hume. As tintas pretas erão feitas com carvão de lenha puro;—as pardas com ocres;—e as brancas com greda, e tambem com alvayade.

MINERALOGIA.

Esta sciencia divide-se em dois ramos, a saber, *oryctognocia*, e *geognosia*; e nós passaremos a expor os progressos que cada uma dellas respectivamente fez no decurso de 1815.

ORYCTOGNOSIA.

Reservámos para este lugar as analizes chimicas de varios mineraes, que durante o anno de 1815 chegarão ao nosso conhecimento, e deixamos de as enserir no artigo Chimica, em razão de suppormos que serão com maior propriedade collocadas debaixo deste ramo mineralogico. Hé porem em primeiro lugar justo,

que façamos menção do opusculo que Berzelio há pouco publicou sobre mineralogia. Nelle bem mostra o author a grande agudeza de engenho e a industria que tão eminentemente o distinguem: o author tem em vista provar, que os mineraes, semelhantes á outras substancias, são verdadeiros compostos chimicos, cujos componentes existem sempre em proporçoens inalteraveis; e mostra que este principio se verifica em muitos casos, que se não suspeitava. A silica suppoem elle, seguindo a opinião de Mr. Smithson, ser um acido capaz de neutralizar as outras substancias terreas, e de com ellas formar siliciatos, bisiliatos, trisiliatos, &c. Nesta mesma obra indica Berzelio um mui simples, e exacto methodo, por meio do qual se pode verificar o numero de atomos, que cada um destes corpos contem; elle igualmente explica com argumentos mui plausiveis o motivo, porque os chimicos tem até agora obtido resultados tão diversos da analize de um mesmo mineral. Quanto a nós uma das principaes causas desta discrepancia hé o pouco cuidado, que há em escolher para as analizes amostras puras de mineraes; isto em muitos casos procede dos chimicos não attenderem sufficientemente aos seus caracteres externos; e não poderem por conseguinte distinguir com a necessaria exactidão as amostras verdadeiras de qualquer mineral.

Berzelio e Gahn dedicárao grande parte do verão de 1814 ao exame e analize de varios mineraes, que haviaõ descoberto nas vizinhanças de Fahlun. Entre outros acharaõ elles *ytrocerite*, que hé um po cor de violeta, o qual analizado por Berzelio ministrou.

Cal	47.77
Yttria	14.60
Oxide de Cerio	13.15
Acido fluorico	24.46
	<hr/>
	99.98
	<hr/>

Acharaõ tambem em Finbo uma substancia amarella, a qual a classificárao como fluo arseniato de cal, em razão de constar de acido fluorico, acido arsenico, e cal.

Berzelio, fundado em varias analizes que tem feito com gadolinite, hé de opinião, que este mineral contem

cerio, e acaba igualmente de verificar, que a substancia considerada por Gadolin e Eleberg como yttria pura, contem uma pequena porção do mesmo metal.

Arroganite.—Desde que Stromeyer descobrio e publicou, que existia na arroganite uma porção de carbonato destrontites, tem-se feito muitas e mui diversas experiencias com esta substancia; e todas ellas corroborão a precedente asserção por maneira, que já não pode haver a menor duvida sobre este facto. Em França a opinião de Stromeyer hé apoiada por Vauquelin, Laugier, e Vogel; na Alemanha por Gehlen, Bucholz, Meissner, e varios outros chimicos. Porem de todas as experiencias, que se haõ feito sobre este assumpto, as mais exactas e scientificas são por certo as de Bucholz que apparecerão impressas no Vol. XIII. do Jornal de Schweigger. Elle em primeiro lugar examinou com o maior cuidado, se o methodo de analize proposto por Stromeyer eraõ ou não exacto; passou depois analizar onze differentes variedades de arroganite vindas de diversos lugares, e obteve os resultado seguintes:—

Arroganite vinda de Neumarkt, Saalfeld, Minden, Bastenne, e Limburg não indicou possuir quantidade alguma perceptivel de strontites, ou pelo menos a porção era tão pequena, que não excedeo $\frac{1}{6}$ de um grão em 100 grãos.

Uma variedade de arroganite trazida de Hespanha continha em 100 grãos, $\frac{3}{4}$ de um grão de carbonato de strontites; e outra variedade possuia um grão e $\frac{1}{8}$.

Duas variedades de arroganite vindas de França ministraraõ na sua analize um grão e $\frac{1}{3}$ de carbonato de strontites; e outra variedade rendeo não menos de 2 grãos e $\frac{1}{3}$.

Arroganite de Bohemia continha 1 grão e $\frac{1}{9}$.

Ignoramos se as amostras, que não possuiaõ carbonato de strontites, eraõ na realidade arroganites, em razão de Bucholz não dar uma descripção dos seus caracteres externos; nós porem não hesitamos asseverar, que muitos mineraes tem sido impropriamente considerados como variedades de arroganite, quando alias pertencem á especies mui differentes. Assim o professor John achou, que o mineral denominado arroganite compacto de Hanau sendo analizado ministrára:—

Carbonato de Cal	51.34
Carbonato de Magnesia	40.33
Carbonato de ferro e manganese	0.83
Materia terrea insolúvel	3.33
Agua e perda	4.67
	<hr/>
	100.00
	<hr/>

Ingredientes estes, que juntos com os caracteres externos que descreve o Dr. John, evidentemente comprovão não ser o precedente mineral uma verdadeira arroganite, mas sim uma dolomite.

Bergmehl.—Fabroni descobrio em Santa Fiora entre os dominios do Papa e Toscana uma camada de uma terra particular, com qual se podem fazer tijolos tão leves que nadaõ sobre a agua. Este mineral tem sido admittido nos livros systematicos de mineralogia debaixo do nome de bergmehl. Klaproth o analizou ultimamente, e achou os seus componentes serem:—

Silica	79
Alumina	5
Oxide de ferro	2
Agua	13
	<hr/>
	99
	<hr/>

Razoumoffskin.—Lentz descobrio nas fendas das rochas de quartzo em Silezia um novo mineral, ao qual o Dr. John deo o nome de Razoumoffskin. Hé branco como a neve, e pega-se á lingua. Dobereiner o analizou e obteve o subsequente resultado:—

Magnesia	54
Silica	19
Acido Carbonico	22
Agua	2
	<hr/>
	97
	<hr/>

(Continuar-se-ha.)

LISTA

Das Principaes Obras publicadas nos quatro Mezes precedentes.

ASTRONOMIA.

An Elementary Treatise on Astronomy or an easy Introduction to a Knowledge of the Heavens. By the Rev. A. Mylne, A. M. 8vo. 9s.

BIOGRAPHIA.

The Biographical Dictionary; Vol. XXIX. Edited by Alex. Chalmers, F. S. A. 8vo. 12s. Vol. XXX. is also published.

The Life of Rafael of Urbino, By the Author of the Life of Michael Angelo, small 8vo. 8s. 6d.

Some account of the Lives and Writings of Lope Felix de Vega, Carpio and Guillen de Castro. By Henry Richard Lord Holland. 2 Vols. small 8vo. 1l. 1s.

CHIMICA.

A Practical Essay on Chemical Re-agents or Tests; illustrated by a Series of Experiments. By F. Accum, Operative Chemist, 12mo. 8s.

CIRURGIA.

Medico-Chirurgical Transactions, published by the Medical and Chirurgical Society of London. With seven plates, Vol. VII. Part II., 8vo. 12s.

Surgical Observations: being a Quarterly Report of cases in Surgery. By Charles Bell. Part 1st, illustrated by plates, 8vo. 6s.

A Memoir on the cutting Gorget of Hawkins. By Antonio Scarpa. Translated from the Italian by J. H. Wishart, 8vo. 5s.

COMMERCIO.

A Practical Abridgement of the Customs and Excise Laws,

relative to the Import, Export, and Coasting Trade of Great Britain and her dependencies, including tables of the duties, drawbacks, bounties, and premiums with an Index. By Charles Pope. 8vo. 1*l.* 11*s.* 6*d.*

ECONOMIA POLITICA.

An Inquiry into the Principles of Population. By J. Granhame, esq., 8vo. 10*s.* 6*d.*

Report from the Select Committee of the House of Commons relative to the Education of the Lower Orders in the Metropolis, 8vo. 15*s.*

GEOLOGIA.

Transactions of the Geological Society. Vol. III. 4to. 3*l.* 13*s.* 6*d.*

HISTORIA.

The Annual Register; or a view of the History, Politics and Literature for the Year 1807, being the 7th Vol. of a new Series, 8vo. 1*l.* The Vol. for 1808 will be published early in the Winter, and the Vol. for 1797, in continuation of the former Series, about the same time.

The Edinburgh Annual Register, for 1814. 8vo. 1*l.* 1*s.*

The History of Ceylon from the earliest period to the year 1815. By Philalethes, A. M. Oxon. 4to. 2*l.* 12*s.* 6*d.*

MEDICINA.

Practical Illustrations of Typhus and other Febrile Diseases. By J. Armstrong, M. D. 8vo. 10*s.* 6*d.*

Medical, Geographical, and Agricultural report of a Committee appointed by the Madras Government to inquire into the Causes of the Epidemic Fever, which prevailed in the Provinces of Coimbatore, Madura, Dindigul, and Tinivelly, during the Years 1809, 1810, and 1811, 8vo. 6*s.* 6*d.*

MISCELLANEA.

The Dyer's Guide; being an Introduction to the Art of Dying Linen, Cotton, Silk, Wool, &c. &c. with Directions for Calendering, Glazing, and Framing the various species. By T. Packer, 12mo., 4*s.* 6*d.*

- Nautical Astronomy by Night; comprehending practical directions for knowing the principal fixed Stars in the Northern Hemisphere. By W. E. Parry, 4to. 10s. 6d.
- Sketches of India; or Observations descriptive of the Scenery, &c. in Bengal together with Notes on the Cape of Good Hope and St. Helena, 8vo. 7s.
- Elements of Mechanical and Chemical Philosophy. By J. Webster, 8vo. 10s.
- Historical Memoirs of Barbary and its Maritime Power as connected with the Plunder of the Seas; including a Sketch of Algiers, Tunis, and Tripoli, the Manners and Customs of the Inhabitants and the various attacks made upon them, 18mo. 2s. 6d.
- A Treatise on Mills; in four Parts. 1. On Circular Motion. 2. On the Maximum of moving Bodies, Machines, Engines, &c. 3. On the Velocity of Effluent Water. 4. Experiments on Circular Motion, Water Wheels, &c. By J. Banks, 8vo. 10s. 6d.
- A Descriptive Catalogue of Antique Statues, Paintings, &c. that existed in the Louvre at the time the Allies took Possession of Paris, July 1815, 18mo. 4s. 6d.
- A History of the Jesuits; to which is prefixed, a Reply to Mr. Dallas's Defence of the Order, 2 vols. 8vo. 1l. 4s.
- A Translation of the six Books of Proclus on the Theology of Plato. By Thomas Taylor, 2 vols. royal 4to. 5l. 10s.
- Spanish Tales; translated from Le Sage. By Mrs. Frederick Layton, 3 vols. 12mo. 1l. 1s.
- Series of Letters relative to Bonaparte. By W. Warden, Surgeon on Board the Northumberland, 8vo. 10s. 6d.
- Memorandums of a residence in France in the Winter of 1815—16, &c. 8vo. 12s.
- Provincial Letters; containing an exposure of the reasoning and morals of the Jesuits. By Blaise Pascal, 8vo. 12s.
- Theoretic Arithmetic, in three books; containing the substance of all that has been written on the subject by Theon of Smyrna, Nichomachus, Jamblichus e Boenus, &c. By Thomas Taylor, 8vo. 14s.

PHILOSOPHIA NATURAL.

- An Introduction to Entomology; or Elements of the Natural History of Insects. By the Rev. W. Kirby, and W. Spence, 8vo. 18s.

An Essay on the Origin, Progress, and Present State of Galvanism—honoured by the Royal Irish Academy with the Prize. By M. Donovan, 8vo. 12s. 6d.

POLITICA.

The Monarchy according to the Charter. By the Viscount De Chateaubriand, 8vo. 7s. 6d.

TOPOGRAPHIA.

The New Picture of Edinburgh for 1816; being a correct guide to the curiosities, amusements, public establishments &c. 18mo. 6s.

VIAGENS.

Travels in Upper Italy, Tuscany, and the Ecclesiastical State, in a Series of Letters. By Baron D'Uklanski, 2 vols. 12mo. 1l. 1s.

Travels in Brazil from Pernambuco to Seará beside occasional excursions; also a Voyage from Alarana. The whole exhibiting a picture of the state of society during a residence of six years in that country. By Henry Koster, illustrated by plates of costumes, 4to. 2l. 10s.

Mungo Park's first Expedition to Africa reprinted in quarto, with (by permission) Major Rennell's valuable Memoir on the Geography of Africa, 2l. 2s.

Travels above the Cataracts of Egypt. By T. Legh, esq., with a map, 4to. 1l. 1s.

P O L I T I C A.

REINO DO BRAZIL.

Regulamento para a organização do Exercito de PORTUGAL publicado por ordem de Sua Alteza Real.

Eu o Principe Regente faço saber aos que este
VOL. XVII. 3 L

Alvará virem : Que tendo havido consideravel alteração na organização, e disciplina de todos os Exercitos da Europa, depois dos Regulamentos de dezoito de Fevereiro de mil setecentos sesenta e quatro; e mostrado a experiencia, que não tem sido bastantes as ultiores providencias dadas sobre este objecto, e outros pontos concernentes ao governo do meu Exercito de Portugal, em ordem a conservallo no pé de força, e disciplina, a que foi elevado pelos assiduos, e desvelados trabalhos do Marechal General, Marquez de Campo Maior, a quem hei confiado o seu commando : E reconhecendo Eu quanto convenha sustentar o referido Exercito no mesmo pé de força, organização, e disciplina, tão essencialmente necessaria para a defesa do Reyno, e para perpetuar a gloriosa reputação que mui distinctamente ganhou entre os Exercitos da Europa, durante a ultima guerra : Sou por tanto servido ordenar, que tudo que se acha disposto nos trinta e cinco Artigos do Regulamento, que baixa com este, assignado pelo Marquez de Aguiar, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno Unido, e encarregado interinamente da Repartição dos negocios Estrangeiros e da Guerra, tenha força de Ley, e seja literal e inviolavelmente observado, sem diminuição, ou interpretação alguma, qualquer que ella sêja; não só pelo que respeita ás disposições relativas á organização, mas a todas as outras que no sobredito Regulamento se comprehendem; esperando do dicto Marechal General, Marquez de Campo Maior, que, pela parte que lhe toca, fará exactamente observar tanto o que vai agora determinado, como as mais Leys Militares existentes, que não forem oppostas a esta minha Real Determinação, as quaes devem consequentemente continuar em pleno vigor e observancia.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, sem duvida, ou embargo algum, e não obstante quaesquer Leys, Regimentos, Ordenações, Alvarás, Resoluções, Decretos, ou Ordens em contrario, quaesquer que ellas sejam; porque todos e todas hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas e dellas fizesse especial menção, em quanto forem oppostas as Determinações conteudas neste Alvara, que valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto

que por ella não há de passar, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de um e muitos annos ; e tudo sem embargo das Ordenações que dispoem o contrario. Dado no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e um de Fevereiro de mil oitocentos e dezeseis.

PRINCIPE.

Marquez de AGUIAR.

Alvará, por que Vossa Alteza Real há por bem dar um novo Regulamento ao seu Exercito de Portugal, em ordem a mantello no pé de força, e disciplina em que presentemente se acha: tudo na fôrma acima declarada:
Para Vossa Alteza Real vêr.

Regulamento Para organização do EXERCITO de
PORTUGAL.

ARTIGO I.—Organização do Exercito]

§ I. O exercito séra composto,—de 1 General em Chefe, que o commandará, de Tenentes Generaes, de 16 Marechaes de Campo, de 24 Brigadeiros, de 62 Officiaes de Estado Maior, de Ajudantes de Ordens, ou de Campo, de 1 Corpo de Engenheiros, de 24 Regimentos de Infantaria, de 12 Batalhões de Caçadores, de 12 Regimentos de Cavallaria, de 4 Regimentos de Artilheria, de 1 Batalhão de Artifices Engenheiros, de 3 Companhias de Artilheiros Conductores, de 1 Companhia de Guias, de Estado Maior das Praças.

§ II. Os Regimentos de Infantaria, e Batalhões de Caçadores, estarão regularmente formados em 6 Divisões e 12 Brigadas, que teraõ os seus Chefes correspondentes.

§ III. Os Regimentos de Cavallaria estarão formados em 6 Brigadas com os seus respectivos Chefes, e se unirão em Divisões quando necessario for; reservando-se para essa occasião a nomegação dos Generaes, que devam commandar Corpos desta Arma, maiores do que Brigadas.

§ IV. A Artilheria estará regularmente formada em Regimentos, collocados como melhor parecer, para a

sua instrucção, e serviço. Na occasião em que se reunir o Exercito, ou parte d'elle, se destacaraõ desta as Baterias Ligeiras que parecer, e se uniraõ ás Divisoens de uma e outra Arma.

§ V. Os Officiaes Generaes seraõ, por via de regra, empregados na fórma seguinte:—1 em Ajutante General, 1 em Quartel Mestre General, 5 em Inspectores Geraes, 1 em Chefe de Engenheiros, 7 em Commandantes ou Generaes de Provincia, 6 em Generaes de Divisaõ, 18 em Generaes de Brigada.

§ VI. Haverá, além destes, outros empregados nas Praças principaes, que pela Ley, estabelecida a este respeito, podem ter por Governadores Officiaes Generaes.

§ VII. Todos os Generaes, que não estiverem empregados nas Commissões acima declaradas, seraõ reputados não empregados.

§ VIII. Os Generaes, que excederem o numero determinado no § I. seraõ reputados aggregados.

ARTIGO II.—*Composição dos diversos Estados Maiores.*

§ I. O General em Chefe terá os Ajudantes de Pessoa, que julgar necessarios.

§ II. Cada um dos Tenentes Generaes terá dous Ajudantes de Pessoa: cada Marechal de Campo, ou Brigadeiro terá um.

§ III. Os Officiaes Generaes, que não estiverem empregados em alguma das Commissões acima apontadas, não teraõ Ajudantes de Ordens.

§ IV. No tempo de Guerra poderaõ os Generaes tomar os Ajudantes de Campo, que julgarem necessarios, tendo para isso permissaõ do General em Chefe.

§ V. Haverá um Estado Maior do Ajudante General, que será permanente, e composto na fórma seguinte.—4 Deputados, 6 Assistentes com o Ajutante General, 6 Assistentes com as Divisoens, 2 Deputados Assistentes, 18 Majores de Brigada.

§ VI. Haverá igualmente um Estado Maior do Quartel Mestre General, que será tambem permanente, e composto de 4 Deputados, 12 Assistentes, 12 Deputados Assistentes.

§ VII. Dos Estados Maiores do Ajudante General,

e Quartel Mestre General se formaraõ os Estados Maiores das Divisoens e brigadas, repartindo-se os Officiaes acima declarados, na fórma seguinte:—Em cada divisaõ de Infantaria, 1 Assistente de Ajudante General, 1 Assistente do Quartel Mestre General.—Em cada Brigada de Infantaria ou cavallaria, 1 Major de Brigada, 1 Assistente ou Deputado do Quartel Mestre General.

§ VIII. Os Officiaes de Estado Maior, assim empregados, faraõ o serviço nas Divisoens e Brigadas ás Ordens dos Generaes dellas; ficaraõ porém sujeitos aos Chefes das Repartiçoens a que pertencerem; corresponder-se-haõ com elles, e lhes daraõ conta dos objectos, de que forem encarregados.

ARTIGO III.—*Das Commissões que seraõ fixas, e das amoviveis, tanto dos Officiaes Generaes, como dos Officiaes de Estado Maior, e Ajudantes da sua escolha.*

§ I. Os Lugares de Generaes de Provincia seraõ fixos, unicamente occupados por Tenentes Generaes, ou Marechaes de Campo, que teraõ Patentes de taes Commissoens.

§ II. Os Commandantes de Divisoens seraõ escolhidos d'entre os Tenentes Generaes, ou Marechaes de Campo: não teraõ Patentes das suas Commissoens; a simples nomeação do General em Chefe, publicada na Ordem do Dia, lhes servirá de titulo: poderaõ ser removidos para outra Divisaõ, ou substituidos simplesmente por outros, ficando sem destino, sem que por isso se possaõ julgar offendidos; porque não sendo possivel empregar todos os Officiaes Generaes, convirá muitas vezes removellos, e substituillos por outros, a fim de que geralmente todos se habilitem ao Commando das Divisoens.

§ III. Os Generaes de Brigadas seraõ da mesma sorte nomeados, e reconhecidos na Ordem do Dia, e tambem removidos quando for conveniente empregar outros pelas razoes que ficam dictas.

§ IV. Os Officiaes de Estado Maior seraõ escolhidos de todas as Armas, com attençaõ ao merecimento taõ

sómente; por isso que neste Corpo se necessita de Officiaes, que não tenham sómente a simples rotina.

§ V. Os Officiaes deste Corpo terãõ accesso nelle, na ordem, e proporção dos outros do Exercito; poderaõ porém passar para os Corpos da Arma, em que tiverem servido, todas as vezes que o General em Chefe julgar conveniente; entrando naquelles Postos, que lhe competirem, conforme a sua antiguidade, e merecimento. Os Officiaes de Estado Maior, empregados nas Divisões e Brigadas, não seraõ fixos: o General em Chefe os fará render por outros quando convier.

§ VI. Os Ajudantes de Pessoa seraõ escolhidos pelos Generaes, a quem deverem pertencer, d'entre os Capitães ou Tenentes de qualquer Arma, que tiverem (pelo menos) servido, em Regimento da primeira Linha, cinco annos, sendo em tempo de paz; e trez no de guerra.

§ VII. Os sobredictos Ajudantes não poderaõ ter maior Patente, do que a de Capitão; mas poderaõ regressar para os Corpos da Arma, em que tiverem servido, conforme a sua antiguidade, e merecimento, relativo aos outros do Exercito de igual Patente, e Arma; e logo que forem promovidos a Majores effectivos, aggregados, ou graduados, ficará cessando o seu exercicio de Ajudantes de Pessoa.

ARTIGO IV.—*Dos actuaes Ajudantes do Governo.*

§ I. Os actuaes Ajudantes do Governo das differentes Provincias, e da Corte ficaraõ extinctos por este Regulamento, e o seu exercicio acabará desde logo.

§ II. Aquelles d'entre os dictos Ajudantes, que estiverem capazes de ser empregados com utilidade nos Corpos de Linha do Exercito, entraraõ nelles em effectivos, ou aggregados, conforme o seu merecimento; e os outros seraõ empregados em governo de Praças, ou Reformados, considerando para isso a sua idade, estado de Saude, e habilidade.

ARTIGO V.—*Dos Secretarios.*

§ I. O General em Chefe terá um Secretario Militar

da Patente que escolher, e os Officiaes de Secretaria que lhe forem necessarios.

§ II. Em cada um dos Governos de Provincia haverá um Secretario, e um Official de Secretaria: na Provincia da Extremadura haverão dous Officiaes de Secretaria.

§ III. Cada um dos Inspectores Geraes terá um Secretario, e um Official de Secretaria.

§ IV. Os Secretarios dos Governos das Provincias, e os dos Inspectores terã Patente de Capitaõ, e os Officiaes de Secretaria a de Tenentes: serã escolhidos e propostos pelos Generaes e Inspectores, d'entre os Secretarios, que actualmente existem, ou outros, se estes não estiverem nas circumstancias de continuar este serviço.

§ V. As Graduagoens dos Secretarios, e Officiaes de Secretaria, assim como de qualquer outra Repartição Civil do Exercito, serã honorarias, e inherentes aos Lugares, que occupã, qualquer que seja o serviço, que tenhaõ feito semelhantes empregados; ficando-lhes por isso prohibido todo o accesso de graduacão militar, e igualmente a passagem para o numero dos Officiaes combatentes, devendo taes Patentes serem reputadas annexas aos Empregos, e não aos Empregados. Não poderaõ usar de banda os sobredictos Secretarios, e Officiaes de Secretaria, e nem qualquer outro Empregado Civil, ou pessoa que tenha graduacão honoraria.

ARTIGO VI.—Organizaçã dos Regimentos.

Plano e Organizaçã de um Regimento de Infanteria.

Estado Maior.—1 Coronel, 1 Tenente Coronel, 2
Majores, 2 Ajudantes: Total 6
Pequeno Estado Maior.—1 Quartel Mestre, 2 Sar-
gentos de Brigada, ou Sargentos Ajudantes, 2
Quarteis Mestres Sargentos, 1 Capellaõ, 1 Cirurgiaõ
Mór, 2 Ajudantes de Cirurgia, 1 Coronheiro, 1
Espingardeiro, 1 Mestre de Musica, 8 Musicos, 1
Tambor Mór, 1 Cabo de Tambores, 2 Pifanos:
. Total 24,
Officiaes das Companhias.—10 Capitaens, 10 Tenentes.
22 Alferes: Total 42.

Officiaes Inferiores.—10 Primeiros Sargentos, 40 Segundos Sargentos, 10 Furrieis: Total 60.—60 Cabos de Esquadra, 60 Anspeçadas, 1,280 Soldados: Total 1,400.—Tambores 20.

Total Reg. $1,552 \times 24 R. = 37,248 H.$

Composição de um Batalhão de Caçadores.

Estador Maior.—1 Tenente Coronel, 1 Major: Total 2.
Pequeno Estado Maior.—1 Ajudante, 1 Quartel Mestre, 1 Sargento de Brigada, ou Ajudante Sargento, 1 Quartel Mestre Sargento, 1 Capellaõ, 1 Cirurgiaõ Mór, 1 Ajudante de Cirurgia: Tot. 7—2

N.B. Os dous Alferes, que excedem o numero dos das Companhias, são destinados pára levar as Bandeiras, que serão sempre conduzidas pelos dous Alferes mais modernos em lugar dos Porta-Bandeiras que ficam supprimidos.

1 Coronheiro, 1 Espingadeiro, 1 Mestre de Musica, 8 Musicos, 1 Corneta Mór: Total 12
Officiaes das Companhias.—6 Capitaens, 6 Tenentes, 12 Alferes: Total 24
Officiaes Inferiores.—6 Primeiros Sargentos, 24 Segundos Sargentos, 6 Furrieis: Total 36 —36 Cabos de Esquadra, 36 Anspeçadas, 528 Soldados: Total 600—12 Cornetas.

Total $693 \times 12B. = 8,316 H.$

Composição de um Regimento de Cavallaria.

Estado Maior.—1 Coronel, 3 Cav: 1 Tenente Coronel, 2 Cav: 1 Major, 2 Cav: Total 3 Hom. 7 Cav.

Pequeno Estado Maior.—1 Ajudante 1 Cav: 1 Quartel Mestre, 1 Cav: 1 Sargento de Brigada, 1 Cav: 1 Quartel Mestre Sargento, 1 Cav: 4 Porta Estandartes, 4 Cav:

1 Capellaõ, 1 Cav: 1 Cirurgiaõ Mór, 1 Cav: 1 Ajudante de Cirurgia, 1 Picador, 1 Trombeta Mór, 1 Selleiro, 1 Cav: 1 Coronheiro, 1 Cav: 1 Espingardeiro.

Officiaes das Companhias.—8 Capitaens, 8 Cav: 8 Tenentes, 8 Cav: 8 Alferes, 8 Cav: Total 24 Hom. 24 Cav.

Officiaes Inferiores.—8 Primeiros Sargentos, 8 Cav.
8 Segundos Sargentos, 8 Cav.: 8 Furrieis, 8 Cav.:
Total 24 Hom. 24 Cav —32 Cabos de Esquadra,
32 Anspeçadas, 448 Soldados: Total 512 Hom.
448 Cav. 8 Trombetas, 8 Ferradores: Total 16
Hom. 16 Cav.

Total Reg. 565 Hom. $\times 12$ R.=7,140 H.
531 Cav. $\times 12$ R.=6,372 C.

Composição de um Regimento de Artilheira.

Estador Maior.—1 Coronel, 1 Tenente Coronel, 1
Major: Total 3
Pequeno Estado Maior.—1 Ajudante, 1 Quartel
Mestre, 1 Capellaõ, 1 Cirurgiaõ Mór, 2 Ajudantes
de Cirurgia, 1 Tambor Mor, 2 Pifanos Total 9
Officiaes das Companhias.—10 Capitaens, 10 Pri-
meiros Tenentes, 10 Segundos Tenentes: Total 30
Officiaes Inferiores.—10 Primeiros Sargentos, 20
Segundos Sargentos, 10 Furrieis: Total 40.—60
Cabos de Esquadra, 740 Soldados: Total 800.—
10 Tambores.

Total Reg. 892 Hom. $\times 4$. = 3,568 H.

Composição de um Batalhaõ de Artifices Engenheiros.

Estado Maior.—1 Major: Total 1
Pequeno Estado Maior.—1 Ajudante, 1 Quartel
Mestre, 1 Sargento Quartel Mestre: . . . Total 3
Officiaes das Companhias.—3 Capitaens, 3 Primeiros
Tenentes, 5 Segundos Tenentes: . . . Total 11
Officiaes Inferiores.—24 Primeiros Sargentos, 30 Se-
gundos Sargentos, 6 Furrieis: Total 60.—60 Cabos
de Esquadra, 60 Anspeçadas, 480 Soldados: Total
600.—6 Tambores: Total 681

Composição das Companhias de Artilheiros Conductores.

4 Officiaes, 16 Officiaes Inferiores, 16 Alveitaires
Cornetas, e Ferradores, 240 Cabos e Soldados:—
Total 276

Recapitulação.

24 Regimentos de Infanteria		37,248
12 Batalhaões de Caçadores	Cavallos	8,316
12 Regimentos de Cavallaria	6,372	7,140
4 Regimentos de Artilheria		3,568
1 Batalhaõ de Artifices Engenheiros	Cavallos, ou muares	681
4 Companhias de Artilheiros Conductores	400	276
	<hr/> C. 6,772	<hr/> H. 57,229

ARTIGO VII.—Collocação dos Regimentos.

§ I. Os Regimentos de Infanteria, Cavallaria, e Batalhoens de Caçadores serão aquartelados dentro dos Districtos, em que recrutarem, ou nas Povoações mais vizinhas, conforme a Tabella que vai juncta.

§ II. Succedendo que depois da divisaõ dos Districtos se conheça que será conveniente mudar algum dos Corpos, o General em Chefe o participará ao Governo do Reyno, e o Regimento será mudado para o Quartel, que elle indicar; feito porém a primeira mudança, não se mudará Quartel algum, sem ordem expressa de S. A. R.

§ III. Nas Cidades ou Villas destinadas para Quartéis fixos dos Regimentos, se aquartelaraõ estes nos Edificios, que ahi existirem pertencentes á Coroa; e na falta destes, se accommodaraõ interinamente, como melhor convier, até que se proceda a construcção dos Quartéis proprios, a que se manda proceder.

§ IV. Em cada um dos Quartéis dos Regimentos de Infanteria e Batalhoens de Caçadores haverá um terreno destinado para ser cultivado por elles, e applicado para Hortas.

§ V. Nos Quartéis dos Regimentos de Cavallaria haverá um terreno destinado a Hortas, e outro applicado á cultura de forragem para os Cavallos.

§ VI. No Quartel dos Artilheiros Conductores haverá tambem um terreno destinado ao sustento das parellhas.

§ VII. Logo que os Regimentos passarem aos seus Quarteis, se lhes distribuirão os sobredictos terrenos.

§ VIII. As terras distribuidas aos Corpos serão divididas por Companhias, e cultivadas por ellas, e os seus productos applicados aos ranchos, conforme o Regulamento, que fará para esse fim o General em Chefe.

§ IX. Os terrenos distribuidos aos Regimentos de Cavallaria dividir-se haõ em duas classes, uma que servirá para Hortas, e em proveito dos Soldados, e outra para forragem verde e sêca dos Cavallos; de cujo producto se dará conta ao Commissariato.

§ X. Os terrenos, distribuidos ás Companhias de Artilheiros Conductores, serão tambem divididos em duas porçoens, uma para as Companhias, e outra para o sustento das parellas. O Commissario Geral será encarregado desta administração.

§ XI. Os utensilios, que forem necessarios para a cultura das Hortas, serão pela primeira vez fornecidos pelos Armazens Reaes, mas depois serão entretidos pelos Regimentos: e os que forem necessarios para a cultura dos terrenos, destinados a forragens, serão fornecidos pelo Commissariato.

ARTIGO VIII.—*Da organização das Brigadas, e Divisoens.*

§ I. As Brigadas serão formadas dos Regimentos que ficarem aquartelados nas povoações mais vizinhas, compondo-se as de Infanteria de dous Regimentos de Infanteria, e um Batalhaõ de Caçadores; e as de Cavallaria, de dous Regimentos desta Arma.

§ II. Na organização das Brigadas não se attenderá ao numero, por que hé designado cada Regimento: o General em Chefe determinará os Corpos, que devem formar cada uma.

§ III. As Divisões serão formadas das Brigadas, que estiverem mais proximas em quarteis, sem attenção á Provincia em que ficam aquarteladas.

ARTIGO IX.—*Das Guarnições.*

§ I. As Guarnições de Lisboa, Porto, Elvas, Almeida, e outras, em que não houver Companhias de

veteranos, ou fixas, serão feitas por Destacamentos de seis mezes. Estes Destacamentos serão de Brigadas inteiras, Regimentos, Batalhões, ou meios Batalhões, segundo a força de que necessitar cada uma das Guarnições.

§ II. O General em Chefe regulará não só a força de cada uma das dictas Guarnições, mas também os Corpos que as devem fazer, e o tempo em que se haõ de render, fazendo a distribuição de tal fórma, que se não empregue mais da quarta parte de Exercito nestes Serviços; e que haja cada um Corpo de destacar para as Guarnições, que ficarem mais vizinhas do seu Quartel, quando isto se não encontra com a igualdade com que o serviço deve ser distribuido pelas Brigadas.

§ III. Succedendo que algum Regimento tenha Quartel fixo na mesma Praça, em que as Guarnições devem ser feitas por turno dos Corpos, não será comprehendido na Guarnição, no tempo em que lhe não tocar pela sua alternativa.

ARTIGO X.—*Da obrigação de residir, e das Licenças.*

§ I. Os Generaes de Provincia, de Divisão, e de Brigada serão residentes nos Districtos dos seus Governos, ou nos Quartéis das suas Divisões e Brigadas.

§ II. Não terãõ Licenças, sem motivos urgentes, que representaraõ ao General em Chefe para os fazer presentes ao Governo, de quem esperará resposta pelo que pertence aos Generaes de Provincia; mas aos Generaes de Divisão e de Brigada, o General em Chefe poderá logo dallas, participando-as depois ao Governo.

§ III. Os officiaes dos Regimentos, e outros poderaõ ser licenciados pelo General em Chefe, a quem ficará pertencendo dar similhantes licenças, de tal fórma que em cada um Regimento fique o numero competente para o serviço e disciplina, em consideração ás circumstancias, e ao numero de praças.

§ IV. Os Officiaes assim licenciados venceraõ meio soldo, quando as licenças não excederem de seis mezes em cada anno; e no caso de excederem este prazo, não venceraõ soldo algum.

§ V. Quando os Chefes dos Regimentos, ou de Companhias estiverem com licença, ou impedidos de sorte

que o Commando passe aos seus immediatos, as gratificações de Commando pertencerão aos Officiaes, que os substituirem no governo dos Corpos ou Companhias

§ VI. Os Officiaes Generaes, que commandarem Provincias, Divisões, ou Brigadas, perderão as gratificações pelo tempo em que tiverem licença; estas porém não passarão aos seus substitutos.

§ VII. As duas terças partes dos Officiaes Inferiores e Soldados, e ainda mais, se o General em Chefe julgar conveniente, serão licenciadas: as licenças destes serão sem vencimento de pão, nem soldo.

§ VIII. As licenças dos Officiaes Inferiores e Soldados serão distribuidas pelos Commandantes das Companhias com a approvação do Coronel, ou Commandante do Corpo, de tal fôrma que corraão por todos os que a merecem pelo seu comportamento, e com preferencia aos Soldados casados, e áquelles que se empregarem na agricultura, e manufacturas.

§ IX. Estas licenças serão de tres, seis, nove, e dez mezes e meio em cada anno; no tempo porém em que os Regimentos estiverem de guarnição, ou no destinado aos exercicios, não haverá licença alguma de official ou soldado; ficando positivamente prohibido a todos o estarem nesse tempo fôra dos seus Corpos.

§ X. Os Chefes dos Corpos permittirão a todos os Soldados e Officiaes Inferiores, que tiverem 24 annos de idade, licença para se casarem, quando os individuos o merecerem, ficando assim abolida a restricção do numero determinado no Regulamento de 1763.

ARTIGO XI.—*Das Reunioens dos Corpos, e dos Exercicios.*

§ I. Todos os Corpos se reunirão nos seus Quarteis seis semanas em cada anno: este tempo será empregado em exercicios diariamente.

§ II. O General em Chefe, com a approvação do Governo, regulará as épocas em que se deva cada um Corpo reunir, tendo attenção ás precisoens da Lavoura; e por esse motivo poderaão ser differentes as épocas para as reunioens em cada Provincia.

§ III. Os Regimentos, que em um anno houverem

de fazer guarniçoens, se reunirão dez dias antes daquelle em que deverem marchar para os seus destacamentos, e se licenciaraõ cinco dias depois do da chegada aos quarteis.

§ IV. Haverá em cada anno um Campo de instrucção, que não durará mais de trinta dias, e será composto das Tropas que o General em Chofe julgar conveniente, e no lugar que elle escolher. Estes Campos seraõ feitos nos tempos destinados ás reunioens geraes.

ARTIGO XII.—*Do Soldo em tempo de Paz.*

§ Unico.—Tenente General 120,000; Marechal de Campo 75,000; Brigadeiro 60,000; Coronel 54,000; Tenente Coronel 48,000; Major 45,000; Ajudante 20,000; Quartel Mestre 18,000; Capellaõ 15,000; Cirurgiaõ Mór 18,000; Ajudante de Cirurgia 15,000; Capitaõ 24,000; Tenente 18,000; Alferes 15,000; Porta Estandarte Alferes 12,000—*por mez.*

Sargento Ajudante 300; Sargento Quartel Mestre 240; Alveitar 300; Tambor Mor 120; Corneta Mór de Cavallaria 240; Cabo de Tambores 100; Pifano 80; Mestre de Musica 360; Musico 260; Coronheiro 80; Espingardeiro 80—*por dia.*

Praças das Companhias.

Primeiro Sargento—de Infanteria ou Caçadores, 260; de Cavallaria, 210; de Artilheria, 200; de Artilheiros Conductores, 180; de Artifices Engenheiros, 240.

Segundo Sargento—de Infanteria ou Caçadores, 120; de Cavallaria, 190; de Artilharia, 180; de Artilheiros Conductores, 120; de Artifices Engenheiros, 210.

Furriel—de Infanteria ou Caçadores, 100; de Cavallaria, 130; de Artilheria 120; de Artifices Engenheiros, 200.

Cabo—de Infanteria ou Caçadores, 80; de Cavallaria, 110; de Artilheria, 100; de Artilheiros Conductores, 100; de Artifices Engenheiros, 180.

Anspeçadas—de Infanteria ou Caçadores, 65; de Cavallaria, 95; de Artifices Engenheiros, 150.

Soldado—de Infantaria ou Caçadores, 60; de Cavallaria, 90; de Artilheria, 90; de Artilheiros Conductores, 70; de Artifices Engenheiros, 120.

Tambor de Infantaria e Artilheria, 110; Corneta de Caçadores, 110; Corneta de Cavallaria e Trombeta, 170; Corneta de Artilheiros Conductores, 120; Tambor de Artifices Engenheiros, 110; Ferrador de Cavallaria, 160; Ferrador de Artilheiros Conductores, 160.

ARTIGO XIII.—*Gratificaçoens, que devem vencer os officiaes Generaes empregados, e mais Officiaes, Officiaes Inferiores, e Soldados em tempo de Paz.*

§ I. General da Estremadura, 300,000; General do Alem-Tejo, 250,000; General, ou Commandante das Armas do Algarve, quando não houver Capitão General, ou não estiver residindo, 100,000; General da Beira, 200,000; General do Porto, 200,000; General do Minho, 150,000; General de Trás dos Montes, 150,000; Inspector Geral de qualquer Arma, 200,000; Governador de Elvas, 150,000; Governador de Abrantes, 100,000; Governador de Almeida, 100,000; Governador de Peniche, 100,000; Governador de Valença, 100,000; Governador do Forte de la Lippe, 60,000; Governador de Campo-Maior, 40,000; Governador de Juromenha, 40,000; Governador de Marvão, 40,000; Governador de Lindoso, 20,000; Governador de Monsanto, 30,000; Governador de Cascaes, 70,000—*por mez.*

§ II. A cada uma das Praças de Pret, que ficarem reunidas nos Regimentos nos mezes de licença, se abonará um vintem por dia, que será mettido nos mesmos Prets em addição separada, e com ella cobrada.

§ III. Nas semanas em que os Corpos estiverem reunidos para exercicios, e nas reunioens para guarniçoens venceraõ etapa em genero, de tal maneira que, pelo menos, tres dias na semana sêja a dicta étapa de carne fresca. Na étapa, em tempo de paz, não se comprehenderá vinho ou agoardente.

§ IV. Quando as Tropas vencerem etapa, não receberaõ os vinte réis diarios, que acima se mandaõ abonar, além do soldo.

§ V. Os Officiaes do Estado Maior General receberão ração de etápa, e forragens como em Companhia. Os Officiaes Generaes empregados receberão forragens para os Cavallos que lhe competirem.

ARTIGO XIV. — *Gratificação dos Officiaes Generaes empregados em Commando.*

§ I. Empregados nos Commandos das Divisoens, ou Brigadas.—Sendo Tenente General, 130,000; Marechal de Campo, 100,000; Brigadeiro, 80,000,—*por mez.*

Empregados em Commandos de Regimentos, ou Batalhoens de Caçadores.—Sendo Coronel, 30,000; Tenente Coronel, ou Maior, 25,000; Capitão, 20,000—*por mez.*

Commandantes de Companhias.—Sendo Capitão, 10,000; Subalternos, 5,000,—*por mez.*

§ II. O Ajudante General, e Quartel Mestre General, e o Secretario Militar venceraõ as Gratificaçoens, que lhes tocarem, segundo ás suas Graduaçõens, além dos cincoenta mil réis que tem por estes empregos.

ARTIGO XV.—*Gratificaçoens dos Officiaes do Estado Maior.*

§ I. Coronel, 40,000; Tenente Coronel, 35,000; Major, 25,000; Capitão, 15,000; Subalternos, 10,000—*por mez.*

§ II. Os Ajudantes de Ordens de Pessoa dos Governadores venceraõ de Gratificação dez mil réis por mez como até agora venciaõ, e ração para Cavallo.

§ III. Todas as gratificaçoens acima determinadas para Officiaes Generaes, ou outros Officiaes serão annexas aos Empregos, e não passaraõ para os que os substituirem, quando os providos nelles estiverem fóra dos Governos, Commandos de Divisoens, Brigadas, Regimentos ou Companhias, qualquer que seja o motivo; não se daraõ aos Officiaes que no Estado Maior do Ajudante General, e Quartel Mestre General excederem o numero que vai determinado.

§ IV. Todos os Empregados, que pela tarifa acima declarada recebem Gratificaçoens, serão obrigados a fazer as despesas de papel, e outras semelhantes da Secretaria; e fica prohibido abonar-se-lhes semelhantes despesas na Thesouraria Geral.

ARTIGO XVI.—*Das Despezas do Quartel.*

§ Unico. A despesa de lenha para os Ranchos, azeite para luzes, vassouras, e outros utensilios necessarios para conservação do aceio dos Quarteis será feita pelos Regimentos, e a cada um deses se abonará uma determinada quantia, que se taxará uma vez para sempre proporcionadamente aos preços em cada Quartel: esta quantia será recebida mensalmente pelos Regimentos por via do Quartel Mestre.

ARTIGO XVII.—*Do Fardamento.*

§ I. Todas as praças de Pret vencerão Fardamento: o vencimento porém em tempo de paz, será de tres annos: as meias Fardetas terão o vencimento de seis mezes. O colete ou vestia será de mangas, e terá o seu vencimento de dezoito mezes.

§ II. O primeiro Fardamento, e Fardeta será dada em genero, quando o Soldado assentar praça; e os vencimentos seguintes serão contados pelos dias em que cada praça estiver unida ao Regimento, de fórma que se não julgará vencida uma Farda ou Fardeta, sem que o Official Inferior ou Soldado esteja effectivamente servindo no Regimento o numero de dias, que completaõ os annos, ou mezes determinados para o vencimento.

§ III. No fim de cada semestre se ajustará a conta individual com cada uma praça, e se receberá em dinheiro a importancia da Fardeta, ou parte della que tiver vencido, com relação ao numero de dias, que servio nesse prazo. Cada tres annos se fará uma nova avaliação da importancia, ou custo de cada genero pelos preços correntes em Lisboa, e reputando os generos de boa qualidade.

§ IV. O Coronel ou Chefe receberá estas sommas, e as distribuirá aos Capitaens, que as entregaraõ aos Soldados, fazendo-lhes comprar os generos, que lhes faltarem para terem a roupa, e utensilios estabelecidos em ordem; e por isto ficaraõ responsaveis. Os Inspectores Geraes examinaõ com todo o escrupulo a contabilidade do Fardamento.

ARTIGO XVIII.—*Do Armamento.*

§ I. O General em Chefe, de acordo com o Governo, taxará logo o prazo, que deve durar o armamento, e armas de cada Regimento de Infantaria, e Batalhão de Caçadores.

§ II. Determinarão com o mesmo acordo a somma, que convirá arbitrar a Cada Companhia para concerto das armas, corrêas, e mais peças de armamento.

§ III. Esta somma será paga aos Commandantes de Companhias no fim de cada mez; e estes serão obrigados a conservar as armas e armamento em bom estado, e a pagar aos armeiros os concertos, pelo preço, que será taxado por cada peça.

§ IV. Os Chefes das Companhias entregarão nos armazens no fim do tempo que se marcar para o vencimento, as armas que as Companhias tiverem, e receberão outras novas em seu lugar.

§ V. Succedendo perder-se alguma arma, o Commandante da Companhia, a que pertencer, pagalla-ha.

ARTIGO XIX.—*Do tempo de Serviço.*

§ Unico.—Os Officiaes Inferiores, e Soldados não serão obrigados a servir um numero de annos determinado: as suas demissoens em tempo de paz lhe serão dadas á proporção das recrutas que for possivel, fazer annualmente; começando pelos mais velhos, e descendo até aos de trinta annos de idade: procurando-se, quanto for possivel, ter o Exercito sempre composto de homens, que não tenham menos de dezoito annos de idade, nem mais de trinta.

ARTIGO XX.—*Das Demissoens.*

§ Unico.—As demissoens, que os Officiaes pedirem voluntariamente, serão dadas por S. A. R. sobre as informações do General em Chefe, por quem serão dirigidas ao Governo semelhantes pretensões, e nunca por outra via.

ARTIGO XXI.—*Das Licenças absolutas, ou Baixas dos Officiaes Inferiores, e Soldados; e do Recrutamento.*

§ I. O General em Chefe mandará formar todos os

annos, no tempo que lhe parecer, relaçoens dos Officiaes Inferiores e Soldados, que estiverem incapazes do Serviço por doença, e dos que tiverem mais de trinta annos de idade, classificando estes por annos de idade.

§ II. Estas relaçoens, que serão feitas pelos Capitaens Commandantes dos Corpos, serão ratificadas pelos Professores de Medecina, que o General em Chefe determinar, na parte que pertence á incapacidade por doença, e em todas pelos Inspectores da Arma a que pertencerem. O General em Chefe, a quem serão remettidas pelos Inspectores, as julgará, e mandará dar baixa aos que estiverem incapazes, e a tantos homens dos que tiverem idade maior de trinta annos, quantos for possivel substituir naquelle anno com recrutas.

§ III. Logo que o Reyno estiver dividido nos vinte quatro Districtos, que vão determinados no Regulamento das Ordenanças, determinar-se-hão os Regimentos, e outros Corpos, que devem recrutar em cada um delles; e esta regra, uma vez estabelecida, não se alterará depois.

§ IV. O Recrutamento se fará uma ou duas vezes por anno em cada Districto: o General em Chefe marcará o tempo em que se há de começar, e o dia em que as recrutas devem chegar aos Corpos, aonde devem ter praça.

§ V. O General em Chefe, tendo presentes os Mappas de População e de pessoas habéis para serem recrutadas em cada Districto, e os Mappas de força dos Corpos, assim como as Listas dos incapazes, e dos que excederem a trinta annos de idade, determinará as Recrutas que deve fornecer cada districto, e ordenará ao Governador da Provincia, que expeça as Ordens convenientes aos Coroneis d'Ordenanças para as terem promptas no dia aprazado, conforme o que vai determinado no Regulamento das Ordenanças.

§ VI. O Exercito será levado nos primeiros tres annos, que se seguirem á publicação deste Plano, ao pé completo, que vai determinado nelle, e em forma tal que no fim do primeiro anno fique com mais um terço da differença que há entre o estado completo da Organização actual e d'aquella que vai agora determinada: que no fim do segundo anno fique com dous terços dessa differença; e no fim do terceiro fique inteiramente completo.

§ VII. Os Recrutamentos, que se deverão agora fazer para levar o Exercito ao pé de força, que vai determinado, não obstarão ao cumprimento da regra geral, declarada para se dar demissão aos Soldados, que tiverem mais de trinta annos de idade; se porém o numero de recrutas não for sufficiente para se demittirem todos, demittir-se-hão os mais velhos, e pelo menos uma quarta parte dos que excederem á idade marcada.

ARTIGO XXII.—*Das Reformas.*

§ I. Os Officiaes Inferiores, e Soldados, que estiverem incapazes de continuar o serviço, por feridas adquiridas na guerra, ou ainda na paz, em occasião de serviço, ou para adiante se impossibilitarem por semelhantes motivos, serão admittidos nas Companhias de Veteranos, ou reformados, conforme as suas circunstancias.

Dos Officiaes.

§ II. Tendo o Alvará de 16 de Dezembro, de 1790, determinado o limite maior das recompensas por via de reforma, que deveriam obter os Officiaes do Exercito, na esperança de que todos se fizessem igualmente dignos de uma semelhante graça; e tendo depois mostrado a experiencia, que de uma semelhante igualdade, resultava prejuizo ao Serviço, e injustiça para os que serviam com distincção, ficará o sobredito Alvará entendendo-se d'aqui por diante na forma seguinte:

“Serão reformados pela tarifa determinada no referido Alvará todos os Officiaes, que se impossibilitarem do Serviço por feridas adquiridas na guerra, e aquelles que, por um merecimento distincto no cumprimento dos seus deveres, merecerem uma reforma com distincção: a reforma de todos os outros será graduada conforme o seu merecimento, ficando o General em Chefe encarregado de propôr as reformas com attenção ao que fica dicto, e aos annos de serviço de cada Official.”

ARTIGO XXIII.—*De Monte Pio.*

§ I. Sendo as Condições com que foi creado o Monte Pio para as Viúvas, e Filhas dos Officiaes do

Exercito, differentes em quasi todas as Provincias; e convindo não só dar-lhe a uniformidade, que hé indispensavel, mas ao mesmo tempo regular o estabelecimento da maneira que se preenchem os justos fins para que foi concedido, evitando abusos contrarios aos mesmos fins, e onerosos á Real Fazenda, serão substituidas as Condições seguintes ás que presentemente existem, e que são por este declaradas nullas, e de nenhum effeito.

§ II. Os Officiaes do Exercito, que quizerem contribuir para o Monte Pio, começarão a pagar o dia de Soldo mensal desde o dia em que passarem a Officiaes: aquelles, que pelo menos não começarem a contribuir dentro do primeiro Posto, pagando desde o primeiro mez, não serão admitidos.

§ III. O Monte Pio pertencerá unicamente ás Viúvas, e Filhas Solteiras dos Officiaes que tiverem contribuido.

§ IV. As Viúvas dos Officiaes, que passarem a segundas Nupcias, perderão o Monte Pio.

§ V. As Viúvas, ou Filhas de Officiaes, a quem pertencer o Monte Pio, não succederão umas ás outras na parte que tocar a cada uma.

§ VI. Se alguma daquellas, a quem pertencer o Monte Pio, professar em alguma Religião, perderá o Monte Pio.

§ VII. Fallecendo algum Official Viuvo, que não deixe Filhas Solteiras, mas sim um, ou mais Filhos menores, succederão estes no Monte Pio, que lhe pertencer por seu Pay, e gozaráo d'elle até a idade de vinte annos, não tendo bens de Coroa e Ordens.

§ VIII. As Filhas ou Filhos não legitimos dos Officiaes, ainda que reconhecidos sejam, não gozaráo do Monte Pio de seus Pays.

§ IX. Por Monte Pio entender-se-há sempre metade do Soldo da ultima Patente em que qualquer Official tiver tido exercicio, e nunca pela da reforma, regulando-se o vencimento pela tarifa estabelecida em 16 de Dezembro, de 1790, e pela anterior para os Officiaes que ficam excluidos desta tarifa.

§ X. Para que as Viúvas possaõ gozar do Monte Pio, será sempre necessario mostrar, que o seu Casa-

mento precedeo um anno á morte dos Officiaes, com quem foram casadas.

§ XI. No Monte Pio serão tão sómente admittidos os Officiaes Combatentes, e nunca os que tem graduagoens Militares, em consequencia dos Empregos Civis, que occupam no Exercito.

§ XII. Ametade do rendimento annual da Obra Pia, que pelo Alvará de 16 de Dezembro de 1790 foi privativamente consignada para prevenir as futuras precisoens das Viuvas, e Orfans dos Officiaes Militares, entrará todos os annos na Thesouraria, unir-se-ha á prestação mensal dos Officiaes, e fará com ella o fundo para o pagamento do Monte Pio.

§ XIII. Os Officiaes, que actualmente concorrerem para o Monte Pio, não querendo sujeitar-se ás Condiçoens que vâm determinadas, poderaõ reclamar dentro em seis mezes as contribuiçoens com que tiverem entrado na Caixa, porem depois não serão admittidos novamente.

ARTIGO XXIV.—*Do Corpo de Engenheiros.*

§ I. O Corpo de Engenheiros terá por Commandante um Official General, e continuará a ser organizado com o numero de Officiaes e graduagoens determinadas no Regulamento Provisional de 12 de Fevereiro de 1812.

§ II. Os Officiaes de Engenheiros serão divididos pelas Provincias, e Praças do Reyno, na forma que parecer ao General em Chefe, com a opiniaõ do Chefe de Engenheiros, a quem pertenceraõ as nomeagoens, e applicagoens de cada um, e a qualidade de serviço, que for mais analoga aos seus conhecimentos.

§ III. Os Officiaes assim divididos pelo Reyno teraõ sempre correspondencia com o seu Chefe, e dar-lhe-haõ parte dos trabalhos de que estiverem encarregados pelos Generaes, a quem estiverem sujeitos, e dos progressos dos mesmos trabalhos, marcados sobre Cartas das Provincias ou Terrenos, sobre que as houverem de fazer, ainda estando debaixo da inspecção de Chefes Civis, ou na repartição destes.

§ IV. Quando por qualquer motivo for necessario

empregar um Official Engenheiro fora das Ordens immediates do seu Chefe, o Governo passará a Ordem ao General em Chefe, que ordenará a execução ao Chefe de Engenheiros por lhe pertencer esta escolha.

§ V. Os Officiaes Engenheiros empregados nas Repartiçoens Civis, não vencerão gratificação alguma pela Caixa Militar; as Gratificaçoens, que neste caso lhes pertencerem, serão pagas pela Repartição por onde se fizerem as despesas das Obras.

§ VI. Entender-se-hão por obras Militares, as que se fizerem nas Praças de Guerra, Fortalezas, Fortes, Campos entricheirados, levantamentos de Cartas Militares, reconhecimentos de terrenos para serem fortificados, e construcção e concerto de Quarteis, quando forem debaixo da direcção do Chefe de Engenheiros, seja que elle presida immediatamente a semelhantes Obras, ou que sejam dirigidas por outros Officiaes, que delle recebam instrucçoens.

ARTIGO XXV.—Das Praças.

§ I. As Praças de Guerra continuarão a ser classificadas na Ordem em que se achão, relativamente á Classe de Officiaes, que podem ser Governadores, como pelo que pertence ao seu Estado Maior, com as seguintes alteraçoens.

§ II. Palmella será reputada Praça de Guerra com Governador até Coronel, e Ajudante. A este Governador pertencerão os emolumentos, que tinha antigamente o Major de Praça de Setubal.

§ III. O Governador de Valença poderá ser Official General.

§ IV. A Torre de Belém terá Tenente Governador.

§ V. O Governador de Setubal ficará extincto.

§ VI. Quando se conhecer por um reconhecimento mais reflectido, que convenha mudar a Graduacão de alguma das outras Praças, o General em Chefe proporá a mudança ao Governo, allegando as razoes della, e a alteracão não terá lugar em quanto senão expedir Decreto, que altere esta disposiçãõ.

§ VII. Os Governadores, ou Officiaes, e Soldados das Guarniçoens, a quem pertencerem emolumentos de ancoragens ou outros, assim como o Governador da

Torre de Oitaõ, continuaraõ a gozar delles; pois que o estabelecimento, a que foram destinados, naõ teve por ora effeito; e isto naõ obstante as disposiçoens em contrario.

§ VIII. Os Governadores das Praças, que pela Ley naõ saõ Officiaes Generaes, seraõ escolhidos d'entre os Officiaes do Estado Maior, dos de Artilheria, ou de Infanteria da 1ª Linha, e nunca de Milicias, ou outra Arma. Os de Praças insignificantes, em que os Governadores saõ empregados, como em reforma, poderaõ ser tirados de todas as Armas, mas nunca de Milicias.

ARTIGO XXVI.—*Da Artilheria.*

§ I. O General em Chefe, com a parecer do Inspector Geral de Artilheria, regulará o numero e Classe dos Officiaes de Artilheria, que seraõ empregados no Arsenal do Exercito em Lisboa, no Trem do Porto, e nas diversas Provincias, e Praças, e apresentará o Projecto ao Governo.

§ II. Neste Projecto viraõ declaradas as Classes de que se devem tirar estes Officiaes: a fórma dos seus accessos (devendo-os ter :) as suas obrigaçoens, e responsabilidade.

§ III. Em quanto se naõ regularem os officiaes do Trem, naõ teraõ accesso os que ahi se acharem empregados.

ARTIGO XXVII.—*Das Milicias.*

§ I. As Milicias seraõ conservadas no pé em que actualmente se acham, seguindo-se para a sua disciplina e ordem o Regulamento de 20 de Dezembro de 1808 com as seguintes alteraçoens. Nenhum Coronel, ou Official de Milicias poderá pertender passagem, ou accesso para a Tropa de 1ª Linha.

§ II. O General em Chefe poderá reunir por tres dias qualquer Regimento de Milicias, sem ser obrigado a dar anticipadamente parte ao Governo.

§ III. O General em Chefe escolherá entre os Majores, ou Capitaens dos Regimentos de Linha os Officiaes, que iraõ servir os postos de Majores nos Regi-

mentos de Milicias; e entre os Subalternos os que haõ de ir servir nos mesmos Regimentos como Ajudantes; e os proporá nas Propostas, que fizer para serem promovidos na dicta fôrma.

§ IV. Estes Officiaes conservaraõ no Exercito a antiguidade, e precedencia que ahi tinham, quando foram escolhidos para ir servir os dictos Postos; e seraõ promovidos na ordem geral do Exercito pelo seu merecimento, e antiguidade, como se effectivamente estivessem servindo nos postos de que sahíram para os Regimentos de Milicias.

§ V. Os Officiaes assim escolhidos serviraõ em os Regimentos de Milicias pelo espaço de seis annos, se antes naõ forem promovidos por lhe pertencer pelo seu merecimento, e antiguidade na Escala geral do Exercito; mas nunca serviraõ por mais tempo nestes Corpos.

§ VI. O General em Chefe mandará passar Revista aos Regimentos, quando os Officiaes empregados em Majores e Ajudantes tiverem findado o tempo aprazado; e á vista das informaçoes sobre o estado delles, e daquellas que o Inspector Geral lhe tiver dado, proporá os dictos Officiaes para aquelles Postos, que lhe tocarem, conforme a sua antiguidade, como se effectivamente tivessem sido Majores, ou Ajundantes, quando passáram a servir em Milicias.

§ VII. Aquelles Officiaes porém dos Regimentos, que, pela sobredicta revista, e informaçoes, naõ estiverem em bom estado, voltaraõ aos Regimentos, nos postos que ahi tinham, e mesmo em aggregados, segundo o gráo de indisciplina, em que se acharem os Regimentos de Milicias, em que tiverem servido, ou seraõ reformados conforme o seu merecimento.

§ VIII. Os Majores de Milicias, que actualmente se acharem em estado de naõ cumprir com os seus deveres pela sua idade, ou molestias, seraõ reformados segundo as suas circumstancias permittirem: havendo entre elles alguns, que pela sua agilidade e merecimento possam entrar em Majores de Regimentos, seraõ promovidos a este posto, ou a Governo de Praças, em que os Governadores naõ tem accesso.

§ IX. As Propostas de Milicias continuaraõ a ser feitas pelos Coroneis, e dirigidas ao Inspector Geral;

este porém as dirigirá com as suas observações ao General em Chefe, que as mandará com as suas notas ao Governo.

§ X. Ao General em Chefe serão remetidas todas aquellas representações, ou outros Papeis, que até agora pela Regulamento de Milicias se mandavam á Secretaria de Estado.

§ XI. O Recrutamento de Milicias será feito pela mesma forma que vai ordenado para a Tropa de Linha, com a differença que cada uma Companhia terá o seu Districto particular para dentro d'elle recrutar; seguindo-se a respeito da escolha das Recrutas para este Corpo o que se acha determinado no Regulamento de Milicias cap. 5º tit. 1º com declaração de que serão comprehendidos nos habeis para Milicias aquelles individuos, que tiverem obtido demissão da Tropa de Linha, tendo as outras condições especificadas no dicto Regulamento.

ARTIGO XXVIII.—*Do modo de prover os Postos vagos.*

§ I. Os Postos, que vagarem em qualquer Classe do Exercito serão providos em Promoções geraes, que se farão uma, ou duas vezes por anno, como se julgar necessario; com declaração, porém, que ninguém poderá ser Capitão sem ter sido Alferes, e Tenente, successivamente na conformidade do § IV. do cap. XIII. do Regulamento de Infantaria; ficando para esse fim sem effeito o Decreto de 24 de Junho de 1806, e qualquer outro uso, e costume contrario á sobredicta Determinação.

§ II. O General em Chefe proporá para os Postos Officiaes Generaes, que vagarem, aquelles Officiaes, que julgar devem ser promovidos; dirigindo a Proposta immediatamente pela Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, e pela mesma via mandará todos os annos uma relação particular de todos os Chefes de Corpos, e Officiaes Generaes, com as informações a respeito do merecimento de cada um. E quando vagar algum Governo de Provincia, Inspector, ou Governo de Praças, das que tem Governadores Officiaes Generaes, indicará pela mesma via aquelles,

que estão mais nas circumstancias de serem providos em semelhantes Lugares.

§ III. O General em Chefe á vista das informaçoes semestres, que os Coroneis lhe devem dar, e sobre as quaes o Inspector Geral de cada Arma deverá fazer as observaçoens convenientes, fará a proposta de todos os Postos, que estiverem vagos nos Corpos, e igualmente a dos Governadores de Praças, que não tiverem Patentes de Officiaes Generaes, a das Companhias fixas, e a do Corpo de Engenheiros. Segundo as regras seguintes, não proporá para Alferes pessoa alguma, que tenha mais de vinte quatro annos de idade, não seguirá para estes Postos a antiguidade de praça mas tão somente o merecimento, e robustez; preferirá em circumstancias iguaes os Discipulos da Academia Militar, que tiverem aproveitado, os do Collegio da Luz, e os da Universidade de Coimbra, dando-lhes especial preferencia para Segundos Tenentes de Artilheria.

§ IV. As propostas serão geraes para cada Arma, sem que algum Official tenha direito a ser promovido no Regimento em que servir; antes se procurará quanto for possivel promovellos de uns para outros, especialmente os Capitaens, que passarem a Major, pois que estes lugares devem sempre recahir nos mais habéis.

§ V. As Propostas de Postos até Coronel inclusivè serão mandadas pelo General em Chefe ao Governo, que approvará os postos até Capitão inclusivè, e remetterá todas á Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra.

§ VI. O Governador mandará dar exercicio com vencimento de Soldos aos Subalternos, e Capitaens, cujos postos estiverem vagos, e esperará a respeito dos outros pela Decisão de S. A. R.

ARTIGO XXIX.—*Dos Auditores, e do Conselhos de Guerra.*

§ I. Haverá um Auditor Geral, que será Juiz Relator no Conselho de Guerra e Justiça; e por quanto fica sendo conservado o actual Juiz Relator: esta regra tera sómente lugar na falta deste.

§ II. Em cada uma das Brigadas de Infanteria e

Cavallaria haverá um Auditor, que não terá Patente alguma Militar.

§ III. Os Auditores serão sempre escolhidos d'entre os Bachareis, que tiverem servido um Lugar de Letras pelo menos; e dado boa residencia: serão propostos pelo Auditor Geral ao General em Chefe, que, com a sua informação levará a Proposta ao Governo, para ser presente a S. A. R. que nomeará aquelle que mais lhe approuver

§ IV. Os Lugares de Auditores serão triennaes: no fim de cada tres annos apresentarão ao Auditor Geral attestações dos Commandantes de Brigadas, e Divisoens, e dos Generaes de Provincia sobre o seu comportamento: estas attestações com as do Auditor Geral serão dadas ao General em Chefe, que remetterá ao Conselho de Guerra, onde serão julgadas conforme o merecimento de cada um; e se lhe porá na Carta Apostilla, para servir por mais tres annos. Cada tres annos serão contados por um Lugar de Letras da Gradação, que successivamente lhe for pertencendo.

§ V. Quando tiverem feito o Lugar correspondente ao primeiro Banco, o Conselho de Guerra fará presente a S. A. R. o seu Serviço, para serem promovidos, como for conveniente.

§ VI. Quando algum Auditor no fim do triennio quizer requerer pelo Desembargo do Paço os Lugares de Magistratura, a que estiver a caber, apresentará neste Tribunal o titulo, porque servio, com as Certidões correspondentes, julgadas pelo Conselho de Guerra, e será em consequencia attendido no concurso de todos os outros Bachareis de igual Gradação.

ARTIGO XXX.—*Do Fóro.*

§ I. O Fóro Militar pertencerá a todos os individuos, que presentemente o gozão pelas Leys estabelecidas; e sómente serão exceptuados os crimes de Lesa-Majestade de primeira Cabeça; ficando assim entendido o Alvará de 21 de Outubro de 1760, e sem vigor as excepções posteriormente feitas.

§ II. Os Alvarás de 20 de Dezembro de 1784, e 10 de Agosto, de 1790 ficarão sem effeito na parte em que ordenão que os Paizanos, que resistirem, ou embara-

carem aos Officiaes das Ordenanças, ou da Tropa de Linha nas suas deligencias, sejam julgados em Conselhos de Guerra. Semelhantes crimes ficaraõ pertencendo ao Fôro Civil Criminal, quando os culpados pertencerem a este Fôro.

ARTIGO XXXI.—Da Organização dos Conselhos.

§ I. Os Conselhos de Guerra, de Officiaes Inferiores, e Soldados seraõ compostos de um Official Superior, como Presidente, que não será o Chefe do Corpo, do Auditor da Brigada, como Relator, com voto, e de cinco Officiaes.

§ II. Os Conselhos de Guerra, em que se houver de julgar Officiaes, seraõ compostos do mesmo numero de Vogaes determinado para os Officiaes Inferiores e soldados; com declaração que os Officiaes, que os compozerem, seraõ de Gradação immediatamente superior á do Réo, ou pelo menos de igual; e o Presidente será superior em Patente aos Vogaes.

§ III. Quando algum Official Inferior, ou Soldado commetter crime, por que deva ser julgado, o Chefe do Regimento o fará saber ao Chefe da Brigada, que nomeará o Conselho de Officiaes do Regimento, a que o Réo pertencer, não entrando em a nomeação Officiaes, que sejam da Companhia do Official Inferior, ou Soldado, que se deve julgar. O Conselho será sempre feito no Quartel do Regimento. O Brigadeiro ordenará ao Auditor, que seja ahi presente no dia e hora aprazada: se o Auditor da Brigada estiver legitimamente impedido, o Brigadeiro o participará ao Quartel da Divisão, que mandará um Auditor de outra Brigada.

§ IV. Quando algum Official commetter crime, por que deva ser julgado em Conselho de Guerra, o Chefe ou General, debaixo das Ordens de quem servir o tal Official, o fará saber ao General em Chefe, que resolverá se deve ou não proceder-se ao Conselho; e no caso positivo, ordenará ao General da Provincia, ou Divisão, que proceda a nomear o Presidente, o Auditor, e os Vogaes, conforme a Classe de que for o Réo.

§ V. Os Officiaes Milicianos e Sargentos, que gozam do fôro em tempo de paz, seraõ julgados em Conselhos de Guerra, compostos na fórmula acima determinada, de Officiaes nos Regimentos ou Corpos da 1ª Linha, que

tiverem Quartel nos Districtos dos Regimentos de Milicias, ou nas suas immediagoens.

§ VI. Sendo necessario para o bem da disciplina e da justiça, que os Conselhos de Guerra findem dentro de vinte e quatro horas, ou quando muito em oito dias, sendo Capitaes, e dar aos Réos os meios de se defenderem, e evitar toda a nullidade no Processo: o General, que fizer convocar o Conselho, remetterá a culpa ao Auditor, que houver de ser Relator, e este fará prevenir o Reo, por escrito, do delicto de que hé accusado, ordenando-lhe que prepare a sua defeza, e nomêe as testemunhas, que quizer dar para a provar. O Réo fará a nomeação por escripto dentro de vinte e quatro horas; e no fim deste prazo, a pessoa que fez o avizo receberá do Réo a relação das testemunhas, e a entregará ao Auditor: este fará os deprecados, que forem necessarios, e participará ao Official, que ordenar a Convocação do Conselho, o dia em que se podem achar presentes para se dar a ordem aos Vogaes, e terminar a hora em que o Conselho deve começar.

§ VII. O Auditor ajuntará ao Processo a copia do Avizo que se tiver feito ao Réo, assignada pela pessoa que intimar, e duas mais, que estaraõ presentes, quando o mesmo aviso se fizer, e assim a relação das testemunhas assignada pelo Réo. Nos casos em que houver accusador, o Auditor o mandará avisar do dia do Conselho, e ajuntará a Certidão de se haver feito o Aviso.

§ VIII. Entre o Aviso dado ao Réo, e a convocação do Conselho mediará o tempo necessario para que possam estar presentes no dia determinado as testemunhas, e accusador, havendo-o. Succedendo que este prazo não possa ser menor de quinze dias, o Auditor o participará por escripto ao Chefe que fez convocar o Conselho expondo as razoes, por que se faz necessario prolongallo: o Chefe dará conta ao General em Chefe, e o Conselho se fará no dia em que for possivel convocar-se; ajuntando-se ao Processo a copia da participação com os motivos da demora, para se conhecer a causa, porque se não fez no tempo competente.

§ IX. Logo que o Conselho de Guerra se concluir, será fechado, e lacrado pelo Auditor na presença do Conselho, e entregue ao Presidente que o fará subir ao General em Chefe pela mão do General, ou Chefe que fez a convocação do Conselho.

§ X. O General em Chefe examinará com o Auditor Geral os Conselhos, que lhe forem remettidos; confirmará ou modificará os castigos conforme as circumstancias em todos os dos Officiaes, cuja pena não for de degredo, baixa, ou outra maior; nos dos Officiaes Inferiores, ou Soldados, quando não exceder de seis annos de degredo; e fará subir ao Conselho de Justiça os Processos, que no Conselho inferior tiverem sido Sentenciados em pena maior do que as mencionadas.

§ XI. Quando porém algum Processo chegar á presença do General em Chefe com irregularidade tal, que possa entrar em duvida, se a Sentença assenta em bases solidas, o Auditor Geral apontará os defeitos, e o General em Chefe remetterá o apontamento com o Processo ao Conselho, ordenando que se convoque novamente para os supprir, e julgar o Réo á vista do augmento do Processo; devendo porém dar-se nova audiencia ao Réo, quando se julgue que se lhe deve aggravar a pena.

§ XII. As Sentenças preferidas pelo Conselho de Justiça, e aquellas que forem confirmadas pelo General em Chefe, como vai determinado, serão executadas por Ordem d'elle General em Chefe, a quem se remetterão os Conselhos depois de decididos.

§ XIII. Quando porém as penas forem de baixa do posto, degredo, morte civil, ou natural, ou de infamia, e recahirem em Officiaes, não se executarão, sem primeiro se fazerem saber a S. A. R.

§ XIV. Em tempo de Guerra se ampliará a authoridade do General em Chefe, segundo S. A. R. julgar conveniente ao Seu Real Serviço.

ARTIGO XXXII.—*Dos Generaes das Provincias.*

§ I. Os Generaes de Provincia serão sujeitos ao General em Chefe do exercito, e por elle receberão não só todas as Ordens, que elle lhes pôde dar, porém mesmo aquellas, que pelo Governo, ou pelo Conselho de Guerra houverem de lhes ser expedidas; e semelhantemente communicarão com o Governo, e com o Conselho de Guerra por meio do General em Chefe tudo o que for respectivo ao Serviço Militar das Provincias de que estiverem encarregados.

*

§ II. Nas occasioens em que o General em Chefe estiver fóra da Provincia da Extremadura, poderá o Governo communicar ao General da Provincia as ordens que tiver a expedir-lhe, se forem de natureza que não admittaõ demora; e o mesmo fará com o General da Provincia do Alem-Téjo, e Algarve, se o General em Chefe estiver na Beira, Minho, ou Tras-dos-Montes, e inversamente. O Governo porém communicará nesse caso ao General em Chefe as Ordens, que tiver expedido aos Generaes de Provincia, a fim de que as faça executar, e tenha conhecimento de todas as que se expedirem para o Exercito.

§ III. As Tropas, que forem residentes dentro dos limites de cada Provincia, serão sujeitas ao General della; mas este não podera intrometter-se na sua disciplina particular, economia, e exercicios, que serão privativos dos Coroneis, dos Commandantes de Corpos, dos Generaes de Brigada, e General de Divisaõ, os quaes responderaõ gradualmente, e pela parte que lhes toca, ao General em Chefe.

§ IV. Os Generaes de Provincia serão encarregados do que pertence ás Milicias, ás Ordenanças, e dos Recrutamentos debaixo das Ordens do General em Chefe, como vai prevenido no Regulamento das Ordenanças.

§ V. Serão igualmente encarregados os Generaes de Provincia do socego, e tranquillidade dos seus Governos, e teraõ toda a authoridade sobre os Ministros, e Camaras, que lhes hé conferida pelo Regimento dos Governadores das Armas.

§ VI. Sendo o socego de cada uma das Provincias encarregado especialmente ao General que a governa, ficará prohibido a todos os Magistrados, e pessoas de qualquer qualidade ou emprego, assim como ás Camaras o convocar os póvos dos deus Districtos, ou Jurisdicçoens, ou parte delles para se ajuntarem com armas; seja para montarias, seja para outros objectos; salvo se houverem para isso obtido licença dos ditos Generaes, e a tiverem apresentado anticipadamente aos Chefes dos Corpos Militares, que residirem dentro dos Destrictos, em que os póvos forem convocados; mórmente aquelle que tiver o seu quartel na Villa, ou Cidade, em que se fizer a assemblea, ou uma legoa dis-

tante. Os Magistrados ou pessoas, que contravierem a esta resolução, serão reputados perturbadores do sossego publico.

§ VII. Quando os Magistrados necessitarem de força armada para qualquer diligencia importante, podêlha pedir ao General da Provincia, declarando a quantidade; e este lha dará, ordenando que seja commandada por Officiaes. Esta Tropa servirá de auxiliar a diligencia, estando presente algum Ministro, e não acompanhará simplesmente Escrivães, ou Alcaides.

§ VIII. Na occasião em que a tropa for assim empregada, a disposição della sera sempre do Official que a commandar, e não do Ministro.

§ IX. Os Magistrados porém poderaõ convocar aquelle numero de paizanos armados, nunca maior de vinte, que necessitarem para a conducção, e reconducção de prezos.

§ X. As Camerás continuaraõ a convocar as pessoas da governança, e povos para os seus actos de Camera, não podendo porém apresentar-se armados.

§ XI. Os Capitaens Mores, Capitaens e Coroneis de Ordenança poderaõ igualmente reunir as suas Companhias nos dias indicados pela Ley; se estas reunioens porem forem em lugares, onde haja Tropa aquartelada, deveraõ dar antes parte ao Chefe desta, e o mesmo seraõ obrigados a fazer os Chefes, e Officiaes de Milicias, quando se reunirem para que tenham ordem.

ARTIGO XXXIII.—Do Chefe de Engenheiros.

§ I. O Chefe de Engenheiros revistará todos os annos as Praças de Guerra pessoalmente, ou por meio de Officiaes do seu Corpo, pedindo primeiro o beneplacito do General em Chefe a respeito da nomeação dos que devem substituillo nestas Commissoens, que seraõ temporarias: examinará o estado das Praças, e dará conta ao General em Chefe do estado em que as achou, e das obras que em cada uma se necessitam, com o seu orçamento, seja que esta necessidade tenha provindo de ruina ou que as dictas obras sêjam necessarias para augmentar a força das Praças.

§ II. Ao Chefe de Engenheiros pertencerá, debaixo da Ordem do General em Chefe, fazer os Planos para

todas as obras de Fortificação, que se quizerem construir; e para esse fim se aproveitará dos conhecimentos dos Officiaes do seu Corpo, que ouvirá semelhantes objectos, se lhe parecer; ficando porém a redacção dos dictos Projectos confiada unicamente ao seu cuidado, como Chefe do Corpo, e responsavel por elles.

§ III. O Chefe de Engenheiros apresentará ao General em Chefe todos os trabalhos que fizer; e este achando que são uteis, os levará á presença do Governo, interpondo a sua opinião, e declarando quaes são os que se devem fazer em primeiro lugar, a fim de que S. A. R. os possa approvar, e mandar pôr em execução.

ARTIGO XXXIV.—*Dos Inspectores.*

§ I. Os Inspectores das differentes Armas serão immediatamente responsaveis ao General em Chefe, pelo que pertence ao seu Cargo, e a elle dirigirão todas as informaçoes, e observações, que são obrigados a fazer, regulando-se pelo que está determinado nas direcções aos Officiaes Superiores a respeito dos exames que devem fazer, e correspondencia com os Chefes em tudo o que não encontrar o que vai agora determinado, nem as Ordens do General em Chefe.

§ II. Não sendo possivel aos Inspectores fazerem todos os annos pessoalmente a Revista de todas as Tropas da sua Inspecção, proporão ao General em Chefe, entre os Generaes de Divisão ou Brigadeiros, que se achem empregados em Commandos, aquelles, que houverem de servir naquelle anno como Inspectores de Commissão; e com approvação e ordem do General em Chefe lhes commetterão a Revista de Inspecção dos Corpos, que pessoalmente não poderem fazer.

ARTIGO XXXV.—*Do General em Chefe.*

§ I. O General em Chefe terá privativamente o Commando do Exercito da 1ª Linha, das Milicias, das Ordenanças, das Praças de Guerra, e de todos os estabelecimentos Militares, á excepção dos Arsenaes do Exercito, Fabricas de polvora, e de tudo o que toca a

contabilidade, que ficará pertencendo ao Governo; dirigindo-se pelo que vai ordenado, e pelas Leys estabelecidas, na parte em que não estão derogadas.

§ II. Todas as Ordens que o Governo houver de expedir para serem executadas por Militares, serão sempre por via do General em Chefe, e nunca de outra fôrma. Se o Governo necessitar de qualquer pessoa militar para empregar civilmente, passará a Ordem ao General em Chefe, para que este ponha tal pessoa á disposição do Governo.

§ III. Todas as representações, e reclamações, que os individuos do Exercito houverem de fazer, serão sempre dirigidas pelo General em Chefe, que as fará subir á Presença de S. A. R. por via do Governo, quando não for da sua authoridade decidillas; ficando entendido que as reclamações, de que se tracta, são aquellas que forem feitas sobre objectos militares, ou em que se alegarem serviços feitos no Exercito.

§ IV. Ainda que S. A. R. está persuadido de que não haverá motivo de chegarem á Sua Real Presença reclamações fundadas em justiça, não quer como tudo privar os seus Vassallos de lhe levarem os seus recursos; e por isso, hé servido que, havendo pessoas no seu Exercito. que se julguem aggravadas, lhe poderaõ dirigir os seus recursos, depois de terem representado os motivos de queixa ao General em Chefe, pelas vias determinadas nas Ordens geraes; e quando estiverem convencidos de que não são deferidos, neste caso, pedirão licença ao General em Chefe, e dirigirão os dictos recursos a S. A. R. que os atenderá, sendo justos. Declarando porém que mandará castigar todos os que fizerem reclamações calumniosas; e encarrega ao General em Chefe de fazer punir todos os individuos, que não seguirem a regra que vai estabelecida, e que hé tão essencialmente necessaria á conservação de disciplina.

§ V. Ao General em Chefe pertencerá mandar fazer o reconhecimento das Fronteiras, e formar os Planos de Campanha, que devem haver com anticipação; escolher os lugares em que se devem edificar Praças; regular a sua força; mandar fazer os Planos para ellas; julgar quaes das antigas se devem conservar, ou aug-

mentar, quaes convirá demolir: avaliar a quantidade de Artilheria, e municoens, que deve haver em cada uma dellas; destinar os Lugares em que deveraõ haver Armazens de mantimentos, e especificar sua qualidade, e apresentar ao Governo todos os Planos sobre os mencionados objectos para serem presentes a S. A. R.

§ VI. A fim de que objectos de tanta consideração sejam combinados com as forças do Reyno, o Inspector de Artilheria, e o Chefe do Arsenal lhe daraõ todos os annos um Mappa da Artilheria, e Municoens, que houver em Armazem, tanto no Arsenal, como em os differentes Depozitos, ou Armazens do Reyno, com a differença que houver de um a outro, e o destino que tiveram as que não existem, como se explicará melhor no Regulamento dos Arsenaes.

§ VII. A Thesouraria Geral dará todos os tres mezes conta ao General em Chefe das sommas que recebeo, e em que as dispendeo, e o General em Chefe será authorizado para mandar pagar aquellas quantias, que conforme a Ley se devem pagar, assim como regulará a precedencia de pagamentos, quando se não fizerem correntemente a todos os individuos Militares.

§ VIII. O General em Chefe poderá mandar suspender os Empregados Civis do Exercito, que faltarem aos seus deveres, seja demorando os pagamentos, ou as datas da etápa, ragoens, ou outros objectos, ou alterando as quantidades e qualidades, ou fazendo quaesquer outras infracçoens; e mandará proceder pelo Auditor Geral, ou outro as indagaçoens particulares, que forem necessarias, e depois ás judiciaes, a fim de que os culpados sejaõ julgados em Conselho de Guerra, que lhes nomeará, conforme a Graduação honoraria dos Empregados, e que seraõ em ultima instancia revistos no Conselho de Justiça. Quando o General em Chefe proceder á suspensão de qualquer Empregado Civil, o participará logo ao Governo, e o motivo; a fim de que este possa provêr na nomeação de outro para o substituir, quando for da sua competencia.

§ IX. O General em Chefe hé authorizado para mandar passar de effectivos a aggredados, primeira e segunda vez, e pelo tempo de seis mezes, aquelles Officiaes, que pela sua conducta, e frouxidão mere-

cerem este castigo: aquelle porem que tiver soffrido duas vezes esta pena, e reincidir nas mesmas relaxações, será julgado em Conselho de Guerra, e expulso.

§ X. O General em Chefe dará cada tres mezes ao Governo um Mappa em resumo da força do Exercito com um outro Mappa separado de cada Corpo para ser presente a S. A. R.: e dará outrosim ao Governo quaesquer Mappas, e clarezas, de que necessitar para se verificar, ou a contabilidade, ou para ter o devido conhecimento do estado da força do Exercito.

Palacio do Rio de Janeiro, vinte um de Fevereiro, de mil oitocentos dezeseis.

Marquez de AGUIAR.

Quarteis dos Regimentos de Infanteria, e Batalhaõ de Caçadores.

I. Brigada. 1 Reg. Belém. 19. Cascaes. 5. Caçadores Feitoria.—II. Brig. 2. Lagos. 14. Tavira. 4 Caçadores Mertola.—III. Brig. 3. Braga. 15. Guimarães. 6 Caçadores, Penafiel.—IV. Brig. 4. Torres Vedras. 13. Peniche. 9 Caçadores, Lourinhã.—V. Brig. 5. Extremôz. 17. Monte Mór o Novo. 1 Caçadores, Portalegre.—VI. Brig. 6. Oliveira de Azimeis. 18. Porto. 11 Caçadores, Feira.—VII. Brig. 7. Setubal. 16. Santarem. 2 Caçadores, Thomar.—VIII. Brig. 8. Castello-Branco. 20. Abrantes. 7 Caçadores, Fundaõ.—IX. Brig. 9. Vianna. 21. Caminha. 12 Caçadores, Ponte de Lima.—X. Brig. 10. Figueira. 22. Leiria. 10 Caçadores, Aveiro.—XI. Brig. 11. Vizeu. 23. Lamego. 8 Caçadores, Trancozo.—XII. Brig. 12. Chaves. 24. Bragança. 3 Caçadores, Villa Real.

I. Division. 1ª et 4ª Brigadas.—II. Division. 2ª et 5ª Brigadas.—III. Division. 3ª et 9ª Brigadas.—IV. Division. 6ª et 10 Brigadas.—V. Division. 7ª et 8ª Brigadas. VI. Division. 11ª e 12ª Brigadas.

Quarteis dos Regimentos de Cavallaria.

I. Brigada. 1 e 4. Reg. Entre Villa Franca, Carregado, e Azambuja. II. Brigada. 2. Evora. 5. Beja. III. Brigada. 3. Aveiro. 6. Monção. IV. Brigada. 7. Torres Novas. 10. Santarem. V. Brigada. 8.

Niza. 11. Castello-Branco. VI. Brigada. 9. Chaves.
12. Bragança.

ESTADOS UNIDOS D'AMERICA.

Mensagem do Presidente.

No dia 3 de Dezembro, ao meio dia, o Presidente dos Estados Unidos transmitio a ambas as Casas do Congresso pelo seu Secretario Todd a seguinte Mensagem:—

“Concidadãos do Senado, e da Casa dos Representantes;

“Na expozição que vamos fazer-vos do estado actual do nosso paiz não podemos omitir a circumstancia dos maos effeitos produzidos pela intemperança das estaçoens, que tem geralmente deteriorado os annuaes dons da terra, assim como tem ameaçado com escacez alguns particulares districtos. Todavia, tal hé a variedade dos terrenos, dos climas, e das produçoens dentro dos nossos extensos limites, que os recursos geraes para a subsistencia são mais que sufficientes para satisfazer todas as nossas necessidades. Mas como assim mesmo pode ser necessario ter alguma economia extraordinaria, devemos ser mui gratos a Providencia por nos haver concedido, em compensação disto, um dos annos mais sadios que temos visto.

“Entre as vantagens que nos deo a paz da Europa, e em particular a dos Estados Unidos com a Gran Bretanha, fazendo com que geralmente tenha crescido a industria entre nós, e se haja extendido o nosso commercio, cuja importancia hé cada vez mais conhecida pelas naçoens commerciantes, temos com tudo para lamentar algum abatimento em certos ramos da nossa industria, e em parte da nossa navegação. Mas como o primeiro procede essencialmente de um excesso de fazendas importadas, mal, que traz já consigo o remedio, a sua cauza, tal como agora existe, não pode ser de longa duração. Todavia, o congresso não deve

olhar para este mal sem recordar-se, que se uma vez se permite que os estabelecimentos de industria e das artes esmoreçam, ou por muito tempo estejam em decadencia, nunca podem reviver se não se destroem as causas que produziram a sua queda; e muito mais, que nas vicissitudes dos negocios humanos podem occorrer circumstancias em que a dependencia dos recursos estranhos para as couzas da primeira necessidade, seja uma verdadeira calamidade ou um mui serio embarço.

“ O abatimento de parte da nossa navegação deve attribuir-se, principalmente, á exclusão que nos fez das suas colonias essa nação, que mais está ligada com nosco pelo commereio; e por consequencia procede da indirecta operação dessa mesma exclusão.

“ Antes da ultima Convenção de Londres entre os Estados Unidos e a Gran Bretanha, o estado relativo das leis de navegação de ambos os paizes, leis procedidas do Tratado de 1794, tinha dado á navegação Britannica uma mui notavel superioridade sobre a navegação Americana, no que dizia respeito á communicação entre os portos Americanos e os portos Britannicos da Europa. A Convenção de Londres igualou as leis de ambos os paizes na parte relativa a esses portos, ficando como antes a communicação entre os nossos portos e os das Colonias Britannicas sujeita aos respectivos regulamentos das partes. O Governo Britannico, vigorando agora os regulamentos, que prohibem o commercio entre as suas colonias e os Estados Unidos quando feito em navios Americanos, e so o permitem em navios Britannicos, fez com que a navegação Americana soffra muito com estas disposições; e estas perdas se augmentão com a vantagem que ganha a competição Britannica sobre a Americana, em virtude da navegação entre os nossos portos e os Inglezes da Europa, feita por meio de viagens de mais longo circuito ou de escala mais extensa, de que uns se podem aproveitar, e outros não.

“ Nós quizemos que a racionavel regra da reciprocidade, applicada a um ramo das communicações commerciaes, fosse tambem applicavel aos outros mais ramos, porem o Gabinete Britannico não quis entrar em negociação alguma a este respeito, declarando com

tudo ao mesmo tempo, que não levaria a mal quaesquer regulamentos particulares que os Estados Unidos houvessem de fazer em virtude desta recuzação. A sabedoria da legislatura decidirá, por conseguinte, o que em taes circumstancias hé conveniente fazer, sem nunca perder de vista nem as amigaveis relações que subsistem entre os dois paizes, nem os justos interesses dos Estados Unidos.

“ Eu tenho a satisfação de declarar que, geralmente, estamos em amizade com as potencias estrangeiras. Um successo, todavia, acaba de passar-se no golfo do Mexico, que se for sancionado pelo governo de Hespanha, poderá produzir uma excepção a respeito d’aquella potencia. Segundo a parte dada pello nosso commandante naval naquellas paragens, um dos nossos publicos navios armados foi atacado por uma força superior, commandada por um chefe Hespanhol: e a bandeira Americana, e os officiaes e tripulação foram insultados por uma maneira que exige uma prompta satisfação. Esta já foi pedida; e no emtanto uma fragata e um pequeno navio de guerra foram mandados para aquelle golfo, a fim de ali protegerem o nosso commercio. Não se deve porem omitir, que o ministro de S. M. C. junto dos Estados Unidos immediatamente declarou pelo modo mais pozititivo, que nenhuma ordens hostis podiaõ até agora terem vindo do seo governo, e que estava pronto, a fazer, assim como esperava conseguir tudo o que dependesse das circumstancias do cazo, e fosse conforme com as amigaveis relações de ambos os paizes. Por hora ainda não hé bem conhecido o estado actual dos nossos negocios com Argel. O Dey, tomando por pretexto circumstancias, pelas quaes não podiaõ ser responsaveis os Estados Unidos, escreveu uma carta a este governo, declarando que o ultimo Tratado, concluido com elle, estava nullo por violação da nossa parte; e lhe dava a escolher ou a guerra, ou a renovação do antigo Tratado que, entre outras couzas, estipulava um tributo annual. A resposta que se lhe deu, e em que explicitamente se lhe declarou que os Estados Unidos *preferiam a guerra á pagar qualquer tributo*, exigia que elle tornasse a reconhecer o ultimo tratado que abolio o tributo, e a escravidão dos nossos

cidadãos aprisionados. Ainda se não recebo noticia do resultado deste negociação; mas se o nosso commercio tornar a sofrer os inconvenientes da guerra, esperamos que achará toda a protecção em as nossas forças navaes que agora estão no Mediterraneo.

“ Quanto aos outros Estados Barbarescos, conservão-se do mesmo modo porque até aqui tem vivido com nosco.

“ As tribus Indianas, que rezidem dentro dos nossos limites, parecem estar dispostas a conservar-se em paz. A’ muitas dellas se tem comprado terras, o que hé mui favoravel tanto para os dezejos e segurança dos nossos estabelecimentos da fronteira como para os interesses geraes da nação. Em alguns cazos os titulos, ainda que não sufficientemente provados, e algumas vezes disputados por diversas tribus, tem-se legalizado por duplicadas compras, feitas as diversas tribus disputantes: a benevola politica dos Estados Unidos antes prefere pagar mais do que expor-se a cometer uma injustiça, ou ainda mesmo a fazer justiça por meio da força, empregada contra um povo fraco, e indefenso, que pode mui bem trazer consigo a effusão de sangue. Tenho, alem disto, muita satisfacção em acrescentar, que a tranquillidade, que agora se acha restabelecida entre todas as tribus entre si, e entre ellas e nós, servirá muito para adeantar a obra da civilização, cujos progressos tem sido mui consideraveis entre muitas tribus. Para isto deve tambem servir muito a progressiva facilidade que vai havendo de acrescentar a antiga e unica propriedade movel, com que ate agora só contavaõ os individuos, a nova propriedade de raiz, de que necessariamente depende a transição da vida selvagem para a vida social.

“ Eu devo recomendar á consideração do Congresso, como objecto da maior importancia para o bem nacional, a reorganisação da milicia debaixo de um plano, que haja de formala em classes, segundo os diversos periodos da vida mais ou menos proporcionados para o serviço militar. A constituição menciona e autoriza uma effectiva milicia, que o espirito e segurança de todo o governo livre requerem. A organização actual da milicia hé universalmente olhada como defeituoza; e nenhuma melhor se poderá

imaginar do que aquella que, por meio de classificaçoens, assignar o primeiro pôsto, na defeza da patria, á esta porção de cidadãos que por seo espirito e actividade são os mais capazes de se alistarem debaixo de seos estandartes. Alem da concideração de que o tempo de paz hé sempre o melhor para fazer taes regulamentos com equidade e proveito, acresce ainda agora mais a nossa experiencia da ultima guerra, em que a milicia teve uma parte tão brilhante.

“ O Congresso se lembrará, que ainda se não tem dado convenientes providencias para a uniformidade dos pesos e medidas, de que a constituição faz menção. A grande utilidade que rezulta de haver um modello invariavel, e fundado nas proporçoens decimaes, hé claramente conhecida. O governo, logo nos seos principios, deo para isto alguns passsos preparatorios, e agora o complemento desta obra lhe dará um justo titulo para a gratidão publica.

“ A importancia, que eu tenho dado ao estabelecimento de uma Universidade dentro deste districto, em uma escala e proporção de objectos dignos da nação Americana, me induz a recomenda-la de novo a favoravel consideração do Congresso. E particularmente tambem ainda de novo o convido a empregar toda a sua prezente auctoridade, e até a amplia-la ainda mais, sendo necessario, para a execucao de um completo sistema de estradas e Canaes, por meio dos quaes se estreitem e se unaõ, quanto for possivel, as diversas partes do nosso territorio, e por effeito destas mais intimas communicacoens se augmentem todos os recursos parciaes em beneficio da prosperidade geral.

“ Cazos tem havido que mostraõ não serem ainda sufficientes os regulamentos actuaes, que trataõ da administração da justiça criminal, applicada aos lugares e pessoas, que estão debaixo da excluziva auctoridade nacional; e uma emenda da lei, que abranja todos os cazos, merece as mais promptas providencias da legislatura. Ao mesmo tempo será uma occasiaõ oportuna para que o poder legislativo regule as penas para certas offensas, designadas pela constituição, estatutos, as quaes todavia ou não tem ainda penas correspondentes, ou se as tem, não estão sufficientemente declaradas. Proponho, por tanto, á sabedoria do Congresso

se com effeito seria util fazer uma completa revizão do nosso Codigo criminal, a fim de se mitigarem, em certos cazos, penas que se estabeleceram antes de mostrar a experiencia, que não precisavaõ ser taõ rigorozas.

“ Os Estados Unidos, que foraõ os primeiros em abolir dentro do seo territorio a escravidão dos Africanos, e em punir os cidadãos que faziaõ este trafico, devem congratular-se com as medidas que tem tomado as outras naçoens para a inteira abolição deste grande mal. Devem por conseguinte ter tambem o maior cuidado em fazer executar efficamente os seos regulamentos a este respeito. E por isso recommendo ao Congresso haja de attender para as violaçoens, que consta se tem cometido neste ponto por indignos cidadãos, os quaes debaixo de bandeiras estrangeiras, e em portos alheios haõ feito este trafico, até introduzindo escravos dentro dos Estados Unidos por meio dos portos e territorios vezinhos. Eu denuncio este objecto ao Congresso na plena intelligencia de que elle lhe applicará um remedio efficaz, fazendo uma emenda na lei. Os regulamentos, destinados a impedir os abuzos de tal natureza no commercio feito pelos diversos Estados, seraõ muito mais efficazes em attenção ao seo taõ humano objecto.

“ Á’ estas recommendaçoens, que faço ao Congresso, acrescento ainda a da necessidade que há de modificar a organização judiciaria, e de crear uma addicional repartição para a parte Executiva do governo.—A primeira providencia faz-se necessaria pela multiplicidade de cauzas que correm nos tribunaes Federativos, e pela grande extensão de territorio sobre que elles adminstraõ a justiça. Parece estar já chegado o tempo da aliviar os membros do Tribunal supremo das suas fatigantes viagens, incompativeis não só com a idade de muitos delles, porem com as despezas e preparativos necessarios para manter seos empregos e character judicial. Assim parecee conveniente organizar tribunaes subalternos, que administrem a justiça sem concideravel augmento de numero de juizes, ou de excessivas despezas.

A extentaõ e variedade dos negocios Executivos, que tem crescido com os progressos do Estado e com o augmento de povoação, exigem tambem uma addi-

cional secretária, que despache os negocios que agora sobcarregão as outras, e outros que de novo tem acrescido.

A experiencia igualmente tem mostrado a necessidade de outra reforma na repartição do poder executivo, e vem a ser, que o ordenado do Procurador Geral, cuja rezidencia no mesmo lugar do governo, suas officiaes connecçoens com elle e a agencia dos negocios publicos per ante os tribunaes judiciarios, privaõ de uma mui consideravel porção de lucros da sua profissão, seja proporcionado aos seus serviços e as suas privaçoens; e que tendo-se em vista a sua racionavel subsistencia, e um local necessario para depozito de suas respostas e tençoens officiaes, lhe sejaõ concedidos, como parte de seo ordenado, todos os emolumentos que por uzo pertencem as secretarias publicas.

“Dirigindo a agora as attençoens da auctoridade legislativa para o estado das nossas finanças, hé uma grande satisfacção contemplar, que dentro do mesmo curto espaço de tempo que tem decorrido desde a epocha da paz até agora, as rendas publicas tem sempre excedido muito as despezas do erario, e que apesar de toda a provavel diminuicão que possa haver nas primeiras pelas vicissitudes do commercio, sempre seraõ sufficientes para acumular um fundo amplo e effectivo, com que se possa brevemente extinguir a divida publica. Os calculos e estimativas do anno de 1816 mostraõ, que as actuaes receitas e rendas do erario, incluindo o balanço do principio do mesmo anno, e excluidos os productos dos emprestimos e notas do tezouro, montaram a soma, pouco mais ou menos, de quarenta e sete milhoens de dollars (94 milhoens de cruzados); e que durante o mesmo anno, os actuaes pagamentos do erario, incluindo o pagamento dos atrasados, pertencentes a repartição da guerra, assim como outros pagamentos consideravelmente excessivos, e muito superiores as regulares despezas annuaes, devem subir pouco mais ou menos á soma de trinta e oito milhoens de dollars (76 milhoens de cruzados): logo no fim do anno teremos de remanescente no erario perto de— nove milhoens de dollars, (18 milhoens de cruzados.)

“As operaçoens do erario continuaõ a estar emba-

ragadas pelas difficuldades procedidas da natureza da circulação do papel moeda, porem, apezar disso, tem produzido um bem mui pozitivo, e de geral utilidade, que ha sido a reducção da divida publica, e o estabelecimento do credito publico. A divida fluctuante das notas do thezouro, e dos emprestimos temporarios brevemente será de todo satisfeita. A soma total da divida consolidada, e composta das dividas contrahidas durante as guerras de 1776, e 1812, tem sido calculada até o primeiro de Janeiro passado em uma quantia que não excede-cento e dez milhoens de dollars; e a renda permanente, produzida pelas vias e meios actuaes, foi calculada pouco mais ou menos em vinte e cinco milhoens de dollars (50 milhoens de cruzados.)

“ Se lançar-mos uma vista geral sobre este assumpto, veremos facilmente que para a prosperidade fiscal do governo nada mais se precisa do que o estabelecimento de um meio uniforme de transmutações.—Os recursos e o credito da nação, desenvolvidos pelo sistema que o congresso formou, afiançaõ um continuo respeito e confiança tanto entre os nacionaes como entre os estrangeiros. As accumulções das rendas locaes já tem habilitado o erario para pagar as dividas publicas com a moeda corrente da maior parte dos estados; e com razão se espera, que a mesma cauza produza os mesmos effeitos em todas as partes da uniaõ. Mas para os interesses de todos em geral, e para as operações do erario hé essencial que a nação tenha uma moeda de igual valor, credito, e uzo em qualquer parte que circule. A constituição deo exclusivamente ao Congresso o poder de crear e regular uma moeda daquella natureza; e as medidas, que já se tomaram na ultimo sessaõ, em virtude deste poder, auguraõ todo o bom successo. O Banco dos Estados Unidos foi organizado debaixo dos auspicios mais favoraveis, e não pode deixar de ser um auxillio muito importante para o desempenho destas mesmas medidas.

“ Para dar a conhecer em maior ponto de vista o estado das finanças publicas, e quaes são os passos que tem dado o erario até o tempo da resignação do ultimo Secretario, eu envio um extracto do ultimo relatorio daquelle ministro. O Congresso achará nelle

provas mui amplas dos fundamentos solidos em que está fundada a prosperidade financial da nação; e fará justiça á mui distincta habilidade e as felizes combinaçoens por meio das quaes se executou tudo o que pertencia a aquella repartição em tempos notaveis por suas difficuldades, e mui particulares embarços.

“ Estando a chegar a epocha, em que devo retirar-me do serviço publico, não posso ter melhor occasião do que esta para manifestar aos meos concidadaons o quanto lhes sou agradecido por sua continua confiança, e pelo bom auxilio que todos me deram. Nunca poderei especer-me das distinctas provas que sempre recebi do seo bom comportamento; e a persuazaõ de que se não tenho servido a minha patria com grande habilidade ao menos a tenho servido com muito amor e muito zelo, me servira em todo o tempo de satisfacção recompensa.

“ Felismente eu ainda posso conservar, depois de sahir do meo emprego publico, outras muitas recollecçoens, que sempre são mui caras aos amigos da sua patria. Eu a vejo ditoza com tranquillidade e prosperidade interior, e com paz e respeito exterior. Posso por tanto cançolar-me com a glorioza lembrança, que o povo Americano já entrou seguro e feliz no quadragessimo anno da sua independencia; que durante quaze uma geração inteira tem experimentado a sua actual constituição, fructo de suas pacificas deliberaçoens e livre vontade; que tem visto como ella, tanto na prospera como adversa fortuna, une, pelas suas combinaçoens dos principios federaes e ellectivos, as qualidades da força publica com as da liberdade pessoal; e as do poder nacional, em beneficio dos direitos publicos, com as de segurança contra as guerras de injustiça, de ambição, ou vam-gloria; e tudo por effeito da lei fundamental, que sujeita todas as questoes sobre a guerra á decizaõ e vontade do povo, que só a sustenta com seo dinheiro e com seo sangue. Tem ainda a nossa feliz e amada constituição outra mui particular qualidade, que hé de ser capaz, sem nada perder da sua força, de applicar-se a um mui espaçozo territorio, e de o tornar a fortunado.

“ Assim, á este agradavel espetaculo bem posso tambem ainda acrescentar que, attendendo ao character do

povo Americano, ao seo amor pela liberdade, e a constituição que lha dá e lha garante, com toda a razão espero que a minha patria continuará a ter um governo sempre cuidadoso do bem nacional, como primeiro objecto de seos trabalhos, e que nunca perca de vista os grandes principios politicos consagrados na sua Charta, assim como os principios moraes ligados com elles: um governo, que vigie a pureza das elleições; a liberdade de fallar e de escrever; a instituição dos Jurados: mantenha a paz entre a religião e o estado; conserve inviolavelmente as maximas da boa fé, e a segurança da propriedade e das pessoas; e espalhe por todos os modos legais os conhecimentos e as luzes, que só podem dar permanencia a liberdade publica, e aos que a gozaõ, verdadeira satisfacção e felicidade: um governo, que nem se intrometa com os negocios internos das outras nações, nem permita que ellas se intrometaõ com o nosso; que faça justiça a todas as potencias estrangeiras com a mesma rectidão que deseja que ellas lha fação; e que, assim que tiver purificado as suas leis domesticas de todos os ingredientes incompativeis com os principios das luzes do seculo e com os sentimentos de um povo virtuozo, procure, appellando para a razão e para os exemplos liberaes, infundir nas leis porque se governa o mundo civilizado um espirito pacifico, que diminua a frequencia das guerras, ou pelo menos circumscreva as suas calamidades, e melhore as beneficas e sociaes communicações que produzem a paz: um governo, em fim, que pelo seo comportamento interno e externo inspire a mais nobre de todas as ambições,—a de promover a paz do mundo, e as virtudes dos homens.

“Todas estas contemplações, com que adogarei o resto de meos dias, augmentarão ainda o fervor de meos desejos pela felicidade da minha patria, e perpetuidade dessas leis, que até agora lha tem dado.

“JAMES MADISON.”

ILHA TERCEIRA.

Pastoral do Ex^{mo} Sr. Dom. Fr. Alexandre da Sagrada Família, Bispo d'Angra, dirigida á R^{da} Vigaria do Convento de S. João Evangelista da Cidade de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel.

Reverenda Madre Vigaria in Capite;

Desde que sahi d'essa Ilha até hoje nem um só dia nos esqueceo rogar a Deos por essa communidade toda, lembrando-nos de continuo o muito, que lhe eramos obrigados; mas nisso mesmo se-vio nossa tibieza, e frouxidão; pois de tantas oraçoens nenhum fructo se colheo: maldades, e escandalos, hé o que tem visto o mundo nascer, e crescer entré essas paredes, com descongolação, e indizivel magua nossa: Oxalá, que prestasse o nosso sangue para remedio de tantos, e tais males. Não presta; mas certamente presta o de Jezus, e por este pedimos o que tanto dezejamos, e não podemos impetrar, para todas, e cada uma dessas religiosas. Teimaremos a pedir; mas hé precizo, que tambem ellas nos ajudem, unindo com o sangue de Christo suas lagrimas, suas preces, seus fervorosos prepozitos; héprecizo, que o zelo activo do prelado áche coraçoens doces, e flexiveis nas subditas, para que unidos os esforços consigamos de Deos a paz, que anda tão desterrada desse Mosteiro, e que só do Ceo nos pode vir; que em quanto abuscar-mos no mundo não a havemos de achar. Quanto a nós desde o dia da nossa posse, temos por dez dias, em frequentes conferencias com o crucifixo, excogitado arbitrios, e meios de reconquistar para Deos os coraçoens, que ahi o tem deichado; sem o que em vão queremos a paz, e parece-nos ouvir da boca do mesmo Senhor, que a conseguiremos pela brandura, e clemencia, mais do que pela força e authoridade; e para mostrar-mos quam dispostos estamos a seguir este caminho, e obrar conforme o genio do mesmo Deos, (reservando para outra occaziaão dirigir nossa vóz aos outros mosteiros menos necessitados) agora só vamos rogar a V. R. que

*

em recebendo estas regras, vá, vá logo pessoalmente com a communidade as cellas, que presentemente servem de Caza de disciplina, e pondo em liberdade religiosa as 10 penitenciadas, com ellas, e com todas caminhe ao Coro, e ali com a maior devoção, que puderem (oh! se quizesse Deos, que á todas acudissem lagrimas penitentes, e internecidas) entoando as preces da igreja, no fim dellas levante-se V. R. só, e chegando á que antes era Abbadessa entregue-lhe as chaves, e Sellos do Convento, e ajoelhando, preste-lhe obediencia, paz, e amor verdadeiro. De todas confiâmos, que imitarão esse exemplo, e que a força delle dobrará os Coraçoes queixozos, sendo poderoza a graça para fazer, que esta scena seja seguida de outras de nova edificação. Pedimos Madre, pedimos nas entranhas de Jezus esta condescendencia: pede o mesmo Jezus. Nelle esperâmos, que não se nos negue no principio do nosso apostolado a consolação, e a gloria de vermos renascer nessa Caza a tranquillidade, e a verdadeira paz. Angra 14 de Novembro 1816.—De V. R.—Vº e S.—Fr. B. d'Angra.

REINO DE PORTUGAL.

Progressos da Industria e Commercio Portuguez em Lisboa.

(Extracto da Gazeta de Lisboa, de 17 de Dezembro, 1816.)

“ No Armazem Inglez, No. 5, rua larga de S. Paulo, junto ao Arco grande do Marquez, se tem novamente recebido um sortimento de vestidos feitos, de Senhores, pretos: cazacas, coletes, pantalonas, &c. Suspensorios finos, caixas de letras para marcar roupa e imprimir, bandejas de charão de novo gosto, oculos de ver ao longe,* facas, e garfos.”

(*Copia fiel, e exactissima da citada Gazeta.*)

* Muito dezejariamos que entre os oculos de ver ao longe tambem se exportassem para Lisboa alguns *de ver ao perto*. A ophthalmia parece ser hoje uma doença mui geral.—Nota dos Redactores.

PORTO.

Exportação de Vinho do Porto (de embarque) no anno de 1816.

	Pipas.
Para a America Septentrional	677 $\frac{1}{2}$
— Russia	775 $\frac{1}{2}$
— Suecia	9 $\frac{1}{4}$
— Dinamarca	28 $\frac{1}{2}$
— Prussia	23 $\frac{1}{2}$
— Hamburgo	274 $\frac{1}{2}$
— Weimar	$\frac{1}{2}$
— Hollanda	534 $\frac{1}{4}$
— França	8 $\frac{1}{2}$
— Gibraltar e Mediterraneo	8 $\frac{1}{2}$
— Bilbao	1
— Monte-Video	3
— Gram Bretanha	15,527 $\frac{1}{2}$
Soma	17,872
Exportação de Vinho (de ramo) para á Russia	300
Soma Total	18,172

INGLATERRA.

Extracto do 1º Buletin Official á cerca das operaçoens Militares no Rio da Prata.

Rio de Janeiro, 30 de Outubro, 1816.

Agora mesmo se recebe a noticia de terem os Insurgentes attacado um piquete nosso no dia 5 de Setembro, o que obrigou a vanguarda da divizaõ das voluntarios reaes a repeli-los, deixando elles carretas, cavalhadas, e boiadas.

No dia 24 do mesmo mez, um destacamento da dita vanguarda, composto de 80 homens, destroçou um bando de 300 Insurgentes no passo de Chafalote, dos quaes ficaram 20 prizioneiros, 19 mortos, e muitos feridos.

Carta ao Editor do Times sobre este mesmo assumpto.

Senhor;—A pezar das constantes restricçoens e prohibiçoens, que as manufacturas Inglezas sofrem em Hespanha, vós continuaes a fazer o uzo mais amplo e liberal das fazendas daquelle paiz; porque um artigo, evidentemente de manufactura Hespanhola, foi admitido no *Courier* de 13 do corrente, e logo no dia seguinte copiado, e repetido por todas as Gazetas, com mui favoraveis commentarios.

Os Jornalistas Inglezes deviaõ, todavia, segundo me parece, suspender o seo juizo sobre as accusaçoens feitas contra os projectos do gabinete do Rio de Janeiro, ao menos até haver tempo de poderem chegar a Inglaterra a explicaçoens, á que de certo deve dar occasião a marcha das tropas Portuguezas para o territorio de Monte-Video. El Rey de Portugal, que no mesmo tempo em que todo o Continente obedecia em silencio á Buonaparte, ouzou rezistir á sua influencia, ao ponto de sacrificar uma coroa, só para manter a sua honra e tratados com a Gram Bretanha, merece com effeito, que se algumas duvidas há, que possaõ suscitar-se sobre a lealdade do seo comportamento, estas sejaõ interpretadas em seo favor e não contra elle.

O gabinete do Rio de Janeiro não pode ter em vista augmento algum de territorio, porem hé certo que tem todo o direito a conservar a tranquillidade das suas fronteiras, e particularmente daquellas situadas ao sul do Brazil, e do lado do Rio da Prata, cujos limites há muito tempo que andaõ disputados por ambos os governos. O unico engrandecimento de que precisa o Brazil hé aquelle que o sabio governo, e illuminada politica do Soberano já lhe tem começado a dar, isto hé:—a abertura dos portos para o commercio de todas as naçoens;—a abolição do tribunal da Inquisição;—a

recuzação de receber os Jesuitas ;—a declaração de tolerancia de todas as religioens ;—e em fim o convite liberal, feito a todos os artistas e colonos, que podem promover a prosperidade do imperio ; porque este não precisa de territorio, mas unicamente de povoação e de braços.

Hé só, por consequencia, á vista das declaraçoens que El Rey de Portugal não deixará de fazer, e não em virtude de apocryphas ou mutiladas proclamaçoens, que devemos ajuizar de suas intençoens ; e seguramente as grandes potencias para quem Hespanha tem appellido com mediadoras, hão de esperar por estas declaraçoens, e antes dellas não hão de proferir extemporaneas sentenças, que seriaõ incompativeis com a imparcialidade do character de arbitros que nos dizem que tem.

A' este respeito, será todavia justo citar os factos seguintes:—Em 1811, quando o territorio de Monte-Video ainda estava no dominio da coroa de Hespanha, e foi atacado pelos insurgentes de Buenos Ayres, o governador de Monte-Video e a regencia de Cadiz instantemente pediram o auxilio das tropas Portuguezas: uma divizaõ destas tropas foi com effeito expedida para este effeito, avançou até Maldonado, e provavelmente haveria restituído ao dominio d'El Rey d'Hespanha todas as provincias de Buenos Ayres, se o governador de Monte-Video não se houvesse apressado, sem nenhuma previa noticia dada a estas tropas, e sem a sua concurrencia (ainda que todas as operaçoens militares tivessem sido combinadas de commum accordo) a concluir uma convenção com a Junta de Buenos Ayres, na qual se obrigou a fazer retirar as tropas Portuguezas, deixando-as no em tanto expostas aos ataques dos insurgentes, condicão estipulada para cessarem as hostilidades contra Monte-Video. El Rey de Portugal, a pezar da pouca attenção com que nesse tempo foi tratado, não hezitou em mandar retroceder as suas tropas ; e com isso deo uma prova, que agora não devia esquecer, de que o seo unico fim era ajudar El Rey d'Hespanha, e não o invadir seos territorios. O resultado, com tudo, da retirada da divizaõ Portugueza foi, que os insurgentes renovaram, poucos mezes depois, o sitio de Monte-Video, e a final o

tomaram. Mas este comportamento do governador de Monte-Video era mui conforme com o que já antes havia tido o gabinete de Madrid quando fez a sua paz de Bazilea com a Republica Franceza, sem nella incluir Portugal, que só estava em guerra com a França por cauza do auxilio que havia dado a Hespanha; e finalmente, quando, pouco tempo depois, fez liga com a França para invadir Portugal, e apossar-se de uma parte de seo territorio, que Hespanha ainda até o dia de hoje conserva, a pezar dos dezejós de todas as Potencias, manifestados no tratado de Vienna.

Voltemos porem ao nosso ponto principal, á Monte-Video.—Em consequencia das continuas agitaçoens e guerras civis, que estão devorando aquelle desgraçado paiz, um individuo, chamado Artigas, conseguiu fazer-se Senhor da cidade, e de todo o territorio oriental do Rio da Prata; organizou uma especie de exercito, por meio do qual governa militarmente o paiz, sem forma alguma de governo estabelecido, e sem reconhecer nem a auctoridade de Hespanha, nem do governo democratico de Buenos Ayres; impoem e cobra contribuiçoens; e faz correrias pelas provincias fronteiras do Brazil, aonde espalha proclamaçoens em que convida o povo para a insurreiçaõ, eos negros para a revolta. Ninguem há que possa negar estes factos; e os numerosas emigraçoens de Monte-Video, que hé hoje uma cidade quazi dezerta, atestaõ igualmente a tirania, que elle exerce.

Hé com tudo nestas circumstancias, e quando El Rey de Portugal vê algumas das provincias, visinhas das suas, governadas por demagogos, outras, laceradas pelas guerras civis, e em todas ellas nem sombra já existe da Soberania d'El Rey de Hespanha,—que elle hé acuzado por empregar as suas forças para dar a paz ao territorio do Rio da Prata, e para proteger seos proprios estados da conflagraçaõ com que estão ameaçados!

E hé possivel que o governo de Hespanha, que há seis annos nem sequer se tem visto em circumstancias de tentar a recuperaçaõ destas provincias, queira agora que o do Brazil, só por contemplaçoens a favor de uma auctoridade nominal, despreze a sua propria segurança?

Alem disto, pode ter direito aquelle Soberano para exigir que se respeitem insurgentes, sobre os quaes já nem sequer tem sombra de auctoridade, e a quem, por consequente, tambem não pode obrigar que respeitem o territorio de seos vizinhos? Que deveria pois fazer neste cazo o governo do Brazil? Só duas couzas tinha para escolher,—ou tratar com Monte-Video, (suppondo que isso fosse practicavel com Artigas) no que offenderia muito mais o governo de Hespanha; ou recorrer á força das armas para limpar suas fronteiras de tão perigosos vizinhos.

Das duas proclamaçoens, que aqui foraõ publicadas, há uma do General Lecor (sobre que se tem feito commentarios,) e que a *Gazeta Official do Brazil* declarou ser apocrypha;* a outra nunca foi publicada na dita gazeta. Mas supponhamos que ambas são authenticas, que proveito haveria, quando unicamente se pertende tomár uma posse temporaria daquelles paizes para segurança das fronteiras do Brazil, de nellas mencionar El Rey d'Hespanha, com o risco de assim indispor uma grande parte de um povo, que receia sujeitar-se de novo a um jugo que quebrou? Aos dois governos só pertence entrar em mutuos arranjos a este respeito; e ao governo do Brazil por nenhuma forma, de certo, convinha crear voluntarios obstaculos nestas provincias, tão más para elle como para á Hespanha, fazendo declaraçoens officiaes a respeito dos destinos futuros que ellas devem ter.

A posse temporaria do territorio de Monte-Video, no cazo que isto assim aconteça, não se deve olhar como conquista, e muito menos como um acto hostile contra a Hespanha, pois que até ao presente os insurgentes são seos inimigos. Devemos, por consequencia esperar

* As palavras da Gazeta do Rio de Janeiro, de 23 de Outubro, 1816, a cerca de uma das proclamaçoens attribuidas ao General Lecor, são as seguintes:—“Devemos declarar que a proclamação que tem girado nesta cidade como feita pelo Tenente General Lecor, e que principia.—*Naõ a prejudicar os interesses individuais, &c.* hé apocrypha.” Nesta proclamação, assim desmentida pela Gazeta Official, acha-se com effeito mencionado o nome, e consentimento de S. M. Catholica, o que se não encontra em outra que tambem publicaram as Gazetas Inglezas com o nome do mesmo Tenente General.—Nota dos Redactores.

tudo do leal comportamento de um Soberano que nunca faltou á sua palavra; e as explanaçoens, que o governo do Brazil há de fazer ao de Hespanha, se as não tiver ainda feito, bem cedo mostrarão, que os interesses da Corte de Madrid não são nem podem ser outros, á este respeito, senão os da Corte do Rio de Janeiro, e que as resoluçoens tomadas por S. M. Catholica nesta materia são mais judiciozas do que todos esses clamores pela guerra, (provavelmente imprudentes, e de nenhuma consequencia no actual estado de Hespanha) que se attribuem ao povo de Madrid.—Sou, &c.

Um BRAZILEIRO, residente em Londres.

15 de Janeiro, 1817.

CONSULADO GERAL PORTUGUEZ EM LONDRES.

Carta do Consul-Geral Portuguez, dirigida ao Lord Mayor, em que lhe participa as providencias, tomadas para socorrer os Marinheiros Portuguezes.

33, Abchurch-lane, Sabado 18 de Janeiro, 1817.

My Lord ;—Havendo achado um local aonde posso agazalhar e manter os pobres marinheiros Portuguezes, até que se lhe possa dar melhor destino, sem que me seja já preciso incommodar o governo de S. M. á este respeito, peço licença a V. S. para rogar-lhe, queira ordenar que todos aquelles que agora se achão no *Compter*, me sejam entregues, a fim de os poder enviar para o lugar que destinei para nelle serem recebidos.—Tenho a honra de ser.—De V. S.

O mais obediente Servo,
J. M. ANDRADE, Consul-Geral Portuguez.

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

“ Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“ Empregaremos a vida em defender a verdade, nosso Rey, e
nossa Patria.”)

LITTERATURA PORTUGUEZA.

O nome de reforma ou hé um fantasma, com que certa classe de pessoas costuma assustar sempre o mundo; ou um balsamo concolador, com que outra classe anima os homens entre as ruínas moraes e físicas do tempo. Os da primeira classe para desacreditar este vocabulo, quando se applica aos negocios politicos, chamaõ-lhe *revolucionario*; e quando applicado aos negocios ecclesiasticos, daõ-lhe o titulo de *impio*: os da segunda classe contentaõ-se com demonstrar, sem injuriar á ninguem, que as reformas são remedios necessarios de enfermidades necessarias; e que longe de produzirem revolucçoens ou impiedade são antes antidotos seguros contra estes males religiosos e politicos. Com effeito quaes dos individuos destas duas classes mostraõ mais bom senso e boa fé? Estes ultimos, tendo por incorruptivel garante da sua prudencia e probidade a marcha constante da natureza, que se muda a todos os momentos, e que regeita toda a perpetuidade de formas, como incompativel com a sua existencia, dizem aos seus consemilhantes:—“ Reformai as vossas instituçoens e vossas leis antes que ellas por si mesmas se destruam, e vos esmaguem na sua queda; por que hé seo destino envelhecereis e morrereis.” Os ultimos porem replicaõ, e implicitamente parecem dizer aos homens:—“ Não reformeis vossas leis nem vossas instituçoens, por que ainda que o maior numero de individuos possa ficar suffocado debaixo de suas ruínas, haõ de haver muitos privilegiados, que se nutraõ e engordem com a desgraça geral.” Eis aqui logo o ponto principal: todos os que gritaõ contra as reformas uteis e necessarias são os que folgaõ de exercer suas habilidades á sombra dos escondrijos, que sempre

se encontraõ entre as ruinas de qualquêr natureza que sejaõ; e por isso hé que taõ abertamente elogiaõ as velhas a caducas instituicoens.

Perguntai ao cidadão honrado qual prefere habitar, se uma cidade regular com ruas mui espaçozas e largas, ou uma povoação meia arruinada, sem ruas, nem praças, e a cada passo obstruida com escrondrijos e cavernas? Sem hesitação elle preferirá viver na primeira; porem ao mesmo tempo achareis ainda muita gente industrioza, que prefira viver na segunda. E a razão hé bem clara: o primeiro só quer ordem, regularidade, e justiça; os segundos são animaes nocturnos, que não podem encarar com a luz, e por consequencia são apologistas das trevas da noite. Com effeito parece incrível, que aquelles mesmos homens, que cuidaõ em renovar e reformar successivamente as suas cazas e quintas, e que mudaõ de vestidos, quando estes estão gastos ou lacerados pelo tempo, ouzem ao mesmo tempo clamar, que as reformas moraes são um crime ou um delicto! Não estão as leis humanas sujeitas ao mesmo poder do tempo, e não se gastaõ ou se destroem como todas as mais couzas do mundo? Pois se não hé um crime, antes hé uma necessidade, reformar estas ultimas, porque o será pedir a reforma das primeiras?

Todos os homens que governaõ deveriaõ recear-se sempre muito dessa classe de Pregadores Optimistas, que tudo achaõ bom, que nada querem reformado, e que injuriam de palavra e por obra as almas fortes e independentes, que aconselhaõ, e apontaõ os reparos que a natureza das couzas humanas pede que se fação nas instituicoens sociaes. Tal classe de individuos desmente pelas suas obras tudo quanto préga de palavra, porque elles são os primeiros em cuidar da reforma das couzas individuaes que lhe pertencem, e com que vivem e se nutrem: e pois se não há ninguem que não busque reformar as couzas particulares do seo uzo, porque se ha de gritar que se não reformem as couzas do uzo geral ou do publico? A razão hé, porque das ruinas publicas se formaõ muitas fortunas particulares; e este abuzo hé o que mui positivamente devem prevenir os que governaõ.

Nós já dicemos no principio destas reflexoens—
VOL. XVII. 3 S

“que as reformas são remedios necessarios de enfermidades necessarias, e que longe de produzirem revoluções ou impiedade, são antes antidotos seguros contra estes males religiosos e politicos.” A demonstração destas verdades hé palpavel para todos; porque todos a favor da luz da experiencia a podem comprehender. Nunca há revoluções politicas no mundo sem um desarranjo absoluto das instituições sociaes: quando as leis civis e politicas já estão em contradicção com os costumes, quando já nem o povo as observa, nem o governo tem força ou auctoridade para as fazer observar, qualserá o melhor partido; deixar que ellas de todo se arruinem, ou reforma-las a tempo? Parece que não pode haver duvida alguma sobre a escolha. Succede pois que se este ultimo bom partido se não toma, geraõ-se então as revoluções: e quem hé a cauza dellas? São as reformas? Não: hé a falta dessas mesmas reformas; assim como hé falta do dono de uma casa se ella cahe toda no chão só pela teima que teve de não lhe querer mudar uma telha quebrada por onde a chuva lhe entrava.

O mesmo, que temos dito das causas das revoluções politicas, e dos meios de as impedir em tempo oportuno, se pode tambem aplicar as revoluções religiosas. Quem fez com que uma grande parte do mundo christão esteja hoje separado do seo primitivo ponto de uniaõ? Não foraõ os abuzos, que uma teima insensata nunca quiz reformar? Veio em fim uma revolução, que não só acabou com muitos desses abuzos, porem levou igualmente de envolta, entre as torrentes de sua violencia, couzas mui sérias e sagradas, que ainda hoje seriaõ veneradas, se pequenas couzas ou bagatellas prudentemente se tivessem reformado assim como altamente se pedia.

Todo o homem, por conseguinte, que pacifica e lealmente aponta a decadencia e enfermidades das instituições politicas e religiosas hé um homem benemerito da patria, e dos seos consemelhantes, e merece a gratidão publica. Se hé atacado pela ignorancia ou perversidade no meio da marcha da sua honrada tarefa, nunca deve desanimar-se; Hercules, na remota antiguidade, foi collocado em o numero dos semideozes por haver debellado monstros e ladroens; e os homens

agradecidos, que não erão monstros nem ladroens, lhe levantaram altares !

Em conformidade destes principios, que temos por mui verdadeiros e leaes, não podêmos deixar de fazer aqui menção publica e honroza do acutor da *Memoria Politica sobre o estado actual do Clero Portuguez e sua necessaria reforma*. A resposta, que d'elle publicamos, feita a censura desta sua obra, e que nos sugêrio as precedentes reflexoens, deve ser avaliada por todos os homens desapaixonados como fructo de um espirito independente, e amigo verdadeiro do altar e do throno. Nós lhe agradecemos a remessa deste e de outros muitos seos interessantes trabalhos, não só porque nelles há um merecimento distincto, mas porque tambem nos deo agora occasião para dizermos algumas uteis verdades.

POLITICA—ESTADOS UNIDOS D'AMERICA.

No artigo deste Numero, marcado com o titulo precedente, copiamos a Mensagem do Prezidente dos Estados Unidos, enviada ao Senado e Caza dos Representantes, documento politico, que dá materia para mui profundas reflexoens, e que bem pode servir de grande instrucção para os outros governos do mundo. Entre os muitos objectos, de que trata a dita mensagem, escolhemos porem só tres pontos, a que vamos aplicar algumas reflexoens

Os Estados Unidos, depois da sua paz com Inglaterra, fizeram tambem com ella um tratado de commercio, de que já nós demos noticia no tempo competente. Agora com tudo se vê que o governo d'America achou que Inglaterra não tratava os Americanos com aquella reciproca liberalidade que estipulou o tratado. Em consequencia disto houveram queixas e representações da parte do primeiro contra a segunda, ao que esta nunca deo satisfactorias respostas ; declarou porem uma couza, que pode mui bem servir de norma para outros governos. Disse Inglaterra—" que não queria entrar em negociação alguma sobre os pontos disputados, mas que ao mesmo tempo nunca levaria a mal que os Estados Unidos, por sua parte e dentro de caza,

fizessem tambem todos os regulamentos economicos que julgassem necessarios para contra-balançar os outros regulamentos Britannicos de que se queixavaõ." Ora esta resposta deve certamente dar grande luz ás operaçoens dos outros governos que tiverem com o gabinete Britannico questoes desta natureza. Portugal, por exemplo, tem igualmente um tratado de commercio com Inglaterra, sobre o qual hé notorio que de parte a parte tem havido serias discuçoens; e hé tambem natural, que o governo Inglez, por razoes de interesse particular, não queira annular regulamentos offensivos dos interesses Portuguezes. Não poderá, por conseguinte, o governo Portuguez praticar a lição, que a mesma Inglaterra inculcou aos Estados Unidos? Porque não fará tambem regulamentos internos, que equivalham ás restricçoens que oppoem ao commercio Portuguez os regulamentos Britannicos? Inglaterra não pode, ou pelo menos não deve, escandalizar-se com este comportamento, porque hé o mesmo que ella acaba de insinuar ao governo dos Estados Unidos.

O segundo ponto, que na mensagem nos parece convem ser particularmente mencionado, hé o que diz respeito ao comportamento que tem os Estados Unidos com os Indios seos vizinhos, ou vivem dentro do seo proprio territorio. A politica d'America do norte tem sido a mais liberal e proveitoza na escolha dos meios que tem adoptado para povoar o seo paiz. A' sombra de uma constituição livre (o primeiro bem do homem social) os Estados Unidos proclamaram a tolerancia de todas as religioens; e esta declaração publica tem sido um dos poderozos estimulos que tem convidado milhares de indiyduos dos diversos povos do mundo para hirem domiciliar-se na America. Os direitos da consciencia são inalienaveis, e uma propriedade sagrada, em que a mão profana do homem nunca tem auctoridade para tocar, por ser uma auctoridade exclusiva de Deos; e por isso hé que o paiz Americano do norte tem sido premiado com a plenitude d'essa benção, que Deos deitou ao homem, quando depois de o ter creado lhe disse:—"Crescei." Mas esta tolerancia, e liberalidade de nobres principios não tem sido concedidas pelos Americanos somente aos homens polidos da Europa, haõ sido um donativo generoso, deque os Indios igualmente tem participado; politica racional e

grande, que muito deve concorrer para o progressivo augmento d'aquella joven, e taõbem fadada nação.

Os Americanos, para melhor certificar os Indios da sua boa fé e lealdade, não tem recorrido ao velho e miseravel principio de os considerar como povo vencido; antes pelo contrario os olhaõ como verdadeiros proprietarios do paiz, e isto não so de palavra mas por obra; porque, como vemos, até lhes compraõ e pagaõ as terras de que precizaõ. Não paraõ ainda aqui: (de certo, raro exemplo de moralidade entre naçoens ou governos!) aquellas mesmas terras, cuja propriedade era reclamada por diversas tribus, tem sido compradas a todas as partes reclamantes, e a este respeito não deve esquecer o que em summa diz o prezidente: —“ *A benevolente politica dos Estados Unidos preferio gastar mais para se não expor a cometer uma injustiça.*” Vê-se por estes factos, que os Estados Unidos não só aproveitaõ esse bella povoação que tem as portas de sua caza, mas fazem esta acquisição com tal nobreza de principios, que honra a especie humana, representada por taõ justo e benevolo governo.

Este modo de atrahir os Indios hé com effeito o mais poderoso, e efficaz, porque não só lhes dá uma alta idea do povo com que podem unir-se, mas acostuma-os a certas commodidades sociaes, e faz-lhes conhecer o valor da propriedade individual, baze necessaria para todas as sociedades humanas. Se os Estados Unidos lhes tomassem por força as suas terras, poderiaõ talvez tambem conserva-las pela força, porem perdiaõ para sempre novos e uteis cidadaõs, e ganhavaõ eternos inimigos. E não hé este um bom exemplo donde o nosso governo do Brazil pode tirar importantes liçoens practicas? Nós estâmos persuadidos que se melhores meios se houvessem empregado para acariciar os Indios do Brazil, hoje uma grande parte delles estaria incorporada com nosco: mas nós temos sido sempre incoherentes, e talvez atrozes em nosso comportamento para com elles; temos querido logo a um tempo faze-los christaõs, e nossos escravos, e isto hé quanto basta para que elles nos abominem. A religião christam hé um bem, e um bem necessario para a vida futura, mas para aconselhar este bem hé preciso que precedaõ outros bens puramente sociaes. Querer que um homem, antes de ser ente social, seja christaõ, he

querer transtornar toda a marcha das ideas humanas: faça-se com que elle prefira a sociedade á vida selvagem, e em breve tempo elle adoptará tambem a religião daquelles de quem já adoptou os habitos sociaes. Como pode com effeito um selvagem adoptar a religião um individuo ou de um povo, que o scandaliza ou oprime com as suas leis civis ou politicas? Há de necessariamente conceber pelas leis religiozas o mesmo horror que já sente pelas leis sociaes. Estes sentimentos são filhos da natureza de todos os homens, e são os mesmos que fazião com que outros Indios do continente d'America perguntassem em outro tempo aos missionarios, que lhes prégavaõ as delicias do Céu; — *E há lá tambem Hespankoes?* O comportamento destes, como homens, era taõ abominavel, que os Indios singelos não podiaõ conceber como verdadeira uma religião que em seo seio admitia taes monstros. Concluâmos por tanto; se quizermos domesticar os Indios façâmos primeiro comque elles nos amem ou estimem como homens, e depois elles naturalmente abraçarão os nossos dogmas religiozos tanto que estiverem contentes com os nossos dogmas civis e politicos. O exemplo dos Estados Unidos nesta parte merece bem ser imitado por nós se quizermos aproveitar a immensa povoação desses Indios que habitaõ o vasto continente do Brazil.

O ultimo ponto da Mensagem, a que temos aludido, hé o do estado das finanças Americanas; e este estado hé hoje com effeito unico entre todos os governos conhecidos do mundo. Em quanto todas as naçoens da terra se achaõ como esmagadas debaixo do pezo enorme dos tributos que pagaõ, e ainda assim mesmo estes tributos excessivos não satisfazem as despesas correntes, o governo dos Estados Unidos, depois de uma guerra difficil e heroica, declara abertamente que não só teve rendas com que pagar as suas avultadas despesas, porem que deve ter em caixa, no fim do anno de 1816, a soma de nove milhoens de dollars, (dezoito milhoens de cruzados! (De certo, isto hé um milagre de administração que nem a velha Inglaterra com todo o commercio e todo o oiro do mundo, que por algum tempo devorou, e com todos esses sistemas financeaes do seo famozo Magico, Pitt, tem podido operar! E a este milagre acresce ainda outro não menos portentozo;

que vem a ser:—Como poderam os Estados Unidos, em suas circumstancias extraordinarias, apurar uma espantosa receita annua da soma de quarenta e sete milhoens de dollars, (94 milhoens de cruzados?) Ambos estes factos são realmente unicos, e só se podem explicar pelo patriotismo da nação, o pelo poder das leis, que impoem rigorosa responsabilidade a todos os empregados publicos, sem a qual não hé possivel que possa haver uma exacta administração. Mas tambem Inglaterra tem patriotismo, e nella todos as homens publicos tem responsabilidade; e a pezar disso, se poudes, como a America, dispor de rendas enormes, a final não lhe foi possivel cobrir com ellas despesas enormissimas. Todavia, hé preciso confessa-lo, a responsabilidade Inglesa já hoje não hé tão rigorosa como hé a responsabilidade Americana; e por isso succedeo, que a primeira, especulando mais do que podia e devia, achou-se a final alcançada; a segunda nunca perdendo de vista o valor real dos seus capitães, não só teve com que pagar suas despesas correntes, mas accumulou ainda sobras para saldar dividas antigas.

Debaixo deste sistema já não hé para admirar, que ao passo que todas as nações tem retrocedido, perigosamente enfermas com a doença mortal das finanças, só os Estados Unidos mostrem robustez e saude. O estado do seu pulso hé vizivel pelo estado das suas rendas: suas despesas ordinarias são agora calculadas em menos de 20 milhoens de dollars, e a sua renda ou receita calcula-se em 25 milhoens ditos. Logo hé claro que pode annualmente dispor de mais de 5 milhoens de dollars para amortizar a sua divida, e crear estabelecimentos mui uteis para a sua prosperidade: e que outra nação há hoje que possa fazer outro tanto? Se os Estados Unidos chegaram em fim a levar adianteira á velha Inglaterra no artigo finanças, bem se pode augurar que, com o andar do tempo, lha levarão ainda em mais alguma couza. Mas este effeito tem uma cauza conhecida, e o Presidente hé o mesmo que a expõem na sua mensagem. Fallando da bondade da sua constituição, diz entre outras couzas:—“Eu me congoilo com ver que o povo Americano tem uma constituição que concilia a força publica com a liberdade individual, e a vigorosa defeza dos direitos

nacionaes com a segurança contra as guerras de ambição, de injustiça, ou vam gloria, em virtude da lei fundamental, que sugeita todas as questoes de guerra á vontade da nação, que hé quem paga para ella, e quem a faz com seo sangue e dinheiro.” Isto, mais do que couza nenhuma, revela mais de um motivo porque o seo thezouro está cheio, e o de Inglaterra, por exemplo, está vazio; e porque umas nações se adiantam, e outras recuam.

ILHA TERCEIRA.

Neste artigo transcrevemos a ordem que S. E. o Snr. Bispo de Angra, Fr. Alexandre da Sagrada Familia, expedio, assim que tomou posse do Bispado, para pôr em liberdade as desgraçadas religiosas do Mosteiro de S. João Evangelista da cidade de Ponta Delgada, que se achavaõ prêzas em virtude do despotico e inhumano procedimento do Snr. Deaõ, Joze Maria Betencourt. Quando a religião tem ministros do character anti-christaõ, e até atroz, deste ultimo, nem pode ganhar respeito para com os homens, nem lhe pode dar conçoçoens; e hé para elles mais um flagello do que um bem. Mas quando ella está depositada em maons taõ puras, e em coraçoens taõ justos e humanos, como o do actual Ex^{mo} Snr. Bispo d’Angra, entaõ ganha veneração e respeito, e não há quem deixe de a conciderar como um dos primeiros beneficios de Deos. As boas religiosas, que por espaço de 6 mezes e 21 dias tanto soffreram pelo dispotismo do seo temporario prelado militar, devem conçoçar-se ao menos com a consciencia de que estavaõ innocentes, e que como taes foraõ reconhecidas pelo seo novo Apostolico Prelado. El Rey N. S. que hé justo e bom, lhes dará tambem ainda as satisfacçoens que merece o seo cazo, e previnirá sem duvida, que se tornem a renovar em seos dominios abuzos taõ escadalozos de auctoridade, que só tendem a fazer odiozos o throno e o altar.

Diz-nos um nosso Correspondente, que o Snr. Deaõ Joze Maria de Bettencourt se estava preparando para partir para o Rio de Janeiro, a fim de ali requerer a

S. M., para elle Deaõ. a coadjutoria do Bispado d'Angra, e para o seo digno ajudante de ordens, o ouvidor, a passagem do seo Deado. Se elle com effeito tenta essa viagem com tal fim, há de pôr naturalmente no longo catalogo dos seos serviços, e do seo benemerito ajudante a sua ultima victoria da tomada de assalto do convento de S. João Evangelista, na Ilha de S. Miguel; e em taes circumstancias, parece que El Rey, N. S. lhes faria mais justiça em lhes mandar assentar praça em um regimento de linha do que em dar-lhes dignidades ecclesiasticas. O character publico de ambos está taõ provado, que este seria talvez o melhor emprego que lhes conviesse.

REYNO DE PORTUGAL.

Neste artigo copiámos literalmente um annuncio publicado na Gazeta de Lisboa, que não precisa de longas reflexoens. Quando uma nação nem se quer procura fazer os vestidos que veste, e os recebe do estrangeiro, esta nação está com effeito reduzida ao estado de cadaver na ordem civil e politica. Mas o cazo não hé só esse: com que há de pagar, dentro de algum tempo, Portugal essas cazacas e botas que compra, já feitas, á Inglaterra, se a par deste desleixo de industria corre a diminuição de seo commercio tanto interno como externo, e por consequencia tambem o aniquilamento da sua agricultura?

Para corroborar estas melancolias ideas, lance o leitor os olhos pela lista de exportação que teve o nosso vinho do Douro no anno passado de 1816, e que se acha transcripta no mesmo artigo, e compare-a com a outra lista de exportação do anno de 1815, que nós publicámos em o nosso No. LVII. pag. 67. A total exportação de vinho de embarque, no anno de 1815, foi de 33,075 pipas, e $\frac{3}{4}$; e a do anno de 1816 apenas anda por ametade. Mas não está ainda aqui tudo: não sómente o Porto exportou neste ultimo anno uma metade menos da exportação antecedente, porem até os preços do vinho, ultimamente exportado, forão muito mais diminutos que os antigos, e talvez com 50

por cento de differença. Logo a ultima exportação de 1816 perdeu, por assim dizer, 50 por cento em quantidade, e 50 por cento em qualidade.

Ora se o nosso principal ramo de agricultura e commercio vai nesta decadencia, e nós somos tão estúpidos que até a esses mesmos, que já não querem nossos vinhos, tão graciosamente compramos as botas e as cazacas, já feitas e arrançadas; aonde hiremos por fim cavar dinheiro para pagar as manufacturas estrangeiras que compramos em recompensa de não nos comprarem as nossas? Os habitantes de Portugal bem podem, com effeito, dando um alto suspiro, dizer—*Fomos Luzos!* E voltando-se para o seo Rey dizer-lhe ainda, como refere o Evangelho diceraõ uma vez, em occasião de aperto, os discipulos á Christo:—*Domine, salva nos, perimus!* “Senhor, acodi-nos, quando não morremos!”

INGLATERRA.

Neste artigo, a pag. 490, transcrevemos um extracto das primeiras noticias officiaes da entrada das tropas Portuguezas nos territorios orientaes do Rio da Prata, e estas noticias se podem conciderar como o primeiro Buletim daquellas operaçoens militares.

Depois d’isso copiámos uma notavel e bem interessante carta, que a respeito do mesmo assumpto publicou a gazeta *Times*; mas como o que deo motivo para ella foi certo artigo, assas curiozo, que appareceo no *Courier* de 13 de Janeiro, e hé bem natural que os nossos leitores folguem de o ler; elle foi o seguinte, literalmente copeado:—

“A Proclamação do General Lecor,* commandante das tropas Portuguezas, que entraram no territorio de Monte Video pertencente a El Rey d’Hespanha, e a outra do Marquez d’Alegrete, capitão-general Portuguez da Provincia, daõ-nos mui claramente a conhecer as vistas da Corte do Brazil. Os chefes e auctoridades

* Alem da Proclamação, attribuida ao General Lecor, que a gazeta do Rio de Janeiro desmentio, há ainda outra que corre no mesmo nome, á qual allude aqui o *Courier* nestas reflexoens,

naõ podem fallar senaõ em conformidade das intengõens do seo governo. Assim, elles passaõ os limites dos seos Estados, e avançaõ para os dos vezinhos sem fazer mençaõ do Soberano a quem estes ultimos pertencem. Se com effeito, intentassem co-operar em seo favor, e auxiliar seos interesses, naõ teriaõ feito mençaõ de um governo provisional. Diz-se que a Corte de Madrid naõ recebeo ainda declaraçãõ alguma da corte do Brazil a cerca deste procedimento. Tambem se diz que algumas explicaçoens se tem já pedido a este respeito, e que nenhuma se tem dado. O Encarregado de negocios Britannico naõ as tem podido igualmente conseguir. Os ministros Portuguezes em Londres e Madrid, segundo consta, guardaõ sobre isto o mais profundo silencio, e parecem ignorar quanto se passa. Todavia, hé certo, que as tropas Portuguezas invadiram o territorio Hespanhol em Julho passado, justamente na epocha em que as relaçoens de amizade e alliança entre os dois governos deviaõ ser as mais estreitas e mais intimas, em consequencia do cazamento das duas Princezas Portuguezas com o Soberano de Hespanha e seo irmão. Estes cazamentos foraõ celebrados em Cadiz com festas, e com um nunca visto enthusiasmo da parte de um povo leal e fiel. No em tanto a marcha hostile dos exercitos era o écho que resoava nas outras partes do mundo entre os concidadaõs daquelles que puxavaõ pelas carruagens das Princezas até Cadiz, Sevilha, Ecijsa, Cordova e Madrid. Saõ estes uns contrastes bem singulares, e até bem dificeis de explicar pela politica. O povo de Hespanha, que estava bastantemente illuminado para descobrir, primeiro que o seo governo, a traiçaõ de Buonaparte para com seo Rey, e que pertendeo impedir a Familia Real de sahir de Hespanha: este mesmo povo, ao ouvir as noticias da tomada de Monte Video, e dos Fortes de St. Theresza e Serra Grande, sente a sua honra insultada, a gloria nacional offendida, e manifesta o maior enthusiasmo contra um ataque naõ esperado e injusto. Dizem as cartas particulares, que uma só voz se ouve em Hespanha, e que esta hé:—*As tropas Portuguezas entraram no territorio de Monte Video, pois entremos tambem nos em Portugal, donde naõ sahiremos sem que*

*primeiro ellas tenham evacuado nossas terras.** Tal hé o espirito de todas conversações, e taes os sentimentos que prodnz a honra nacional.

“Entre tanto, El Rey e seos Ministros, procedendo com a maior moderação, e querendo evitar uma nova guerra na Europa, apezar de toda a justiça que ella possa ter, tem adoptado, segundo se afirma, uma marcha prudente, e tal como o amor para com seo povo e a felicidade geral podem inspirar a S. M. Publicamente se diz, e se crê que a Corte de Madrid recorreo as cortes de Londres, Paris, Vienna, e S. Petersburgo, e pede a poderosa mediação destes Soberanos, os amigos e alliados da corôa de Hespanha, a fim de se terminar esse tão injusto, procedimento da Corte do Brazil. Por este modo, qualquer que seja o resultado, a Europa é a posteridade devem aplaudir este comportamento prudente e racional, e que hé tão conciliatorio como justo.”

Este artigo, como já dicemos, deo occasião á carta que publicou o *Times*, que não se contentou só com a publicar, mas lhe ajuntou ainda reflexoens suas, que se achão na mesma gazeta de 17 de Janeiro, 1817, e são as seguintes:—

“Os successos de Monte-Video continuão a interessar-nos por isso mesmo que as suas cauzas e principios nos são desconhecidos. Hoje publicámos nós um carta de um gentleman bem informado na materia, e que se assignou—‘Um Brasileiro rezidente em Londres,’ á qual, depois de fazer-mos uma ou duas reflexoens, acrescentaremos mais algumas circumstancias, que já hoje são sabidas. Se Monte Video não está hoje nem no poder de El Rey de Hespanha, ou de auctoridades suas, nem no poder de alguma outra força independente, porem apresenta, como a carta do nosso correspondente refere, uma scena de revoluções, que incomodão os contiguos dominios d’El Rey de Portugal, este ultimo tem direito a repelir o incomodo por meio de uma provisoria occupação militar, ainda

* Com effeito hé muito que os Hespanhoes de 1817 se persuadaõ que podem hoje ocupar Portugal tão facilmente como os Portuguezes podem ocupar Monte-Video, e que o *Courier* com a mesma boa fé o creia e publique!—*Nota dos Redactores.*

sem consultar o soberano nominal. Porem, pergunta-se sempre, e sobre isto há grande anxiedade, se há ou não tratado, ou ao menos intelligencia entre as Cortes de Madrid, e Rio de Janeiro a cerca da occupação de Monte-Video. Nós, todavia, não damos a este ponto tamanha importancia como muita gente dá. Uma vez que Monte-Video está fora da auctoridade (*extra ditionem*) de El Rey de Hespanha, pouco lhe deve emportar quem he que o possue. Elle poderia, como hontem dicemos, entrar em guerra por cauza deste abstracto direito de soberania, ou apossar-se (se o podesse executar) do todo ou de uma parte de Portugal, como se diz que este ultimo tem feito a uma porção de seos dominios sem o seo consentimento: mas considerando agora o cazo mais praticamente, El Rey de Portugal não pode restituir immediatamente Monte-Video a Hespanha, sem por este acto se declarar alliado de S. M. C. para o expresse fim de subjugar seos vassallos rebeldes; e então neste cazo os Insurgentes teriaõ o direito de entrar e atacar os territorios Portuguezes. El Rey de Portugal tambem não pode entregar Monte-Video ás tropas independentes sem se declarar pelo partido contrario, e ajudar os insurgentes a quebrar seos laços antigos. Mas elle, como tambem já dicemos, tem direito a repelir o incommodo: logo pode reter em depozito aquelles territorios; e segundo vir que este ou aquelle partido fica victoriozo, poderá restituir-lhos ou exigir uma compensação. Talvez haja, com effeito, alguma intelligencia entre os dois soberanos para este fim, ainda que, em virtude das officiaes e semi-officiaes declaraçoens, nos inclinemos mais para crer que nenhum tratado há sobre este ponto. Com tudo, se a nossa opiniaõ hé de algum pezo, o objecto não hé de grande importancia, e até, como já declarámos, uma desaprovação directa de quanto se esta passando seria extremamente illiberal. Se El Rey de Hespanha ultimamente recobrar o resto de seos dominios no Sul d'America, não pode ter receios de perder Monte-Video; e se os perder para sempre, pouca ou nenhuma pena lhe deve então cauzar a perda deste ultimo.

“ A nossa gazeta de hoje transcreve um artigo de

Cadiz em que appareceo outra Proclamação do General Lecor,* que abertamente menciona a existencia de um ajuste entre as duas Cortes; e o editor da gazeta de Cadiz falla com muita satisfacção da entrada das tropas Portuguezas em Monte-Video, provavelmente suppondo, que immediatamente será restituído ao seo governo. As noticias, que corriaõ em Lisboa, segundo as informaçoes de pessoa que dali veio há pouco tempo, eraõ tambem que as duas Cortes hiaõ de intelligencia uma com outra; e que entre ellas se havia concluido um tratado na mesma occasiaõ que se contractou a alliança de familia; em com formidade de um artigo do dito tratado se havia por conseguinte seguido a occupação de Monte-Video. Diz-se que o Gabinete Britannico há suspeitado isto mesmo, ainda que os ministros de ambas as Cortes lho tenhaõ positivamente negado: com tudo, hé natural que cada um se julgue com pleno direito de pedir e dar as informaçoes que lhes parecer, ou de fazer arranjos que melhor lhes convierem, principalmente quando taes arranjos não podem offender os interesses geraes da Europa. Agora se pode ver como tudo isto concorda com o que a cima temos dito. El Rey de Hespanha pode estar sem sustos a respeito desta apparente aggressão, que realmente não lhe dá o mais pequeno prejuizo: antes poderá talvez ter agora mais esperanças de recobrar estes territorios, e de subjugar os outros insurgentes; ficando assim mais seguro de haver a final Monte-Video. Tambem era voz constante em Lisboa que o Gabinete Britannico estava descontente com ambas as Cortes, não só em razão do ponto que agora se discute, (no que não vemos com effeito couza que nos possa dar cuidado) mas ainda de outros, relativos a questão do trafico da escravatura; e que em consequencia disto não tinhamos ainda pago as 300,000^l. votadas pelo Parlamento para indemnizar os proprietarios dos navios Portuguezes, injustamente apriacionados pelos nossos cruzadores. A cerca destes pontos não podêmos nós dizer couza alguma por

* Hé o mesma Proclamação, desmentida pela gazeta do Rio Janeiro.—*Notu dos Redactores.*

nos faltarem ainda as informaçoes necessarias para isso.”*

No estado de obscuridade em que estão ainda envoltos os motivos politicos que decidiram a expedição Portugueza do Rio da Prata, uma vez que ainda não temos documento algum official do governo do Brazil que os declare, ou pelo menos os dê a entender; julgámos prudente e até necessario publicar o que conjecturalmente tem dito as principaes gazetas Inglezas. Com effeito, na falta que ha de Documentos officiaes positivos, o governo do Brazil não podia ser mais bem defendido do que o fôí pelo *Times* nas reflexoens que acábamos de transcrever, e mui particularmente ainda pelas razoes desenvolvidas na Carta, assignada por—*Um Brasileiro residente em Londres*, a qual, como já dicemos, fica copiada em o nosso artigo—*Inglaterra*.

Consulado Geral Portuguez em Londres.

Neste mesmo artigo de Inglaterra, de que estamos tratando, transcrevemos tambem uma Carta do Consul Geral Portuguez em Londres, dirigida ao Lord Maior da Cidade, participando lhe, haver formado um azilo para os Marinheiros Portuguezes desamparados, e em consequencia disto, rogando-lhe, mandasse entregar-lhe os individuos que estavam no *Compter*. Esta providencia tomada pelo Consul Portuguez, o Snr. Joaquim Andrade, faz muita honra ao seo zello, e bom desempenho das obrigaçoens que estão a seo cargo; e com effeito ella se fazia mui necessaria para poupar a vergonha Portugueza de se verem vagabundos nas ruas de Londres, e morrendo de fome e nudez individuos da nossa nação. Hé bem verdade que muitos delles tomaram talvez serviço estrangeiro, e assim violaram

* Temos sufficiente razão para julgar que todos esses boatos, que corriaõ em Lisboa, são mal fundados. Quanto as 300,000l. votadas pelo Parlamento, não há motivo algum para acreditar que não sejam satisfeitas: antes talvez o seo pagamento nunca esteve tão proximo como agora’—*Nota dos Redactores*.

as leis da sua patria ; mas são Portuguezes, oprimidos pela miseria em terras estranhas, e que deram aquelle passo não por ingratidão a seo Rey e a sua patria mas em virtude de causas e de circumstancias de que elles não são os únicos culpados. Assim tomada agora está resolução de tanto proveito e necessidade para os tempos prezentes, julgâmos conveniente lembrar, que esta philantropica e temporal providencia se poderia e até deveria tornar permanente para todos os mais cazos futuros, e fazer-se completamente *nacional*.

Londres será sempre um ponto em que hajaão de concorrer muitos Portuguezes, e entre elles se acharão tambem sempre muitos individuos, (marinheiros, ou de outra qualquer profissão) que venhão a necessitar do auxilio do seo governo e de seos compatriotas ; e neste cazo seria bom tomar providencias de ante mão para não se andar sempre incommodando a este respeito as auctoridades Inglezas com requerimentos pela maior parte indeferidos. Estas providencias poderiaõ tomar-se segundo os uzos praticados neste paiz, e quaes ellas possaõ ser nós vamos expor pelo modo seguinte:—

Naõ há Portuguez, estabelecido em Londres, que não tenha sido por muitas vezes convidado a subscrever para o Soccorro de seos nacionaes, reduzidos á miseria, e que não espere ser mil vezes ainda convidado para este fim Christão e patriotico nos tempos futuros. Logo se de facto existem estas continuas subscripçoens, que apenas podem dar um alivio temporario, ou são frequentemente mal applicadas, individualmente concedidas, não seria mais bem acertado que estas somas, dadas a um ou outro individuo, se convertessem antes em subscripçoens annuaes para com ellas formar um fundo geral, e com este fundo se poder estabelecer e conservar um *Hospicio permanente* de caridade? Quem subscreve muitas vezes no anno para diversos peditorios de esmola, muito melhor o fará por uma vez annualmente, por que deste modo não só a sua caridade será mais efficaz, mas até lhe custará ainda muito menos dinheiro. Alem disto, o mesmo governo Portuguez, que da sua parte tambem sempre concorre para estes repetidos auxilios, deveria igualmente entrar com a sua quota annual para esse

mesmo fundo ; e a soma com que subscrevesse deveria ser proporcionada á sua representação, e ao interesse que tem em não consentir que vassallos Portuguezes morraão de miseria em terras estranhas. Um fundo assim estabelecido, e administrado *unica e exclusivamente* por todos os subscriptores, daria com effeito um resultado mui util e honroso para o governo e nação Portugueza, e faria permanente o *Azilo temporario*, que o Consul Geral Portuguez agora tão judiciosamente creou para remedio da actual calamidade.

Para este patriotico e humano estabelecimento não só concorreriaão muitos Portuguezes e o seo governo, mas hé provavel que até mesmo muitos Inglezes houvessem que tambem para elle concorressem, particularmente da classe dos negociantes, que tem um commercio particular com Portugal ou com o Brazil. Um destes negociantes Inglezes conhecemos nós em Londres, pessoa de muito respeito e character, que lendo nas gazetas a carta do Consul Geral Portuguez, de que temos feito menção, immediatamente declarou—“ que estava prompto a concorrer com uma soma annual para conservar este *azilo temporario*, fundado pelo Consul Portuguez ; e que até lhe parecia, que haveriaão muitos outros seos compatriotas, dos que negociavaão particularmente com os Portuguezes, que de mui boamente tambem subscreveriaão para este tão util e pio estabelecimento.”

Ora já que o Snr. Joaquim Andrade deo este primeiro passo tão acertado, e lançou já, por assim dizer, a primeira pedra do edificio seria justo que trabalhasse, quanto está da sua parte, para o fazer duravel e permanente. As ideas, que temos lembrado, nos parecem mui fáceis de realizar-se ; e isto, junto com o seo zello e intelligencia, pode produzir um resultado, que não só lhe dê muita honra pessoal, porem ainda acredite a nação Portugueza.

Os beneficios que da creação de um tal estabelecimento devem resultar são em geral os seguintes :—

Iº. Um fundo certo, e que gradualmente se pode augmentar, com que hajaão somas prontas para soccorrer os desgraçados.

IIº. Extinguirem-se com este fundo as continuas subscripções particulares, que ainda são mais peçadas,

e não produzem se não mui pequeno ou nenhum verdadeiro beneficio.

III°. Ser empregado o producto das subscripções somente em individuos que as mereçam, e dar-se-lhes com ellas um auxilio proveitozo, que os tire da miseria, ou os possa transportar para Portugal ou Brazil, que não tem povoação sobeja, e que bem hé aproveite a que anda errante por fora sem domicilio e sem pão.

IV°. Haver em fim um Hospicio ou local certo, em que os individuos doentes possam receber prontos soccorros da medicina; destinando-se para este effeito um Medico, nomeado pelos administradores do estabelecimento, que regularmente, e sem grande incommodo haja de ter a oportunidade de socorrer a um tempo todos os que precisarem da sua assistencia.

Esta circumstancia hé mui necessaria e attendivel; porque não havendo este local, ou este hospicio de caridade, os doentes ou haõ de ser mandados para os hospitaes Inglezes, ou se haõ de pôr em diversos domicilios particulares. No primeiro cazo há sempre um grande trabalho, e se requer um grande favor para serem admitidos nos hospitaes Inglezes. Alem disto, nem sempre os doentes entendem a lingua dos medicos ou dos seus enfermeiros, e assim perdem mais de metade do beneficio dos remedios que precisaõ. No segundo cazo, faz-se necessario ou que hajaõ diversos medicos, que visitem os diversos doentes, ou que um só caminhe a metade de Londres para os ver nos diferentes lugares em que estiverem: o que será mui difficil, e até mui despendiozo. Parece logo que o plano, que propomos, não só hé proveitozo e economico, mas diminue infinitas difficuldades, que hoje encontra a caridade Portugueza para socorrer os seus infelizes compatriotas.

Abertura do Parlamento Inglez.

No dia 28 de Janeiro o Principe Regente, com o seu estado do costume, entrou no caza dos Lords. Havendo-se assentado no throno, e estando presente a camara dos Communs, fez S. A. R. a falla seguinte:—

“ My Lords e Senhores ;

“ Hé com o maior pezar, que vos annuncio, não tem havido mudança alguma na lamentavel indisposição de sua Majestade.

“ Eu continuo a receber das Potencias Estrangeiras as mais decididas provas de uma amigavel disposição a bem deste paiz ; e do muito que anhelão por conservar a tranquillidade geral.

“ As hostilidades, a que me vi obrigado a recorrer contra o governo de Argel a fim de vingar a afronta feita á honra deste paiz, forão coroades do mais completo successo.

“ O esplendido feito d’armas da esquadra de sua Magastade, junta com a esquadra de El Rey dos paizes baixos, as ordens do abil e bravo almirante Visconde Exmouth, produzio a immediata e absoluta libertação de todos os captivos christãos que se achavaõ no territorio de Argel, e tambem fez com que este governo para todo sempre renunciasse a practica de escravizar christãos.

“ Eu estou bem persuadido, que avaliareis, como ella merece, uma medida que ao passo que tanto interessa a humanidade cobre ao mesmo tempo, pelo modo com que foi effeituada, de grande gloria a nação Britannica.

“ Na India, recusando o Governo de Nepaul ratificar o tratado que havia sido assignado pelos seos plenipotenciarios, renovarão-se consequentemente as operaçoens militares.

“ Em virtude das excellentes disposiçoens feitas pelo Governador General, auxilliadas pela bravura e perseverança das forças de sua Majestade, e das da companhia da India, veio a campanha a ter um exito rapido e feliz ; e se estabeleceo a final a paz nos justos e honrosos termos do tratado original.

“ Senhores da Caza dos Communs ;

“ Já dei ordem para que vos sejaõ apresentadas as estimativas do corrente anno.

“ Ellas tem sido reguladas pelas circumstancias actuaes do paiz, e pelo ancioso desejo de fazer em os nossos estabelecimentos todas as reducçoens, que são compatíveis com a segurança do imperio, e a boa politica.

“ Eu vos recommendo, que com brevidade presteis a vossa seria attenção ao estado das rendas e despesas publicas. Eu sinto ver-me obrigado a informavos, que houve um *deficit* no producto das rendas no anno passado; espero porem que isto seja devido á causas temporarias, e me lizongeo com a consoladora idea, de que podereis providenciar para as despesas do servico publico deste anno, sem recorrer a novos gravames sobre o povo, e sem adoptar medida alguma pernicioza para o sistema, pelo qual o credito publico deste paiz se tem até agora sustentado.

“ My Lords e Senhores;

“ Eu tenho a satisfacção de participarvos, que os arranjos, feitos na sessão passada do parlamento, relativos á nova moeda de prata, se tem executado com uma celeridade inaudita.

“ Eu já dei ordens para a immediata emissão da nova moeda; e espero que esta medida produzirá vantagens consideraveis para o commercio e transacções internas do paiz.

“ Quazi todas as naçoens da Europa tem mais ou menos experimentado os males provenientes da terminação de uma guerra extraordinaria pela sua extensão e periodo; e o estado impropicio da estação há cooperado para fazer mais acerbos estas mesmas desgraças.

“ Eu lamento em extremo os males, que pezaõ sobre este paiz; porem a sua natureza hé tal, que não pode admitir um remedio immediato. Mas ao passo que observo com particular satisfacção a coragem, com que se haõ soportado tantos vexames, e a grande benevolencia com que se tem procurado mitiga-los, estou ao mesmo tempo persuadido, que os grandes mananciaes da nossa prosperidade nacional estão essencialmente illesos; e tenho as melhores esperanças, de que a natural energia do paiz virá em breve a ser superior á todas as difficuldades em que actualmente nos achâmos envolvidos.

“ Considerando a nossa situação interna, vós sem duvida sentireis uma justa indignação pelas tentativas, que alguns illudidos individuos, aproveitando-se das desgraças do paiz, fizeraõ com as vistas de excitar o espirito de sedição e violencia.

“ Eu estou assas convencido da lealdade e bom senso da grande parte dos vassallos de sua Magestade, para os suppor capazes de serem pervertidos pelos meios, quo se empregão para os seduzir; mas estou igualmente determinado á lançar mão de todas as precauçoens, a fim de conservar a publica tranquillidade, e frustrar os designios dos desafeigoados. Assim, ponho toda a confiança no vosso cordial apoio, e cooperação, para sustentar um systema de legislação e governo, o qual nós há ministrado vantagens inestimaveis, e nos habilitou para concluir-mos com gloria sem exemplo, uma contenda de que dependiaõ os mais importantes interesses do genero humano; o qual em fim nós mesmos até agora temos achado ser, (como até as outras naçoens reconhecem) o mais perfeito que tem cabido por sorte á qualquer povo.”

Ataque contra a Pessoa do Principe Regente.

Acabada a falla que temos transcripto, os Communs se retirarm, e S. A. R. voltou com o mesmo cortejo para o seo palacio. Mas a multidaõ do povo, que se havia juntado em St. James's Park, em Whitehall, e em Parliament-Street para ver o acompanhamento do Principe, era immensa. Entaõ, entre os vivas do costume, se entraram tambem a ouvir muitas expressoens e epithetos injuriosos para a pessoa de S. A. R., e a desordem chegou a ponto de haverem scelerados, que ouzaram atacar com pedras a propria carruagem do Principe Regente. Foi quazi mesmo de fronte do muro do Park de Carleton House que o vidro de um dos postigos da carruagem de S. A. R. foi quebrado em duas partes, e depois por um segundo golpe, feito todo em pedaços. Ainda não hé certo se a primeira fractura foi produzida por bala atirada por pistola ou espingarda de vento, ou simplesmente por effeito de pedras, porque dentro da carruagem não appareceo couza que podesse aclarar esta duvida.

Esta terrivel noticia foi immediatamente communicada á Caza dos Lords, que tambem a transmitio aos

Communs; e em ambas as cazas se suspendeo o debate sobre os agradecimentos ordinarios ao Principe pelo discurso que fez. Em lugar d'elle passaram os Lords a votar sobre uma representaçã que se destinou logo fazer a S. A. R. a fim de lhe manifestar o horror que sentia a camera com os procedimentos que acabavaõ de acontecer. A representaçã, que unanimemente se adoptou, foi a seguinte:—

“Nós, os mais respeituosos e leaes vassallos de S. M. os Lords espirituaes e temporaes juntos em Parlamento pedimos licença para hir a prezença de V. A. R. e humildemente manifestar-lhe o horror que nos cauza a offensa cometida contra V. A. R. na sua volta do Parlamento:—Certificar a V. A. R. que nós sentimos a mais profunda dor e indignaçã de que nos dominios de S. M. tenha havido individuo capaz de cometer um ataque taõ atrevido e atroz:—e declarar-lhe os nossos sinceros dezejõs, nos quaes certamente seremos acompanhados por todas as classes dos vassallos de S. M. de que V. A. R. haja por bem tomar sem demora todas as medidas para descobrir e castigar os instigadores e auctores de taõ nefando delicto.”

Esta mesma Representaçã foi immediatamente communicada a caza dos Communs, que tambem unanimemente a adoptou. O Principe respondeo a ella com todas as demonstraçoens de agradecimento.

No dia seguinte, 29 de Janeiro, se reassumio o debate sobre os agradecimentos ordinarios. Estes foraõ propostos na caza dos Lords pelo conde de Dartmouth, e logo apoiados pelo conde de Rothes, mas foraõ contrariados por uma emenda proposta pelo conde Grey. Com tudo, a final, esta mesma emenda, sendo posta a votos, foi unanimemente regeitada; e assim os agradecimentos foraõ tambem unanimemente dados por toda a caza.

Na caza dos Communs foi Lord Valletort quem propoz os mesmos ordinarios agradecimentos; e quem os contrariou com uma emenda foi Mr. Ponsonby. Com tudo, a final, e depois dos costumados debates, esta emenda teve so 112 votos a favor, e 264 contra. Assim, a maioria a favor dos ministros foi de 152 votos.

Hé impossivel poder copiar os interessantes discursos, que de parte a parte se fazem em ambas as

cazas do Parlamento, ou ainda mesmo dar delles sufficientes e intelligiveis extractos: só este artigo faria per si mesmo um Jornal tão volumoso como hé todo o nosso. Todavia, procuraremos sempre dar, ao menos, a historia destes debates, particularmente nesta Sessão, que principia com tão extraordinarias circumstancias.

Na mesma Sessão do dia 29, Lord Cochrane apresentou na camera diversas petições em que se pede a reforma do Parlamento, e das quaes a primeira, que era de Bristol, estava assignada por 20,700 pessoas. Umas forão recebidas e outras não, porque se achou que a lingoagem de algumas não era essas comedida, nem decorosa. Diz-se que o numero destas Petições já chega quazi a mil, e que os individuos nellas assignados andaõ por meio milhaõ. Assim, esta questão, que nunca se tem excitado tão forte e geralmente como agora, há de produzir debates de grande importancia.

Quanto ao ataque feito contra a pessoa do Principe Regente, não se tem por hora publicado novas particularidades attendiveis. Há só uma promessa de 1,000*l.* para quem descobrir as pessoas que atiraram pedradas á carruagem do Principe, e uma promessa de perdão a todos comprehendidos nesta desordem, a excepção do individuo, que particularmente quebrou o vidro do postigo do Coche d'Estado, em que estava S. A. R.

CONRESPONDENCIA.

SNR. REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

Londres, 25 de Janeiro, de 1817.

Tomo a confiança de remetter a Vmces. o seguinte extracto do *Morning Chronicle*, de 17 do corrente, que merece bem um lugar no seu Jornal para exultação dos fieis, confusão dos incredulos, consolação dos descontentes e instrucção de todos.

Depois do Jornalista Inglez haver discorrido a seu modo sobre a expedição dos Portuguezes ao Rio da Prata, continua dizendo:—

“ Não pode haver duvida que a intrada das tropas Portuguezas no territorio de Monte-Video hé de concerto com Fernando de Hespanha, para reconquistar as colonias que conseguirão libertar-se do seu jugo. A intervenção dos Portuguezes para a escravidão de tantos milhoens de almas hé um ultraje feito á liberdade geral: porem nós, como Inglezes, temos mais motivos para nos interessar neste negocio; e esperamos que na proxima sessão do Parlamento, algum membro interrogue os ministros de Sua Magestade:—

1º. Sobre o motivo da viagem do Marechal Beresford ao Brazil.

2º. Se tem havido alguma correspondencia sobre a proposta invasão do territorio de Monte-Video:

3º. Se o Marechal Beresford; *actualmente general no exercito Inglez, recebendo soldo, e tendo um regimento*, veio reassumir o commando do exercito Portuguez, e se está, ou não, authorisado para mandar reforços para o Brazil, que elle mesmo com outros officiaes Inglezes, organisara, e disciplinara?”

E vai continuando o bom Jornalista a fazer generaes, e ministros responsaveis pelo que se esta fazendo nos dominios de Portugal, como se fosse nos de S. M. Britannica! Donde se vé que o marechal Beresford esta em actual serviço de seu Rey, e querem que seja, por conseguinte responsavel ao seo governo pelo que obrar no serviço de Portugal, onde exerce o commando em chefe do exercito!

Agora occorre-me uma pergunta. Diz o Evangelho que—“ Nenhum servo pode servir a dois Senhores; porque, ou há de amar um, e abhorrecer o outro; ou há de zelar um e desprezar o outro.”

Ora o Marechal Beresford tem a El Rey de Inglaterra por seu legitimo Senhor, em cujo serviço está, e a quem deve fidelidade e obediencia imprescriptiveis, quer esteja em serviço quer não: e tambem chama seu Senhor a El Rey de Portugal, em cujos dominios e serviço está empregado, com uma actividade nunca vista em tempo de paz; e com uma authoridade nunca

d'antes exercida por vassallo Portuguez ou estrangeiro nem em tempo de paz, nem em tempo de guerra.

Como se isto pode fazer sem desmentir o texto sagrado; sem se comprometter a responsabilidade Inglesa do Marechal Beresford; nem ficarem prejudicados os interesses, a independencia, a dignidade, a soberania e honra da nação Portugueza, hé que eu queria que me explicassem os sabios do tempo.

Esta explicação dezejariaõ bem ter todos os bons Portuguezes, e muito principalmente eu que sou,

UM PORTUGUEZ d'algun dia.

INDICE GERAL

DO

VOLUME XVII.

No. LXV.

LITTERATURA PORTUGUEZA.

Analyse da Memoria do Snr. Dr. J. M. da C. Pessoa, publicada em o No. 52 do Investigador Portuguez ...	<i>pag.</i> 3
Congresso de Vienna	35
Extractos das Cartas de J. da C. Brochado	47
O Homem Singular, ou Emilio no Mundo.....	51

SCIENCIAS.

Progreso das Sciencias Physicas	65
---------------------------------------	----

POLITICA.

RUSSIA—Manifesto honroso para a cidade de Moscow..	73
REINO DOS PAIZES BAIXOS—Mensagem de S. M. acom- panhada do Tratado de Alliança com Hespanha, e do Tratado de Paz com o Dey de Argel	74
Relatorio concernente ao Projecto da Ley para restringir a illimitada liberdade da Imprensa a cerca das Poten- cias Estrangeiras	76
FRANÇA—Carta do Duque de Otranto ao Duque de Wellington	78
HESPANHA—Tratado entre Suas Magestades El Rey dos Paizes Baixos e El Rey de Hespanha e das Indias	90
Decreto Real relativo aos Criminosos	94
PORTUGAL—Annuncio da Obra intitulada Retratos e Elogios dos Varoens e Donas que illustraram a Nação Portugueza, &c.....	96
Ordem do Dia do Marechal Marquez de Campo Maior	98

*

Indice Geral.

	<i>pag.</i>
Falla de Mr. Canning no jantar que os Negociantes Inglezes lhe deraõ na Salla do Theatro de S. Carlos nas vespervas da sua retirada de Portugal	99
Exposiçaõ do que se tem passado a respeito do Contracto do Tabaco desde 20 de Julho até 13 de Setembro de 1816	104
INGLATERRA—Artigo Copiado do Public Ledger	107
Carta de um Portuguez ao Editor do Courier	111
Embaxada Portugueza em Londres	112
REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.	
Literatura	112
Politica—Russia	115
Portugal	117
Inglaterra	119
CORRESPONDENCIA	125
Resposta aos Snrs. Correspondentes	132

No. LXVI.

LITERATURA PORTUGUEZA.

Resposta a favor dos Medicos.....	134
Primeira Fabrica de ferro no Brazil	143
Congresso de Vienna	151
Elegio á Morte do Snr. A. J. Monteiro	157
Almira e Felizco, ou a Fonte do Castanheiro.....	160
O Homem Singular, ou Emilio no Mundo	165

SCIENCIAS.

Exposiçaõ dos Novos Progressos das Sciencias Physicas	172
---	-----

POLITICA.

REINO DO BRAZIL—Officio do Cap. General de Pernambuco agradecendo ao P. R. N. S. a denominaçaõ do Reino de Brazil	182
Officio do Senado da Bahia	182
Falla do Enviado da Camara da Cidade de S. Paulo a Sua Magestade El Rey Nosso Senhor	184
Resposta de Sua Magestade	185
Officio da Camara da Cidade de Marianna	187
Noticias do Exercito Portuguez no Brazil.....	188

Indice Geral.

	<i>pag.</i>
ILHA DA MADEIRA—Mappa importante do receita e despeza do Hospital do Funchal na Ilha da Madeira, no anno de 1815	194
Nova Pastoral do Vigario Apostolico da Ilha da Madeira	196
RUSSIA—Liberdade da Imprensa	198
REINO DE WURTEMBERG—Manifesto do Novo Rey ...	200
PRUSSIA—Constituição Prussiana	200
FRANKFORT—Abertura da Dieta	202
PAIZES BAIXOS—Resumo da nova Pauta d'Alfandega, que deve começar no 1º de Dezembro de 1816.....	202
FRANÇA—Abertura das Cameras; Falla do Rey	204
Resumo do Budget Francez	206
PORTUGAL—Edital da Junta da Administração da Com- panhia Geral d'Agricultura das Vinhas do Alto Douro	208
Decreto do Snr. D. Pedro 2º	212
INGLATERRA—Documento Politico, copiado do Times, ou Nota dos Ministros Portuguezes no Congresso de Vienna	213
Declaração de S. A. o Dey de Argel, Abolindo para sempre a Escravatura Christam	217

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO No. LXVI.

Minas de Ferro no Brazil	218
Ilha da Madeira	222
França	224
Russia e Prussia	227
Reino de Portugal	231
Inglaterra	236
CORRESPONDENCIA	240
Erratas dos Nos. 64 e 65.....	243

No. LXVII.

LITTERATURA PORTUGUEZA.

Memoria sobre a necessidade de abolir a escravatura no Brazil.....	245
Resposta do Dr. Bernardino Antonio Gomes ao Dr. Castilho.....	260

Indice Geral.

Congresso de Vienna	<i>pag.</i> 275
O Homem Singular, ou Emilio no Mundo.....	285

SCIENCIAS.

Progresso das Sciencias Physicas	302
--	-----

POLITICA.

REINO DO BRAZIL—Decreto para formação de um Systema Commercial do Reyno Unido	310
Alvara Sobre as Thesourarias do Exercito	311
Falla do Enviado da Camara de Villa Rica a El Rey Nosso Senhor agradecendo a denominação de Reyno do Brazil	320
Resposta de Sua Magestade	321
Officio da Camara de Villa Rica.....	321
Officio da Camara da Villa do Sabará agradecendo a El Rey a denominação de Reyno do Brazil	322
Falla do Enviado da mesma Villa Sobre este objecto ...	323
Resposta de Sua Magestade	323
PROVINCIAS UNIDAS DO SUL D'AMERICA—Acto da Independencia	323
PRUSSIA—Constituição Prussiana	328
FRANKFORT—Sessão da Dieta do dia 2 de Dezembro...	329
AUSTRIA—Cazamento da Arquiduqueza Leopoldina com S. A. R. o Principe do Brazil	330
SUISSA—Estado do Corpo Helvetico, tal qual foi re- conhecido e garantido pelo Congresso de Vienna em 1815	330
FRANÇA—Camara dos Deputados—Projecto de Lei re- lativo ao modo por que se devem fazer as Elleições ..	332
Camera dos Deputados—Projectos de Lei relativos a Liberdade Individual, e Liberdade de Imprensa	335
PORTUGAL—Ordem do Dia do Marechal Beresford ...	336
Alvará em que se ordena que os Negocios das Ilhas dos Açores, Madeira e Porto Santo, pertencentes a Tribunaes, se decidaõ nos de Lisboa	344
Portaria pela qual se mandaõ levantar os Sequestros sobre as Propriedades dos Vassallos Francezes.....	345
Portaria pela qual se prohibe aos Navios Estrangeiros o Commercio de Cabotagem entre um e outro porto dos dominios Portuguezes	346
Entrada das Serenissimas Infantas de Portugal em Ma- drid—Seos Desposorios, &c.	347

Indice Geral.

INGLATERRA—Petição da Cidade de Londres apresentada a S. A. R. o Principe Regente no dia 9 de Dezembro, 1816	<i>pag.</i> 355
Resposta de S. A. R. a ditta Petição	357

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO
No. LXVII.

Literatura Portugueza	358
Reino do Brazil	362
França	366
Inglaterra	368
CORRESPONDENCIA	371
Annuncio da 2ª Edição da Obra intitulada “Defeza dos Direitos Nacionaes e Reaes da Monarquia Portugueza”	372
Resposta aos Snrs. Correspondentes	375
Erratas do No. 66	376

No. LXVIII.

LITERATURA PORTUGUEZA.

Resposta a 1ª Parte do Triunfo do Clero Portuguez, &c.	377
Congresso de Vienna	414
Abbate <i>Correa de Serra</i>	422
Major <i>Franzini</i>	424
O Homem Singular ou Emilio no Mundo.....	424

SCIENCIAS.

Exposição dos Progressos que fizeram as Sciencias Physicas	431
Lista das Principaes Obras publicadas em Inglaterra nos quatro Mezes antecedentes.....	438

POLITICA.

REINO DO BRAZIL—Regulamento para a Organização do Exercito do Portugal, dado no anno de 1816	441
ESTADOS UNIDOS D'AMERICA—Mensagem do Presidente	478

Indice Geral.

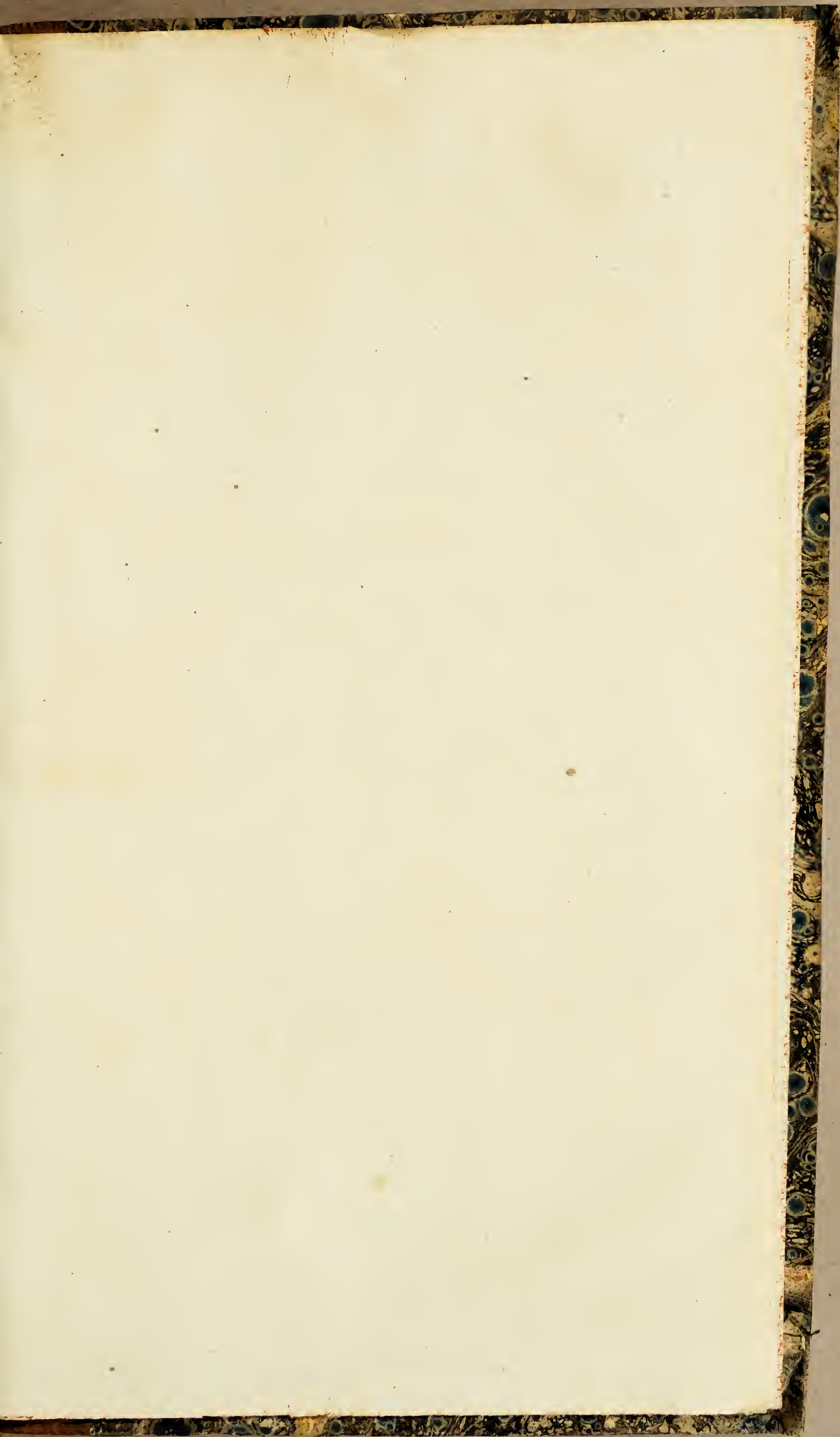
	<i>pag.</i>
ILHA TERCEIRA—Pastoral do Ex ^{mo} Bispo d'Angra dirigida a R. Vigaria do Convento de S. Joaõ Evangelista da Cidade de Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel...	488
REINO DE PORTUGAL—Progressos da Industria e Commercio Portuguez em Lisboa	489
Exportação do Vinho do Porto em 1816	490
INGLATERRA.—Operações Militares no Rio da Prata...	490
Carta ao Editor do <i>Times</i> sobre este mesmo assumpto...	491
Da. do Consul Geral Portuguez ao Lord Mayor a cerca dos Marinheiros Portuguezes	495
REFLEXOENS—Literatura Portugueza	496
Estados Unidos d'America.....	499
Ilha Terceira	504
Reino de Portugal	505
Inglaterra	506
CORRESPONDENCIA	519
Indice Geral do Volume XVII.	522
Erratas do No. antecedente	528

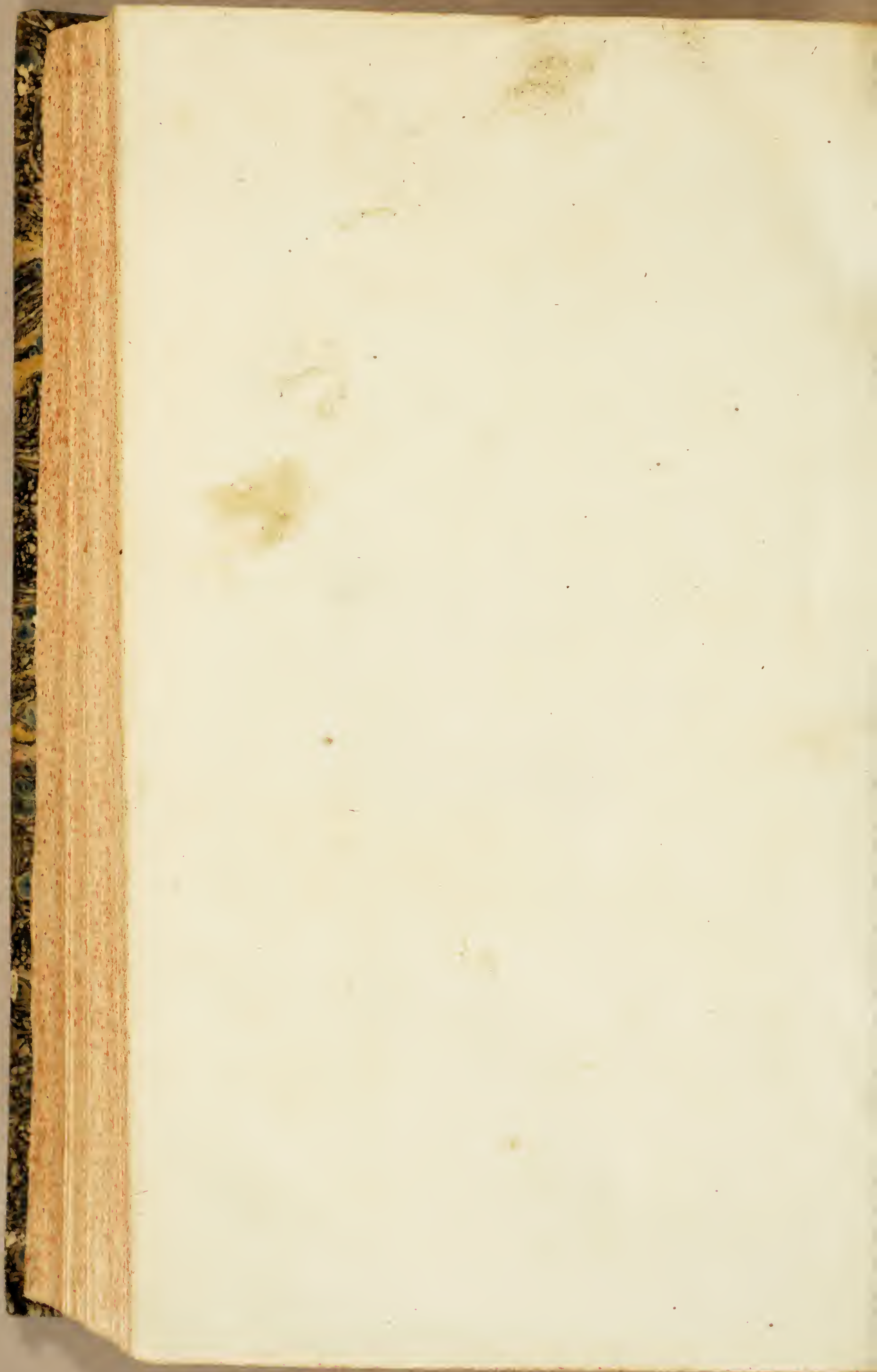
ERRATAS

Mais notaveis do Numero LXVIF.

Pag.

- 249 dabrarei, *lea-se*, dobrarei.
251 hypobecca, *l.* hypothecca.
257 acabranharnos, *l.* acabrunharnos.
259 capitaens, *l.* capitaes.
260 eu, *l.* ou.
262 (Nota) verbamente, *l.* verbalmente.
264 dar, *l.* das.
265 (Nota) tomar-se, *l.* tornar-se.
309 hesivemos, *l.* hesitemos.
310 Materia, *l.* materia animal.
358 me pareceo, *l.* me parecer.





CC
I62p
v.17

